

PDTIS

POLO COSTA DAS DUNAS

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL**



PROJETO RN SUSTENTÁVEL



GRUPO BANCO MUNDIAL



**GOVERNO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL – PDITS**

POLO COSTA DAS DUNAS

VERSÃO FINAL

**JUNHO
2011**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL - PDITS**

POLO COSTA DAS DUNAS

VERSÃO FINAL

**JUNHO
2011**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff
Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Pedro Novais Lima

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Colbert Martins da Silva Filho

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO**

Diretor: Edimar Gomes da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS I

Claudio Corrêa Vasques - Coordenador
Ana Carla Fernandes Moura - Técnica Nível Superior
Marina Neiva Dias Técnica Nível Superior
Mário Rudá Pontes de Andrade Técnico em Turismo
Miranice Lima Santos Técnica Nível Superior
Ricardo de Sousa Mendes Engenheiro

GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Rosalba Ciarlini Rosado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO
Ramzi Giries Elali

SECRETÁRIO ADJUNTO
Luiz Eduardo Tinoco Bulhões

SUB-SECRETÁRIA DO PRODETUR
Sânzia Ferreira Cavalcanti

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO – SETUR/PRODETUR/RN
Carlos Alberto Freire Medeiros
Marilene de Brito
Rute Maria Rodrigues Pinheiro

CONSULTORIA

START PESQUISA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA.

COORDENAÇÃO

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro - Arquiteta (Coordenação Geral)

Keila Brandão Cavalcanti - Socióloga (Coordenação Local)

Iluska Larissa Leite Linhares - (Coordenação de Campo)

Estudos do Turismo

Amanda Fonseca Guimarães Posenatto - Turismóloga

Bety Jakeliny Mendes Álvares - Turismóloga

Denise Camargo Cordeiro - Turismóloga

Iluska Larissa Leite Linhares - Turismóloga

Iany Aguiar de Lima - Turismóloga

Keila Brandão Cavalcanti - Socióloga

Thalita Costa da Silva - Cientista Social

Economia e Estatística

Cristiane Alessandra Domingos de Araújo - Estatística

Giovani Rodrigues Junior - Economista

Joedson Jales de Farias - Economista

Estrutura Urbana e Regional

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva - Arquiteto e Urbanista

Francisco da Rocha Bezerra Junior - Arquiteto e Urbanista

Huda Andrade de Silva Lima - Arquiteta e Urbanista

Kyvia Brandão Cavalcanti Gomes - Arquiteta e Urbanista

Teresa Cristina Vieira Pires - Arquiteta e Urbanista

Infraestrutura Urbana e Redes

Aldo da Fonseca Tinoco Filho - Engenheiro Civil

Flaviane de Oliveira Silva - Engenheira Sanitarista

Josenita Araújo da Costa Dantas - Arquiteta Urbanista

Maria Eleonora Silva - Engenheira Civil

Meio Ambiente e Recursos Naturais

Gustavo Szilagyi - Geógrafo

Leonlene de Sousa Aguiar - Geógrafo

Priscila Soares Mendonça - Tecnóloga em Controle Ambiental

Apoio Técnico

Alan Kellnon Nóbrega de Carvalho - Graduando em Geologia

Karina Brandão Cavalcanti - Graduada em Publicidade e Propaganda

Leandro de Lima Patrício - Graduando em Gestão de Recursos Humanos

Renilson do Nascimento Silva - Tecnólogo Executivo

Rosália Taline Menezes Pereira - Graduada em Turismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS	21
2.1. Objetivo Geral	21
2.2. Objetivos Específicos	21
3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	22
PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO POLO COSTA DAS DUNAS	22
3.1. Avaliação do PDITS/PRODETUR-NE no Polo Costa das Dunas	23
3.1.1. Ações Concluídas - PRODETUR-NE II	26
3.1.2. Ações em Andamento - PRODETUR-NE II	27
3.2. Caracterização Urbana do Polo Costa das Dunas	29
3.2.1. O Litoral Oriental do Rio Grande do Norte: Formação Histórica	29
3.2.2. Área de Planejamento Regional do Polo Costa das Dunas	30
3.2.3. Delimitação da Área de Planejamento	47
3.2.4. Patrimônio Histórico e Cultural	64
3.2.4.1. Diagnóstico do Patrimônio Histórico e Cultural	64
3.2.4.1.1. Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos	65
3.2.4.1.2. Patrimônio Histórico e Artístico	67
3.2.4.1.3. Bens Culturais de Natureza Imaterial	85
3.2.5. Infraestrutura e Redes	92
3.2.5.1. Saneamento Ambiental	93
3.2.5.2. Acessibilidade e Rede de Acesso à Área	95
3.2.5.3. Iluminação Pública	102
3.2.5.4. Drenagem e Pavimentação Urbana	104
3.2.5.5. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	105
3.2.5.6. Resíduos Sólidos	105
3.2.5.7. Serviços de Comunicação	108
3.2.5.8. Serviços Públicos	109
3.2.6. Análise Socioeconômica do Polo Costa das Dunas	110
3.2.6.1. Setores Produtivos	114
3.2.6.2. Dinâmica Populacional e Social	120
3.2.7. Caracterização Ambiental do Polo Costa das Dunas	134
3.2.7.1. Áreas Protegidas	138
3.2.7.2. Instrumentos Reguladores	140
3.2.7.3. Fragilidade e Problemas Ambientais	140
3.2.7.4. Capacidade Institucional e Gestão Ambiental	142
PARTE 2. SITUAÇÃO DO TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS	144
3.3. Oferta Turística do Polo Costa das Dunas	145
3.3.1. Atrativos Turísticos	145
3.3.1.1. Atrativos Turísticos Naturais	146
3.3.1.2. Atrativos Histórico-Culturais	162
3.3.1.3. Manifestações e Usos Tradicionais e Populares	165
3.3.1.4. Realizações Técnico-Científicas Contemporâneas	167
3.3.1.5. Acontecimentos Programados	167

3.3.2. Turismo e Escala.....	169
3.3.3. Equipamentos e Serviços Turísticos.....	178
3.3.3.1. Equipamentos de Hospedagem.....	178
3.3.3.2. Equipamentos de Alimentação	183
3.3.3.3. Agências de Viagens, Operadoras de Turismo e Serviços de Receptivo	184
3.3.3.4. Autolocadoras	185
3.3.3.5. Serviços de Informações Turísticas	185
3.3.3.6. Equipamentos para Venda de Artesanato	185
3.3.3.7. Equipamentos para Reunião e Eventos.....	187
3.3.3.8. Parques Temáticos	188
3.3.4. Demanda Turística	189
3.3.4.1. Perfil do Turista	191
3.3.5. Gastos Turísticos de Turistas Estrangeiros – FIPE	207
3.3.5.1. Preparação e análise das estimativas de pernoites e gastos turísticos dos visitantes estrangeiros ocorridos no Rio Grande do Norte em 2006	207
3.3.5.2. Breve resumo sobre a Metodologia e Conteúdo dos dados da Pesquisa de Turismo Receptivo - FIPE - de 2006	208
3.3.5.3. Apresentação de resultados e comentários sobre as dimensões da demanda turística internacional	210
3.3.5.4. A demanda turística internacional nos municípios de Natal e Tibau do Sul sob a ótica das principais motivações da viagem	211
3.3.5.5. A demanda turística internacional nos municípios de Natal e Tibau do Sul à luz dos portões de entrada ao país	212
3.3.6. Produtos Turísticos	213
3.3.6.1. Classificação Diagnóstica dos Produtos Turísticos do Polo Costa das Dunas	214
3.3.7. Mercado de Trabalho	219
3.3.8. Capacitação	222
3.3.9. Gestão do Turismo.....	224
3.3.9.1. Estrutura Estadual de Turismo.....	224
3.3.9.2. Instrumentos de Planejamento Municipal - Legislação.....	231
3.3.9.3. Instâncias de Governança - Conselhos	233
3.3.10. Promoção Turística	236
3.3.11. Estudo Sobre a Concorrência/Competitividade	237
3.3.11.1. Competitividade do turismo internacional	237
3.3.11.2. Competitividade do Rio Grande do Norte X Alguns Estados do Brasil	242
3.3.11.3. Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional	244
3.3.12. Turismo e Comunidade no Polo Costa das Dunas.....	251
4. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA.....	266
5. FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	271
5.1. Projeção de Indicadores do Turismo	271
5.1.1. Fluxo Turístico.....	272
5.1.2. Evolução e Projeção do Número de Leitos.....	274
5.1.3. Evolução e Projeção das Unidades Habitacionais Ocupadas e Disponíveis e Taxa de ocupação (%).....	275
5.1.4. Pernoites Gerados, Hóspedes no Período e Permanência Média (dias):.....	277
5.1.5. Fluxo de hóspedes	279
5.1.6. Receitas Turísticas (US\$)	281

5.1.7. Gasto Médio Diário Individual (GMDI) (US\$) dos Turistas em Natal/RN	283
5.2. Cenário de Desenvolvimento	285
5.3. Análise SWOT	289
5.4. Macroestratégias	300
6. PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS	303
6.1. Estratégias e Ações	306
6.1.1. Componente Estratégia de Produto Turístico	306
6.1.2. Componente Estratégia de Comercialização	319
6.1.3. Componente Fortalecimento Institucional	320
6.1.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	325
6.1.5. Componente Gestão Ambiental	332
6.2. Dimensionamento dos Investimentos	333
6.2.1. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa das Dunas: Ações Gerais	333
6.2.2. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa das Dunas: Ações a serem financiadas pelo PRODETUR NACIONAL	338
6.2.3. Destinos e Ações Específicas	341
6.3. Seleção e Priorização das Ações	345
6.3.1. Descrição das Ações a Serem Realizadas Durante os Dezoito Primeiros Meses de Financiamento do PRODETUR Nacional	348
6.4. Avaliação de Impactos Ambientais Potenciais da Implantação do PDITS	381
7. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	394
7.1. Marco Lógico	394
8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO	410
8.1. O Processo Participativo	410
8.2. Instâncias Participativas	410
8.2.1. Representantes Municipais	410
8.2.2. Oficinas com Grupos Específicos	411
8.2.3. Consultas Públicas	412
8.3. Recomendações	413
REFERÊNCIAS	415
ANEXOS	424

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Matriz de Projetos do PRODETUR/RN II	24
TABELA 02. Correlação entre Estado de Preservação e Período de Filiação Estilística.....	74
TABELA 03. Polo Costa das Dunas: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , 2003-2006.....	113
TABELA 04. Polo Costa das Dunas: População e Taxas de Crescimento Relativo e Geométrico por município (2000-2007).	121
TABELA 05. Polo Costa das Dunas: População Total Projetada por Município, 2009	123
TABELA 06. Polo Costa das Dunas: Área Territorial e Densidade Demográfica por Município - 2007	124
TABELA 07. Polo Costa das Dunas: População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (%) por município - 2000 e 2007.....	125
TABELA 08. Polo Costa das Dunas: População Total segundo.....	128
TABELA 09. Polo Costa das Dunas: IDH-M e Expectativa de Vida ao Nascer por Município, RN e Brasil - 2000	129
TABELA 10. Polo Costa das Dunas: Mortalidade geral e Taxa de Mortalidade Geral por Município – 2006.....	131
TABELA 11. Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por Faixa Etária, 2000.	132
TABELA 12. Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por Faixa Etária, 2007.	133
TABELA 13. Atrativos Turísticos do Polo Costa das Dunas.....	146
TABELA 14. Praias por Município no Polo Costa das Dunas.....	147
TABELA 15. Nº. de Meios de Hospedagem, Unidades habitacionais e Leitos nos municípios do Polo Costa das Dunas.....	179
TABELA 16. Taxa Média Anual de Ocupação para os MHs de Natal, 2001-2008.....	182
TABELA 17. Equipamentos de Alimentação do Polo Costa das Dunas	183
TABELA 18. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos.....	187
TABELA 19. RN: Total de Turistas Estrangeiros por Polo, Segundo Pesquisa do Turismo Receptivo – 2006.....	210
TABELA 20. RN: Estimativas Expandidas de Pernoites, Gastos, Pessoas e Principais Indicadores	211
TABELA 21. RN: Estimativas Expandidas e Gastos Turísticos (em %) por Tipo.....	211
TABELA 22. Estimativas Expandidas de Pernoites, Gastos, Pessoas e indicadores segundo principais motivos da viagem nos municípios de Natal e Tibau do Sul.	212
TABELA 23. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo no Polo Costa das Dunas por Município (2009)	220
TABELA 24. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo por segmento no Polo Costa das Dunas (2009)	221
TABELA 25. Distribuição dos Entrevistados segundo os Municípios da Amostra	252
TABELA 26. Distribuição dos Entrevistados segundo a Ocupação – Polo Costa Dunas.	254
TABELA 27. Pessoas da Família que Trabalham com Turismo ou em Serviços Relacionados ao Turismo, segundo a Quantidade de Pessoas - Polo Costa Dunas.....	261
TABELA 28. Pessoas da Família que possuem Curso de INGLÊS	261
TABELA 29. Pessoas da Família que dominam OUTROS IDIOMAS	262
TABELA 30. Pessoas da Família com curso de INFORMÁTICA	262
TABELA 31. Pessoas da Família com curso PROFISSIONALIZANTE.....	262
TABELA 32. Pessoas da Família com curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA.....	263
TABELA 33. Tipo do curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA	263
TABELA 34. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal –.....	273

TABELA 35. Evolução e Projeção do Número de Leitos Disponíveis no Município de Natal/RN - 2001 a 2020.....	274
TABELA 36. Evolução e Projeção das Unidades Habitacionais (UHs) Ocupadas e Disponíveis e Taxa de Ocupação em Natal - 2001 a 2020.	276
TABELA 37. Evolução e Projeção dos Pernoites gerados, Hóspedes no período e Permanência Média (dias) dos Turistas em Natal - 2001 a 2020.	278
TABELA 38. Evolução e Projeção do Fluxo de Hóspedes por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.	280
TABELA 39. Evolução e Projeção da Receita Turística (US\$) por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.....	282
TABELA 40. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal/RN - 2001 a 2020.....	284
TABELA 41. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais.....	334
TABELA 42. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL	338
TABELA 43. Ações Priorizadas para os primeiros 18 meses – Polo Costa das Dunas.....	346

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. Polo Costa das Dunas na Tipologia de Cidades do Brasil.....	35
QUADRO 02. Polo Costa das Dunas: Indicadores Populacionais.	40
QUADRO 03. Polo Costa das Dunas: Indicadores de Socioeconomia.	41
QUADRO 04. Polo Costa das Dunas: Indicadores Sociais.	42
QUADRO 05. Polo Costa das Dunas: Indicadores Socioeconômicos Integrados.	43
QUADRO 06. Polo Costa das Dunas: Posição na Rede Urbana.	44
QUADRO 07. Sítios Arqueológicos por Municípios.	66
QUADRO 08. Bens Móveis e Imóveis Tombados.	68
QUADRO 09. Engenhos Inventariados pelo IPHAN.....	77
QUADRO 10. Conjuntos Arquitetônicos e edificações representativas de Macaíba.....	82
QUADRO 11. Elementos de Destaque da Culinária e Artesanato.	86
QUADRO 12. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos.....	88
QUADRO 13. Museus, Casas de Cultura e Pontos de Cultura.	90
QUADRO 14. Polo Costa das Dunas: Saneamento Ambiental com variáveis de água, esgotamento e coleta de lixo.....	94
QUADRO 15. Polo Costa das Dunas: Transporte Coletivo Intramunicipal.	100
QUADRO 16. Polo Costa das Dunas: Transporte Coletivo Intermunicipal.	101
QUADRO 17. Polo Costa das Dunas: Transporte Opcional por Município.	102
QUADRO 18. Polo Costa das Dunas: Consumo de Energia Elétrica.....	103
QUADRO 19. Região Metropolitana de Natal: Destino dos Resíduos Sólidos.	107
QUADRO 20. Polo Costa das Dunas: Meios de Comunicação e Difusão.	108
QUADRO 21. Polo Costa das Dunas: Produto Interno Bruto – PIB Municipal Por Setores Produtivos (R\$ 2000) – 1996-2000-2005.....	119
QUADRO 22. Polo Costa das Dunas: População (habitantes) e Crescimentos Populacionais (%) projetados - 2009 a 2029.....	130
QUADRO 23. Unidades de Conservação da Natureza do Polo Costa das Dunas.....	139
QUADRO 24. Unidades de Conservação em processo de criação no Litoral Oriental.....	139
QUADRO 25. Principais lagoas e lagunas do Polo Costa das Dunas.....	156
QUADRO 26. Manifestações e usos populares do Polo Costa das Dunas.....	166
QUADRO 27. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas.....	167
QUADRO 28. Atrativos Acontecimentos Programados.....	168
QUADRO 29. Tipos de Turismo e Escala Potencial.....	169
QUADRO 30. Equipamentos para Venda de Artesanato.....	186
QUADRO 31. Parques temáticos e complexos de lazer Polo Costa das Dunas.....	188
QUADRO 32. Fluxo Turístico Grande Natal 1999-2007.	190
QUADRO 33. Qualificação dos Atrativos Turísticos do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística, 2006-2008.	202
QUADRO 34. Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística, 2006-2008.	203
QUADRO 35. Qualificação da Infraestrutura do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística.....	204
QUADRO 36. Produtos turísticos e Atrativos agregados do Polo Costa das Dunas.	213
QUADRO 37. Classificação de Hierarquias.....	215
QUADRO 38. Valoração dos critérios de hierarquização e priorização.	216
QUADRO 39. Classificação de principais atrativos turísticos Polo Costa das Dunas.....	217

QUADRO 40. Índices dos Produtos Turísticos – Polo Costa das Dunas.....	218
QUADRO 41. Cursos Profissionalizantes.....	222
QUADRO 42. Cursos Superiores/Técnico.....	223
QUADRO 43. Principais Problemas Identificados na SETUR.....	226
QUADRO 44. Status do Preenchimento dos Questionários Enviados.....	229
QUADRO 45. Estrutura Municipal de Turismo.....	230
QUADRO 46. Legislações Municipais.....	232
QUADRO 47. Instâncias de Governança.....	235
QUADRO 48. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Países da América Central – Indicadores Básicos.....	238
QUADRO 49. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Alguns Países da Europa.....	239
QUADRO 50. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Alguns Países da Ásia.....	241
QUADRO 51. Indicadores Gerais: Comparação entre os Estados Analisados (RN/BA/CE/PE/PB/SC).....	242
QUADRO 52. Setores Envolvidos com o Turismo (RN/BA/CE/PE/PB/SC).....	243
QUADRO 53. Macrodimensão de Infraestrutura.....	244
QUADRO 54. Macrodimensão de Turismo.....	244
QUADRO 55. Macrodimensão de Políticas Públicas.....	245
QUADRO 56. Macrodimensão de Economia.....	245
QUADRO 57. Macrodimensão de Sustentabilidade.....	245
QUADRO 58. Macrodimensões – Natal x Demais Referências.....	246
QUADRO 59. Macrodimensões – Pipa x Demais Referências.....	247
QUADRO 60. Perfil do Turista Náutico.....	248
QUADRO 61. Resumo das Avaliações de algumas áreas de Infraestrutura do Município - Polo Costa Dunas.....	259
QUADRO 62. Costa das Dunas: Matriz de Cruzamento entre Rede Urbana e Municípios com Produtos Turísticos Consolidados.....	268
QUADRO 63. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Estratégia de Produto Turístico.....	285
QUADRO 64. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Estratégia de Comercialização.....	287
QUADRO 65. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Fortalecimento Institucional.....	287
QUADRO 66. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Infraestrutura e Serviços Básicos....	288
QUADRO 67. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Gestão Ambiental.....	289
QUADRO 68. Matriz SWOT.....	290
QUADRO 69. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Natal.....	291
QUADRO 70. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Jenipabú.....	292
QUADRO 71. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Pirangi/Nísia Floresta....	293
QUADRO 72. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Pipa.....	294
QUADRO 73. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto São Miguel do Gostoso.....	295
QUADRO 74. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Infraestrutura de Apoio ao Turismo e Serviços.....	296
QUADRO 75. Análise SWOT – Estratégia de Comercialização.....	297
QUADRO 76. Análise SWOT – Fortalecimento Institucional.....	298
QUADRO 77. Análise SWOT – Infraestrutura e Serviços Básicos.....	299
QUADRO 78. Análise SWOT – Gestão Ambiental.....	300
QUADRO 79. Resumo dos Investimentos do Polo Costa das Dunas.....	341
QUADRO 80. Ações para o Destino Natal e produtos turísticos agregados.....	342
QUADRO 81. Ações para o Destino Pipa.....	344

QUADRO 82. Ações para o Destino São Miguel do Gostoso	344
QUADRO 83. Destinos e Produtos Prioritários Polo Costa das Dunas.....	345
QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais.....	382
QUADRO 85. Resultados dos Programas.	395
QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico.	396
QUADRO 87. Marco Lógico - Componente Estratégia de Comercialização.....	401
QUADRO 88. Marco Lógico - Componente Fortalecimento Institucional.....	402
QUADRO 89. Marco Lógico - Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.....	404
QUADRO 90. Marco Lógico - Componente Gestão Ambiental.	408

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Polo Costa das Dunas.....	32
FIGURA 02. Tipologias Microrregionais do PNDR.....	33
FIGURA 03. Tipologias do Estudo das Redes Urbanas no Brasil sob base do PNDR.....	34
FIGURA 04. Região Metropolitana do Natal: mapeamento das dinâmicas socioeconômicas e ambientais, realizado pelo PDRMN.....	37
FIGURA 05. Polo Costa das Dunas: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.....	45
FIGURA 06. Polo Costa das Dunas: Campos de Centralidade e Integração.....	46
FIGURA 07. Edificações construídas na área do passeio público e desrespeitando a topografia local – Município de Extremoz/RN.....	48
FIGURA 08. Edificações em Área de Alta Declividade com Acesso Precário – Sen. Georgino Avelino/RN.....	49
FIGURA 09. Implantação Errada de Equipamento Urbano no Passeio Público.....	49
FIGURA 10. Espaço Público com Rampas de Acessibilidade – Ceará-Mirim/RN.....	50
FIGURA 11. As Dunas de Jenipabú/RN.....	51
FIGURA 12. Edificação do Tipo “Porta e Janela” – São Miguel do Gostoso/RN.....	51
FIGURA 13. Área do Entorno do Shopping <i>Midway Mall</i> – Natal/RN.....	52
FIGURA 14. Uso Institucional na área central de Touros/RN.....	53
FIGURA 15. Verticalização em Natal/RN.....	53
FIGURA 16. Edificações Implantadas no Limite do Lote – município de Extremoz/RN.....	54
FIGURA 17. Mapa Figura/fundo - Município de São José de Mipibu/RN.....	55
FIGURA 18. Mapa Figura/fundo - Município de Arez/RN.....	56
FIGURA 19. Plano Marginal Harmônico - Município de Natal/RN.....	57
FIGURA 20. Edificação Implantada sem Recuos - Município de Ceará-Mirim/RN.....	57
FIGURA 21. Traçado Parcialmente Regular - Município de Arez/RN.....	58
FIGURA 22. Avenida Salgado Filho, principal eixo da cidade de Natal/RN.....	59
FIGURA 23. Marcação do Espaço Público - Igreja Município de Senador Georgino Avelino/RN.....	59
FIGURA 24. Praças de Natal e São Miguel do Gostoso/RN.....	60
FIGURA 25. Fortaleza dos Reis Magos em Natal.....	61
FIGURA 26. Áreas com pouca vegetação nas sedes municipais.....	62
FIGURA 27. Sinalização Turística no Polo Costa das Dunas – São Gonçalo do Amarante e Extremoz/RN.....	63
FIGURA 28. Pórticos de Entrada das cidades como elementos de Sinalização Turística.....	63
FIGURA 29. Dunas de Jacumã (à esquerda) e Lagoa de Arituba (à direita).....	67
FIGURA 30. Forte dos Reis Magos em Natal.....	67
FIGURA 31. Memorial Câmara Cascudo (à esquerda), Capitania das Artes (centro) e Teatro Alberto Maranhão (à direita).....	73
FIGURA 32. Filiação Estilística das Edificações nos bairros da Ribeira e Cidade.....	73
FIGURA 33. Mapa com o limite indefinido (polígono amarelo tracejado) do Sítio Arquitetônico de Ceará-Mirim/RN.....	75
FIGURA 34. Biblioteca Municipal Dr. José Pacheco Dantas (à esquerda) e Mercado Público (à direita).....	76
FIGURA 35. Solar dos Antunes (à esquerda), Igreja Matriz (centro) e Ginásio Santa Águeda (à direita).....	76
FIGURA 36. Engenho Nascimento (à esquerda), Engenho Guaporé (centro) e Engenho Umburana (à direita).....	77
FIGURA 37. Centro Tradicional de São José de Mipibu, delimitação parcial em vermelho.....	78

FIGURA 38. Vista dos Casarões e Sobrados (à esquerda), Igreja Matriz (centro) e Grupo Escolar Barão de Mipibu (à direita), entorno da Praça Des. Celso Sales.	78
FIGURA 39. Engenho Olho D'Água.	79
FIGURA 40. Engenho São Roque (à esquerda), Igreja Nossa Senhora do Ó (centro) e Estação Ferroviária Papary (à direita).....	80
FIGURA 41. São João Batista de Guarairas (à esquerda), Portão do Cemitério (centro) e Canhão do Fortim da Ilha do Flamengo (à direita).	81
FIGURA 42. Solar Ferreiro Torto (à esquerda) e Solar da Madalena (à direita) em Macaíba.	83
FIGURA 43. Igreja Matriz (à esquerda), Capela de Utinga (centro) e Capela de Uruaçu (à direita), São Gonçalo do Amarante.	83
FIGURA 44. Casarão do Olho D'água dos Lucas (1853), São Gonçalo do Amarante.	84
FIGURA 45. Capela do Engenho Cunhaú, São Gonçalo do Amarante.....	84
FIGURA 46. Barreira do Inferno, Parnamirim.	85
FIGURA 47. Casa de Cultura Palácio Nair Mesquita, em Macaíba.....	92
FIGURA 48. Mapa Principais Vias – Polo Costa das Dunas.	96
FIGURA 49. População Total dos Municípios do Polo Costa Dunas, 2000 e 2007.	122
FIGURA 50. População Total Estimada dos Municípios do Polo Costa Dunas, 2009.	124
FIGURA 51. Classificação dos Municípios do Polo Costa Dunas segundo a Taxa de Urbanização, 2000 e 2007.....	126
FIGURA 52. Pirâmides Etárias 2000 e 2007 – Polo Costa das Dunas	127
FIGURA 53. Mapa Geológico do Polo Costa das Dunas	134
FIGURA 54. Mapa Pedológico do Polo Costa das Dunas.....	135
FIGURA 55. Mapa de Vegetação do RN	136
FIGURA 56. Mapa Climático do RN.....	137
FIGURA 57. Mapa das Bacias Hidrográficas do RN.....	138
FIGURA 58. Principais Praias do Polo Costa das Dunas.....	151
FIGURA 59. Natal: Vista do Morro do Careca.	152
FIGURA 60. Trecho da Orla Urbanizada de Ponta Negra.	152
FIGURA 61. Praia da Pipa vista de cima	152
FIGURA 62. Trecho da Av. Baía dos Golfinhos (Pipa)	152
FIGURA 63. Praia de Jenipabú.....	152
FIGURA 64. Praia de Jenipabú.....	152
FIGURA 65. Cajueiro de Pirangi	154
FIGURA 66. Passeio de barco até as piscinas naturais (Pirangi)	154
FIGURA 67. Praia de Sagi (Baía Formosa)	154
FIGURA 68. Praia de Baía Formosa.....	154
FIGURA 69. Praia de Touros	155
FIGURA 70. Praia de São Miguel do Gostoso.....	155
FIGURA 71. Falésias em Nísia Floresta	155
FIGURA 72. Falésia na praia de Cotovelo.....	155
FIGURA 73. Falésias em Tibau do Sul	156
FIGURA 74. Lagoa de Araraquara.....	157
FIGURA 75. Lagoa de Arituba	157
FIGURA 76. Lagoa do Bonfim.....	158
FIGURA 77. Lagoa de Guarairas.....	158
FIGURA 78. Lagoa de Pitangui.....	158
FIGURA 79. Lagoa de Pitangui.....	158

FIGURA 80. Projeto da Marina de Natal. (Ponte Newton Navarro e Forte dos Reis Magos)	159
FIGURA 81. Área Interna do Parque das Dunas	160
FIGURA 82. Vista Panorâmica do Parque das Dunas margeando a Via Costeira	160
FIGURA 83. Trechos da Trilha Peroba no Parque das Dunas.	161
FIGURA 84. Passeio de buggy em Baía Formosa	162
FIGURA 85. Igreja em São Gonçalo do Amarante	164
FIGURA 86. Pelourinho em Arez	164
FIGURA 87. Centro de Turismo - Natal	165
FIGURA 88. Engenho - Macaíba	165
FIGURA 89. Mapa do Turismo de Sol e Praia	172
FIGURA 90. Mapa do Turismo de Aventura	173
FIGURA 91. Mapa do Turismo Cultural	174
FIGURA 92. Mapa do Turismo Religioso.....	175
FIGURA 93. Mapa do Turismo Pedagógico.....	176
FIGURA 94. Mapa dos Tipos de Turismo	177
FIGURA 95. Pontos do <i>Google Maps</i> indicando hotéis em Natal	180
FIGURA 96. Hotel de Cadeia Internacional – Natal, localizado na Via Costeira	181
FIGURA 97. Hotel de Cadeia Internacional - Natal.....	181
FIGURA 98. Pousada em São Miguel do Gostoso	181
FIGURA 99. Pousada em São Miguel do Gostoso	181
FIGURA 100. Pousada em Canguaretama.....	182
FIGURA 101. Pousada em Canguaretama.....	182
FIGURA 102. Pontos do <i>Google Maps</i> indicando Restaurantes em Natal	184
FIGURA 103. Ma-Noa Park.....	189
FIGURA 104. Fluxo Turístico Grande Natal 1999-2007	190
FIGURA 105. País de Procedência dos Turistas Estrangeiros no Município do Natal, 2006-2008. .	192
FIGURA 106. Estado de Procedência dos Turistas Brasileiros no Município do Natal, 2006-2008. .	192
FIGURA 107. Meio de Transporte utilizado pelos Turistas para chegarem ao Município de Natal, 2006-2008.	193
FIGURA 108. Meio de Hospedagem utilizado pelos Turistas no Município do Natal, 2006-2008.	194
FIGURA 109. Forma de Organização da Viagem utilizada segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.	195
FIGURA 110. Gênero dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.	196
FIGURA 111. Faixa Etária dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.	196
FIGURA 112. Ocupação Principal dos Turistas que visitam o município de Natal, 2006-2008.	197
FIGURA 113. Renda Individual (R\$) dos Turistas Brasileiros no Município de Natal, 2006-2008.	198
FIGURA 114. Média da Renda Individual dos Turistas Estrangeiros no Município de Natal, 2007-2008.	198
FIGURA 115. Motivo da viagem dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.	199
FIGURA 116. Média da Permanência (dias/pessoas) segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.	200
FIGURA 117. Gasto Médio Diário Individual (em U\$) segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.	201
FIGURA 118. Avaliação dos Preços dos Bens e Serviços adquiridos no Município de Natal pela Demanda Turística, 2006-2008.....	202
FIGURA 119. Aspectos que mais Agradam a Demanda Turística em relação ao Município de Natal, 2006-2008.	205

FIGURA 120. Aspectos que menos Agradam a Demanda Turística em relação ao Município de Natal, 2006-2008.	205
FIGURA 121. Distribuição dos Entrevistados segundo a Idade – Polo Costa Dunas.	253
FIGURA 122. Distribuição dos Entrevistados segundo a Escolaridade – Polo Costa Dunas.	253
FIGURA 123. Distribuição dos Entrevistados segundo a Renda Familiar Mensal (SM) – Polo Costa Dunas.	254
FIGURA 124. Frequência com que o Município recebe Turistas à Passeio – Polo Costa Dunas.	255
FIGURA 125. Motivos que Atraem o Turista para o Município (<i>Somas das Citações</i>) – Polo Costa Dunas.	256
FIGURA 126. Existência de Produtos e Serviços Turísticos no Município – Polo Costa Dunas.	257
FIGURA 127. Benefícios que o Turismo pode trazer para o Município. (<i>Somas das Citações</i>) – Polo Costa Dunas.	257
FIGURA 128. Impactos Negativos que o turismo pode trazer para o Município. (<i>Somas das Citações</i>) – Polo Costa Dunas.	258
FIGURA 129. Viagem do Morador ou alguém de sua família para fora do município. Motivo da Viagem. – Polo Costa Dunas.	259
FIGURA 130. Resumo das Avaliações de algumas áreas de Infraestrutura do Município. – Polo Costa Dunas.	260
FIGURA 131. Capacitação para Trabalhar com Turismo – Polo Costa Dunas.	264
FIGURA 132. Costa das Dunas: Integração da Rede Urbana com a Hierarquia de Produtos Turísticos Consolidados.	267
FIGURA 133. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal -	273
FIGURA 134. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico Total em Natal - 2001 a 2020	274
FIGURA 135. Evolução e Projeção do Número de Leitos Disponíveis no Município de Natal/RN - 2001 a 2020.	275
FIGURA 136. Projeção e Evolução das Unidades Habitacionais (UHs) Ocupadas e	276
FIGURA 137. Projeção e Evolução da Taxa de Ocupação Média das UHs em Natal,	277
FIGURA 138. Evolução e Projeção dos Pernoites Gerados em Natal por Turistas –	278
FIGURA 139. Evolução e Projeção dos Hóspedes (turistas) por período em Natal –	279
FIGURA 140. Evolução e Projeção do Fluxo de Hóspedes por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.	280
FIGURA 141. Evolução e Projeção do Fluxo de Total de Hóspedes em Natal - 2001 a 2020.	281
FIGURA 142. Evolução e Projeção da Receita Turística por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.	282
FIGURA 143. Evolução e Projeção da Receita Turística Total em Natal - 2001 a 2020.	283
FIGURA 144. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal-RN - 2001 a 2020.	284

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS - é etapa primordial do Programa de Desenvolvimento do Turismo e articula três conceitos-chaves, fundamentais em sua elaboração e leitura conjunta, isto é, a idéia de Planejamento como procedimento de melhor previsão; a idéia de Desenvolvimento como diretriz que se encaminha ao futuro previsto; e a noção de Sustentabilidade como meio de organizar o desenvolvimento no presente e futuro.

Sua elaboração é pré-requisito para os investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, em regiões turísticas pré-determinadas, no caso em questão, o Polo Costa das Dunas, localizado no litoral do Rio Grande do Norte. A escala de alcance geral do PDITS leva em consideração os municípios integrantes do Polo Costa das Dunas, sendo eles Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Arez, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e São José de Mipibu, municípios que perfazem aproximadamente 1,36 milhões de habitantes.

É *mister* considerar que o PRODETUR possui um histórico de atuação no Brasil e no Rio Grande do Norte, marcado pelas ações exitosas na dinamização das atividades turísticas, seja considerada local ou regionalmente – nas etapas I e II. Recentemente, o PRODETUR da Região Nordeste ganhou – com apoio do Ministério do Turismo – o caráter Nacional o que lhe deu destaque como Política de Turismo relacionada com o pleno enfoque, agora, nos três entes federativos (União, Estado e Município). Essa possibilidade de sinergia entre as esferas de Poder Público, aliado a transversalidade do PRODETUR NACIONAL, seja em temas como Planejamento ou capacitação profissional, contribui para melhor e maior eficácia das ações. Mas também, por outro lado, representa desafios adicionais no sentido de exigir das estruturas de planejamento (Planos, subprogramas e ações) e gestão (órgãos do executivo) a devida interface com a Política Nacional de Turismo e a Política Nacional de Integração Nacional, do Governo Federal.

A partir dessa base política, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – atua de modo estratégico ao disponibilizar recursos e base técnica de acompanhamento (avaliação, monitoramento, suporte e apoio) aos PDITS, oportunizando as condições aos Estados para alcançarem os objetivos do Plano. Nesse sentido, o PDITS é o instrumento de planejamento do turismo no Polo Costa das Dunas, devendo, portanto, constituir-se no instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado, de modo a dirigir seus investimentos e melhorar a capacidade empresarial e o acesso ao mercado turístico.

No Polo Costa das Dunas o trabalho foi caracterizado como uma revisão do PDITS de 2003. Seu processo foi desenvolvido em etapas, complementares e interdependentes, que revelaram a necessária tarefa de coligir informações, analisá-las e propor soluções factíveis aos programas e metas. Assim, o trabalho foi estruturado em capítulos, sendo iniciado com o conhecimento técnico, social e ambiental da região turística do Polo Costa das Dunas – seguido de um **Diagnóstico Estratégico** expandido com o maior número possível das informações técnicas (nos tópicos, oferta turística, demanda turística, rede urbana, economia e sociedade, etc.).

O **Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas** constituiu-se como etapa de avaliação e revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável/2003 (PDITS/2003) do **Polo de Turismo do Costa das Dunas do estado do Rio Grande do Norte**, nos principais indicadores e informações disponíveis sobre o turismo do Polo, divididos em dados turísticos, sociais, econômicos, ambientais, comunitários e de

gestão. É um componente fundamental do planejamento turístico que permitiu – ao final do Diagnóstico – estabelecer o Estado da Arte das atividades do turismo na Polo.

Para alcançar os objetivos do Diagnóstico do Polo Costa das Dunas foi privilegiada a coleta de dados direta nos municípios – a partir de um questionário respondido pelos secretários de turismo (Anexo I) e visitas campo pela região – e pelo contato com os órgãos municipais. As informações que não puderam ser obtidas de modo direto foram organizadas conforme disponibilidade em instituições afins em âmbito federal, estadual e municipal.

Ele está dividido em duas partes principais. Na **parte 1** é apresentado a **Caracterização Geral do Polo Costa das Dunas**, com dados sobre os aspectos históricos, ambientais, de infraestrutura básica, sociais e econômicos, que permite melhor situar o turismo em um espaço geográfico definido e delimitado. Em seguida, na **parte 2** apresenta-se a **Situação do Turismo no Polo**, apresentando os principais atrativos turísticos, suas potencialidades, a infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos, como se dá a gestão do turismo, dentre outros.

Com a finalização do Diagnóstico Estratégico foi possível proceder a **Justificativa da Seleção da Área Turística** do Polo Costa das Dunas, ou seja, aquele território apto a receber investimentos, ações e projetos de desenvolvimento do turismo que, de acordo com as análises e avaliações, os municípios integrantes foram selecionados e diferenciados em quatro níveis com base nos critérios estabelecidos no estudo.

Após esses capítulos em que foram apontadas as principais potencialidades e as fragilidades em diversos aspectos e justificada a área turística do Polo Costa das Dunas, passou-se à fase de proposição e definição de estratégias e ações que potencializem e fortaleçam a atividade turística de maneira sustentável.

Nessa construção, assim como ocorreu nas etapas anteriores da revisão do PDITS, as propostas elaboradas pela Consultoria foram discutidas em conjunto com gestores públicos, técnicos da SETUR e dos municípios participantes, empresários, entidades de classe, sociedade civil, instituições de ensino e capacitação etc.; e, validadas pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa das Dunas. Também contou com as contribuições de representantes do Ministério do Turismo e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, respeitando o entendimento de que o turismo sustentável requer o envolvimento e participação de todos os setores da sociedade, a fim de que as diretrizes elencadas reflitam o desejo coletivo daqueles que serão notadamente afetados: comunidade, empresários, poder público.

Para a **Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico** foi necessário, inicialmente, apresentar as projeções de indicadores do Turismo para Natal, vez que esta é uma cidade âncora para muitos destinos do Polo e que dispõe de dados e de estatísticas confiáveis. As projeções servem como balizadores do crescimento da atividade turística nos próximos anos, auxiliando a criar os cenários de desenvolvimento para cada um dos componentes.

Os Cenários, elencados para cada um dos componentes do Planejamento do PRODETUR (Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental), objetivaram explicitar a situação atual do turismo no Polo (Situação Atual) e também a situação futura, advinda das intervenções do PDITS nos diversos níveis. Em suma, é a situação que se pretende atingir com o desenvolvimento e incremento do turismo no Polo Costa das Dunas, chamado, então, de Cenário de Desenvolvimento.

Ainda nesse capítulo, é apresentada a Matriz SWOT, uma para cada um dos componentes de planejamento do PRODETUR. Nela são apresentados os Pontos Fortes (*Strengths*), Pontos Fracos (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) e, do cruzamento destes, podendo-se planejar o turismo de forma estratégica.

Os Cenários de Desenvolvimento, ou seja, aquilo que “se quer” e os resultados da Matriz SWOT originaram as macroestratégias norteadoras para a definição das ações a serem propostas para implementação do PDITS, como resposta às fragilidades do Polo Costa das Dunas, bem como alternativas para fortalecer e impulsionar as práticas de sucesso já consolidadas.

No capítulo dedicado ao **Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos** se individualiza todas as ações originárias das macroestratégias para cada componente, para em seguida dimensionar o montante de investimentos necessários à consecução de tais projetos que visam, em última instância, o crescimento e desenvolvimento sustentável do turismo no Polo Costa das Dunas.

O Plano de Ação apresenta uma visão geral do conjunto de atividades e projetos de investimentos a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e dos órgãos responsáveis. Sua formulação foi possível pelo debate e, articulação dos elementos técnicos do Diagnóstico, da construção de cenários e estratégias e das oficinas, reuniões e comentários realizados, com participação efetiva do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas. Está estruturado e apresentado por município, por componente do Programa e por ano de execução de modo a atingir os objetivos do Programa.

Nele está definido o objetivo do PDITS do Polo Costa das Dunas, como instrumento de planejamento do PRODETUR, para em seguida, estabelecer a **Matriz de Investimentos ou o Dimensionamento dos Investimentos**, de apoio ao financiamento do BID, com as respectivas prioridades, resultado dos debates realizados em oficinas técnicas com a participação dos membros do Polo. Essa Matriz foi avaliada em seus aspectos de impacto, formas de acompanhamento e monitoramento por parte da população e dos setores de gestão do turismo.

A Matriz de Investimentos foi estabelecida em função da vocação turística da região, seguida da definição das **ações priorizadas, ou seja, a serem realizadas nos primeiros 18 meses de Execução do Programa**. As ações priorizadas são detalhadas em “Fichas”, para uma melhor compreensão da proposta e, em seguida é apresentada uma avaliação preliminar dos seus impactos socioambientais, positivos e negativos para cada ação ou projeto. Vale salientar que as ações priorizadas para esses 18 primeiros meses no Polo Costa das Dunas fazem parte de um contexto de fortalecimento dos produtos já existentes e também do incentivo a novos segmentos e destinos turísticos, tendo como base o turismo de sol e mar, o turismo cultural e também o turismo náutico.

Também faz parte do PDITS os **Mecanismos de Feedback** mostrados através do **Marco Lógico**, espécie de **Marco de Resultados** que apresenta os indicadores de acompanhamento e avaliação das ações propostas, além de linha de base, meta e o meio de verificação de cada ação, a fim de que se possa mensurar o nível de efetividade do PDITS Costa das Dunas.

Complementando o PDITS, apresenta-se a **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, para o Polo Costa das Dunas, sendo definida como instrumento de avaliação de impactos socioambientais estratégicos. Seu objetivo principal é o de incorporar uma série de valores ambientais no procedimento de tomada de decisão sobre planos e programas, durante a sua elaboração e antes da sua aprovação. Assegura uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais, por meio da integração global das considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa, num quadro de sustentabilidade.

É importante ressaltar que a revisão do PDITS ocorreu de forma participativa e, inclusive, num trabalho de parceria entre a Consultoria, a SETUR, o Conselho Regional de Turismo do Polo, as Prefeituras Municipais e o Ministério do Turismo, através de reuniões, oficinas e consultas públicas, onde foram discutidos, pensados, propostos e validados todos os

esforços desse trabalho. Ao mesmo tempo, recebeu valiosas contribuições da equipe de acompanhamento do MTur e BID.

O conjunto de documentos, dados e análises aqui integradas foram produzidos e organizados pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, empresa executora do PDITS Costa das Dunas.

2. FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDITS

2.1. Objetivo Geral

- Desenvolver o turismo no Polo Costa das Dunas como importante indutor de inclusão social, por meio de ações planejadas que visem o aproveitamento sustentável do patrimônio natural e histórico-cultural num processo de valorização dos elementos naturais da paisagem e dos traços culturais das populações nativas, como fundamento da atratividade turística, de modo a dar qualidade aos destinos e produtos turísticos já consolidados, além de promover a ampliação e a diversificação da oferta, o aumento da competitividade do produto turístico e a geração de trabalho e renda.

2.2. Objetivos Específicos

- Contribuir para o fortalecimento e requalificação de destinos turísticos já consolidados e estruturação de novos destinos e produtos turísticos, de modo a ampliar a oferta turística do Polo Costa das Dunas e diversificá-la;
- Tornar os produtos e destinos turísticos potiguares mais competitivos, regional, nacional e internacionalmente, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista;
- Promover a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam em todas as esferas da cadeia produtiva do turismo, oferecendo oportunidades de qualificação à comunidade que deseja se inserir no mercado de trabalho turístico;
- Apoiar no aperfeiçoamento da capacidade de gestão administrativa e fiscal dos municípios, com vistas a aumentar as receitas provenientes da atividade turística;
- Recuperar e ampliar a infraestrutura dos destinos turísticos consolidados e emergentes do Polo Costa das Dunas e proporcionar condições favoráveis a iniciativa privada para investir na melhoria do produto turístico;
- Promover a proteção e preservação do patrimônio cultural e natural do Rio Grande do Norte, como forma de garantir um meio ambiente sustentável às comunidades locais e visitantes.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

PARTE 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO POLO COSTA DAS DUNAS

3.1. Avaliação do PDITS/PRODETUR-NE no Polo Costa das Dunas

As ações do PRODETUR NE II tiveram como foco principal o atendimento à população residente dos municípios envolvidos, distribuídos em três componentes de investimentos, sendo eles voltados para o fortalecimento da gestão do município, planejamento e infraestrutura e investimentos ao setor privado.

No primeiro componente, as ações buscavam proporcionar assistência técnica para realização de estudos de diagnóstico institucional e, preparação de projetos para cumprimento dos requisitos da legislação com interface direta no turismo. Outros subcomponentes estiveram previstos como a gestão municipal do turismo, planos diretores, gestão de resíduos sólidos, proteção e conservação de recursos naturais e culturais, além da urbanização em áreas turísticas (drenagem, paisagismo, etc.).

O segundo componente foi organizado de forma a ampliar a capacidade de ampliação da demanda turística, por meio de subcomponentes de infraestrutura (rodovias, pontes, centro de convenções, etc.), treinamento profissional, capacitação, saneamento básico nas comunidades e campanhas educativas.

Por fim, o terceiro componente visava favorecer o investimento privado continuado no turismo da região, por meio de financiamento a cursos, oficinas, seminários e planos de comercialização aos setores envolvidos no turismo.

Apesar do salto quantitativo no turismo potiguar após 1995, permaneceu um conjunto de deficiências apontadas como ameaças a sustentabilidade da atividade econômica no Polo, provocando uma maior preocupação em relação à operacionalização do turismo a nível local. O PRODETUR II teve, então, a tarefa de estruturar os municípios para garantir o efetivo controle do uso do solo e dos recursos naturais existentes, a capacitação da mão de obra local e conscientização da população para se inserir no contexto e saber como se beneficiar com o desenvolvimento do turismo.

Assim, foi detectada a necessidade de se complementar a infraestrutura de serviços urbanos básicos, objetivando resultados que garantissem o futuro e a sustentabilidade da atividade turística. A composição dos investimentos (Tabela 01), do contrato de empréstimo, seguiu essa abordagem, definindo em cada componente a lista de ações necessárias. Com base no plano de ação do planejamento estratégico do PDITS, os recursos do programa contemplaram: consultoria, capacitação, estudos e projetos, rodovias, projetos ambientais, implantação de sistema de esgotamento sanitário. Também foram previstas ações de fortalecimento institucional que propõe a melhoria da eficácia da gestão do turismo; ampliação da participação da sociedade no controle social; redução dos impactos negativos das atividades turísticas; bem como a melhoria no atendimento.

TABELA 01. Matriz de Projetos do PRODETUR/RN II

PROJETOS	TOTAL US\$
1. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	532,50
1.1 Despesa da Unidade Executora	532,50
2. CUSTOS DIRETOS	36.843,00
2.1. Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo	7.925,00
Serviços de consultoria, estudos e diagnósticos institucionais	30,00
Plano Diretor Municipal (05 revisões, 10 elaborações)	1.440,00
Implantação de Projetos de Fortalecimento de Gestão Municipal	840,00
Sinalização Turística	150,00
Implantação Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	100,00
Proteção e Manejo da APA de Jenipabú	120,00
Proteção e Manejo da APA de Complexo Lagunar Guaraíras/Bonfim	400,00
Proteção e Manejo da APA de Maracajaú	200,00
Proteção e Manejo da APA do Morro do Careca	60,00
Museu da Rampa de Natal	750,00
Urbanização da Orla da Redinha	700,00
Urbanização da Orla de Muriu	510,00
Urbanização da Orla de Jacumã	235,00
Urbanização da Orla de Pitangui	1.000,00
Urbanização da Orla de Jenipabú	380,00
Urbanização da Orla de Cotovelo	670,00
Urbanização da Orla de Pirangi do Sul	340,00
2.2. Planejamento Estratégico, Treinamento e Infraestrutura para o Turismo	26.378,00
Elaboração do PDITS Polo Costa das Dunas	82,00
Diagnóstico da Capacitação de Mão de Obra Equipamentos Turísticos	30,00
Elaboração de Plano de Sustentabilidade Econômico-Financeiro do Parque das Dunas	15,00
Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário para Natal	600,00
Elaboração dos Projetos Executivos de Transportes e Recup. De Áreas Degradadas	200,00
Elaboração de Projetos Executivos de Transportes	150,00
Elaboração de Projetos Executivos de Urbanização (Pirangi, Cotovelo, Pitangui, Jacumã, Muriú)	250,00
Elaboração de Projetos Executivos de Urbanização (Tibau do Sul, Pipa e Sen. Georgino Avelino)	80,00
Elaboração do Projeto Executivo de Revitalização do Museu da Rampa	33,00
Elaboração de Plano Diretor Regional de Resíduos Sólidos	150,00
Elaboração de Plano de Recuperação e Proteção Ambiental de APA de Maracajaú	220,00
Elaboração de Planos de Manejo e Gestão da APA Jenipabú e Bonfim/Guaraíras	340,00
Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Turística	30,00
Estruturação de Órgãos Estaduais – PRODETUR	940,00
Elaboração de Base Cartográfica para os Municípios do Polo	1.060,00
Campanhas de Conscientização Turística	280,00
Treinamento Profissional e Capacitação da População Local	1.400,00
Sistema de Esgotamento Sanitário da Praia da Redinha	2.300,00
Sistema de Esgotamento Sanitário de Capim Macio e Ponta Negra	5.500,00

CONT. TABELA 01. Matriz de Projetos do PRODETUR/RN II

PROJETOS	TOTAL US\$
Sistema de Esgotamento Sanitário de Tibau do Sul e Pipa	1.046,00
Sistema de Esgotamento Sanitário de Cotovelo e Pirangi	4.530,00
Recuperação do Passivo Ambiental – ETE de Ponta Negra	72,00
Recuperação do Passivo Ambiental – Área Degradada Pitangui/Jacumã	170,00
Recuperação do Passivo Ambiental – Área Degradada Binário de Pirangi	140,00
Recuperação do Passivo Ambiental – Área Degradada RN 313/N.Parnamirim	300,00
Recuperação do Passivo Ambiental – Acostamento Tibau do Sul/Goianinha	180,00
Sinalização Rodoviária de diversas Rodovias no Polo Costa das Dunas	320,00
Rodovia Tibau do Sul/Pipa	380,00
Anel Viário de Pipa (contorno de Pipa)	1.550,00
Rodovia Pipa/Simbaúma (proteção das falésias de Pipa)	1.030,00
Ampliação do Centro de Convenções de Natal	3.000,00
2.3. Promoção de Investimento Privado	2.540,00
Capacitação Empresarial	600,00
Planos e Campanhas de Marketing	1.940,00
3. RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.487,00
4. CUSTOS FINANCEIROS	213,00
4.1 Inspeção e Supervisão	213,00
TOTAL GERAL	39.075,50

Fonte: Contrato de Empréstimo.

Após a assinatura do Contrato de Empréstimo, em 2004, com valores em dólares, foi iniciada a contratação dos serviços e projetos previstos na Matriz. Entretanto, é importante registrar que depois da assinatura contratual houve uma variação cambial, provocando uma valorização do real frente ao dólar, o que demandou uma adequação das ações a serem executadas. Outro fator que contribuiu para que os projetos programados na Matriz não pudessem ser contratados na sua totalidade foi a diferença entre o valor estimado e o valor real, sendo este último apenas passível de ser definido com exatidão após a elaboração dos projetos executivos, a exemplo da elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa das Dunas, a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cotovelo/Pirangi, e a realização do programa de Capacitação Profissional, que tiveram custos maiores que os previstos.

Dentre as ações que não foram realizadas devido à limitação de recursos, a implementação do projeto de fortalecimento da gestão municipal deixou uma grande lacuna, uma vez que a deficiência na gestão municipal foi detectada anteriormente e diagnosticada como um empecilho ao desenvolvimento do turismo, pela falta de capacidade institucional dos municípios. A nível estadual, foi realizado o Projeto de Fortalecimento da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, contudo ainda não foi implantado. Estas são ações necessárias para o fortalecimento da atividade, pois dotariam, tanto o Estado como os Municípios, de órgãos estruturados e fortalecidos, direcionados ao planejamento e a gestão de um turismo sustentável.

3.1.1. Ações Concluídas - PRODETUR-NE II (Data de referência maio/2011)

a) Planos Diretores Municipais:

Revisão do PDM de Ceará-Mirim;
Revisão do PDM de Tibau do Sul;
Revisão do PDM de Nísia Floresta;
Revisão do PDM de Parnamirim;
Elaboração do PDM de Arez;
Elaboração do PDM de São Gonçalo do Amarante;
Elaboração do PDM de Senador Georgino Avelino;
Elaboração do PDM de Baía Formosa.

b) Elaboração de Projetos Executivos de Transportes e PRADES:

Implantação da Rodovia Tibau do Sul / Pipa;
Implantação do Anel Viário de Pipa;
PRADE de Goianinha / Tibau do Sul;
PRADE do Anel Viário de Pirangi;
PRADE de Pitangui / Jacumã;
PRADE da RN 313 Nova Parnamirim.

c) Recuperação de Passivos Ambientais:

Goianinha / Tibau do Sul;
Anel Viário de Pirangi;
Pitangui / Jacumã;
RN 313 Nova Parnamirim.

d) Elaboração de Planos de Manejo:

APA de Jenipabú;
APA de Bonfim / Guaraíras.

e) Elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos;

f) Elaboração do Plano Diretor de Esgotamento Sanitário de Natal;

g) Elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa das Dunas;

h) Sinalização Turística do Polo Costa das Dunas:

Elaboração do Projeto;
Implantação.

i) Fortalecimento Profissional:

Elaboração do Diagnóstico da Demanda e Oferta da Capacitação Empresarial e Profissional;
Execução dos Cursos de Capacitação Empresarial e Profissional (Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Touros, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante).

j) Implantação de Rodovias:

Pipa / Simbaúma;
Tibau do Sul / Pipa;
Anel Viário de Pipa.

k) Ampliação do Centro de Convenções de Natal;

- l) Elaboração do PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável;**
- m) Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR;**
- n) Avaliação Econômica e Financeira do Estado do RN;**
- o) Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal em Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul.**

3.1.2. Ações em Andamento - PRODETUR-NE II

- a) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pirangi, Cotovelo e Pium;**
- b) Implantação do Sistema Esgotamento Sanitário da Redinha;**
- c) Implantação do Sistema Esgotamento Sanitário de Tibau do Sul;**
- d) Projeto de Urbanização de Orlas;**
- e) Projeto do Museu da Rampa.**

Um dos grandes destaques do PRODETUR NE II foi a execução do Programa de Qualificação Profissional/Empresarial. Com o objetivo de dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor de turismo na região Nordeste do Brasil, iniciado com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR/NE I, o PRODETUR/NE II se propôs a executar um programa de capacitação profissional e empresarial para as pessoas envolvidas na atividade turística, buscando incrementar a qualidade dos serviços oferecidos pelos equipamentos turísticos.

Além de dar continuidade às ações da primeira fase do Programa, o objetivo primordial do PRODETUR II, assim como o do PRODETUR I, foi o de melhorar a condição de vida da população fixa, através do incremento dos postos de trabalho, criados através dos investimentos turísticos implantados no polo, após a execução das ações de infraestrutura.

A avaliação do PRODETUR I detectou que não foram realizadas ações de capacitação no setor turístico, ficando uma vasta gama de serviços oferecidos sem o padrão de qualidade exigido pelo mercado e pelos turistas. Assim, a estratégia do PRODETUR II passou a incluir o tema capacitação como um subcomponente prioritário, tendo como foco a capacitação profissional e empresarial, a fim de elevar a qualidade na prestação dos serviços oferecidos e, conseqüentemente, a competitividade do produto turístico.

Face a esse contexto, o governo do Estado do Rio Grande do Norte, através de convênio celebrado com o Ministério de Turismo, com a interveniência da Secretaria de Estado do Turismo, está executando o programas de formação inicial e continuada para os empresários e profissionais que atuam no setor turístico do Polo Costa das Dunas, atendendo as necessidades levantadas no Diagnóstico de Demanda de Qualificação Profissional e nas Estratégias Operacionais do Plano de Ação.

A qualificação empresarial e profissional já foi executada em nove municípios selecionados como prioritários para as primeiras ações de capacitação: Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Touros.

A Qualificação Profissional abrangeu os cursos de: garçom, barman, camareira, administração hoteleira, recepcionista de hotel, organizador de eventos, cozinheiro, recreador, confeitiro, orientador de turismo, qualidade no atendimento, relações humanas, manipulação segura de alimentos, inglês, espanhol, italiano, artesanato, informática e português.

Já os cursos de Qualificação Empresarial contemplaram as seguintes tipologias: gestão empresarial, inglês, italiano, espanhol, informática e artesanato.

Somando a qualificação empresarial e profissional executada nos nove Municípios já citados, temos que aproximadamente 12 mil pessoas que trabalham na área do turismo já foram capacitadas, com investimento de mais de 10 milhões de reais.

Conferindo seguimento a execução do Programa, a Qualificação Profissional já foi ampliada para contemplar os Municípios de Arez, Baía Formosa, Canguaretama, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso.

Das obras de infraestrutura, a primeira a ser concluída foi a reforma e ampliação do Centro de Convenções de Natal, que permitiu uma maior captação de eventos, movimentando o fluxo turístico do Estado, principalmente entre os períodos de alta estação. A complementação da malha viária do litoral sul (Rota do Sol) foi a mais prejudicada pela não execução das obras de infraestrutura, principalmente na região do entorno da Lagoa de Guaraíras, em Nísia Floresta/ Arez, em pequenos trechos interligando RN 061/RN 003 - Arez/ Piau/ Estivas; Barretas/ Senador Georgino Avelino. A implantação desses trechos é importante para melhorar o fluxo de veículos, a segurança e os problemas ambientais.

O subcomponente água-saneamento, de grande importância para a estruturação dos municípios do Polo, uma vez que possibilita uma melhoria do índice de qualidade de vida da população local, não foi concluído na sua totalidade devido a entraves judiciais, atualmente solucionados. As obras de esgotamento sanitário das praias de Pirangi, Cotovelo e Pium, responsáveis por uma parcela significativa do contrato de empréstimo do PRODETUR NORDESTE II, se encontram em fase de finalização prevista para o final de 2011, e beneficiarão uma área de relevante apelo turístico para o Polo. Alguns municípios com sistemas de saneamento e abastecimento autônomos conseguiram recursos em outras fontes, como foi o caso de Extremoz.

Outras ações executadas no Estado foram a execução da recuperação de passivos ambientais de trechos rodoviários da rodovia Tibau do Sul–Pipa, Binário de Pirangi, bem como a implantação da sinalização turística do Polo Costa das Dunas.

Uma rodovia executada com recursos próprios do governo foi a duplicação da Via Costeira, em Natal. Também foram concluídos, os acessos rodoviários de Tibau do Sul/ Pipa; o Anel Viário de Pipa e o acostamento Tibau do Sul/ Goianinha.

Ainda, dentre as ações concluídas pelo PRODETUR NE II, merece destaque a elaboração da base cartográfica de todo o Polo Costa das Dunas que possibilitou ao Estado e aos municípios possuir um moderno e eficiente instrumento de trabalho da maior importância no processo de planejamento e apoio aos planos diretores municipais.

Por fim, no que se refere ao Componente Promoção e Investimento Privado, com treinamentos e planos de marketing, não foram realizados nenhum dos itens, o que compromete a competitividade do Polo em relação a seus concorrentes na Região Nordeste.

Em síntese, o Contrato de Empréstimo que possibilitou o Rio Grande do Norte executar as ações do PRODETUR/NE II previa um financiamento no valor de US\$ 21.300 milhões, tendo sido 100% desse valor comprometido, e, até junho de 2011 houve um desembolso de 77,5%, o que corresponde a aproximadamente US\$ 16.500 milhões.

Faz-se importante ressaltar que do valor total do contrato, a contrapartida local representa 40%, ou seja, caberia ao Estado executar ações, seja com recursos próprios ou oriundos de convênios com o Ministério do Turismo, que somassem um valor total de US\$ 17.775 milhões.

Todavia, o que ocorreu de fato é que o valor despendido e considerado como contrapartida local foi superado, tendo o Estado executado projetos com recursos de contrapartida

superior ao programado na Matriz de Empréstimo, devido principalmente a celebração de convênios com o Ministério do Turismo.

Em razão de todo o exposto, podemos concluir que o Programa de Desenvolvimento do Turismo em sua segunda etapa trouxe um impacto bastante positivo para o desenvolvimento do turismo do Polo Costa das Dunas, que precisa ser consolidado e diversificado, ressaltando-se a importância da implementação de programas de governo que possibilitem a implantação das ações, com repercussões observáveis a médio e longo prazo.

3.2. Caracterização Urbana do Polo Costa das Dunas

3.2.1. O Litoral Oriental do Rio Grande do Norte: Formação Histórica

A ocupação do território litorâneo do Rio Grande do Norte começa pelas praias orientais, a partir do início da construção do Forte dos Reis Magos e fundação da Cidade do Natal no século XVI. Até o ano de 1561, porém, os donatários da Coroa Portuguesa – que possuíam a posse legal das terras da Capitania – não haviam tomado posse devidamente; era uma extensão territorial de larga amplitude indo até o rio Jaguaribe no Ceará, como atesta Câmara Cascudo (1980)¹.

A posse litorânea visava garantir a guarda militar de todo o lado nordeste do Brasil, a partir da construção de pontos fortificados, evitando assim a pressão dos franceses interessados no Pau Brasil. Os índios nativos também foram, em meados do século XVI, uma fonte de preocupação constante para os portugueses, que além do Forte dos Reis Magos começaram a erguer no platô adjacente ao Rio Potengi, uma cidade dotada de igreja, praça central e residências.

Depois dessa consolidação, Natal passou a ser ponto de descanso de tropas portuguesas que iam garantir a colonização ao norte, como no Ceará e Maranhão. Mas, logo no século seguinte, a produção de Cana de Açúcar – incentivada por todo o litoral nordestino – tem início, consolidando as primeiras fazendas e engenhos ao sul e ao norte de Natal e fundam-se as primeiras vilas e aldeias às margens dos rios Ceará-Mirim, Jacu e Trairi.

Já em 1775, no litoral oriental, existiam as freguesias da: Vila de Extremoz, com 484 casas, Vila de São José, com 251 casas, Vila de Arez, com 340 casas e a cidade do Natal, com 472 casas – nesse território também havia 27 engenhos em funcionamento (CLMENTINO, 1995, p.98).

As sedes municipais nesse litoral, a exceção de Natal, foram fundadas em áreas geograficamente centrais, longe da costa, em razão da necessidade de aproveitar as terras litorâneas, úmidas e férteis, para a cana de açúcar e garantir a segurança dos núcleos principais. A economia desse território era eminentemente baseada na cana de açúcar, pecuária de corte e leite (em pequena escala) e agricultura de subsistência. Contava trezentos moradores em Nísia Floresta e “duzentas almas” em São José de Mipibu. Natal, nessa mesma época, possuía pouco mais de seiscentos habitantes (KOSTER, 2002, p.159)². No século XX, Natal cresceu lentamente como centro exportador, sede do poder administrativo e cultural do estado. No século XIX as sedes municipais eram pequenas aglomerações no entorno de uma praça central e Igreja. A paisagem descrita por Koster (2002), na década de 1810, é totalmente dominada pela natureza, plantações, engenhos e vilas pouco habitadas.

¹ CASCUDO, Luiz da Câmara. História da cidade do Natal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

² KOSTER, Henri. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o atual município de Parnamirim foi escolhido para construção e operação de uma das maiores bases aéreas implantadas fora dos Estados Unidos. Este fato consolidou um núcleo de moradores permanente em Parnamirim, integrado cada vez mais a Natal.

O desenvolvimento metropolitano de Natal, abarcando os municípios ao norte até Ceará-Mirim e ao Sul até Nísia Floresta só foi intensificado nos últimos 20 anos, quebrando o isolamento histórico das sedes e integrando as mesmas em uma nova dinâmica econômica ativada pelo turismo litorâneo, pelas casas de veraneio e construção de equipamentos voltados a prestação de serviços.

3.2.2. Área de Planejamento Regional do Polo Costa das Dunas

a) Conceituação Teórico-metodológica

Aqui a importância do termo “cidade” dá-se menos pela busca de uma definição precisa – ou consensual para as teorias e modelos existentes – e mais como um indicador de concentração de dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Cidade não como oposição direta ao campo, mas como nó de centralização das atividades, fluxos e fixos sobre o território. As cidades permitem identificar traços ou linhas inteiras de redes, convergência de destinos e encontros organizados conforme lógica construída historicamente pelas classes sociais.

Espaços onde o “excedente social” pode ser percebido em melhor definição, importando aí suas articulações, sua capacidade de decisão sobre o território modificado, a inovação e a descoberta de potencialidades. Prenhe de virtuosidades, por outro lado também é na cidade que a desigualdade social e os processos de marginalização se dão de maneira mais explícita, assim como a reprodução urbana da precarização habitacional e impactos ambientais (poluição do solo, ar e água).

As cidades sobre o território possuem a capacidade de articulação não apenas dos seus setores internos, mas, sobretudo das outras cidades, ligadas em rede. A formação de redes urbanas amplia a compreensão dos efeitos de aglomeração e permite melhor tratamento na escala regional; também é fundamental para identificar em um quadro mais amplo a própria caracterização da desigualdade entre as cidades e entre as regiões. A rede urbana/regional, portanto, é mais do que a simples pontuação de aglomerados habitacionais, mas sim, permite a hierarquização dos ativos e passivos existentes em uma perspectiva relacionais bi-polar (centro-periferia, forte-fraco, dinâmico-estagnado, etc.) ou multipolar (econômico-político-cultural, ambiental-estratégico-social, etc.).

Por serem desiguais em sua forma, hierarquia e funções os nós de encontro na rede urbana são também apropriados desigualmente pela região e, por seu turno, entre as diversas regiões maiores. Da articulação das redes urbanas surge uma “rede regional”, isto é, uma abstração teórico-metodológica que permite visualizar as regiões como áreas relativamente homogêneas, ligadas por vias ou linhas (acesso, energia, água, etc.).

Dessa primeira abordagem, emerge as dificuldades de inovação e distribuição da riqueza gerada nas regiões, pela rede urbana. De fato, a capacidade de geração de riqueza não está diretamente associada com sua apropriação local na forma de renda. Há um descolamento, usualmente, entre a área de criação de ativos e as áreas de consumo e diversificação. Normalmente, a região inteira pode ser um excelente produtor, mas apenas um ou outro centro articulador terá a capacidade de se apropriar das diversas rendas geradas. Esse é um problema sócio-espacial que depende, em grande parte, das estratégias de inovação territorial de onde as políticas públicas são agentes fundamentais, incluindo aí o turismo.

Outro conceito importante para a região é a idéia de **centro articulador** que expressa a noção de nó da rede urbana e é capaz de, ao mesmo tempo, concentrar uma **dinâmica socioeconômica e articular diversos setores da economia e da cultura** de outras cidades e núcleos populacionais, sob sua influência direta ou indireta. É o espaço de referência para a existência de serviços, da troca de mercadorias, da mão de obra qualificada, das vendas diversificadas, da inovação e do contato político com a capital. O **centro articulador** é, nesse sentido, o ponto de concentração político e econômico que subordina a diversidade sociocultural, ambiental e histórico à sua imagem e interesses.

Com isso se quer relevar a importância do desenho das redes urbanas e da configuração regional à prática de acumulação econômica e desenvolvimento social, importância revestida pelas implicações que uma má gestão desse potencial pode trazer para um conjunto maior de localidades, posto que seus efeitos são também dispersados sobre uma área muito maior.

Não basta, assim, a simples existência de uma potencialidade econômica – como o Turismo ou Comércio – para dinamizar o território, não basta também a existência da infraestrutura na forma de linhas ou vias. É preciso a consolidação de uma atividade urbana articulada que permita movimentos de concentração intra-regional e competição inter-regional. Não é o caso de estabelecer uma “guerra regional”, pelo contrário, mas encontrar a complementaridade dos ativos que – no conjunto – as regiões podem dispor ou como reflete o estudo sobre as tipologias das cidades brasileiras:

É preciso combater a raridade do fenômeno urbano, de modo a maximizar as oportunidades de desenvolvimento existentes na sociedade e no território brasileiro, e com isso reduzir emigrações intensas, excessiva concentração em poucos núcleos, atraso agrícola, enfim, os efeitos que Cano chamou de destruição ou bloqueio ao desenvolvimento urbano e regional. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008, p.30).

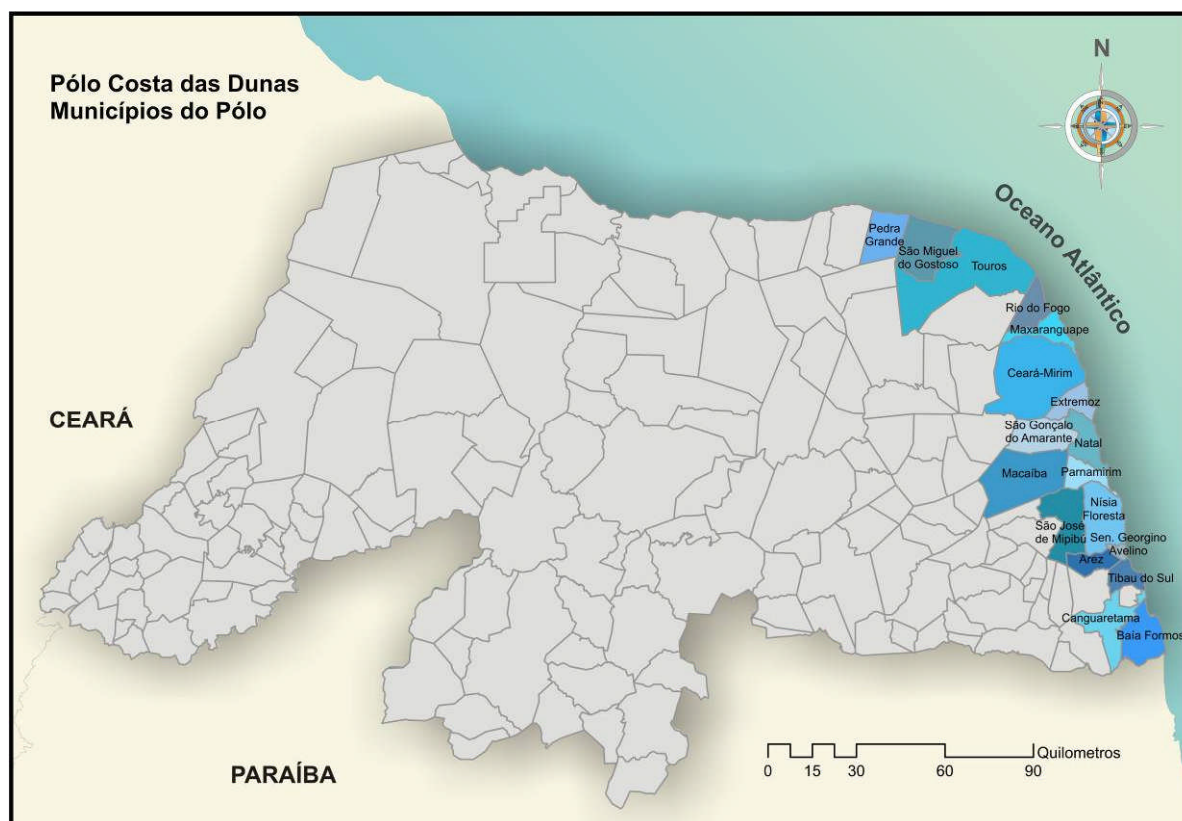
Em uma economia de mercado a diferenciação e desigualdades regionais far-se-ão presentes na rede urbana como um todo. De tal desigualdade irá emergir a formação de uma hierarquia como um traço regular, denotando a organização socioespacial. O conceito básico é de que em uma região existe uma cidade ou núcleo metropolitano que domine ou controle as demais cidades menores e, em muitos casos, toda a área rural do entorno. É nesse sentido, que antes de evidenciar as características municipais, neste item, formula-se uma concepção regional do Costa das Dunas, a partir de indicadores econômicos, populacionais e sociais, na evidência de uma rede urbana e de suas conseqüências ao desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, a identificação dos espaços urbanos relevantes dentro do Polo Costa das Dunas seguiu a noção de centralidade já expressa pelo estudo do Observatório das Metrópoles (2008), levando em consideração sua posição demográfica e socioeconômica mais relevante. O dimensionamento levou em conta a: complexidade e diversidade de funções e sua abrangência espacial, o papel de comando e coordenação em relação à rede urbana; o tamanho populacional; existência de empresas formais e indicadores sociais (IDH).

Os indicadores escolhidos indicam a concentração e centralidade e sua capacidade de organização territorial dos demais municípios. Daí buscar informações sobre densidade populacional e volume de atividades, fluxos de oferta de bens e serviços, terciário avançado, nova economia, etc. Em relação às variáveis, os valores ponderados permitiram a comparabilidade dentro do modelo proposto. A função do parâmetro é possibilitar o equilíbrio comparativo entre dois ou mais indicadores de natureza e tamanho diferentes. Cada valor corresponde a um peso, a depender da sua relevância para o sistema ou caso. A somatória dos pesos permite organizar de maneira hierárquica o elemento mais ou menos preponderante dentro do sistema.

Para efeito de análise da rede urbana, foram considerados todos os municípios integrantes do Polo Costa das Dunas: **Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Arez, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e São José de Mipibu**, conforme figura abaixo.

FIGURA 01. Polo Costa das Dunas.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A partir dessa delimitação, o Diagnóstico observou (itens abaixo) o quadro de inserção da região nos principais documentos de avaliação e política regional produzidos mais recentemente, buscando a caracterização da área de planejamento de modo a ratificar o “estado da arte” das futuras propostas.

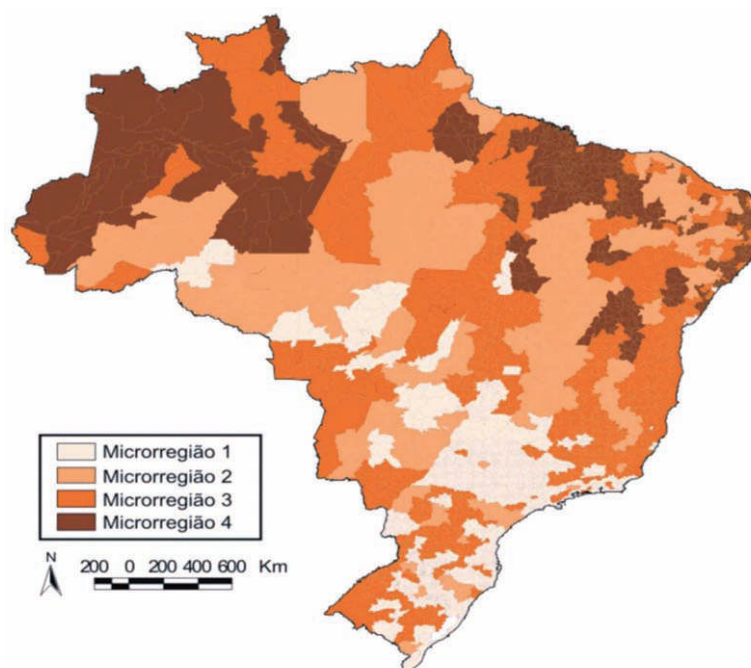
b) Estudos e Planejamento Regional Recentes no Brasil e Nordeste

Em relação ao histórico de planejamento regional mais recente no Brasil e do Nordeste que possuem relações com planos setoriais de turismo, destaca alguma como referência. O primeiro é a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**, ou PNDR, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003. O PNDR constitui-se como um esforço de voltar a pensar o Brasil em termos de sua diversidade regional, buscando as potencialidades e características singulares de cada espaço, escalas e iniciativas (PNDR, 2003). O enfoque do PNDR foi dado à microrregião, pois não seria possível a análise municipal devido a quantidade expressiva de dados a serem trabalhados. O eixo do PNDR é interferir na dinâmica regional nos pontos onde ocorrem estagnações econômicas, objetivando o combate da desigualdade, por meio de um melhor equilíbrio. Para medir as diferenças e buscar o equilíbrio, o PNDR privilegiou como atributos microrregionais a capacidade de estoque de riqueza (PIB municipal agrupado) e a dinâmica de crescimento. Esses dois

atributos são colocados em uma escala de grande evidência as áreas principais e as estagnadas, sendo que nestas últimas o Estado é chamado a pensar sua política pública.

O resultado é a formação de uma tipologia com quatro representantes: alta renda (MR1), renda baixa ou média e dinâmica do PIB elevada (MR2); renda média e pequena dinâmica do PIB (MR3) e baixa renda e pouco dinamismo do PIB (MR4). Como essa visualização foi possível observar que 85,9% dos MR4 estão no Nordeste e 14,1% no Norte, demonstrando a enorme desigualdade regional brasileira.

FIGURA 02. Tipologias Microrregionais do PNDR.

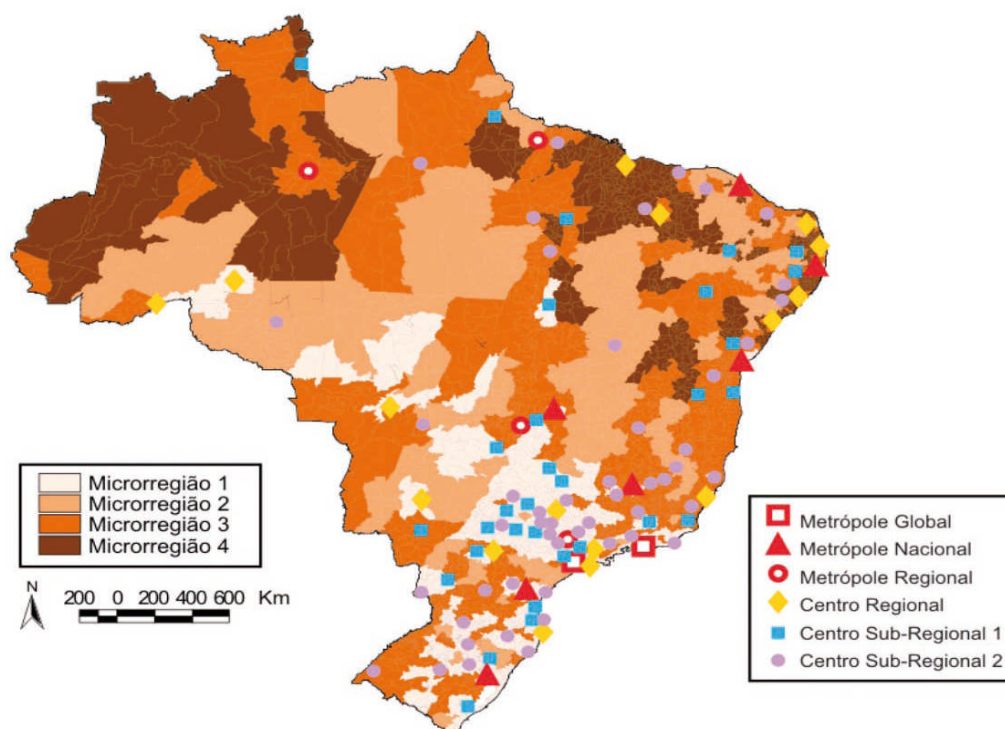


Fonte: Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, 2003.

Outra abordagem foi dada pelo estudo do IPEA-NESUR/UNICAMP/IBGE chamado *Tendências e Perspectivas da Rede Urbana do Brasil*, em 1999. Este estudo privilegiou primeiro um recorte macrorregional, isto é, dividiu o país em conjuntos grandes de estados e, após isso, os agrupou em estudos regionais³ e, por fim, em uma rede de cidades definidas por hierarquias: sede-periferia, aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas, dimensão populacional, tipo de economia predominante e posição nos estudos do IBGE para Influência das Cidades (REGIC). O estudo das *Tendências* não se ateve apenas a dados quantitativos, mas cruzou também elementos de observação nos locais, dando um aspecto qualitativo e ajustando os níveis de integração e dependência. Após o cruzamento das informações, o estudo apresenta alguns critérios como à área de influência dos centros urbanos, centros decisórios e de relações internacionais, escala da urbanização ou dimensão do processo de urbanização, complexidade e diversificação da economia urbana e diversificação do terciário. A classificação final resultou em uma hierarquia de centros urbanos identificados pelos níveis de metrópoles globais, metrópoles nacionais, metrópoles regionais, centros regionais e centros sub-regionais de níveis 1 e 2.

³ As variáveis utilizadas foram dados do CENSO 1992, RAIS – Mtrabalho, estimativas do PIB municipal do IPEA, e demais censos econômicos da década de 1980 e 1990.

FIGURA 03. Tipologias do Estudo das Redes Urbanas no Brasil sob base do PNDR.



Fonte: IPEA-NESUR/IBGE/UNICAMP, 1999

Pela metodologia, no Rio Grande do Norte a capital Natal é um Centro Regional, Mossoró é um Centro Subregional 1 e Caicó Centro subregional 2, sobreposta a uma microrregião de Nível 3 e 4 (pobre).

Finalmente, em 2008, o Ministério das Cidades encomendou estudo ao Observatório das Metrôpoles sobre uma nova proposta de leitura da rede urbana brasileira. A Tipologia de Cidades (2008) parte de uma análise crítica dos trabalhos anteriores (incluindo uma detalhada observação sobre o trabalho do CEPLAR)⁴, evidenciando que os mesmos mantinham uma estreita relação entre densidade econômica (geralmente o PIB municipal) e a estrutura urbana existente (sua densidade populacional ou de redes). Áreas de pouca densidade econômica apresentam-se com baixa capacidade de articulação e formação de redes, além de rarefeitos pelo território. Para propor uma nova leitura, o Observatório das Metrôpoles (2008) lança mão de uma análise multivariada (população, instrução, renda, depósitos bancários, PEA, IPTU, mobilidade pendular e instalação sanitária). Os municípios então são agrupados em Tipologias de 1 a 4 e classificados de acordo com seu grau de pobreza interna, de A (melhor posição) até D (pior posição dentro do Tipo).

Nessa classificação, no grupo de cidades acima de 100 mil habitantes (integrantes do Polo Costa das Dunas) **Natal e Parnamirim** surge no **Tipo Microrregional 2** (urbano de média dimensão), **Classe B** que significa um alto ou médio estoque de riqueza acumulada com movimento positivo no PIB. A classe B agrupa municípios com algum acúmulo de riqueza, havendo valores variados ligados à pobreza e medíocres condições de vida.

Em seguida surge **São Gonçalo do Amarante** (municípios entre 20 e 100 mil habitantes) como **Tipo 3, Classe B**, caracterizado por um médio estoque de riqueza acumulada e por uma variação positiva de intensidade média ou baixa do PIB. Com mesmo peso populacional, **Macaíba, São José de Mipibu, Canguaretama e Ceará-Mirim** estão no mesmo **Tipo 3**, porém na **Classe D** com padrões tradicionais de pobreza municipal.

⁴ Cf. CEDEPLAR, 2000.

Nísia Floresta e Touros também estão na **Classe D do Tipo 3**, apenas localizam-se em municípios de até 20 mil habitantes (com menor densidade populacional).

São Miguel do Gostoso é classificado como **Tipo 4**, que agrupa as microrregiões de baixo estoque de riqueza, observando nelas uma variação discreta do PIB, denotando uma fraca dinâmica e **Classe C** (municípios de até 20 mil habitantes); **Pedra Grande** com **Tipo 4, Classe D**; **Rio do Fogo, Sen. Georgino Avelino e Maxaranguape** são **Tipo 4, Classe B**; **Tibau do Sul e Arez** são **Tipo 4, Classe A** (municípios até 20 mil habitantes). **Extremoz** é **Tipo 1, Classe D**.

Extremoz é um caso único no Polo, pois pertence ao **Tipo 1** que se caracteriza pelo alto estoque de riqueza acumulada, devido a presença do Distrito Industrial, mas na **Classe D**, com alta pobreza como a marca principal, isto é, não ocorre a distribuição da renda gerada.

QUADRO 01. Polo Costa das Dunas na Tipologia de Cidades do Brasil.

TIPOLOGIA DE CIDADES	MUNICÍPIOS DO COSTA DAS DUNAS
TIPO 1 - D	Extremoz
TIPO 2 – B	Natal e Parnamirim
TIPO 3 – B	São Gonçalo do Amarante
TIPO 3- D	Macaíba, São José de Mipibu, Canguaretama e Ceará-Mirim, Nísia Floresta e Touros
TIPO 4 – A	Tibau do Sul e Arez
TIPO 4 - C	São Miguel do Gostoso
TIPO 4 - B	Rio do Fogo, Sen. Georgino Avelino, Baía Formosa e Maxaranguape
TIPO 4- D	Pedra Grande

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2008
 Organização: Start Pesquisa e Consultoria, 2009

Pelo estudo do Observatório das Cidades, os municípios do Polo Costa das Dunas apresentam diferenciações nos quatro Tipos de Microrregiões, desde a hegemonia de Natal e Parnamirim com os melhores indicadores (Classe B), até Pedra Grade que está na Tipologia 4, Classe D com dinâmica econômica e social preocupantes. Há uma concentração de seis municípios no Tipo 3, Classe D o que indica alguma capacidade de reação da economia municipal, pois percebe-se variação positiva do PIB, embora a pobreza interna seja um obstáculo ao desenvolvimento dessa tendência.

c) O Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Natal

Focalizando ainda mais o Polo, no seu planejamento regional recente, destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal - PDRMN, desenvolvido pelo Governo do estado do Rio Grande do Norte, com consultoria técnica da CEPLAN e UFRN (2008).

O Plano abarca nove municípios formadores da RM Natal, sendo que destes, oito estão inseridos no Polo Costa das Dunas. Embora esse Plano Metropolitano não seja direcionado exclusivamente ao turismo, contém elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo no litoral, pois estabelecem diagnósticos e cenários para quase metade dos municípios do Polo, entre eles aqueles onde o turismo está consolidado e em consolidação.

O Plano Metropolitano lembra que 72% dos estabelecimentos turísticos do RN concentram-se na Região Metropolitana de Natal, sendo que destes 83% estão na capital (PDRMN, 2008, p. 11).

Em relação às tendências e diretrizes o PDRMN destaca para o turismo:

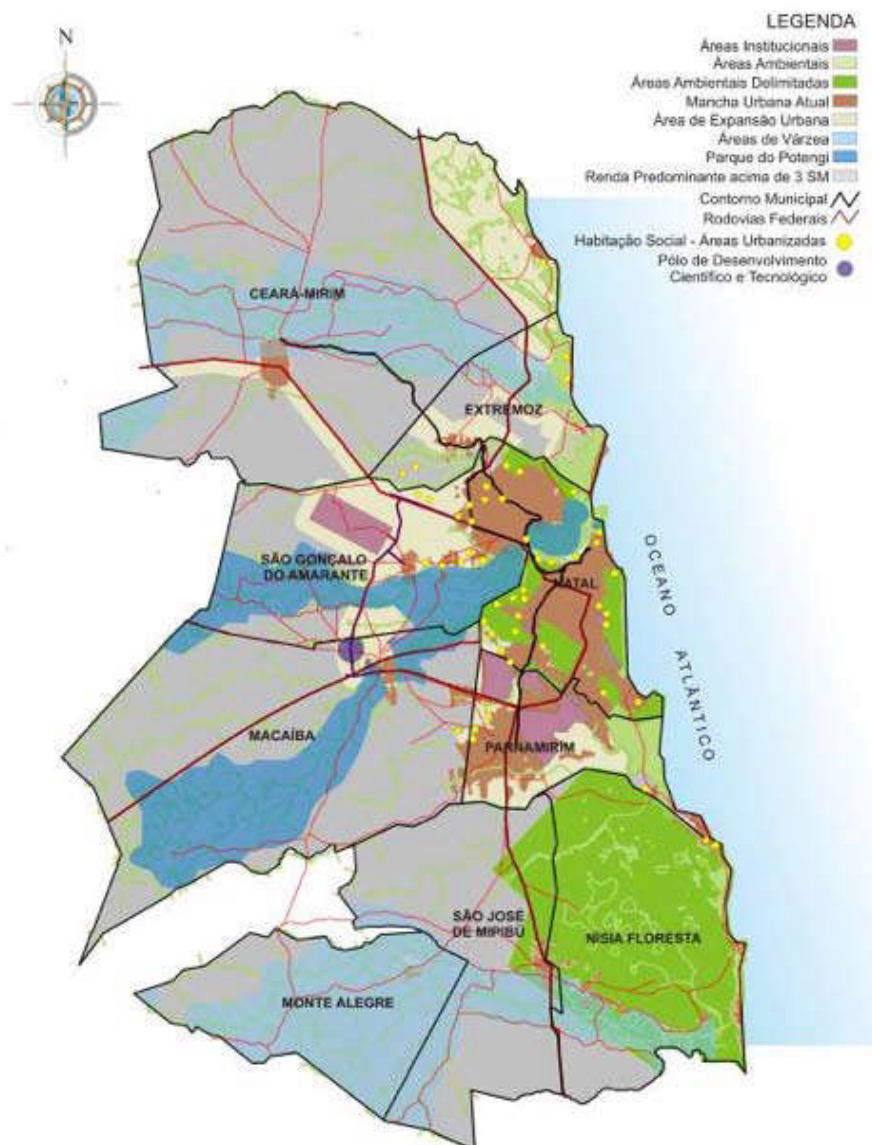
- Crescimento mundial do movimento turístico, com realce para o turismo cultural e ecológico, contemplando também a expansão do turismo da chamada terceira idade, estimulado pelo envelhecimento da população mundial com renda elevada;
- Crescimento contínuo da demanda por turismo no mundo, fator de fundamental importância para uma região que tem vocação natural para as atividades turísticas e que vem crescendo de forma intensa;
- Como ameaça, o PDRMN destaca a continuidade do fluxo de turismo baseado em diversão noturna com foco em práticas sexuais e a especulação imobiliária no litoral.

O PDRMN propõe então estabelecer para a Região Metropolitana do Natal três macrozonas de ordenamento e dinâmica econômica: uma zona central (com Natal e Parnamirim como municípios concentradores), uma zona de turismo que partindo de Natal irradia ao sul e ao norte pelo filamento litorâneo e uma zona interiorizada definida pelo espaço rural dos demais municípios.

Por fim, o PDRMN especifica os projetos prioritários que o governo estadual deverá implementar para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável da região. Em relação ao turismo destacam-se os seguintes objetivos:

- Consolidar a cadeia produtiva do turismo na RMN, procurando adensar os complementares, fortalecendo os mais frágeis e integrando novos;
- Estruturar novos produtos e destinos turísticos no espaço metropolitano, que contemplem os atrativos histórico-culturais, religiosos e ecológicos;
- Promover a atividade turística como fator de inclusão socioespacial;
- Fomentar a competitividade do produto turístico estadual no contexto regional;
- Divulgar a capacidade receptiva e o patrimônio histórico-cultural e ambiental do território metropolitano e territórios adjacentes;
- Desenvolver mecanismos de promoção de associativismo e cooperativismo com vistas à melhoria da produção e comercialização do artesanato local e de outros produtos típicos da região.

FIGURA 04. Região Metropolitana do Natal: mapeamento das dinâmicas socioeconômicas e ambientais, realizado pelo PDRMN.



Fonte: PDRMN, 2008, volume 4 e 5, p. 22

O desenvolvimento do Programa deverá ser conduzido buscando atingir os seguintes resultados ou metas:

- Produção de novos roteiros turísticos e de lazer que, associados aos roteiros de sol e praia promova a expansão da atividade turística na Região metropolitana;
- Produção de Plano de Desenvolvimento Turístico que contemple não apenas a proposta do turismo sol e praia, mas que valorize as potencialidades turísticas vinculadas ao patrimônio cultural e religioso;
- Produção de um inventário turístico da RMN, destacando as potencialidades históricas, culturais e ambientais do território metropolitano;

- Implementação de uma política de agregação de valor aos produtos artesanais das localidades;
- Construção de uma base de dados georreferenciados de informações sobre a dinâmica do mercado turístico da RMN, bem como sobre os ativos e atrativos existentes e seu grau de uso.

O PDRMN estabelece R\$ 129 milhões para execução das metas, sendo R\$ 72 milhões para financiamento aos estabelecimentos formais, R\$ 32 milhões de qualificação da mão-de-obra, R\$ 15 milhões para financiamento de produtores individuais e R\$ 10 milhões para estudos e campanhas voltadas para a diversificação do turismo para os nove municípios da RMN.

O PDRMN foi finalizado em 2008, sua apresentação ao Governo Estadual e à Câmara Metropolitana foi realizada e espera-se sua implementação como elemento fundamental para o desenvolvimento da região como um todo, incluindo a sobreposição com o Polo Costa das Dunas.

d) Construção de Parâmetros de Avaliação para Centro Articulador Urbano no Polo Costa das Dunas

Após a rápida análise sobre os Planos e Metodologias existentes sobre a Região do Costa das Dunas, faz-se necessária à identificação de uma hierarquização regional própria ao PDITS, no sentido de tratar os municípios integrantes do Polo, focalizando assim os elementos mais importantes na caracterização da rede urbana do Costa das Dunas. Os mapeamentos anteriores, entretanto, já permitem clarificar uma predominância dos municípios de Natal e Parnamirim como “cabeças de rede”, isto é, centralidades econômicas e populacionais que ordenam à região.

Mas pela generalidade dos estudos, o PDITS necessita de uma aproximação metodológica que separe da influência nacional, isto é, que recoloque a posição comparativa intra-regional evidenciando assim, a hierarquia dentro do Polo Costa das Dunas com os municípios se posicionando em relação aos melhores indicadores a Natal e Parnamirim. Esse procedimento metodológico visa construir um diagnóstico mais específico ao Polo Costa das Dunas, aproximando da realidade interna.

Os indicadores utilizados foram divididos em três setores: População, Socioeconomia e Índice de Desenvolvimento Humano. Em população foram definidas quatro variáveis (População Total em 2007, Taxa de Crescimento Populacional entre 1991 e 2000, População Urbana em 2000 e Densidade Demográfica em 2000). Cada variável foi ponderada com um valor de 1 (mínimo) até 5 (máximo), a partir do melhor resultado dentro da Rede.

O indicador Socioeconômico levou em consideração as seguintes variáveis: Renda Média em Salários Mínimos para 2001, PIB municipal 2006, número absoluto de empresas formais em janeiro de 2009 e quantidade de agências bancárias (públicas e privadas) existentes em cada município. Novamente foram dados valores de 1 a 5.

Por fim como elemento de síntese dos indicadores sociais, utilizou-se o conhecido IDH-M, do PNUD.

A utilização de tais indicadores nesta parte não pretende realizar uma análise das condições socioeconômicas do Polo Costa das Dunas, pois essa análise é realizada em item posterior desse Diagnóstico. O objetivo da organização das variáveis é a construção de uma hierarquia (tipo *rank*) que posicione todos os municípios do Polo Costa das Dunas em face da “cabeça de rede”.

A validade dessa caracterização da rede urbana da região é permitir compreender as relações homogêneas e diferenciadas dentro do Polo, evitando assim a análise exclusivamente municipal. Daí que as Figuras 05 e 06 adiante são a espacialização da Rede do Polo de Turismo do Costa das Dunas, considerando não a escala municipal, mas a centralidade funcional dos núcleos organizados da seguinte forma: **Centro Articulador 1 (CA 1), Centro Articulador 2 (CA 2)**, e dois níveis de Núcleos Urbanos (N1 e N2), conforme figuras abaixo.

O Quadro 06 indica a síntese de todos os indicadores, após a somatória dos valores observados nos Quadros 03, 04 e 05. O resultado final colocou **Natal como principal centro articulador e Polo da Região Metropolitana, seguido por Parnamirim como Centro Articulador 2**. Esses dois centros de modo integrado comandam a rede urbana, mas sem alcançar diretamente os núcleos mais isolados – **Canguaretama e Baía Formosa (no sul), S. Miguel do Gostoso, Rio do Fogo e Touros (ao norte)**. Entretanto, o peso de Natal como Polo e capital do estado permite indicar uma influência indireta nestes núcleos desconectados da rede principal (figura 06, abaixo).

Na figura 05 percebe-se a relação dos núcleos urbanos com a malha viária, bastante capilar no sentido Natal, Parnamirim e Macaíba e mais linear ao sul e ao norte, indicando menores possibilidades de deslocamento dentro da rede.

Na figura 06, o raio de influência direta de Natal alcança até Nísia Floresta (sul) e Ceará-Mirim (norte) nos extremos da metrópole; suas linhas de conectividade são bastante ativas e densas no sentido sul (Macaíba, Parnamirim, São José de Mipibu e Nísia Floresta) e apenas radiais ao norte.

Assim, o estudo da rede urbana do Polo Costa das Dunas permite indicar uma forte relação de centralidade no entorno de Natal, mas que não permite uma maior complexidade em todo o Polo, sendo este formado por duas realidades: uma centralizada na força da RM Natal e outra do tipo “arquipélago” com municípios desconectados. Uma linha de conurbação litorânea, porém, integra o sul e o norte embora de modo ainda inicial.

QUADRO 02. Polo Costa das Dunas: Indicadores Populacionais.

Municípios	Pop. total em 2007 (abs.)	Valor	Tx. Crescimento Populacional 91-2000 (em %)	Valor	População Urbana 2000 (em %)	Valor	Densidade Demográfica Urbana 2000 (Hab/Ha)	Valor
Arez	12.236	1	0.18	1	59,71	3	128,22	4
Baía Formosa	8.466	1	0.9	1	81,43	5	105,92	4
Canguaretama	29.334	2	1.51	2	62,65	4	182,15	5
Ceará-Mirim	65.450	3	2.04	3	49,40	3	71,26	3
Extremoz	21.792	2	3.07	3	68,56	4	166,44	5
Macaíba	63.337	2	2.65	3	65,67	4	80,89	3
Maxaranguape	8.969	1	4.96	4	37,71	2	25,45	1
Natal	774.230	5	1.81	2	100	5	51,27	2
Nísia Floresta	22.906	2	3.56	3	45,37	3	222,17	5
Parnamirim	172.751	3	7.9	5	87,53	5	191,14	4
Pedra Grande	3.918	1	1,59	2	32,16	2	74,04	3
Rio do fogo	9.753	1	2.5	3	39,28	2	86,67	2
São Gonçalo do Amarante	77.363	2	4.86	4	14,11	1	112,20	4
São José de Mipibu	36.990	2	2.44	3	44,69	3	87,21	3
São Miguel do Gostoso	8.810	1	6.72	—	38,28	2	98,31	3
Sen. Georgino Avelino	3.690	1	2.44	3	22,02	2	85,33	3
Tibau do Sul	10.959	1	2.98	3	16,62	1	61,54	2
Touros	29.436	2	6.97	—	27,24	2	12,42	1

Fonte: Censo IBGE, 2000.

QUADRO 03. Polo Costa das Dunas: Indicadores de Socioeconomia.

Municípios	Renda média (em S.M em 2001)	Valor	PIB mun. (em mil reais)	Valor	Empresas Formais em jan.2009 (abs.)	Valor	Agências Bancárias (abs.)	Valor
Arez	1,72	2	131.102	3	127	2	0	0
Baía Formosa	1,78	2	111.130	3	106	2	0	0
Canguaretama	1,55	2	133.221	3	386	2	1	1
Ceará-Mirim	1,92	2	247.860	3	967	3	2	1
Extremoz	2,40	3	96.888	2	283	2	0	0
Macaíba	2,1	3	527.651	4	1137	4	2	1
Maxaranguape	1,31	2	41.865	1	151	2	0	0
Natal	4,73	5	7.508.467	5	31353	5	42	5
Nísia Floresta	2,06	3	95.766	2	389	2	0	0
Parnamirim	3,93	4	1.269.569	4	4152	4	3	3
Pedra Grande	1,40	2	16.697.00	1	56	1	0	0
Rio do fogo	1,47	2	30.669	1	92	1	0	0
São Gonçalo do Amarante	1,95	2	677.341	4	897	3	2	1
São José de Mipibu	1,86	2	172.329	3	581	3	1	1
São Miguel do Gostoso	1,27	2	37.973	1	68	1	0	0
Sen. Georgino Avelino	1,57	2	15.504	1	0	0	0	0
Tibau do Sul	1,99	2	56.240	2	597		0	0
Touros	1,73	2	153.028	3	330	2	1	1

Fonte: Censo IBGE

Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000

PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006.

Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009.

Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008

QUADRO 04. Polo Costa das Dunas: Indicadores Sociais.

Municípios	IDH-Municipal (2000)	Valor
Arez	0,624	2
Baía Formosa	0,643	2
Canguaretama	0,60	2
Ceará-Mirim	0,646	2
Extremoz	0,694	3
Macaíba	0,665	3
Maxaranguape	0,609	2
Natal	0,788	5
Nísia Floresta	0,666	3
Parnamirim	0,76	5
Pedra Grande	0,587	1
Rio do fogo	0,548	1
São Gonçalo do Amarante	0,695	3
São José de Mipibu	0,671	3
São Miguel do Gostoso	0,558	1
Sen. Georgino Avelino	0,647	2
Tibau do Sul	0,655	3
Touros	0,595	1

Fonte: PNUD

QUADRO 05. Polo Costa das Dunas: Indicadores Socioeconômicos Integrados.

Município	POPULAÇÃO				ECONOMIA				SOCIAL
	Pop. total em 2007 (abs.)	Tx. Crescimento Populacional 91-2000 (em %)	População Urbana 2000 (em %)	Densidade Demográfica Urbana(2000 Hab/Ha)	Renda média (em S.M em 2001)	PIB mun. (em mil reais)	Empresas Formais (abs.)	Agências Bancárias (abs.)	IDH-M (2000)
Arez	12.236	0.18	59,71	128,22	1,72	131.102	127	0	0,624
Baía Formosa	8.466	0.9	81,43	105,92	1,78	111.130	106	0	0,643
Canguaretama	29.334	1.51	62,65	182,15	1,55	133.221	386	01	0,60
Ceará-Mirim	65.450	2.04	49,40	71,26	1,92	247.860	967	02	0,646
Extremoz	21.792	3.07	68,56	166,44	2,40	96.888	283	0	0,694
Macaíba	63.337	2.65	65,67	80,89	2,0	527.651	1137	02	0,665
Maxaranguape	8.969	4.96	37,71	25,45	1,31	41.865	151	0	0,609
Natal	774.230	1.81	100	51,27	4,73	7.508.467	31353	42	0,788
Nísia Floresta	22.906	3.56	45,37	222,17	2,06	95.766	389	0	0,666
Parnamirim	172.751	7.9	87,53	191,14	3,93	1.269.569	4152	03	0,76
Pedra Grande	3918	1,59	32,16	74,04	1,40	16697	56	0	0,587
Rio do Fogo	9.753	2.5	39,28	86,67	1,47	30.669	92	0	0,548
São Gonçalo do Amarante	77.363	4.86	14,11	112,20	1,95	677.341	897	02	0,695
São José de Mipibu	36.990	2.44	44,69	87,21	1,86	172.329	581	01	0,671
São Miguel do Gostoso	8.810	6.72	38,28	98,31	1,27	37.973	68	0	0,558
Sen. Georgino Avelino	3.690	2.44	22,02	85,33	1,57	15.504	0	0	0,647
Tibau do Sul	10.959	2.98	16,62	61,54	1,99	56.240	597	0	0,655
Touros	29.436	6.97	27,24	12,42	1,73	153.028	330	01	0,595

Fontes:

População total em 2007 (Contagem Populacional, IBGE)

Tx. Crescimento 1991-2000 (IBGE, CENSO)

População Urbana 2000 (IBGE, CENSO)

Densidade Demográfica sede em 2007 (pop.total/área em hectare)

Renda média: Censo Demográfico IBGE 2000

PIB municipal: IBGE Contas Regionais, 2006.

Empresas Formais: CAGED, Janeiro de 2009.

Agência Bancárias: considerando a rede do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Bradesco em 2008

IDH – Municipal: PNUD

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

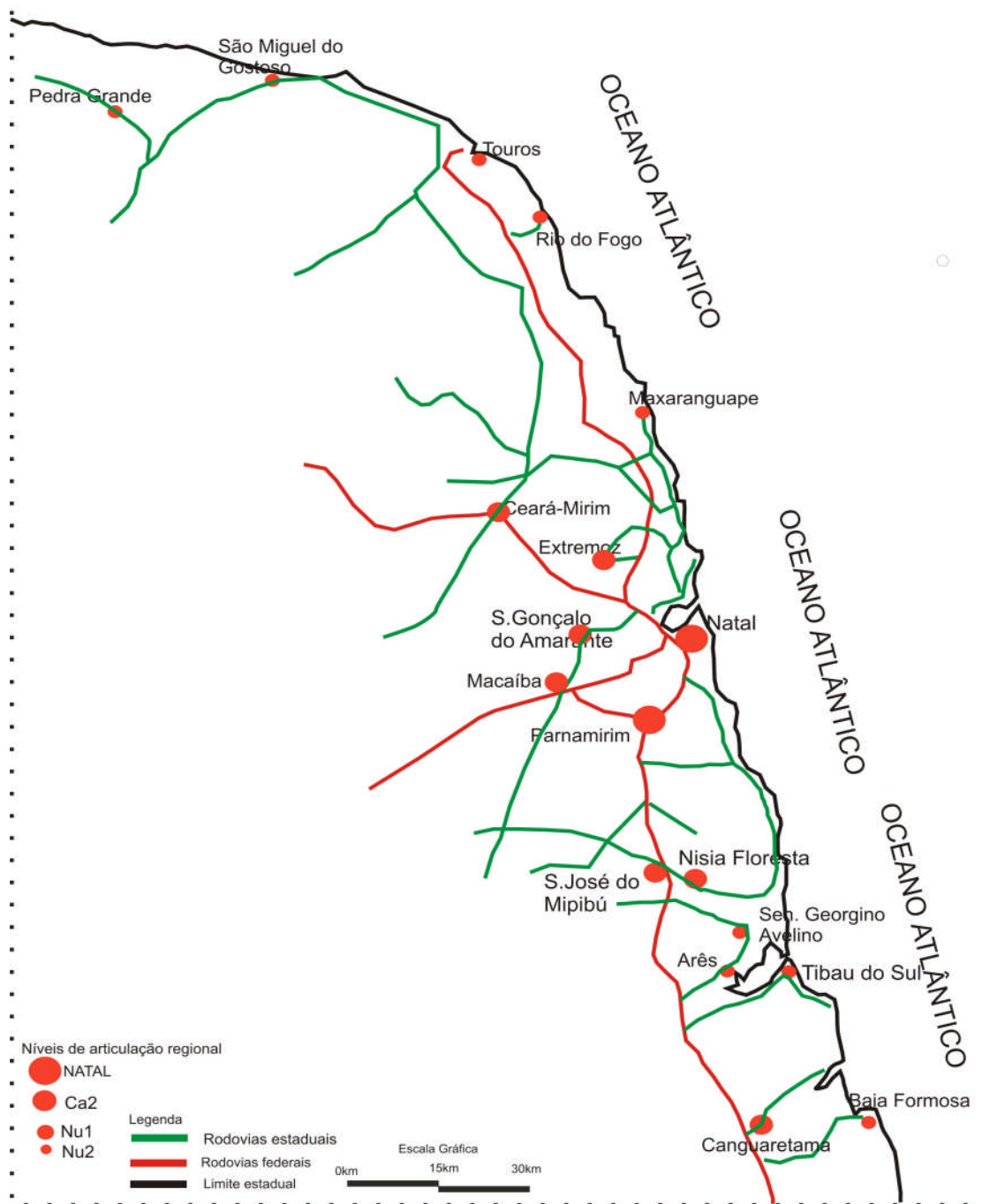
QUADRO 06. Polo Costa das Dunas: Posição na Rede Urbana.

Município	Posição
Arez	18
Baía Formosa	20
Canguaretama	23
Ceará-Mirim	23
Extremoz	24
Macaíba	27
Maxaranguape	15
Natal	39
Nísia Floresta	23
Parnamirim	37
Pedra Grande	13
Rio do Fogo	13
São Gonçalo do Amarante	23
São José de Mipibu	11
São Miguel do Gostoso	24
Sen. Georgino Avelino	14
Tibau do Sul	14
Touros	14

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

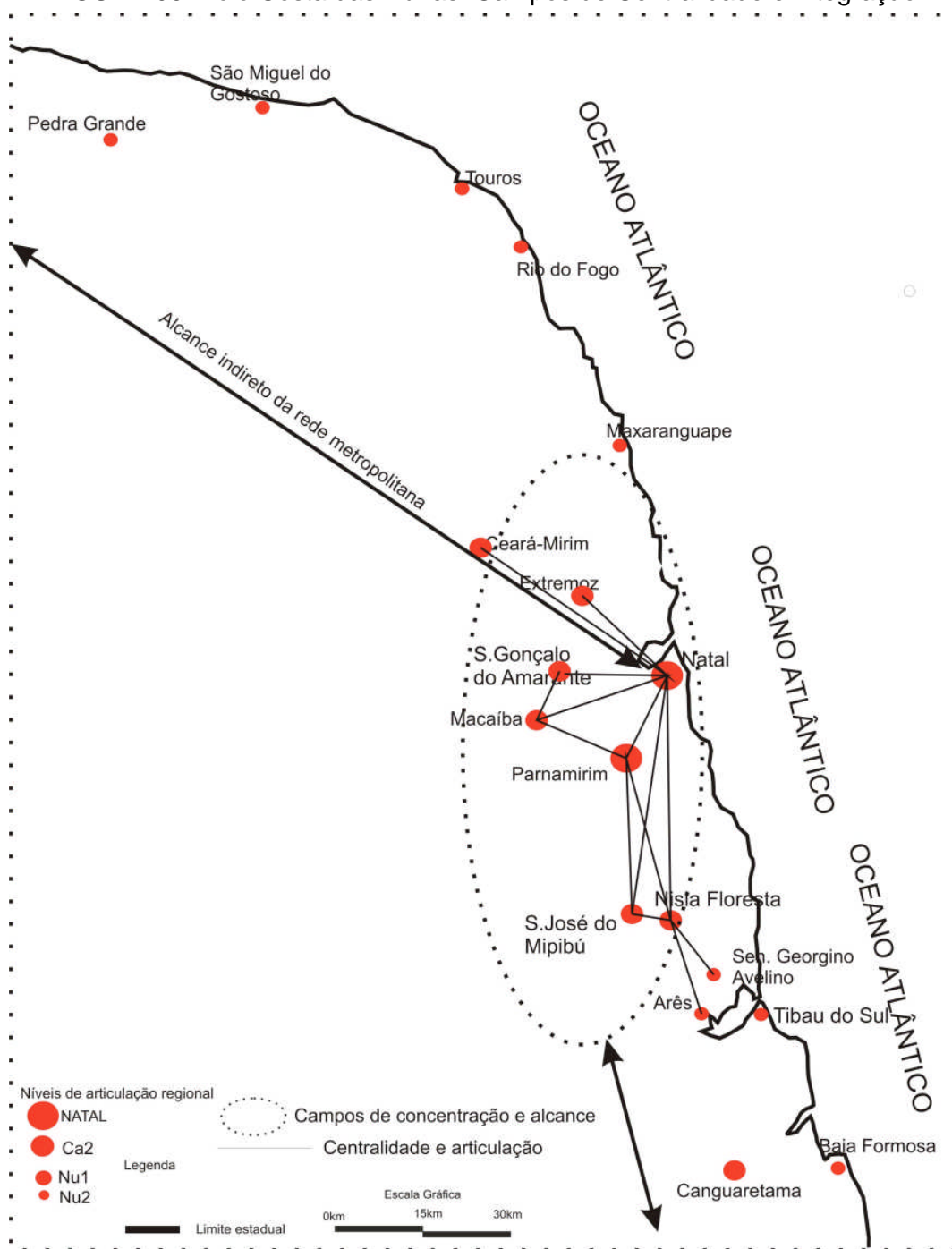
A Figura 05 organiza os Centros e Núcleos Urbanos conforme a ligação física (viária) entre eles, abstraindo os limites municipais. A Figura 06 interpreta essa hierarquia a partir de ligações de polarização.

FIGURA 05. Polo Costa das Dunas: Centros Articuladores e Núcleos Urbanos Principais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 06. Polo Costa das Dunas: Campos de Centralidade e Integração.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Assim, como hipótese geral, pode-se concluir de modo objetivo que densidade econômica e social do Polo Costa das Dunas – em suas diversas atividades – passa necessariamente pelos fluxos existentes na área metropolitana, sendo que a vitalidade de toda a rede (em seus diversos níveis) depende das políticas de investimentos públicos e/ou privados que ocorrem em Natal e nos N1 existentes.

Realizada a análise regional, passa-se adiante a delimitação da área de planejamento, isto é, onde as ações para a dinamização do turismo devem ocorrer de forma prática. Para tanto, o Diagnóstico Estratégico analisa a morfologia urbana e a qualidade dos

equipamentos urbanos existentes no Polo, destacando as potencialidades e vulnerabilidade dos núcleos urbanos.

3.2.3. Delimitação da Área de Planejamento

a) Morfologia Urbana e sua Influência na Atratividade Turística

A morfologia urbana enquanto aspecto mais palpável de uma localidade é, ao mesmo tempo, produto como também produtora de seu desenvolvimento espacial-turístico, sendo entendida como morfologia urbana e estudo dos aspectos da forma urbana⁵ nas suas características exteriores, físicas e suas relações recíprocas ao longo do tempo. Segundo José M. R. Garcia Lamas, a morfologia consiste no “(...) estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhe deram origem” (p. 37, 2004).

Entretanto, é importante ressaltar que o estudo da morfologia não se ocupa de analisar o processo de urbanização, ou seja, do conjunto de fenômenos sociais, econômicos e outros que induzem a urbanização. Estes elementos convergem na morfologia como forma de explicar a produção da forma, mas não como objeto de análise (LAMAS, p. 38, 2004).

Tendo como referência os estudos dessas teorias mais recentes, esse item tem como objetivo identificar os elementos da Morfologia Urbana que interferem direta e indiretamente na atratividade turística, levando em consideração as características físicas e espaciais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS para o Polo Costa das Dunas.

Foi inicialmente adotado, para o presente objeto de estudo, como recorte de análise uma unidade menor que a porção municipal devido às grandes dimensões dos municípios, com profundas diferenciações no que diz respeito à ocupação, paisagem e morfologia e, sobretudo, pela tendência da atividade turística desenvolver-se e ter como base a sede do município, sendo levadas em consideração todas as interferências da escala regional que interferem na escala intra-urbana, segundo os critérios utilizados por Villaça (1998).

Segundo Villaça (1998) “a distinção mais importante entre espaço intra-urbano e espaço urbano regional, deriva dos transportes e das telecomunicações” (p.20), de forma que o espaço regional se caracteriza pelo fluxo de elementos de maneira mais ampla/abrangente. Já o espaço intra-urbano tem como fator determinante o fluxo de pessoas, tanto como portadores de força produtiva como consumidores.

Sendo assim, o espaço intraurbano nesse estudo será entendido segundo a abordagem de Villaça (1998), permitindo a observância mais detida na maneira como estão estruturados seus elementos constituintes, concretizados na morfologia urbana.

Portanto, no âmbito da escala intra-urbana citada para análise, dar-se-ão maiores detalhes da constituição física do espaço das Regiões, através da identificação e estudo dos elementos morfológicos do espaço citados por Lamas (2004).

b) Elementos Morfológicos do Espaço Urbano

I – O Sítio

O sítio das cidades dos Municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas apresentam basicamente o mesmo tipo de relevo, com baixa altitude (menos de 100 metros), formado,

⁵ Segundo LAMAS (1989) a forma urbana, corpo ou materialização da cidade é capaz de determinar a vida humana em comunidade. OLIVEIRA (1988) completa esse conceito ao apresentar a forma urbana como produto das relações estabelecidas pelo homem.

em sua maioria, por 03 (três) unidades geoambientais diferentes: **Planícies Fluviais** com terrenos baixos e planos situados nos lados dos rios. Podem também ser chamados de vales; **Tabuleiros Costeiros**, formados por relevos planos de baixa altitude, também denominados planaltos rebaixados, formados basicamente por argilas (barro), localizam-se próximo ao litoral, às vezes chegando ao litoral; e por **Planície Costeira**, constituída de praias que têm como limites, de um lado, o mar, e, de outro, os Tabuleiros Costeiros, que se estendem por todo o litoral. Esses terrenos planos são alterados em suas formas pela presença de dunas.

Essa facilidade de ocupação devido o sítio ter poucas variações altimétricas e grande potencial ambiental, também, favorece o adensamento, crescimento e formação de novas áreas de expansão, sendo muitas vezes direcionados às áreas frágeis presentes nos municípios.

Grande parte dos municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas apresenta Áreas de Proteção Ambiental – APAs e/ou Unidades de Conservação - UCs, com fortes elementos naturais e alto nível dos aspectos cênicos e paisagísticos.

A presença dessas áreas ambientais no sítio urbano é importante na qualidade ambiental do espaço e são áreas fortemente pressionadas pelo processo de expansão e, principalmente, pela especulação imobiliária.

Os núcleos iniciais de formação dos municípios foram se desenvolvendo e impulsionados, sobretudo, pela presença de elementos hídricos (rios, lagoas e praias), tendo a água como elemento principal na implantação e desenvolvimento desses espaços.

Os espaços intra-urbanos dos municípios de **Senador Georgino Avelino e São Miguel do Gostoso** servem como exemplos dessa forma de ocupação por se estruturarem a partir de uma rua principal em que ainda configura o eixo urbano mais importante, sendo um exemplo de cidades, segundo Candido Mata Campos Filho (2003), como **centralidades lineares**, que serviram, em outros períodos, como passagem aos comerciantes.

Outro fator observado que sofre influência do sítio é a acessibilidade e a mobilidade urbana. Apesar de grande parte dos municípios está inserida em uma topografia com poucas variações altimétricas, é possível observar que, em sua maioria, o passeio público existente apresenta fortes barreiras arquitetônicas, com edificações construídas desrespeitando o limite do lote e a topográfica local, como observado na figura abaixo.

FIGURA 07. Edificações construídas na área do passeio público e desrespeitando a topografia local – Município de Extremoz/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Observa-se também a presença de edificações construídas em áreas com alta declividade e com acesso restrito e arriscado, sendo não só relacionada ao acesso de pessoas à área, como também aos equipamentos públicos e de infraestrutura básica, como pode ser observado na figura a seguir.

FIGURA 08. Edificações em Área de Alta Declividade com Acesso Precário – Sen. Georgino Avelino/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante ainda observar, no que se refere aos passeios públicos, que nas áreas de expansão urbana de alguns municípios, principalmente da Região Metropolitana de Natal, novos loteamentos estão sendo implantados com passeios adequados, no que se refere à largura e materiais relacionados, sobretudo, a implantação de normas e legislação referentes à acessibilidade, com destaque para o município de Natal. Entretanto, em muitos casos as construções não obedecem à topografia existente, provocando com isso a diferenciação de níveis e, conseqüentemente, a formação de barreiras arquitetônicas.

FIGURA 09. Implantação Errada de Equipamento Urbano no Passeio Público São Gonçalo do Amarante/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Observa-se ainda com relação às barreiras arquitetônicas, a implantação de equipamentos urbanos – poste de iluminação pública, telefones públicos, bancos, lixeiras, etc. – de maneira inadequada, impedindo o livre acesso do passeio.

As rampas de acessibilidade são encontradas nas áreas públicas (praças, parques, etc.) e em edifícios de utilidade pública, sobretudo, nas áreas centrais das cidades. Porém, tais rampas não se encontram em conformidade com as Normas de Acessibilidade, ou estão em condições ruins de manutenção, sendo um entrave ao descolamento de pedestres, pois a falta de um desenho urbano acessível prejudica não apenas os portadores de necessidades especiais, mas também todos aqueles que transitam pelo espaço público, sendo obrigado – por vezes – a disputar espaço com os automóveis no leito carroçável das ruas.

FIGURA 10. Espaço Público com Rampas de Acessibilidade – Ceará-Mirim/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O elemento de análise do sítio apresenta-se como um determinante nas noções de limites e marcos apontados por Lynch, conferindo particularidades locais, como limitadores de crescimento e como elemento de orientação dos usuários do espaço. Nesse sentido, destacamos os elementos do sítio físico natural (rios, praias, dunas, etc.) que contribuem para a legibilidade dos lugares e com fortes efeitos visuais, como pode ser observado na praia de Jenipabú – Natal, conforme figura abaixo.

FIGURA 11. As Dunas de Jenipabú/RN.



Fonte: PEMFAA-IDEMA, 2006.

Observa-se na figura acima as dunas de Jenipabú como elemento que imprime legibilidade ao lugar e proporciona efeitos visuais diferenciados aos observadores.

II – O Edifício

O edifício, enquanto elemento de análise da morfologia urbana é importante pelo seu caráter de permanência e imobilidade, sendo decisivo também na **imagem das cidades**.

A essa categoria de análise morfológica podem ser atreladas as características da “**tipologia-edificada**”, enquanto os diversos tipos construtivos encontrados nas cidades. Estão presentes na origem da cidade porque levam consigo uma informação cultural de como foi construída e desenvolvida a cidade durante um espaço do tempo, sendo também uma marca histórica (mesmo que não possua aparente interesse arquitetônico). Nas cidades da Região do Polo Costa das Dunas, a tipologia edilícia predominante é o tipo residencial do tipo “porta e janela” encontrado em todas as áreas da cidade, principalmente na forma de ocupação horizontal, ver figura abaixo. Nos núcleos mais densos – Natal e Parnamirim – a verticalização de determinados setores da cidade, os usos variados (comércio e serviços) e a dinâmica imobiliária alteram e tornam mais diferenciados tanto a arquitetura quanto a malha urbana. Os pontos de verticalização se dão no centro expandido de Natal, Ponta Negra e em Nova Parnamirim.

FIGURA 12. Edificação do Tipo “Porta e Janela” – São Miguel do Gostoso/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os usos comerciais e serviços, entendidos aqui como todas as atividades econômicas que têm como função específica a troca de bens (mercados, mercearias, padarias, farmácias etc.) surgem, muitas vezes, em função da mobilidade urbana. Segundo Vicente Del Rio (1990), os usos comerciais e de serviços, assim como o uso misto (residencial associado a comércio e/ou serviço), tendem a ocorrer (não exclusivamente) direcionados conforme a hierarquia da circulação pública. Esse conceito corresponde à realidade constatada nos municípios do Polo Costa das Dunas, sendo bastante evidente nas cidades da Região Metropolitana de Natal, como é o caso das Avenidas Prudente de Moraes, Salgado Filho/Hermes da Fonseca, Bernardo Vieira, na cidade de Natal. Observa-se também a formação de novos centros de comércio e serviços, diferentes dos centros iniciais das cidades que são impulsionados pelo surgimento de grandes equipamentos urbanos, como *shoppings*, hospitais, hipermercados, etc., como pode ser observado nas áreas próximas ao cruzamento das Avenidas Bernardo Vieira com Salgado Filho.

FIGURA 13. Área do Entorno do Shopping *Midway Mall* – Natal/RN.



Fonte: <http://img180.imageshack.us/i/img6564cz3.jpg/>

Os equipamentos destinados ao uso institucional (hospital, delegacia de polícia, Igreja ou templo religioso, órgão de administração pública, entre outros), assim como todos os outros usos estão em todas as partes das cidades, sendo mais frequentes, nos núcleos iniciais de ocupação da cidade que coincidem com as áreas centrais, como podem ser observados na Fonte abaixo.

FIGURA 14. Uso Institucional na Área Central de Touros/RN.

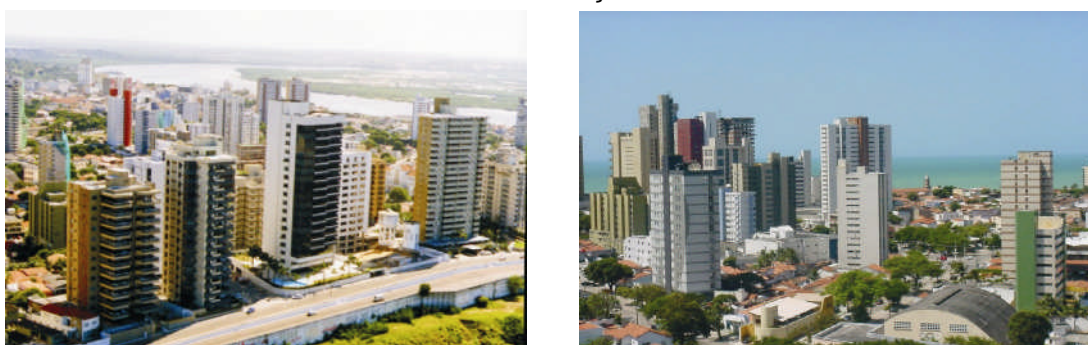


Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O uso **industrial**, aqui entendido como as atividades voltadas para a extração, ou transformação de substâncias ou manufaturas, em novos bens e produtos, está geralmente localizado nas áreas periféricas e próximas as vias de grande circulação, com destaque para os **Polos Industriais de Macaíba, Parnamirim, Natal e São Gonçalo do Amarante**. As áreas verdes e de lazer serão abordadas de maneira mais ampla em uma das categorias de análise posterior.

No que se refere à **rugosidade**, entendida como relação das alturas das edificações no espaço inserido, é possível observar uma predominância da horizontalidade em todos os municípios. O município de Natal é o destaque de todo o Polo Costa das Dunas, onde o processo de verticalização apresenta-se em forte crescimento, sendo acompanhado pelo município de Parnamirim, mas de maneira ainda inicial, conforme figura abaixo.

FIGURA 15. Verticalização em Natal/RN.



Fonte: SEMURB - www.natal.rn.gov.br/semurb

III – O Lote

Existe uma interdependência clara nas cidades da região entre o lote urbano e a arquitetura das residências, sendo que a última consegue se adaptar mais facilmente às modificações da cidade do que o lote, que reage de forma mais lenta. Segundo Reis Filho (2006) são mais visíveis e rápidas na dinâmica urbana as mudanças na forma arquitetônica, em detrimento do Parcelamento.

Nos municípios do Polo Costa das Dunas a forma de ocupação e tamanho do lote são muito variados, mas existe uma predominância do lote retangular alongado.

Nas áreas de ocupação inicial nas sedes dos municípios é possível observar a implantação tipicamente colonial, herança das cidades européias, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites do terreno, em lotes mais ou menos uniformes, com dimensões de dez metros de frente e grandes profundidades, conforme observado na figura abaixo.

FIGURA 16. Edificações Implantadas no Limite do Lote – município de Extremoz/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nas novas áreas de expansão urbana é possível observar que o parcelamento de solo continua a apresentar dimensões semelhantes às tradicionais, lotes com dez metros de frente e vinte de profundidade, principalmente em loteamentos populares.

IV – O Quarteirão

Os quarteirões das cidades do Polo Costa das Dunas apresentam basicamente dois tipos. O primeiro tipo apresenta quarteirões do tipo trapezoidal e irregular, com lotes de tamanhos diferenciados, maior complexidade e densidade elevada, encontrados na maioria dos municípios, tais como: São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Senador Georgino Avelino, Baía Formosa, Canguaretama, Tibau do Sul, São José de Mipibu, etc., como pode ser observado na figura abaixo.

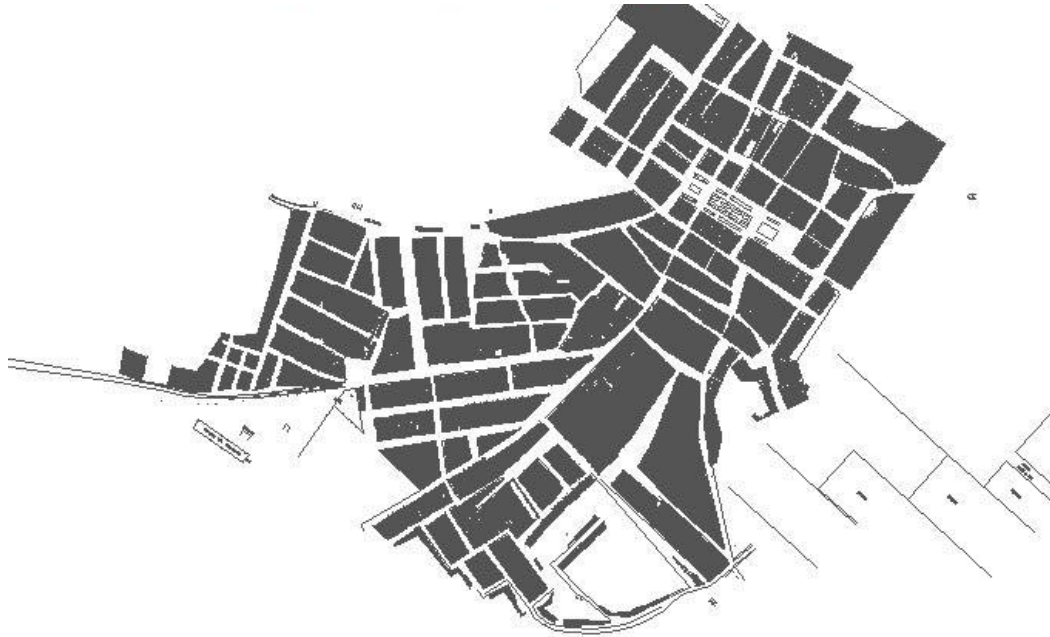
FIGURA 17. Mapa Figura/fundo - Município de São José de Mipibu/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O segundo tipo configura-se pela presença de quarteirões predominantemente do tipo quadrangular e retangular alongado, com lotes regulares, principalmente pela presença de conjuntos habitacionais, encontrados, sobretudo, nos municípios de Natal, Parnamirim, Arez, entre outros, como pode ser observado na figura abaixo.

FIGURA 18. Mapa Figura/fundo - Município de Arez/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

V – A Fachada, o Plano Marginal

A relação do edifício com o espaço urbano se dá a partir da fachada. Como ocorre em vários logradouros do município, entre duas outras empenas, o edifício dispõe apenas da fachada para a comunicação com o espaço urbano.

A sua importância decorre da posição hierarquizada que o lote ocupa no quarteirão e a situação corrente das tipologias habitacionais.

São as fachadas que vão exprimir as características distributivas internas (programas, funções, organização), o tipo edificado, as características e linguagem arquitetônica (estilo, a expressão, estética, a época), em suma, um conjunto de elementos que irão moldar a identidade e a imagem urbana.

No Polo Costa das Dunas as fachadas e a formação do plano marginal apresentam-se de maneira bem diferenciada. Nas áreas centrais dos municípios de Natal, Macaíba, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Arez é possível observar uma harmonia no plano marginal, proporcionadas, sobretudo, pelo ritmo derivado de altura e/ou volume das edificações, pelo agrupamento de tipologias de mesmo uso, pelo uso de materiais e cores, pelos muros frontais baixos ou até mesmo ausentes, proporcionando uma integração social, através das áreas mais abertas e livres.

FIGURA 19. Plano Marginal Harmônico - Município de Natal/RN.



Fonte: SEMURB - www.natal.rn.gov.br/semurb

Os municípios de São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, Senador Georgino Avelino, Baía Formosa, Canguaretama, Rio do Fogo, Maxaranguape e Tibau do Sul apresentam pouca expressividade de elementos arquitetônicos agrupados, que proporcionem um plano marginal harmônico.

Os conjuntos arquitetônicos mais expressivos na Região do Polo Costa das Dunas, com predominância dos estilos eclético e modernista estão nos municípios de Natal, Ceará-Mirim e São José de Mipibu. Esses elementos serão abordados de maneira mais detalhada no item referente ao Patrimônio histórico e artístico.

VI – O Logradouro

Os edifícios nos núcleos iniciais de ocupação, em sua maioria são implantados sem a presença de recuos frontal e lateral, sendo destinada apenas uma parcela de área livre no fundo do lote, ver figura abaixo.

FIGURA 20. Edificação Implantada sem Recuos - Município de Ceará-Mirim/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A falta de recuos apresentada em muitos municípios do polo, também é verificada, em algumas partes de Natal. Contudo, essa não obediência as normas tem diminuído bastante com a aplicação das legislações urbanísticas e edilícias, não só relativo aos recuos, mas também a taxa de áreas livres ou permeáveis exigidas dentro de cada lote. Ressalta-se que a desobediência muitas vezes é motivada pela falta de fiscalização do órgão responsável.

No município de Natal, devido o município ser todo urbano, apresenta poucas áreas livres no lote - logradouro. Os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, em suas áreas que fazem limite com a Capital, também apresentam um alto nível de taxa de ocupação e poucas áreas permeáveis. Entretanto, com a implantação de legislações urbanísticas – Planos Diretores e Códigos de Obras - nos municípios essas áreas, hoje, estão sendo mais comuns, apesar de ainda ser muito difícil a fiscalização e manutenção desses espaços livres.

Grande parte dos municípios do Polo dispõe dos mesmos índices de Taxa de Permeabilidade do Solo, sendo de 20% da área do lote. Nas áreas mais antigas das cidades observa-se a ocupação do tipo colonial sem recuos, ou quase nenhum, na parte frontal e lateral e apenas um recuo de fundo, com área livre.

VII – O Traçado/ a Rua

O traçado da Região se apresenta de maneira semelhante, com o predomínio de dois tipos, sendo um traçado do tipo “xadrez” ou “colcha de retalhos”, características de áreas planejadas, com sistema viário do tipo regular, com vias largas, algumas apresentando canteiro central e com a presença de tratamento asfáltico ou em paralelepípedo, como podem ser observadas em alguns bairros dos municípios de Natal e Arez.

FIGURA 21. Traçado Parcialmente Regular - Município de Arez/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 22. Avenida Salgado Filho, Principal Eixo da Cidade de Natal/RN.



Fonte: SEMURB - www.natal.rn.gov.br/semurb

O segundo tipo é decorrente de uma ocupação espontânea com vias de tamanho diferenciado, sem tratamento, associada às áreas com passeio público reduzido ou inexistente, com problemas de mobilidade urbana e presença de ruas sem saídas, como pode ser observado, também, em boa parte das áreas urbanas dos municípios pertencentes ao Polo Costa das Dunas.

A regularidade e uniformidade da largura das vias estão presentes nos novos parcelamentos, enquanto nas áreas centrais são perceptíveis determinadas ampliações, deflexões e aberturas, algumas vezes produzidas a marcação de edifícios importantes – monumentos. Observa-se no entorno das igrejas um alargamento significativo com o objetivo de definir o espaço público, conforme figura abaixo.

FIGURA 23. Marcação do Espaço Público - Igreja Município de Senador Georgino Avelino/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O traçado apresenta-se como um dos elementos da rede urbana mais significativos, por estar associado a outras redes da infraestrutura, tais como: esgoto, abastecimento de água, energia, etc., além de permitir e ser definidor das redes sociais: saúde, educação e segurança.

VIII – Praça

As cidades do Polo Costa das Dunas, assim como diversas cidades coloniais do Brasil, apresentam uma configuração semelhante, com a praça, a igreja matriz, prédios institucionais, área de comércio e um conjunto arquitetônico do período de fundação da cidade, contribuindo na legibilidade e identidade ao lugar.

Esses espaços têm uma relação direta, principalmente, com o elemento do sítio, do traçado, da vegetação e do mobiliário urbano. Esses elementos morfológicos são fundamentais para que essas áreas cumpram sua função. A acessibilidade, as condições de conforto térmico e conforto visual definem a permanência, o fluxo e as vitalidades das praças. Em alguns municípios esses espaços foram construídos sem a presença de vegetação, acessibilidade e mobiliário urbano adequado, tornando-se áreas sem uso. A introdução de vegetação nesses espaços se torna indispensável para proporcionar maiores condições de conforto, e conseqüentemente, vitalidade ao espaço urbano.

FIGURA 24. Praças de Natal e São Miguel do Gostoso/RN.



Fonte: SEMURB - www.natal.rn.gov.br/semurb e START

As praças estão sendo projetadas, não só como espaço de contemplação e encontros sociais, mas também incorporada à prática de esportes e cultura, com equipamentos e mobiliário voltados para o hábito de caminhar, jogar futebol e ciclismo. Esses espaços ainda são muito insuficientes, principalmente nas cidades de São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Pedra Grande, Canguaretama, Tibau do Sul, Maxaranguape e Rio do Fogo.

No município de Natal percebe-se que grande parte das praças da cidade encontra-se nos bairros mais antigos da cidade (Zona Leste) e na Zona Norte e Zona Sul, associadas à presença dos conjuntos habitacionais da Região, com poucos espaços destinados a essa prática na Zona Oeste, onde é forte a presença de assentamentos irregulares.

IX – Monumentos

Os monumentos são definidos por obras arquitetônicas e/ou escultura que transmitam a memória, fatos e história, onde haja representatividade de “conteúdo cultural” e significação, estando esses muito além do desempenho de suas funções (PEREIRA, 2007, p. 60).

Grande parcela da população da Região do Polo Costa das Dunas percebe, principalmente, as igrejas e praças como os monumentos da cidade. Observa-se em alguns casos que a noção de monumento/memória, se confunde com a idéia de marco visual. Segundo Lynch (2006) o marco é um tipo de referencial externo que se destaca na paisagem. Esses são geralmente, objetos físicos e constituem uma referência constante ao usuário, mas a ele, não está necessariamente atribuído um valor histórico e cultural. Outros elementos apontados como monumentos são os elementos naturais (praias, rios, dunas e lagoas) da Região, tendo uma relação com a questão do turismo de “sol e praia”.

Observam-se como os principais monumentos estão localizados nas áreas centrais e de fundação inicial das cidades, berço da cultura local. O município de Natal é o que apresenta o maior número de monumentos, como o Teatro Alberto Maranhão, a Fortaleza dos Reis Magos, o Farol de Mãe Luiza, Memorial Câmara Cascudo, entre outros.

FIGURA 25. Fortaleza dos Reis Magos em Natal.



Fonte: SEMURB - www.natal.rn.gov.br/semurb

X – A Árvore e a Vegetação nas Cidades

O elemento morfológico referente à vegetação tem uma importância significativa na imagem do lugar, além de definir o espaço, organizar e compor exerce o controle das condições de conforto da cidade.

Observa-se que a vegetação nas sedes dos municípios do Polo Costa das Dunas é um elemento presente, mas com pouca expressividade e pouco aproveitada como elemento de valorização ambiental. Normalmente o uso da vegetação é feito nos espaços públicos, sendo mais associado a trabalhos de ajardinamento, com espécimes de pequeno e médio porte e com poucas variações.

FIGURA 26. Áreas com Pouca Vegetação nas Sedes Municipais.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

XI – O Mobiliário Urbano

A complementação da infraestrutura urbana se dá através da garantia do bem estar do usuário em sua própria escala. A maneira de ambientá-lo ocorre através do mobiliário urbano, que de acordo com José Lamas (2002), constitui-se por “elementos móveis que mobiliam e equipam a cidade: o banco, (...) o marco do correio, a sinalização etc., ou já com dimensão de construção, como o quiosque, o abrigo de transportes, e outros” (LAMAS, 2002, p. 108). O mobiliário urbano apesar de apresentar um caráter transitório, esse elemento morfológico é de fundamental importância para formação de espaço intra-urbano, ou seja, na imagem da cidade para os cidadãos ou para os turistas, assim como é um indicador da qualidade de vida existente na cidade.

Para o Diagnóstico Estratégico do PDITS, será analisado o mobiliário referente à **sinalização** (referência visual e de comunicação), em especial a de orientação para a atividade turística.

A **Sinalização de Orientação Turística** faz parte do conjunto de sinalização de indicação de trânsito. Assim, deve seguir os mesmos objetivos e princípios fundamentais, com vistas a garantir a eficiência e a segurança do sistema viário para os usuários das vias urbanas e rurais. A finalidade da sinalização é orientar os usuários, direcionando-os e auxiliando-os a atingir os destinos e equipamentos turísticos pretendidos.

Foi possível observar que grande parte das cidades da Região do Polo Costa das Dunas apresenta sinalização de orientação turística em conformidade com as normas nacionais, no que se refere à cor, tamanho e simbologia, com destaque para o município de Natal que

dispõe de um roteiro turístico com sinalização, mas com algumas áreas ainda sem a devida sinalização.

FIGURA 27. Sinalização Turística no Polo Costa das Dunas – São Gonçalo do Amarante e Extremoz/RN.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 28. Pórticos de Entrada das Cidades como Elementos de Sinalização Turística.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.2.4. Patrimônio Histórico e Cultural

O principal escopo deste item é avaliar o patrimônio histórico e cultural do Polo Costa das Dunas, no qual estão inseridos os conjuntos arqueológicos e pré-históricos, conjuntos arquitetônicos e as edificações isoladas, como também, os bens culturais de natureza imaterial. Logo, foram considerados como Patrimônio Histórico e Cultural, os bens tombados ou não a nível estadual pela Fundação José Augusto⁶ e a nível federal pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Este item é constituído pelo tópico Diagnóstico do Patrimônio Histórico Cultural, subdividido em Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos; Patrimônio Histórico e Artístico; e Bens Culturais de Natureza Imaterial. E ainda, traz sugestões de medidas mitigadoras para o tratamento dos problemas identificados.

As informações dos bens tangíveis e intangíveis de cada município foram obtidas através das visitas *in loco* e de levantamentos realizados no acervo do IPHAN, Fundação José Augusto e nas bases de pesquisas, responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio edificado, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFRN), ou seja: Morfologia e Usos da Arquitetura (MUa) e Laboratório de Projetos Integrados (LaPIs). Como também, através do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAC) – Ribeira, banco de dados das prefeituras municipais e monografias elaboradas por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, sob a orientação da professora Edja Trigueiro.

Por fim, é importante mencionar que essa análise apresenta informações coletadas no IPHAN de um inventário incompleto dos monumentos arquitetônicos rurais presentes no município de Ceará-Mirim. Para cada edificação inventariada foi preenchida uma ficha com informações referentes ao estado de conservação, o nome de identificação do sítio, o levantamento arquitetônico e imagens do imóvel.

3.2.4.1. Diagnóstico do Patrimônio Histórico e Cultural

Para dar suporte à análise dos municípios, foram respeitadas as definições utilizadas pelo IPHAN e pelas normas legais sobre o patrimônio histórico e cultural. Deste modo, o patrimônio foi dividido em três categorias distintas, sendo:

a) Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos: as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do país, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; e, as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Art. 2º, Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961);

b) Patrimônio Histórico e Artístico: o conjunto de bens móveis e imóveis existentes e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do país, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º, Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937);

⁶ Instituição estadual com atribuições para tombamento de bens históricos.

c) Bens Culturais de Natureza Imaterial: os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Art. 1º, Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000).

Sendo assim, para a elaboração das informações considerou-se como monumento todas as obras ou grupo de obras que representam os municípios, desde a pré-história até a época atual, com valor histórico ou para a civilização, e como tal mereçam proteção. A respeito da avaliação do estado de conservação dos bens materiais pondera-se a escala de classificação elaborada pela base de pesquisa do MUSA. Esta utiliza o termo “conservação” para referir-se à integridade da estrutura física do edifício, que pode ser:

- **Ruína:** quando está em nível de desmoronamento, restos ou destroços de uma construção danificada;
- **Precária:** quando são percebidas falhas capazes de pôr em risco a estabilidade do edifício (ausência de elementos de cobertura ou vedação – portas, janelas – resultando em permeabilidade interna à chuva, etc.);
- **Regular:** quando as falhas não comprometem, ainda, a integridade do edifício, mas podem levar a tal, caso não sejam reparadas com uma certa brevidade;
- **Bom:** quando não há evidências externas de falhas comprometedoras da integridade física do imóvel, em curto ou médio prazo.

3.2.4.1.1. Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos

A presença de culturas de arte rupestre no Rio Grande do Norte reforça a hipótese de que o seu território foi povoado por diversas levas de povos pré-históricos, em diferentes épocas, encontrando-se as ocupações mais antigas na região do Seridó, por volta de 9.500 anos. No entanto, esse povoamento foi feito através de diferentes grupos humanos, dando origem às tribos indígenas que os cronistas holandeses e portugueses conheceram no Período Colonial.

Os vestígios das populações pré-coloniais que tinham como forma de subsistência a caça e a coleta encontram-se, também, na região do litoral potiguar. As ocorrências desses resquícios arqueológicos como vários tipos de instrumentos e utensílios, principalmente, os feitos a pedra e cerâmica são encontrados no litoral do Polo Costa das Dunas e datam de 4.000 anos. A região é caracterizada pela presença de artefatos como raspadores, furadores, talão, batedores, mãos de pilão, machados, almofarizes, etc.

Alguns desses sítios arqueológicos estão sendo registrados e pesquisados por instituições sob a coordenação do IPHAN. Apesar da região não apresentar sítios monumentais, ou seja, museus a céu aberto que seja capaz de tornar-se um atrativo turístico, possui elementos de significativa importância para representar os povos pré-coloniais. No entanto, grande exemplo do que está presente na região são expostos em museus.

A partir dos 33 sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN, pode-se perceber que dentre os 18 municípios inseridos no Polo Costa das Dunas 12, ou seja, 66% apresentam áreas com resquícios pré-coloniais, com predominância do lítico e a cerâmica. Do total dos sítios catalogados, 08 (oito) são tombados a nível federal e estão distribuídos em 03 (três) municípios: Tibau do Sul, Rio do Fogo e Touros.

QUADRO 07. Sítios Arqueológicos por Municípios.

Municípios	Sítio Arqueológico	Tipo	Propriedade da Terra
Arez	Arez I	Cerâmico	Pública
	Arez II	Cerâmico	Pública
	Arez III	Cerâmico	Pública
Baía Formosa	Sagi	Cerâmico	-
	Coqueiral	Cerâmico	-
	Peixe Boi	Cerâmico e Pintura	-
Canguaretama	Fortim	Cerâmico	-
	Canguaretama I	Cerâmico	Pública
Ceará-Mirim	Jorge	Cerâmico	-
	Dunas de Jacumã	Cerâmico	-
Extremoz	Sítio Maracujá I	Lítico lascado, lítico polido e cerâmico	Pública
	Sítio Maracujá II	Lítico lascado e cerâmico	Privada
	Fim do Mundo	Lítico lascado, lítico polido e cerâmico	-
Macaíba	-	-	-
Maxaranguape	Barra de Maxaranguape	Lítico lascado e lítico polido	-
	Maceió	Cerâmico	-
Natal	-	-	-
Nísia Floresta	Machado Polido	Lítico lascado e cerâmico	-
	Sítio do Bugódromo	-	-
	Pontal da Barra de Tabatinga	Lítico lascado e cerâmico	-
	Malembar	Cerâmico	-
	Lago de Arituba	Lítico lascado e cerâmico	-
	Camurupim	Lítico lascado	-
Parnamirim	Barreira do Inferno	Lítico lascado e cerâmico	-
Pedra Grande	Sítio do Aélío	Lítico lascado	Privada
Rio do Fogo	Rio do Fogo I*	Lítico lascado	Privada
	Rio do Fogo II*	Lítico lascado	Privada
	Rio do Fogo III*	Lítico lascado	Privada
São Gonçalo do Amarante	-	-	-
São José de Mipibu	-	-	-
São Miguel do Gostoso	-	-	-
Senador Georgino Avelino	-	-	-
Tibau do Sul	Santuário de Pipa 02*	Lítico lascado e cerâmico	Privada
	Santuário de Pipa 03*	Lítico lascado e cerâmico	Privada
	Sítio do Mirante do Tibau do Sul	Lítico lascado e cerâmico	Pública
	Sítio da Barra da Lagoa de Guaraíras	Lítico lascado e cerâmico	Privada
Touros	Lagoa do Sal*	Lítico lascado	Privada
	Ponta do Calcanhar I*	Lítico lascado	Privada
	Ponta do Calcanhar II*	Lítico lascado	Privada

* Tombamento Federal e UNESCO.

Fonte: IPHAN (Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico, 2009).

É importante destacar que os sítios arqueológicos encontram-se, sobretudo, situados em áreas de dunas e falésias, portanto são imprescindíveis incentivos para reduzir os fatores de destruição, visto que existem localidades com grande densidade de habitações/hospedagem de lazer, loteamentos em comercialização e/ou processo de demarcação, construção de estradas e intenso trânsito turístico.

FIGURA 29. Dunas de Jacumã (à esquerda) e Lagoa de Arituba (à direita).

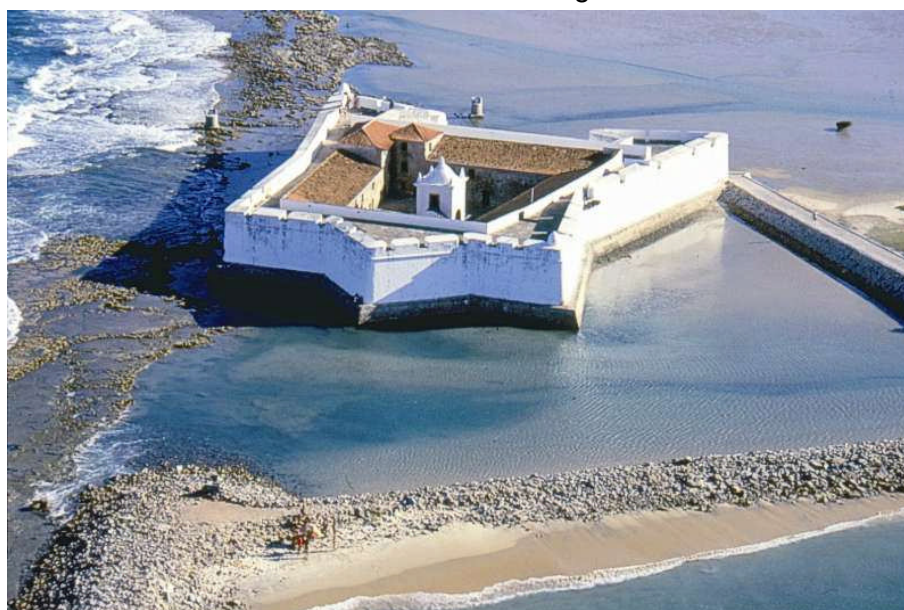


Fonte: www.setur.rn.gov.br

3.2.4.1.2. Patrimônio Histórico e Artístico

O período da colonização da região do Costa Dunas deu-se com a distribuição das capitânicas hereditárias e chegadas dos portugueses por volta de 1535. A colonização fracassou e os franceses, que traficavam o pau-brasil, passaram a dominar a área até 1598, quando os portugueses iniciaram a construção do Forte dos Reis Magos para garantir a posse da terra. O domínio lusitano durou até 1634, quando o Forte dos Reis Magos caiu em poder dos holandeses, que só foram expulsos em 1654.

FIGURA 30. Forte dos Reis Magos em Natal.



Fonte: www.natal.rn.gov.br

Por volta do século XVI, a economia era basicamente de subsistência, concentrando-se na pesca, pecuária e agricultura. No início do século XVII, ocorreu o desenvolvimento da

exploração da cana de açúcar na região. Tendo como o mais importante engenho, o de Cunhaú – localizado em Canguaretama. Esta economia, também, desenvolveu-se nos municípios de Macaíba, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante e Ceará-Mirim, entre os séculos XVIII e XIX.

Devido à atividade canvieira foram erguidas casas-grandes nas proximidades dos engenhos. A maioria dessas edificações que datam do século XIX se caracteriza como construções grandes e bastante luxuosas. Em paralelo a exploração da cana de açúcar, destaca-se o cultivo do algodão. Entre a década de 1880 e 1905, o algodão ultrapassaria em importância as exportações de açúcar na economia northeriograndense. Apesar, do cultivo do algodão se dá no espaço rural, ele teve o poder de alavancar o desenvolvimento regional, estruturando o espaço urbano de forma bastante significativa.

De tal modo, o desenvolvimento econômico, impulsionou a arquitetura e o urbanismo dos municípios. Nesta região surgem ruas, praças e lotes urbanos estreitos/ longos e de traçados razoavelmente regular. Como também, os sobrados, principalmente, nos municípios de São José de Mipibu, Ceará-Mirim e Natal.

Os sobrados denotam linhas arquitetônicas mais simples, retilíneas, com influência do colonial brasileiro. Em muitos edifícios, as fachadas apresentam portas e janelas com verga em arco círculo arredondado ou reto. Muito freqüente na região são as platibandas de balaustres. O “status” social das edificações se afirma não só pelas dimensões e número de pisos, como também pelos adornos, pelos porões altos e forros de madeira, janelas com vidros ou venezianas e fachadas com cunhais e frisos decorados.

De tal modo, o Polo do Costa das Dunas possui 84 bens tombados a nível estadual ou federal, dentre eles são 66 bens imóveis e 12 bens móveis. Das 18 cidades apenas 06, ou seja, 34% não apresentam edificações e/ou esculturas registradas no Livro de Tombo. Apesar de a região oferecer um número reduzido de edificações tombadas, ainda reúne-se conjuntos arquitetônicos desde o século XVI à primeira meada do século XX.

QUADRO 08. Bens Móveis e Imóveis Tombados.

Municípios	Bens Móveis e Imóveis	Tipologia	Est. de Conservação	Tombamento
Arez	Três Reis Magos	Escultura	Bom	IPHAN
	Portão do Cemitério	Arquitetura Funerária	Bom	IPHAN
Baía Formosa	-	-	-	-
Canguaretama	Imóvel na Praça do Cruzeiro (Casa de Cultura)	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Nossa Senhora das Candeias (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Morte de Nossa Senhora (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Capela do Engenho Cunhaú	Arquitetura Religiosa	Bom	IPHAN
Ceará-Mirim	Solar dos Antunes	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Mercado Público de Ceará-Mirim	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casa Grande do Engenho Guaporé	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Casa Grande do Engenho Verde Nasce	Arquitetura Civil	Ruína/Bom	Fundação José Augusto
Extremoz	Ruínas da Igreja e Residência dos Jesuítas	Ruína	Ruína	Fundação José Augusto
	Senhor Morto (Paróquia de Extremoz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN

CONT. QUADRO 08. Bens Móveis e Imóveis Tombados.

Municípios	Bens Móveis e Imóveis	Tipologia	Est. de Conservação	Tombamento
Macaíba	Casa nº 39	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Solar do Ferreiro Torto	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Solar do Caxangá	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Solar da Madalena	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casarão dos Guarapes	Arquitetura Civil	Ruína	Fundação José Augusto
	Casarão do Vilar	Arquitetura Civil	-	Fundação José Augusto
	Capela de São José Operário	Arquitetura Religiosa	Bom	Fundação José Augusto
	Capela Nossa Senhora da Soledade	Arquitetura Religiosa	Bom	Fundação José Augusto
Maxaranguape	-	-	-	-
Natal	Antigo Quartel General - Memorial Câmara Cascudo	Arquitetura Militar	Bom	Fundação José Augusto
	Antigo Palácio do Governo	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casa Câmara Cascudo	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casa da Estudante	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casa do Estudante	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Casa Luiz de Barro	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Casa onde nasceu Café Filho	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Casarão da Av Deodoro nº 479	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Casarão da Av Deodoro nº 518	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Casarão da Junqueira Aires	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Colégio Salesiano	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Coluna Capitolina (IHGRN)	Escultura	Bom	Fundação José Augusto
	Antiga Estação Central de Natal	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Farol de Mãe Luíza	Arquitetura Militar	Bom	Fundação José Augusto
	Grupo Escolar Augusto Severo	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Hospital Infantil Varela Santiago	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Instituto Histórico e Geográfico do RN (IHGRN)	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Arquitetura Religiosa	Regular	Fundação José Augusto
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação	Arquitetura Religiosa	Bom	Fundação José Augusto
Igreja Santo Antônio (Igreja do Galo)	Arquitetura Religiosa	Bom	Fundação José Augusto	

CONT. QUADRO 08. Bens Móveis e Imóveis Tombados.

Municípios	Bens Móveis e Imóveis	Tipologia	Est. de Conservação	Tombamento
Cont. Natal	Junta Comercial do Natal	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Maternidade Escola Januário Cicco	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Ordem dos Advogados do Brasil	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Solar Bela Vista	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Teatro Alberto Maranhão	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casas 613-617-621-623 da Rua da Conceição	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Ponte Igapó	Arquitetura Civil	Precário	Fundação José Augusto
	Biblioteca Pública Câmara Cascudo	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Cidade da Criança	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Fundação José Augusto	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Travessa Pax	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Caixa d' Água das Rocas	Arquitetura Civil	Regular	Fundação José Augusto
	Cinema Nordeste	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Catedral Metropolitana de Natal	Arquitetura Religiosa	Bom	Fundação José Augusto
	Antigo Liceu Industrial	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Antigo Grande Hotel	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Antiga Escola Doméstica	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Antiga Casa de Detenção - Centro de Turismo	Arquitetura Militar	Bom	Fundação José Augusto
	Antiga Capitania dos Portos	Arquitetura Militar	Bom	Fundação José Augusto
	Antiga Base de Hidroaviões de Natal - Clube Rampa	Arquitetura Militar	Bom	Fundação José Augusto
	Atual Sede do IPHAN	Arquitetura Civil	Bom	IPHAN
	Sobradinho da Rua da Conceição	Arquitetura Civil	Bom	IPHAN
Antigo Palácio do Governo	Arquitetura Civil	Bom	IPHAN	
Marco de Touros	Escultura	Bom	IPHAN	
Fortaleza dos Reis Magos	Arquitetura Militar	Bom	IPHAN	
Nísia Floresta	Estação Ferroviária Papary	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto
	Casa de Pedra em Pirangi	Arquitetura Civil	Ruína	Fundação José Augusto
Parnamirim	Antiga Sede da Secretaria Municipal de Educação	Arquitetura Civil	-	Fundação José Augusto

CONT. QUADRO 08. Bens Móveis e Imóveis Tombados.

Municípios	Bens Móveis e Imóveis	Tipologia	Est. de Conservação	Tombamento
Pedra Grande	-	-	-	-
Rio do Fogo	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	Senhor Morto (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Igreja Matriz	Arquitetura Religiosa	Bom	IPHAN
	Capela de Utinga	Arquitetura Religiosa	Regular	Fundação José Augusto
São José de Mipibu	Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	São Pedro (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Sant'ana Mestra (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	São Joaquim (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Jesus Ressuscitado (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	São Sebastião (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Nossa Senhora do Rosário (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Nossa Senhora das Dores (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
	Lavabo de Pedra (Igreja Matriz)	Escultura Religiosa	Bom	IPHAN
Escola Estadual Barão de Mipibu	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto	
São Miguel do Gostoso	-	-	-	-
Senador Georgino Avelino	-	-	-	-
Tibau do Sul	Capela de Nossa Senhora das Dores	Arquitetura Religiosa	-	Fundação José Augusto
Touros	Casa Urbana nº48 (Casa de Cultura)	Arquitetura Civil	Bom	Fundação José Augusto

Fonte: IPHAN e Fundação José Augusto, março/2009.

A partir das visitas *in loco*, constata-se que as cidades de Natal (a maior parte do patrimônio está inserida no Corredor Cultural), Ceará-Mirim e São José de Mipibu possuem uma riqueza em monumentos históricos com diversidades estilísticas que vão desde o estilo colonial, eclético, neoclassicismo, até o modernismo. A partir das informações coletadas, os dois primeiros municípios possuem na área urbana 2.101 edificações. Em menor quantidade de edificações, mas com representativo valor arquitetônico, destacam-se os municípios de: Nísia Floresta, Macaíba e Arez, e, ainda, pelo valor religioso Canguaretama e São Gonçalo do Amarante, e pela presença de monumentos militares, a cidade de Parnamirim.

De todos os imóveis classificados sobre o estilo arquitetônico, identifica-se a predominância do eclétismo, principalmente, em Natal e Ceará-Mirim. Destacam-se os elementos e adornos formais característicos da Europa do fim do século XVIII, com a presença de cornijas (elementos horizontais salientes) decorativas nas platibandas (retas ou triangulares) e molduras dos vãos; platibandas em forma de frontão (triangulares) e vãos em arco pleno.

Por conseguinte, o estilo colonial eclético em Arez e São Gonçalo do Amarante, com edificações que reúnem características formais legadas de tempos coloniais que receberam atualizações estilísticas posteriores, através da incorporação de elementos formais ecléticos

ou que, construídos no início do século 20, conservaram aspectos formais arcaizantes combinados e já em desuso, a aspectos então contemporâneos.

Já o modernismo - anos 1950/1960 nos centros urbanos brasileiros - é predominantemente encontrado nas residências de Natal (basicamente, nos bairros de Petrópolis e Tirol) e Ceará-Mirim, com formas próprias ou derivadas do inicialmente chamado "Estilo Internacional". A reunião das características formais comuns dos anos 1920 e 1930 que receberam atualizações estilísticas posteriores, através da incorporação dos elementos formais modernistas, definiu-se o estilo eclético moderno. Logo, a tendência colonial modernista é a união das características formais comuns à arquitetura vernácula, legada de tempos coloniais, a aspectos modernistas.

A arquitetura colonial é pouco representativa nos edifícios urbanos do Polo Costa das Dunas. Este estilo está representado por casas construídas ao longo do século XIX, sobretudo no último quartel do século, todavia também nas primeiras décadas do século XX.

Quanto às condições dos imóveis, em relação à estrutura, grande maioria está em bom estado de conservação. Entretanto, as edificações que se encontram na área rural, como os engenhos, estão praticamente entre o regular e o precário. E ainda, em estado de ruínas, os engenhos e arquiteturas religiosas localizadas em Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Macaíba. Já, nos demais municípios não se percebem um avanço no nível de deterioração, mas as edificações não possuem legislações específicas que as protejam do abandono, decadência e descaracterização, exceto Natal.

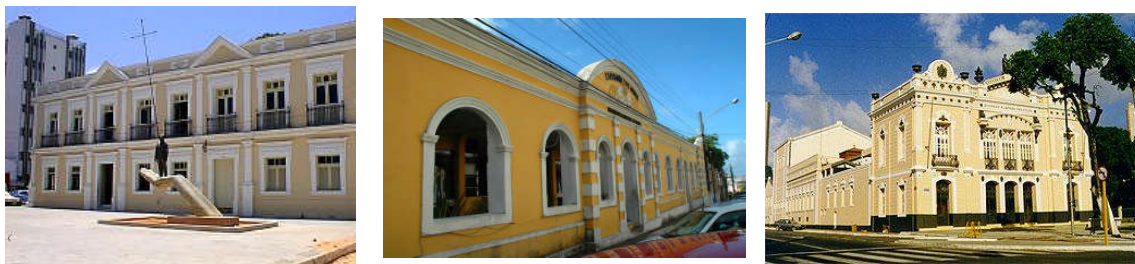
Como mencionado anteriormente, do patrimônio histórico arquitetônico urbano avaliado, ganha destaque os conjuntos de Natal, Ceará-Mirim e São José de Mipibu, pela variedade de estilos arquitetônicos, graus de conservação dos imóveis e número de edificações de representativo valor histórico. Portanto, serão mencionadas a seguir algumas características peculiares dos municípios em termos das qualidades edilícias ou pelo conjunto arquitetônico definidor de um cenário histórico-cultural. E em seguida, serão listadas as características arquitetônicas peculiares dos municípios de Nísia Floresta, Arez, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Canguaretama e Parnamirim, pois apresentam aspectos que podem impulsionar o turismo religioso e militar.

a) Natal

Como mencionado anteriormente, Natal teve início com a construção do Forte dos Reis Magos (1597) que contribuiu para a fundação da cidade no ano 1599. Apesar de antiga, de 1700, a região tinha apenas a Rua Grande, em frente à Igreja Matriz e as atuais ruas da Conceição e Santo Antônio. Em 1810, possuía a praça, três igrejas, o Palácio da Câmara e a prisão, mas o seu crescimento foi muito lento vindo a se desenvolver a partir de 1922, tendo como seus primeiros bairros a Ribeira e Cidade Alta.

Assim, a Cidade Alta e Ribeira concentram as edificações de maior antiguidade e monumentalidade do município. É importante reconhecer que os bairros têm seu potencial histórico-cultural, por representarem a identidade social tanto por meio das edificações como também por concentrar grande parte dos eventos culturais de Natal. Nessas áreas estão os principais espaços para as práticas e as ações sociais da população, como: a Pinacoteca do Estado (Antigo Palácio da Cultura), o Instituto Histórico e Geográfico do RN, o Memorial Câmara Cascudo, o Solar Bela Vista, a Capitania das Artes, o Teatro Alberto Maranhão, etc.

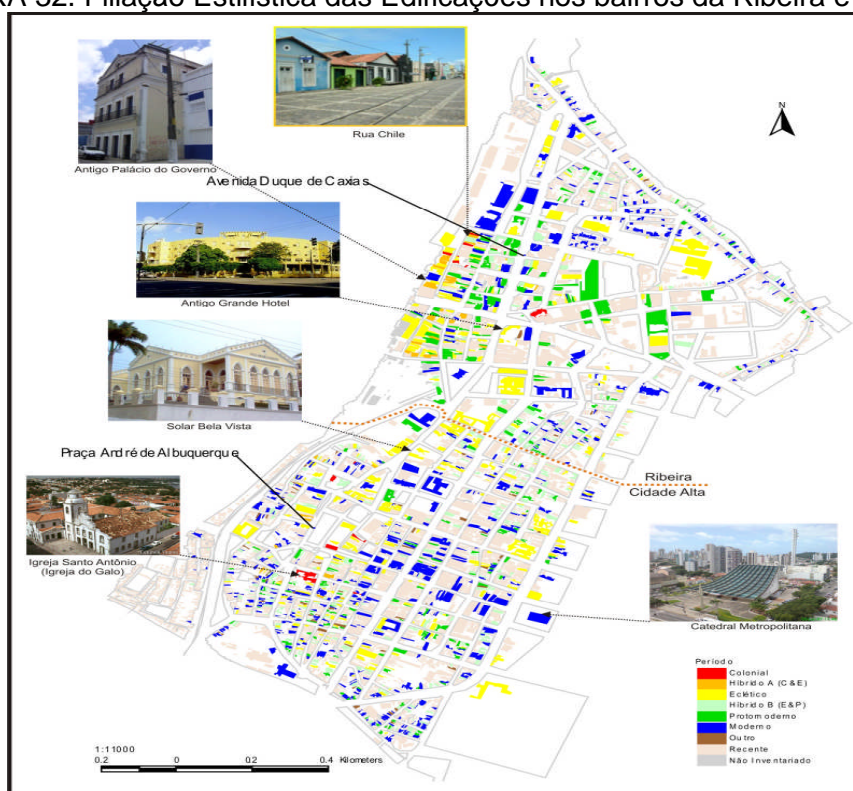
FIGURA 31. Memorial Câmara Cascudo (à esquerda), Capitania das Artes (centro) e Teatro Alberto Maranhão (à direita).



Fonte: www.natal.rn.gov.br, maio/2009.

Essa área é reconhecida como Centro Antigo de Natal e concentra cerca de 33 edificações que representa 74% do total de 45 bens móveis e imóveis tombados no município. Segundo Valério Medeiros (2002), os bairros apresentam cerca de 1.719 edificações com filiações estilísticas variadas.

FIGURA 32. Filiação Estilística das Edificações nos bairros da Ribeira e Cidade.



Fonte: Medeiros (2002), adaptado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Na região da Cidade Alta observa-se que os poucos exemplares remanescentes do período colonial estão no entorno da Praça André de Albuquerque. Os imóveis ecléticos se dispõem mais uniforme, embora haja um agrupamento no eixo da Av. Junqueira Aires, e os modernistas na área de concentração comercial. A respeito do estado de preservação, 52% do total das edificações apresentam vestígios arquiteturais do seu período estilístico.

TABELA 02. Correlação entre Estado de Preservação e Período de Filiação Estilística.

Estilo	Preservado	Modificado	Descaracterizado	Total
Colonial	12	0	03	15
Colonial+Eclético	17	10	19	46
Eclético	152	98	81	331
Eclético + Protomoderno	247	114	37	398
Protomoderno	140	107	41	288
Moderno	289	208	72	569
Outro	28	31	13	72
Total	885	568	266	1.719

Fonte: MEDEIROS, 2002, p. 139.

Sobre os esforços para preservação do patrimônio arquitetônico do município, as primeiras iniciativas datam do final da década de 70 e meados da década de 80. Após as referidas décadas, a preocupação com a preservação desse patrimônio ocorre com a aprovação da Operação Urbana da Ribeira em 1997, que estabelece como objetivos: a promoção do desenvolvimento urbano; a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores e usuários; o incentivo ao uso residencial, às atividades turísticas, culturais e artísticas; e, a valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural, arquitetônico e urbanístico, mediante a melhoria da infraestrutura local e da qualidade ambiental da área.

Na tentativa de propor e recomendar alternativas viáveis para a conservação do sítio histórico da cidade do Natal/ RN, ocorreu, em 2006, a parceria entre o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal de Natal e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a formulação de estratégias voltadas a requalificação do bairro da Ribeira, através do Plano de Reabilitação de Áreas Centrais (PRAC-Ribeira). O Plano define as áreas a serem reabilitadas e um conjunto de ações e intervenções integradas à requalificação do espaço urbano, bem como, busca: a) promover o uso e ocupação democrático do bairro, por meio de ações que visam à permanência da população residente e a atração da população não residente, através do Programa ReHabitatar; b) articular ações dos diversos entes públicos que atuam na área central, a exemplo do porto, da empresa ferroviária, das terras da União e do patrimônio artístico e cultural; c) propor intervenções para o sistema viário e de transporte; d) elaborar ações e estratégias para implementação dos projetos de valorização turístico-cultural; etc.

Dentre as propostas algumas já foram realizadas, como: a reestruturação do Canto do Mangue; a criação de área de lazer e realização de eventos na Praça Por do Sol no Canto do Mangue; a reabilitação da Praça Augusto Severo, Largo Dom Bosco e Rodoviária Presidente Kennedy e seu entorno. E alguns projetos estão sendo previstos, como: a instalação de equipamentos integrados às atividades de entretenimento cultural e gastronômico na Rua Chile; a abertura para o Rio Potengi através da recuperação do antigo cais da Tavares de Lira; as melhorias no sistema viário de acessibilidade e escoamento do tráfego no sentido Centro-Ribeira; etc.

b) Ceará-Mirim

Como mencionado anteriormente, a cidade de Ceará-Mirim se destacou por muitos anos como um grande polo produtor de cana de açúcar, tornando-se, no século XIX, uma das mais importantes cidades do Estado. Esse desenvolvimento econômico garantiu construções de edificações com formas arquitetônicas peculiares, vindo a representarem o poder da elite da época, a qual fazia questão de estar ligada às novidades estilísticas.

Segundo Edmilza Silva (2005), a arquitetura da cidade do final do século XIX afinou-se ao modelo predominantemente do Brasil neste período.

De acordo com o inventário de Edmilza Silva (2005), o sítio arquitetônico é composto por 382 edificações situadas no centro da cidade. Dentre o total das edificações, 162 (42%) encontram-se em ótimo estado de conservação/ preservação, fato este, que pode ser justificado pela predominância do uso residencial com 252 moradias, (65%), 20 de institucional (5%), em menor representatividade o comercial/serviço/ misto 88 edificações, (24%) que se concentra nas proximidades do mercado público e, 22 fechadas (6%).

FIGURA 33. Mapa com o Limite Indefinido (polígono amarelo tracejado) do Sítio Arquitetônico de Ceará-Mirim/RN.



Fonte: IDEMA, 2006. Adaptado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A respeito do período estilístico percebe-se a predominância de edificações com características do período eclético com 223 edifícios, (58%). Com características modernistas 81, (22%), que se distribuem por toda a área, mas com uma concentração maior na porção sul do centro histórico. Silva (2005, p. 60) afirma que “essa distribuição se deve provavelmente pelas mudanças ocorridas nas edificações ecléticas ou coloniais para adequação de suas formas às características modernistas ao longo do tempo”. E apenas 06 (2%) coloniais e 72 (18%) totalmente descaracterizadas, não possibilitando a definição estilística.

FIGURA 34. Biblioteca Municipal Dr. José Pacheco Dantas (à esquerda) e Mercado Público (à direita).



Fonte: www.ferias.tur.br, maio/2009.

A herança eclética é representada no Solar dos Antunes (1888), edificação esta tombada pela Fundação José Augusto (1988). Em estilo neoclássico, pertenceu à família Antunes e foi doado ao poder público em 1975 por Rui Pereira Júnior, seu último herdeiro, passando a ser então a sede da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim. Outra edificação tombada a nível estadual (1984) é o Mercado Público que data de 1881, passando por processo de restauração na década de 80, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, vindo a ser reinaugurado em 1987. A edificação possui um prestigioso valor histórico por ter sido símbolo da atividade econômica no período da exploração da cana de açúcar, pois era um entreposto para a comercialização dos produtos da rapadura, mel, álcool, açúcar, melaço e aguardente.

Na praça central do município, encontra-se no alto, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição que levou longos 40 anos para ser construída, sendo inaugurada em 1900. Atualmente, a igreja é considerada um dos maiores templos religiosos do Estado. Outras edificações são representativas no município, como: o Antigo Ginásio Santa Águeda, de estilo neoclássico, foi inaugurado em 1937; e o Sobrado dos Correias, erguido em 1881, que tem características afrancesadas, decorado externamente com abacaxis de louças vindos de Portugal.

FIGURA 35. Solar dos Antunes (à esquerda), Igreja Matriz (centro) e Ginásio Santa Águeda (à direita).



Fonte: www.chaopotiguar.blogspot.com, maio/2009.

A respeito da arquitetura rural, a região de Ceará-Mirim apresenta um número expressivo de engenhos que possuem emblemáticos ornamentos arquitetônicos, principalmente nas casas-grandes. Os estilos das edificações foram influenciados pelos europeus – afrancesado e neoclássico - com amplos aposentos e paredes em geral de tijolos duplos. Essas fazendas construídas especialmente para abrigar atividades industriais datam do século XIX e XX.

FIGURA 36. Engenho Nasceña (à esquerda), Engenho Guaporé (centro) e Engenho Umburana (à direita).



Fonte: IPHAN, abril/2009.

QUADRO 09. Engenhos Inventariados pelo IPHAN.

Engenho	Edificação	Estado de Conservação	Ano de Fundação
Engenho Guaporé	Casa Grande	Regular	Século XIX
Engenho Mucuripe	Engenho	Regular	1935
Engenho Umburana	Casa Grande	Regular	1866
Engenho Verde Nasce	Casa Grande	Ruína	1845
	Engenho	Bom	
Engenho São Leopoldo	Casa Grande	Bom	-
	Engenho	Precário	
Engenho Trigueiro	Casa Grande	Ruína	1910
Engenho Santa Rita	Casa Grande	Regular	-
	Engenho	Regular	
Engenho Nasceña	Casa Grande e Engenho	Bom	Entre 1890 a 1900
	Casa do Morador	Bom	
	Casa de Farinha	Bom	
Engenho Diamante	Casa do Morador	Regular	-
	Casa Grande	Bom	
Engenho Igarapé	Casa Grande	Bom	-
Usina São Francisco	Casa Grande	Precária	1857
Engenho Carnaubal	Casa Grande	Precária	1843
	Engenho	Ruína	
Engenho Morrinhos	Engenho	Ruína	-
Engenho Oiteiro	Engenho	Ruína	-

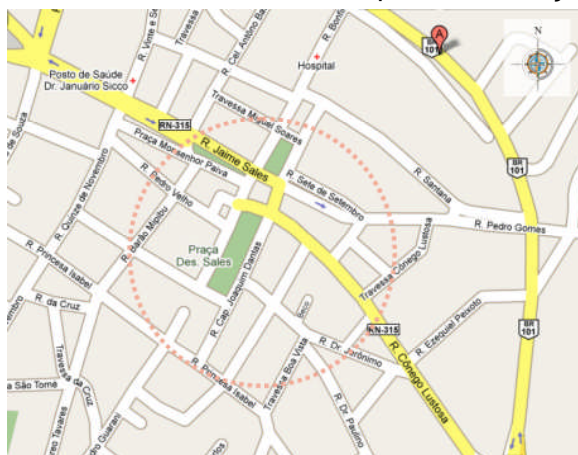
Fonte: IPHAN (2008), abril/2009.

Dentre os 14 engenhos inventariados pelo IPHAN, o Engenho Guaporé e o Engenho Verde Nasce são tombados pela Fundação José Augusto. Apesar de tratar de prédios com representativo valor arquitetônico, o estado de conservação das edificações é precário, estando algumas abandonadas ou em ruínas. Sobre o acesso a região rural, é necessário investir no sistema viário, já que não é possível deslocar-se por meio de veículos de grande porte, devido as vias serem estreitas e carroçáveis.

c) São José de Mipibu

O núcleo central de São José de Mipibu é marcado pela presença de casarões e sobrados. Estes estão localizados no entorno da praça Des. Celso Sales e destacam-se por serem edificações imponentes e centenárias com adornos e figuras emblemáticas em suas fachadas, caracterizando os estilos barroco e colonial. Porém, a mais antiga edificação da cidade é a Igreja Matriz que data de 1740. No decorrer dos anos do século XIX, esta passou por acréscimos e modificações necessárias, para melhor abrigar seus freqüentadores, vindo a tornar-se um dos marcos da religiosidade do Estado. Localizada no centro da cidade, possui imagens sacras de grande valor histórico, dentre estas, algumas foram tombadas a nível federal, como também, o lavabo feito em pedra sabão.

FIGURA 37. Centro Tradicional de São José de Mipibu, delimitação parcial em vermelho.



Fonte: www.maps.google.com.br (junl/2009), adaptado pela Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

No século XIX, ocorreu a construção da chamada Casa de Construção (1879) denominada atualmente de Grupo Escolar Barão de Mipibu, em estilo neoclássico, foi tombada a nível estadual na década de 1980. No primeiro decênio do século XX, o município sofreu um grande impacto econômico, com a diminuição da produção açucareira.

FIGURA 38. Vista dos Casarões e Sobrados (à esquerda), Igreja Matriz (centro) e Grupo Escolar Barão de Mipibu (à direita), entorno da Praça Des. Celso Sales.



Fonte: www.saojosedemipibu.rn.gov.br, maio/2009.

Entretanto, nas décadas de 1940 e 1950, a cidade viveu tempos áureos que se deveu principalmente a construção da Base Americana em Parnamirim (1940). Assim, ocorreu a construção de novas edificações, reparos em outras e demolições daquelas antigas residências do centro e adjacências, para erguer moradias em estilo moderno e protomoderno.

Na área rural, o município ainda possui alguns engenhos que retratam a economia açucareira, como é o caso do Engenho Olho D'Água (1774). Este permanece em atividade, produzindo a cachaça que leva o nome do engenho. Os antigos prédios que serviam de senzala, casa de purgar açúcar, destilaria e casa de fermentação foram restaurados. De tal modo, as edificações podem ser visitadas para apreciar as variadas atividades como: degustar o café da manhã e/ou o almoço, realizar encontros, aniversários, etc. O local, também, resgata mensalmente a cultura popular num autêntico forró pé de serra denominado "Forró do Olho D'Água".

FIGURA 39. Engenho Olho D'Água.



Fonte: www.saojosedemipibu.rn.gov.br, maio/2009.

Além disso, a região possui o Engenho Lagoa do Fumo, local onde nasceu o Barão de Mipibu. Neste, os proprietários desenvolvem atividades festivas periodicamente, promovendo shows de música popular. E na comunidade de Japécanga, na divisa com o município de Parnamirim, está localizado o Engenho Japécanga, que produz rapadura da melhor qualidade.

Apesar da maioria do acervo arquitetônico do município ser de propriedade particular, as edificações necessitam passar por processos de tombamento para impedir a sua descaracterização e/ou demolição. Na tentativa de preservar esse patrimônio foi criada no município a Fundação Mipibu de Cultura com amplas atribuições para dar qualidade aos produtos culturais existentes e buscar resgatar os recursos culturais esquecidos e atrativos subutilizados.

d) Demais Municípios

Neste tópico serão mencionadas algumas peculiares dos municípios de Nísia Floresta, Arez, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Canguaretama e Parnamirim, relativas ao patrimônio histórico-cultural arquitetônico. Assim, serão especificadas algumas edificações e conjuntos arquitetônicos que são o produto e o testemunho dos diferentes momentos históricos da região, constituindo-se, portanto, em elementos essenciais para potencializar tanto o turismo rural, quanto o religioso e o militar.

A respeito do município de Nísia Floresta, no período do século XIX, a economia girava em torno do cultivo da cana de açúcar. Por ser um momento de vasta prosperidade econômica foram erguidas edificações monumentais na região, como é o caso do Engenho do Descanso (1882) e o Engenho São Roque (1814). Apesar da área não apresentar um sítio arquitetônico, destacam-se em seu núcleo edificações com filiação estilística colonial, eclética, barroco, neoclássica, tais como: as ruínas do Engenho Velho (século XVIII), a Igreja Nossa Senhora do Ó (1833), a Estação Ferroviária Papary (1881), as ruínas da Casa de Pedra (século XVI) e o Mausoléu de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

FIGURA 40. Engenho São Roque (à esquerda), Igreja Nossa Senhora do Ô (centro) e Estação Ferroviária Papary (à direita).



Fonte: www.nisiafloresta.mn.gov.br, maio/2009.

Um dos exemplares arquitetônicos mais notórios e visitados na região é a Estação Ferroviária Papary (1881). Esta é um dos poucos modelos de estações ferroviárias que mantêm suas características originais na região e em estilo neoclássico, com elementos e símbolos da arquitetura antiga como o frontão e a simetria. A edificação foi, também, utilizada como posto de telégrafo e de embarque e desembarque de açúcar no auge da produção. Atualmente, funciona o Restaurante Marinas Camarões.

Já o município de Arez, possui edificações que denotam linhas arquitetônicas mais simples, retilíneas, com influência do colonial brasileiro. Em muitos edifícios, as fachadas apresentam portas e janelas com verga em arco círculo arredondada ou reta. Como mencionado anteriormente, é muito freqüente na região as platibandas de balaustres. E ainda, o “status” social das edificações se afirma não só pelas dimensões e número de pisos, como também pelos adornos, pelos porões altos e forros de madeira, janelas com vidros ou venezianas e fachadas com cunhais e frisos decorados.

Apesar de um número reduzido de edificações com identidade histórico-cultural, a região encanta pelo patrimônio histórico, destacando-se pela presença da Igreja São João Batista de Guarairas, considerada uma das mais antigas do Brasil. Esta foi construída pelos missionários portugueses da Companhia de Jesus com ajuda dos índios e colonizadores. Apesar dos longos 17 anos para conclusão da obra, em 24 de junho de 1659 ocorreu sua inauguração (ver a figura a seguir).

Também merece destaque, o portão do cemitério de Arez que é datado do século XIX. Monumento tombado pelo IPHAN em 1962 e erguido em 1882, pelo Frei Herculano que buscou inspiração no barroco para o seu projeto. Em sua última restauração, realizada pelo IPHAN, em 1995, foram removidas várias camadas de tinta, sobrepostas em seus elementos decorativos, permitindo a identificação e reprodução das cores originais do monumento. Trata-se do único portão de cemitério tombado no Brasil. Segundo Jeane Fonseca Nesi é um frontispício curvilíneo, emoldurado por cimalha e imitação de colunas da ordem coríntia. As ditas colunas dividem simetricamente o frontão em cinco partes distintas (ver a figura a seguir).

E ainda, o Canhão do Fortim da Ilha do Flamengo que se encontra em exposição na Praça Cívica Leônidas de Paula. Esta é uma peça bélica de artilharia pesada usada pelos holandeses nos anos de 1647, 1648, 1651 e 1652 em batalhas contra os portugueses. Após a queda do fortim pelos portugueses na batalha de 1652, o canhão foi abandonado pelos holandeses na própria Ilha, local este onde os conflitos ocorreram.

FIGURA 41. São João Batista de Guaraíras (à esquerda), Portão do Cemitério (centro) e Canhão do Fortim da Ilha do Flamengo (à direita).



Fonte: www.icone.inf.br/Arez, maio/2009.

Com o número expressivo de edificações semelhantes ao de Arez, o município de Macaíba possui um acervo arquitetônico que data do século XIX. Este se encontra em precário estado de conservação e preservação, estando praticamente descaracterizado, com elementos arquitetônicos de variados períodos históricos. Fato este, que pode ser justificado pela predominância do uso comercial e/ou serviço.

Os imóveis com representativo valor-histórico cultural da região são reflexos de um período marcado pela forte presença da cultura francesa e portuguesa, vindo a predominar a filiação estilística colonial, barroca e eclética. Como citado anteriormente, o ecletismo no município é resultado da combinação do *Art Nouveau*, *Art-Deco* e de uma linguagem estilística nacional de inspiração neo-colonial. E ainda, são destacados os elementos e adornos formais característicos da Europa do fim do século XVIII, com a presença de cornijas (elementos horizontais salientes, originalmente com a função de pingueiras) decorativas nas platibandas (retas ou triangulares) e molduras dos vãos; platibandas em forma de frontão (triangulares) e vãos em arco pleno.

A seguir, estão listados alguns imóveis e conjuntos arquitetônicos que necessitam de intervenções que visam à manutenção da edificação, bem como, aquelas que poderão estar inseridas no circuito turístico histórico-cultural do município.

QUADRO 10. Conjuntos Arquitetônicos e edificações representativas de Macaíba.

Imóveis e Conjuntos Arquitetônicos	Estado de Conservação	Estilo Arquitetônico	Tipologia	Data da Fundação
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Bom	Barroco	Arq. Religiosa	1882
Capela de Nossa Senhora da Soledade*	Bom	Eclético	Arq. Religiosa	1923
Solar Caxangá*	Bom	Eclético	Arq. Civil	1857
Capela de São José Operário*	Bom	Barroco	Arq. Religiosa	1876
Casarão dos Guarapes*	Ruína		Arq. Civil	1858
Escola Agrícola de Jundiáí	Regular	Moderno	Arq. Civil	1949
Biblioteca Municipal (Casa onde nasceu Henrique Castriciano)	Bom	Neoclássico	Arq. Civil	1874
Antigo Prédio da Prefeitura	Bom	Neoclássico	Arq. Civil	1933
Casarão dos Mesquitas (Casa de Cultura)*	Bom	-	Arq. Civil	Séc. XIX
Solar do Mourisco	Descaracterizado	-	Arq. Civil	Séc. XIX
Conj. arq. da R. Teodorico Garcia	Descaracterizada	-	-	Séc. XIX
Conj. arq. da R. N. Senhora da Conceição	-	-	-	Séc. XIX
Solar do Ferreiro Torto	Bom	Colonial	Arq. Civil	1614
Solar da Madalena	Bom	Art Nouveau	Arq. Civil	1915

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Na área rural encontram-se edificações tombadas a nível estadual que está em bom estado de conservação, como:

a) O Solar do Ferreiro Torto que é o antigo engenho Potengi fundado em 1614. A região foi invadida por holandeses em 1634, durante o domínio destes no Brasil. Neste ataque morreram a família Coelho, todos que no engenho viviam e alguns que ali estavam refugiados. Após este período o engenho ficou abandonado e, por volta do século XIX, derruba-se o antigo casarão e constrói o atual; e

b) O Solar da Madalena (Antiga Vila Soledade) construído entre os anos de 1915 e 1917 pelo mestre Carneiro com base na planta do arquiteto Giacómo Palumbo. Em estilo *Art Nouveau*, o atual casarão substitui a sede da fazenda Canavial. Desde a construção do Solar reúnem-se todos os anos na localidade as sociedades natalenses e macaibenses para a festa da colheita da jabuticaba.

FIGURA 42. Solar Ferreiro Torto (à esquerda) e Solar da Madalena (à direita) em Macaíba.



Fonte: www.macaibarnbrasil.blogspot.com, maio/2009.

Igualmente com os demais municípios, pode-se inserir no roteiro turístico religioso a cidade de São Gonçalo do Amarante, por possuir locais representativos para a história e a identidade da sociedade, quer seja por sua exemplaridade, quer por sua singularidade. Assim, a religiosidade do município está ligada a figura dos Mártires de Uruaçu que foram dizimados por resistirem às investidas dos holandeses no município.

Neste contexto, destaca-se o entorno da Igreja Matriz, devido à presença de edificações datadas do século XIX. A Igreja Matriz data de 1719, com seu estilo barroco, com traços simples, retos e sóbrios, a edificação é uma das poucas arquiteturas no Estado que conserva sua estrutura original. Exceto alguns elementos que foram inseridos em 1835 por meio da ampliação, como também, o alto-mor que foi destruído após um incêndio. Pela sua importância histórica, a Igreja foi tombada pelo IPHAN em 1963 e possui em seu interior uma escultura sacra do Senhor Morto. (ver figura a seguir).

Outra edificação religiosa é a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Utinga, provavelmente erguida em 1730. Reconhecida como Capela de Utinga, destaca-se pela simplicidade arquitetônica do estilo barroco, sendo tombada desde 24 de agosto de 1989, pela Fundação José Augusto. Construída na mesma filiação estilística a Capela Igreja Nova (1867) é outro elemento de destaque do município, e ainda, a Capela dos Mártires de Uruaçu, erguida para homenagear a São João Batista, foi demolida diversas vezes, mas em 1921 houve sua reconstrução que permanece até os dias atuais. A edificação está situada a três quilômetros do local onde aconteceram os morticínios.

FIGURA 43. Igreja Matriz (à esquerda), Capela de Utinga (centro) e Capela de Uruaçu (à direita), São Gonçalo do Amarante.



Fonte: www.saogoncalo.rn.gov.br, maio/2009.

O município possui, também, as ruínas de um engenho que funcionou na região por volta do século XIX. Até os dias atuais, ainda permanece a casa-grande, reconhecida como Casarão do Olho D'Água dos Lucas. Este foi erguido em 1853, por D. Marta Cavalcanti e o Sr. João

Neto. Segundo a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, a edificação encontra-se em processo de tombamento.

FIGURA 44. Casarão do Olho D'água dos Lucas (1853), São Gonçalo do Amarante.



Fonte: www.saogoncalo.rn.gov.br, maio/2009.

Canguaretama foi palco também de uma das maiores carnificinas do Rio Grande do Norte. Em 16 de julho de 1645, o Padre André de Soveral e outros 70 fiéis foram cruelmente mortos por mais de 200 soldados holandeses e índios potiguares. Os fiéis participavam da missa dominical, na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú, que deu nome ao local. Apesar do município não apresentar um sítio arquitetônico com potencial para o turismo, possui a Capela - tombada pelo IPHAN – que é um exemplar de patrimônio histórico-cultural.

A capela foi construída juntamente com os prédios do engenho e da casa-grande a partir de 1604, embora tenha chegado aos nossos dias com feição característica do século XVIII. O bem, em si, não possui elementos arquitetônicos que o faça representativo de exemplo de traço construtivo ou estética arquitetônica do século XVII, pois foi praticamente reconstruído sobre as ruínas de sucessivas reformas de sua edificação original. De todo modo, a capela é o que sobrou do mais importante engenho de açúcar da Capitania do Rio Grande.

FIGURA 45. Capela do Engenho Cunhaú, São Gonçalo do Amarante.



Fonte: IPHAN, maio/2009.

Parnamirim se destaca com sua arquitetura militar. O município possui edificações construídas para suprirem as funções de defesas e proteção do território no período da Segunda Guerra Mundial. Devido a sua posição estratégica é reconhecido internacionalmente como "Trampolim da Vitória". Assim, encontra-se na região a predominância da arquitetura eclética e moderna. Tendo como destaque: as unidades militares do Ministério da Aeronáutica, ou seja, o antigo Comando Aéreo de Treinamento (CATRE); e, a Barreira do Inferno (1965) que se trata da primeira base de lançamento de foguetes do Brasil.

FIGURA 46. Barreira do Inferno, Parnamirim.



Fonte: www.parnamirim.rn.gov.br, maio/2009.

3.2.4.1.3. Bens Culturais de Natureza Imaterial

Na cultura do Polo Costa das Dunas predomina o artesanato; a gastronomia típica; as manifestações de usos tradicionais e populares; e, os dados da história, personagens e lendas. Um dos traços culturais inconfundíveis da população é o artesanato que se destaca pela produção de adornos e objetos de decoração feitos em madeira, conchas do mar e bucha de coco, principalmente nas áreas litorâneas. No interior as matérias-primas de realce são: pedras, argila, sisal, junco e palhas. O emprego da matéria-prima e a técnica para a produção do artefato variam de acordo com a região, uma vez que se produzem, também, as tecelagens, renda e bordados.

Apesar da grande variedade de produtos artesanais, apenas os municípios de Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Touros possuem feirinhas típicas ou locais para exposições dos artesanatos. Portanto, é necessário ações e incentivos para o artesanato, pois é uma atividade que possui uma expressão cultural muito forte que gera emprego e renda, fixa o homem em suas comunidades de origem e pode, com pequenos investimentos, contribuir significativamente para o desenvolvimento das várias regiões. Nesse sentido, são imprescindíveis mais e melhores projetos para qualificação do profissional, melhoria e aperfeiçoamento de produtos a serem selecionados, mesmo que o setor apresente ações de capacitação pelo SEBRAE/RN e cooperativas de artesãos.

QUADRO 11. Elementos de Destaque da Culinária e Artesanato.

Municípios	Culinária	Artesanato
Arez	Camarão	Marcheteria, labirinto, crochê, artes em palha, fuxico
Baía Formosa	Frutos do Mar	Rendas de bilro
Canguaretama	Camarão	Utensílios de cipó: cestarias
Ceará-Mirim	Galinha caipira, carne do sol com macaxeira, grude, tapioca, feijão verde, paçoca, picado (sarapatel), buchada, arroz de leite, caldo de cana com pão doce ou pastela, todos os derivados da cana de açúcar (rapadura, açúcar mascavo, mel, rapadura batida), frutos do mar no litoral	Renda de bilro, cestaria em palha e cipó, utensílios em cipó, esculturas em argila, artes plásticas, esculturas em madeira, crochê, tricô, ponto cruz, vagonite, sisal, bonecas de pano
Extremoz	Castanha de Caju, Grude, Frutos do Mar	Peças adornadas em areia colorida e tapetes de tear, rendas, redes, artefatos em pedra
Macaíba	Galinha Caipira, Sequilho de Goma	Bruxa de pano, macramê, ponto cruz e bordados em geral
Maxaranguape	Pescados, Frutos do Mar	Junco, palhas, algas e madeira
Natal	Castanha de caju, doces de frutas e pastéis de frutos do mar, tapioca, ginga	Bordado, bijuterias fabricadas com metal e minerais diversos, redes, tapeçarias, roupas de praia feitas de crochê e objetos de enfeite em couro ou madeira, como barcos em miniatura, peixes, ferramentas indígenas e até santos
Nísia Floresta	Camarão e demais frutos do mar	Renda de bilro, labirinto, tear, cerâmica, barro e os artigos em palha de carnaúba, fibra, cipó e junco
Parnamirim	Paçoca feita no pilão, macaxeira, caranguejo no coco	Materiais diversos feitos de palha, junco e juta
Pedra Grande	Galinha caipira, macaxeira, tapioca, peixe com pirão, lagosta	Labirinto, bonecas de pano, cestas de palha de carnaúba, crochê, ponto cruz, artigos feitos de palha
Rio do Fogo	Pescados e frutos do mar	Rendas e labirintos
São Gonçalo do Amarante	Camarão ao alho e óleo com casca, filé de camarão regado ao caldo de coco, camarão gratinado e o pirão de camarão	Argila, sisal, pedras e louças cerâmicas
São José de Mipibu	Camarão, galinha caipira, vaca atolada, cuscuz de milho e carne de bode	Cipó, pintura em tela, macramê, crochê, pintura em tecido, tapeçaria, cerâmica artesanal, macheteria.

CONT. QUADRO 11. Elementos de Destaque da Culinária e Artesanato.

Municípios	Culinária	Artesanato
São Miguel do Gostoso	Frutos do mar e arroz de polvo	Bonecas de pano e labirinto
Senador Georgino Avelino	Frutos do mar, ostra, camarão	Sisal e fibra
Tibau do Sul	Frutos do mar	Confecção de garrafas com areias coloridas, bonecas de búzios, artefatos em porcelana, labirinto, sisal, palha, barro
Touros	Lagosta, frutos do mar, tapioca, cuscuz, inhame, feijão verde, beleza (goma de tapioca)	Renda de labirinto, artefatos de cipó, samburás, urupema

Fonte: Prefeituras e www.setur.rn.gov.br.

No Polo Costa das Dunas a gastronomia destaca-se principalmente pelas elaboradas refeições feitas com camarão, peixes e demais frutos do mar. A carne de sol acompanhada com feijão verde, macaxeira, manteiga de garrafa e farofa d'água é também uma opção no variado repertório gastronômico. Sobressai-se para a sobremesa os doces feitos de frutas da região, como cajú, mamão, coco, banana, alfinin (doce de açúcar, fabricado com formas de bonecas, flores, boizinhos, cavalos, etc.), grude (feito de goma e coco), sendo os mais famosos os de Extremoz, dentre outros. No entanto algumas cidades possuem suas peculiaridades na culinária, como: São Miguel do Gostoso, com o arroz de polvo; Ceará-Mirim, o pastel ou pão doce acompanhado com caldo de cana de açúcar, que podem ser apreciados no Mercado Público; Natal, pela castanha de caju e a ginga com tapioca encontrada na praia da Redinha; o camarão de Nísia Floresta, famoso por ser do mar, passar por mangues e desaguar em rio, o que o torna com sabor diferenciado.

E ainda, existem os remédios caseiros, conhecidos como "lambedores", que geralmente são elaborados com frutas como a romã, corama, mastruz, urtiga branca, etc.

Apesar dos variados pratos típicos, existem restaurantes e bares direcionados ao turismo basicamente nos municípios de Natal, Tibau do Sul, Nísia Floresta, Parnamirim, Maxaranguape, Extremoz e Ceará-Mirim, com ambiente diferenciado, cardápio variado, decoração e utensílios com elementos típicos da região, o que confere a região um diferencial acolhedor.

O folclore na região é bastante rico e apresenta vários autos e manifestações populares, com destaque para os autos e as danças folclóricas, tais como:

a) Pastoril: que são cantos, louvações, entoadas diante do presépio na noite de Natal, vindo a simbolizar o nascimento de Jesus;

b) Fandango: que retrata a grande influência portuguesa nos passos das danças e expressões contidas nas jornadas. O enredo desse evento gira em torno de um navio perdido no mar por sete anos e um dia, correndo a tripulação perigo de incêndio, calma e tempestade;

c) Boi de Reis: tradicional Bumba Meu Boi, cuja primeira apresentação do ano é realizada diante de uma igreja para que todos os brincantes sejam abençoados por Deus. Apresentam-se em palanques ou residências, quando são chamados; e,

d) Coco: dança de roda em que não há qualquer enredo dramatizado, mas o público pode participar, já que não é exigida uma indumentária padronizada, ao contrário dos autos.

QUADRO 12. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos

Municípios	Bandas de Música	Grupos Folclóricos e Artísticos
Arez	Banda Musical União Arezense e Banda Musical Juventude	Lampião, quadrilha junina, Dança de Cangaceiros de Arez
Baía Formosa	Não há	Coco de roda, Pastoril, Zé Pereira,
Canguaretama	Banda Musical Geraldo Freire	Chegança de Barra de Cunhaú, Pastoril de Barra de Cunhaú, Fandango de Canguaretama, Coco de Roda de Canguaretama
Ceará-Mirim	Banda de Música Mun. Tenente Djalma Ribeiro	Caboclinhos (Mestre Severino Roberto), Congos de Guerra (Tabuão), Grupo Boi de Reis (Matas), Caboclinhos (mestre Anízio), Pastoril (fundação) Capoeira (mestre pequeno, Maculelê, sem osso e bocão) Tribos Indígenas (Tupinambá e Apaches) Babelô (capela e mestre Belchior)
Extremoz	-	Boi de Reis de Extremoz, Babelô de Extremoz
Macaíba	Banda de Música Mun. de Macaíba	Boi de Reis de Macaíba do Distrito de Tapará, Pastoril, Dança do Pau Furado, Coco Zabelê
Maxaranguape	Banda Municipal de Maxaranguape	Capoeira, Pastoril, Capelinha, Flauta e Coral, Coco de Roda
Natal	Banda de Música Centro Soc. de Brasília Teimosa	Congos de Calçola de Ponta Negra, Boi de Reis de Manoel Marinheiro de Felipe Camarão, Grupo Folclórico Estrela do Oriente Natal, Sociedade Araruna de Danças Antigas e Semi-Desaparecidas
Nísia Floresta	Desativada	Grupo de Pastoril, Drama, Coco de Roda
Parnamirim	Banda de Música Núcleo Educacional Arco-Íris	Boi de Reis, Boi Calembra, Pastoril de Pirangi
Pedra Grande	Banda de Música Nazaré Câmara	Fandango, Coco de Roda e danças típicas roceiras, Pastoril da Cauã
Rio do Fogo	Não há	Pastoril, Mamulengo, Boi de Reis, Fandango e Lapinha
São Gonçalo do Amarante	Banda Municipal de São Gonçalo do Amarante	Pastoril Dona Joaquina, Boi de Reis de São Gonçalo do Amarante, Babelô de S. G. do Amarante, Romanceiro D. Militana de São Gonçalo do Amarante

CONT. QUADRO 12. Bandas de Músicas e Grupos Folclóricos e Artísticos

Municípios	Bandas de Música	Grupos Folclóricos e Artísticos
São José de Mipibu	Filarmônica Honório Maciel	Pastoril, lapinha, fandango, Rei do Congo, Boi do Rei, violeiros, repentistas, Grupo Araruna, Grupo Boi Calenga, Grupo o Mundo da Dança, Grupo de Índios da Bica, Grupo de Índios do Tancredo, Grupo Coco de Roda, Grupo de Capoeira, Grupo Babelô
São Miguel do Gostoso	Banda de Música Deputado Heséquio Fernandes	Bumba-Meu-Boi, Capelinha e Pastoril
Senador Georgino Avelino	Grupo Musical Esperança Jovem	Marujada de Senador Georgino Avelino, Bois de reis, drama
Tibau do Sul	Em formação	Coco Zambê de Tibau do Sul, Pastoril de Tibau do Sul
Touros	Filarmônica de Touros	Bandeirinhas de Touros, Dança dos Cangaceiros de Touros, Grupo de Xaxado - Banda de Lampião, Mamulengos

Fonte: Prefeituras, Funarte, Fundação José Augusto, maio/ 2009.

A musicalidade potiguar é bastante representativa nos municípios situados nas proximidades de Natal, tendo destaque na cultura potiguar não apenas as bandas musicais relacionadas acima, como também, músicos que atuam no Rio Grande do Norte e alhures, como é o caso de: Carlos Zen, Galvão Filho, Babal, Sueldo Soares, Valéria Oliveira, Lane Cardoso, Pedrinho Mendes, Rejane Luna, Isaque Galvão, Cleudo e seus Babeloucos, Khrystal, Marina Elali, entre tantos outros artistas. Além de bandas como Perfume de Gardênia, Uskaravelho, Peixe Coco e Jane Fonda, etc., há aqueles que trabalharam e construíram a história musical da terra como Eline Julião, Hianto de Almeida, Tonheca Dantas, Felinto Lúcio, Trio Iraquitan, Núbia Lafayette e Glorinha de Oliveira, e demais artistas que contribuíram para a história da música popular no Estado do RN.

Da mesma forma, os festejos juninos e religiosos podem ser considerados eventos de apresentação da região e estão presentes no calendário de todas as cidades do Polo Costa das Dunas. O festejo religioso tem o poder de redirecionar as práticas do cotidiano, onde toda a cidade se veste de festa em louvor ao seu padroeiro (a), reforçando a identidade de uma região festiva e acolhedora. E ainda, há as comemorações juninas que estão relacionadas com a festa de São João: quadrilha junina, culinária típica, entre outros, destacando-se, principalmente, as festividades religiosas em São Gonçalo do Amarante, e as juninas em Macaíba e São José de Mipibu.

Dentre as personalidades que marcaram e marcam a cultura do Polo Costa das Dunas, pode-se citar: Luis da Câmara Cascudo (advogado, historiador e folclorista), ficou internacionalmente conhecido pelos estudos do folclore brasileiro. Em Natal há um Museu em sua memória); Dona Militana (romanceira, agraciada com a comenda do Mérito Cultural Brasileiro, concedida pelo Presidente da República, por preservar o valioso acervo que Portugal nos legou); Chico Santeiro (escultor natalense); Mestre Cornélio (danças folclóricas); Mestre Manoel Marinheiro (danças folclóricas); Nísia Floresta Brasileira Augusta (escritora, Indianista, feminista, educadora, amiga de Augusto Comte com quem discutia o positivismo. Escreveu vários livros).

Em relação aos costumes relacionados às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas podem-se encontrar nos municípios as Casas de Cultura Popular, Pontos de Cultura, Museus e Projetos de Cultura, apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 13. Museus, Casas de Cultura e Pontos de Cultura.

Municípios	Museus	Casa de Cultura	Ponto de Cultura	Entidade responsável pelos Projetos Culturais desenvolvidos nos Pontos de Cultura	Projeto Cultural
Arez	Museu Clidenor de Lima Galvão	-	-	-	-
Baía Formosa	-	-	-	-	-
Canguaretama	-	Casa de Cultura em Construção	-	-	-
Ceará-Mirim	Museu Casa Grande do Engenho Guaporé	-	-	-	-
Extremoz	-	-	-	-	-
Macaíba	Museu Solar do Ferreiro Torto	Palácio Nair Mesquita	Ponto de Cultura da FJA e Ponte de Cultura MINC	Associação Comunitária Cultura Amigo da CCP Palácio Nair Mesquita	Casa na Cultura
Maxaranguape	-	-	Ponto de Cultura Suplente	-	-
Natal	Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão	-	Ponto de Cultura Suplente, Ponto de Cultura da FJA e Ponte de Cultura MINC	Escola Potiguar das Artes do Circo (EPAC)	Escola Potiguar das Artes do Circo
	Museu Mem. Manoel Lino de Paiva Martins			Associação de Moradores da Redinha (AMOR)	No Balanço da Redinha
	Museu de Odontologia			Trotamundos Cia e Arte	Cascudo: Conta Lá que Eu Conto Cá
	Museu da Imprensa Eloy de Souza			Inst. Téc. de Estudos Cinematográficos (ITEC)	Cinema Para Todos
	Museu Memorial de Medicina			Posse de Hip Hop Lelo Melodia	Bodega Digital - Favela Sorri
	Museu Memorial Aluísio Alves			Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare	Ponto de Cultura Barracão Mambembe
	Memorial Monsenhor Expedito			Associação Gira Dança	Giratório
	Museu Câmara Cascudo			Movimento de Valorização Arte Educação	O Pium
	Museu Ary Parreiras			Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cultural	Tecido Cultural
	Museu Fortaleza dos Três Reis Magos			Associação República das Artes	Boivivo
	Museu Casa Café Filho			Organização Feminista Bandeira Lilás	Mulheres Arteiras

CONT. QUADRO 13. Museus, Casas de Cultura e Pontos de Cultura.

Municípios	Museus	Casa de Cultura	Ponto de Cultura	Entidade responsável pelos Projetos Culturais desenvolvidos nos Pontos de Cultura	Projeto Cultural
	Museu Arte Sacra do RN	-	-	Associação Cultural do Bom Pastor	Avança Bom Pastor
	Memorial Câmara Cascudo			Artes e Traquinagens	Mãos nas Artes
	Museu Câmara Cascudo			Associação Grupo de Teatros e Facetas, Mutretas e outras histórias	Ponto de Cultura Reboiço
	Pinacoteca do Estado				
Nísia Floresta	-	Casa de Cultura em Construção	-	-	-
Parnamirim	Museu do Homem Missioneiro Potiguar	-	Ponto de Cultura da FJA	Instituto Educante	Cine Poesia
				Associação Potiguar de Apoio a Juventude do Meio Popular Ileaô	Cultura e Protagonismo Juvenil
Pedra Grande	-	-	-	-	-
Rio do Fogo	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	Ponto de Cultura da FJA e Ponte de Cultura MINC	Olhares	Lumiar
São José de Mipibu	Museu Histórico Monsenhor Barros de São José de Mipibu	-	Ponto de Cultura da FJA	Associação de Comunicação Comunitária e Cultural - Cajupiranga	Revitalização da Cultura Popular no município
São Miguel do Gostoso	-	-	Ponto de Cultura da FJA	Coletivo de Direitos Humanos, Ecologia, Cultura e Cidadania (CDHEC)	Tear- Tecendo Cultura, Cidadania e Direitos Humanos
Senador Georgino Avelino	-	-	-	-	-
Tibau do Sul	Santuário Ecológico de Pipa	-	Ponto de Cultura da FJA	Associação Educacional Comunitária do Município de Tibau do Sul	Educa-Pipa
Touros	Museu de Touros	Casa de Cultura em Construção	-	-	-

Fonte: Fundação José Augusto, maio/ 2009.

No município de Macaíba essas manifestações são encontradas na Casa de Cultura⁷, que é um espaço físico que fomenta a produção cultural da região. O prédio tem importância histórica para a cidade e possui espaços que são utilizados como auditório, galeria de arte, biblioteca, pinacoteca, museu e salas para oficinas de artes plásticas e cênicas. A Casa oferece cursos e oficinas de teatro, dança, artesanato, música, canto, cordel, poesia, artes

⁷ Existem três Casas de Cultura em fase de construção nos municípios de Canguaretama, Nísia Floresta e Touros.

plásticas, etc., como também, conserva, apresenta e permite a visitação de coleções de objetos de caráter cultural ou científico.

FIGURA 47. Casa de Cultura Palácio Nair Mesquita, em Macaíba.



Fonte: www.macaibarnbrasil.blogspot.com

Por sua vez, existem os Pontos de Cultura que são iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio com a Secretaria de Cultura do Estado e o Ministério da Cultura, e tornam-se responsáveis para articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades que envolvem a Arte e Educação, Cidadania com Cultura e Cultura com Economia Solidária.

Do que foi exposto aqui sobre o patrimônio histórico e cultural é importante reforçar a subutilização desses bens, enquanto potenciais atrativos turísticos. A realidade desse patrimônio tem sido bastante denunciada pela imprensa, uma vez que os remanescentes históricos da cultura material sequer recebem dos organismos públicos a devida preservação e conservação. Os poucos existentes que obtiveram alguma atenção apresentam aproveitamento turístico incipiente. É comum o visitante chegar a um bem histórico e arquitetônico e apenas se limitar à simples admiração passiva. Quando muito são realizadas visitas monitoradas, freqüentemente enfadonhas em suas explanações, sempre iguais e repetitivas, independente do perfil dos visitantes. Pouquíssimos, ou quase nada de esforço tem sido feito até agora para se levantar as características dessa demanda e adequar às visitas a seus interesses específicos.

Com esse quadro fica fácil de entender por que o turismo cultural no Polo Costa das Dunas não ganha espaço. Embora alguns sintomas já se façam presentes, especialmente, no discurso de planejadores e estudiosos, levados pelo apelo que sacode o país da necessidade de resgate da história regional. Tudo isso, a médio prazo, tende a produzir benefícios ao turismo cultural.

É preciso que seja entendido que o turismo cultural mesmo ocupando posição secundária em relação ao turismo de sol e mar, ele tem sua importância do ponto de vista econômico, pois não depende das condições climáticas, como acontece com os recursos naturais. A sazonalidade, embora exista, é menor quando a atrativo é a cultura. Assim, tanto no verão, com o calor intenso, quanto no período chuvoso à cidade pode se manter atrativa.

3.2.5. Infraestrutura e Redes

Apresenta-se neste item uma avaliação da área de cobertura e condição física da infraestrutura e das redes físicas existentes no Polo de Turismo do Costa das Dunas, analisando sua oferta e qualidade. Consideram-se aqui os seguintes sistemas: **abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta e disposição do lixo,**

drenagem, sinalização turística, rodovias, aeroportos, telefonia e energia elétrica. Procurou-se enfatizar os déficits e os problemas específicos que podem afetar o desenvolvimento das atividades do turismo na região.

Os procedimentos metodológicos adotados partiram da coleta de dados e informações existentes nos órgãos e/ou empresas responsáveis pelos serviços de infraestrutura básica, como a Companhia de Águas e Esgotos do RN - CAERN, Companhia Energética do RN – COSERN, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, assim como órgãos e institutos que realizam pesquisas sistemáticas sobre o tema, notadamente o IDEMA-RN, DATASUS, IBGE, dentre outros.

3.2.5.1. Saneamento Ambiental

Para avaliação do saneamento ambiental do Polo, foi formulado para o PDITS Costa das Dunas um **Índice de Saneamento Ambiental - ISA**, instrumento de maior peso na definição das áreas prioritárias de intervenção e, construído, a partir do somatório ponderado de índices setoriais referentes aos três aspectos identificados como componentes do saneamento ambiental – **abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana**. As variáveis do ISA foram definidas para cada tipo de serviço, com pesos diferenciados de acordo com a maior carência de atendimento ou mesmo com a fragilidade dos indicadores adotados relacionados com a atividade.

A construção do ISA levou em consideração as variáveis compostas por indicadores existentes, a partir de dados e informações disponibilizadas em fontes confiáveis como no CENSO do IBGE de 2000 e que permitissem, em uma mesma base de análise, uma compatibilização e uma sistematização imediata. Tal decisão mantém a qualidade da análise feita, capaz de gerar indicadores e índices que podem e devem ser aperfeiçoados, mas que já permitem uma leitura consistente da realidade do atendimento por ações e serviços de saneamento nos vários municípios do Polo Costa das Dunas.

Na sua construção, tanto os indicadores e índices setoriais, como o próprio ISA assumem uma variação teórica de 0 (zero) a 1 (um) , sendo que, quanto mais próximo da unidade 1, melhor é a realidade do atendimento por determinada ação ou mais ambientalmente salubre é o município avaliado.

Assim, o ISA, assumiu a seguinte formulação:

$$\text{ISA} = \text{Icab} * 0,1 + \text{Ices} * 0,5 + \text{Icrs} * 0,4$$

Tem-se que,

Icab = Índice de cobertura de abastecimento de **água**;

Ices = Índice de cobertura de **esgoto**

Icrs = Índice de cobertura de **resíduo sólido**

a) Índice de cobertura de Abastecimento de Água (Icab) – (Dados do censo de 2000) Admitido igual à unidade, em função da situação atual de quase universalização dos serviços, ao Icab foi conferido o peso de 0,05 também pelo mesmo motivo. Quase toda a população dos municípios é hoje atendida pelo sistema público de abastecimento de água, com qualidade e quantidades satisfatórias.

b) Índice de Cobertura de Esgotamento Sanitário (Ices) – (Dados do censo de 2000) O Sistema de Esgotamento Sanitário corresponde àquele em que se notam as maiores carências dentre os serviços de saneamento prestados no Polo. Assim, o peso do índice

setorial foi de 0,50, de forma a que se pudesse avaliar adequadamente a prioridade de investimentos em função da carência ou das deficiências na cobertura desses serviços.

c) Índice de cobertura de Resíduos Sólidos (Icrs) – (Dados do censo 2000)

O índice de cobertura de resíduos sólidos ficou representado por um indicador apenas, que expressa à cobertura dos serviços de coleta de lixo domiciliar. Entende-se que esse índice deve assumir uma valorização significativa, que correspondeu a um peso de 0,40, tendo em vista a necessidade de expansão ainda significativa dos serviços de coleta de lixo nas cidades, principalmente nas ocupações irregulares.

QUADRO 14. Polo Costa das Dunas: Saneamento Ambiental com Variáveis de Água, Esgotamento e Coleta de Lixo.

Municípios	Variáveis			
	ISA	Água	Esgoto	Lixo
Arez	0,77	0,72	0,86	0,68
Baía Formosa	0,46	0,91	0,02	0,90
Canguaretama	0,37	0,84	0,10	0,58
Ceará-Mirim	0,44	0,81	0,28	0,57
Extremoz	0,48	0,77	0,54	0,33
Macaíba	0,38	0,78	0,12	0,61
Maxaranguape	0,31	0,85	0,02	0,53
Natal	0,85	0,97	0,72	0,98
Nísia Floresta	0,38	0,67	0,15	0,59
Parnamirim	0,82	0,96	0,72	0,91
Pedra Grande	0,32	0,32	0,13	0,57
Rio do Fogo	0,35	0,86	0,02	0,63
São Gonçalo do Amarante	0,60	0,83	0,47	0,71
São José de Mipibu	0,33	0,77	0,03	0,61
São Miguel do Gostoso	0,24	0,55	0,09	0,36
Senador Georgino Avelino	0,38	0,85	0,09	0,63
Tibau do Sul	0,29	0,91	0,04	0,44
Touros	0,26	0,73	0,06	0,41

Fonte: CENSO IBGE 2000, CAERN.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

No quadro de classificação e hierarquização ficou determinado que o menor valor do ISA (próximo de 0) corresponde à maior carência de investimento, sendo o ISA mais baixo principalmente onde a cobertura do componente esgotamento sanitário é reduzida.

A análise do ISA do Polo Costa das Dunas revela municípios cuja situação ambiental é preocupante como São Miguel do Gostoso (0,24), Touros (0,26) e Tibau do Sul (0,29); tais números foram muito influenciados pela baixa cobertura do esgotamento sanitário existente. Logo em seguida situa-se os municípios intermediários no ISA como Maxaranguape (0,31), São José do Mipibu (0,33), Rio do Fogo (0,35), Canguaretama (0,37), Senador Georgino Avelino (0,38), Ceará-Mirim (0,44), Baía Formosa (0,46) e Extremoz (0,48) com um salto até o melhor nível a partir de Arez (0,77), Natal (0,85) e Parnamirim (0,82). De um modo geral a

maioria dos municípios do Polo Costa das Dunas apresenta desafios quanto à salubridade ambiental, principalmente no seu saneamento, entretanto, cabe destacar que a maioria das ações previstas pelo PRODETUR II na área de saneamento ainda não foram finalizadas, o que indica uma possibilidade de reversão desse quadro em médio prazo.

No que se refere a Touros, é importante destacar a situação precária de poluição e desordenamento em que se encontra o Rio Maceió e suas margens, em virtude da falta de saneamento básico do município e da ocupação irregular do seu território. Por isso, vale destacar aqui a importância de intervenção nesse rio, principalmente, na recuperação do ecossistema que atualmente está prejudicado em razão do alto nível de poluição, e pode ter esse nível aumentado em decorrência da prática do turismo.

Nessa mesma perspectiva do saneamento ambiental é a situação do município de São Miguel do Gostoso que vem despertando para o turismo e atraindo cada vez mais pessoas, fato que, por consequência, aumenta a demanda por todos os tipos de serviços básicos. É, pois, preocupante considerar o aumento da demanda turística sabendo que inexistente no município saneamento básico instalado, nem mesmo em sua sede, havendo também problemas com o abastecimento de água.

Em Natal, a ausência de saneamento básico também é preocupante, especialmente considerando que essa carência pode comprometer a qualidade ambiental dos aquíferos da cidade, como é o caso do bairro *San Valle*, próximo à praia de Ponta Negra, uma vez que há o risco de que os dejetos infiltrem e comprometam um dos mais importantes aquíferos da cidade.

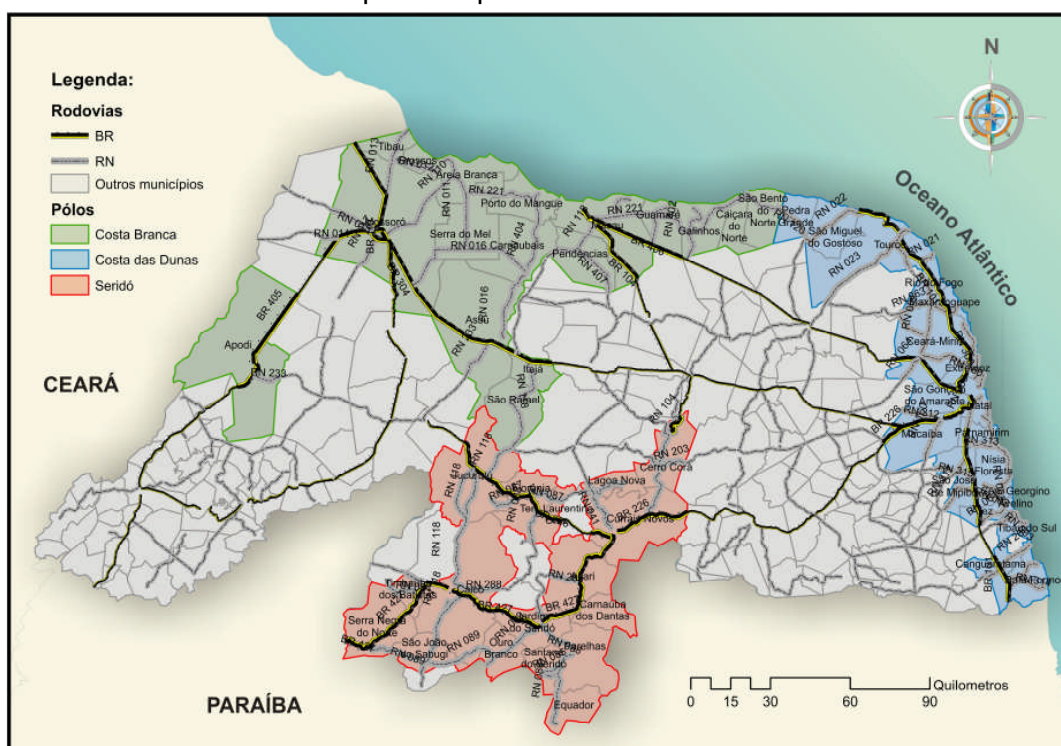
Faz-se necessário, pois, confluir esforços e recursos para que essas dificuldades sejam superadas, especialmente no que tange ao tratamento dos resíduos sólidos, ao abastecimento de água e ao saneamento básico, a fim de que todos os municípios do Polo Costa das Dunas sanem essas deficiências e apresentem, no futuro, melhores índices de salubridade ambiental.

3.2.5.2. Acessibilidade e Rede de Acesso à Área

a) Sistema Rodoviário

O Polo Costa das Dunas é constituído por uma malha viária bastante extensa e com várias ramificações, sendo o seu principal eixo a BR 101, uma das principais rodovias do território nacional, que, atualmente, encontra-se em processo final de duplicação, com vários trechos já em operação. Isto faz desafogar bastante o tráfego principalmente em horário de pico, facilitando também o transporte de cargas rodoviárias e reduzindo o índice de acidentes. As rodovias que compõem e dão acesso às cidades do Polo são: BR: 101, 160, 226, 304 e 406 e as RN - 064, 022, 120, 023, 129, 263 e 309.

FIGURA 48. Mapa Principais Vias – Polo Costa das Dunas.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A BR 101 dá acesso direto a quase todos os municípios do Polo, exceto os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Baía Formosa. A BR 226 na área do Polo Costa das Dunas cruza os municípios de Parnamirim e Macaíba, passando por outros municípios em direção a região do Seridó. A BR 406 é a principal via de acesso ao único município integrante do Polo localizado no norte do Polo Costa das Dunas constituídos por Pedra Grande, esta BR segue em direção a Macau, que já faz parte do Polo Costa Branca.

Já a BR 304 chega ao Polo pelo município de Macaíba, fazendo a bifurcação com a BR 226. A BR 101 entra no Estado do RN através do município de Baía Formosa, seguindo na direção norte até o seu ponto zero, no município de Touros.

O município de São Miguel do Gostoso tem acesso por uma derivação da BR 101, próximo ao seu marco zero, através da RN 221, não existindo, no entanto, pelas RNs 022 e 120 um bom acesso ao município de Pedra Grande, o seu acesso principal se dá através da RN 120 derivada do BR 406.

Parte do sistema viário que corta o Polo em estudo não apresenta sinalização adequada, e em alguns trechos não existe sinalização alguma, havendo ainda outros trechos em que a sinalização é colocada em local inadequado, fatos constatados principalmente em trechos da BR 406 e RNs 120, 022 (estrada de barro) e 221.

Quanto ao acostamento este existe em alguns trechos, em outros estão tomados por vegetação rasteira. A exceção deste comentário é a BR 101 que em todo o seu trajeto apresenta bom estado de conservação e sinalização adequada, nas vias citadas no parágrafo anterior.

O tráfego em todas as rodovias do Polo, tanto nas BRs como nas RNs, não se apresenta intenso, com baixo fluxo de veículos, sendo na grande maioria de veículos de passeio, vans que fazem linhas intermunicipais, e muito raramente veículos pesados, compostos de caminhões de distribuição de mercadorias e ônibus de passageiros e ônibus escolar.

Apesar de o sistema viário existir de forma a alcançar os núcleos urbanos de praias, é de se considerar que este se encontra deficiente na forma de utilização em alguns trechos, pois a caixa carroçável, bem como as áreas adjacentes próprias para acondicionamento de veículos não são adequadas para o fluxo de veículos que circulam, observando-se engarrafamento de veículos. Esses fatos são observados, principalmente, nas vias que cortam os municípios de Parnamirim e Nísia Floresta, sendo agravado, mais ainda, nos municípios de Extremoz e Ceará-Mirim, pelo traçado viário ser muito sinuoso, oferecendo perigo aos motoristas displicentes.

Em Parnamirim, por exemplo, onde se localiza o Cajueiro de Pirangi, um dos principais atrativos turísticos do Polo Costa das Dunas, a circulação é prejudicada pela sinuosidade da via, pelo adensamento populacional em torno do Cajueiro, pelo número de veículos que ali trafegam (particulares, vans, ônibus de excursão entre outros) que além de causar congestionamentos acabam por estacionar em áreas irregulares atrapalhando o deslocamento dos indivíduos e o acesso à praia. Tal situação torna primordial a reestruturação ou a modificação do traçado da via de acesso da RN 063, a fim de minimizar os impactos decorrentes da forma como se dá a visitação atualmente, especialmente considerando que este caminho dá acesso à grande parte dos municípios do Litoral Sul.

Em se tratando do Litoral Norte de Natal, se destacam os problemas de acesso às praias dos municípios de Extremoz (praia de Jenipabú) e Touros (praia de Touros), tendo em vista as precárias condições dos acessos e sinalização a partir da BR-101. Assim, é fundamental se resgatar e recuperar o acesso pela BR 101, que atualmente não apresenta condições de tráfego adequadas para carros de passeio e nem para veículos turísticos, como vans e ônibus. A situação torna-se ainda mais complicada na época das chuvas, pois com a ausência de um plano de drenagem de águas pluviais lâminas se formam no asfalto ou o asfalto é destruído pela ação das águas.

Acirrando ainda mais essa situação está a situação de alguns terminais rodoviários de passageiros – apenas Natal possui um interestadual – não adequados a um fluxo maior de turistas e visitantes. Essa deficiência em terminais rodoviários prejudica a acessibilidade aos municípios do Polo assim como interrompe a formação de uma rede de distribuição do fluxo turístico de modo mais efetivo e baseado no transporte de massa.

b) Sistema Ferroviário

Situa-se dentro do Polo Costa das Dunas o único trecho dentro do estado que ainda funciona o sistema ferroviário. São duas linhas de transporte de passageiros, sendo Natal/Parnamirim e Natal/Ceará-Mirim, em horários regulares, e estações de passageiros.

O trecho utilizado pelo trem entre Natal e Ceará-Mirim é utilizado além do transporte regular de passageiros, como atrativo turístico já sendo estudada uma proposta de integrá-lo ao circuito dos engenhos. Como proposta de melhoria do sistema viário e de novas alternativas de transporte de massa encontra-se em estudo a implantação de Veículo Leve sobre Trilho (VLT), para atender um projeto metropolitano, beneficiando principalmente os municípios vizinhos a Natal, integrantes da Região Metropolitana.

c) Sistema Aeroviário

O Polo Costa das Dunas apresenta o Aeroporto Internacional Augusto Severo para rota regular de passageiros nacionais e internacionais. Está localizado no município de Parnamirim, na região metropolitana de Natal, distante aproximadamente 25 km do centro de Natal, operando com capacidade para atender vôos regulares e vôos classificados como *charters*. Os acessos para o referido aeroporto são bastante favoráveis, em função da proximidade com a BR 101, principal elemento viário de ligação entre Parnamirim

(Aeroporto) e demais cidades do Estado. A citada via opera em condições satisfatórias, principalmente, no trecho que dá acesso da capital ao aeroporto.

De acordo com informações fornecidas pela INFRAERO, nele circulam diariamente entre 2.446 e 3.463 passageiros em desembarque e entre 2.205 e 3.787 embarques. Atualmente são realizados 32 vôos diários, 16 pousos de diversos destinos e 16 decolagens também de destinos diversificados. Os destinos e origens com as maiores frequências são: Lisboa, Guarulhos, Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte e Fernando de Noronha. O Aeroporto Internacional Augusto Severo recebe, hoje, um grande número de vôos *charters* internacionais, vindo de Portugal, Madrid, Estocolmo, Buenos Aires, Amsterdã, Londres e Milão.

O Aeroporto passou por três reformas: a primeira em 1957; a segunda em 1980, ano em que passou a ser administrado pela Infraero; a terceira reforma deu início em 26 junho de 1996, com a construção e modernização desse complexo aeroportuário no qual agregou novos itens de conforto e segurança para atender ao número crescente de usuários.

A ampliação da pista para pousos e decolagens representou para a economia do Rio Grande do Norte um salto já que o estado passou a explorar mais e melhor o mercado de exportação internacional. Esse acréscimo estrutural serviu para posicionar o RN como Polo exportador de peixes e frutas típicas da região, gerando novos postos de trabalho e receitas.

O terminal de passageiros foi melhorado com o fechamento e climatização de 8.000 metros quadrados, aumentando a área climatizada para 11.500 metros quadrados. A reforma do antigo terminal de passageiros, hoje anexo operacional, atende a instalação da administração da Infraero, bem como órgãos públicos, parceiros da Infraero, como Polícia Federal, ANVISA, Polícia Militar, Receita Federal e ANAC.

Apesar da ampliação recente, percebe-se que o Aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim, já não mais apresenta as condições necessárias para atender à demanda de turistas que chega ao Estado, tampouco se esse número seguir a tendência de crescimento dos últimos anos. São poucos quichês, a área de espera é pequena, os elevadores encontram-se quebrados e o ar condicionado não parece mais comportar as temperaturas do Estado associados à grande circulação de pessoas. Por isso, é fundamental haver uma total reestruturação no único Aeroporto que recebe os turistas que chegam a Natal, a fim de se adequar aos padrões de qualidade internacional exigidos.

Destaca-se também a construção no município de São Gonçalo do Amarante de um novo aeroporto de porte internacional, inicialmente previsto para cargas, mas na sua remodelagem irá atender também a passageiros. Pelo projeto apresentado, o equipamento será servido por um anel viário que contemplará vários outros municípios na sua implementação, desde o próprio município de Natal, com a abertura de uma nova via de acesso pela zona norte da cidade, bem como outros municípios vizinhos, todos integrantes do Polo como: Macaíba, Extremoz, Ceará-Mirim que serão beneficiados de forma indireta.

Com esse investimento **São Gonçalo do Amarante** terá, dentro de poucos anos, um dos mais modernos aeroportos do mundo. O que a princípio seria um aeroporto intermodal (de carga e passageiros), passou a ser um aeroporto-cidade, contando com área reservada para hotéis e até parque temático. Os investimentos a serem feitos tanto na elaboração do projeto quanto para a implantação dos acessos que o ligará às BRs 406, 304 e 226 darão suporte necessário para a fluidez do tráfego e o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo.

O Complexo Aeroportuário da Grande Natal terá, quando totalmente construído, capacidade para um movimento anual de 40 milhões de passageiros a partir de 2020. Concebido para ser um dos mais modernos e maiores aeroportos de todo o mundo, o de São Gonçalo do Amarante tornará o Aeroporto Augusto Severo, em Parnamirim, uma área exclusivamente militar, de responsabilidade da Força Aérea Brasileira.

Somente em sua primeira etapa, o futuro aeroporto terá capacidade para receber até dez aeronaves A380, o maior e mais moderno avião de passageiros, já concebido. O terminal de cargas terá, também, na primeira etapa, capacidade para quatro aeronaves do mesmo porte e, quando estiver totalmente instalado o Aeroporto de São Gonçalo terá capacidade para abrigar, em seu pátio, 156 aviões do porte do A380.

Apesar de todos esses esforços para melhorar e ampliar a qualidade e a oferta do sistema aeroviário potiguar, não existe ainda um Plano Aeroviário Estadual que tenha por objetivo indicar as áreas e/ou aeródromos existentes no estado que possam receber investimentos e servirem de apoio aos aeroportos principais (Augusto Severo e São Gonçalo do Amarante, em construção); inclusive para impulsionar o turismo de alto padrão, estudando as possibilidades de criação de infraestrutura para receber aviões e jatinhos particulares que não necessitem de grandes pistas para pouso e decolagem.

É também fundamental observar a inexistência de helipontos que possam receber helicópteros comerciais. Considerando a proximidade da Copa do Mundo de 2014, a necessidade de incrementar os meios de transporte e agilizar os deslocamentos, esses investimentos são fundamentais para impulsionar a economia do estado na busca de novos nichos de mercado no turismo de alto luxo.

d) Sistema Portuário

O Porto de Natal localiza-se à margem direita do Rio Potengi, a 3 km de sua foz. Abrange todos os cais, docas, pontes e píeres de atracação e de acostagem, armazéns, edificações em geral e vias internas de circulação rodoviária e ferroviária. Possui na exportação de frutas seu grande destaque: cerca de 30% de toda movimentação do terminal.

Atualmente, o Porto tem uma linha direta para Europa, com paradas nos portos de *Vigo*, na Espanha, *Sheerness*, na Inglaterra, e *Roterdan*, na Holanda. Além disso, ainda recebe com regularidade navios para exportação de açúcar e importação de trigo.

Apresentam calados máximos recomendáveis de 10m DHN (33 pés) e largura entre 100m nos trechos retilíneos e 120m nas curvas, de 250m na bacia de evolução.

No âmbito do turismo o porto de Natal é considerado um dos mais precários do país para receber navios de passageiros. Sem contar com um terminal apropriado para movimentar o turismo de cruzeiros, passam pelo porto de Natal alguns navios em temporada no Nordeste. Entretanto, para a Copa de 2014 está previsto em projeto um terminal marítimo de passageiros, com ampla recepção, salão de embarque, esteira para bagagem e outros equipamentos de segurança, além de outras instalações portuárias, o que colocará Natal nas rotas dos cruzeiros marítimos.

A falta de infraestrutura específica para o turismo de cruzeiros e/ou náutico no Polo Costa das Dunas é muito preocupante para uma cidade que tem no turismo de sol e praia sua maior fonte de atração. Apesar do enorme potencial para esta modalidade de turismo, em virtude do extenso litoral, com diversos pontos propícios à navegação, esse potencial ainda não é aproveitado. Considerando o alto poder aquisitivo desse nicho de mercado, é fundamental que sejam realizados estudos técnicos para a implantação de ancoradouros turísticos ao longo do litoral potiguar.

e) Sistema de Transporte Urbano Intra e Intermunicipal

Apenas três municípios que compõem o Polo são atendidos por **sistema de transporte urbano intramunicipal** oficial, sendo eles, Natal, Parnamirim e Macaíba. Nos outros municípios o transporte coletivo urbano é feito por vans e moto taxi.

A cidade de Natal detém um sistema de transporte urbano bastante eficiente, com estação de transferência, bilhetagem eletrônica e linhas exclusivas para ônibus. Os abrigos de

passageiros são adequados e distribuídos por toda a cidade. Em Natal existem, hoje, 86 linhas operadas por 07 empresas de ônibus com 712 ônibus, sendo também oficializado o transporte alternativo.

QUADRO 15. Polo Costa das Dunas: Transporte Coletivo Intramunicipal.

MUNICÍPIOS	Urbano		Rural	
	Nº. de Empresas	Veículos em operação	Nº. de Empresas	Veículos em operação
Arez	01	03	-	-
Baía Formosa	01	02	01	02
Canguaretama	02	-	-	-
Ceará Mirim	02	20	01	03
Extremoz	02	05	-	05
Macaíba	01	17	01	02
Maxaranguape	01	02	-	01
Natal	07	712	-	-
Nísia Floresta	02	10	02	25
Parnamirim	01	55	-	-
Pedra Grande	-	-	03	04
Rio do Fogo	-	-	01	01
São Gonçalo do Amarante	01	-	-	-
São José de Mipibu	02	16	alternativo	20
São Miguel do Gostoso	-	-	-	-
Senador Georgino Avelino	02	06	02	06
Tibau do Sul	-	-	-	-
Touros	-	-	08	08

Fonte: DER/RN, 2008.

O Sistema de Transporte Opcional (alternativo) de Passageiros da cidade do Natal é operado por microônibus com capacidade para 16 usuários. A frota é correspondente a 177 veículos, dividida entre 24 linhas e a tarifa é equivalente à R\$ 1,85. O sistema de transporte fluvial de passageiros dentro do próprio município ou intermunicipais não está em operação no momento, era operado até dois anos atrás, através do transporte por balsa entre os bairros de Santos Reis e Redinha. A partir da conclusão da Ponte que liga a zona Norte a Zona Sul da Cidade (Ponte Newton Navarro), ficou inviável a operação da balsa, no transporte de passageiros e de veículos. Atualmente o transporte de passageiros no Rio Potengi é desenvolvido como uma ação educativa/ambiental e contemplativa.

Todo o **transporte público intermunicipal** atuante no Polo é através do sistema rodoviário, portanto o DER detém o controle das atividades, tanto do terminal de ônibus como o de alternativos.

Segundo o DER das 288 linhas que se interligam nestes municípios 60 % estão diretamente ligadas á Natal, 11% circulam por Parnamirim e 7% são absorvidos por São José de Mipibu. Mesmo o município de Tibau do Sul que opera com grande fluxo de turistas, só tem oficialmente com três linhas de ônibus. O transporte opcional oficial e regular opera com

56% das linhas direcionadas para Natal, 14% das linhas trafegam a partir de Parnamirim e 6% de São Gonçalo do Amarante.

QUADRO 16. Polo Costa das Dunas: Transporte Coletivo Intermunicipal.

MUNICÍPIOS	Serviço de Transporte Regular- STR				
	Linhas	Empresa	Demanda Média Anual	Freq. Mensal - Ida e Volta	Nº de Veículos
Arez	01	01	4.013	356	02
Baía Formosa	01	01	233	132	01
Canguaretama	05	01	12.472	540	09
Ceará-Mirim	21	04	91.006	3.924	48
Extremoz	03	01	49.423	1.640	08
Macaíba	03	01	192.528	3.968	18
Maxaranguape	02	02	1.562	176	02
Natal	175	12	NI	NI	NI
Nísia Floresta	03	01	5.960	748	03
Parnamirim	32	09	999.426	24.626	123
Pedra Grande	01	01	4.501	216	03
Rio do Fogo	03	01	1.713	132	04
São Gonçalo do Amarante	03	01	192.528	2.472	11
São José de Mipibu	20	03	69.378	3.828	41
São Miguel do Gostoso	04	01	8.574	344	10
Senador Georgino Avelino	02	01	7.713	528	03
Tibau do Sul	03	01	11.573	732	07
Touros	06	01	14.213	900	12

Fonte: DER/RN, 2008.

Legenda: NI: Não informado

O DER classifica os transportes públicos intermunicipais como Sistema de Transporte Regular (STR) e Sistema de Transporte Opcional de Médio Porte (TOMP). No STR Natal se destaca como tendo o maior número de linhas e passageiros, por se tratar da capital do estado e a cidade do Polo com maior contingente de habitantes. Em seguida estão os municípios de Parnamirim, São José de Mipibu, Ceará Mirim e, por fim os demais municípios. O TOMP também segue a mesma sequência do STR, com a mesma demanda para os demais municípios, ou seja, a mesma demanda média anual, como também a mesma frequência ida e volta. No entanto, não se pode confirmar a demanda de passageiros para um determinado lugar, por falta de estudos específicos para tal fim (pesquisa sobe e desce).

QUADRO 17. Polo Costa das Dunas: Transporte Opcional por Município.

MUNICÍPIOS	Serviço de Transporte Opcional de Médio Porte - TOMP				
	Linhas	Empresa	Demanda Média Anual	Freq. Mensal - Ida e Volta	Nº de Veículos
Arez	02	02	4.790	420	02
Baía Formosa	01	01	1.165	168	01
Canguaretama	03	03	5.682	448	03
Ceará-Mirim	14	14	37.690	2.956	14
Extremoz	09	09	38.034	2.596	09
Macaíba	08	08	31.639	1.732	08
Maxaranguape	01	01	1.33	336	01
Natal	140	140	NI	NI	NI
Nísia Floresta	01	01	2.275	196	01
Parnamirim	36	36	144.643	8.128	36
Pedra Grande	01	01	773	48	01
Rio do Fogo	0	0	0	0	0
São Gonçalo do Amarante	15	15	68.726	4.740	15
São José de Mipibu	13	13	32.489	2.560	13
São Miguel do Gostoso	0	0	0	0	0
Senador Georgino Avelino	02	02	4.790	420	02
Tibau do Sul	01	01	2.295	344	01
Touros	03	03	5.426	388	03

Fonte: DER/RN, 2008.

Legenda: NI: Não informado

3.2.5.3. Iluminação Pública

Todos os municípios do Polo Costa das Dunas, de modo integral nas áreas urbanas e nos núcleos urbanos mais representativos, são abastecidos por iluminação pública. De fato, a grande maioria das cidades teve uma revisão completa das posteações e troca das luminárias.

Com a transferência do controle e responsabilidade de manutenção da iluminação pública para os municípios e, apesar das atividades técnicas serem realizadas pela COSERN- Companhia Energética do Rio Grande do Norte, algumas áreas têm cobertura de iluminação satisfatória, uma vez que o consumo é pago pelo município.

Natal e Parnamirim por serem as maiores cidades do Polo e por possuírem áreas conurbadas, detém uma melhor cobertura de iluminação pública. Pelos dados coletados verifica-se que o município de Extremoz, é o maior consumidor *per capita* de energia, superando o *per capita* de Natal, este fato se dá pelo grande consumo das fábricas instaladas no seu parque industrial.

a) Distribuição de Energia Elétrica

Os municípios do Polo Costa das Dunas são atendidos pelos serviços de energia elétrica na totalidade da área urbana e também nas áreas rurais.

As grandes subestações de distribuição de energia estão localizadas na cidade Natal, recebendo energia em alta tensão diretamente da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco e transformando em baixa tensão, para atender a todos os municípios, sendo comercializada na sua totalidade pela COSERN.

Nos municípios de menor porte, no período de veraneio, quando se verifica o fenômeno de grande fluxo de turistas, são observadas recorrentes baixas de tensão e queda constante de energia, devido ao consumo de energia maior que o comportado.

Nenhum município tem o seu fornecimento racionado ou interrompido por intervalos longos, com índices de cobertura satisfatórios, exceto nos períodos de alta estação.

A COSERN é a fornecedora e distribuidora da implantação desta infraestrutura em todo o Polo em análise. É importante destacar que o município de Rio do Fogo está em processo de instalação de uma usina de energia eólica, que prevê uma capacidade de geração de energia na ordem de 1.800 Kw. A primeira usina eólica do Rio Grande do Norte deverá entrar em operação em dezembro deste ano. A energia obtida na usina será conectada à rede da COSERN e utilizada pela Petrobras em suas unidades de Macau e Campo da Serra, que consomem cerca de 38 MW.

QUADRO 18. Polo Costa das Dunas: Consumo de Energia Elétrica.

MUNICÍPIOS	Consumo					
	Total	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outros
Arez	19.429	3.087	549	3.334	11.024	414
Baía Formosa	9.095	2.274	571	2.215	3.192	333
Canguaretama	26.087	6.951	2.449	1.519	11.705	1.304
Ceará-Mirim	47.252	16.356	4.101	7.449	13.379	1.914
Extremoz	110.723	7.778	2.855	82.622	2.474	13.417
Macaíba	96.311	16.691	8.550	54.701	9.615	3.264
Maxaranguape	7.180	2.634	1.315	73	1.915	448
Natal	1.124.241	415.091	413.835	120.459	3.631	45.053
Nísia Floresta	28.489	9.871	1.863	454	6.778	7.168
Parnamirim	278.657	84.312	36.722	122.391	4.678	8.367
Pedra Grande	1.652	9.785	3.261	30.384	273	1.053
Rio do Fogo	5.290	2.908	475	125	930	302
São Gonçalo do Amarante	114.845	20.784	5.079	72.510	10.215	2.292
São José de Mipibu	29.303	9.319	2.735	2.634	10.939	1.150
São Miguel do Gostoso	3.330	1.530	394	12	729	163
Senador Georgino Avelino	3.882	911	83	08	2.559	99
Tibau do Sul	16.976	5.303	6.982	202	3.317	560
Touros	23.249	6.986	2.121	909	10.097	1.375

Fonte: IDEMA, 2007

O primeiro parque eólico do Rio Grande do Norte já está em operação, no município de Rio do Fogo, representando uma fonte de energia limpa, com capacidade de geração de energia aproximada de 1.800 Kw.

3.2.5.4. Drenagem e Pavimentação Urbana

Todos os municípios do Polo Costa das Dunas apresentam algum trecho da área urbana pavimentado. Na grande maioria a pavimentação ocorre apenas na área central e em algumas ruas principais, mas as cidades de Natal, Parnamirim, Macaíba este recobrimento, principalmente, a paralelepípedo estende-se por quase toda a área urbana.

No período chuvoso é comum todas as estradas apresentarem avarias na cobertura asfáltica que interliga as cidades e os aglomerados urbanos, assim como internamente no sistema viário central destas comunidades.

Nenhuma das cidades do Polo possui Plano de Drenagem, apenas Natal está em processo de elaboração para correção das grandes áreas alagadiças, bem como para fazer a interligação entre as bacias fechadas existentes. Parnamirim está elaborando o seu Plano Municipal de Saneamento. Estes dois municípios são os mais afetados pela falta de drenagem, no entanto, são os que apresentam uma maior cobertura das áreas com drenagem apropriada, principalmente Natal.

Os municípios do Polo estão assentados em uma área predominantemente formada por terrenos arenosos de alta permeabilidade, por isso não deveriam apresentar maiores problemas de drenagem urbana. No entanto, a deficiência do planejamento urbano (parcelamento e uso e ocupação do solo), em não considerar os aspectos da drenagem urbana e do manejo das águas pluviais, tem acarretado ocupações em áreas impróprias, promovendo uma série de inundações, principalmente, nas áreas onde existem bacias fechadas, ou nas áreas ribeirinhas, com assentamentos localizados na planície de inundação (várzeas), pertencentes ao rio, e que, portanto, não deveria ser permitida a sua ocupação.

Os Planos Diretores existentes não aplicam os instrumentos de política urbana, como a transferência de potencial construtivo. Esse instrumento, por exemplo, poderia ser utilizado nos pontos críticos de drenagem, ou mesmo no entorno das áreas de proteção dos mananciais.

Em todas as cidades do Polo é identificada de forma clara, a ausência de uma Política Municipal de Saneamento, bem como um sistema municipal de saneamento (plano municipal de saneamento, fundo municipal de saneamento, sistema de monitoramento e acompanhamento, conselho municipal, agência de regulação e fiscalização, conferências municipal de saneamento). Só Natal, criou e implementou esses três últimos instrumentos, mas carece de sua política municipal, do seu sistema municipal e da necessidade de elaboração do plano municipal). Parnamirim iniciou a elaboração do plano municipal de saneamento, previsto concluir esse ano.

Das bacias hidrográficas existentes no Polo, apenas a do Pitimbu tem um comitê gestor implantado o que demonstra a pouca presença do Poder Público na gestão das águas.

Diferentemente dos municípios de Natal e Parnamirim, os restantes dos municípios do Polo não apresentam maiores problemas de drenagem com bacias fechadas, no entanto, já sinalizam alguns problemas que devem ser elencados para correções, antes que ocorram maiores problemas. Os seus assentamentos urbanos, em sua grande maioria estão voltados para vertentes de rios, dentre os principais destacam-se o Trairi, Doce, Pitimbu, Pium, Jundiá, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Pirangi e o Potengi.

3.2.5.5. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

A análise a seguir se baseou no Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), onde apresenta três aspectos fundamentais dos serviços: nível de atendimento; o desempenho operacional e o desempenho financeiro. Usando o nível de atendimento como referência, e partindo do pressuposto da necessidade dos municípios, indistintamente, em nível nacional, cumprirem os “OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILENIO (ODMs)”, que visa garantir a sustentabilidade ambiental (ODM 7) e em seu Alvo 10 – reduzir pela metade, até 2015, a proporção de população de 1990 sem acesso permanente à água segura (ao abastecimento de água) e ao esgotamento sanitário. Partindo dessas metas dimensionadas, em nível nacional que levaram em consideração os índices de acesso das pessoas aos serviços divulgados pelo PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE apresenta-se abaixo o cálculo para atingir os objetivos do Milênio descrito acima:

- Para o abastecimento de água: Pela PNAD de 1990, o acesso das pessoas ao abastecimento de água era de 69,76%, desta forma, 30,24% da população no Brasil não tinha acesso ao abastecimento de água; o ODM 7, Alvo 10 é: $69,76\% + 50\% \times (30,24\%) = 84,88\%$. Conclusão: 84,88% da população de 2015 deve ter acesso ao abastecimento de água;
- Para esgotamento sanitário: Pela PNAD de 1990, o acesso das pessoas ao esgotamento sanitário era de 39,43%; desta forma, 60,57% da população no Brasil não tinha acesso ao esgotamento sanitário; O ODM 7, Alvo 10 é: $39,43\% + 50\% \times (60,57\%) = 69,71\%$. Conclusão: 69,71% da população de 2015 deve ter acesso ao esgotamento sanitário.

Em relação ao **abastecimento de água**, apenas os municípios de Extremoz, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, já atendem a meta com relação à cobertura de abastecimento de água, para 2015. Todos os demais, tanto os operados pela CAERN como os com Serviços Autônomos, ficaram abaixo das metas para 2015. Dos três municípios autônomos que apresentaram dados ao SNIS, Ceará-Mirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante, pertencentes ao Polo, apenas Ceará-Mirim está abaixo da meta do milênio para 2015, com 82,9% (índice de atendimento total de água), um pouco inferior ao ODM 7, Alvo 10 que é de 84,88%. São Gonçalo do Amarante com 86,54% e Extremoz com 92,59%, ficaram acima.

Touros, Maxaranguape, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso não apresentaram dados ao SNIS, não sendo possível incluí-los na análise. Essa situação apresenta-se preocupante em destinos turísticos emergentes, como ocorre em São Miguel do Gostoso, onde os problemas no abastecimento de água e a ausência de esgotamento sanitário, além de comprometer a qualidade ambiental do município, comprometem seu potencial turístico.

Já com relação ao **esgotamento sanitário**, indistintamente, nenhum município atendeu a meta. Atualmente, Natal e Parnamirim vêm realizando investimentos vultosos em esgotamento sanitário com perspectivas de ultrapassarem essas metas. Existindo, também, em Extremoz, no bairro de Redinha Nova, investimento em esgotamento sanitário que acarretará diminuição do déficit dessa modalidade para alcance da meta de 2015.

3.2.5.6. Resíduos Sólidos

Os municípios integrantes do Polo Costa das Dunas têm informações pouco consistentes e que não estão, na grande maioria, sistematizadas pelos órgãos municipais responsáveis pelos serviços de limpeza urbana. Quanto ao tipo de administração dos serviços de limpeza

urbana dos municípios verifica-se que em todas as cidades prevalece a administração direta. Em Natal existe a única empresa pública de economia mista, a URBANA que possui um sistema administrativo independente, tendo maior agilidade, autonomia operacional e administrativa.

Embora as atividades administrativas de formulação de políticas e planos estejam sob a responsabilidade do município ou da sua empresa, observa-se na parte operacional, uma crescente terceirização dos serviços, principalmente nas atividades de coleta domiciliar, varrição e recolhimento de entulhos.

A comparação da situação do gerenciamento da destinação final dos resíduos entre os anos de 2002 e 2006 mostra um considerável avanço. A entrada em operação do aterro sanitário no município de Ceará-Mirim atrelada à ação do Ministério Público Estadual, formalizou Termo de Ajustamento de Conduta com todos os municípios, de modo a reverter esse quadro.

O Estado do Rio Grande do Norte não dispõe de uma política de gestão de resíduos sólidos, e nem os municípios não possuem planos de gerenciamento. Formalmente, os únicos instrumentos existentes que institucionalizam o compartilhamento das ações são os Convênios entre as prefeituras de Natal e Ceará-Mirim, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Companhia de Serviços Urbanos de Natal - URBANA e a BRASECO, para implantação do aterro sanitário metropolitano; e entre Natal e Parnamirim, para a utilização da unidade de carregamento, transporte e destino final dos resíduos.

Os distritos geralmente têm serviços de coleta sem muita regularidade ou com frequência de apenas uma vez por semana o que poderia ser melhorado utilizando-se critérios de dimensionamentos de sistemas integrados.

No Polo Costa das Dunas há um Plano Diretor de Resíduos Sólidos que foi elaborado em 2006. O trabalho envolveu os 16 municípios que compunham a região turística, na época, os quais tinham uma População estimada, no ano de 2006, de 1.306.767 habitantes, gerando 936 toneladas por dia de resíduos sólidos domiciliares. O plano apresentou vários resultados através dos produtos gerados. Mostrou a caracterização dos municípios, com descrições das dimensões urbana, ambiental, social e econômica, além da estrutura de gestão de cada município.

O diagnóstico dos resíduos sólidos de cada um dos 16 municípios compreendeu informações relevantes sobre a execução dos serviços de limpeza urbana, agregando as ações atualmente em execução, enquadramento legal, análise da estrutura utilizada, com ênfase na importância da limpeza urbana para o desenvolvimento do potencial turístico do município, estudo do crescimento da população e da produção dos resíduos sólidos, e a tendência de crescimento dos núcleos urbanos em função da expansão da atividade turística.

Neste documento, foi feita uma projeção para 15 anos da geração de resíduos sólidos nos municípios do Polo Costa das Dunas considerando o período de baixa estação (de 3.073,49 ton/dia em 2006 para 3.846,00 ton/dia em 2021) e alta estação, (de 3.129,90 ton/dia em 2006 para 3.949,49 ton/dia em 2021). Consta que o diagnóstico procurou também levantar todos os tipos de equipamentos existentes utilizados na realização dos serviços de limpeza urbana.

No documento denominado proposição de modelo e instrumentos de gestão para o Polo de Turismo Costa das Dunas do Plano de Resíduos Sólidos apresentou os cenários para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos e instrumentos de gestão, com a indicação das suas vantagens e desvantagens do ponto de vista ambiental, social, econômico e operacional. Ressaltou que foram identificadas, com base no estudo as seguintes áreas propícias à construção de aterro sanitário envolvendo consórcios dos municípios, inclusive devendo ser considerados os municípios que não integravam o Polo, mas que ficavam muito próximos às áreas de implantação: Pedra Grande, Touros, Região metropolitana de Natal, Arez e

Canguaretama. Consta também no anexo do documento três informações de como implantar um consórcio

Outro documento propôs alternativas para implementação do plano; programas de acompanhamento e controle; mecanismos para a melhoria da capacidade administrativa das instituições comprometidas com o Plano; proposição de planos de capacitação do pessoal envolvido, comunicação social e educação ambiental; programa de divulgação e promoção dos resultados do Plano e estabelecimento de planos de ação.

Quanto ao suporte institucional, sugeriu a criação de regiões do Conglomerado Sul (Arez, Canguaretama, Senador Georgino Avelino, Baía Formosa, Tibau do Sul, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Monte Alegre, Vila Flor e Goianinha), Região Metropolitana (Parnamirim, Natal, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Ceará-Mirim e Macaíba) e Conglomerado Norte (Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Touros, Parazinho, São Bento do Norte, Caiçara do Norte e Pureza) para gerenciamento integrado dos resíduos.

Ainda com relação ao Plano Diretor de Resíduos Sólidos, é importante observar que foi prevista a criação e implantação de uma unidade gestora, que seria responsável pelo acompanhamento da implantação do Plano de Resíduos Sólidos do Polo Costa das Dunas. Contudo, por falta de recursos, essa ação nunca foi implementada. Por isso, faz-se mister alocar recursos para que se possa executar essa ação, dado o importante papel que um órgão articulador e aglutinador teria na efetivação desse plano junto aos demais municípios.

QUADRO 19. Região Metropolitana de Natal: Destino dos Resíduos Sólidos.

Município	Destino dos resíduos 2002	Destinos dos resíduos 2006
Ceará-Mirim	Lixão da BR 406	Aterro Sanitário Metropolitano
Extremoz	Lixão de Jenipabú Lixão de Capim	Aterro Sanitário Metropolitano e Lixão Jenipabú
Macaíba	Lixão do Pé do Galo	Aterro Sanitário Metropolitano
Monte Alegre	Lixão	Lixão
Natal	Lixão de Cidade Nova	Aterro Sanitário Metropolitano
Nísia Floresta	Lixão da Torre – Tabatinga Lixão da Mata	Lixão da Mata
Parnamirim	Lixão do Bairro da Liberdade	Aterro Sanitário Metropolitano
São Gonçalo do Amarante	Lixão do Guajirú	Lixão do Guajirú
São José de Mipibu	Lixão do Pau Brasil	Lixão do Pau Brasil

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Natal (2008, p.50, v.2)

A comparação da situação do gerenciamento da destinação final dos resíduos entre os anos de 2002 e 2006 mostra um considerável avanço na Região Metropolitana de Natal. A entrada em operação do aterro sanitário no município de Ceará-Mirim foi de fundamental importância para reversão desse quadro, atrelada a ação do Ministério Público Estadual, que formalizou Termos de Ajustamento de Conduta com todos os municípios. Também se faz necessário o desenvolvimento de programas para recuperação das áreas dos antigos lixões, pois essas continuam a ser pontos permanentes de contaminação.

Quanto a projetos voltados para a reciclagem, inclusão social e educação ambiental, os programas existentes são isolados, sem uma articulação do poder público, com as empresas recicladoras, ficando a sua execução e controle a cargo de cooperativas que na sua maioria apresentam organização frágil, dependentes dos atravessadores, da ajuda do poder público e propiciam rendimento inferior a 01 salário mínimo por associado. Apenas no

município de Natal existe um programa oficial, iniciado com o fechamento do lixão de Cidade Nova.

3.2.5.7. Serviços de Comunicação

As cidades, de uma forma geral, que compõem o Polo Costa das Dunas são servidas por antenas de transmissão de sinal de televisão, recebem sinal de telefonia fixa e telefonia celular. São servidas por telefonia fixa através dos pontos distribuídos por telefone público. Cidades de alguns municípios localizados em altitudes elevadas não recebem o sinal satisfatoriamente de todas as empresas de telefonia móvel (CLARO, OI, TIM e VIVO), como por exemplo, São Miguel do Gostoso e Pedra Grande.

Em todos os municípios existem agências ou postos de correios, onde operam com serviço de transporte de correspondência e de entrega de mercadorias. Apenas Natal tem jornal de circulação local de grande tiragem sendo quatro os jornais de maior circulação: Diário de Natal, Tribuna do Norte, Jornal de Hoje e o Novo Jornal. Extremoz, Macaíba e Parnamirim também possuem jornal de circulação local, além do jornal metropolitano *online*.

QUADRO 20. Polo Costa das Dunas: Meios de Comunicação e Difusão.

Municípios	Telefonia fixa		Emissoras de rádio, sinais de recepção de TV e Jornais			
	Terminais Instalados	Terminais em Serviço	AM	FM	Sinais Recepção de TV	Jornais em Circulação
Arez	615	449	0	0	04	04
Baía Formosa	694	547	0	02	02	diversos
Canguaretama	1.730	1.295	02	06	parabólica	04
Ceará-Mirim	4.379	3.448	01	02	07	08
Extremoz	2.246	1.477	0	01	06	0
Macaíba	3.987	3.399	05	10	08	05
Maxaranguape	790	482	0	0	0	02
Natal	218.812	189.883	06	6	06	05
Nísia Floresta	1.915	1.324	0	01	05	04
Parnamirim	22.374	18.567	0	02	0	06
Pedra Grande	206	114	0	0	02	01
Rio do Fogo	739	342	0	0	0	01
São Gonçalo do Amarante	2.039	1.415	0	01	06	03
São José de Mipibu	2.730	1.858	04	10	06	07
São Miguel do Gostoso	365	268	0	0	0	0
Senador Georgino Avelino	200	156	0	0	02	01
Tibau do Sul	1.308	1.148	0	0	03	0
Touros	1.618	1.193	01	01	03	04

Fonte: IDEMA, Anuário Estatístico, 2007

3.2.5.8. Serviços Públicos

a) Segurança Pública

O Polo conta com delegacias de polícias em todos os municípios. No total, são 55 delegacias, estando 34 localizadas em Natal, 04 em Parnamirim e 02 em Tibau do Sul. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2003 o Polo contava com um contingente de 1.333 Policiais Civis, 5.039 Policiais Militares e 136 Policiais de Trânsito.

Natal conta com uma Delegacia do Turista e também existe, no Polo Costa das Dunas, um destacamento da Polícia Militar atuando na segurança dos turistas. Também em Natal existe a única Delegacia da Mulher do Polo. Entretanto, faz-se necessário investir no melhor aparelhamento do Destacamento da Polícia Militar, tanto na expansão do contingente, sua atuação ao longo de todo o litoral do Polo Costa das Dunas, bem como melhoria de sua estrutura física, de equipamentos, automóveis etc. O Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas vêm discutindo a possibilidade de implantação da Delegacia do Turista na Via Costeira, de modo a facilitar o deslocamento dos policiais pelo litoral.

Pelos dados, percebe-se que Natal concentra todas as atividades e locais de sede das instituições ligadas à segurança pública, desde a polícia civil, militar e corpo de bombeiros. Quanto aos acidentes o período mais freqüente concentra-se nos meses de dezembro a março coincidindo com o período de veraneio, onde as praias ficam lotadas de turistas, que às vezes de forma desavisadas ou por imprudência são acometidos de acidentes provocados por afogamento, muitas vezes fatais.

Observa-se também incidência de acidentes nas estradas, em função do uso excessivo de buggies nas praias e de excesso de velocidade, por isso é fundamental aumentar a fiscalização em todo o litoral, já que a circulação de buggies e outros carros na praia é proibida. Além disso, há a necessidade de pensar ações para aumentar a segurança das vias em que há grande circulação de pessoas como BR 101 e outras rodovias que dão acesso a praias e atrativos turísticos.

Quanto aos casos de violência social, naturalmente, o maior índice se concentra na capital. No entanto, já se considera bastante alto a criminalidade nos municípios da região metropolitana, principalmente Parnamirim e nas áreas litorâneas em que se concentram os fluxos turísticos e casas de veraneio. Os postos policiais são poucos, com contingente insuficiente e despreparado, com poucos recursos, sendo primordial que sejam reforçados, para garantir a segurança da comunidade e dos turistas, especialmente, durante o verão, férias escolares e feriados prolongados.

b) Equipamentos de Saúde

O Polo Costa das Dunas, segundo dados do Anuário Estatístico do IDEMA (2007), dispõe de uma oferta de 1.410 equipamentos de saúde, entre hospitais, postos de saúde, centros de saúde, unidades mistas, clínicas especializadas, consultórios médicos, pronto-socorros, entre outros. A maior parte deles concentra-se em Natal (1.112), Parnamirim (61), Macaíba (43), São Gonçalo do Amarante (36), Ceará-Mirim (35) e Touros (20). Os hospitais-gerais somam-se 25 e localizam-se em: Natal (17), Parnamirim (02), São José de Mipibu (02), Canguaretama (01), Ceará-Mirim (01) e São Gonçalo do Amarante (01).

Natal é o município melhor equipado com equipamentos de saúde em função da quantidade e extensão de sua rede e também por atender dos casos mais simples aos mais graves. É comum que casos de maior complexidade de outros municípios sejam encaminhados a Natal.

Um dos serviços à disposição da comunidade e dos turistas é o SAMU – Serviço de Atendimento de Urgência, que atende a vários municípios da Região Metropolitana de Natal. Em 2009, segundo informações da Prefeitura de Natal⁸, a SAMU Natal contava com uma equipe de 42 médicos, 21 enfermeiros e 72 técnicos de enfermagem, todos pertencentes ao quadro de funcionários do município de Natal, além de 68 condutores terceirizados, além de uma frota de 09 ambulâncias de Suporte Básico, 03 ambulâncias de Suporte Avançado (UTI's) e 04 *motolâncias*. O número está ligeiramente acima do que preconiza o Ministério da Saúde, que prevê 01 ambulância para cada grupo de 100.000 habitantes.

3.2.6. Análise Socioeconômica do Polo Costa das Dunas

Na composição do Polo Costa das Dunas confirma-se a participação da maior parte dos municípios da Zona Homogênea do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte e a quase totalidade dos municípios da Região Metropolitana de Natal – RMN, observando-se áreas expressivas de interseção entre o Polo e essas duas regiões nas suas dinâmicas econômicas e populacionais. Dos municípios da RMN apenas Monte Alegre não faz parte do Polo Costa das Dunas; da Zona Homogênea do Litoral não fazem parte do Polo os municípios de Goianinha e Vila Flor. Conforme já especificado neste relatório, o Polo compreende 18 municípios, a saber: Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, São José do Mipibu, Macaíba, Canguaretama, Arez, Tibau do Sul, Baía Formosa, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Pedra Grande e Touros. Ou seja, tendo Natal, capital do Estado, como referência espacial, o Polo abrange municípios localizados ao sul e ao norte dela. Ao mesmo tempo, no contexto do Estado, Natal e Parnamirim (municípios do Polo) juntamente com Mossoró concentram em torno da metade da população do Estado (3.013.740 habitantes), e essa concentração é decorrente ou associada à dinâmica econômica desses municípios, fatores de atração, migração campo-cidade e migração das pequenas cidades em direção às cidades médias e grandes. E essa concentração intensifica-se quando constatado que a Região Metropolitana de Natal concentra em torno de 40% da população do Estado.

Somado aos aspectos acima, a zona costeira estadual, com suas riquezas naturais, condições climáticas e potencial paisagístico, tem abrigado as mais diversas formas de uso e ocupação do solo, bem como nela se dá a consolidação e dinamização de atividades econômicas diversas: portuária, industrial, exploração de petróleo e gás natural, salinas, pesca artesanal e industrial, pecuária extensiva, fruticultura, cultivo de cana, carcinicultura e, particularmente, turismo. Parte das mesmas é observada no Polo Costa das Dunas. São atividades que dinamizam setores econômicos, mas que também contém os mais diversos impactos diretos ou indiretos sobre os ecossistemas e alterações no modo de vida das populações locais. Segundo o Estudo dos Estuários do Estado do Rio Grande do Norte (2007), essas atividades foram mais dinâmicas nos últimos anos, o que requer ações, em curto, médio e longo prazo, objetivando minimizar possíveis danos a riqueza natural e o comprometimento das condições de vida local, destacando-se o necessário monitoramento e fiscalização, com vistas à sustentabilidade local.

Natal, além de capital do Estado do Rio Grande do Norte, é sede da Região Metropolitana de Natal/RMN, cuja instituição ocorreu por meio da Lei Estadual complementar número 152, de 16 de janeiro de 1997. Historicamente, no âmbito do Estado, a cidade sempre concentrou população e riqueza, sendo fortalecida como centro administrativo e de decisões políticas, com oferta variada de serviços e comércio e economia terciária. Para ela também foram destinados recursos e políticas públicas específicas com vistas a dinamizar o setor

⁸ Retirado do sítio da Prefeitura de Natal. <http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-1430.html>

industrial, especificamente a partir dos anos 1970. No período, recursos e incentivos fiscais propiciaram a criação de um Parque Têxtil Integrado – PTI, que além de Natal também incluiu os municípios de Parnamirim, Macaíba e Extremoz. É oportuno ressaltar que a importância de Natal se dá pelo seu papel aglutinador e centralidade no âmbito interno do Polo (também da RMN e Estado), e pelo aparente transbordamento, a partir dela, para outros municípios, tanto de atividades econômicas quanto de pessoas.

Tem sido recorrente nos estudos sobre a dinâmica econômica do Rio Grande do Norte destacar o peso da Região Metropolitana de Natal na economia estadual – mais de 40% do PIB e do Valor Adicionado Bruto, apesar das dinâmicas decorrentes da exploração de petróleo, gás, sal e da cultura de frutas para exportação em outras regiões do Estado. Na verdade, a RMN polariza importantes cadeias e arranjos produtivos representativos na produção do Estado: além da dinamização da atividade de turismo e cadeias a ela associadas, destacam-se indústria da construção civil, indústria de transformação, particularmente têxtil, confecções, alimentos e bebidas, comércio de varejo moderno, atividade pesqueira em produção industrial e ainda, um diversificado complexo de serviços com oferta de unidades de educação e saúde, tanto público como privado, e comércio interno e externo. Assim, com mais ou menos dependência, a produção econômica do conjunto dos municípios do Polo integra-se à produção da Região Metropolitana, ainda concentrada em Natal.

Em documento elaborado com vistas ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a RMN, destacam-se percentuais expressivos de empregos formais no comércio relacionados à participação da região no total do Estado: do total de 68,8 mil empregos formais em 2005, cerca de 48,1 mil, o equivalente a 69,9%, estavam localizados na Região Metropolitana. Tal participação é mais expressiva nas atividades de varejo moderno, tais como hipermercados, supermercados, lojas de conveniência e lojas especializadas, centralizadas na metrópole norte-rio-grandense, que também cede a maior parte das firmas exportadoras. (Governo de Estado do Rio Grande do Norte, 2006)

No que se refere à dinâmica cadeia produtiva das atividades da construção civil e atividades imobiliárias, deve-se considerar que a sua origem remonta aos anos 1950, quando parte da riqueza do período pós-guerra foi direcionada para um nascente mercado de terras, com posterior dinamização do setor da construção civil já a partir da segunda metade dos anos 1970. Nas décadas subsequentes, o setor se expandiu e é hoje um dos mais expressivos na economia local, em especial porque atrai parte importante do capital estrangeiro no Estado. A quase totalidade desses empreendimentos está localizada na faixa litorânea, que inclui o Polo Costa das Dunas, articulada com a cadeia do turismo. No ano de 2005, por exemplo, de um total de 25,4 mil empregos formais na construção civil e atividades imobiliárias do Rio Grande do Norte, aproximadamente R\$ 18,8 mil, ou 74%, estavam na Região Metropolitana de Natal. (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2007)

As cadeias e arranjos produtivos, registradas anteriormente, juntamente com outras de menor porte e a presença da atividade pública, sobretudo a federal e estadual, propiciam a Região Metropolitana de Natal/RMN uma participação e centralidade diferenciada na economia estadual, além de um ambiente favorável a um maior dinamismo da atividade produtiva do Rio Grande do Norte, também do Polo Costa das Dunas.

Apesar da concentração de recursos na Região Metropolitana de Natal, novas áreas dinâmicas do Estado sinalizam para uma leve desconcentração espacial do PIB do RN em período recente, com novos empreendimentos em direção a outras localidades, além dos municípios da RMN. Por exemplo, antigas indústrias e as novas foram direcionadas para os municípios de Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim. Ressalta-se que esta última, anteriormente com função de dormitório, apresentou uma forte expansão urbana, passando a abrigar parcelas crescentes da classe média, processo já iniciado na década

1990 e que se intensifica na década atual. Já o município de Tibau do Sul (onde está localizada a Praia de Pipa) se consolida como referência na atividade turística do Polo Costa das Dunas, porém independente da infraestrutura de Natal, sendo prática usual receber turistas que sequer passam por Natal.

Particularmente a dinâmica econômica do Polo Costa das Dunas, além de incluir expressivas diferenças entre os municípios componentes, uma vez que dele fazem parte à cidade de Natal, capital do Estado, e também municípios com pouca representatividade como, por exemplo, Rio do Fogo e Pedra Grande, apresenta-se diversificada e internamente desigual. Economicamente ela se caracteriza pela ocorrência de atividades de prestação de serviços, atividades industriais, portuárias e turísticas na região metropolitana da capital e pela ocorrência da pesca, coleta de mariscos, turismo, extrativismo de lenha e carvão, pecuária, carcinicultura, fruticultura e cultivo de cana de açúcar no setor mais setentrional, de Nísia Floresta a Baía Formosa e na área costeira a partir de Ceará-Mirim.

A diversidade interna do Polo Costa das Dunas também é expressa através do PIB *per capita*, para os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Do conjunto dos seus municípios, os melhores desempenhos são observados nos municípios mais dinâmicos da Região Metropolitana de Natal, notadamente Natal que apresentou crescimento contínuo no período (variando de R\$ 6.931,00 em 2003 para R\$ 9.506,00 em 2006). Como já assinalado anteriormente, a centralidade de Natal é inconteste e muitas das transações comerciais de produtos com origem em outros municípios do Estado é feita a partir dela.

São Gonçalo do Amarante apresentou no mesmo período variações para mais e para menos, mas no cômputo geral cresceu de R\$ 4.289,00 em 2003, para R\$ 7.742,00 em 2006. Parte do município abriga um distrito industrial, na Rodovia RN-100, que é interligado à BR 406. O município também abrigará o novo aeroporto metropolitano, com área já designada e projeto definido. Já em 2005, a participação do município no PIB estadual passou para 6,4%. No município estão instaladas indústrias têxteis como a Coteminas, Capricórnio e COATS e, além delas terem aumentado sua produção, várias empresas menores, prestadoras de serviços, foram instaladas no entorno. Dados do IBGE (2004) mostram que o município abrigava 136 empresas, empregando aproximadamente 3,8 mil pessoas.

Baía Formosa, outro município do Polo, embora não faça parte da RMN, também apresentou um PIB *per capita* crescente, de R\$ 6.664,00 (2003) para R\$ 13.449,00 (2006). O município abriga atividade agro-industrial com plantio de cana de açúcar e usinas de processamento. O crescimento do PIB, no entanto, aparentemente não resulta em melhores rendimentos e condições de vida para os seus moradores: conforme veremos adiante, o Índice de Desenvolvimento Humano no município é de 0,643, inferior ao de Natal.

Parte expressiva da riqueza produzida em Baía Formosa é redirecionada para outros centros e, além disso, o plantio e processamento de cana de açúcar são desenvolvidos de forma sazonal, o que representa um contínuo processo de emprego-desemprego. Um exemplo de tal sazonalidade inclui o desligamento de 1.289 trabalhadores da indústria em fevereiro de 2009, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego, 2009). Tal situação também é observada no município de Arez.

Tibau do Sul, outro município participante do Polo e fora da RMN, também apresentou números crescentes no PIB *per capita* de R\$ 3.746,00, em 2003, para R\$ 6.202,00, em 2006. A dinâmica econômica do município tem estreita vinculação com as atividades de visitação turística, passando a absorver uma quantidade de mão de obra significativa, principalmente para composição do quadro funcional do setor de serviços receptivos (hotéis, pousadas, restaurantes e bares) e, mais recentemente, do setor comercial, com a abertura de lojas comerciais, principalmente na praia de Pipa. Essas alternativas à economia local, historicamente baseada na agricultura e pesca, transformaram Tibau do Sul e,

principalmente, seu maior atrativo, a praia de Pipa, em centros de atração migratória, além de demandar expansão no setor de transportes na região, com considerável aumento de veículos e de profissionais realizando deslocamentos intermunicipais de pessoas e mercadorias, principalmente no trecho Tibau do Sul – Goianinha, também a partir de Natal.

Entre os municípios que apresentam os menores valores do PIB *per capita* e menor variação no período, destacam-se Pedra Grande, Rio do Fogo, Ceará-Mirim e Canguaretama. Nos mesmos perduram práticas de pesca tradicionais, agricultura de subsistência e, particularmente em Ceará-Mirim, plantação de cana de açúcar com expressiva concentração de terra. Aparentemente os novos empreendimentos decorrentes da atividade de turismo, da implantação de projetos de energia eólica não propiciaram mudanças significativas na produção e distribuição de riqueza local, persistindo nestes municípios situações associadas a atraso e pobreza. Entretanto, é oportuno destacar que o PIB *per capita* não necessariamente representa ganhos locais, uma vez que a riqueza produzida nem sempre resulta em ganhos na renda dos seus moradores, particularmente quando considerado o processo histórico de concentração de renda no país.

Em cidades com distritos industriais como Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, a riqueza se realiza quase que totalmente fora, porque vai para Natal, ou mesmo o centro-sul do País. É fato, no entanto, que Natal concentra sobremaneira todas as atividades urbanas, bem como a riqueza produzida no conjunto do Polo. Ademais entre Natal e os municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante confirmam-se intensos fluxos de migrações pendulares decorrentes dos empreendimentos industriais e de serviços nos três municípios.

Ainda com relação ao PIB *per capita* municipal, destacam-se seis municípios do Polo cujos números são superiores ao PIB *per capita* do Estado (R\$ 6.754,00) e da região Nordeste (R\$ 6.029,00) para o ano 2006, a saber: Arez, Baía Formosa, Macaíba, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, conforme dados da tabela a seguir.

TABELA 03. Polo Costa das Dunas: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, 2003-2006

Municípios do Polo Costa das Dunas	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Arez	100 911	8 855	94 037	8 237	118 385	10 350	131 102	11 442
Baía Formosa	53 711	6 664	59 482	7 318	86 615	10 568	111 130	13 449
Canguaretama	74 643	2 606	78 803	2 707	97 764	3 306	113 221	3 770
Ceará-Mirim	160 156	2 407	175 232	2 589	207 192	3 009	247 860	3 540
Extremoz	78 029	3 642	89 745	4 089	82 159	3 656	96 887	4 213
Macaíba	344 125	5 788	413 887	6 813	467 365	7 533	527 652	8 331
Maxaranguape	25 833	2 930	27 168	3 003	29 765	3 208	41 865	4 404
Natal	5 229 473	6 931	5 955 689	7 774	6 643 983	8 539	7 508 466	9 506
Nísia Floresta	64 501	3 059	68 178	3 148	77 638	3 491	95 767	4 198
Parnamirim	846 488	5 672	1 030 065	6 595	1 124 276	6 891	1 269 568	7 466
Pedra Grande	11 440	2 706	12 992	3 030	13 801	3 174	16 697	3 789
Rio do Fogo	19 559	1 979	22 392	2 223	25 123	2 449	30 668	2 936
São Gonçalo do Amarante	338 928	4 289	385 593	4 699	562 448	6 634	677 341	7 742

CONT. TABELA 03. Polo Costa das Dunas: Produto Interno Bruto a Preços Correntes e Produto Interno Bruto *per capita*, 2003-2006

Municípios do Polo Costa das Dunas	Produto Interno Bruto							
	2003		2004		2005		2006 (1)	
	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
São José de Mipibu	102 888	2 735	118 719	3 093	148 133	3 784	172 328	4 318
São Miguel do Gostoso	24 442	2 951	26 030	3 069	29 745	3 427	37 973	4 277
Senador Georgino Avelino	9 663	2 716	10 781	2 970	16 062	4 339	15 504	4 108
Tibau do Sul	31 706	3 746	33 820	3 903	45 954	5 183	56 239	6 202
Touros	94 601	3 097	104 269	3 332	112 410	3 507	153 028	4 665
Rio Grande do Norte	13 515 095	4 626	15 580 455	5 260	17 869 516	5 950	20 556 655	6 754
Nordeste	217 037 426	4 355	247 042 512	4 899	280 545 055	5 499	311 174 975	6 029

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
Estimativas das taxas populacionais: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Considerados o conjunto dos setores produtivos e atividades econômicas, o Polo Costa das Dunas apresenta uma expressiva heterogeneidade e situações bem diferenciadas entre os seus municípios: em parte deles a atividade industrial é inexistente (Rio do Fogo e Maxaranguape, por exemplo), em outros a atividade agrícola é associada à atividade industrial, particularmente no plantio e processamento da cana de açúcar (Ceará – Mirim e Arez), em outros a pesca artesanal se mantém, porém associada à produção industrial. Além dos avanços quantitativos é importante destacar as profundas mudanças de caráter qualitativo que estão ocorrendo no interior de parte das cadeias produtivas observadas no Polo Costa das Dunas, como, por exemplo, a pesca, tanto nos equipamentos utilizados, infraestrutura e dos novos tipos de produção – carcinicultura.

No geral, destaca-se o expressivo peso das atividades terciárias, que compreende comércio – varejista e atacadista, atividades de serviços, públicos e privados, concentrados em Natal. As atividades industriais incluem a extrativa mineral, transformação e construção civil e também estão concentradas em parte dos municípios da RMN. Já as atividades primárias incluem a agricultura, pecuária e extrativa vegetal e são mais expressivas nos menores municípios. Ressalta-se que o dinamismo do Polo Costa das Dunas está associado ao conjunto de investimentos públicos e privados realizados em Natal e municípios vizinhos (indústria e serviços) e nas zonas litorâneas dos demais municípios.

A heterogeneidade econômica e o modelo concentrador de investimentos e riqueza do Polo e seu municípios também é observada, quando considerados os setores produtivos e a participação de cada município, conforme veremos a seguir.

3.2.6.1. Setores Produtivos

a) Agropecuária e Pesca

As principais culturas agrícolas no território do Polo Costa das Dunas que contribuem para a elevação do PIB são cana de açúcar e coco da baía, que ocupam por volta de 90% das

áreas cultivadas e empregam apenas sazonalmente contingentes de mão-de-obra, reduzidos após a crescente mecanização da cultura canavieira. A essas atividades somam-se novos empreendimentos da carcinicultura (em Natal e estuário do Rio Potengi, por exemplo) e mecanização crescente da agricultura, que também inclui o cultivo de mandioca, milho, feijão, banana e frutas cítricas e, ainda, a produção de lenha e carvão. A pesca se mantém sob a forma tradicional em municípios como Rio do Fogo e municípios costeiros, mas se expande sob a forma industrial.

O efetivo pecuário dos municípios Polo Costa das Dunas não é dos mais expressivos em relação ao Estado do RN, com um total de 92.799 cabeças (IBGE-2007), e representa apenas 9,19% do efetivo estadual. Destacam-se os municípios de Macaíba e São José do Mipibu e seus entornos que concentram o rebanho do Polo.

A pesca é mais dinâmica nos municípios de Baía Formosa, Parnamirim, Nísia Floresta, Canguaretama, Pedra Grande, Senador Georgino Avelino, Rio do Fogo, Touros e Extremoz, embora presente em todos os municípios.

Na faixa litorânea do Estado há a presença histórica de colônias e/ou comunidades de pescadores, para as quais algumas políticas públicas ou programas específicos foram direcionados, ao longo do tempo. Apesar das transformações em curso no ambiente pesqueiro, muitas das comunidades ainda se mantêm, como, por exemplo, as Colônias de Pescadores de Nísia Floresta, Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino e Arez que agregam um contingente de 2.100 pescadores registrados, sem considerar o número de pescadores sem filiação a qualquer entidade. A Colônia de Pescadores do Município de Rio do Fogo, pequeno município do Polo, agrega 1.700 associados, que dispõem de uma frota de 30 barcos a motor e 136 paquetes (barcos a vela). Além da pesca, muitos deles capturam algas marinhas que são direcionadas para a Alginorte, uma empresa do setor com atuação na área do Polo Costa das Dunas.

Extremoz é o município com maior produção, tendo totalizado, em 2003, um volume de 5.199,5 toneladas, composto principalmente por albacora, agulhão, cação, garoupa, cavala, caico e cioba. Ressalta-se que a produção de lagosta nas comunidades litorâneas abrange boa parte dos municípios, a saber: Baía Formosa, Tibau do Sul, Nísia Floresta, Natal, Extremoz, Ceará Mirim, Maxaranguape, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande e Rio do Fogo. Neste último ocorreu a maior captura no ano de 2003. A captura do camarão, apesar de ocorrer em todos os municípios litorâneos, é mais expressiva em Touros, Tibau do Sul e Baía Formosa, enquanto a carcinicultura (produção de camarão em cativeiro), apesar de desenvolvida em vários municípios do Polo, é mais representativa em Canguaretama, Macaíba, Nísia Floresta e Natal. As atividades pesqueiras envolvem frota de embarcações (botes a motor e a vela, jangadas e paquetes), e são realizadas tanto na faixa costeira, quanto em alto mar, confirmando-se em quase todos os municípios comunidades organizadas de pescadores. Já a coleta de caranguejo é feita no município de Canguaretama.

A disseminação da carcinicultura (cultivo de camarões em viveiros) por todo o território do Polo Costa das Dunas é feita por grande, médios e pequenos produtores. Tal prática tem resultado na ocupação de áreas de manguezal e de ecossistema associado, tais como apicuns, brejos e matas ciliares. Segundo o IDEMA, a maioria, 62% dos investidores, iniciaram as atividades no período de 2001/03. Associadas às atividades de produção de camarão, observam-se em Canguaretama e Baía Formosa empresas de criação de larvas. Já o município de Macaíba possui 22 empreendimentos de carcinicultura, situação que se reproduz com outros números nos municípios de Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul.

As atividades extrativistas madeireiras concentram-se na produção de lenha e carvão para uso doméstico e, em menor escala, para usos comerciais e industriais. A produção anual de lenha no Polo, além de crescente, inclui a exploração de espécies nativas pela população de

baixa renda e é consumida no âmbito interno, sob a forma de carvão vegetal. Tal exploração contém desdobramentos negativos sobre o meio ambiente, uma vez que as espécies nativas se constituem nos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado, concentrados principalmente no município de Baía Formosa, no qual a produção carvoeira é mais significativa (por volta de 45% do total). Além disso, dado que as atividades de produção de lenha e carvão são, em geral, clandestinas, os dados nem sempre expressam a realidade.

O plantio e processamento da cana de açúcar, outro indicador da atividade econômica do Polo, ocupam uma área de 6.915 hectares, na qual foram colhidas 479.900 toneladas. (IBGE/2007), notadamente no Município de Ceará-Mirim que também tem área de cultivo de coco da baía e mandioca. A dinâmica econômica do município de Ceará-Mirim encontra-se ainda respaldada na agricultura, 60% da população vive do cultivo da terra, de subsistência plantando macaxeira, milho, feijão e batata. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais existem 10 mil trabalhadores sindicalizados. O município também abriga 41 assentamentos do INCRA, nos quais são desenvolvidos projetos agropecuários e de piscicultura.

A agricultura familiar é observada nos menores municípios como, por exemplo, Pedra Grande e inclui o cultivo de milho, mandioca, feijão, batata doce. Atualmente neste último município, como também em Rio do Fogo, novos investimentos estão sendo direcionados para a exploração de Energia Eólica. Ou seja, no território do Polo as transformações abrangem diferentes setores produtivos, tanto no que diz respeito as suas atividades tradicionais quanto na introdução de novas atividades.

b) Indústria

Conforme descrito acima, parte da produção do setor primário no Polo Costa das Dunas ocorre de forma associada à produção industrial (complexo agroindustrial), notadamente no que se refere às usinas de processamento de cana de açúcar e produção de larvas de camarão e beneficiamento de camarão para exportação que, por sua vez, absorvem a produção de grande parte dos empreendimentos de carcinicultura instalados, principalmente, nos municípios de Canguaretama, Arez, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Natal, Macaíba e Baía Formosa.

No município de Arez, por exemplo, a Usina Estivas absorve anualmente quase toda a produção de cerca de nove municípios. A importância de tal empreendimento para o município pode ser dimensionada pelas estimativas em torno do número de trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva (4.300). Mas, a exemplo do que ocorre no município de Baía Formosa, trata-se de uma atividade sazonal, com períodos de entressafra e desemprego: segundo a RAIS, em fevereiro de 2009 confirmaram-se 1.311 desligamentos de emprego industrial no município, ou seja, todos originários da Usina, em decorrência do período de entressafra. Outra atividade industrial do Polo, porém fora do âmbito da região Metropolitana de Natal, diz respeito à produção de cerâmica de médio porte em Canguaretama.

Conforme enunciado anteriormente, a produção industrial no Polo Costa das Dunas se deu a partir de Natal, para a qual foram destinadas políticas públicas específicas objetivando dinamizar a atividade. Em decorrência, a produção industrial do Polo Costa das Dunas, está concentrada em Natal, que se interliga com alguns municípios da RMN, a saber: Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba e, em menor escala, Extremoz. Estes municípios abrigam dois distritos industriais: CIA – Centro Industrial Avançado (1997) e o Distrito Industrial. O Centro Industrial Avançado está localizado entre os municípios de Parnamirim e Macaíba, às margens da BR 101 e BR 304, com 180 hectares de área. O Distrito Industrial está localizado entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Extremoz e é cortado pela rodovia RN-100 e interligado a BR 304. Ou seja, a produção industrial no Polo Costa das Dunas está concentrada nos municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, conforme dados relacionados ao PIB industrial para o ano de

2005, apresentados na próxima tabela. Ressalta-se, entretanto, a expressiva concentração no município de Natal, que abriga a maioria dos empreendimentos industriais do Estado.

No município de São Gonçalo, além das indústrias têxteis, destaca-se a produção de cerâmica com um parque de olarias estruturado. O parque cerâmico localizado no município é um forte empregador de mão de obra e produz pré-moldados de cimento, que correspondem a produtos como cobogós, lages, postes, caixas d'água, estacas, mosaicos, lajotas, etc. Algumas fabricam também argamassas.

Embora dinâmica, a produção industrial do Polo Costa das Dunas não tem sido ao longo do tempo muito diversificada, particularmente em decorrência da sua inserção periférica em um país cuja industrialização ocorreu tardiamente. Particularmente a sua produção industrial inclui os ramos têxteis, confecções, alimentos, bebidas e, ainda, uma dinâmica construção civil. Nele, confirmam-se unidades da Vicunha do Nordeste S/A, Mastex Ltda., Guararapes Têxtil S/A, Café Santa Clara, Enfibra, Coteminas, entre outros grupos empresariais com atuação regional, nacional e internacional. Destaca-se que, associada à industrial têxtil e de confecções ou de forma independente, em vários municípios do Polo, a atividade de artesanato é desenvolvida e inclui peças de labirinto, renda de bilro, crochê. Apesar de não se constituir em atividade manufatureira, parte do artesanato também atende indústrias que terceirizam parte da produção.

Em relação à empregabilidade na indústria de alimentos e bebidas, na Região Metropolitana de Natal, por exemplo, o emprego formal era, em 2005, cerca de 50% do total do Estado. Já o emprego formal na indústria têxtil e na indústria de confecções é bem maior, e, em 2005 localizavam-se na indústria têxtil metropolitana cerca de 90% do emprego formal e, aproximadamente, 80,6% do emprego formal na indústria de confecções.

O emprego formal também é observado na construção civil e atividades imobiliárias, também concentrado na RMN, e, para o mesmo ano, dos 25,4 mil empregados na construção civil no Estado, aproximadamente 18,8 mil estavam na Região Metropolitana, conforme já destacado. Ressalta-se que parcela importante do capital estrangeiro direcionado para o Estado do Rio Grande do Norte tem como destino os investimentos imobiliários e estão concentrados na área do Polo Costa das Dunas.

Conforme visto até aqui, o Polo Costa das Dunas, particularmente Natal e sua região metropolitana, tem se caracterizado por um processo contínuo de mudanças na sua estrutura produtiva que inclui novas atividades e reorganização das atividades tradicionais ou já existentes. Do conjunto dessas mudanças, destaca-se a reafirmação da centralidade de Natal também no setor terciário, tanto em relação a sua diversidade quanto qualidade dos serviços. Ao mesmo tempo, a expansão do terciário na cidade ao longo do tempo, a cada período de expansão, favorece ao surgimento de novas territorialidades urbanas, compatíveis com a dinamicidade do setor. Tal dinamicidade se traduz na elevada contribuição de Natal que, juntamente com Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, apresentam valores mais expressivos no PIB, para o ano 2005, conforme dados disponíveis na próxima tabela. Porém, com uma expressiva concentração em Natal.

c) Serviços

A dinâmica recente do Polo e particularmente de Natal, com alta centralidade no setor serviços, também decorre da expansão de cadeias produtivas associadas ao turismo, que podem ser dimensionadas pela existência em vários pontos da cidade de estabelecimentos dirigidos a esse fim: agências de viagens, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, empresas de transporte, oferta imobiliárias para o turismo de segunda residência, etc. Apesar do turismo "sol e praia" serem praticado por toda a área do Polo, Natal concentra todos os serviços associados à atividade e para ela é direcionada quase a totalidade da riqueza produzida através de novos investimentos, destacando-se, no entanto, uma autonomia relativa do município de Tibau do Sul, especificamente da Praia de Pipa.

A relevância do turismo na metrópole de Natal pode ser dimensionada quando considerado que, em 2003, dos meios de hospedagens disponíveis no Estado, cerca de 40% estavam concentrados na Região Metropolitana de Natal, e isso tem estreita relação com as visitas turísticas ao Polo Costa das Dunas.

O PIB relacionado ao setor terciário constituído pelas atividades econômicas ligadas ao setor de comércio e serviços no Polo Costa das Dunas supera os demais setores econômicos. Este setor abrange atividades relacionadas aos setores da administração pública (três esferas de governo), principalmente as ligadas à saúde e educação, assistência social, alimentação, prestação de serviços às empresas, transporte, alojamento e comunicação, material de construção, veículos e autopeças, comércio – varejista e atacadista e demais atividades de serviços, tanto pelos serviços públicos como privados. Relativamente ao comércio e importante ressaltar que do total de 68,8 mil empregos formais, em 2005, cerca de 50 mil estavam localizados na Região Metropolitana.

Comparando-se PNAD com RAIS, constata-se que 35% dos empregos no RN eram formais em 2004, contra 24% para o conjunto do Nordeste. De acordo com o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, parte do crescimento do emprego formal é resultante da fiscalização e não deve ser interpretada, estritamente, como crescimento do emprego, porque o posto de trabalho já estava ocupado, e foi apenas formalizado.

Apesar de desigual entre os municípios, o dinamismo apresentado é decorrente de um conjunto de investimentos públicos e privados realizados em Natal e na zona litorânea de diversos municípios do Polo Costa das Dunas, inclusive os localizados fora da Região Metropolitana. Entretanto, em muitos dos municípios ainda são observadas situações de carências de serviços urbanos, principalmente quanto ao saneamento básico (qualidade das águas e esgotamento sanitário), coleta de lixo e manutenção dos espaços de praias. É fato que alguns investimentos públicos estão sendo direcionados para esses municípios, aos quais se somam investimentos privados, particularmente projetos imobiliários.

QUADRO 21. Polo Costa das Dunas: Produto Interno Bruto – PIB Municipal Por Setores Produtivos (R\$ 2000) – 1996-2000-2005

POLO COSTA DAS DUNAS	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL - AGROPECUÁRIA (R\$ 2000) DEFLACIONADO PELO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB NACIONAL			PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL - INDÚSTRIA (R\$ 2000) DEFLACIONADO PELO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB NACIONAL			PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) MUNICIPAL - SERVIÇOS - VALOR ADICIONADO, PREÇOS BÁSICOS - (R\$ 2000) DEFLACIONADO PELO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB NACIONAL		
	1996	2000	2005	1996	2000	2005	1996	2000	2005
Arez	17.352,93	3.212,76	4.905,99	41.843,29	44.248,05	19.057,93	7.130,94	11.049,49	11.526,22
Baía Formosa	6.941,08	1.762,98	8.804,08	29.809,38	12.728,33	12.547,85	3.787,16	17.368,46	14.380,78
Canguaretama	11.929,65	1.343,03	9.017,44	228,24	10.740,31	6.566,00	11.847,09	29.626,46	37.787,03
Ceará-Mirim	17.139,43	5.504,91	16.183,50	8.824,05	28.864,33	11.606,99	41.548,34	80.584,15	89.489,61
Extremoz	3.555,78	3.739,23	6.983,21	6.656,78	39.183,48	10.121,62	14.186,64	29.535,27	30.314,39
Macaíba	18.977,93	4.606,02	9.670,43	2.821,03	160.528,46	67.598,49	39.078,04	63.256,45	101.282,30
Maxaranguape	2.402,03	850,98	3.094,19	127,21	3.965,28	1.722,56	5.489,37	9.643,63	12.783,23
Natal	4.050,68	6.824,36	15.902,00	963.431,10	739.463,13	502.778,49	3.143.473,85	1.836.185,12	3.218.443,73
Nísia Floresta	10.763,77	6.265,98	8.776,30	552,71	11.321,54	5.433,86	11.552,99	25.569,82	31.094,36
Parnamirim	6.631,29	10.429,34	11.039,31	64.535,06	239.811,77	119.119,30	236.912,75	228.775,55	362.172,49
Pedra Grande	817,60	116,07	1.593,80	22,02	940,75	560,18	2.603,68	7.263,44	6.187,80
Rio do Fogo	-	435,03	3.198,15	-	3.651,15	1.294,21	-	7.809,07	10.592,00
São Gonçalo do Amarante	2.170,39	5.114,95	9.017,40	171.572,63	242.002,57	356.462,12	47.797,07	125.950,05	189.910,58
São José do Mipibu	11.172,77	2.846,69	16.224,37	776,61	20.053,17	10.366,63	21.514,57	45.450,40	53.066,22
São Miguel do Gostoso	-	584,04	5.763,22	-	1.278,37	1.019,90	-	9.206,33	11.100,37
Senador Georgino Avelino	179,63	155,39	2.893,94	16,53	2.292,56	767,10	3.360,74	5.645,83	5.898,31
Tibau do Sul	4.063,37	546,10	3.853,45	97,45	5.047,42	4.519,04	3.275,26	7.822,97	18.030,04
Touros	6.953,22	11.536,33	20.779,56	331,49	6.232,90	5.414,60	10.772,33	49.246,96	40.018,57

Fonte: IBGE, 2008.

Finalmente, cabe destacar que a evolução recente do Polo Costa das Dunas se expressa no dinamismo da indústria, particularmente construção civil, nos serviços de alojamento e alimentação e nas atividades imobiliárias, que direta ou indiretamente também se associam à atividade turística, de forma mais acentuada no espaço que abrange a Região Metropolitana de Natal.

3.2.6.2. Dinâmica Populacional e Social

As análises dos dados populacionais demonstrados basearam-se fundamentalmente nos levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que inclui o Censo Demográfico de 2000, a Contagem Populacional de 2007, a Síntese de Indicadores Sociais de 2008, e ainda, as projeções intercensitárias de 2006, 2008 e 2009. Outras fontes das informações utilizadas foram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Os dados foram apresentados, quando possível e/ou necessário, em amplitude municipal, estadual, regional e nacional. Alguns desses dados fazem parte do Anexo II.

O Polo Costa Dunas apresenta atualmente, segundo as estimativas intercensitárias divulgadas pelo IBGE em 2009, uma população de aproximadamente de 1.421.634 habitantes, correspondendo a 45,3% da população total norterio-grandense. A maior parte deste contingente populacional reside nos centros urbanos (situação de domicílio urbano), característica esta que acompanha tanto a do Estado do RN quanto a do Brasil. Tendo por base a contagem populacional de 2007 e o Censo Demográfico de 2000, este movimento populacional migratório consolidou-se nas duas últimas décadas.

A população do Polo Costa Dunas é predominantemente jovem, apresentando aproximadamente 66,2% dos habitantes (IBGE, 2007) com idade abaixo dos 35 anos, enquanto apenas 5,2 % têm idade acima dos 65 anos. Observa-se, entretanto, que a expectativa de vida nos municípios do Polo, apesar de em alguns ainda ser abaixo da do RN e do Brasil, apresenta, de forma, geral melhoras significativas ao longo dos anos, e isso também é decorrente de uma melhora na qualidade de vida dos municípios. O adensamento populacional na região é considerado alto em torno de 245 habitantes por quilômetro quadrado e ainda mais acentuado no âmbito da Região Metropolitana de Natal.

Entre o Censo Demográfico de 2000 e a Contagem Populacional de 2007, o Polo Costa Dunas apresentou um crescimento relativo de 12,3 %, passando de 1.211.173 para 1.360.390 habitantes, com um crescimento geométrico de 1,67% ao ano. O crescimento populacional geométrico é levemente maior do que o do Estado do RN (1,17% a.a.) e o do Brasil (1,15%). No contexto do Polo, o crescimento não foi uniforme entre todos os seus municípios.

Entre os municípios destacam-se o de Tibau do Sul, com um crescimento geométrico populacional de 5,85% ao ano e um crescimento relativo, no período, de 41,4 %, passando de 7.749 habitantes para 10.959 habitantes. O exemplo da sua dinâmica econômica, o incremento populacional do município é decorrente da atividade de turismo que tem atraído para o município não apenas visitantes, mas também pessoas que nela fixam moradia, particularmente na praia de Pipa. Parnamirim também apresentou um crescimento geométrico populacional diferenciado, de 4,8% ao ano e um crescimento relativo de 38%, e este crescimento são resultantes do “transbordamento” a partir de Natal, que é observado desde os anos 1980, com menos e mais intensidade. Parcela expressiva dos novos moradores de Parnamirim reside em bairros localizados nos limites do município com Natal, confirmando-se um intenso fluxo de migrações pendulares entre eles.

Ao contrário dos dois municípios acima, em Pedra Grande observou-se um decréscimo relativo de 2,5 %, com redução da sua população de 4.017 (em 2000) para 3.918 habitantes, em 2007.

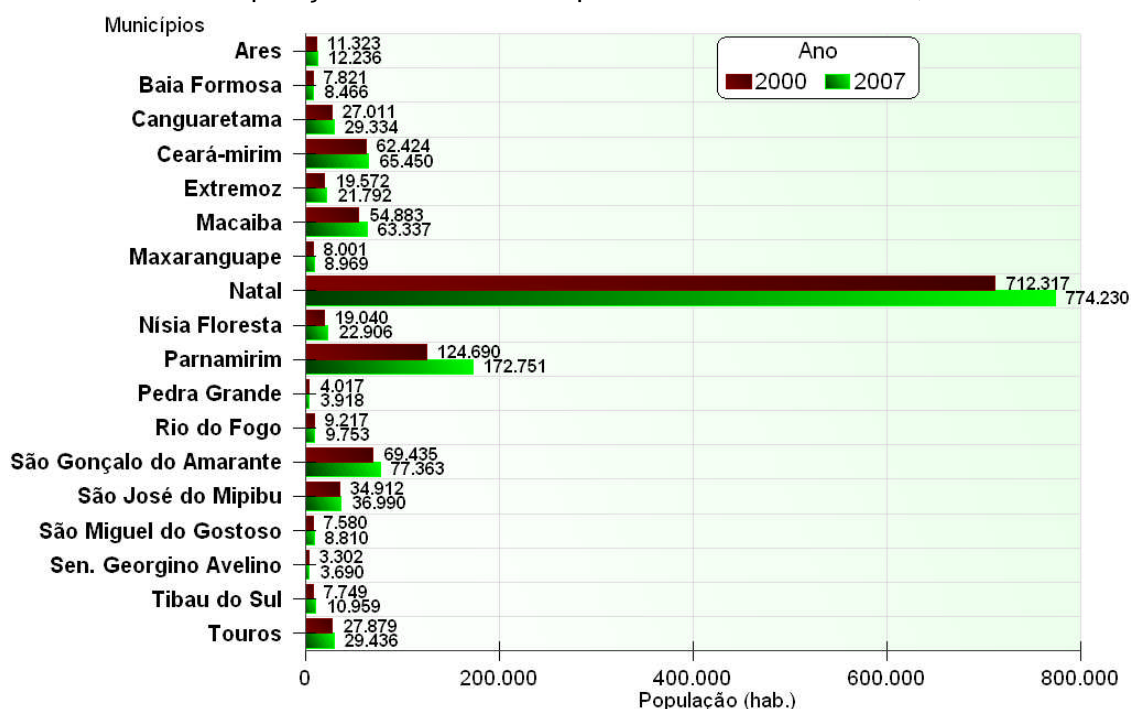
De uma forma geral, o Polo Costa Dunas cresceu em ritmo superior ao do Estado do RN e do Brasil, que tiveram crescimento relativo de 8,5 % e 8,3 % respectivamente. O seu crescimento populacional é compatível com a concentração de investimentos a partir da RMN, além de uma expressiva concentração da população do Estado.

TABELA 04. Polo Costa das Dunas: População e Taxas de Crescimento Relativo e Geométrico por município (2000-2007).

Municípios	População		Taxa de Crescimento Relativo 2000-2007 (%)	Taxa de Crescimento Geométrico 2000-2007 (% a. a.)
	2000	2007		
Arez	11.323	12.236	8,10%	1,1%
Baía Formosa	7.821	8.466	8,20%	1,1%
Canguaretama	27.011	29.334	8,60%	1,2%
Ceará-Mirim	62.424	65.450	4,80%	0,7%
Extremoz	19.572	21.792	11,30%	1,5%
Macaíba	54.883	63.337	15,40%	2,1%
Maxaranguape	8.001	8.969	12,10%	1,6%
Natal	712.317	774.230	8,70%	1,2%
Nísia Floresta	19.040	22.906	20,30%	2,7%
Parnamirim	124.690	172.751	38,50%	4,8%
Pedra Grande	4.017	3.918	-2,50%	-0,4%
Rio do Fogo	9.217	9.753	5,80%	0,8%
São Gonçalo do Amarante	69.435	77.363	11,40%	1,6%
São José do Mipibu	34.912	36.990	6,00%	0,8%
São Miguel do Gostoso	7.580	8.810	16,20%	2,2%
Senador Georgino Avelino	3.302	3.690	11,80%	1,6%
Tibau do Sul	7.749	10.959	41,40%	5,1%
Touros	27.879	29.436	5,60%	0,8%
Polo Costa Dunas	1.211.173	1.360.390	12,30%	1,67%
RN	2.777.509	3.013.740	8,50%	1,17%
Brasil	169.872.856	183.987.291	8,30%	1,15%

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas das taxas populacionais: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 49. População Total dos Municípios do Polo Costa Dunas, 2000 e 2007.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas do crescimento populacional: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Na Tabela 05, que apresenta a população projetada para os 18 municípios do Polo Costa das Dunas em 2009, é observada com mais clareza a concentração populacional de Natal: nela residem 56,7% dos moradores do Polo, o que representa 806.203 pessoas. Em Parnamirim residem 13,0% dos moradores do Polo, totalizando 184.223 pessoas. Ou seja, nesses dois municípios reside cerca de 70% dos moradores do Polo Costa das Dunas, o que significa dizer que de cada 10 moradores do Polo, sete residem em Natal ou Parnamirim.

Os municípios com menores participações relativas na composição da população do Polo são Pedra Grande e Senador Georgino Avelino, com 4.028 (0,3 %) e 3.846 (0,3 %) respectivamente, o que representa menos de 1% dos moradores residindo nesses dois municípios. Nos mesmos ainda perduram práticas econômicas tradicionais e situações de atraso e pobreza.

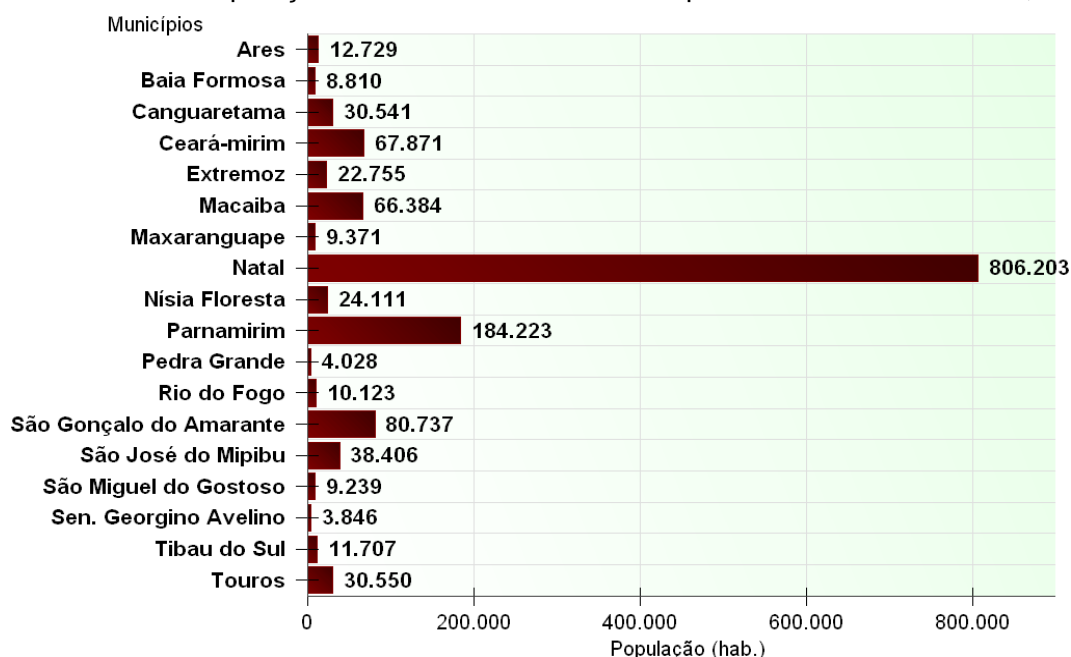
TABELA 05. Polo Costa das Dunas: População Total Projetada por Município, 2009

Municípios	População Total	Participação Relativa no Total da População do Polo (%)
Arez	12.729	0,9
Baía Formosa	8.810	0,6
Canguaretama	30.541	2,1
Ceará-Mirim	67.871	4,8
Extremoz	22.755	1,6
Macaíba	66.384	4,7
Maxaranguape	9.371	0,7
Natal	806.203	56,7
Nísia Floresta	24.111	1,7
Parnamirim	184.223	13,0
Pedra Grande	4.028	0,3
Rio do Fogo	10.123	0,7
São Gonçalo do Amarante	80.737	5,7
São José do Mipibu	38.406	2,7
São Miguel do Gostoso	9.239	0,6
Senador Georgino Avelino	3.846	0,3
Tibau do Sul	11.707	0,8
Touros	30.550	2,1
Polo Costa Dunas	1.421.634	100,0

Fonte: Projeções intercensitárias 2009, IBGE.

A seguir é possível visualizar as projeções da população de cada município do Polo Costa das Dunas, para o ano de 2009. Nele é possível observar a extensão da participação de Natal e de Parnamirim na composição da população total do Polo.

FIGURA 50. População Total Estimada dos Municípios do Polo Costa Dunas, 2009.



Fonte: Projeções intercensitárias 2009, IBGE.

TABELA 06. Polo Costa das Dunas: Área Territorial e Densidade Demográfica por Município - 2007

Municípios	Área Territorial (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Ares	113,0	100,20
Baía Formosa	246,0	31,79
Canguaretama	246,0	109,80
Ceará-Mirim	740,0	84,36
Extremoz	126,0	155,33
Macaíba	512,0	107,19
Maxaranguape	131,0	61,08
Natal	170,0	4.190,10
Nísia Floresta	306,0	62,22
Parnamirim	120,0	1.039,08
Pedra Grande	221,0	18,18
Rio do Fogo	150,0	61,45
São Gonçalo do Amarante	251,0	276,63
São José do Mipibu	294,0	118,75
São Miguel do Gostoso	342,0	22,16
Senador Georgino Avelino - RN	26,0	127,00
Tibau do Sul	102,0	75,97
Touros	839,0	33,23
Polo Costa Dunas	4.935,0	245,43
RN	52.796,8	57,08
Brasil	8.514.876,6	21,61

Fonte: Dados Primários: Contagem Populacional 2007, IBGE.

Considerado a evolução do grau de urbanização no Polo Costa das Dunas, que representa o percentual de moradores que reside nas áreas urbanas, observam-se 82,7 % em 2000 e

88,8% em 2007, com um acréscimo percentual de 6,1%, o que indica um alto grau de urbanização. A mesma tendência foi observada para o Estado do RN, com grau de urbanização de 73,2 % (2000) e 77,9 % (2007) e um acréscimo de 3,8%, no mesmo período. Entretanto, as participações de moradores que residem em áreas urbanas, tanto no Polo como no Estado do Rio Grande do Norte, diferem da observada para o país no mesmo período, no qual se verificou uma redução no grau de urbanização de 81,2 % (2000) para 73,6% (2007), decrescendo 7,6%, portanto. Entre os municípios com maior participação de moradores residindo nas suas áreas urbanas, maiores graus de urbanização em 2007, destacam-se Natal e Parnamirim. Nos dois cerca de 100% da população é considerada urbana, com grau de urbanização de 100%. Aqui é oportuno ressaltar que cabe a gestão municipal designar no seu território as áreas urbanas e rurais, divisão que é levada em conta no período da realização do censo demográfico da FIBGE. Algumas vezes o município tem a totalidade do seu território denominada como urbana, mas nele ainda são observadas áreas com características e paisagens rurais, além da ausência de serviços urbanos, como em Parnamirim. Os municípios com menor grau de urbanização são Touros com apenas 26,6 % e Pedra Grande com 31,4 %. Ou seja, estes dois últimos são municípios rurais.

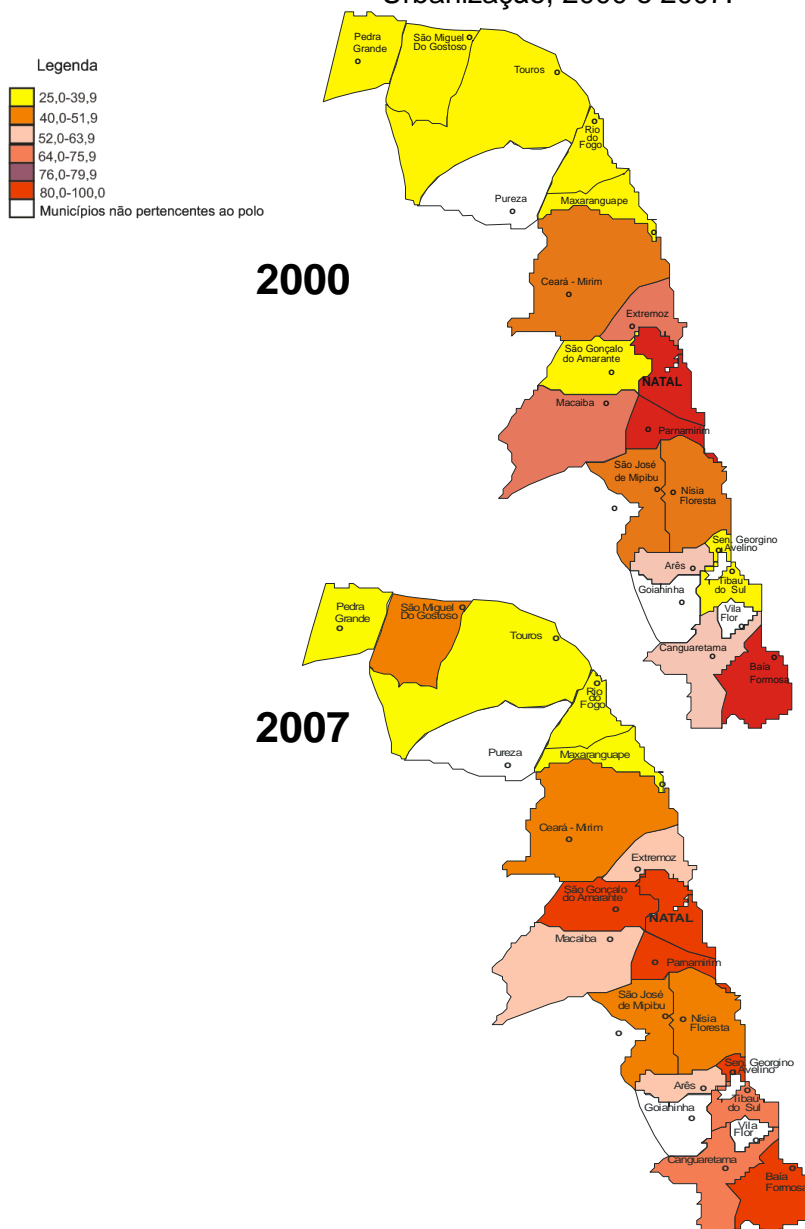
TABELA 07. Polo Costa das Dunas: População por Situação de Domicílio e Grau de Urbanização (%) por município - 2000 e 2007.

Municípios	2000			2007		
	Urbana	Rural	Taxa de urbanização	Urbana	Rural	Taxa de urbanização
Arez	6.761	4.562	59,7%	7.373	4.863	60,3%
Baía Formosa	6.369	1.452	81,4%	6.959	1.507	82,2%
Canguaretama	16.924	10.087	62,7%	19.135	10.199	65,2%
Ceará-Mirim	30.839	31.585	49,4%	32.947	32.503	50,3%
Extremoz	13.418	6.154	68,6%	12.787	9.005	58,7%
Macaíba	36.041	18.842	65,7%	40.111	23.226	63,3%
Maxaranguape	3.017	4.984	37,7%	3.515	5.454	39,2%
Natal	712.317	-	100,0%	774.230	-	100,0%
Nísia Floresta	8.638	10.402	45,4%	9.165	13.741	40,0%
Parnamirim	109.139	15.551	87,5%	172.751	-	100,0%
Pedra Grande	1.292	2.725	32,2%	1.230	2.688	31,4%
Rio do Fogo	3.620	5.597	39,3%	3.784	5.969	38,8%
São Gonçalo do Amarante	9.798	59.637	14,1%	65.209	12.154	84,3%
São José do Mipibu	15.602	19.310	44,7%	17.984	19.006	48,6%
São Miguel do Gostoso	2.902	4.678	38,3%	3.679	5.131	41,8%
Sen.Georgino Avelino	727	2.575	22,0%	3.650	40	98,9%
Tibau do Sul	1.288	6.461	16,6%	7.026	3.933	64,1%
Touros	7.594	20.285	27,2%	7.842	21.594	26,6%
Polo Costa Dunas	978.692	204.602	82,7%	1.181.535	149.419	88,8%
RN	2.033.775	743.733	73,2%	2.319.217	694.523	77,0%
Brasil	137.925.238	31.947.618	81,2%	80.015.885	28.749.152	73,6%

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007, IBGE;
 Estimativas taxas de urbanização Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Na figura abaixo, observa-se a evolução da urbanização em 2000 para 2007 nos municípios do Polo, onde se verifica uma concentração das maiores taxas no centro geográfico, o que caracteriza uma concentração no setor de atividade econômica secundária e terciária.

FIGURA 51. Classificação dos Municípios do Polo Costa Dunas segundo a Taxa de Urbanização, 2000 e 2007.

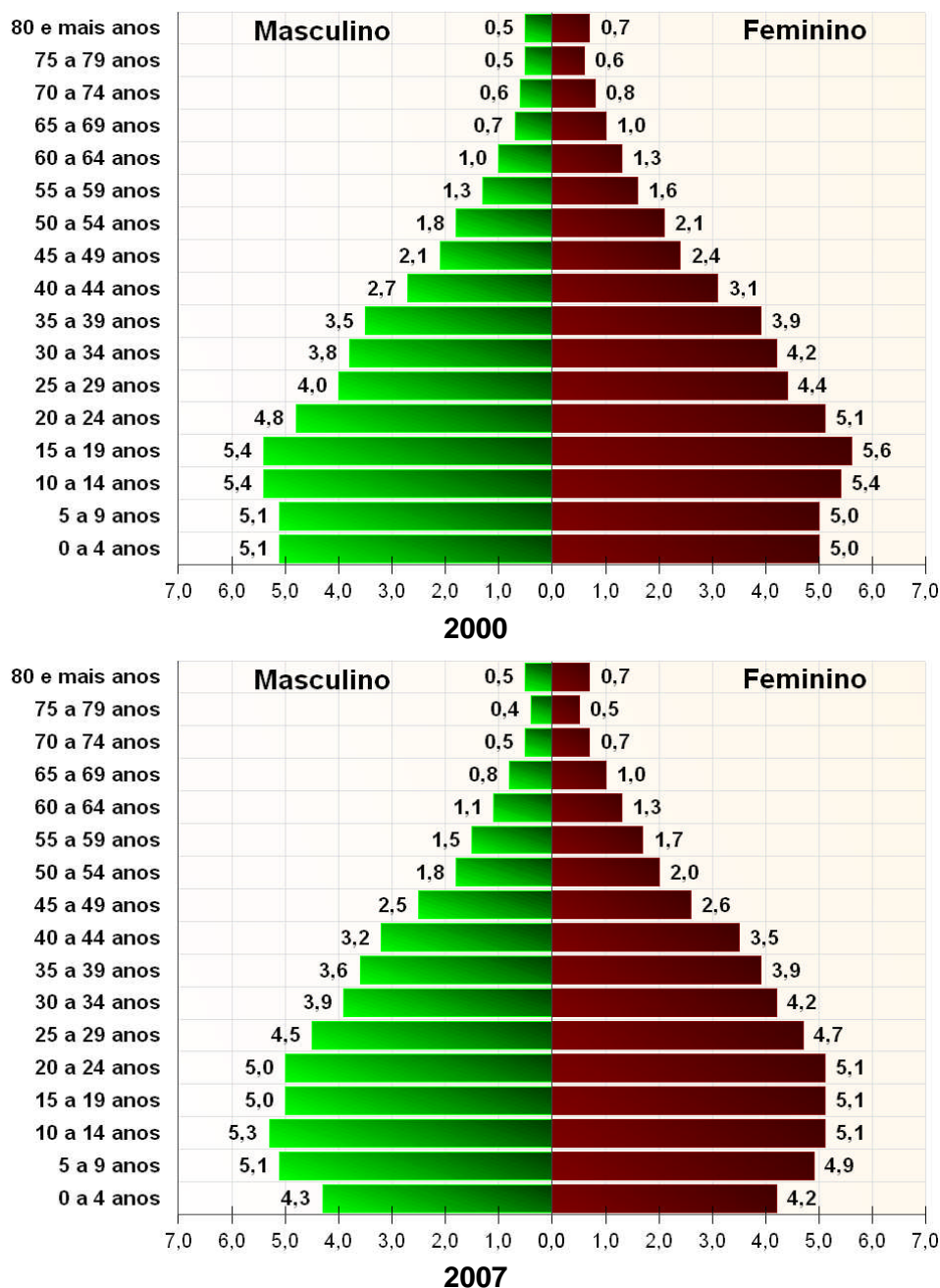


Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Nos municípios do Polo verifica-se uma predominância da população jovem (até 19 anos), porém com tendências ao envelhecimento, tendo por base dados de 2000 que o percentual da população de 0 a 34 anos era de 68,1 % diminuiu para 66,2 % em 2007, enquanto que a população idosa (acima de 65 anos) passou de 5,3 % para 5,2 %. Observando as pirâmides etárias temos um leve estreitamento de 2000 para 2007 na base (até 19 anos), um alargamento do corpo (20 aos 59 anos) e no topo (acima dos 60 anos), denotando um

aumento na expectativa de vida (no ANEXO I-2, tabelas completas da dinâmica populacional do Polo Costa das Dunas).

FIGURA 52. Pirâmides Etárias 2000 e 2007 – Polo Costa das Dunas



Fonte: Dados primários: Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional de 2007, IBGE

Os dados a seguir apresentam a evolução populacional dos municípios pertencentes ao Polo distribuídas por gênero. E ainda, um comparativo entre os percentuais relativos do Polo, do Estado do RN e do Brasil. De uma forma geral o Polo Costa Dunas apresenta uma sensível predominância feminina entre os gêneros (49,0 % são homens e 51,0% são mulheres em 2007), em consonância com a tendência estadual (49,9% são homens e 50,1% são mulheres), que também se repete em nível nacional (49,0% são homens e 51,0% são mulheres) para o mesmo período.

TABELA 08. Polo Costa das Dunas: População Total segundo o Gênero 2000 e 2007

Municípios	2000		2007	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Arez	5.745	5.578	6.088	6.097
Baía Formosa	3.968	3.853	4.298	4.168
Canguaretama	13.561	13.450	14.445	14.550
Ceará-Mirim	31.156	31.268	32.326	32.631
Extremoz	9.651	9.921	10.608	10.696
Macaíba	27.300	27.583	30.828	31.366
Maxaranguape	4.130	3.871	4.572	4.389
Natal	334.355	377.962	134.981	146.045
Nísia Floresta	9.721	9.319	11.469	11.076
Parnamirim	60.533	64.157	79.782	86.355
Pedra Grande	2.071	1.946	2.000	1.917
Rio do Fogo	4.684	4.533	4.933	4.702
São Gonçalo do Amarante	34.229	35.206	37.041	38.613
São José do Mipibu	17.348	17.564	18.361	18.367
São Miguel do Gostoso	3.972	3.608	4.627	4.170
Sen. Georgino Avelino	1.649	1.653	1.823	1.859
Tibau do Sul	3.959	3.790	5.437	5.189
Touros	14.239	13.640	15.047	14.363
Polo Costa Dunas (Abs.)	582.271	628.902	418.666	436.553
Polo Costa Dunas (%)	48,1	51,9	49,0	51,0
RN (%)	49,0	51,0	49,9	50,1
Brasil (%)	49,2	50,8	49,0	51,0

Fonte: Censo Demográfico 2000.
 Contagem Populacional de 2007, IBGE.

O envelhecimento da população ocorre basicamente em função de dois aspectos: a diminuição da natalidade e o aumento da expectativa de vida. Cabe salientar também, uma taxa de mortalidade relativamente baixa. A tabela seguinte apresenta a expectativa de vida ao nascer, que expressa o número de anos que se espera que viva um recém-nascido que, ao longo de sua vida esteja exposto às taxas de mortalidade observadas na população no momento do seu nascimento (IBGE, 2006), dos municípios componentes do Polo no Censo Demográfico de 2000. Em relação à longevidade destacam-se os municípios com maiores longevidade São Gonçalo do Amarante, Natal, São José do Mipibu e Parnamirim, que apresentam expectativa de vida de mais de 68 anos, maior do que os valores do Estado (aproximadamente 67 anos), da região Nordeste (aproximadamente 66 anos) e, praticamente, igual a do país (aproximadamente 68 anos). Enquanto os municípios com

menores longevidades são: São Miguel do Gostoso (aproximadamente 60 anos), Touros (aproximadamente 61 anos), e Pedra Grande (aproximadamente 61 anos).

Considerados os dados da tabela abaixo, observa-se que todos os municípios apresentam um IDH médio, que indica um espaço econômico e demográfico em processo de desenvolvimento. O município que apresenta o maior IDH é Natal com 0,788, superior ao do RN e o da região Nordeste, enquanto São Miguel do Gostoso (0,558) é município com o menor IDH.

TABELA 09. Polo Costa das Dunas: IDH-M e Expectativa de Vida ao Nascer por Município, RN e Brasil - 2000

Municípios	Expectativa de vida (anos)	IDH-M
Arez	63,49	0,624
Baía Formosa	66,77	0,643
Canguaretama	62,99	0,600
Ceará-Mirim	65,32	0,646
Extremoz	67,67	0,694
Macaíba	66,62	0,665
Maxaranguape	63,40	0,609
Natal	68,78	0,788
Nísia Floresta	65,44	0,666
Parnamirim	68,27	0,760
Pedra Grande	61,33	0,587
Rio do Fogo	63,40	0,598
São Gonçalo do Amarante	69,11	0,695
São José do Mipibu	68,59	0,671
São Miguel do Gostoso	59,65	0,558
Senador Georgino Avelino - RN	65,65	0,647
Tibau do Sul	65,65	0,655
Touros	61,00	0,595
RN	66,98	0,702
Nordeste	65,80	0,672
Brasil	68,60	0,766

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. IPEA / FJP / PNUD.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000. TABULAÇÕES ESPECIAIS: IBAM. Banco de Dados Municipais (IBAMCO)

QUADRO 22. Polo Costa das Dunas: População (habitantes) e Crescimentos Populacionais (%) projetados - 2009 a 2029

Ano	População Projetada (habitantes)	Crescimento (%) em relação ao ano anterior
2009	1.421.634	1,3%
2010	1.447.245	1,8%
2011	1.464.804	1,2%
2012	1.482.005	1,2%
2013	1.498.869	1,1%
2014	1.515.415	1,1%
2015	1.531.645	1,1%
2016	1.547.575	1,0%
2017	1.563.223	1,0%
2018	1.578.604	1,0%
2019	1.593.729	1,0%
2020	1.608.614	0,9%
2021	1.642.463	2,1%
2022	1.657.596	0,9%
2023	1.672.500	0,9%
2024	1.687.159	0,9%
2025	1.701.559	0,9%
2026	1.715.676	0,8%
2027	1.729.480	0,8%
2028	1.742.966	0,8%
2029	1.756.556	0,8%

Fonte: Dados Primários: Censo demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, Projeções populacionais para o Brasil e RN, IBGE.

Nota: As projeções foram feitas utilizando o método AIBI.

A taxa de mortalidade ou coeficiente de mortalidade é um dado demográfico do número de óbitos geralmente para cada mil habitantes em uma dada região em um período de tempo. A mortalidade é um dos fatores que pode influenciar o crescimento demográfico de uma dada região, além de ser um fator de verificação das condições de vida dos habitantes (quando extraído suas causas). É calculada tomando-se a razão entre o número de óbitos dos residentes e a quantidade da população total residente e multiplicando-se por 1000.

Na tabela seguinte observamos a mortalidade absoluta e a taxa de mortalidade por mil habitantes em cada município pertencente ao Polo Costa Dunas. Dentre os municípios o que apresenta maior taxa de mortalidade com 5,2 % por mil habitantes foi Pedra Grande, e o que apresentou a menor taxa de mortalidade com 2,3 % por mil habitantes foi Tibau do Sul. De uma forma geral, apenas três municípios têm taxa de mortalidade maior que o do Polo como um todo que foi de 4,3 % por mil habitantes.

TABELA 10. Polo Costa das Dunas: Mortalidade geral e Taxa de Mortalidade Geral por Município – 2006.

Municípios	Mortalidade Geral (óbitos)	Taxa de mortalidade (%) por 1000 habitantes
Arez	47	4,1
Baía Formosa	24	2,9
Canguaretama	117	3,9
Ceará-Mirim	255	3,6
Extremoz	84	3,7
Macaíba	278	4,4
Maxaranguape	39	4,1
Natal	3.868	4,9
Nísia Floresta	63	2,8
Parnamirim	543	3,2
Pedra Grande	23	5,2
Rio do Fogo	26	2,5
São Gonçalo do Amarante	298	3,4
São José do Mipibu	131	3,3
São Miguel do Gostoso	29	3,3
Senador Georgino Avelino - RN	11	2,9
Tibau do Sul	21	2,3
Touros	100	3,0
Polo Costa Dunas	5.957	4,3

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações Sobre a Mortalidade - SIM, 2006.

Nota: Taxas de Mortalidade calculadas utilizando a população total estimada para TCU – IBGE, 2006

Convém destacar, finalmente, que a dinâmica socioeconômica do Polo Costa das Dunas, em muito reflete a dinâmica da cidade de Natal e sua Região Metropolitana, caracterizada por uma expressiva heterogeneidade interna, haja vista que os investimentos nem sempre resultam em melhores condições de vida para a sua população, o que também é observado para o país e materialmente expressa em uma acentuada concentração de renda. Para a maioria dos moradores do Polo, o sistema de esgotamento sanitário é o domiciliar, com predominância de fossa, cabendo aos moradores dos domicílios a construção, manutenção, controles e expansão das fossas, com fiscalização institucional deficiente. A coleta de lixo, por exemplo, não ocorre de forma regular em todos os municípios. Ao mesmo tempo, apesar do intenso fluxo de pessoas entre os municípios, a oferta de transporte público é limitada, bem como a oferta de serviços urbanos diversos, e isso em parte explica a centralidade de Natal. Os índices sociais do Estado do Rio Grande do Norte e do Polo, como na maioria dos Estados nordestinos, ainda são preocupantes, particularmente a participação de chefes de família com renda mensal de até um salário mínimo e reduzidos anos de estudo. A apropriação diferenciada da riqueza produzida resulta em índices diferenciados de desenvolvimento humano, também inserção diferenciada dos diferentes segmentos da sociedade.

TABELA 11. Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por Faixa Etária, 2000.

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Arez	1271	1335	1368	1354	993	909	813	741	519	425	308	310	274	246	171	141	145
Baía Formosa	862	850	971	968	697	653	548	532	397	282	277	228	180	141	96	70	69
Canguaretama	3590	3367	3431	2941	2387	2138	1858	1661	1140	881	781	714	602	467	375	312	366
Ceará-Mirim	7389	7277	7470	7094	6112	4748	4282	3665	2790	2239	2230	1846	1495	1132	937	775	943
Extremoz	2374	2239	2242	2126	1884	1643	1567	1279	931	682	686	503	448	330	244	190	204
Macaíba	5942	6192	6288	5828	5312	4550	4218	3573	2558	2083	1931	1611	1355	1035	863	708	836
Maxaranguape	987	1062	978	933	756	575	519	427	335	300	290	215	202	148	114	81	79
Natal	64017	65115	72195	78819	71434	59253	57996	55275	45079	35554	30272	21039	17140	12340	10657	7874	8258
Nísia Floresta	2309	2274	2119	1953	1784	1609	1458	1230	857	697	713	545	465	340	273	202	212
Parnamirim	13370	13081	13267	13054	12104	11655	11657	10251	7427	5246	4163	2761	2201	1473	1202	811	967
Pedra Grande	503	525	559	474	369	284	203	190	150	155	142	111	86	82	74	52	58
Rio do Fogo	1237	1058	1112	1115	925	686	623	454	359	308	309	264	248	174	144	102	99
São Gonçalo do Amarante	8309	7859	7824	7349	6956	6196	5660	4736	3520	2574	2304	1780	1261	947	801	672	687
São José do Mipibu	4175	4100	4031	3862	3142	2740	2491	2118	1600	1297	1267	1076	858	636	540	434	545
São Miguel do Gostoso	995	1053	1091	883	625	500	430	389	277	272	258	217	157	140	111	88	94
Sen. Georgino Avelino	402	398	396	407	315	231	212	173	173	105	126	108	79	39	37	43	58
Tibau do Sul	926	863	830	927	804	641	504	454	396	288	241	223	192	148	117	93	102
Touros	3471	3484	3686	3267	2441	2087	1810	1548	1144	973	965	815	692	469	416	284	327
Polo Costa Dunas	122.129	122.132	129.858	133.354	119.040	101.098	96.849	88.696	69.652	54.361	47.263	34.366	27.935	20.287	17.172	12.932	14.049

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

TABELA 12. Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por Faixa Etária, 2007.

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Arez	1119	1236	1368	1289	1246	1031	896	810	747	571	423	325	334	248	199	154	189
Baía Formosa	796	894	888	846	836	680	678	620	556	413	317	267	202	205	118	71	79
Canguaretama	2974	3292	3499	3290	2822	2362	2028	1870	1672	1169	865	781	669	551	440	325	386
Ceará-Mirim	5798	7026	7197	6865	6467	5656	4638	4258	3700	2777	2203	2204	1818	1460	1027	786	1077
Extremoz	1972	2247	2403	2215	2058	1790	1537	1571	1306	1004	769	698	499	444	301	223	267
Macaíba	5328	6127	6634	6431	5983	5525	4908	4433	3923	2945	2322	1955	1562	1403	992	725	998
Maxaranguape	922	1040	1054	969	869	787	640	518	468	367	282	318	228	184	137	93	85
Natal	22702	26507	28042	27814	29164	26698	23177	21697	20343	15713	12035	8960	5957	4519	2859	2119	2720
Nísia Floresta	2108	2396	2527	2259	2095	1836	1783	1610	1382	1054	815	759	601	500	307	247	266
Parnamirim	12438	14851	15265	15944	16485	16475	14990	14471	12851	9738	6720	5302	3504	2680	1734	1171	1518
Pedra Grande	406	425	500	426	374	334	270	221	162	150	143	142	121	85	54	46	58
Rio do Fogo	1025	1105	1138	976	984	830	741	593	476	332	286	289	239	256	143	104	118
São Gonçalo do Amarante	6353	8004	8195	7667	7405	6884	6207	5599	5010	3632	2826	2381	1778	1355	819	638	901
São José do Mipibu	3441	3847	4076	3834	3528	3013	2611	2450	2194	1686	1296	1205	1055	895	568	433	596
São Miguel do Gostoso	853	1023	1135	1012	925	659	595	500	427	337	270	289	229	186	117	100	140
Sen. Georgino Avelino	417	412	425	361	366	310	276	225	165	176	115	121	106	82	44	26	55
Tibau do Sul	1055	1099	1085	999	1191	1074	879	698	590	490	356	324	239	173	141	106	127
Touros	2850	3367	3551	3191	3052	2357	2038	1799	1543	1119	918	937	796	697	443	349	403
Polo Costa Dunas	72.557	84.898	88.982	86.388	85.850	78.301	68.892	63.943	57.515	43.673	32.961	27.257	19.937	15.923	10.443	7.716	9.983

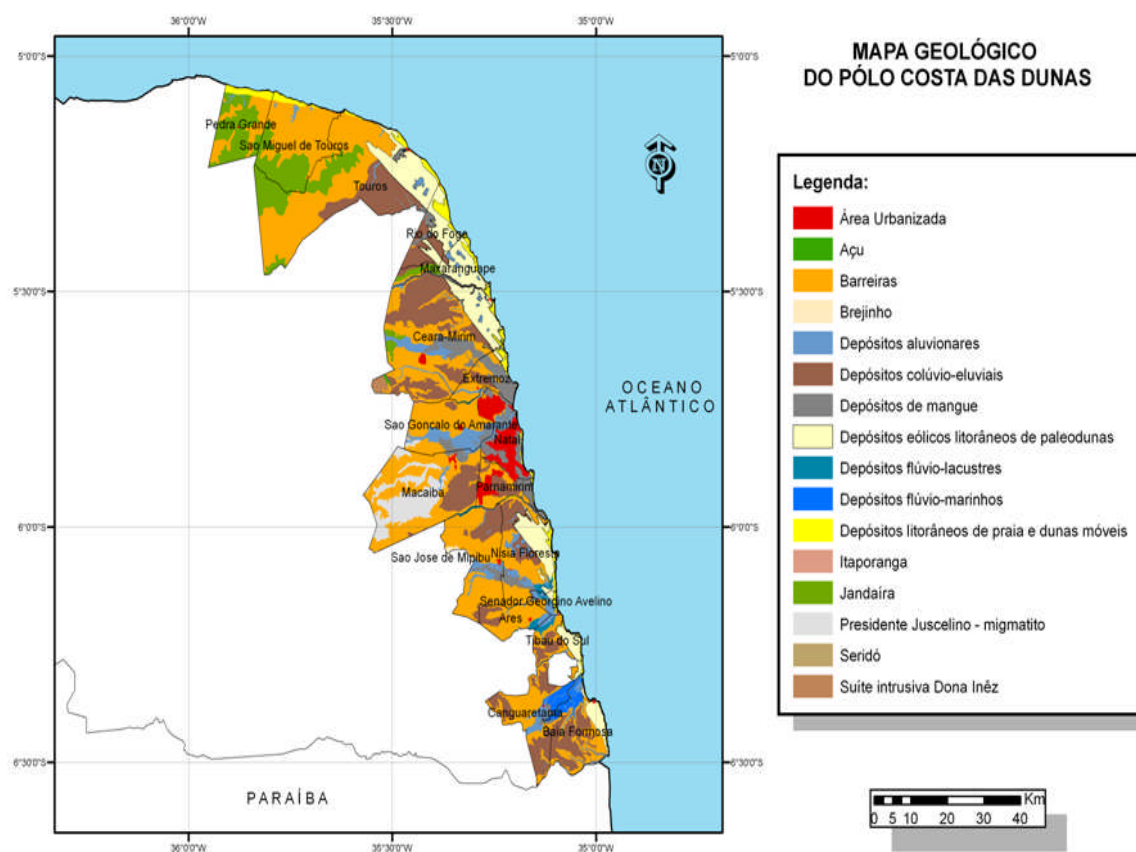
Fonte: Contagem Populacional de 2007, IBGE.

3.2.7. Caracterização Ambiental do Polo Costa das Dunas

O Polo Costa das Dunas está limitado ao Sul pela praia de Sagi, município de Baía Formosa e ao Norte pelo município de Pedra Grande, nas proximidades da Lagoa Cutia, ocupando toda a zona litorânea da mesorregião Leste Potiguar. Apresenta-se com aproximadamente 210 km de extensão distribuídos em praias arenosas e falésias, intercaladas por áreas de vales. O Anexo III traz um glossário de termos ambientais e o Anexo IV imagens dos recursos naturais do Polo Costa das Dunas.

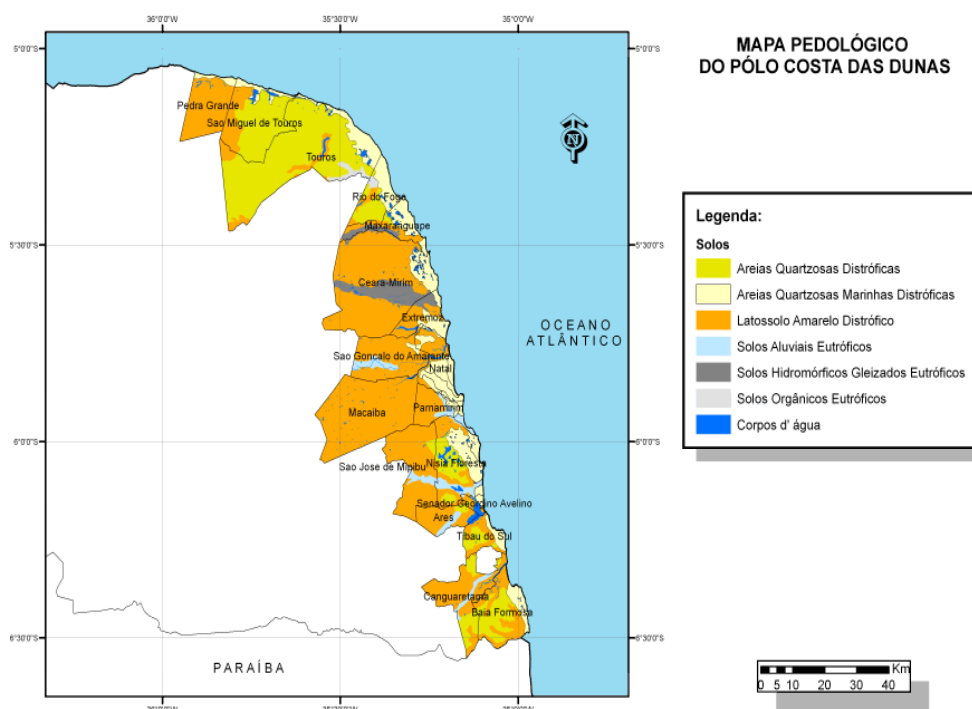
Os municípios do Polo Costa das Dunas encontram-se assentados predominantemente sobre uma estrutura de rochas sedimentares que dão origem a solos geralmente profundos, e a porosidade das rochas permite a formação de grandes aquíferos, rios e lagoas permanentes, conforme visualização na Figura 53.

FIGURA 53. Mapa Geológico do Polo Costa das Dunas



Fonte: Hudson Carvalho, 2009.

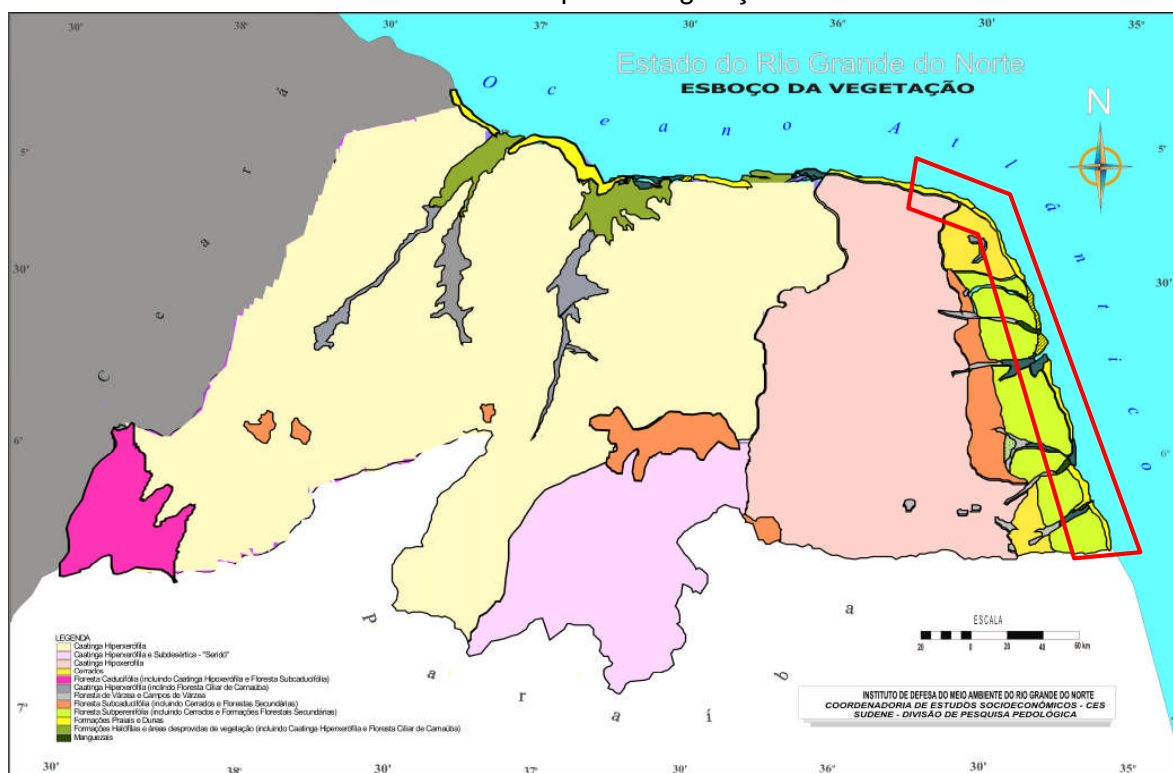
FIGURA 54. Mapa Pedológico do Polo Costa das Dunas



Fonte: Hudson Carvalho, 2009.

Em relação ao relevo que se destaca na paisagem do Polo, são presenciadas as praias, falésias, arenitos de praia, planícies de deflação, dunas, mangues, rios e lagoas, que consagram recursos de relevante beleza, atraindo naturalmente as pessoas a esses locais, sendo, portanto, potenciais atrativos para o turismo. Além disso, no Polo são verificadas formações vegetais associadas aos remanescentes de Mata Atlântica, restinga e manguezal, presentes somente em algumas regiões tropicais do planeta. Perfil do RN (2002).

FIGURA 55. Mapa de Vegetação do RN

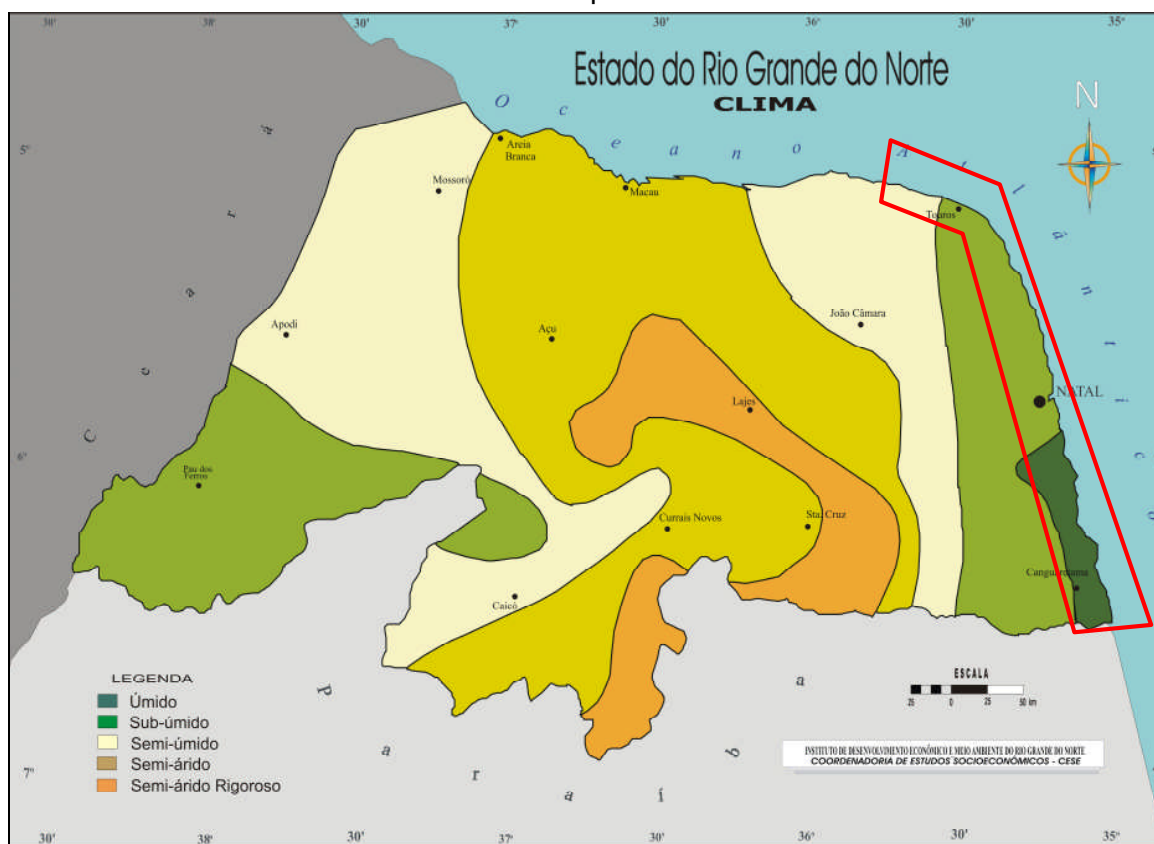


Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

No Rio Grande do Norte alguns desses ecossistemas têm passado por processo de degradação, desde o período colonial, mas ainda são identificadas áreas bastante representativas ao longo do Polo, principalmente, nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Quanto ao clima no Litoral Oriental, predomina o sub-úmido que se torna mais seco à medida que se avança para o interior do continente. Comumente, na região de clima sub-úmido ocorre um excedente de água que vai de 150 a 450 mm durante os meses de março a junho, aproximadamente. A proximidade com o oceano provoca amenidades climáticas em relação à temperatura e elevação da umidade, propiciando inclusive uma maior exuberância da vegetação que se concentra nesta faixa. Quanto ao clima úmido, verifica-se que na estação meteorológica de Natal há um excedente pluviométrico de 1.040 mm, distribuído de fevereiro a julho, enquanto as estações de Canguaretama e São José de Mipibu têm um excedente de água de 400 mm, distribuído de abril a julho. Na porção mais ao Norte do Polo, onde se localizam os municípios de São Miguel do Gostoso e Pedra Grande, podem ser percebidas mudanças nas características climáticas, clima semi-úmido, que associadas a solos diferenciados decorrentes de formação geológica também diferente, resultam em uma cobertura vegetal de transição mais característica de um clima com déficit hídrico. Perfil do RN (2002) e Anuário Estatístico do RN (2007).

FIGURA 56. Mapa Climático do RN

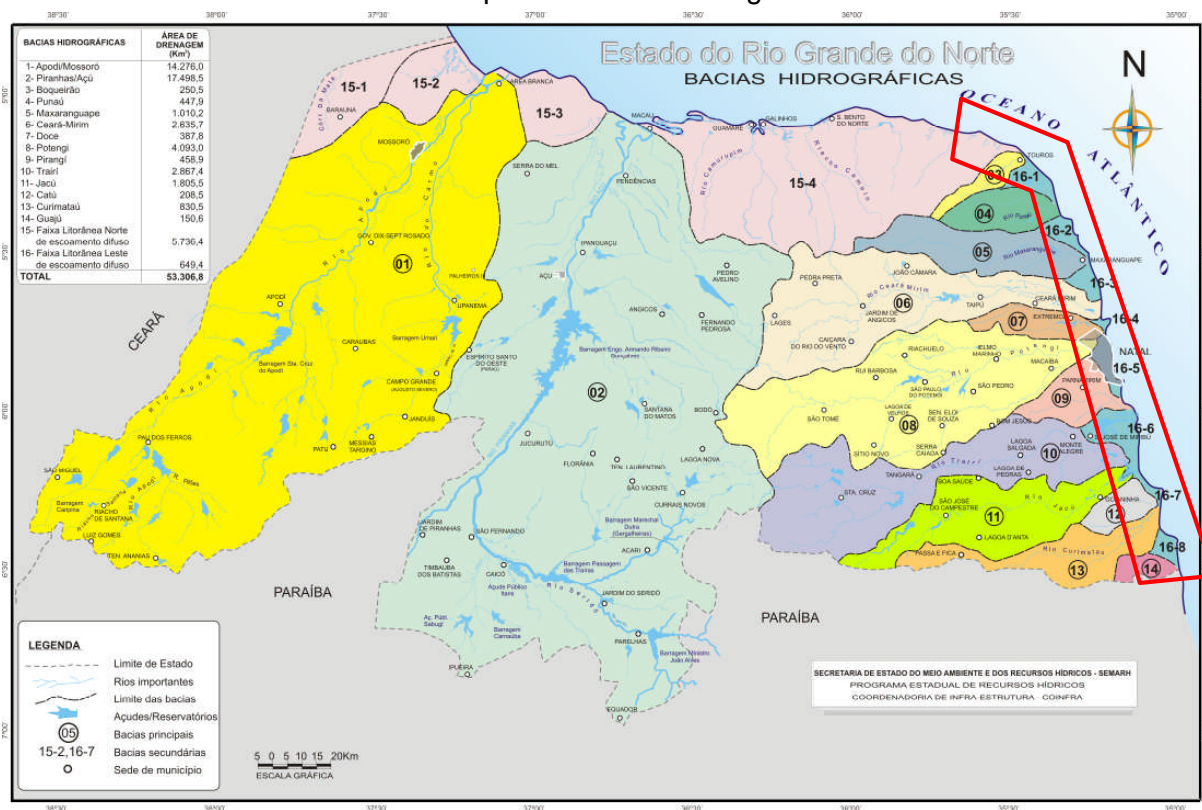


Autores: José Lucardo Alves Felipe e Edilson Alves de Carvalho

Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

Devido à extensão do Polo, os municípios distribuem-se sobre diversas Bacias Hidrográficas, a citar: Guaju, Curimataú, Faixa Litorânea Leste de Escoamento Difuso, Catu, Jacu, Trairi, Pirangi, Potengi, Ceará-Mirim, Doce, Maxaranguape, Punaú e Boqueirão. Perfil do RN (2002) e Anuário Estatístico do RN (2007).

FIGURA 57. Mapa das Bacias Hidrográficas do RN



Fonte: Anuário Estatístico do RN, 2007.

3.2.7.1. Áreas Protegidas

Dentre as áreas efetivamente protegidas destacam-se as Unidades de Conservação já criadas do Polo Costa das Dunas, estas recebem tratamento diferenciado, pois estão protegidos sob a égide de legislação específica, que por sua vez exige estudos técnicos para o zoneamento e plano de manejo, instrumentos que ordenam o uso dessas áreas. A seguir são listadas as unidades de conservação, atualmente, existentes ao longo do Polo Costa das Dunas.

QUADRO 23. Unidades de Conservação da Natureza do Polo Costa das Dunas

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	ÁREA EM HA	MUNICÍPIOS
Área de Proteção Ambiental (APA)		
Recifes de Corais	180.000	Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros
APA Bonfim/Guarairás	42.000	Arez, Goianinha, Nísia Floresta, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino e Tibau do Sul
APA de Jenipabú	1.881	Extremoz e Natal
Piquiri – Uma	12.020	Canguaretama, Espírito Santo e Pedro Velho
Floresta Nacional FLONA de Nísia Floresta	175	Nísia Floresta
Parque Estadual Dunas do Natal "Jornalista Luís Maria Alves"	1.172	Natal
Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata Estrela Senador Antônio Faria	2.365	Baía Formosa
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Parque Estadual Mata da Pipa	291	Tibau do Sul
Reserva Faunística Costeira de Tibau do Sul	535.600	Tibau do Sul

Fonte: IDEMA/NUC, 2009.

Para ampliar o percentual de áreas protegidas, no Estado, o IDEMA instituiu o Programa Estadual de Unidades de Conservação cujo objetivo é identificar e caracterizar áreas, cujos ecossistemas são potenciais para criação de Unidades de Conservação. Dentre as áreas identificadas, algumas estão localizadas no litoral oriental e aprovadas pelo CONEMA, em fase de criação pelo governo estadual, enquanto outras estão com os seus estudos em fase de conclusão para serem criadas, conforme quadro a seguir:

QUADRO 24. Unidades de Conservação em processo de criação no Litoral Oriental

Item	Denominação	Localização	Situação Atual	Área (ha)	Área (Km ²)
06	Parque dos Mangues	Natal	Aprovada pelo CONEMA	782,12	78,21
07	Parque do Jiqui	Natal/Parnamirim	Aprovado pelo CONEMA	396	3,96
08	Monumento Natural Morro do Careca	Natal	Depende de aprovação pelo CONEMA	1.100,27	11,00

Fonte: IDEMA/NUC, 2009.

Praticamente todas as Unidades de Conservação e áreas potenciais do Polo, são exploradas turisticamente, sendo o Parque das Dunas, APA Bonfim/Guaráiras, a Mata da Pipa, a Mata Estrela, a APA de Jenipabú e a APA do Recife de Corais em Maxaranguape as mais conhecidas e que geram receita e empregos, seja direta ou indiretamente. Por serem as Unidades de Conservação áreas delimitadas e conhecidas pela população residente ou do entorno, existe facilidade no processo de fiscalização, mesmo porque as próprias pessoas denunciam qualquer prática inadequada.

3.2.7.2. Instrumentos Reguladores

Além dos instrumentos reguladores disponíveis em nível federal estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81) e nas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, o Polo Costa das Dunas conta com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do litoral oriental, Lei nº. 7.661/1988, que estabelecem diretrizes quanto ao ordenamento territorial, orientando a implantação das atividades socioeconômicas e as condições de ocupação de uso e ocupação do solo, visando principalmente à sustentabilidade da zona costeira. Além do ZEE, a gestão ambiental é orientada pela Lei complementar estadual nº. 272/2004 e alterações posteriores, que trata da Política Estadual de Meio Ambiente e pelas normas municipais, entre elas, os planos diretores e leis complementares.

Para o Polo Costa das Dunas estão previstas, ainda, a criação de três Unidades de Conservação, como instrumentos de gestão e controle de áreas de relevante interesse ambiental localizadas na região, dentre elas destacam-se: Morro do Careca em Natal, Parque Estadual Mangues do Potengi em Natal e o Parque do Jiqui em Parnamirim, sendo a primeira área a de maior relevância para o turismo.

3.2.7.3. Fragilidade e Problemas Ambientais

O Polo Costa das Dunas é uma região em que o processo de ocupação pelo turismo e a urbanização vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos, e dentre os fatores ambientais que atraem as pessoas para a área, destacam-se os atributos naturais e a localização da capital do estado. A área se caracteriza do ponto de vista ambiental pela existência de praias, falésias, dunas, rios, lagoas e áreas com expressiva conservação do meio biótico, a exemplo da vegetação de mata atlântica, restingas e manguezais.

Essas características também refletem que o meio ambiente do Polo, principalmente as áreas mais próximas ao litoral constituem-se em ecossistemas de relativa fragilidade ambiental e, em virtude disso, passaram a ser protegidas por lei. Ainda mais porque a pressão exercida pelos centros urbanos, principalmente aquelas cidades localizadas na Região Metropolitana de Natal, crescem impulsionadas pelo acelerado processo de urbanização, também gerado pelo turismo.

Os recursos naturais do Polo que já se consagram como atrativos e produtos turísticos são tão importantes na região que, para promover o desenvolvimento do turismo sustentável, a implantação de obras relacionadas a essa atividade devem sempre ocorrer posteriormente ao licenciamento ambiental e respeitando à legislação correspondente, para que sejam evitados o uso desordenado dos recursos naturais, a ocupação de áreas protegidas e a redução da qualidade de vida da população do Polo.

A área do Polo, pela fragilidade ambiental que caracteriza os seus atributos naturais (praias, dunas, falésias, mata atlântica, rios e lagoas) acumula problemas ambientais gerados pelo crescente processo de urbanização que vem pressionando a região em razão da concentração populacional na Região Metropolitana de Natal.

Entre os diversos problemas identificados ressalta-se: ocupação irregular em áreas de preservação permanente - APP (dunas, mata atlântica, margens de rios e lagoas); inadequação no manejo de resíduos sólidos; inexistência de saneamento ambiental em diversos municípios; deterioração da qualidade das águas superficiais e sub-superficiais; desordenada supressão de vegetação, sem a devida gestão e recuperação de áreas degradadas; a instalação de pequenos e grandes empreendimentos ocorre, por vezes, em áreas próximas de APPs, interferindo na dinâmica natural dos ecossistemas e unidades geomorfológicas, associados ao desconhecimento e descumprimento das diretrizes e normas da legislação ambiental.

Acrescenta-se ao problema da pressão imobiliária ao longo do litoral, em se tratando da ocupação dos espaços, também, o fato de que esses empreendimentos são marcantes pela grande quantidade de resíduos sólidos gerados, bem como demandam grandes quantidades de água para o seu funcionamento.

É importante citar os impactos que podem ser gerados com a implantação dos condomínios e empreendimentos voltados para segunda residência. Durante alguns poucos meses do ano (na alta estação), a região de praia fica com excesso de população e a infraestrutura em alguns lugares não suporta o aumento de carga, ocorrendo problemas como falta de água, queda na rede elétrica, falta de segurança, congestionamentos no trânsito, déficit na coleta de resíduos sólidos e ociosidade econômica durante o restante do ano. Essa condição também causa interferências no bem-estar da população e sua qualidade de vida.

O processo de urbanização, aliado ao crescimento da atividade turística geram problemas ambientais com intenso fluxo de pessoas em determinadas áreas a exemplo do Cajueiro de Pirangi, no município de Parnamirim, onde atualmente existe um conflito de uso, pois se trata de uma árvore com uma anomalia genética que fez com que o mesmo fosse considerado o maior cajueiro do mundo, acabando por se espalhar por sobre as ruas do seu entorno. Durante a alta estação, feriados e finais de semana, a obstrução das vias causa grandes congestionamentos e desconforto para os transeuntes e moradores locais, além de comprometer o acesso a grande parte dos atrativos turísticos do litoral sul que têm na Rota do Sol, sua principal via.

Ainda nas proximidades do Cajueiro, na Praia de Pirangi do Norte, outro atrativo turístico se refere às piscinas naturais de Pirangi, visitadas pelos turistas para a prática de mergulho. Trata-se, pois, de uma formação de recife de arenito que permite o desenvolvimento de vida marinha e presença de diversos tipos de peixes. Porém a visitação desenfreada e sem nenhum tipo de controle, acarreta em desequilíbrio a esse ecossistema.

No início de 2010, uma reportagem de um jornal local denunciou a realização de festas nos Parrachos de Pirangi, situação que punha em risco a preservação dos corais. Apurados os fatos, o IBAMA proibiu a comercialização dos corais por todas as empresas que a exploravam turisticamente sendo, posteriormente, celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta que determinou algumas regras que devem ser seguidas por todos que visitam e exploram comercialmente os Parrachos que inclui atracar só no local permitido, limitar o número de turistas e visitantes, colocar lixeira nas embarcações, etc. A área não possui Plano de Manejo e é desejo de vários ambientalistas instituir, formalmente, uma APA, à exemplo da existente no Litoral Norte, no local. Pelo TAC, o limite máximo é de 20 embarcações por vez, havendo limite máximo de 550 pessoas por dia. A área destinada aos mergulhos também foi delimitada, segundo o chefe de fiscalização.

Esse crescimento da atividade turística acaba não acompanhado de uma proposta concreta de desenvolvimento sustentável, uma vez que a infraestrutura urbana e outras intervenções de proteção ao meio ambiente não seguem o mesmo ritmo, constituindo-se em uma preocupação para a sociedade, tanto em relação aos processos de desterritorialização verificados pelo poder do capital internacional adquirindo extensas áreas de terras, como pela degradação ambiental.

Pode-se citar também como problemas ambientais a erosão costeira que vem ocorrendo no Polo Costa das Dunas, dificuldades que já se tentou sanar no passado também com investimentos do PRODETUR, mas que nunca chegaram a ser implementados. Por isso, passados alguns anos desde a elaboração do primeiro PDITS, é mister considerar a necessidade de propor soluções para conter a erosão e/ou mitigar seus efeitos, devendo ser realizado um estudo técnico global para identificação dessas áreas e as melhores soluções para cada uma delas.

3.2.7.4. Capacidade Institucional e Gestão Ambiental

O turismo do sol e mar é fato no Polo Costa das Dunas, mas devido ao crescimento das cidades, as praias mais próximas a esses centros estão sujeitas a contaminação pelos efluentes lançados sem nenhum tratamento, seja através das galerias de drenagem que carregam as águas das chuvas precipitadas sobre o solo, levando também resíduos e efluentes relacionados a ligações clandestinas de esgoto para o mar, seja através dos rios que desembocam no mar e levam toda a poluição das cidades que não possuem saneamento básico.

Para a redução desses impactos, o governo estadual instituiu o Programa Água Azul – programa de monitoramento ambiental incluindo a balneabilidade das praias, cuja operacionalização é de responsabilidade de diversos órgãos governamentais com o apoio técnico científico das instituições de ensino e pesquisa do Estado. As instituições que executam o programa são: Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Norte (IDEMA), Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (EMPARN), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), antigo CEFET.

O principal objetivo do programa é realizar o monitoramento sistemático da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Estado e **verificar as condições de balneabilidade das praias**, atendendo as recomendações da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 274/2000.

Outra ação de relevância para a conservação ambiental que vem sendo realizada é o monitoramento da visitação turística nos chamados Parrachos de Maracajaú - Unidade de Conservação instituída pelo Estado. Os Parrachos, que são recifes de corais bastante visitados por turistas, localizam-se nos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros. Atualmente, a visita é controlada por quantidade de embarcação e de pessoas, bem como ocorrem fiscalizações sistemáticas e um trabalho de sensibilização da população e visitantes, quanto à forma de utilização (mergulhos e embarcações), evitando a degradação ambiental da área, por falta de informação.

A gestão ambiental no Estado vem seguindo e respeitando a legislação ambiental brasileira, bem como definindo normas específicas de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Estadual de Meio Ambiente. Entretanto, os municípios do Polo com exceção de Natal, não possuem órgãos municipais de meio ambiente que atuem efetivamente na gestão ambiental, às vezes por deficiência técnica ou de recursos, outras vezes por não atenderem a todos os requisitos exigidos pela Política Nacional de Meio Ambiente, gerando uma desarticulação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e da gestão ambiental.

A gestão ambiental, ainda, vem sendo exercida pelo o IDEMA⁹ - responsável pelo licenciamento ambiental de todas as atividades e empreendimentos, inclusive os turísticos,

⁹ Órgão estadual de meio ambiente.

na maioria dos municípios, do Polo, gerando uma demanda incompatível com a atual estrutura da administração.

Alguns municípios do Polo, a exemplo de Parnamirim, têm buscado a sua autonomia para poder efetuar a gestão ambiental a nível local, o que permite ações mais rápidas quanto à gestão do meio ambiente no município. Atualmente está sendo realizada revisão do seu Plano Diretor que define as regras de uso e ocupação do solo, bem como elaborado o seu Código de Meio Ambiente, lei complementar ao Plano Diretor, o qual permitirá ações de controle mais efetivas sobre o meio ambiente.

Na parte dois deste diagnóstico, no item sobre a Gestão do Turismo, há um quadro que expõe a existência ou não de algumas legislações municipais: Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo. Em relação ao Costa das Dunas, apenas 01 município ainda não possui seu Plano Diretor (Rio do Fogo), e desses, dois estão em fase de elaboração (Baía Formosa e Pedra Grande). No que tange ao Código de Meio Ambiente, 05 municípios não dispõem de tal instrumento (Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso e Touros).



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

PARTE 2. SITUAÇÃO DO TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS

3.3. Oferta Turística do Polo Costa das Dunas

Para o Ministério do Turismo, a **oferta turística** é o conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas.

Ela engloba todos os elementos com valor para o turismo que o Polo em estudo tem a oferecer aos seus visitantes atuais e potenciais. Portanto, é representada pelo conjunto de atrativos turísticos, assim como bens e serviços que motivam ou que apresentam potencial para motivar as pessoas a visitarem especificamente uma localidade, região ou país. No planejamento turístico, a oferta turística é bastante ampla, sendo árduo o trabalho de estudá-la por completo. Por isso, neste estudo, optou-se por dividi-la em dois blocos: **atrativos turísticos e equipamentos e serviços turísticos**.

A coleta de dados aconteceu de duas formas: indireta, por meio de levantamento de estudos e dados na Secretaria do Estado de Turismo – SETUR, Secretarias de Turismo Municipais, Guia Quatro Rodas, dentre outros; e de forma direta, através da visita *in loco* ao Polo Turístico, onde se pode conhecer a oferta de atrativos turísticos, bem como avaliar uma amostra da oferta de equipamentos e serviços oferecidos.

Um dos instrumentos de coleta de dados foi um questionário (Anexo I) encaminhado aos Secretários de Turismo municipais, que deveriam ser preenchidos sobre vários aspectos do município: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos, gestão do turismo, entre outros, que deveriam ser preenchidos e reenviados à Consultoria. Esse instrumento, ao mesmo tempo em que subsidiou informações quantitativas sobre a oferta turística do Polo, também forneceu indícios da fragilidade institucional das Secretarias de Turismo municipais, em função da dificuldade de preenchimento dos questionários.

No tocante às visitas *in loco*, a primeira delas contou com equipe multidisciplinar de turismólogo, arquiteto, engenheiro, sociólogo e geógrafo, em fevereiro de 2009. Já a segunda visita *in loco* ocorreu em junho do mesmo ano, com o objetivo de avaliar mais especificamente os equipamentos e serviços turísticos. Nas duas visitas a consultoria produziu um relatório fotográfico que consta do Anexo IV.

Além disso, o entendimento de que o turismo deve ser discutido e planejado por aqueles que habitam e conhecem a realidade local levou a equipe de consultoria a realizar oficinas para discussão de temas com diversos atores locais: uma com o Conselho Regional de Turismo do Polo (08/05/09) e outra com guias de turismo locais (07/05/2009), nas quais foi discutida a realidade do turismo no tocante aos aspectos de produto turístico, comercialização, gestão do turismo, gestão ambiental e infraestrutura.

O levantamento consistiu na observação dos atrativos de toda a área de estudo e, a partir da identificação desses elementos, foi descrito respeitando a classificação padronizada definida no plano de trabalho. A classificação dos recursos e atrativos turísticos teve como base conceitual a Metodologia de Inventário da Oferta Turística da EMBRATUR, complementada pelos critérios de classificação do referencial teórico utilizado no planejamento turístico.

3.3.1. Atrativos Turísticos

O primeiro item a ser abordado no estudo da oferta turística do Polo Costa das Dunas são os atrativos turísticos, ou seja, aqueles elementos naturais e culturais que, por suas características, motivam as viagens das pessoas. Nesse estudo, foram subdivididos em cinco categorias: naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e eventos programados, cujos conceitos seguem abaixo: (Débora Cordeiro)

a) Naturais: Compreendem os elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna). Por essa razão, requerem controle sobre seu uso e capacidade de recepção;

b) Histórico-culturais: elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura, representados por suas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços para destinos diversos; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

c) Manifestações e usos tradicionais e populares: são criações culturais de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo turismo, passam a ser chamadas “atrativos”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos, saberes e fazeres e seus produtos, música, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social;

d) Realizações técnicas e científicas contemporâneas: são os elementos da natureza ou da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. Esta categoria engloba exploração de minério, exploração agrícola pastoril, exploração industrial, obras de arte, centros científicos e técnicos, etc.;

e) Acontecimentos programados: Eventos realizados na localidade e que fazem parte do calendário da cidade há pelo menos três edições. Congressos, convenções, feiras e exposições e realizações desportivas, artísticas, culturais, gastronômicas, sociais e assistenciais, etc. Para que esses atrativos possam ser utilizados pelo turista é necessária a existência de equipamentos e a prestação de alguns serviços. Somente, assim, acontece a atividade turística.

3.3.1.1. Atrativos Turísticos Naturais

Os atrativos turísticos do Polo Costa das Dunas foram totalizados em 451 elementos, divididos em cinco grupos: naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados, sendo o grupo de maior destaque o dos atrativos naturais, com 36% do total.

TABELA 13. Atrativos Turísticos do Polo Costa das Dunas

Categoria	Atrativos Turísticos	Participação (%)
Naturais	161	36,0
Histórico-culturais	128	29,0
Manifestações e usos populares	114	25,0
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	06	1,0
Acontecimentos Programados	42	9,0
Total	451	100,0

Fonte: Prefeituras Municipais, Guia 4 Rodas, SETUR/RN
 Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Os dados confirmam a predominância dos atrativos naturais na oferta turística do Polo Costa das Dunas, abarcando 36% do universo. O Polo Costa das Dunas possui apenas 04 municípios dos 18 que não são banhados pelo mar. São eles: Arez, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu.

Logo após, com 29%, estão os atrativos e recursos histórico-culturais que também exercem função importante na oferta turística encontrada no Polo Costa das Dunas. As manifestações e usos populares aparecem com 25%, os acontecimentos programados representam 9% da oferta e, finalmente, com 1% aparecem as realizações técnicas e científicas contemporâneas.

Vale ressaltar, contudo, que nem todos esses elementos são aproveitados turisticamente. Isto porque, apesar da beleza ou potencial de atrair pessoas, eles ainda não foram apropriados turisticamente, não estão sendo visitados ou não possuem grande destaque regional. Nesse contexto, os atrativos naturais, especialmente aqueles que se integram ao litoral, são os de maior destaque no Polo Costa das Dunas.

No Polo Costa das Dunas grande parte da dinâmica turística está assentada nos atrativos naturais, representados por praias, dunas, lagoas, mangues, falésias, mata atlântica, dentre outros elementos paisagísticos naturais, distribuídos pelos municípios que o compõem. Essa imagem natural sagrou-se como a imagem do destino turístico Natal que, nesse aspecto, representa também a do Rio Grande do Norte, nacional e internacionalmente, sendo os turismos de lazer e de sol e praia os principais nichos mercadológicos do Estado.

Ademais, as condições climáticas impulsionam e favorecem o aproveitamento dos atrativos naturais para a atividade turística, já que se tem um grande número de dias de sol ao ano e praias com águas mornas e calmas. Por isso, Natal, sua capital é conhecida como “Cidade de Sol”, sendo este *slogan* bastante associado a campanhas publicitárias e promocionais do Estado.

Dos 18 municípios que integram o Polo Costa das Dunas, 14 deles são litorâneos, denotando já o grande potencial para o **turismo de sol e praia**, atualmente a tipologia de turismo mais aproveitada no Polo. Por esse fato, as **praias** são os elementos mais comuns na oferta turística de atrativos no Polo.

TABELA 14. Praias por Município no Polo Costa das Dunas

Município	Praias
Pedra Grande	Enxú Queimado, Currais, Barra, do Marco
São Miguel do Gostoso	Ponta do Santo Cristo, Cardeiro, Xepa, dos Martins, Tourinhos, Maceió, São Miguel do Gostoso
Touros	São José de Touros, Cajueiro, Calcanhar, Carnaubinha, Centro de Touros, Garças, Monte Alegre do Sul, Perobas
Rio do Fogo	Barra do Punaú, Pititinga, Zumbi, Rio do Fogo
Maxaranguape	Ponta de Santa Cruz, Maracajaú, dos Anéis, Piracabu, Caraúbas, Gameleiras, Barra de Maxaranguape
Ceará-Mirim	Jacumã, Muriú, Porto Mirim, Prainha
Extremoz	Redinha Nova, Santa Rita, Jenipabú, Barra do Rio, Graçandu, Pitanguí
Natal	Ponta Negra, Areia Preta, do Meio, dos Artistas, Miami, do Forte, Barreira D'água
Parnamirim	Barreira do Inferno, Cotovelo, Flamengo, Pirangi do Norte
Nísia Floresta	Barra de Tabatinga, Barreta, Búzios, Camurupim, Pirambúzios, Pirangi do Sul

CONT. TABELA 14. Praias por Município no Polo Costa das Dunas

Município	Praias
Senador Georgino Avelino	Malembá
Tibau do Sul	Do Amor, Cacimbinhas, Cancelas, Canto, Minas, Pipa, Ponta do Madeiro, Tibau do Sul, Sibaúma
Canguaretama	Barra de Cunhaú
Baía Formosa	Baía Formosa, Bacopari, Cotia, Cacimba, Guajú, Porto, Sagi, Santa Cruz das Areias
Total	86

Fonte: Praias Potiguares, 2005.

A Tabela acima apresenta a totalidade das praias por municípios no Polo Costa das Dunas, de acordo com o estudo feito no livro Praias Potiguares (2005) que, somadas, totalizam 86 praias, com extensão aproximada de 230 km. Destas, as de maior destaque em razão do fluxo de turistas são as localizadas nos municípios de Natal, Extremoz e Tibau do Sul.

Em Natal, a praia com maiores fluxos de turistas é a praia de Ponta Negra. Esta recebeu recursos do PRODETUR II para reurbanização, dotando-a de uma melhor estrutura, com calçadão, drenagem, saneamento, etc. Tal estrutura impulsionou a valorização da área e atraiu grande número de empresários do setor turístico. Hoje a praia, bem como o bairro de Ponta Negra e suas imediações formam uma das áreas reconhecidamente turísticas de Natal, pois apresenta grande concentração de turistas/visitantes, equipamentos e serviços turísticos. Sua orla conta com vários bares, restaurantes, lojas de souvenirs, além de ambulantes que lucram com o comércio informal de petiscos, artesanato, bebidas, etc.

O calçadão, idealizado como local de passeio público é freqüentemente bloqueado pela presença de ambulantes e ou artistas que ali se fixam diariamente, o que dificulta a passagem do pedestre, em especial no trecho que vai do Morro do Careca até o final da Av. Erivan França.

No caso das outras praias urbanas de Natal como Areia Preta, dos Artistas e do Forte, também passaram por melhorias infraestruturais como as de Ponta Negra. Contudo, apesar de sua importância para o turismo da capital, não possuem a mesma atratividade da praia de Ponta Negra. Há de se destacar que, ao lado da praia, Ponta Negra ainda conta com um dos principais cartões postais do Rio Grande do Norte: o Morro do Careca.

A orla marítima de Natal que, no passado, também era espaço de lazer noturno, hoje é evitada pela comunidade, em função da presença de garotas de programas em busca de turistas estrangeiros. Essa é uma realidade das zonas turísticas litorâneas de várias capitais nordestinas, e que vêm continuamente sendo reprimidas pelo poder público e sociedade civil, sem, contudo, haver uma melhoria efetiva em tal situação. A associação de uma destinação turística às práticas sexuais é um estigma que pode afugentar turistas (principalmente, famílias), e levar vários anos para ser esquecida, causando prejuízos à imagem da localidade.

É importante chamar a atenção para o fato de que as áreas litorâneas em todo o mundo são alvo de atração de turistas, e a tendência é o aumento dessa procura, principalmente diante do atual contexto brasileiro: a iminência da Copa do Mundo de 2014 e a seleção de Natal como uma das sedes. Nessa perspectiva, em que Natal precisa ampliar a rede hoteleira e de serviços para dar conta desse grande evento esportivo, a questão da ocupação do espaço nas áreas litorâneas volta à mesa de discussões. De um lado, aqueles que defendem que não se pode desperdiçar essa oportunidade, aproveitando-se o momento para a entrada de novos investimentos e a possibilidade de modernização, renovação e reatualização dos equipamentos turísticos pela chegada de novos hotéis. Essa nova realidade irá estimular uma competição saudável por padrões de qualidade mais modernos,

irradiar dinamismo para outros setores da economia, especialmente, na requalificação das áreas urbanas do entorno, ou seja, poderá propiciar para o turismo um novo ciclo virtuoso. Por outro, o temor daqueles em relação aos problemas ambientais que possam advir da ocupação dessas áreas de praia com a massificação do uso dos recursos naturais resultante do excesso da concentração de pessoas que concorre para a rápida descaracterização de espaços de baixo suporte de carga, descritos e mapeados como áreas de fragilidade ambiental.

Isso mostra a necessidade de se estabelecer um plano de ocupação da orla de Natal, com definições claras para a sua regulação e ocupação do solo. Com incentivos para regenerar áreas degradadas e abandonadas e para o uso adequado de políticas para uma ocupação sustentável e articulada de áreas com potencial turístico e com fragilidade ambiental.

Tibau do Sul é o segundo destino turístico do Rio Grande do Norte, destacando-se no município a praia da Pipa. Esta era uma pequena vila de pescadores que a chegada de turistas transformou numa aldeia cosmopolita, com grande oferta de equipamentos de alimentação, hospedagem, opções de lazer noturno para todos os gostos e bolsos. Aliando-se infraestrutura às belezas naturais de suas praias, falésias e mata atlântica, Tibau do Sul/Pipa é, sem dúvida, um dos mais conhecidos balneários potiguares, nacional e internacionalmente conhecidos. Hoje, é possível dizer que Pipa é um destino turístico consolidado, com um fluxo de visitantes próprio, não dependendo, como a maioria dos municípios do Polo Costa das Dunas, dos visitantes que chegam a Natal, sendo dependente apenas em relação à infraestrutura de transporte (aeroporto) e outros serviços, como hospitais, agências bancárias, etc.

Já Extremoz abriga outro grande destaque do turismo potiguar que foi, por muitos anos, o seu principal cartão postal: as dunas de Jenipabú. Suas dunas são possivelmente as mais conhecidas do Rio Grande do Norte, palco não só dos passeios de buggy, mas também cenário de filmes e novelas. Além dos passeios de buggy, a paisagem de Jenipabú conta ainda com o inusitado passeio de dromedários, como forma de recriar nas dunas litorâneas a paisagem do deserto.

O litoral do Costa das Dunas encontra-se bem adensado, cujas localidades possuem uma infraestrutura de equipamentos de hospedagem e alimentação razoável para atender aos turistas, especialmente considerando-se que, na maior parte das vezes, os turistas se hospedam em Natal e fazem passeios de 01 dia para conhecer outras localidades vizinhas. Contudo, as praias possuem uma infraestrutura receptiva precária para seus visitantes, não possuindo duchas, lixeiras, banheiros públicos, postos de salva-vidas, estacionamento, etc., sofrendo ainda com problemas como falta de saneamento básico, coleta irregular de lixo, especialmente as mais afastadas de Natal. Dessa forma, torna-se fundamental realizar uma requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal e Extremoz, que se destacam como os principais espaços turísticos do destino Natal. Além dos problemas já mencionados, nessas áreas estão ocorrendo também ocupações desordenadas que acabam por descaracterizar essas regiões levando-as à desvalorização e causando desconforto aos turistas.

Algumas das praias são refúgios dos natalenses, visto a grande concentração de segundas-residências, como as praias de Pirangi e Cotovelo, em Parnamirim; Búzios e Tabatinga, em Nísia Floresta; Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz.

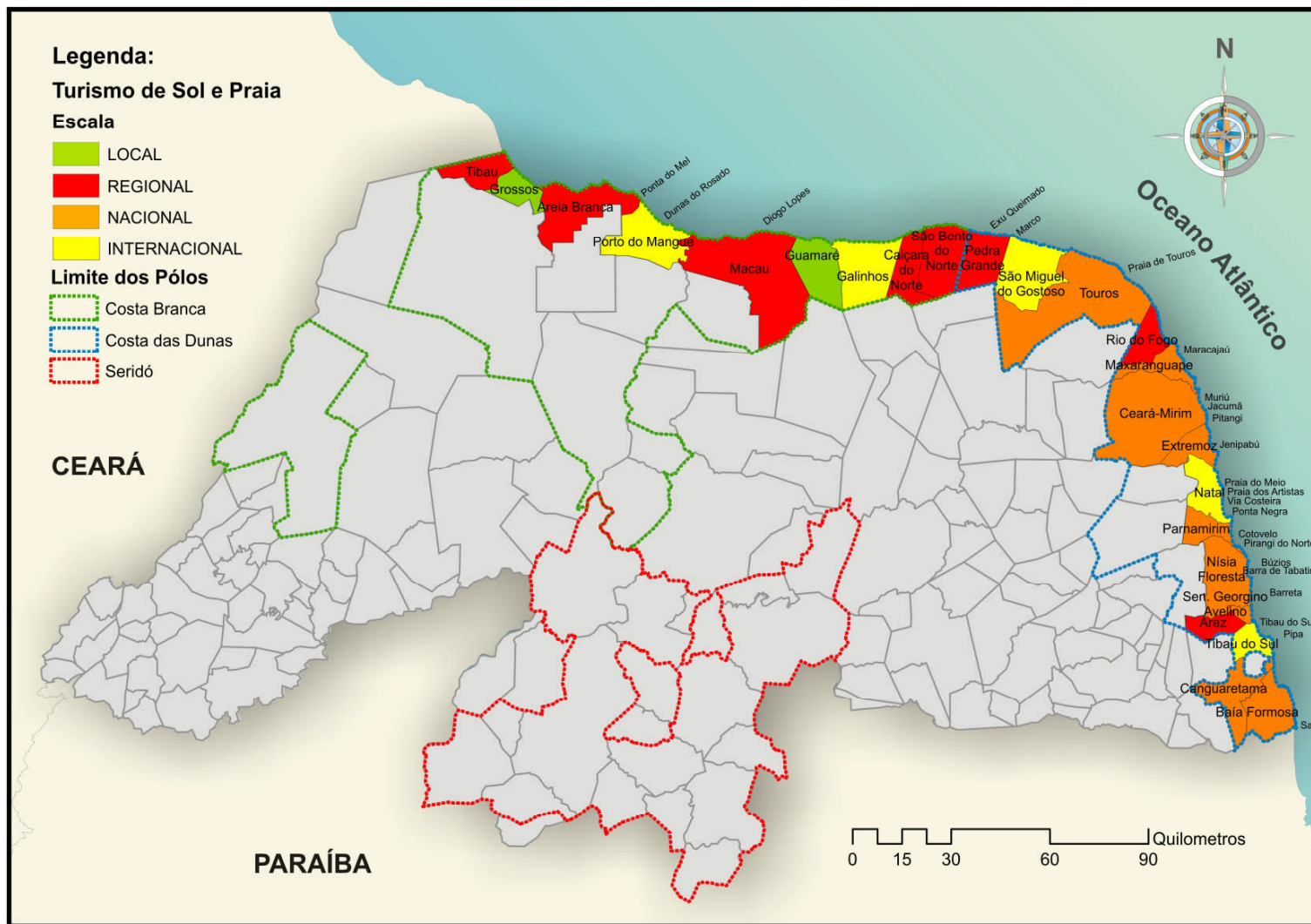
Um aspecto que merece atenção especial e que os estudos apontaram sérias deficiências, diz respeito à mobilidade dos turistas para se deslocarem para destinos do litoral norte, tendo na Ponte Newton Navarro o seu meio de ligação. Após transpor a Ponte, no sentido Natal-Jenipabú, os usuários se deparam com diversos problemas: congestionamento ocasionado pelo semáforo instalado logo após a saída da ponte; acessos precários, principalmente, na interligação da Av. Conselheiro Tristão com a praia da Redinha Nova e

da Rua Vereador Ricardo Afonso com a praia de Jenipabú, ausência de estacionamentos, entre outros.

De maneira geral, os principais atrativos turísticos que se localizam nas proximidades da capital – Natal – apresentam vias de acesso bastante precárias, o que acaba por dificultar e, muitas vezes, chega a impedir o acesso satisfatório do turista às praias e lagoas; como por exemplo, a Praia de Sagi (Baia Formosa), Lagoa de Arituba (Nísia Floresta) localidades que têm acesso pela BR 101, e pela RN 313, vias que recebem grande fluxo de circulação de turistas e que necessitam de uma intervenção urgente.

A Figura 58 apresenta o Polo Costa das Dunas com algumas de suas principais praias.

FIGURA 58. Principais Praias do Polo Costa das Dunas



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 59. Natal: Vista do Morro do Careca.



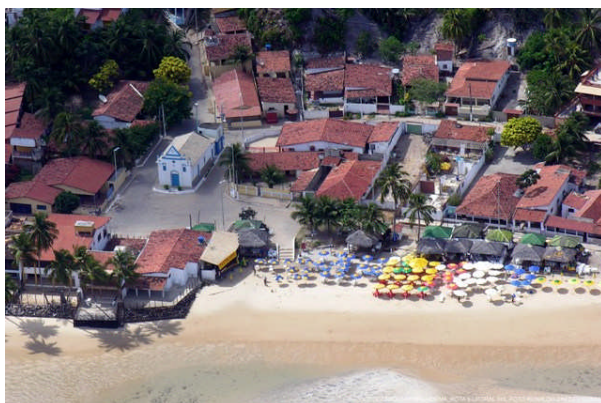
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 60. Trecho da Orla Urbanizada de Ponta Negra.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 61. Praia da Pipa vista de cima



Fonte: IDEMA, 2006.

FIGURA 62. Trecho da Av. Baía dos Golfinhos (Pipa)



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 63. Praia de Jenipabú



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 64. Praia de Jenipabú



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Comumente, refere-se aos municípios litorâneos do Polo Costa das Dunas como Litoral Norte e Litoral Sul, a depender de sua posição geográfica em relação à Natal. As praias no

litoral ao sul e norte de Natal são, em geral, de boa qualidade ambiental. Dependendo das características fisiográficas de cada uma (abertas ou fechadas em enseadas), há aquelas mais apropriadas para banho e outras cuja força dos ventos as tornam ideais para a prática de esportes radicais como o *kitesurf*, *windsurf*, surf, etc.

Vale dizer que o turismo praticado nos litorais, em sua maioria, é de passagem. A maior parte dos turistas se hospeda em Natal e faz passeios de buggy ou em excursões de agências para conhecer os atrativos que estão associados a Natal, como Cajueiro de Pirangi, dunas de Jenipabú, lagoas de Nísia Floresta, lagoas de Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Parrachos de Maracajaú, entre outros.

O **Litoral Sul** é composto pelos municípios de **Parnamirim, Nísia Floresta, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Canguaretama e Baía Formosa**. São municípios cuja linha litorânea encontra-se bastante adensada, com presença de segundas-residências, em especial, em Parnamirim e Nísia Floresta.

A ocupação do litoral favoreceu ao aparecimento de diversos empreendimentos turísticos nos principais núcleos de praias. Conforme já afirmado, destas, a praia de Pipa, em Tibau do Sul, é aquela com melhor infraestrutura específica para o turismo, ficando atrás apenas de Natal. Entretanto, a infraestrutura instalada ainda não é suficiente para atender à demanda. Além disso, tem ocorrido a ocupação desordenada de alguns trechos da orla, o que causa desconforto aos turistas e descaracterização da área. Observa-se também que o acesso dos banhistas à praia é ainda precário, principalmente no tocante à acessibilidade dos portadores de mobilidade reduzida. Não há nenhum equipamento urbanístico (ponte, passarela etc.) que facilite o acesso dos turistas à praia atualmente.

O passeio pelo Litoral Sul reserva aos turistas outros atrativos naturais que não só praias. O **Cajueiro de Pirangi** é um dos pontos de maior atratividade em Parnamirim. Ocupa uma área de 10.000,00 m², sendo considerado o maior do mundo pelo *Guinness Book*, e continua a crescer. Hoje, encontra-se estrangulado pelas vias, residências e comércio que o cercam, gerando transtornos ao trânsito, em especial, já que seus galhos se espalham por uma das vias de maior circulação de veículos para todo o litoral sul. Nos períodos de veraneio e de grande fluxo, o congestionamento e trânsito lento e/ou totalmente estagnado de veículos são muito comuns. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Parnamirim, 220.958 pessoas visitaram o Cajueiro de Pirangi no ano de 2007, número que saltou para 235.705 visitantes em 2008.

Para a visitação, foi construído um mirante de madeira que permite ao visitante ter uma visão de toda a extensão do Cajueiro. De lá o turista pode contemplar a grandiosidade da árvore e tirar fotos. Mesmo com esse atrativo as condições de receptividade ao turista ainda é muito insatisfatória, sendo importante incrementar uma estrutura receptiva mais adequada para o Cajueiro de Pirangi, como dotá-la de acesso a portadores de necessidades especiais, além de uma estrutura que permita aos visitantes apreciá-lo de cima, como numa espécie de passarela suspensa, tudo, é claro, de acordo com as normas urbanísticas e ambientais vigentes.

O **Marina Badauê** é outro atrativo muito procurado na praia de Pirangi, empresa que oferece passeio de barco pelo litoral sul e percorre várias praias, com parada para mergulho e banho nas piscinas naturais formadas nos arrecifes de corais. A área de corais enfrentou alguns problemas recentes em função da exploração desenfreada, tendo sido firmado um Termo de Ajustamento de Conduta para controlar a visitação e preservar a vida nos arrecifes, até que se institua um Plano de Manejo para a área, ainda inexistente.

FIGURA 65. Cajueiro de Pirangi



Fonte: Natalonline.com

FIGURA 66. Passeio de barco até as piscinas naturais (Pirangi)



Fonte: Natalonline.com

FIGURA 67. Praia de Sagi (Baía Formosa)



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 68. Praia de Baía Formosa



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O Litoral Norte contempla os municípios de **Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso e Pedra Grande**.

A linha litorânea norte dos municípios encontra-se também ocupada por casas de veraneio, embora com menor densidade do que o litoral sul e com menor quantidade de equipamentos turísticos, em especial nos municípios mais próximos à Natal, como Extremoz, Ceará-Mirim e Maxaranguape.

Um dos municípios que vem ganhando bastante atenção nos últimos anos é **São Miguel do Gostoso**. Conhecido por suas belas e ainda semi-desertas praias, essa localidade é chamada por muitos como a futura “Nova Pipa” em virtude da variedade de equipamentos e serviços turísticos existentes por lá. Contudo, ainda não possui um fluxo de visitantes tão freqüente e numeroso como o de Pipa.

Outro destaque natural nesse litoral fica por conta dos **Parrachos de Maracajaú**, no município de Maxaranguape, local ideal para a prática de mergulho com cilindro, havendo várias empresas que vendem passeios, alugam barcos e equipamentos. A **Árvore do Amor** é outra atração do município de Maxaranguape, assim denominada por ser, na verdade, composta pelo entrelaçamento de duas gameleiras entrelaçadas.

FIGURA 69. Praia de Touros



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 70. Praia de São Miguel do Gostoso



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O litoral do Polo Costa das Dunas também é ornamentado por **falésias**. As mais conhecidas são as de Tabatinga, em Nísia Floresta, nas quais se localiza o **Mirante dos Golfinhos**, outro ponto de parada no litoral sul para apreciar a paisagem e esperar a visita de golfinhos que, frequentemente, visitam o local. Da mesma forma, destacam-se as falésias do município de Tibau do Sul nas praias do Madeiro, do Amor e Cacimbinhas.

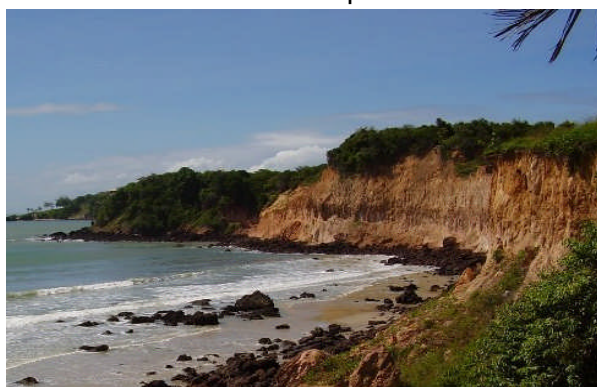
Esses importantes recursos naturais, contudo, vem sofrendo com a ocupação irregular e com os efeitos da erosão. Em alguns locais, como Nísia Floresta e Tibau do Sul, as vias de acesso margeiam a falésia ou mesmo passam sobre ela, contribuindo, assim, para a degradação desse recurso natural.

FIGURA 71. Falésias em Nísia Floresta



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 72. Falésia na praia de Cotovelo



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 73. Falésias em Tibau do Sul



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O conjunto de **lagoas** da área turística também possui uma atratividade singular, embora complementar às praias, servindo à prática de esportes e diversões aquáticas, ou ao simples banho. Um dos problemas da utilização das lagoas como produto turístico é a ocupação irregular de suas margens, que descaracteriza a paisagem, o manejo dos resíduos sólidos e o fato de que algumas serem fontes de abastecimento de água para comunidades vizinhas.

QUADRO 25. Principais lagoas e lagunas do Polo Costa das Dunas

Litoral	Município	Lagoa/Laguna
Litoral Sul	Baía Formosa	Lagoa da Araraquara
	Nísia Floresta	Lagoa de Arituba
		Lagoa do Carcará
		Lagoa de Boágua
		Lagoa do Bonfim
	Arez	Laguna de Guaraíras
	Senador Georgino Avelino	Laguna de Guaraíras
Tibau do Sul	Laguna de Guaraíras	
Litoral Norte	Ceará-Mirim	Lagoa de Jacumã
	Extremoz	Lagoa de Extremoz
		Lagoa de Jenipabú
		Lagoa de Pitangui
	Touros	Lagoa do Coelho
Lagoa Boqueirão		

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A **Lagoa de Araraquara**, em Baía Formosa, é mais comumente conhecida por Lagoa de Coca-Cola, em função de suas águas escuras, decorrentes de pigmentos das raízes das árvores e da composição mineral do solo rico em iodo e ferro. Os nativos acreditam que o banho em suas águas tem poderes medicinais e rejuvenescedores. Está localizada no interior da Reserva Particular de Patrimônio Natural conhecida por **Mata Estrela** que, diga-

se de passagem, conta com aproximadamente mais 19 lagoas em seu interior. O acesso à lagoa é controlado, já que está inserida em uma Unidade de Conservação de propriedade privada.

A **Lagoa de Arituba** é uma das mais conhecidas de Nísia Floresta, município que conta com mais de 80 lagoas. Ela possui infraestrutura de bares e restaurantes rústicos e equipamentos de lazer como pedalinhos, caiaques, tirolesa, além de estacionamento, tudo explorado por empreendedores locais. Outras lagoas são também aproveitadas turisticamente, sem fluxos tão abundantes quanto Arituba, como a do Carcará e Bonfim.

Já a **Laguna de Guaraíras** ou Lagoa de Guaraíras, como é popularmente conhecida, margeia os municípios de Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino e Arez, destacando-se pela beleza cênica formada pelo encontro da lagoa com o mar, dunas e falésias. Além de servir de rota para a praia de Malembá, no município de Senador Georgino Avelino, e destinos mais distantes, como Natal (pela beira mar), a lagoa é base de uma das mais importantes atividades econômicas: a carcinicultura (criação de camarões). A Lagoa de Guaraíras também abriga a Ilha do Flamengo que se localiza ao lado leste da Laguna, no município de Arez, que apesar de ser considerada um atrativo natural, apresenta grande importância histórica, pois lá há uma fortificação datada de 1652, na qual foram travadas quatro batalhas entre os portugueses e holandeses.

Para o município de Arez o aproveitamento turístico desse recurso natural tem uma grande importância para a dinamização de sua economia. Para viabilizar a atividade turística no município, integrando-a aos diversos atrativos da região se faz necessária a construção de um terminal turístico, como atrativo e como ponto de apoio de passeios de barco do destino Pipa.

FIGURA 74. Lagoa de Araraquara



Fonte: Prefeitura de Baía Formosa, 2005.

FIGURA 75. Lagoa de Arituba



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 76. Lagoa do Bonfim



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 77. Lagoa de Guarairás



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2007.

No Litoral Norte, as lagoas mais conhecidas e freqüentadas por turistas são as de Pitanguí e Jacumã, em Ceará-Mirim, e as de Extremoz e Jenipabú, no município de Extremoz. Contam com infraestrutura de bares e restaurantes rústicos e também outras opções de lazer: tirolesa, pedalinhos, caiaques, havendo ainda em Touros a Lagoa do Coelho e a Lagoa do Boqueirão que merecem ser destacadas.

A **Lagoa de Pitanguí**, no município de Extremoz, é a que tem melhor infraestrutura entre as lagoas do Polo Costa das Dunas, com uma espécie de complexo turístico instalado às suas margens. Ao contrário das demais, é explorada por apenas um empresário do setor, o que facilita a padronização dos serviços e equipamentos à disposição dos turistas. Entretanto, vê-se que o problema quanto à ocupação das margens também está presente neste que, inclusive, contém barracas e cadeiras dentro da água.

A **Lagoa de Jenipabú** localiza-se na APA de Jenipabú, instituída em 1995, e, por isso, há uma série de restrições quanto à sua utilização. Por exemplo, não é permitido o banho em suas águas.

Outra lagoa bastante conhecida é a **Lagoa de Jacumã**, em Ceará-Mirim, famosa pelo aerobunda, passeio no qual os visitantes deslizam por um cabo de aço colocado no alto da duna para dentro da lagoa. É uma das lagoas inseridas em roteiros de buggy pelo litoral norte.

FIGURA 78. Lagoa de Pitanguí



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 79. Lagoa de Pitanguí



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Além das diversas lagoas, o Polo Costa das Dunas também é banhado por vários rios. O rio mais importante do Rio Grande do Norte, o **Potengi**, tem sua nascente em Cerro Corá, município integrante do Polo Seridó, e desemboca em Natal, percorrendo cerca de 176 km. Em termos turísticos, não é plenamente aproveitado. Há alguns anos empresários privados vem organizando passeios de barco pelo rio, apreciando a paisagem e o por do sol.

Como forma de dinamizar esse recurso natural e atrair um público com melhor poder aquisitivo, existe um projeto para construção de uma marina, que estaria localizada no Rio Potengi, próxima à Fortaleza dos Reis Magos. Com um investimento da ordem de 100 milhões de reais, a Marina teria uma área de 50 hectares, sendo 25 hectares de área molhada para comportar 400 barcos de médio e grande porte e 25 hectares de área seca. É prevista uma estrutura que conta com alojamentos para marinheiros, museu náutico, oficinas para embarcações, dois restaurantes, espaço para eventos, parque verde e shopping com produtos náuticos.

O projeto idealizado foi orçado em R\$ 100 milhões e seria executado por um consórcio espanhol e um banco internacional. O projeto de lei de regulamentação da ZPA 7, onde a marina foi projetada para ser implantada já recebeu aprovação do CONPLAM, IPHAN, SEMURB, Procuradoria Geral do Município, Marinha, Exército e Aeronáutica. Além da Marina, o projeto prevê a construção de heliporto para helicóptero e ultraleves, além de uma escola náutica para crianças e jovens de 06 aos 12 anos.

Não é só Natal (no encontro do Rio Potengi com o mar e na Pedra do Rosário) que possui potencial para a exploração do Turismo Náutico, outros destinos também apresentam condições favoráveis para esse tipo de atividade: Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajaú) podem servir de suporte à atracação de embarcações, ao mesmo tempo em que podem incentivar a prática da pesca esportiva e a exploração de esportes náuticos.

Como se trata de um desejo e uma necessidade de ampliar as alternativas do turismo de sol e praia em Natal e nos demais municípios do Polo Costa das Dunas com o turismo náutico, através da criação de ancoradouros, é interessante, desenvolver essa nova atividade de forma ordenada e planejada. Para isso é indispensável que se crie normas e diretrizes, através de um Plano de Turismo Náutico, bem como a definição de um guia de gestão turística para a orla.

FIGURA 80. Projeto da Marina de Natal. (Ponte Newton Navarro e Forte dos Reis Magos)



Fonte: www.natal.rn.gov.br

Em relação a outros rios e riachos do Polo, as atividades ocorrem também de forma bastante incipiente. Podem-se destacar dois tipos de utilização principal desse recurso: o

serviço destinado à transportar carros e pessoas de uma margem para outra, as chamadas balsas, que podem ser grandes e comportar várias pessoas e carros, como pequenas, comportando apenas um automóvel; o outro é a utilização de canoas, lanchas e barcos para passeios pelos rios e mangues.

No Polo Costa das Dunas existe também reservas de mata atlântica. Uma delas é o **Parque Estadual Dunas de Natal “Jornalista Luiz Maria Alves”** criado em 1977, sendo a primeira Unidade de Conservação Ambiental implantada no Estado do Rio Grande do Norte. O Parque das Dunas, como ficou conhecido, possui 1.172 hectares de mata nativa, sendo parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira, e exerce uma grande importância para a qualidade de vida da população da cidade de Natal.

O setor de uso público do Parque das Dunas – Bosque dos Namorados – recebeu, em média, 9.000 visitantes por mês em 2009, segundo dados da Administração do Parque. Além desses, estão cadastrados 6.500 praticantes de *cooper*, que realizam diariamente atividades físicas (caminhada e ginástica). Cobra-se R\$ 1,00 para entrada no Parque, devendo-se pagar nova tarifa caso o visitante deseje realizar alguma trilha ecológica. As trilhas são acompanhadas por guias e existe um número determinado de pessoas que podem percorrê-las diariamente, visando à conservação da área.

Existem três trilhas no Parque das Dunas, duas delas cortam o Parque no sentido oeste-leste, saindo do Bosque dos Namorados e chegando até um mirante na Via Costeira, a outra trilha que é destinada às crianças e adultos, passa por um curto trecho da mata e retorna ao Bosque. O visitante que participa das trilhas tem a oportunidade, com a ajuda de guias especializados e do policial ambiental, de conhecer de perto toda a diversidade do ecossistema dunar, geologia, a fauna e a flora do Parque, além dos atributos importantes para a nossa qualidade de vida (água, ar, clima).

FIGURA 81. Área Interna do Parque das Dunas



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 82. Vista Panorâmica do Parque das Dunas margeando a Via Costeira



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 83. Trechos da Trilha Peroba no Parque das Dunas.



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2007.

O Parque das Dunas, entretanto, é pouco utilizado turisticamente, não estando na rota de visitação de turistas. Alguns setores do *trade* turístico já mostraram interesse em estudar a viabilidade de se criar um novo acesso ao Parque pela Via Costeira, onde uma de suas trilhas desemboca. Acreditam que a proximidade da Via Costeira à rede hoteleira da cidade (Via Costeira, Ponta Negra e Areia Preta) incentivaria os turistas a conhecer o local, já que hoje devem contornar toda a cidade para ter acesso ao portão de entrada.

A riqueza da flora também é presente em outros municípios do Polo Costa das Dunas, como Baía Formosa e Tibau do Sul. Nestes, encontram-se reservas de mata atlântica do Estado, um diferencial ao produto turístico sol e praia.

O **Santuário Ecológico da Pipa** é uma área privada, localizada na Ponta do Madeiro, que permite ao visitante maior contato com a flora e fauna da mata atlântica. O Santuário e seus diferentes setores podem ser conhecidos percorrendo as trilhas - 16 ao todo, discriminadas e sinalizadas com o desenho de um animal, planta ou elemento folclórico. As visitas, em sua maioria, não são guiadas, deixando o turista mais à vontade para estabelecer seu roteiro e interpretar a natureza.

O **Parque Estadual Mata da Pipa** foi instituído em setembro de 2006, localizado integralmente no município de Tibau do Sul, e conta com uma área de 290,88 hectares. Contudo, o Parque ainda não conta com Plano de Manejo, ou seja, instrumento regulador da sua utilização e ocupação, inclusive para fins turísticos.

A **Mata Estrela Senador Antônio Farias** é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural de mata atlântica localizada em Baía Formosa, com área de 2.039,93 hectares, que possui grande diversidade faunística e florística, além de dunas e lagoas. Como RPPN desenvolve atividades ecologicamente sustentáveis, como a de pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico. Para se entrar na Mata Estrela, é preciso pagar R\$ 3,00 por pessoa, ou, no caso de turistas em passeios de buggy, R\$ 15,00 reais por carro. Aí podem ser realizadas várias trilhas, que podem ser percorridas à pé, de carro, a cavalos, de bicicleta, com duração mínima de 01 hora.

Outros atrativos turísticos associados aos recursos naturais, à praia, em especial, são os **passeios de buggy**.

Os buggy, veículos com tração nas quatro rodas, utilizados nos passeios pelo litoral, fazem parte da paisagem de Natal e do Polo Costa das Dunas, bem como do produto turístico do Rio Grande do Norte.

A Secretaria de Turismo possui um setor especialmente dedicado aos passeios de buggy: o Serviço de Buggy Turismo. Anteriormente sem regulamentação, hoje os bugueiros passam por curso e avaliação para conseguirem o certificado que lhes permitem conduzir turistas pelas dunas, medidas para proteção e segurança dos turistas e de qualificação do produto turístico do Rio Grande do Norte.

Agências de viagens guiam de turismo, associações de bugueiros etc. oferecem ao turista uma diversidade de passeios que englobam os litorais norte e sul do Polo Costa das Dunas, bem como passeios mais longos: até o Polo Costa Branca ou mesmo até Fortaleza.

FIGURA 84. Passeio de buggy em Baía Formosa



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

O mais famoso dos passeios, sem dúvida, é o roteiro pelas dunas de Jenipabú que foi, por muitos anos, o grande cartão postal do Rio Grande do Norte. O passeio pelas dunas de Jenipabú dura, em média, 01 hora, e custa aproximadamente R\$ 150,00 para até quatro pessoas. Já o passeio completo por um dos litorais, que dura todo o dia, custa, em média, R\$ 250,00 para até quatro pessoas. Esses valores chegam a duplicar na alta estação. O passeio pelo litoral inclui várias paradas, conhecendo praias, lagoas, dunas, falésias e demais atrativos turísticos ao longo do caminho.

Existe uma preocupação fundamental para que os passeios de buggy ocorram de maneira a não agredir o meio ambiente. Assim, existem áreas determinadas e trilhas as quais os bugueiros devem estar restritos, objetivando à proteção dos recursos naturais e também a segurança dos passageiros. Contudo, é importante frisar que a fiscalização no litoral do Rio Grande do Norte é insuficiente, o que favorece que pessoas não habilitadas pela SETUR e mesmo habitantes e turistas com carros alugados circulem por locais não autorizados.

3.3.1.2. Atrativos Histórico-Culturais

O estudo detalhado do Patrimônio Histórico e Cultural do Polo Costa das Dunas encontra-se na **Parte 1** deste documento, cabendo aqui apenas a menção àqueles que exercem de maior projeção no turismo.

Por ser um destino eminentemente ligado ao turismo de sol e praia, é perceptível que a utilização dos atrativos histórico-culturais vem apenas como complemento deste, acreditando-se haver certo descaso por parte do poder público em dinamizar espaços culturais e outras manifestações da cultura para atrair o turista.

A maior concentração dos atrativos turísticos culturais está localizada em Natal, em função do processo histórico de ocupação do litoral potiguar. A **Fortaleza dos Reis Magos**, o mais antigo monumento do Rio Grande do Norte, é uma fortificação construída pelos portugueses em formato de estrela como forma de demarcar o início da colonização nestas terras e também servir de proteção do litoral. É o atrativo cultural de maior destaque em Natal e em

todo o Polo Costa das Dunas, integrando os roteiros e *city-tours* das agências e operadoras de turismo pela cidade. O público pagante no ano de 2009 foi de 157.888 pessoas, segundo informações da administração da Fortaleza.

Outros atrativos histórico-culturais, em Natal, concentram-se nos bairros da Ribeira e Cidade Alta, os mais antigos da cidade. Destacam-se o Teatro Alberto Maranhão, os casarões da Rua Chile, a Capitania das Artes, Solar Bela Vista, Centro de Turismo, que no passado era casa de Câmara e Cadeia, Palácio da Cultura, onde se localiza a Pinacoteca do Estado, as Igrejas (de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Matriz), Palácio Felipe Camarão, Memorial Câmara Cascudo, dentre tantos outros que formam o chamado **Corredor Cultural de Natal**.

A visitação ao centro histórico de Natal e/ou do Corredor Cultural de Natal é bastante prejudicada pela falta de infraestrutura receptiva. Este é visitado pelos turistas de maneira bastante rápida, em *city-tours* promovidos pelas agências de viagens. Não há qualquer infraestrutura quer seja de equipamentos de apoio, de sinalização ou de interpretação turística, que permita ao turista se guiar pelo centro histórico sozinho. Também não há rotas de ônibus específicas para isso ou passeios guiados para turistas sozinhos ou mesmo em grupo que não estejam viajando por agência de viagens. A história da cidade é pouco divulgada e os equipamentos disponíveis são insuficientes para incentivarem o desenvolvimento do Turismo Cultural.

Os *city-tours* costumeiramente só passam pelo centro histórico, não dando oportunidade para os turistas descerem e conhecerem a cidade “mais de perto”. As paradas geralmente são feitas na Fortaleza dos Reis Magos e Centro de Turismo, onde é comercializado o artesanato local. Além de não existir estacionamento ou outros espaços para receber vans, ônibus de turismo; inexistem banheiros públicos, serviços de informações turísticas, e a sinalização turística é limitada à informativa

Por isso, faz-se *mister* que, além de completa reestruturação do Corredor Cultural (mobiliário urbano, estacionamentos, banheiros, sinalização etc.), que o torne apto à melhor circulação de turistas – seja a pé, em vans ou ônibus de excursão, se crie a formas de torná-lo mais atrativo e interativo, como investir em projetos de interpretação turística – que tornem a experiência mais dinâmica, mais viva e mais pessoal a cada um dos visitantes.

Da mesma forma, é fundamental que os atrativos culturais, sejam de Natal (onde se concentra a maior parte deles), seja do Polo Costa das Dunas como um todo, estejam conectados, isto é, sejam comercializados juntos, como um produto cultural e não como itens isoladamente. Faz-se oportuno, então, pensar numa gestão centralizada e aglutinadora dos atrativos culturais, especialmente do Corredor Cultural de Natal, para que juntos, agreguem valor, criem novas oportunidades de visitação para os turistas e formem um conjunto harmônico enquanto produto turístico.

Outros aspectos da cultura têm potencial turístico, como o papel fundamental que Parnamirim/Natal exerceram durante a II Guerra Mundial, quando abrigaram uma base aliada. O **Museu da Rampa e o Memorial do Aviador são parte de** uma iniciativa que pretende destacar e valorizar essa importante passagem da história potiguar, sendo antigo o desejo de estruturar esses atrativos para valorizar a cultura e a história do Rio Grande do Norte, além de proporcionar novos espaços de lazer e cultura para a população. Pretende-se, então, criar novas opções dentre a oferta de atrativos turísticos, especialmente, culturais, no Polo Costa das Dunas. A intenção de aproveitar o legado da II Guerra Mundial e transformá-lo num produto cultural e turístico para a comunidade e visitantes, porém, nunca se concretizou, sendo, pois, oportuno aproveitar esse grande diferencial e marco cultural do Rio Grande do Norte como um novo atrativo turístico.

Nos outros municípios do Polo, Ceará-Mirim e Macaíba dispõem de um sítio arquitetônico rico, vestígios do período da exploração de cana de açúcar. São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Arez são outros municípios que possuem atrativos turísticos histórico-

culturais, na forma de prédios, igrejas, imagens e fachadas tombadas pelo IPHAN. Em Arez, o frontispício do Cemitério possui características barrocas, estando, contudo bem degradado. No município também é possível encontrar um pelourinho, imagens dos Três Reis Magos do século XIX e um canhão, hoje exposto em praça pública, que pertenceu a um forte holandês na região.

Também em Arez, como já foi citado anteriormente, a Ilha do Flamengo que, apesar de ser considerada um atrativo natural, apresenta grande importância histórica, pois abrigou uma fortificação datada de 1652. Esse legado histórico poderia ser utilizado como temática para desenvolvimento de um produto cultural, a partir da elaboração de estudos para aproveitamento da Ilha do Flamengo – que pode aliar as belezas da Laguna de Guaraíra à história, tornando-a mais atrativa.

Mesmo sendo o turismo de sol e praia a modalidade predominante no Polo Costa das Dunas a visita ao patrimônio cultural é um aspecto importante do turismo moderno. Toda e qualquer movimentação turística implica contato humano e cultural, troca de experiências entre viajantes e a população local.

FIGURA 85. Igreja em São Gonçalo do Amarante



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 86. Pelourinho em Arez



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 87. Centro de Turismo - Natal



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 88. Engenho - Macaíba



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O potencial para o turismo cultural no Polo Costa das Dunas existe, mas, de fato, é pouco aproveitado. Não só os prédios históricos, mas a própria história dos lugares e sua gente são temas que podem interessar aos turistas enquanto produtos culturais, mesmo que de caráter local. Tem-se a temática da II Guerra Mundial, da ocupação holandesa (cuja maior menção é nas explanações de guias-mirins na Fortaleza dos Reis Magos), a importância de Nísia Floresta para o movimento feminista, o fato de Natal ser berço do maior folclorista do Brasil (Luís da Câmara Cascudo), o ciclo da cana de açúcar e muito mais. Tem que existir, contudo, vontade política, capacidade de gestão e planejamento para transformá-los em produtos, em objetos de interesse a partir da elaboração de projetos e captação de recursos. O que ocorre, muitas vezes, é que os municípios, e também o próprio Estado, tornam-se muito dependentes das iniciativas federais, até mesmo pela falta de capacitação técnica e pela estrutura deficitária dos órgãos de turismo.

3.3.1.3. Manifestações e Usos Tradicionais e Populares

As manifestações e usos tradicionais e populares agregam festas religiosas, festas populares, gastronomia e artesanato.

O Quadro abaixo apresenta a distribuição das manifestações e usos tradicionais e populares por município, detalhando por tipos e também informando a escala do atrativo. Para análise deste, é importante observar que as citações à gastronomia não quantificam os equipamentos de alimentação, mas sinalizam os municípios que têm na gastronomia um elemento característico e marcante, que pode ser utilizado para enriquecer a atividade turística.

QUADRO 26. Manifestações e Usos Populares do Polo Costa das Dunas

Município	Manifestações e Usos Populares
Baía Formosa	Carnaval da Sede
	Carnaval do Sagi
Macaíba	São João da Gente
Maxaranguape	Carnaval
Natal	Festa de Santos Reis
	Festa de Nossa Senhora da Apresentação
	Gastronomia
	Muitos Carnavais
	Natal em Natal
Nísia Floresta	Aratu no Facho
	Gastronomia
	Artesanato
Parnamirim	Carnaval de Pirangi
	Verão em Pirangi
	Gastronomia
	Feirinha de frutas de Pium
São Gonçalo do Amarante	Festa dos Mártires do Brasil
	Artesanato
São José de Mipibu	Festa de São João
	Artesanato
São Miguel do Gostoso	Carnaval
Tibau do Sul	Gastronomia

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A gastronomia do Polo Costa das Dunas é formada especialmente por pratos à base de peixe, camarão e outros frutos do mar. Como atrativos turísticos da região podem-se destacar a gastronomia dos municípios de Natal, Parnamirim, Tibau do Sul e Nísia Floresta.

Em Parnamirim, os equipamentos de alimentação da praia de Cotovelo atraem muitos visitantes, que vão lá para degustar pratos à base de caranguejo. Na praia de Pirangi, o restaurante Paçoca de Pilão oferece pratos típicos da culinária nordestina, sendo o único que permanece em funcionamento durante todo o ano.

Nísia Floresta tem nos pratos à base de camarão o seu carro-chefe na culinária. Esse município que já foi um dos maiores produtores de camarão do Brasil tem um camarão de gosto diferenciado por ser proveniente do mar, visitar os mangues e desaguar no rio.

Em Tibau do Sul, a grande oferta de equipamentos de alimentação é um dos grandes atrativos turísticos, apresentando uma culinária diversificada com padrão internacional. Hoje, já existe um festival gastronômico em Pipa promovido pela ABRASEL, que enfatiza a diversidade e qualidade da culinária local.

Assim como Tibau do Sul, a oferta de restaurantes de alto padrão em Natal é bastante variada, podendo-se destacar os pratos à base de camarão do restaurante Camarões, cuja imagem está já bastante associada ao produto turístico Natal.

Em termos de artesanato, destacam-se os municípios de Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu. Nísia Floresta é conhecida pela produção de objetos em palha de coqueiro, cipó, labirintos e rendas, sendo famosas as trabalhadas pelas rendeiras

de Alcaçuz. Já São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu destacam-se pela criação de cerâmica, sendo a cerâmica azul característica de São Gonçalo.

Em São Gonçalo do Amarante, a celebração em honra aos Mártires de Uruaçu ocorre no dia 03 de outubro (feriado estadual), evento religioso realizado em Uruaçu, distrito de São Gonçalo do Amarante, com missas, procissões e festividades.

3.3.1.4. Realizações Técnico-Científicas Contemporâneas

As realizações técnico-científicas contemporâneas de maior destaque no Polo Costa das Dunas são apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 27. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas

Município	Realizações Técnicas e Científicas contemporâneas
Natal	Ponte Newton Navarro
	Aquário de Natal
Parnamirim	Oceanário de Natal
	Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno
	Planetário
Rio do Fogo	Parque Eólico

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É interessante observar que embora pouco freqüentados pela população local, em Natal o Aquário e o Oceanário recebem freqüentes visitas de turistas.

A ponte Newton Navarro desde sua inauguração é destaque entre os elementos que compõem a paisagem da cidade do Natal, ligando a zona norte à zona sul, facilitando bastante o deslocamento de turistas para o litoral norte de Natal.

Em Parnamirim, o Planetário surge como uma proposta de atender a uma demanda, sobretudo das escolas dos municípios próximos, e o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno é parada obrigatória para os turistas que se dirigem ao litoral sul.

Em Rio do Fogo, o Parque Eólico forma é um interessante contraste com a paisagem das dunas e a vegetação que existem em seu entorno.

3.3.1.5. Acontecimentos Programados

A realização de eventos e a promoção de calendário de eventos tem sido uma tendência da indústria do entretenimento e dos gestores do turismo como forma de divulgar destinos, consolidar produtos e diminuir a sazonalidade. São atividades de entretenimento que podem difundir e agregar grande valor social e cultural.

Suas atividades se bem trabalhadas podem se constituir em um verdadeiro *mix* de marketing, lazer, artes e negócios. Tal a sua importância no contexto social, cultural, econômico e político da cidade e região que atualmente representam à memória viva da cidade e são reconhecidos como agentes formadores de um novo *ethos* social.

Este enfoque tem sido responsável pela geração de eventos no Polo Costa das Dunas. No entanto, nota-se que os investimentos para a captação de grandes eventos ainda são incipientes e tímidos, carecendo o Polo e mesmo o Rio Grande do Norte de infraestrutura

específica para essa área. Abaixo são apresentados os acontecimentos mais expressivos do Polo Costa das Dunas.

QUADRO 28. Atrativos Acontecimentos Programados

Município	Acontecimentos Programados
Ceará-Mirim	Vaquejada
Natal	Carnatal
	FIARTE
	Brasil mostra Brasil
	Festival do Camarão
Nísia Floresta	Forró da Lua
Parnamirim	Forró do Pote
	Festa do Boi
São Gonçalo do Amarante	Vaquejada
	Campeonato Estadual de Motos e Quadriciclos
São José de Mipibu	Forró do Olho d'Água
São Miguel do Gostoso	Campeonato Internacional de <i>Kite-Surf</i>
Tibau do Sul	Festival Gastronômico
	Festival Literário da Pipa
	Reveillon em Pipa

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Percebe-se que os acontecimentos mais recorrentes são aqueles que difundem a cultura nordestina: seja na realização das vaquejadas, festas de forró, festivais de gastronomia e de artesanato.

O evento de maior destaque no calendário do Polo Costa das Dunas é certamente o *Carnatal*. O carnaval fora de época que começou de modo tímido no bairro de Petrópolis, hoje é um evento que atrai turistas de todas as partes do país. Atualmente, o evento é realizado nas imediações do Estádio Machadão, no perímetro que compreende a Av. Prudentes de Moraes, Av. Romualdo Galvão e Av. Amintas Barros, algumas das principais vias de circulação da cidade, área comercial e residencial.

Esse evento é reconhecido pelos postos de trabalho e de empregos eventuais e informais que gera nessa temporada, bem como os benefícios que traz para o setor turístico na forma de aumento da ocupação hoteleira e consumo de outros serviços e equipamentos turísticos na cidade do Natal.

O Carnatal ainda é motivo de discórdia em Natal. De um lado, moradores e ambientalistas, que reclamam da poluição sonora e produção de resíduos sólidos durante o evento, afora os transtornos sofridos pelo bloqueio de ruas e desvio de trânsito. De outro, os empresários, que lucram com o evento, e os participantes das classes alta e média que se divertem nos blocos. Para minimizar os conflitos, foi estipulado para todas as noites, um horário limite para a finalização do evento, havendo multa para a empresa promotora do evento no caso do descumprimento.

Contudo, a permanência no calendário de eventos da cidade do Carnatal no entorno do Machadinho pode estar vivenciando seus últimos anos, pois com a seleção de Natal como uma das 12 sedes da Copa do Mundo no Brasil em 2014, a área ocupada atualmente pelo

Carnatal deverá ser ocupada pelos equipamentos destinados à Copa. O estádio Arena das Dunas deverá ser construído no mesmo local onde acontece o Carnatal.

Ainda em Natal, pode-se citar também o “Natal em Natal”, que consta na programação de eventos do final do ano, com apresentações de autos religiosos. Da mesma forma, o Festival Literário de Natal, realizado pela Prefeitura deste município, com periodicidade anual.

Outros eventos que fazem parte do calendário anual de municípios do Polo são: o Festival Literário de Pipa, evento que se iniciou no ano de 2009, com periodicidade anual (2º semestre), a exemplo dos que ocorrem em Porto de Galinhas (PE) e Parati (RJ), e Festival Gastronômico de Pipa, evento anual que ocorre a cerca de 4 anos, ambos no Município de Tibau do Sul.

Já em Parnamirim ocorre anualmente a “Festa do Boi”, evento agropecuário que envolve a comercialização de animais, leilões, exposições e diversas atividades culturais, associando-se, assim, negócios, evento e cultura.

3.3.2. Turismo e Escala

Com base na análise da oferta turística do Polo Costa das Dunas é possível determinar os principais segmentos de turismo e a escala potencial de atratividade de cada elemento: local (apenas Rio Grande do Norte), regional (Região Nordeste), nacional (Brasil) e internacional (mundo). Esse quadro não é exaustivo, apresentando os principais tipos de turismo e os principais tipos de atrativos associados.

É importante frisar que um estudo mais detalhado e aprofundado deve ser realizado, para identificar as tendências do mercado e o interesse em consumir tais produtos.

QUADRO 29. Tipos de Turismo e Escala Potencial

Tipo de Turismo	Município	Escala Potencial	Principais Atrativos Associados
TURISMO SOL E PRAIA	Arez	Regional	Lagoa de Guaraiaras, Ilha do Flamengo
	Baía Formosa	Nacional	Praias, Mata Estrela
	Canguaretama	Nacional	Praias
	Ceará-Mirim	Nacional	Praias, lagoas (Pitangui, Jacumã), dunas
	Extremoz	Nacional	Dunas (Jenipabú), Lagoas
	Maxaranguape	Nacional	Praias, mergulho, passeio de barco
	Natal	Internacional	Praias, Parque das Dunas, Litorais Norte e Sul
	Nísia Floresta	Nacional	Praias, falésias, lagoas (Arituba, Carcará)
	Parnamirim	Nacional	Praias, passeio de barco, Cajueiro de Pirangi
	Pedra Grande	Regional	Praias
	Rio do Fogo	Regional	Praias
	São Miguel do Gostoso	Internacional	Praias
	Sen. Georgino Avelino	Nacional	Praias, Lagoa de Guaraiaras
	Tibau do Sul	Internacional	Praias, Lagoa de Guaraiaras, Falésias, Mata da Pipa
Touros	Nacional	Praias, lagoa	

CONT. QUADRO 29. Tipos de Turismo e Escala Potencial

Tipo de Turismo	Município	Escala Potencial	Principais Atrativos Associados
TURISMO DE AVENTURA	Baía Formosa	Nacional	Mata Estrela, passeio de buggy
	Canguaretama	Nacional	Kite-surf
	Ceará-Mirim	Nacional	Passeio de buggy
	Extremoz	Nacional	Passeio de buggy
	Nísia Floresta	Nacional	Surf, passeio de buggy
	Natal	Nacional	Surf, mergulho
	Maxaranguape	Nacional	Mergulho
	São Miguel do Gostoso	Nacional	Kite-surf
	Sen. Georgino Avelino	Nacional	Kite-surf
	Touros	Nacional	Mergulho, passeio de buggy
	Tibau do Sul	Nacional	Surf, passeio de buggy
TURISMO NÁUTICO	Maxaranguape	Internacional	A serem desenvolvidos
	Natal	Internacional	A serem desenvolvidos
	Tibau do Sul	Internacional	A serem desenvolvidos
TURISMO CULTURAL	Arez	Regional	Ilha do Flamengo, Cemitério, Igreja
	Canguaretama	Regional	Mártires
	Ceará-Mirim	Nacional	Patrimônio histórico, Engenhos
	Macaíba	Regional	Patrimônio histórico, Engenhos
	Natal	Nacional	Fortaleza dos Reis Magos, Corredor Cultural, Centro de Turismo, II Guerra Mundial
	Nísia Floresta	Regional	Estação Ferroviária, história de Nísia Floresta, artesanato
	São G. do Amarante	Regional	Patrimônio histórico, Dona Militana, Artesanato
	São José de Mipibu	Regional	Patrimônio histórico, artesanato
	São Miguel do Gostoso	Local	Marco de Touros, História do Brasil
	Touros	Local	Igreja, Marcos de Touros, História do Brasil
TURISMO RELIGIOSO	São G. do Amarante	Regional	Mártires de Uruaçu
	Canguaretama	Regional	Mártires de Cunhaú
TURISMO DE EVENTOS	Natal	Nacional	Carnatal, Eventos diversos, Congressos
	Parnamirim	Regional	Festa do Boi
	Tibau do Sul	Regional	Festival Literário, Festival Gastronômico
TURISMO PEDAGÓGICO	Ceará-Mirim	Local	Engenhos, Ciclo da Cana e do Açúcar
	Extremoz	Local	APA Jenipabú
	Nísia Floresta	Local	Nísia Floresta (escritora), Bioma, APA Bonfim-Guaráiras
	Natal	Local	APA Parque das Dunas, Economia e comércio
	Macaíba	Local	Polo Industrial, Patrimônio histórico
	Parnamirim	Local	Base Aérea, Barreira do Inferno, Cajueiro de Pirangi, Aeroporto
	São G. do Amarante	Local	Patrimônio histórico
	São José de Mipibu	Local	Patrimônio histórico

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Com base no que foi brevemente exposto, tem-se que o tipo predominante de turismo praticado hoje no Polo Costa das Dunas é o **turismo de sol e praia** que acontece, em maior ou menor escala, em todos os municípios litorâneos do Polo, como se percebe na Figura 89. É, em sua maior parte, de caráter **massivo**, tendo em Natal seu portão de entrada e base desse turismo. Os demais municípios litorâneos integram-se a Natal, tornando-se opções de passeios da maior parte desses turistas; especialmente os municípios mais próximos como Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape, Parnamirim e Nísia Floresta. Deve-se, entretanto, atentar para um maior controle e fiscalização na utilização dos atrativos naturais (praias, dunas, lagoas, falésias, flora, etc.) para reduzir os impactos ambientais e promover um sistema de gestão e uso sustentável.

Entende-se que em alguns pontos do litoral, o turismo de sol e praia – associado a uma vertente mais ecológica e/ou seu papel de centro de distribuição de visitantes – têm o potencial de atrair turistas internacionais. Nos demais locais, acredita-se que o potencial maior de atratividade é de turistas nacionais.

A grande diversidade de atrativos naturais também favorece a prática de **turismo de aventura** em vários municípios, através do surf, *kite surf*, *wind surf*, mergulho com cilindro e passeios de buggy. É um segmento ainda não muito difundido, mas de potencial nacional.

Em se tratando do **turismo náutico**, viu-se que o Polo também possui potencial para desenvolvê-lo em algumas localidades, sendo necessário, pois, um estudo e planejamento mais detalhado de identificação de pontos e estruturas adequados, além de formas de gestão e captação de visitantes. Este tem potencial para atrair até visitantes internacionais, em função do elevado padrão de poder aquisitivo dos mesmos.

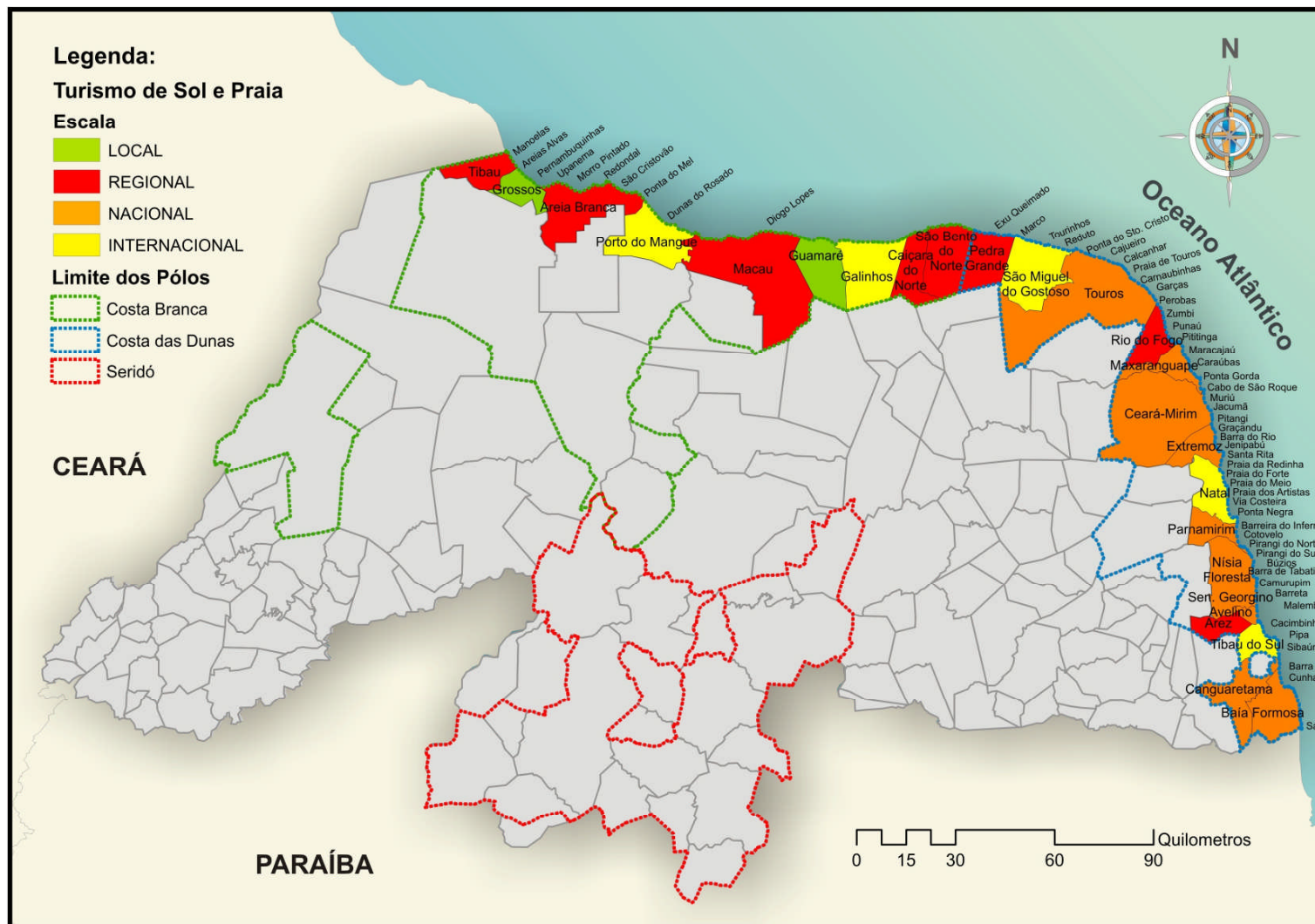
O **turismo cultural** é atualmente pouco aproveitando, estando o contato com o patrimônio-histórico e as tradições locais restritas a *city tours* com paradas na Fortaleza dos Reis Magos e Centro de Turismo. Contudo, vê-se que a região apresenta inúmeros elementos (II Guerra Mundial, personalidades no ramo da cultura de projeção internacional, gastronomia, artesanato, patrimônio-histórico material) capazes de assegurar um novo produto turístico no Polo: o cultural. Em sua maior parte, terá alcance regional, podendo impulsionar turistas nacionais a partir de um produto cultural distinto dos demais do país, como o Museu da Rampa.

O potencial para o **turismo religioso** está presente nos massacres de católicos por protestantes holandeses no período colonial, ocorridos em São Gonçalo do Amarante e Canguaretama. Contudo, o sucesso do produto depende de sua estruturação e comercialização. Em São Gonçalo foi construído, por ocasião da beatificação dos mártires um Memorial para receber peregrinos, realizar missas etc. – mas é subutilizado.

Natal tem uma boa estrutura de equipamentos específicos (Centro de Convenções), hotéis, restaurantes, e já recebe eventos de porte nacional. O **turismo de eventos**, para ser dinamizado, entretanto, precisa de ações de captação mais agressivas, especialmente em função da grande concorrência do estado de Pernambuco, que possui um Centro de Convenções bem maior do que o potiguar. O Centro de Convenções da capital, apesar da recente reforma, apresenta problemas de acessibilidade, estacionamento e grande dificuldade em ser ampliado por estar situado em área de proteção ambiental.

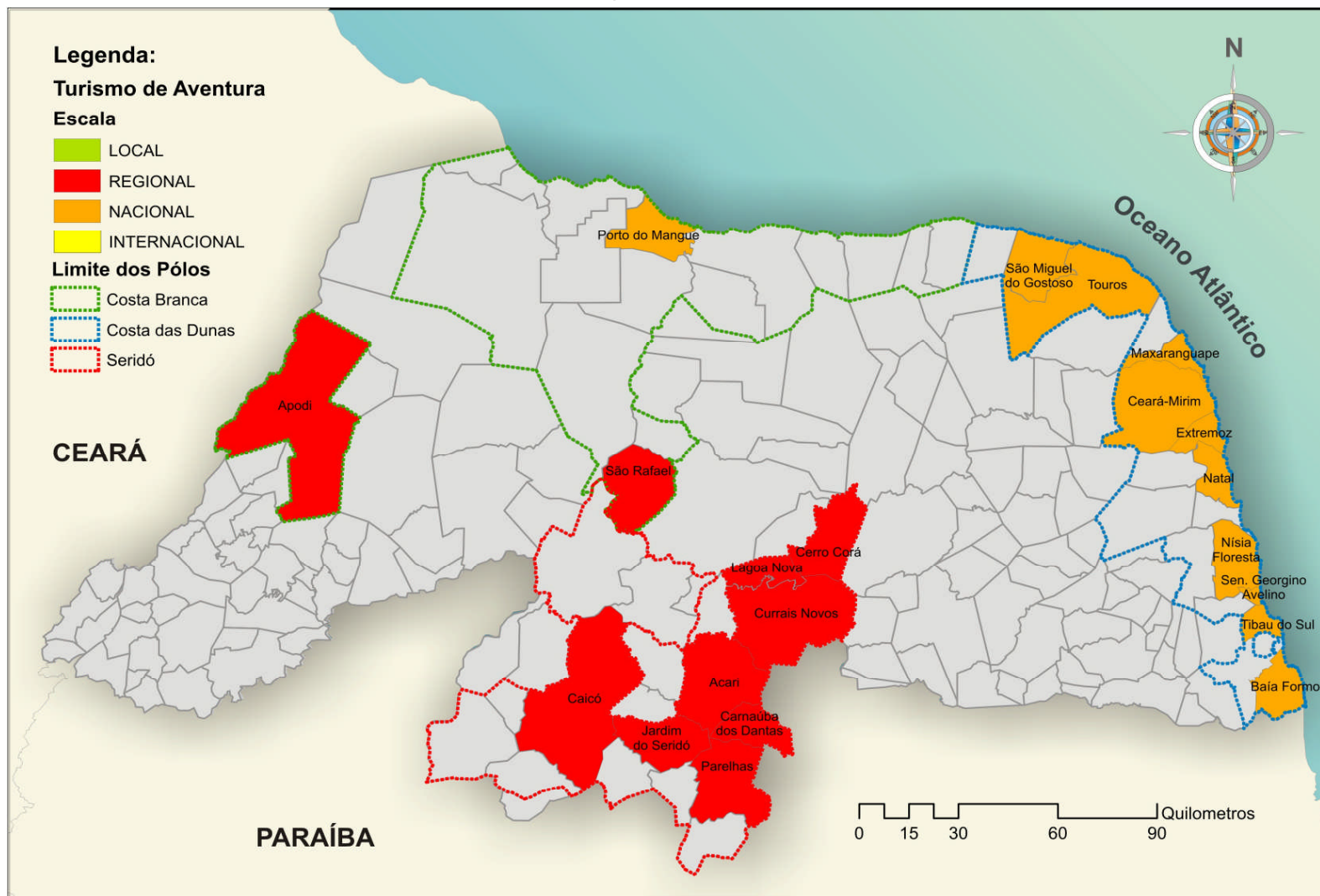
Quanto ao **turismo pedagógico**, este já é realizado por várias escolas e visitam, em especial, os municípios que integram a Região Metropolitana de Natal por seus aspectos econômicos, culturais e ambientais, tendo escala local.

FIGURA 89. Mapa do Turismo de Sol e Praia



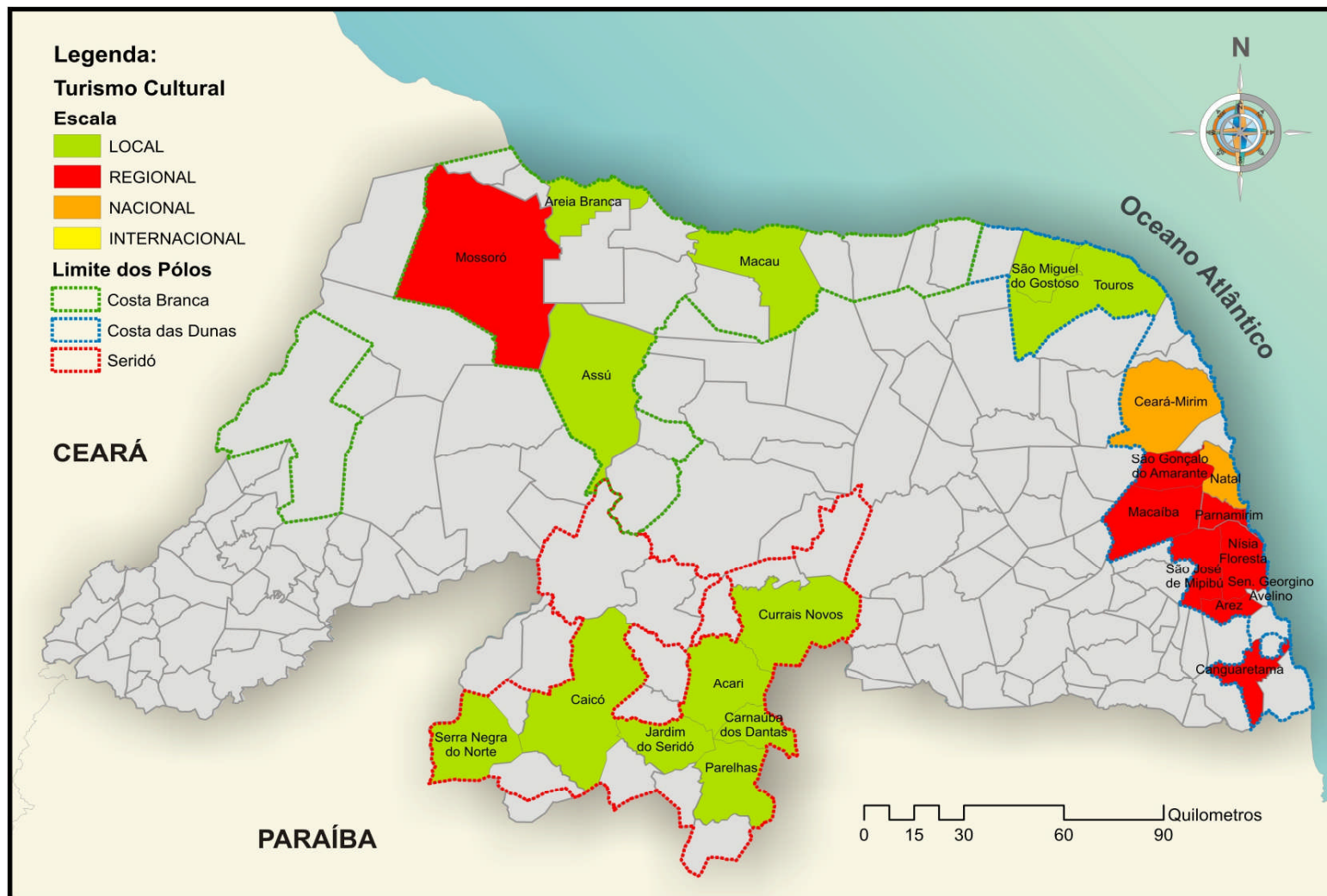
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 90. Mapa do Turismo de Aventura



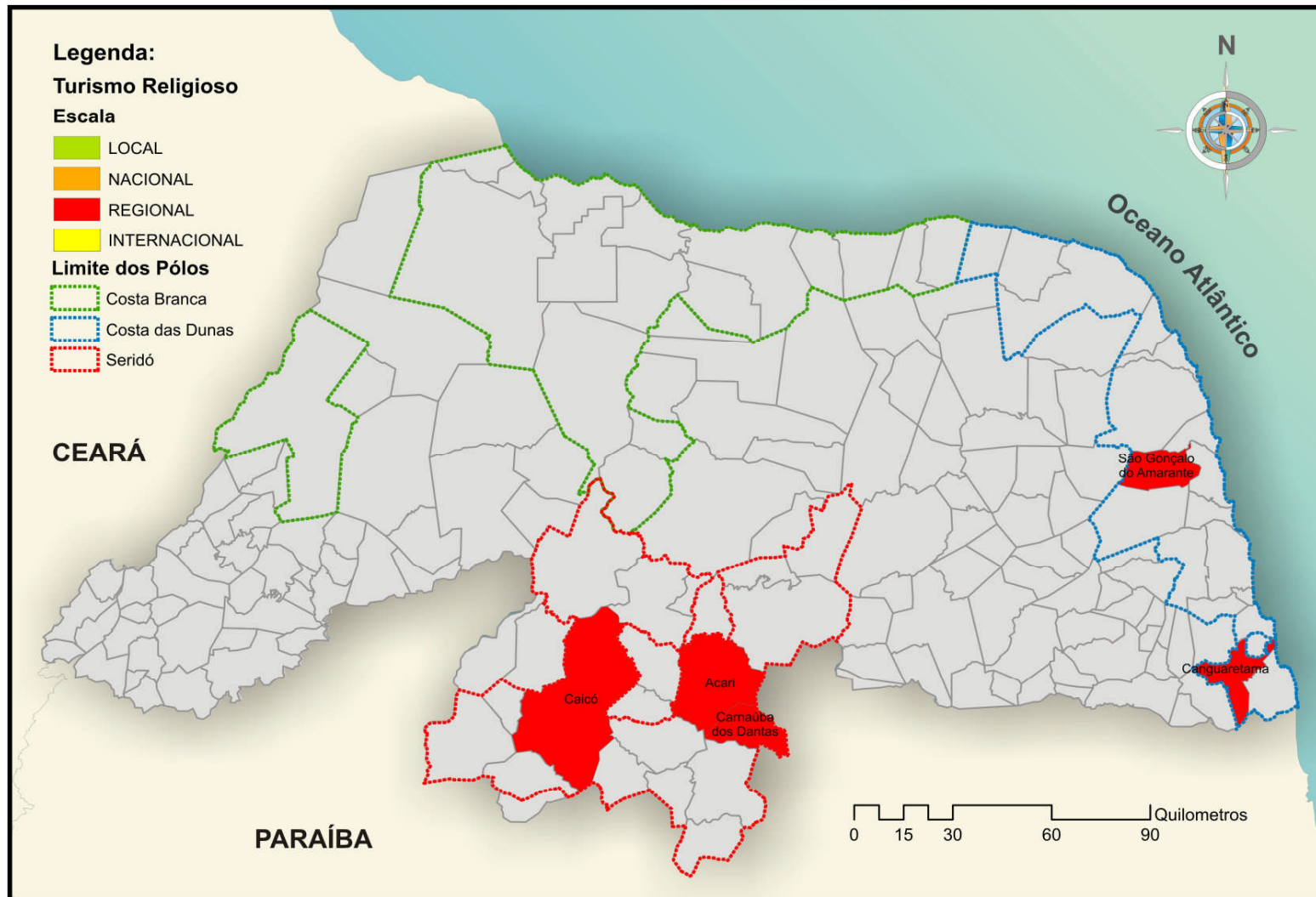
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 91. Mapa do Turismo Cultural



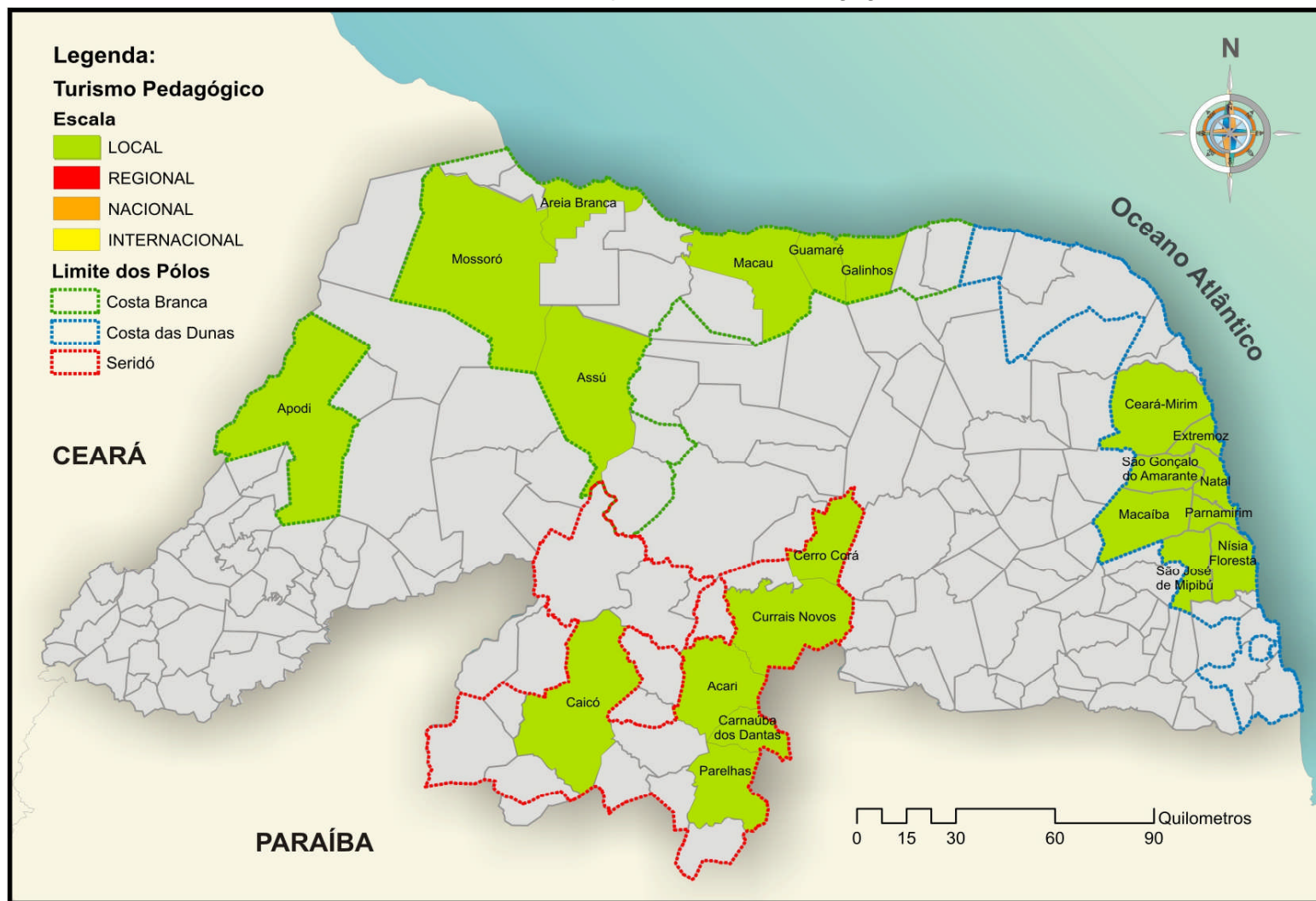
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 92. Mapa do Turismo Religioso



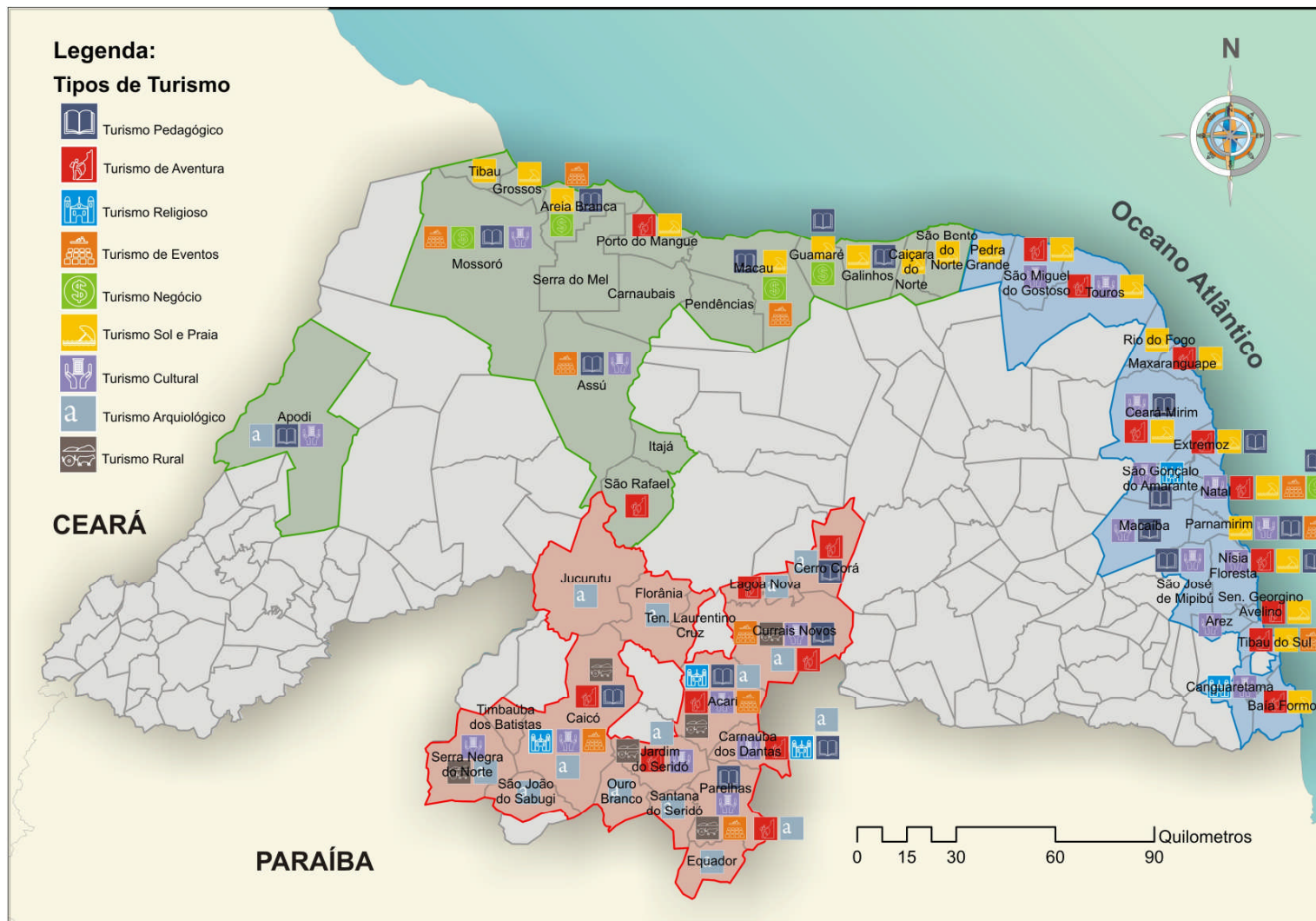
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 93. Mapa do Turismo Pedagógico



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 94. Mapa dos Tipos de Turismo



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.3.3. Equipamentos e Serviços Turísticos

A avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Polo Costa das Dunas utilizou, além dos dados quantitativos das Secretarias Municipais de Turismo e SETUR, informações obtidas *in loco*, a partir de pesquisa de campo realizada pela Consultoria entre os dias 04 e 05 de junho de 2009, com o preenchimento de formulários e registros fotográficos, para a análise qualitativa.

De antemão, vale a pena destacar que muitas empresas turísticas do Polo Costa das Dunas trabalham ainda na informalidade, não estando legalizadas, nem associadas a entidades de classe e/ou cadastradas junto ao Ministério do Turismo, por meio do CADASTUR. Essa situação, como se sabe, é prejudicial no sentido de que o tamanho do mercado turístico do Polo ser subestimado e não corresponder à realidade. Isso também se reflete no número de empregos formais, como será observado mais à frente.

O CADASTUR é um sistema de cadastro dos prestadores de serviços turísticos, que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação, sendo executado pelo Ministério do Turismo em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo, no caso a SETUR/RN.

O Ministério realiza campanhas nacionais de cadastramento e atualização de dados, com ações de telemarketing, mídia e propaganda de modo a aumentar o número de cadastrados. É importante que a SETUR, que já vem realizando ações e eventos anuais no sentido de sensibilizar os empresários, intensifique esse trabalho no Polo Costa das Dunas para que cada vez mais empresas e prestadores de serviços estejam cadastrados.

O principal alvo do CADASTUR são as agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, parques temáticos, organizadores de eventos, acampamentos turísticos, sendo serviços de cadastro obrigatório, de acordo com a Lei 11.771/2008, bem como a atividade de guia de turismo, conforme a Lei 8.623/1993.

O cadastro permite que os integrantes participem de campanhas, feiras e eventos realizados pelo Ministério do Turismo e pela EMBRATUR, bem como o acesso a linhas de crédito específicas para o turismo, por meio de instituições financeiras oficiais, além da participação em programas de qualificação promovidos e apoiados pelo MTur.

3.3.3.1. Equipamentos de Hospedagem

A escolha da amostra dos equipamentos de hospedagem para avaliação *in loco* buscou priorizar, em especial, aqueles destinos mais distantes de Natal e não termos informações precisas sobre a oferta de equipamentos, bem municípios que estejam despontando para o turismo.

Considerando que Natal e Tibau do Sul já são destinos consolidados e, por isso, contam já com uma boa oferta de meios de hospedagem e, em virtude dos fluxos de visitantes, com melhores condições infraestruturais e de qualidade, optou-se por não realizar avaliações *in loco* nesses dois municípios, utilizando como base as informações fornecidas pelos órgãos oficiais.

O Polo Costa das Dunas disponibiliza aos turistas, aproximadamente 393 equipamentos de hospedagem, o que corresponde a 12.414 unidades habitacionais e 35.645 leitos, como se pode inferir pela tabela abaixo.

TABELA 15. Nº. de Meios de Hospedagem, Unidades habitacionais e Leitos nos municípios do Polo Costa das Dunas.

Municípios	Nº. de MHs	Nº. de UHs	Nº. de Leitos
Arez	01	02	04
Baía Formosa	14	120	345
Canguaretama	10	122	371
Ceará-Mirim	11	91	240
Extremoz	06	169	522
Macaíba	02	29	89
Maxaranguape	11	73	203
Natal	197	9.021	26.106
Nísia Floresta	09	324	372
Parnamirim	07	254	853
Pedra Grande	02	21	50
Rio do Fogo	05	53	165
São Gonçalo do Amarante	0	0	0
São José de Mipibu	05	97	500
São Miguel do Gostoso	19	142	400
Senador Georgino Avelino	0	0	0
Tibau do Sul	83	1.751	5.082
Touros	11	145	343
TOTAL	393	12.414	35.645

Fonte: SETUR, 2009; Prefeituras Municipais, 2009; Levantamento de campo, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

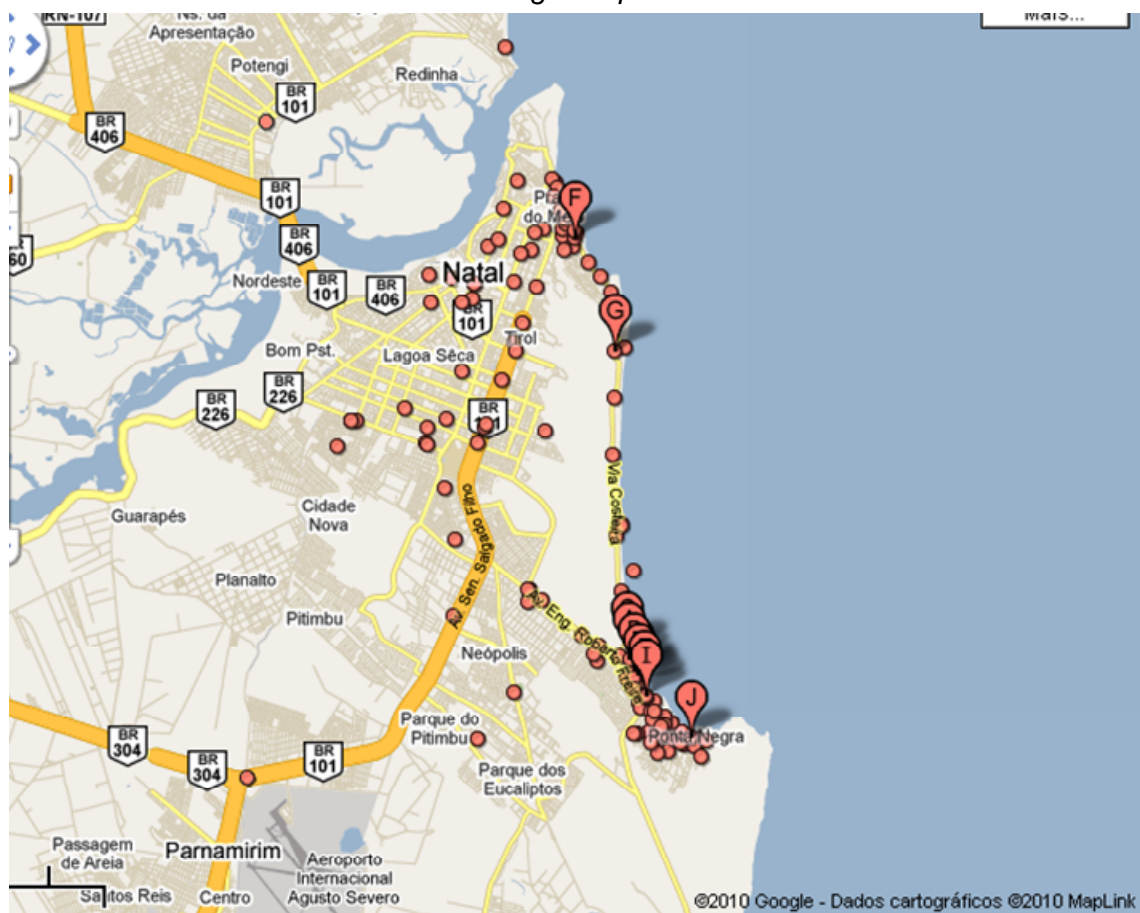
Dos 18 municípios integrantes, Natal e Tibau do Sul assumem papel de destaque no que diz respeito à oferta de equipamentos de hospedagem, tanto pela quantidade de unidades habitacionais e leitos ofertados, quanto pela diversidade do padrão dos equipamentos disponíveis, capazes de atender a diversos perfis de turistas: desde aquele que procura um hotel de rede e padrão internacional, até o aventureiro que busca opções mais alternativas com um preço mais acessível.

Em Natal, primordialmente, a oferta desses equipamentos é composta por vários hotéis de cadeia, internacional, como as Redes Pestana, *Serhs*, *Holiday Inn*, *Novotel*, Interatlântico e *Quality*. Além de redes nacionais como o Roteiro de Charmes que possuem unidades tanto em Natal quanto Tibau do Sul.

O Polo Costa das Dunas possui também alguns resorts entre a sua oferta turística hoteleira. Pode-se citar: Pestana Natal *Beach Resort*, em Natal, o *Blue Dream Resort*, em Canguaretama e, Lagoa Eco *Resorts* e Hotel *Village Natureza Beach Resort*, ambos localizados no município de Tibau do Sul.

A esses se somam pousadas, albergues, flats e apart-hotéis, concentrados em sua maioria em Ponta Negra, zona eminentemente turística de Natal e também na área de Areia Preta e Praias dos Artistas. A figura abaixo apresenta as indicações do *Google Maps* para “hotéis” em Natal, ficando clara a concentração desses equipamentos turísticos no litoral da cidade. A Via Costeira é onde se localiza alguns dos mais luxuosos hotéis da cidade, que agregam num só lugar ampla estrutura de lazer, restaurantes, lojas, setor de eventos e serviços afins.

FIGURA 95. Pontos do Google Maps indicando hotéis em Natal



Fonte: Google Maps, 2010.

Em Tibau do Sul, a concentração dos equipamentos de hospedagem ocorre na Praia de Pipa e a oferta tanto é composta por hotéis com elevado padrão de serviços e infraestrutura, como por hotéis e pousadas menores, que, apesar do tamanho oferecem serviços semelhantes aos equipamentos maiores no que tange a qualidade da infraestrutura ofertada.

Em sua maioria, os equipamentos visitados possuem uma estrutura física bem conservada, com quartos simples e amplos, prevalecendo os detalhes regionais na decoração. Possuem suas UH's equipadas com ar condicionado e ou ventiladores, a depender da tarifa, televisão, telefone e, um pequeno grupo da amostra, já possuía serviço de internet sem fio.

Contudo, com a perspectiva de crescimento da visitação turística, tanto o *trade* turístico, quanto os gestores desses municípios precisam dar início a uma busca constante pela melhoria da infraestrutura e dos serviços, como também pela diversificação das facilidades e serviços oferecidos aos turistas.

A acessibilidade ainda é um item negligenciado pela maior parte dos equipamentos de hospedagem. Prova dessa afirmação é que a maior parte dos equipamentos visitados não apresentava área social acessível aos portadores de deficiência e pessoas com dificuldade de locomoção, sendo também poucas as UH's com banheiros adaptados.

As **tarifas praticadas** pelos meios de hospedagem do Polo Costa das Dunas distribuem-se numa escala de valores bastante elástica, variando, na maioria das vezes, de acordo com o nível de sofisticação oferecido pelo equipamento de hospedagem ou pelas facilidades agregadas, tais como a infraestrutura do entorno. Diante disso, nos destinos turísticos já

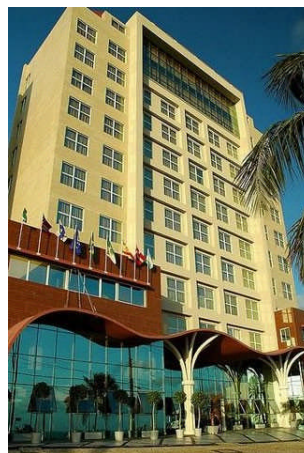
consolidados e dotados de melhor infraestrutura (Natal e Tibau do Sul), os preços das tarifas são um pouco mais elevadas se comparadas a municípios que recebem menor fluxo de turistas ou estão em estágio de desenvolvimento.

FIGURA 96. Hotel de Cadeia Internacional – Natal, localizado na Via Costeira



Fonte: Natalonline.com

FIGURA 97. Hotel de Cadeia Internacional - Natal



Fonte: Natalonline.com

FIGURA 98. Pousada em São Miguel do Gostoso



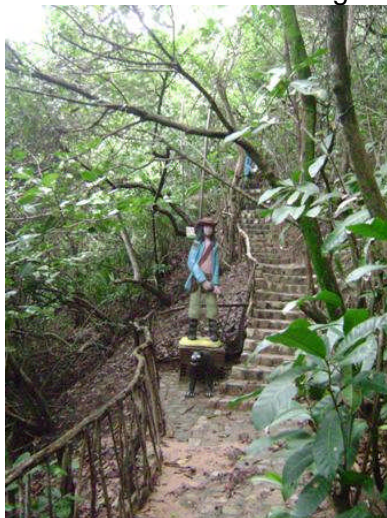
Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 99. Pousada em São Miguel do Gostoso



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 100. Pousada em Canguaretama



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 101. Pousada em Canguaretama



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Além dos hotéis de cadeia e/ou mais luxuosos, é possível encontrar, em Natal e Tibau do Sul, em especial, albergues para um público mais jovem e alternativo. Em Natal, o Albergue da Lua Cheia é cadastrado na Associação Internacional de Albergues, e seu formato é como a de um pequeno castelo medieval, atrai bastante a atenção daqueles que ali se hospedam.

Quanto à **taxa de ocupação hoteleira**, os dados verificados na tabela abaixo correspondem aos resultados históricos das taxas de ocupação entre os anos de 2001 e 2008, em Natal, única cidade do Polo a ter alguma estatística neste sentido, produzida pela Pesquisa de Demanda Turística, realizada pela Secretaria de Estado de Turismo.

Por se tratar de um Polo cujo principal segmento turístico explorado é o de sol e praia, os meses de melhor ocupação coincidem com os de verão, iniciando normalmente no mês de outubro e se estendendo até março.

TABELA 16. Taxa Média Anual de Ocupação para os MHs de Natal, 2001-2008

MESES	Taxa Média de Ocupação (%)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Janeiro	65,60	62,73	76,48	80,99	80,20	75,80	79,74
Fevereiro	50,06	38,80	55,18	62,80	64,40	58,40	64,07
Março	43,32	44,11	52,44	60,74	66,07	54,42	55,41
Abril	37,41	41,69	46,26	51,34	47,36	45,39	45,86
Mai	37,03	34,37	39,48	43,92	39,69	38,67	36,52
Junho	33,98	34,56	45,03	49,13	38,83	38,24	35,99
Julho	57,36	57,61	60,37	64,29	52,81	55,68	61,46
Agosto	48,09	48,24	53,63	57,95	47,14	42,85	42,82
Setembro	44,06	50,35	56,87	57,22	49,14	50,81	50,10
Outubro	46,07	54,76	59,07	61,40	48,77	53,15	52,73
Novembro	47,57	53,54	58,70	65,35	56,21	59,78	56,81
Dezembro	48,47	67,87	68,48	69,40	57,59	57,42	58,20
TOTAL	46,86	49,05	56,13	60,38	54,02	52,55	53,31
Indicador global de sazonalidade	8,78	10,78	10,09	9,76	11,82	10,49	12,36

Fonte: SETUR/RN, 2009.

Esse **indicador de sazonalidade** é entendido como a "flutuação média" da variável utilizada, no caso, taxa de ocupação, para cada ano da análise. Dessa maneira, quanto maior o desvio padrão, medida de dispersão utilizada, maior será essa flutuação e assim ele funciona como medida de sazonalidade.

A política pública, dessa maneira, deverá se esforçar para reduzir esse indicador a cada ano, o que não vem acontecendo. Quanto maior a sazonalidade, pior para efeitos de previsão e, por conseguinte, pior para o planejamento e programação econômica.

3.3.3.2. Equipamentos de Alimentação

Foram identificados no Polo Costa das Dunas 1040 equipamentos de alimentação, sendo 491 restaurantes, 253 bares e 296 lanchonetes, sendo 203 equipamentos localizados no município de Tibau do Sul e 410 em Natal. A tabela abaixo consolida os dados coletados, agrupando-os por tipologia, a partir das informações fornecidas pelas prefeituras municipais.

TABELA 17. Equipamentos de Alimentação do Polo Costa das Dunas

Municípios	Restaurantes	Bares	Lanchonetes	Total
Arez	02	05	05	12
Baía Formosa	24	11	05	40
Ceará-Mirim	04	02	02	08
Canguaretama	13	06	03	22
Extremoz	40	40	20	100
Macaíba	08	05	04	17
Maxaranguape	12	06	04	22
Natal	187	46	177	410
Nísia Floresta	17	23	02	42
Parnamirim	25	04	11	40
Pedra Grande	02	04	10	16
Rio do Fogo	02	10	03	15
São Gonçalo do Amarante	13	02	10	25
São José de Mipibu	03	02	07	12
São Miguel do Gostoso	15	10	08	33
Senador Georgino Avelino	01	02	02	05
Tibau do Sul*	113	70	20	203
Touros	10	05	03	18
Total	491	253	296	1.040

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009; * Diagnóstico Plano Diretor Municipal, 2007.

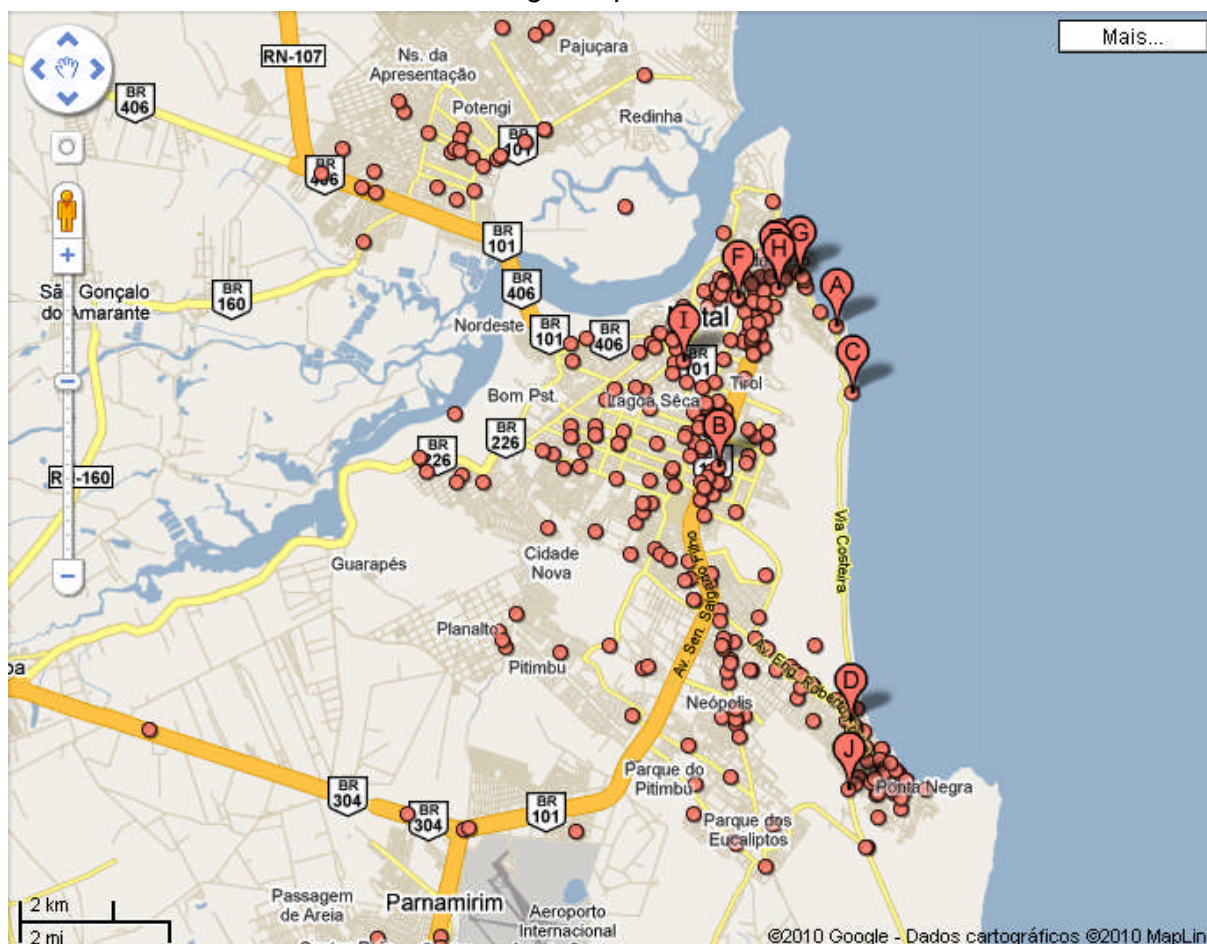
Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

No Polo Costa das Dunas, os municípios de Natal e Tibau do Sul se destacam em termos de equipamento de alimentação, não só pela quantidade de equipamentos, mas também pela qualidade e variedade de opções.

Em ambos os casos é possível encontrar restaurantes requintados de cozinha internacional, comandados por chefs renomados, ideais para os paladares mais exigentes. Da mesma forma, existe uma boa quantidade de opções de restaurantes de cozinha nacional e regional, à *la carte* ou *self-service*, além de bistrôs, cafés, lanchonetes, redes de *fast-food* internacionais e franquias nacionais (Natal).

Em Parnamirim, nas praias de Cotovelo e Pirangi do Norte, existe um pequeno conjunto de bares e restaurantes que atrai muitos visitantes, especialmente no período de veraneio, tendo como principal atrativo o caranguejo, a paçoca no pilão e outros pratos à base de frutos de mar. Já Nísia Floresta também conta com alguns empreendimentos que atraem um público cativo, especialmente em busca do camarão, tradicional da região.

FIGURA 102. Pontos do *Google Maps* indicando Restaurantes em Natal



Fonte: *Google Maps*, 2010.

3.3.3.3. Agências de Viagens, Operadoras de Turismo e Serviços de Receptivo

A maior parte da oferta de agências de viagens, operadoras turísticas e empresas de receptivo do Polo Costa das Dunas se concentra na cidade de Natal. São 152 agências e operadoras em Natal e 04 empresas de receptivo. Fora da capital, existem ainda 04 agências de viagens em Parnamirim, e em Tibau do Sul 02 agências de viagens e 02 empresas de receptivo. Assim, ao todo, foram identificadas 158 agências de viagens e operadoras turísticas e 06 empresas de receptivo. Destas, apenas 67, segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo, estão afiliadas à Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV.

Em Natal existem escritórios de grandes empresas nacionais como a CVC Viagens, TAM Viagens e *Luck Viagens*.

O fato da grande maioria das agências de viagens e receptivos estarem concentradas em Natal pode ser facilmente explicado se considerar que é na capital do Estado que está a

melhor infraestrutura de hospedagem, restaurantes, terminal rodoviário, proximidade com o Aeroporto e demais facilidades, agindo assim como centro articulador e distribuidor de turistas para os demais destinos do Estado.

3.3.3.4. Autolocadoras

Foram identificadas 44 autolocadoras no Polo Costa das Dunas, sendo 03 em Baía Formosa, 03 em Ceará-Mirim, 01 em Extremoz, 01 em Macaíba, 26 em Natal, 06 em Parnamirim, 01 em São José de Mipibu, 01 em Pedra Grande e 02 em Tibau do Sul.

Dentre as autolocadoras existentes na capital, encontram-se franquias de redes internacionais, como a *Hertz* e a *Master Rent a Car* e redes nacionais, a exemplo da *Localiza* e *Avis*. Nos demais municípios, as autolocadoras são prioritariamente de pequeno porte e também autolocadoras de particulares, que atuam na informalidade.

É importante destacar que em Natal e todo litoral um dos meios de transporte mais utilizados são os buggies, utilizadas para os passeios nos litoral e nas dunas. Os bugueiros devem ser treinados, cadastrados na SETUR e os veículos devem estar em bom estado de conservação para não comprometer a segurança dos visitantes.

3.3.3.5. Serviços de Informações Turísticas

Apesar de sua importância precípua para a atividade turística, os serviços de **Informações Turísticas** no Polo Costa das Dunas, a exemplo do que acontece no restante do Estado, são bastante precários. São poucos os pontos de informações aos turistas que efetivamente funcionam, sendo entendido como aqueles que possuem pessoas capacitadas a fornecerem informações, materiais disponíveis (folders, mapas, roteiros, etc.) – a disponibilidade da própria informação – que às vezes é defasada e não condiz com a realidade. Na verdade, **a estrutura precária do ponto de informação e/ou sua inexistência é reflexo da carência de informações e dados turísticos atualizados e consolidados, pelos órgãos oficiais do turismo, sejam municipais ou estaduais.**

O item “Informações Turísticas” é avaliado constantemente nas Pesquisas de Demanda Turística, realizadas apenas no município de Natal, sendo alvo constante das avaliações negativas dos turistas, situação que reflete a precariedade desse setor no Polo Costa das Dunas.

Por isso, considerando a vocação turística de toda a costa litorânea do Polo Costa das Dunas e a importância desse tipo de serviço não só para turistas, mas para o planejamento turístico institucional, empresarial, vez que fornece aos órgãos institucionais informações sobre sua demanda, é imprescindível a implantação de postos de informações turísticas em rede, capazes de atender aos anseios da demanda por informações sobre produtos, serviços e atrativos do Polo e subsidiar informações para o planejamento da atividade. No mesmo contexto, faz-se imprescindível dotar as Secretarias de Turismo, estadual e municipais, de um Sistema que possa ser retroalimentado e fornecer informações confiáveis para balizar o planejamento da atividade.

3.3.3.6. Equipamentos para Venda de Artesanato

Foram identificados 36 pontos de venda de artesanato espalhados pelos municípios do Polo Costa das Dunas. Os municípios que não foram citados no quadro abaixo não possuem equipamentos para venda de artesanato.

QUADRO 30. Equipamentos para Venda de Artesanato

Municípios	Equipamentos para Venda de Artesanato
Arez	Pórtico da Cidade
Baía Formosa	Lojas, Feirinha, Mercado das Artes
Ceará-Mirim	Centro de Artesanato do Trabalhador
Extremoz	Barracas de Artesanato, Feira de Exposições
Maxaranguape	Maracajaú Diver, Pousada Mergulho, Centro de Artesanato, Portal de Maracajaú
Natal	Shopping do Artesanato Potiguar, Centro de Turismo, Feirinha de Artesanato Praia do Meio, Artesat, Mercado Municipal, Feirinha de Artesanato de Ponta Negra, Feira de Artesanato da UFRN
Nísia Floresta	Loja do Big Blue, Adília Bezerra Dantas, Artesanato Jerusalém, Associação das Rendeiras de Alcaçuz, Vera Rendas e Bordados, Priscila Variedades, Associação das Labirinteadoras de Campo de Santana
Parnamirim	Feira de Artesanato do Cajueiro
São Gonçalo do Amarante	Mercado de Artesanato de São Gonçalo do Amarante
São José de Mipibu	Cerâmica Marta Job, Cerâmica Leão do Norte, Artesanato de Cipó, Associação dos Artesãos
São Miguel do Gostoso	Armazém do Artesanato
Senador Georgino Avelino	Associação Surubató de Artesãos
Tibau do Sul	Centro de Artesanato da Praça do Pescador
Touros	Centro de Turismo de Touros

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em Natal, existem espaços especialmente criados para essa finalidade: o Shopping do Artesanato Potiguar, em Ponta Negra, o Centro de Artesanato, na Praia dos Artistas e Centro de Turismo, bem como outras 'feirinhas' localizadas próximas a áreas notadamente turísticas, como Ponta Negra, Capim Macio, Praia do Meio e dos Artistas.

O **Shopping do Artesanato Potiguar** abriga 180 lojas, sendo o maior de Natal na atualidade, enquanto o **Centro de Turismo**, antiga casa de Câmara e Cadeia de Natal, abriga hoje 42 lojas. O **Centro de Artesanato da Praia dos Artistas** conta com 80 lojas e, a característica comum a todos é que vendem produtos artesanais de todo o Rio Grande do Norte e, em alguns casos, pedras preciosas e semi-preciosas potiguares.

Alguns municípios como Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim e São José de Mipibu possuem centros de artesanato bastante conhecidos que são também visitados não por turistas, mas pela população vizinha, que vai em busca do artesanato característico desses lugares, como a cerâmica azul, rendas de bilro, etc.

É importante ressaltar que muitos artesãos ainda trabalham e vendem seus produtos em casa, de maneira informal, ou então encaminham seus produtos para serem vendidos em lojas e outros centros, como o Centro de Turismo de Natal, que comercializa não só o artesanato característico de Natal, mas de vários outros municípios do Estado.

Além de centro de compras, o Centro de Turismo também é considerado um dos mais importantes atrativos culturais da cidade, e oferece ao turista opções de alimentação com pratos da gastronomia local e shows, como o Tradicional Forró com Turista, opção de lazer noturno em Natal. Apesar do grande fluxo de visitantes que recebe, o local carece de uma melhor estrutura de mobilidade e acessibilidade para os turistas, especialmente àqueles com necessidades especiais de locomoção. Em virtude disso, é necessário pensar alternativas para solução dessas dificuldades, de modo a restaurar o Centro de Turismo,

bem como, dotá-lo de estrutura compatível com a diversidade de pessoas que o visitam todos os dias.

3.3.3.7. Equipamentos para Reunião e Eventos

O turismo de negócios e eventos ocorre, em especial, em Natal, em razão de sua função de centro administrativo e econômico do Estado e também da infraestrutura de acesso, hospedagem, alimentação etc., que dá suporte à atividade de eventos. Abaixo, estão apresentados os equipamentos para reuniões e eventos nos municípios, assim como a sua capacidade. Os municípios não citados não apresentam espaços.

TABELA 18. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos

Municípios	Equipamentos e serviços para reuniões e eventos	Capacidade
Canguaretama	Centro de Eventos	800
Extremoz	Espaço Marista	200
	Quadra de Esportes	2.000
Macaíba	Centro de Convenções Pax Clube	200
Maxaranguape	Fundação Gera Harmonia	100
	Ecoposto do IDEMA	50
Natal	Centro de Convenções	12.000
	Bello Maré Hotel	150
	Holiday Inn	200
	Hotel Parque da Costeira	700
	Manary Praia Hotel	90
	Natal Mar Hotel	65
	Natal Praia Hotel	100
	Ocean Palace Beach	400
	Pestana Natal	760
	Pirâmide Natal	3.668
	Ponta Negra	60
	Porto Suítes	1.500
	Serhs Natal	3.000
	Praiamar Hotel	560
	Hotel Imirá	400
	FIERN	234
	CEFET	600
Midway Hall	1.400	
Parnamirim	Hotel Village do Sol	300
	Parque Aristófane Fernandes	2.000
Pedra Grande	Restaurante Maria Bonita	200
São José de Mipibu	Resort	500
	Centro de Treinamento da EMATER	145
	Resort Tropical Hotel Fazenda	500
	Parque Verde	300
Tibau do Sul	Hotel Eurosol	300
Touros	Auditório do Centro de Turismo	200
Total	33	-

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A tabela acima apresenta uma série de equipamentos disponíveis nos municípios para a realização de eventos. Entretanto, nem todos são equipamentos específicos como centros de convenções ou salas de eventos em hotéis ou outras dependências.

Dos equipamentos listados, o **Centro de Convenções de Natal** se destaca, com capacidade para abrigar eventos de até 12.000 pessoas. Localizado próximo na Via Costeira, próximo aos bairros com maiores concentrações de hotéis e pousadas, o Centro de Convenções é capaz de abrigar eventos de diversos formatos – de feiras de negócios, congressos e eventos científicos. Recentemente passou por uma reforma a fim de se ampliar a sua capacidade receptiva.

Entretanto, apresenta algumas limitações: está localizado numa área de dunas, o que impede maiores ampliações. O estacionamento, que já passou por ampliação, não tem a capacidade adequada para comportar os eventos maiores abrigados pelo Centro de Convenções. O acesso é feito pela Via Costeira e é dificultado por congestionamento em dias de eventos, o que acaba por comprometer a circulação de veículos nessa região. Só há um acesso – com portão de entrada e de saída – dificultando a rápida escoação dos veículos, que também provoca congestionamento e esperas para a entrada e saída de veículos do estacionamento.

Há também outros espaços de eventos, especialmente nos hotéis da Via Costeira, que contam, em sua maioria com grandes salas de eventos, e também hotéis em Ponta Negra.

O Parque Aristóфанes Fernandes, em Parnamirim, é um parque de exposições que abriga, no mês de outubro, a já tradicional Festa do Boi, que reúne diversos visitantes da região e da grande Natal.

3.3.3.8. Parques Temáticos

Os Parques Temáticos existentes no Polo Costa das Dunas podem ser considerados como um grande atrativo e motivador para atrair fluxos de visitantes, sobretudo famílias em férias com crianças, que buscam opções além da beleza das praias e do conforto dos *resorts*.

QUADRO 31. Parques Temáticos e Complexos de Lazer Polo Costa das Dunas

Parque	Município	Litoral
<i>Ma-Noa</i> Parque	Maxaranguape	Litoral Norte
<i>River Park</i>	Parnamirim	Litoral Sul
<i>Baby</i> Parque	Parnamirim	Litoral Sul
<i>Big Blue</i>	Nísia Floresta	Litoral Sul
Ponta do Pirambú	Tibau do Sul	Litoral Sul
Fazendinha RN	Macaíba	Litoral Sul

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

O Ma-Noa Parque, localizado no município de Maracajaú, na atualidade é o único parque temático que atende a demanda turística. Com uma infraestrutura capaz de atender as necessidades dos usuários que buscam este tipo de atrativo, o Ma-Noa conta com estacionamento para veículos particulares, restaurantes variados, piscinas de água doce, praia, lazer e recreação com monitores especializados, massagem entre outros serviços.

FIGURA 103. Ma-Noa Park



Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Existem ainda o *River Park* e o *Baby Parque*, ambos em Parnamirim, que oferecem estrutura de lazer (toboáguas, tobogãs, piscinas naturais, cachoeiras, restaurante, playground) com um público formado por moradores da região e que ainda não foram apropriados pelo turismo.

Em Nísia Floresta, o *Big Blue* é um misto de parque aquático, loja de conveniência, restaurante e área de lazer, localizado na Praia de Búzios.

Em Tibau do Sul está localizado o Ponta de Pirambú, um complexo de lazer que, embora não se configure na categoria de parque temático, reúne um conjunto interessante de piscinas de água doce, restaurante, espaços de massagem ao ar livre, playground, entre outras opções, sendo melhor classificado com *day use*.

A Fazendinha RN é um complexo rural localizado no município de Macaíba, que reúne no mesmo espaço atividades rurais com passeios a cavalo e charrete, visitas a um mini zôo de animais de fazenda e ordenha da vaca que podem ser compartilhadas por toda a família, caminhadas e trilhas, piscinas de água doce, playground e restaurante. Um espaço idealizado para *day camp* em família, ou para grupos de escolas, por exemplo. Por se tratar do único equipamento que explora o turismo rural, diferente dos demais que priorizam o turismo de sol e praia, requer um aprofundamento maior.

3.3.4. Demanda Turística

As informações deste capítulo referem-se aos dados fornecidos pela Secretaria do Estado de Turismo do Rio Grande do Norte sobre as Pesquisas de Turismo Receptivo no município de Natal, tomando como base os anos de 2006, 2007 e 2008. Está-se considerando apenas a Pesquisa de Demanda Turística do município de Natal visto que é a única realizada regularmente, em diversos períodos do ano, todos os anos; além de ser Natal o portão de entrada para o Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, Polo Costa das Dunas.

As Pesquisas de Demanda Turística são realizadas quatro vezes ao ano em Natal, sendo duas amostras de 1.000 pessoas, nos meses de alta estação, e duas amostras de 800 pessoas, nos períodos de média/baixa estação. São entrevistadas somente aquelas pessoas que estão deixando a cidade, sendo os locais de realização da entrevista: Aeroporto Internacional Augusto Severo, Rodoviária de Natal, Posto da Polícia Federal da BR-204 e Posto da Polícia Federal da BR-101.

Contudo, antes de determinar qual o perfil do turista que vem a Natal, acredita-se ser necessário apresentar a evolução do fluxo de turistas no Aeroporto Internacional Augusto Severo, considerando um intervalo maior de tempo, de 1999 a 2007.

No intervalo de 1999 a 2007, pode-se constatar um crescimento do fluxo de turistas de 31,1%, especialmente de estrangeiros. Considerando-se apenas os turistas nacionais, esse crescimento foi mais modesto, chegando a 15,2%. Entretanto, quando se pensa em turistas estrangeiros, o crescimento é significativo, chegando a 223%, como se pode observar no quadro e gráfico abaixo.

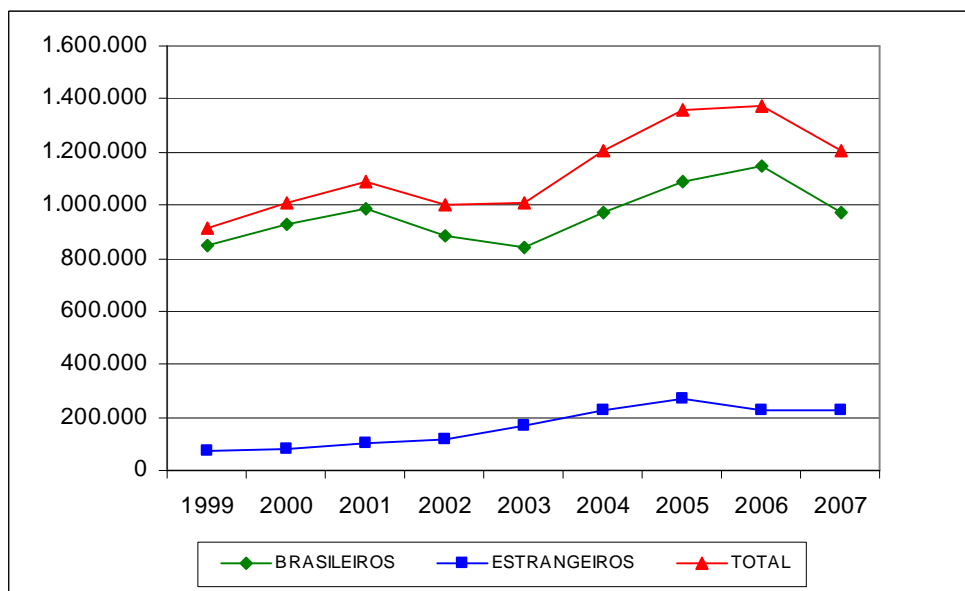
QUADRO 32. Fluxo Turístico Grande Natal 1999-2007.

Anos	Fluxo de Brasileiros	%	Fluxo de Estrangeiros	%	Fluxo Total	%
1999	846.537	92,34	70.222	7,66	916.759	100
2000	925.065	91,73	83.370	8,27	1.008.435	100
2001	985.095	90	104.015	10	1.089.110	100
2002	882.227	88	117.467	12	999.694	100
2003	837.911	83	168.855	17	1.006.766	100
2004	975.296	81	226.915	19	1.202.211	100
2005	1.086.016	80	269.664	20	1.355.680	100
2006	1.147.221	84	226.012	16	1.373.233	100
2007	975.296	81,13	226.915	18,87	1.202.211	100

Fonte: Indicadores básicos, SETUR/RN, 1999-2007.

Compilação: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

FIGURA 104. Fluxo Turístico Grande Natal 1999-2007



Fonte: Indicadores básicos, SETUR/RN, 1999-2007.

Compilação: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Em se tratando dos turistas brasileiros, vê-se que o crescimento ocorreu de forma paulatina, atingindo seu pico em 2006, quando foi registrado um fluxo de 1.147.221 pessoas. No ano seguinte, houve uma queda de aproximadamente de 17,6% passageiros nacionais. Já entre os estrangeiros, verifica-se que entre 1999 e 2003 a evolução foi drástica, chegando este a

quase duplicar em 2004. O grande número de vôos *charters* que chegavam semanalmente à Natal seguramente contribuiu para esse resultado, sendo advindos em especial de Portugal, Itália, Espanha e Escandinávia. Em 2005, a participação dos visitantes internacionais chegou a 20% de fluxo de turistas da Grade Natal.

Há que se mencionar que as obras de infraestrutura implementadas com os recursos do PRODETUR I, dentre elas a ampliação e reestruturação do Aeroporto Internacional Augusto Severo, contribuiu significativamente para a elevação do fluxo turístico na capital, uma vez que possibilitou a chegada de um maior número de aeronaves, bem como a estruturação de mais vôos diretos.

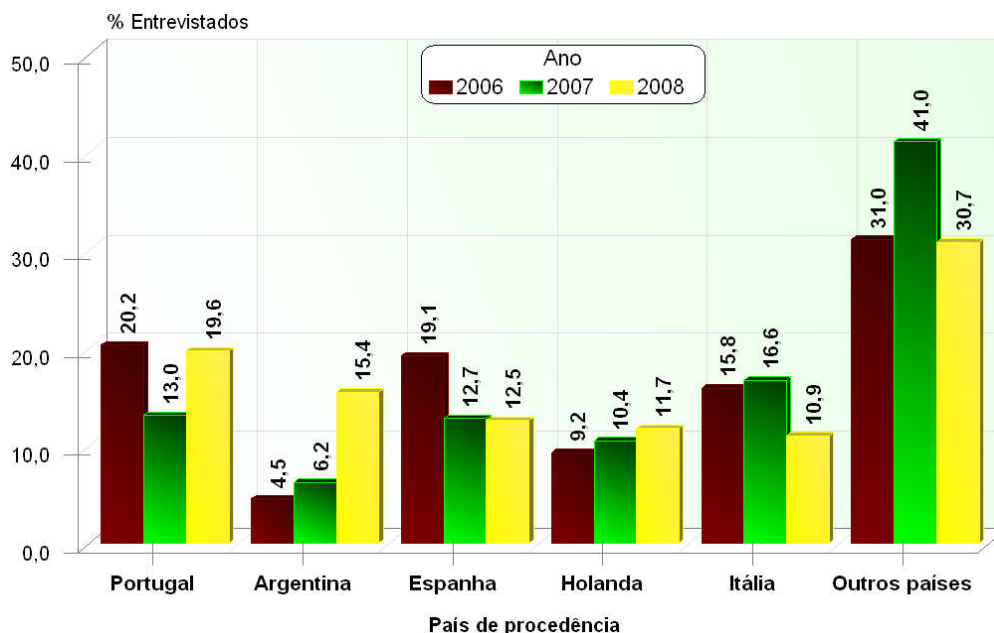
3.3.4.1. Perfil do Turista

Os itens analisados para os anos de 2006, 2007 e 2008 nas pesquisas de Demanda Turística de Natal e considerados para a identificação do perfil do turista que chega a esse destino são: procedência; meios de transporte; meios de hospedagem; forma de organização da viagem; características socioeconômicas; onde serão detalhados o gênero, idade, ocupação e renda mensal individual; marco da motivação da viagem; tempo de permanência médio; gasto médio diário individual – GMDI. Outro item trata da percepção do turista em relação ao destino, onde qualificará os preços, atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infraestrutura da localidade. Cada item será explicitado a seguir.

a) Procedência

Os mercados internacionais que mais enviaram turistas neste período foram: Portugal, Itália, Espanha, Holanda e Argentina. Pode-se afirmar que os portugueses ainda são os turistas que mais chegam ao Rio Grande do Norte, enquanto Itália e Espanha vêm logo atrás. Houve uma queda da participação dos portugueses em 2007, ano que coube à Itália a primeira colocação entre os países emissores, mas já em 2008 os portugueses recuperaram o primeiro lugar. A Espanha, que em 2006 chegou a ocupar a segunda colocação entre os países emissores de turistas, apresentou um decréscimo em 2007 e se manteve relativamente estável em 2008. A participação dos turistas italianos apresentou crescimento em 2007 e uma queda de 5,7 pontos percentuais em 2008, ano que registrou expressivo crescimento de 9,2 pontos percentuais dos turistas argentinos. A participação da Holanda vem crescendo de forma estável desde 2006, chegando a 11,7% em 2008.

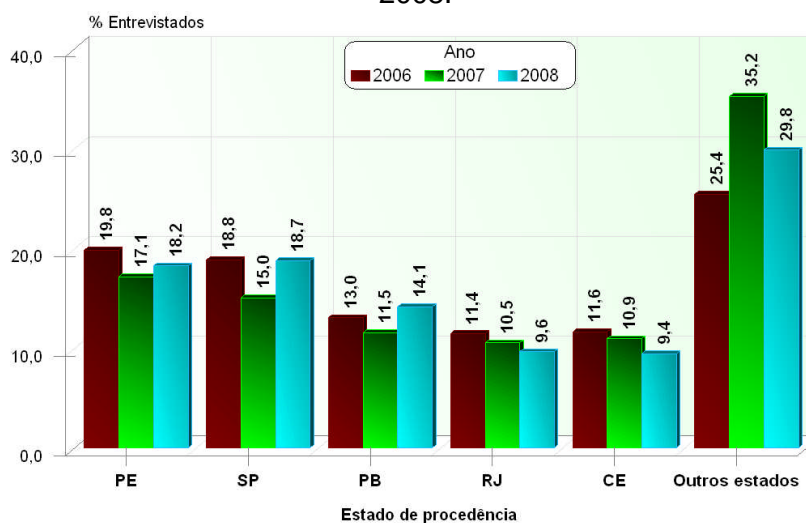
FIGURA 105. País de Procedência dos Turistas Estrangeiros no Município do Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Em se tratando dos turistas nacionais, os Estados de São Paulo e Pernambuco nos últimos três anos têm se revezado na liderança, vindo logo atrás a Paraíba. Em 2008, houve um crescimento de 2,6 pontos percentuais da participação deste estado entre os emissores nacionais de turistas para o Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro e Ceará possuem participação bastante próxima, havendo leve vantagem para o estado nordestino.

FIGURA 106. Estado de Procedência dos Turistas Brasileiros no Município do Natal, 2006-2008.



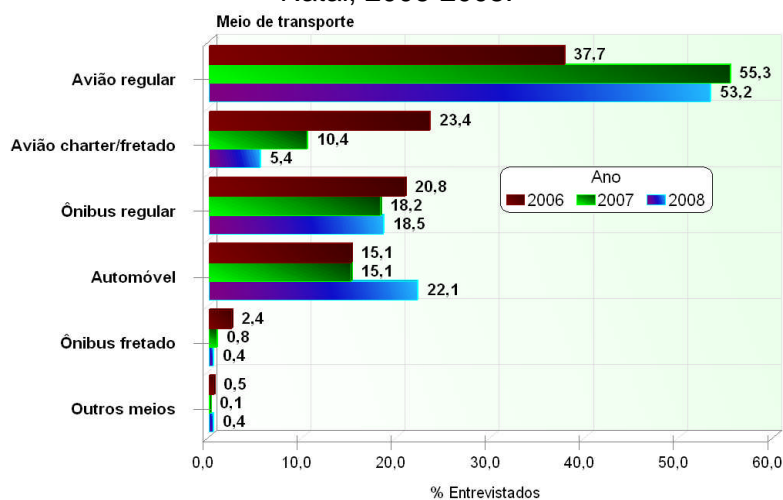
Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Sabendo-se qual o mercado que compra o produto turístico Natal, as ações promocionais do destino devem ser investidas nessas localidades, através da participação de férias, *famtours* de operadores e agentes de viagens e veiculação de peças publicitárias em diversas mídias.

b) Meios de transporte

O meio de transporte mais utilizado para se chegar a Natal foi o avião regular, que se destacou em todos os anos pesquisados, havendo um significativo crescimento de 2006 para 2007 de 17,6 pontos percentuais. Em relação aos vôos *charters*, houve um intervalo de tempo em que esse meio de transporte foi bastante utilizado, especialmente por grupos de turistas estrangeiros. Desde 2006, entretanto, estes tem apresentado uma queda significativa, como se percebe no gráfico abaixo.

FIGURA 107. Meio de Transporte utilizado pelos Turistas para chegarem ao Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

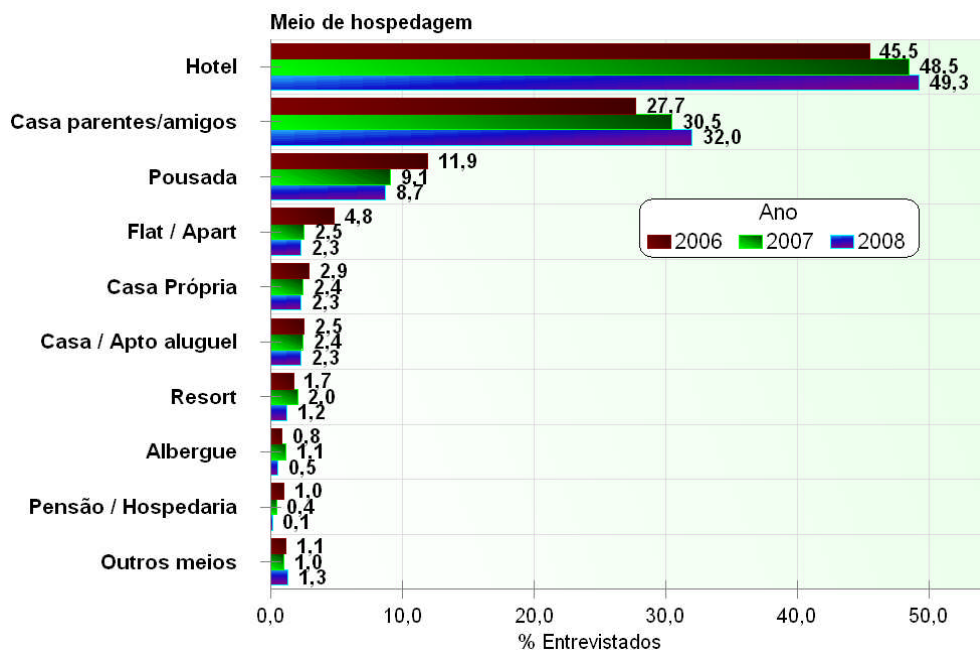
O transporte rodoviário é outro meio bastante utilizado pelos turistas que estiveram em Natal nos anos da pesquisa, sendo escolhidos especialmente por aqueles advindos de estados vizinhos, como Paraíba, Pernambuco e Ceará. Em 2008, observou-se um crescimento de 7 pontos percentuais na utilização do automóvel como meio de transporte.

Uma ação que irá contribuir grandemente para o incremento do turismo rodoviário em Natal é a duplicação da BR-101, obra que já apresenta alguns trechos prontos entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Quando a obra estiver concluída, apesar das distâncias entre as capitais nordestinas continuarem as mesmas, poderão ser feitas em menor tempo e com maior comodidade para o turista.

c) Meios de Hospedagem

O meio de hospedagem mais utilizado pelos turistas quando visitaram Natal foi o hotel, podendo-se observar um pequeno crescimento de 2006 a 2008, da ordem de 3,8 pontos percentuais. Em seguida, encontra-se a casa de parentes e amigos, cuja participação também aumentou 15% de 2006 a 2008. Em contraposição, pousada e flat/apart registraram decréscimo, indicando que migraram para os dois meios de hospedagem acima citados.

FIGURA 108. Meio de Hospedagem utilizado pelos Turistas no Município do Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

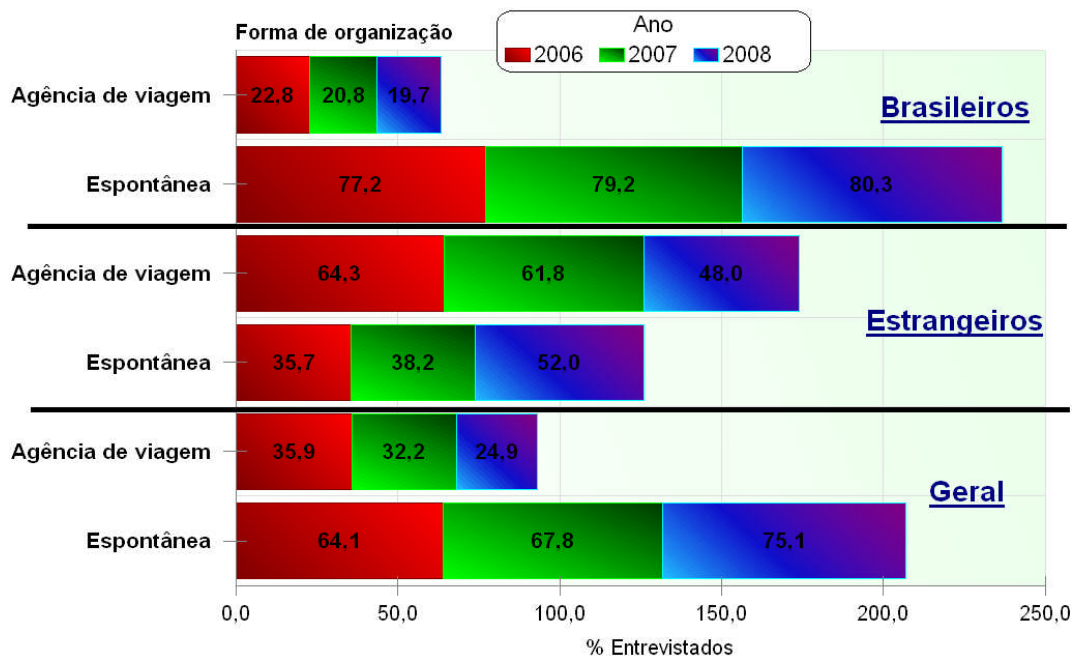
Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

d) Forma de Organização da Viagem

A forma da organização da viagem indica se o turista utilizou os serviços de agências de viagens para a compra de pacotes turísticos e/ou outros serviços ou se veio por conta própria.

De modo geral, houve crescimento daqueles que providenciaram todos os detalhes de sua viagem, ou seja, que vieram de forma espontânea; em contraposição a uma queda na utilização dos serviços de agências de viagens, no período de 2006 e 2008, representando uma variação de 11 pontos percentuais.

FIGURA 109. Forma de Organização da Viagem utilizada segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

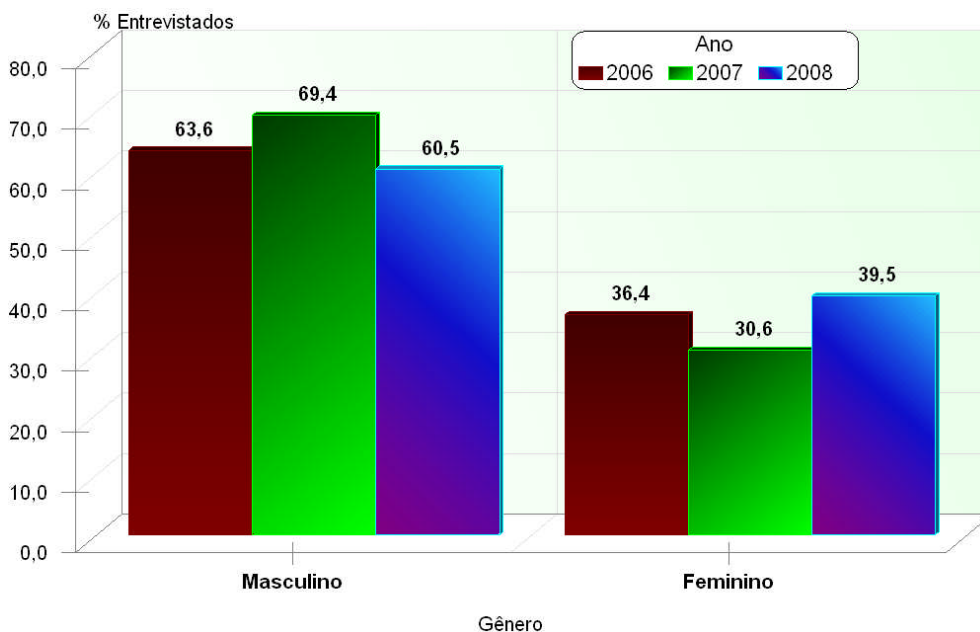
Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Tanto os turistas nacionais quanto os internacionais estão mais independentes. As facilidades de comprar passagens aéreas online utilizando o cartão de crédito, bem como a reserva do meio de hospedagem podem ser apontadas como os principais fatores para isso, uma vez que proporcionou a desintermediação dos produtos e serviços oferecidos pelas agências de viagens. Da mesma forma, as informações que se podem encontrar na internet, em portais estaduais e outros, sobre as destinações turísticas, permitem que o visitante possa planejar sozinho aquilo que deseja fazer na localidade, sem estar “preso” aos horários de ônibus e passeios oferecidos pelos pacotes turísticos.

e) Características Socioeconômicas

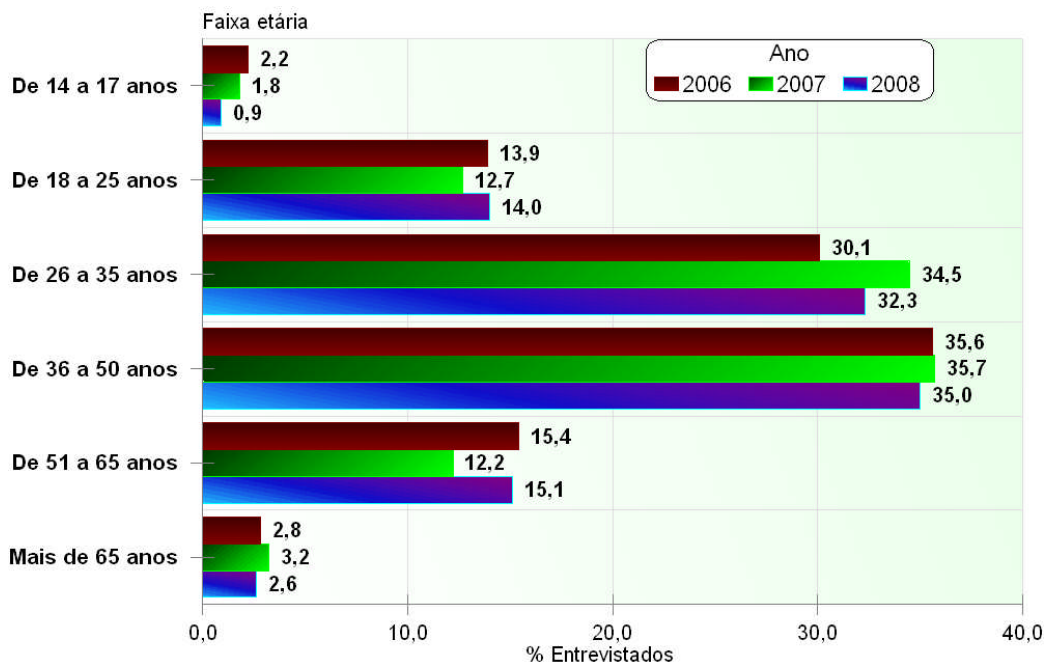
As pesquisas de Demanda Turística de Natal indicaram seguinte perfil socioeconômico do turista: em sua maioria homens, com idade entre 26 e 50 anos, que atuam como profissional liberal e/ou funcionário público, conforme se pode verificar nos gráficos seguintes.

FIGURA 110. Gênero dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

FIGURA 111. Faixa Etária dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.



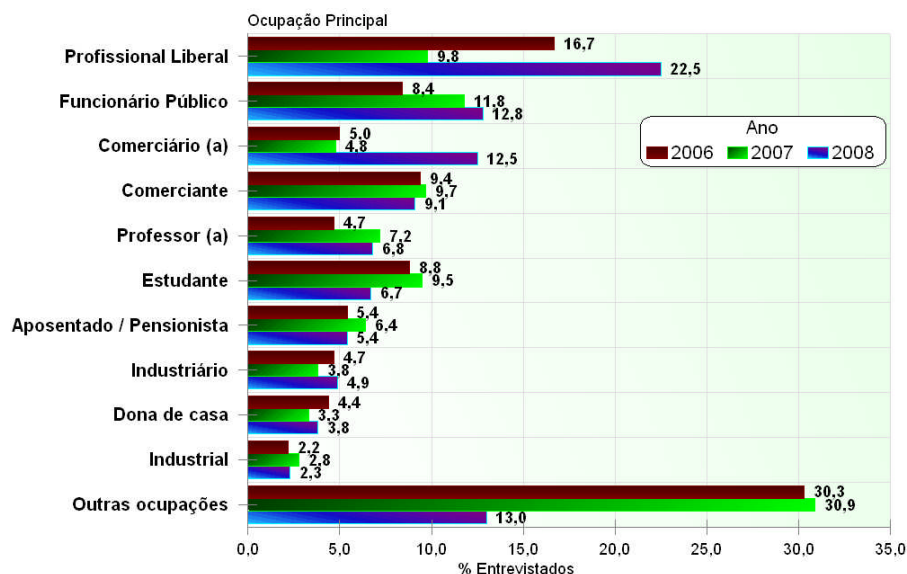
Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

A predominância de turistas homens pode indicar duas situações: homens que viajam a negócios ou, num cenário mais negativo, aqueles interessados no chamado “turismo sexual”, especialmente em se constatando que são estrangeiros. Por isso, é fundamental que pesquisas como essas sejam anualmente feitas e seus dados cruzados de modo que se possa determinar o cenário real.

Acerca dessa realidade, é fundamental que todas as instâncias do governo e sociedade em geral se envolvam em ações e iniciativas para combate ao chamado “Turismo Sexual”, promovendo atividades educativas, profissionalizantes, culturais e de lazer para crianças e adolescentes de grupos de risco, para que possam estar preparados para usufruir das receitas geradas pelo turismo de forma saudável e equilibrada.

FIGURA 112. Ocupação Principal dos Turistas que visitam o município de Natal, 2006-2008.

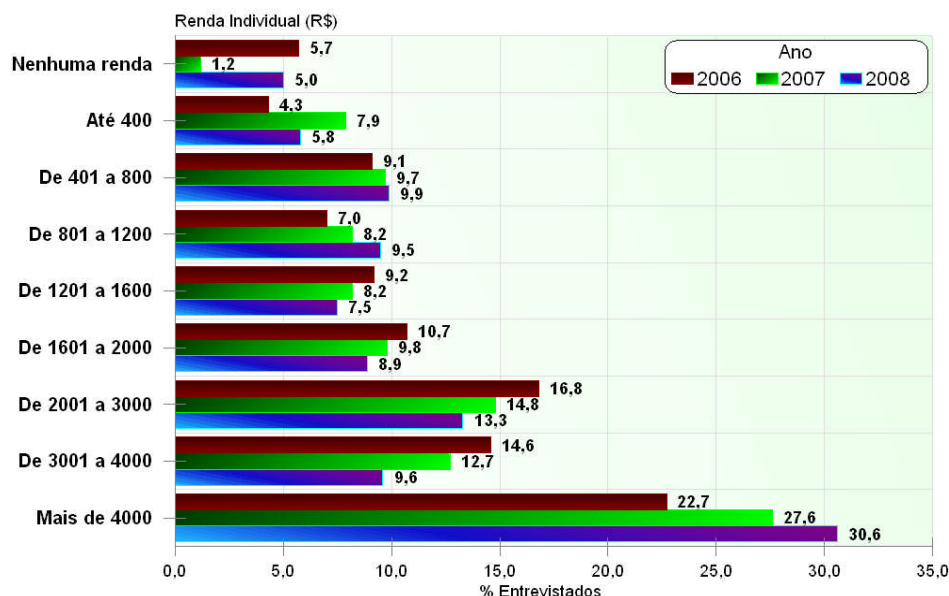


Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Possuem renda individual mensal média de mais de R\$ 4.000,00, no caso dos turistas brasileiros e, média de R\$ 11.000,00 para os turistas internacionais. Nos dois casos, vê-se que são indivíduos que possuem um poder de compra alto, possibilitando maior consumo de produtos e, conseqüentemente, maior circulação de divisas na localidade.

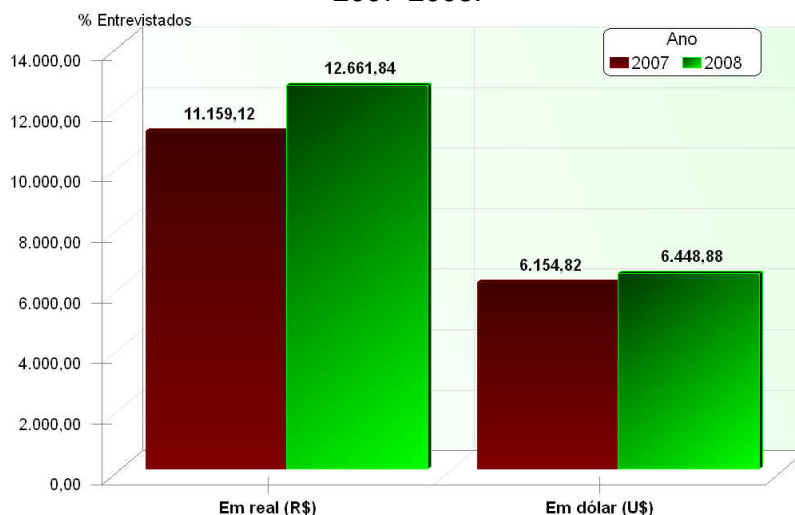
FIGURA 113. Renda Individual (R\$) dos Turistas Brasileiros no Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

FIGURA 114. Média da Renda Individual dos Turistas Estrangeiros no Município de Natal, 2007-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

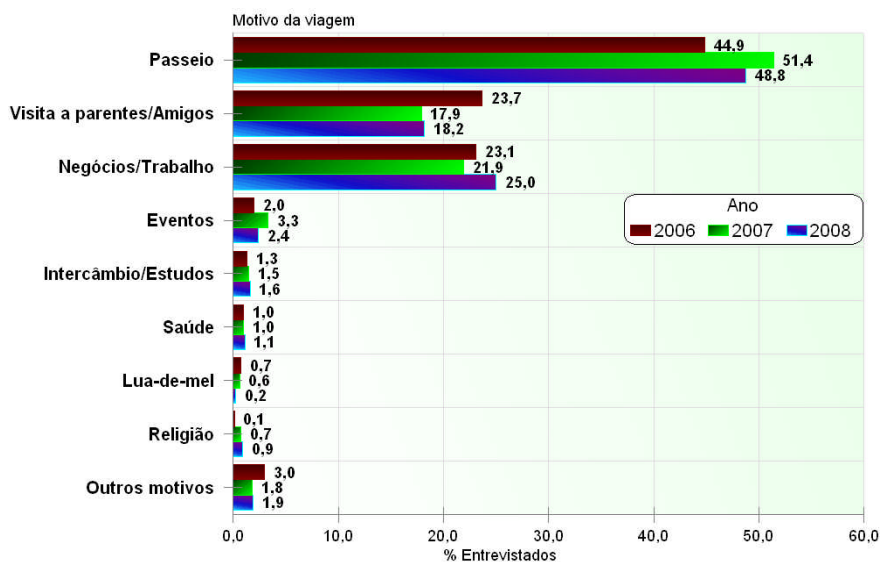
f) Marco da Motivação

No tocante ao marco motivacional, o passeio é, sem dúvida, predominante em todos os anos base desse estudo, abarcando, em alguns anos (2007), mais da metade de todos os turistas.

A visita a parentes e amigos e o turismo de negócios aparecem logo atrás, tendo havido um pequeno crescimento do último no período em questão, podendo-se afirmar que figurou como a segunda motivação dos turistas em visita a Natal entre os anos de 2006 e 2008.

Assim, constata-se que a grande presença de homens se deveu, nesse período, à grande participação do turismo de negócios em Natal.

FIGURA 115. Motivo da viagem dos Turistas que visitam o Município de Natal, 2006-2008.



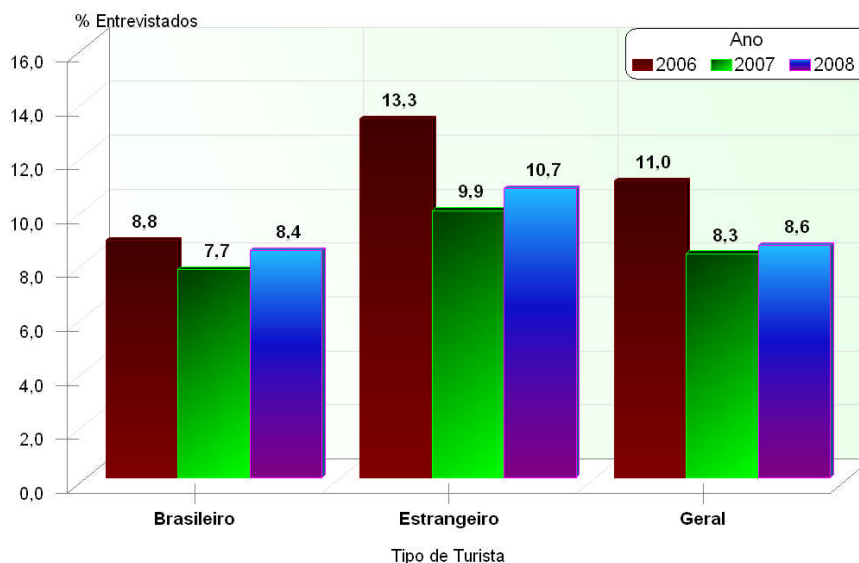
Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

g) Tempo de Permanência

O período de permanência média dos turistas em visitação a Natal apresentou decréscimo de 27,9% entre os anos de 2006 e 2008, como se pode visualizar no gráfico abaixo. Em 2006, a média de permanência geral foi de 11 dias, caindo para 8,3 dias em 2007 e, apresentado leve crescimento em 2008, chegando a **8,6 dias**. Isso se deveu ao decréscimo da quantidade de dias de permanência tanto de turistas nacionais quanto internacionais, sendo 2007 o ano que apresentou menores índices para ambos os turistas: 7,7 dias para nacionais e 9,9 para estrangeiros.

FIGURA 116. Média da Permanência (dias/pessoas) segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

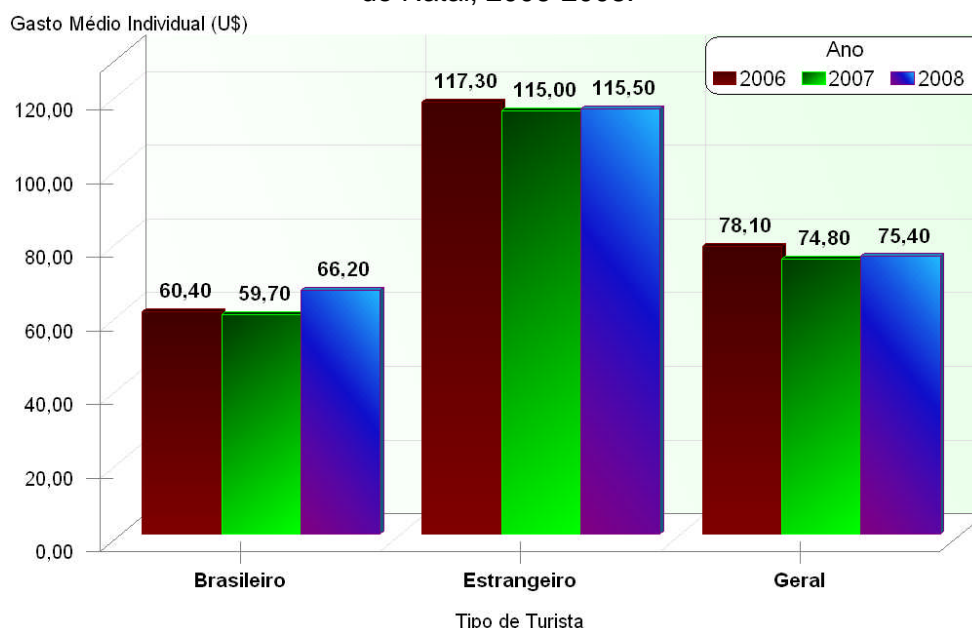
Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Em geral, contudo, o turista internacional permanece mais tempo na localidade que o brasileiro. Em 2008, por exemplo, a média de permanência do turista brasileiro foi de 8,4 dias, em contraposição a 10,7 dias dos turistas internacionais. O maior poder de compra do turista estrangeiro permite que este desfrute de mais dias no destino turístico. Ainda, o custo-benefício de viagens rápidas a uma destinação internacional é bastante pequeno, justificando-se uma permanência maior como forma de compensação.

h) Gasto Médio Diário Individual (GMDI)

Entre os anos de 2006 e 2008, o Gasto Médio Diário Individual – GMDI – dos turistas apresentou uma leve queda, passando de US\$ 78,10 em 2006 a US\$ 75,40, em 2008. A queda foi responsável em especial pelo decréscimo do GMDI dos turistas internacionais, já que no mesmo período, houve aumento do GMDI dos turistas brasileiros.

FIGURA 117. Gasto Médio Diário Individual (em U\$) segundo o Tipo de Turista no Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

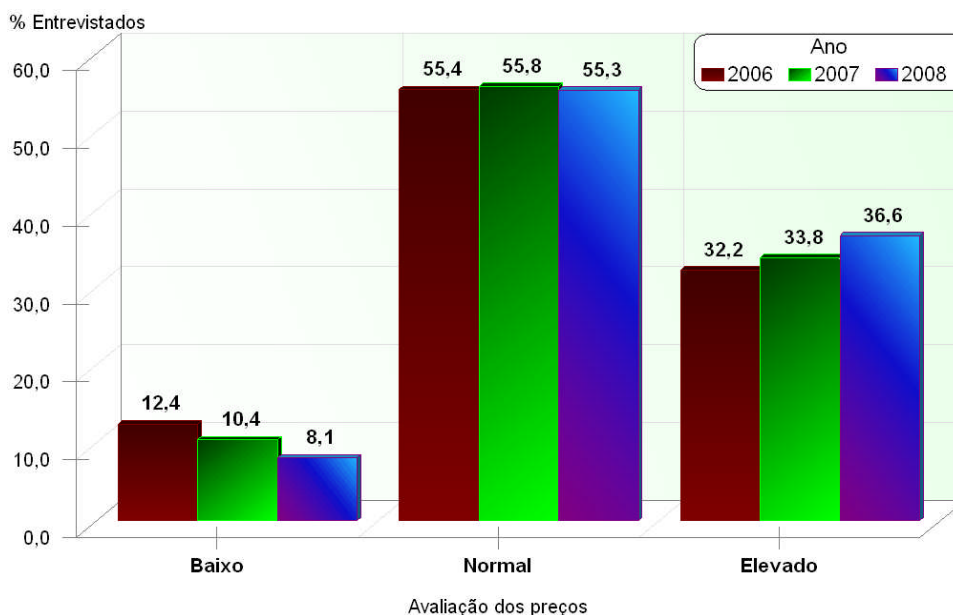
Essa situação, contudo, era esperada, uma vez que o GMDI está estreitamente relacionado ao tempo médio de permanência na localidade, que também apresentou queda nos anos em questão.

i) Percepção do Destino

A percepção do destino avalia uma série de fatores: os preços cobrados por produtos e serviços na localidade, bem como os atrativos turísticos, os equipamentos e serviços turísticos e a infraestrutura da localidade. Outros pontos analisados são os fatores que mais impressionaram positiva e negativamente no turista.

Os preços praticados na localidade foram considerados normais pela maior parte dos turistas nos três anos de referência. Houve, contudo, aumento daqueles que classificaram os preços como elevados: percentual que passou de 32,% em 2006 para 36,6% em 2008, índice que migrou da avaliação “baixo”.

FIGURA 118. Avaliação dos Preços dos Bens e Serviços adquiridos no Município de Natal pela Demanda Turística, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Os **atrativos turísticos** do município de Natal receberam **avaliações positivas** dos turistas que visitaram a localidade entre 2006 e 2008, destacando-se as avaliações aos Atrativos Naturais. Considerando-se os índices de ótimo e bom para as avaliações positivas, os Atrativos Naturais conseguiram índices de 95,9%, 97,5% e 97% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, sendo, portanto, os atrativos com melhor avaliação. O Patrimônio Histórico-cultural registrou um crescimento de sua avaliação positiva, passando de 69% (2006) a 86,6% (2008). Da mesma forma, as Manifestações Populares: registraram avaliação positiva de 68,1% em 2006, índice que se elevou a 81% em 2008, sendo ainda dos atrativos turísticos aquele com menor expressividade. Os índices de rejeição aos atrativos turísticos relacionados à cultura local diminuíram entre 2006 e 2008, ratificando o dado anteriormente exposto.

QUADRO 33. Qualificação dos Atrativos Turísticos do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística, 2006-2008.

Itens	Ótimo			Bom			Regular			Ruim		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Atrativos Naturais	42,9	67,2	61,0	53,0	30,3	36,0	3,6	2,1	2,6	0,5	0,4	0,4
Patrimônio Histórico/Cultural	13,4	35,5	33,8	55,6	48,6	52,8	25,4	12,3	10,8	5,7	3,7	2,5
Manifestações Populares	16,1	31,9	31,0	52,0	46,8	50,0	24,3	15,6	15,2	7,5	5,7	3,9

Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Os itens qualificados como **equipamentos e serviços turísticos** são: equipamentos de lazer, passeios oferecidos, passeios de buggy, empresas/serviços de receptivo, hospitalidade do povo, informações turísticas, guias de turismo, meios de hospedagem, bares e restaurantes, comércio e compras, diversão noturna e serviços de táxi.

Dos doze itens listados, os dois que receberam **melhor qualificação** em todos os anos foram: Hospitalidade do Povo e Passeios de Buggy. A Hospitalidade abarcou 94,9%, 96,2% e 94,4% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, sendo o item melhor qualificado pelo turista, com exceção de 2008, em que ocupou a terceira colocação. Nesse ano, as melhores avaliações positivas foram para Passeios de buggy (96,5%) e Passeios oferecidos (94,5%), que figurou na terceira colocação nos dois anos anteriores. O passeio de buggy, um dos mais conhecidos e tradicionais produtos turísticos do Polo Costa das Dunas, abarcou 92,5% e 94,9% de avaliações positivas nos anos de 2006 e 2007, respectivamente.

QUADRO 34. Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística, 2006-2008.

Itens	Ótimo			Bom			Regular			Ruim		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Equipamentos de lazer	18,3	36,9	32,0	63,6	52,0	58,2	14,9	9,7	8,6	3,2	1,4	1,2
Passeios oferecidos	31,1	41,9	39,0	58,9	51,6	55,5	8,8	5,7	4,2	1,2	0,7	1,2
Passeios de buggy	41,4	62,9	61,4	51,1	32,0	35,1	5,8	4,3	2,4	1,7	1,1	1,1
Empresas/Serviços de receptivo	24,3	35,3	30,5	61,8	55,2	61,1	11,1	7,8	6,3	2,8	1,7	2,0
Hospitalidade/Povo	41,3	56,8	50,7	53,6	39,4	43,7	4,2	3,3	4,3	1,0	0,6	1,3
Informações turísticas	21,6	33,2	30,7	55,3	53,5	56,2	17,0	11,2	9,5	6,1	2,1	3,6
Guias de turismo	26,4	36,5	38,8	56,9	52,1	49,1	13,6	9,9	10,0	3,1	1,5	2,2
Meios de hospedagem	28,1	42,0	38,9	58,3	51,1	52,4	11,2	5,5	7,1	2,5	1,3	1,5
Bares/Restaurantes	26,1	38,1	35,6	63,1	54,9	56,5	9,4	5,9	6,5	1,3	1,0	1,4
Comércio/Compras	16,8	27,5	20,4	66,5	60,0	64,2	14,8	10,7	13,7	1,9	1,8	1,6
Diversão Noturna	22,6	34,3	28,7	53,1	50,1	54,4	18,2	12,2	12,3	6,1	3,3	4,6
Serviços de táxi	16,3	24,8	21,5	61,7	57,4	62,7	15,5	13,8	10,9	6,5	4,0	4,9

Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Em contraposição aos equipamentos e serviços melhor qualificados em Natal, os que receberam **pior avaliação** pelos turistas, nos anos de referência foram Serviços de Táxi e Diversão Noturna. O primeiro obteve 6,5%, 4% e 4,9% de avaliações negativas ("Ruim") em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, sendo o item de pior avaliação. Já a Diversão Noturna recebeu qualificação negativa por parte de 6,1%, 3,3% e 4,6% dos turistas em visita a Natal. Outro item que figurou entre os piores avaliados foram as Informações Turísticas, considerado o terceiro mais precário no município de Natal.

Em seguida, tem-se a qualificação da **infraestrutura municipal**, em que se consideram: condição/qualidade ambiental da localidade, comunicações, sinalização urbana e turística, segurança pública, limpeza pública, transporte urbano coletivo, terminal rodoviário e aeroporto/campo de pouso.

Desses, os que receberam **melhor avaliação positiva** foram Qualidade Ambiental e Comunicações, excetuando-se o ano de 2006, em que Aeroporto ocupou a segunda colocação (80,3%). Nos demais anos, ficou com a terceira colocação entre os com melhor qualificação. Em relação à Qualidade Ambiental, esta recebeu 89,4%, 92,4% e 89,8% de avaliações positivas em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, sendo o item da infraestrutura melhor avaliado. Já as Comunicações foram qualificadas por 80,2% (2006), 86,4% (2007) e 83,6% (2008) como positivas pelos turistas em viagem a Natal.

QUADRO 35. Qualificação da Infraestrutura do Município de Natal, avaliados pela Demanda Turística.

Itens	Ótimo			Bom			Regular			Ruim		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Condições/Qualidade ambiental da localidade	37,6	39,5	31,7	51,8	52,9	58,1	7,9	5,8	7,8	2,6	1,8	2,3
Comunicações (correios/telefone/internet)	19,2	27,1	20,9	61,0	59,3	62,7	12,7	9,4	9,3	7,1	4,2	7,1
Sinalização urbana turística	13,9	21,8	21,5	56,8	53,3	58,4	19,0	18,3	14,5	10,3	6,6	5,6
Segurança Pública	11,4	19,4	19,0	60,1	60,4	55,9	21,0	14,9	17,3	7,5	5,3	7,8
Limpeza Pública	15,7	22,0	21,6	55,1	54,3	53,0	21,4	17,5	17,7	7,9	6,3	7,8
Transporte Urbano Coletivo	6,8	18,9	13,7	61,3	47,9	54,4	23,0	23,6	21,1	9,0	9,6	10,8
Terminal Rodoviário	3,8	13,0	11,1	42,9	32,4	35,6	33,4	28,1	29,1	20,0	26,5	24,2
Aeroporto/Campo de Pouso	17,6	20,6	18,2	62,7	63,3	62,0	15,4	13,2	15,2	4,4	3,0	4,6
Avaliação Geral do Município	34,8	40,4	40,1	58,8	54,6	55,1	6,0	4,6	4,1	0,5	0,4	0,7

Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

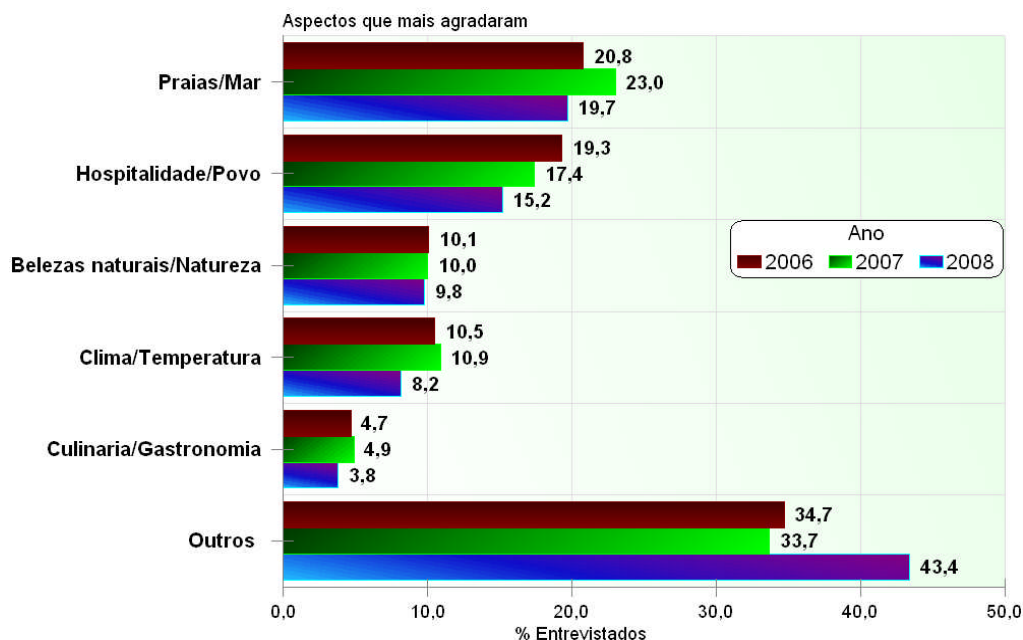
Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Os itens da infraestrutura **mais criticados** nas pesquisas de Demanda Turística dos anos em questão foram: Terminal Rodoviário e Transporte Urbano Coletivo, excetuando-se o ano de 2006, em que a Sinalização urbana e turística ocupou o segundo lugar (10%). O Terminal Rodoviário de Natal é de forma inquestionável o pior item avaliado pelos turistas, recebendo 20%, 26,5% e 24,2% de qualificações negativas nos anos de 2006, 2007 e 2008, respectivamente. O Transporte Urbano Coletivo foi classificado como um dos piores itens da infraestrutura natalense por 9% (2006), 9,6% (2007) e 10,8% dos turistas em Natal. Outro item que recebeu várias críticas foi a Sinalização Urbana e Turística que figurou entre os três primeiros itens pior avaliados nos anos pesquisados.

Apesar de algumas críticas a oferta de atrativos, equipamentos e serviços e infraestrutura da localidade, a avaliação positiva geral de Natal melhorou de 2006 para 2008, passando de 93,6% naquele ano para 95,2%.

Para finalizar a percepção da destinação turística, os turistas apontaram, de forma espontânea, os dois itens que mais lhe agradaram e os dois que menos agradaram. Destacaram-se positivamente nos três anos de referência as Praias/Mar e a Hospitalidade do Povo, ratificando as qualificações dos anteriormente mostradas.

FIGURA 119. Aspectos que mais Agradam a Demanda Turística em relação ao Município de Natal, 2006-2008.

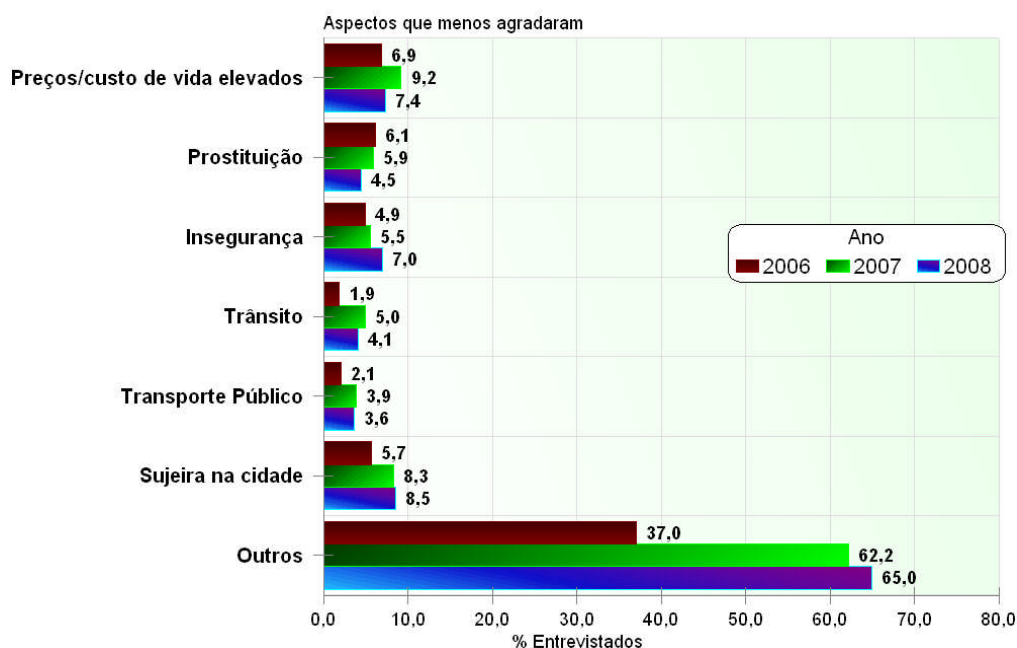


Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Em contrapartida, os dois aspectos que menos agradaram foram: em 2006 – preços/custo de vida elevado e prostituição; e em 2007 e 2008 – também preços/custo de vida elevado e sujeira na cidade, devendo-se registrar em 2008 o crescimento da insegurança por parte do turista, como mostra o gráfico abaixo.

FIGURA 120. Aspectos que menos Agradam a Demanda Turística em relação ao Município de Natal, 2006-2008.



Fonte: Relatórios Consolidados de Demanda Turísticas do RN, 2006 a 2008, SETUR.

Nota: Foram consideradas apenas as respostas válidas, excluindo-se os entrevistados que não responderam.

Com base nas informações acima expostas, é possível determinar o perfil do turista que chega a Natal, utilizando como base as Pesquisas de Demanda Turística realizadas pela SETUR nos anos de 2006 a 2008.

Percebeu-se um incremento do fluxo de turistas a Natal que podem ser creditadas em parte às obras de ampliação e reestruturação do Aeroporto Internacional Augusto Severo, bem como a maior investimento em promoção do destino, nacional e internacionalmente. É oportuno frisar o expressivo aumento da demanda de turistas internacionais, mormente a partir do ano de 2004:

- Os turistas nacionais predominam em Natal, sendo advindos especialmente de Pernambuco, São Paulo, Paraíba e Ceará;
- No caso dos estrangeiros, destacam-se os vindos de Portugal, Espanha e Itália, devendo-se registrar um aumento dos turistas da Argentina em 2008;
- O meio de hospedagem mais utilizado é hotel e, logo após, casa de parentes e amigos, havendo diminuição dos que optam por pousadas;
- O principal meio de transporte para chegar a Natal é o avião, em vôos regulares, sendo o transporte rodoviário bastante utilizado. Registrou-se aumento da utilização do automóvel e queda expressiva de vôos *charters*;
- A forma de organização da viagem é espontânea, constatando-se diminuição de brasileiros e estrangeiros que utilizaram os serviços de agências de viagens;
- São em sua maioria homens, com faixa etária entre 26 e 50 anos, profissionais liberais e funcionários públicos, com rendimento individual mensal superior a R\$ 4.000,00;
- A motivação da viagem é o lazer e a viagem a negócios;
- Permanecem em média 8,6 dias na localidade, registrando-se queda nesse número. O tempo médio de permanência dos estrangeiros é superior ao dos brasileiros;
- Gastam em média, diariamente, na localidade US\$ 75,40 (2008), valor que também apresentou queda em se comparando a 2006. Estrangeiros gastam um pouco mais;
- Consideram os preços praticados na localidade como razoáveis, sendo percebido uma elevação das opiniões para preços elevados;
- Os atrativos turísticos melhor avaliados são os naturais, recebendo mais de 95% de qualificações positivas (bom e ótimo) em todos os anos;
- Os equipamentos e serviços turísticos melhor qualificados são: hospitalidade do povo e os passeios de buggy. Os com pior avaliação são: serviços de táxi e diversão noturna;
- Dos itens da infraestrutura, os com melhor avaliação são qualidade ambiental e telecomunicações. Os piores: terminal rodoviário e transporte urbano coletivo;
- Os itens que mais agradaram os turistas: praias/mar e hospitalidade. Os que menos agradaram: preços/custo de vida elevado e sujeira na cidade, sendo mencionados, ainda, prostituição e insegurança.

Assim, é possível afirmar que as informações coletadas com as pesquisas de demanda se coadunam com os estudos realizados sobre a oferta turística do Polo Costa das Dunas.

Os atrativos turísticos naturais destacam-se na oferta turística do Polo Costa das Dunas, em especial as praias, consideradas um dos itens que mais agradaram os turistas. A qualidade ambiental do destino também foi elogiada, condição *sine-qua-nom* para a utilização desse

tipo de atrativo. O passeio de buggy, estreitamente relacionado ao atrativo natural, foi um dos itens que recebeu a apreciação do turista.

As qualificações dos turistas sobre os itens mais precários da localidade indiciam um norte a ser seguido no momento da definição e priorização de ações futuras que visem à melhoria do destino turístico Natal, podendo-se apontar desde já a qualificação profissional (serviços de táxi), a diversificação de oferta de lazer noturno (diversão noturna), a completa reestruturação do terminal rodoviário de Natal, cujo projeto já existe, mas ainda não foi executado, e a melhoria do transporte urbano coletivo. Outros itens que merecem atenção: informação turística, sinalização urbana e turística, segurança, limpeza urbana e combate à prostituição.

3.3.5. Gastos Turísticos de Turistas Estrangeiros – FIPE

3.3.5.1. Preparação e análise das estimativas de pernoites e gastos turísticos dos visitantes estrangeiros ocorridos no Rio Grande do Norte em 2006

Este item do Diagnóstico responde pela medição dos **gastos turísticos, em nível local, envolvendo visitantes estrangeiros**. Essas informações são importantes para o desenvolvimento do turismo nas regiões e municípios, notadamente no que se refere ao planejamento e avaliação do impacto das ações previstas (ou em andamento) no Polo de Turismo Costa das Dunas.

Para tanto, utiliza-se aqui os dados da **Pesquisa de Turismo Receptivo** realizada pelo Ministério do Turismo (MTur) e desenvolvida pela Fundação de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), a partir de informações coletadas anualmente em aeroportos e vias terrestre nacionais no momento que os visitantes estrangeiros deixam o território nacional.

Muito embora os dados globais e indicadores da Pesquisa de Turismo Receptivo venham sendo divulgados pela EMBRATUR há mais de duas décadas, as frequentes revisões da metodologia e dos instrumentos de coleta podem chegar a comprometer a comparabilidade dos resultados ao longo do tempo. Por outra parte, a utilização mais recente dos microdados da Pesquisa, além de limitada de forma quase exclusiva para a EMBRATUR, é dificultada pela complexidade do arquivo preparado pela FIPE no que concerne principalmente ao tratamento, dado às omissões de resposta, aos alternativos critérios propostos para a eliminação de *layers* e, sobretudo, devido à falta de transparência em relação às variáveis do arquivo que, em forma definitiva, foram utilizadas em cada ano para a preparação e divulgação dos resultados.

As dificuldades do uso dos dados em nível local são ainda maiores, haja vista que os únicos dados levantados com esse nível de detalhamento na Pesquisa é a identificação de até um máximo de seis cidades mais importantes visitadas no Brasil e seus correspondentes pernoites. Dessa forma, o insuficiente tamanho da amostra de turistas entrevistados compromete a obtenção de resultados estatisticamente confiáveis no caso das cidades ou municípios turísticos de menor porte.

A preparação de resultados específicos sobre os gastos locais só pode ser viabilizada através de estimativas indiretas diante da inexistência de dados diretos declarados sobre os desembolsos turísticos efetivamente ocorridos em cada cidade visitada.

Pelas mesmas razões, ainda que o questionário da Pesquisa aplicada contenha uma ampla quantidade de variáveis interessantes acerca da viagem realizada, muitas das quais se referem a opiniões sobre a principal cidade visitada ou a dados pessoais dos turistas entrevistados, o aproveitamento dos resultados em nível local deve ficar restrito apenas a

cruzamentos entre os indicadores indiretos de gastos e às pernoites com variáveis de caracterização associadas ao conjunto das pessoas da família ou do grupo visitante.

Na preparação do estudo, duas restrições acabaram sendo importantes na definição do conteúdo do mesmo: por uma parte, que a leitura dos dados ficou limitada apenas à Pesquisa de Turismo Receptivo do ano 2006. Nesse sentido esclarece-se que a despeito da EMBRATUR já ter divulgado os dados globais correspondentes à Pesquisa de 2007, na base de microdados disponível nessa instituição, até a data de preparação deste Diagnóstico, não constava a informação relativa às cidades visitadas e suas respectivas pernoites, o que impossibilitou a quantificação mais atualizada dos gastos nos Polos e municípios selecionados em 2007; por outra, que nesse levantamento o tamanho da amostra ficou limitado a **1.025 visitas a municípios dos três Polos** – Seridó, Costa das Dunas e Costa Branca. O fato de **986 dessas visitas (96,1%)** ter ocorrido nos municípios de Natal e Tibau do Sul, ambos localizados no Polo Costa das Dunas, foi determinante na apresentação e detalhamento das estimativas apresentadas no documento.

Nesse sentido optou-se por manter a apresentação integrada dos três Polos de turismo, pois os dados da FIPE apresentam-se mais consistentes quando relativizados em comparação regional.

3.3.5.2. Breve resumo sobre a Metodologia e Conteúdo dos dados da Pesquisa de Turismo Receptivo - FIPE - de 2006

Por encomenda da EMBRATUR, a FIPE/SP desenvolve desde 2004 o **Estudo de Demanda Turística** através do qual é possível conhecer anualmente o perfil socioeconômico, motivações, avaliações e os gastos turísticos efetuados por estrangeiros que visitam o país e sobre nacionais que viajam para o exterior.

No intuito de se dispor de um bom retrato das oscilações sazonais dessas demandas turísticas, as entrevistas foram efetivadas nos meses de janeiro (alta temporada), maio (baixa temporada), julho (média temporada) e outubro/novembro (média/baixa temporada). A amostra da Pesquisa FIPE obedece a um modelo de *seleção multi-etápico não probabilístico*, isto é, quotas de entrevistas previamente definidas em termos de locais de saída aérea e terrestre e países de origem dos turistas; levando em consideração também critérios estatísticos relativos ao tamanho mínimo da amostra e as limitações orçamentárias a respeito do total das entrevistas a serem efetuadas no ano¹⁰.

A captação dos dados sobre o Turismo Receptivo é realizada através de dois formulários, o aéreo e o terrestre, com quesitos e categorias de resposta muito parecidos para garantir a agregação de resultados dessas duas coletas.

Os principais assuntos levantados nos instrumentos da Pesquisa de Turismo Receptivo em 2006 dizem relação aos seguintes dados:

- Perfil socioeconômico dos visitantes estrangeiros;
- Localidade e etapa de entrada ao país;
- Os gastos de viagem em moeda nacional e estrangeira realizados fora e dentro do país discriminados por tipo de gastos;
- O total de pessoas de 06 anos e mais que acompanham o entrevistado;
- Cidades visitadas e os respectivos pernoites.

¹⁰ As etapas de seleção da amostra, não explicitadas pela FIPE, se referem aos meses e dias da pesquisa, linhas aéreas e vôos a serem considerados e, finalmente, à própria identificação dos turistas estrangeiros a serem entrevistados.

NOTA TÉCNICA PESQUISA FIPE, 2006

O processo de estimação adotado na Pesquisa de Turismo Receptivo faz uso dos dados sobre as entradas de turistas registradas pela Polícia Federal no ano de referência, discriminados por local de ingresso ao país (h) e por nacionalidade dos visitantes (i). *Esses dados servem para dimensionar o Universo anual de Turistas, o que permite o cálculo de fatores de expansão **Fhi** ou pesos, os que são calculados na forma de quociente entre o Total do Universo de entradas no ano no domínio hi (Nhi) dividido pelo Total de pessoas entrevistadas pertencentes ao mesmo domínio hi (nhi):*

$$Fhi = Nhi/nhi$$

Entretanto, a omissão de respostas em alguns quesitos e a identificação de *layers* (valores atípicos extremos, muito baixos ou muito exagerados), que devem ser desconsiderados para não comprometer os valores médios de gastos ou pernoites de alguns domínios, fazem com que esses fatores de expansão *Fhi* devam ser revisados. As revisões são efetivadas pela FIPE cada vez que um valor da base de microdados é omitido, sempre levando em consideração os domínios de estimação *hi* onde essas omissões ocorrem. Dessa forma, cada entrevistado pertencente a um domínio *hi* revisado pode apresentar pesos diferenciados ($F'_{hi} = N_{hi}/n'_{hi}$) para cada variável. As correções praticadas, no entanto, se complicam ainda mais já que a FIPE experimenta alternativas procedimentos de eliminação de valores declarados.

Também são levantados dados a respeito das motivações da viagem, meios de hospedagem utilizados e avaliações sobre os atrativos e infraestrutura urbana oferecida, além da satisfação ou não das expectativas da viagem. Os dados demográficos, de nacionalidade e grau de instrução dos visitantes se referem apenas às pessoas entrevistadas.

A base de microdados da Pesquisa de Turismo Receptivo contém os dados originalmente levantados em cada quesito dos formulários aéreo e terrestre, sendo que cada entrevista ocupa uma única linha nessa base de dados. Adicionalmente, a mesma base de dados preparada pela FIPE apresenta em colunas separadas os valores das variáveis corrigidas após a crítica dos dados originais. (Anexo V).

De antemão, é preciso esclarecer que a unidade de referência adotada para a preparação das estimativas sobre gastos e pernoites neste documento é a visita que um turista isolado ou em grupo faz a uma determinada cidade ou município.

Nesse sentido, é importante salientar que o formulário de captação dos dados sobre o turismo internacional receptivo reconhece até um máximo de seis cidades visitadas no Brasil que a pessoa entrevistada pode declarar, sendo que essas cidades podem estar localizadas em qualquer Unidade da Federação. Se esse declarante é acompanhado por outra (s) pessoa (s) entende-se que todas elas visitaram a mesma cidade declarada pelo entrevistado. Lembra-se ainda, por ser muito importante, que o formulário indaga sobre o total de pernoites passado em cada uma dessas cidades. De posse dessas respostas sobre as cidades visitadas, é possível gerar uma variável para cada uma das seis opções possíveis de resposta.

Outra questão abordada antes da preparação dos resultados deste estudo foi o grau de detalhamento a ser adotado na apresentação dos resultados, assunto que foi definido tecnicamente levando em consideração o tamanho da amostra absoluta de visitas ocorridas em cada domínio geográfico de interesse, sejam eles Polos ou municípios isolados. Normalmente, recomenda-se que esse mínimo de tamanho alcance a 25 ou 30 observações, situação que esteve longe de ocorrer na Pesquisa de Turismo Receptivo de 2006 em dois dos três Polos Turísticos e na totalidade dos municípios desses três Polos, com as únicas exceções dos municípios de Natal e Tibau do Sul.

TABELA 19. RN: Total de Turistas Estrangeiros por Polo, Segundo Pesquisa do Turismo Receptivo – 2006.

POLOS TURÍSTICOS	Amostra	Total estimado
Seridó	05	2.584
Costa Branca	13	1.435
Costa das Dunas	1.007	214.544
Total	1.025	218.563

Fonte: FIPE, 2006.

Os dados da tabela acima dão conta que o total das visitas registradas nos três Polos de RN alcança 218.563 (estimado), sendo que 214.544 delas são estimadas para os municípios do Polo Costa das Dunas. Essa grande concentração geográfica de visitas é também muito expressiva no interior desse Polo, haja vista que os municípios de Natal e Tibau do Sul são responsáveis pela maior parte delas. Assim, do ponto de vista estatístico, a confiabilidade dos resultados só pode ser garantida separadamente para o Polo Costa das Dunas e para cada um dos dois municípios acima mencionados.

A mesma Tabela acima mostra as estimativas expandidas de visitas correspondentes cada um desses domínios geográficos, expansões essas que fizeram uso dos respectivos pesos *Fhi* (variável Peso Pesquisa) constantes na base de microdados preparada pela FIPE. De acordo com essas expansões, o total das visitas de turistas aos três Polos de Rio Grande do Norte em 2006 foi de 218,6 mil, sendo que 210,0 mil delas corresponderam aos municípios de Natal e Tibau do Sul (98%).

Visando facilitar a consulta à base de microdados e a criação de novas variáveis foi construída uma base de dados mais reduzida onde foram incluídos apenas as entrevistas com registro de uma ou mais visitas a alguma cidade de Rio Grande do Norte, pertencente ou não aos municípios dos três Polos.

Na seção seguinte são apresentadas as estimativas expandidas definitivas relativas às principais variáveis descritas anteriormente, detalhadas por Polos e municípios selecionados de Rio Grande do Norte, estimativas essas que se baseiam na Pesquisa de Turismo Receptivo de 2006. Comentários sucintos acerca desses resultados completam essa apresentação.

3.3.5.3. Apresentação de resultados e comentários sobre as dimensões da demanda turística internacional

As estimativas apresentadas oferecem uma visão resumida das dimensões do movimento internacional de turistas ocorrido em 2006 nos três Polos e principais municípios de RN que interessam neste documento. Os resultados acerca dos pernoites, gastos turísticos no Brasil realizados por estrangeiros e pessoas visitantes de 06 anos e mais permitem o cálculo de dois indicadores turísticos importantes: a média de gastos por pernoite *per capita* e a média de pernoites passadas pelos visitantes em cada uma dessas áreas geográficas.

Os resultados confirmam a grande concentração do movimento de turistas estrangeiros que visitam os 52 municípios integrantes dos três Polos de desenvolvimento turístico do RN haja vista que grande parte das pernoites, gastos e pessoas estão concentrados no Polo Costa das Dunas, com destaque para os municípios de Natal e Tibau do Sul.

TABELA 20. RN: Estimativas Expandidas de Pernoites, Gastos, Pessoas e Principais Indicadores

POLOS TURÍSTICOS	Pernoites	Gasto no Brasil	Pessoas	Gasto médio por pernoite per capita (R\$)	Média de pernoite per capita
Seridó	7.498	628.300	2.518	83,80	3,0
Costa Branca	85.559	4.043.998	3.289	47,3	26,0
Costa das Dunas	3.975.384	458.244.343	369.388	115,3	10,80
Total	4.068.441	462.521.539	256.542	128,9	10,50

Fonte: FIPE, 2006

Essas percentagens deixam em evidência que afóra o movimento registrado em Natal e Tibau do Sul nos restantes municípios dos três Polos a demanda turística internacional é inexpressiva.

Para o Costa das Dunas, foram estimadas em 3.975.384 pernoites no período da pesquisa com gasto per capita de R\$ 115,30 por pernoite.

TABELA 21. RN: Estimativas Expandidas e Gastos Turísticos (em %) por Tipo

Polos	Alojamento	Alimentação	Transporte	Compras	Atrat.passeios	Outros	Total
Seridó	-	376.981	251.318	-	-	-	628.300
(%)	-	60,0	40,0	-	-	-	100,00
Costa Branca	693.308	623.119	729.914	545.908	121.118	1.330.631	4.043.998
(%)	17,1	15,4	18,0	13,5	3,0	32,9	100,0
Costa das Dunas	79.716.150	146.581.190	51.011.351	102.096.457	59.037.009	19.802.185	458.244.343
(%)	17,4	32,0	11,1	22,3	12,9	4,3	100,0

Fonte: FIPE, 2006.

3.3.5.4. A demanda turística internacional nos municípios de Natal e Tibau do Sul sob a ótica das principais motivações da viagem

Os resultados da Tabela abaixo revelam que o lazer é a principal razão das viagens dos estrangeiros que visitam os municípios de Natal e Tibau do Sul. No primeiro deles, as proporções de pessoas e pernoites cujo principal motivo é o lazer alcançam a 74,6% e 72,3%, respectivamente, ao passo que no segundo município essas percentagens chegam a 85,6% das pessoas e a 53,3% dos pernoites. A exagerada incidência de pernoites que apresenta a categoria Visita a parentes e amigos em Tibau do Sul (45,1%), em aberta discrepância com a verificada no município de Natal (19,1%), além de limitar a importância relativa do lazer nesse município, acaba sendo a responsável pelos baixos valores da média de gasto (R\$ 24,2) e pela elevada média de pernoites per - capita (36,2) dessa categoria nesse município turístico. Dessa forma, os indicadores médios de gastos e pernoites per - capita são completamente diferentes dos exibidos por Natal para a mesma finalidade (R\$ 119,3 e 11,1).

No que se refere às viagens motivadas principalmente por negócios, congressos e eventos, que representam 4,8% e 1,0% dos pernoites desses municípios, chama a atenção o elevado valor médio dos gastos por pernoite per - capita que apresenta Natal (R \$ 202), valor que supera largamente o correspondente gasto médio global (R\$ 128,9), superioridade que também se repete no caso de Tibau do Sul, embora em patamares (R\$ 116 e R\$ 78, respectivamente) bem menos expressivos.

3.3.5.5. A demanda turística internacional nos municípios de Natal e Tibau do Sul à luz dos portões de entrada ao país

A distribuição dos visitantes segundo o ponto de entrada no país é uma questão importante a ser abordada haja vista que esses portões podem ser determinantes no número de cidades visitadas pelos turistas estrangeiros no Brasil, o que, por sua vez, pode incidir nos pernoites e nos gastos turísticos desses dois municípios potiguares.

As estimativas evidenciam que o aeroporto de Natal foi o principal ponto de entrada dos turistas estrangeiros que visitaram os municípios de Natal e Tibau do Sul em 2006. No primeiro deles, as pessoas ingressadas por esse aeroporto representaram 61,5% do total, enquanto que em Tibau do Sul essa percentagem subiu para 74,9%. No entanto, os resultados de pernoites e gastos foram muito diferentes nesses dois contextos. No município de Natal, a média de pernoites por pessoa (11,6) e a média dos gastos por pernoite *per capita* (R\$ 133,8) desse tipo de visitantes foram superiores aos valores médios globais de todas as entradas desse mesmo município (10,5 e R\$ 128,8), o que configuraria uma situação mais favorável quando se trata do turismo de ponto a ponto. O mesmo não ocorre no município de Tibau do Sul, onde essas médias (5,8 e R\$ 117,8) são bem inferiores aos valores médios de Natal, o que poderia caracterizar mais propriamente uma extensão turística de quem visita Natal do que ser o destino final desses visitantes.

TABELA 22. Estimativas Expandidas de Pernoites, Gastos, Pessoas e Indicadores segundo Principais Motivos da Viagem nos Municípios de Natal e Tibau do Sul.

Municípios	Pernoites	Gasto no Brasil Em 2006 (R\$)	Pessoas	Gasto médio por noite per capita (R\$)	Média de pernoites per capita
Natal					
Lazer	2.027.568	262.274.288	199.773	129.4	10.1
Negócios, Congressos e Eventos	135.223	27.339.514	12.745	202.2	10.6
Outros	105.458	7.834.356	7.201	74.3	14.6
Visitar amigos e parentes	534.375	63.747.697	48.141	119.3	11.1
Total	2.802.624	361.195.856	267.861	128.9	10.5
Tibau do Sul					
Lazer	528.810	64.895.865	86.767	122.7	6.1
Negócios, Congressos e Eventos	10.360	1.202.106	1.468	116.0	7.1
Outros	5.414	234.611	773	43.3	7.0
Visitar amigos e parentes	447.514	10.815.448	12.367	24.2	36.2
Total	992.098	77.148.031	101.376	77.8	9.8

Fonte: FIPE, 2006.

Os turistas estrangeiros que desembarcaram em São Paulo representaram o segundo maior contingente de visitantes dos municípios de Natal e Tibau do Sul, alcançando percentagens de 25,8 e 18,7 dos respectivos totais de pessoas visitantes. Note-se que no caso de Natal esse tipo de turistas apresenta médias de pernoites e gastos inferiores às comentadas anteriormente a propósito dos desembarques diretos nessa cidade. No caso de Tibau do Sul, os resultados foram diferentes. Enquanto o gasto médio dos turistas ingressados por

São Paulo foi bem superior (R\$139,8) à média dos ingressados por Natal (R\$ 117,4), a média de pernoites foi significativamente menor para os primeiros (6,1 versus 9,0), resultado que pode ser interpretado no sentido de que Tibau do Sul é um município com atrativo turístico que é merecedor de uma curta visita para aqueles turistas que se propõem visitar outras cidades brasileiras.

Finalmente, um breve comentário a propósito dos visitantes a Tibau do Sul que ingressaram por Outros portões de entrada. Os resultados da pesquisa FIPE levam a crer que os poucos visitantes que apresentaram tão elevado número de pernoites em 2006 devem ter sido uruguaios, que tendo ingressado por portões fronteiriços com o propósito principal de visitar amigos e parentes, o fizeram por um período de tempo muito prolongado. Tudo isso redundou em um gasto médio por pernoite *per capita* muito baixo. Em se tratando de um município tão distante, é fácil deduzir alguns dos resultados turísticos relativos a esse município são surpreendentes e atípicos, motivo pelo qual bem poderiam ser desconsiderados.

3.3.6. Produtos Turísticos

O Ministério do Turismo define produto turístico como sendo o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Ou seja, mais que atrativos isoladamente, o produto turístico é a reunião de atrativos turísticos, bens e serviços, infraestrutura, preço, etc.

Considerando o conceito dessa forma, foram identificados 05 produtos turísticos no Polo Costa das Dunas: Natal, Jenipabú, São Miguel do Gostoso, Pirangi/Nísia Floresta e Pipa, sendo que, invariavelmente, todos os outros estão ligados à Natal, seja em função dos fluxos de turistas, seja pela infraestrutura ou pela promoção turística. Ademais, procurou-se associar tais produtos aos principais atrativos turísticos naturais ou culturais.

QUADRO 36. Produtos Turísticos e Atrativos Agregados do Polo Costa das Dunas.

PRODUTO	ATRATIVOS AGREGADOS
Natal	Ponta Negra/Morro do Careca
	Fortaleza dos Reis Magos
	Corredor Cultural
	Carnatal
	Litoral Norte
	Litoral Sul
	Gastronomia
Jenipabú	Dunas de Jenipabú e outras
	Lagoas (Jenipabú, Pitangui e Jacumã)
	Praias
	Passeio de buggy
	Parrachos de Maracajaú
	Ma-noa Park
	Passeio de buggy
São Miguel do Gostoso	Passeio de buggy (Rio do Fogo, Touros e São Miguel do Gostoso)
	Praias e lagoas
	Kite-surf (São Miguel do Gostoso)
Pipa	Santuário Ecológico da Pipa
	Praias e falésias
	Gastronomia
	Passeios (cavalo, barco)

CONT. QUADRO 36. Produtos turísticos e Atrativos agregados do Polo Costa das Dunas.

PRODUTO	ATRATIVOS AGREGADOS
	Lazer noturno
	Lagoa de Guaraíras
	Mata Estrela
	Kite surf (Canguaretama)
	Passeio de buggy (Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul, Baía Formosa e Canguaretama)
Pirangi/Nísia Floresta	Parrachos de Pirangi
	Cajueiro de Pirangi
	Barreira do Inferno
	Feirinha de Pium
	Praias de Pirangi
	Lagoas de Nísia Floresta
	Gastronomia
	Artesanato
	Passeio de buggy (Parnamirim, Nísia Floresta,

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

3.3.6.1. Classificação Diagnóstica dos Produtos Turísticos do Polo Costa das Dunas

Após estudo e análise da oferta turística que compõe o Polo Costa das Dunas, foram selecionados 05 como os produtos turísticos principais, por serem produtos já comercializados e por seu poder de agregar outros atrativos/produtos.

Neste item, serão delimitadas variáveis para classificação dos produtos turísticos, determinando o seu grau de importância no quadro geral da região, sendo possível estabelecer prioridades para a escolha e a tomada de decisões para os governantes e empreendedores do Estado.

A metodologia utilizada para a classificação tomou como base o modelo de Ruschmann Consultores utilizado no PDITS do Polo Costa do Sol (CE) com algumas adaptações feitas pela Consultoria. Neste modelo, são determinados: potencial de atratividade, critérios de hierarquização e critérios de priorização, a partir dos quais irá se calcular o Potencial de Implantação do produto turístico.

a) Potencial de atratividade (a)

Consideram-se as características de peculiaridade e o interesse que o elemento pode despertar nos turistas. Atribui-se um valor quantitativo a suas características, estabelecendo uma ordem quantitativa para priorizar seu desenvolvimento para o turismo. É importante ressaltar que nessa escala encontram-se classificados atrativos de diferentes naturezas, e que, portanto, podem ter potencial de atratividade ligado a diferentes fatores, como beleza cênica, importância histórica, qualidade dos artefatos à venda e outros. Conforme Ruschmann Consultores (2002, p. 198) a Organização Mundial do Turismo (OMT), em conjunto com a CICATUR, estabeleceu um quadro de hierarquia que classifica os atrativos da seguinte forma:

QUADRO 37. Classificação de Hierarquias

Hierarquia	Características
3	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais ou potenciais.
2	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes dos mercados internos e externos, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos.
1	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares distantes, dos mercados internos e externos, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas ou de motivar correntes turísticas locais (atuais ou potenciais).
0	Atrativos sem mérito suficiente para serem incluídos nas hierarquias superiores, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia, no desenvolvimento e funcionamento de quaisquer das unidades do espaço turístico que, em geral, podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Fonte: Ruschmann Consultores, 2001.

b) Critérios de hierarquização

São aqueles que permitem classificar cada atrativo, de acordo com uma escala preestabelecida e assim fornecer subsídios para a diferenciação objetiva de suas características e dos graus de importância entre eles.

- **Grau de uso atual (b):** permite analisar o volume de fluxo turístico efetivo na atualidade e sua importância dentro do Município e da área turística. Difere do grau de interesse por representar a situação atual ao invés da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva, enquanto o menor grau representa os recursos turísticos.
- **Representatividade (c):** fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo dentro da área turística. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos da área turística, menos interessante ou prioritário é. Deve-se considerar não apenas o número de elementos de uma mesma categoria de atrativos, mas também a homogeneidade desse grupo.
- **Apoio local e comunitário (d):** permite analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público, a partir da opinião de seus líderes. Na área não foram encontradas grandes variações neste item, sendo que as variações existentes apresentam uma gradação extremamente tênue e, portanto, não puderam ser quantificadas. Deste modo, optou-se por dar uma mesma nota a todos os produtos turísticos da área turística.

c) Critérios de priorização

Permitem entender os diferentes fatores que podem determinar a urgência ou não da sua implantação como atrativo turístico, de acordo com os seguintes itens:

- **Acessibilidade (e):** facilidade de acesso apresentada por cada um dos elementos turísticos. Um elemento de fácil acesso apresenta um maior potencial para a atividade turística tradicional. Entretanto, ressalta-se que, para o segmento de ecoturismo, muitas vezes o difícil acesso acaba por constituir-se como um fator

positivo. Além disso, um atrativo tradicional com um alto grau de interesse, porém com acessibilidade precária deve ter seu acesso melhorado a fim de gerar um fluxo turístico efetivo. Foram consideradas, não apenas as condições do acesso principal do produto, mas também a distância que este apresenta em relação ao aeroporto de Parnamirim. Produtos que apresentam uma distância superior a 200 quilômetros obtiveram notas superiores.

- **Condições receptivas (f):** analisa a infraestrutura receptiva instalada no atrativo e em seu entorno, levando em conta elementos como banheiros públicos, serviços de alimentação e hospedagem, estacionamento e outros. Atrativos com um alto grau de interesse e condições receptivas precárias são prioritários para ações de implantação de infraestrutura.
- **Fragilidade (g):** valoriza a capacidade de suporte das pressões de visitação, ou seja, quanto menos frágil o elemento em relação à visitação, mais interessante será para seu desenvolvimento turístico; quanto mais frágil, maiores serão os obstáculos para sua incorporação ao turismo.

QUADRO 38. Valoração dos critérios de hierarquização e priorização.

Critérios		Valores			
		0	1	2	3
Potencial de Atratividade (a)		Nenhum	Baixo, pequena Atratividade	Médio, Atratividade Mediana	Alto, grande Atratividade
De Hierarquização	Grau de Uso Atual (b)	Fluxo Turístico Insignificante	Pouco intenso, pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Muito intenso, grande fluxo
	Representatividade (c)	-	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio Local e Comunitário (d)	-	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Médio apoio	Apoiado por boa parte da comunidade
De Priorização	Acessibilidade (e)	-	Boa acessibilidade	Existente, porém apresenta problemas	Condições precárias
	Condições Receptivas (f)	-	Estrutura adequada	Estrutura existente, porém insatisfatória	Sem estrutura
	Fragilidades (h)	-	Elemento pouco frágil	Elemento de fragilidade mediana	Elemento frágil

Fonte: Ruschmann Consultores, 2002.

A partir da valoração das variáveis de cada produto turístico e com o objetivo de montar um ranking de cada um deles, serão calculados os valores dos índices que correspondem ao somatório das variáveis.

- **Índice de Hierarquia:** Analisa a importância de um determinado atrativo ou recurso para a atividade turística no Polo turístico. Quanto maior o valor numérico atribuído, maior a importância do elemento. É calculado pela soma das três variáveis de hierarquia ($IH = b + c + d$).
- **Índice de Priorização:** Indica o grau de prioridade de ações de conservação, estruturação do acesso, das condições receptivas e relativas à fragilidade. O maior

valor indica aqueles de maior necessidade de intervenções. Calcula-se a partir da multiplicação das variáveis de priorização ($IP = e \times f \times g$).

- **Índice de Implantação:** É um número arbitrário obtido da multiplicação direta dos índices de Hierarquização, Priorização e do Potencial de Atratividade. Avalia a prioridade de intervenção segundo a importância do atrativo, sendo que aqueles de maior importância e prioridade ocupam as primeiras posições ($I = a \times IH \times IP$).

Aplicando-se essa valoração aos produtos turísticos definidos para o Polo Costa das Dunas, chegou-se ao seguinte quadro.

QUADRO 39. Classificação dos Principais Atrativos Turísticos Polo Costa das Dunas.

Atrativo	Potencial de atratividade (a)	Grau de Uso atual (b)	Representatividade (c)	Apoio local e Comunitário (d)	Acessibilidade (e)	Condições Receptivas (f)	Fragilidade (g)
Ponta Negra/Morro do Careca	2	3	1	3	1	1	3
Fortaleza dos Reis Magos	1	3	3	3	1	2	2
Corredor Cultural	1	1	3	3	1	2	2
Carnatal	2	2	3	1	3	3	1
Dunas de Jenipabú	2	3	2	3	1	1	3
Praia de Jenipabú	1	3	1	3	1	2	3
Lagoa de Jenipabú	1	2	1	3	1	2	3
Lagoa de Pitangui	1	2	1	3	1	2	3
Lagoa de Jacumã	1	2	1	3	1	2	3
Praia de Maracajaú	1	2	1	3	1	2	3
Barra de Punaú	1	2	1	3	1	2	3
São Miguel do Gostoso	2	1	1	3	1	1	3
Passeio de buggy	1	3	2	3	1	2	3
Parrachos de Maracajaú	2	2	3	3	1	1	3
Santuário Ecológico da Pipa	2	1	3	3	2	2	3
Praia do Amor	2	2	1	3	2	2	3
Praia do Madeiro	2	2	1	3	2	2	3
Praia da Pipa	2	2	1	3	2	2	3
Parrachos de Pirangi	1	2	3	3	3	3	3
Cajueiro de Pirangi	2	3	3	3	3	3	3
Praias de Pirangi	1	1	1	3	3	3	3
Mirante dos Golfinhos	1	3	3	3	3	2	3
Praia de Tabatinga	1	1	1	3	3	2	3
Praia de Camurupim	1	2	1	3	3	2	3
Praia de Barreta	1	2	1	3	3	2	3
Praia de Búzios	1	2	1	3	3	2	3
Lagoa de Arituba	1	3	2	3	3	2	3
Lagoa do Bonfim	1	2	2	3	3	2	3
Lagoa de Guaraíras	1	2	2	3	2	2	3
Praia de Malembá	1	1	1	3	2	3	3
Barra de Cunhaú	1	3	1	3	2	2	3
Praia de Baía Formosa	1	2	1	3	2	2	3

CONT. QUADRO 39. Classificação de Principais Atrativos Turísticos Polo Costa das Dunas.

Atrativo	Potencial de atratividade (a)	Grau de Uso atual (b)	Representatividade (c)	Apoio local e Comunitário (d)	Acessibilidade (e)	Condições Receptivas (f)	Fragilidade (g)
Mata Estrela	1	1	3	3	2	2	3
Kite surf	2	1	3	3	2	1	1
Manoa Park	1	1	2	3	1	1	1
Gastronomia	1	2	2	3	1	2	3
Artesanato	1	2	2	3	1	2	3

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A partir da valoração das variáveis de cada atrativo turístico foi montado um ranking que expressa a ordem de importância dos atrativos e que pode servir como sinalizador de prioridades de investimentos a serem realizados no Polo.

QUADRO 40. Índices dos Produtos Turísticos – Polo Costa das Dunas.

Atrativos	Índice de Hierarquia (IH) (b+c+d)	Índice de Prioridade (IP) (e x f x g)	Índice de Implantação (I) (a x IH x IP)	Ranking
Cajueiro de Pirangi	9	27	486	1
Parrachos de Pirangi	8	27	216	1
Santuário Ecológico da Pipa	7	12	168	2
Mirante dos Golfinhos	9	18	162	3
Praia da Pipa	6	12	144	4
Praia do Amor	6	12	144	4
Praia do Madeiro	6	12	144	4
Lagoa de Arituba	8	18	144	4
Praias de Pirangi	5	27	135	5
Lagoa do Bonfim	7	18	126	6
Praia de Búzios	6	18	108	7
Praia de Barreta	6	18	108	7
Carnatal	6	9	108	7
Praia de Camurupim	6	18	108	7
Praia de Malembá	5	18	90	8
Praia de Tabatinga	5	18	90	8
Lagoa de Guaraíras	7	12	84	9
Mata Estrela	7	12	84	9
Barra de Cunhaú	7	12	84	9
Praia de Baía Formosa	6	12	72	10
Dunas de Jenipabú	8	3	48	11
Parrachos de Maracajaú	8	3	48	11
Passeio de buggy	8	6	48	11
Praia de Jenipabú	7	6	42	12
Ponta Negra/Morro do Careca	7	3	42	12
Artesanato	7	6	42	12
Gastronomia	7	6	42	12
Fortaleza dos Reis Magos	9	4	36	13
Lagoa de Jacumã	6	6	36	13
Praia de Maracajaú	6	6	36	13
Barra de Punaú	6	6	36	13

Lagoa de Pitanguí	6	6	36	13
Lagoa de Jenipabú	6	6	36	13
São Miguel do Gostoso	5	3	30	14
Corredor Cultural	7	4	28	15
Kite Surf	7	2	28	15
Ma Noa Parque	6	1	6	16

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009

O cálculo do Índice de Implantação advém da multiplicação de outros três, sendo mostrado no quadro acima. Esta categorização resume, sob a ótica estrita dos atrativos turísticos, a prioridade de investimentos a serem realizados no Polo, portanto, podendo servir como base e referência para a hierarquização das ações e projetos a serem desenvolvidos em etapas posteriores. É importante frisar que no topo ficaram os atrativos mais frágeis e que precisam de maiores investimentos para seu melhor aproveitamento turístico. Nas primeiras colocações ficaram os atrativos turísticos localizados no Litoral Sul de Natal.

3.3.7. Mercado de Trabalho

A seguir, são apresentados número sobre o mercado de trabalho formal e informal em turismo no Polo Costa das Dunas.

Os dados do mercado de trabalho formal foram obtidos no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego – no anuário RAIS para os anos de 2007 e 2008. Para o ano de 2009 combinados os dados da RAIS 2008 com o saldo de admissões e demissões do banco de dados do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – do MTE. O período é o mês de dezembro do ano de referência.

O emprego informal não é observado pelos bancos de dados RAIS-CAGED. Por isso, para calculá-lo foram utilizados dados do Censo 2000. No cálculo da participação do emprego informal considerou-se a razão do número de pessoas ocupadas no mercado informal pelo número de pessoas no mercado formal para o conjunto das atividades econômicas. Essa é uma aproximação razoável, considerando-se que a maior parte dos municípios da amostra é formada por economias de estrutura relativamente simples, pouco diversificadas.

As tabelas mostram que o mercado de trabalho em turismo tem crescido nos últimos anos, concentrando a sua mão de obra especialmente em Natal, Parnamirim e Tibau do Sul.

No ano de 2009, o número de empregos diretos foi de 47.111, sendo 25.210 formais e 21.901 informais, ficando claro o grande índice de informalidade do setor. Isso é reflexo direto da informalidade das empresas. Os setores que mais empregam são os de hospedagem, alimentação e transporte, como se depreende da Tabela 24.

O Relatório de Cadastro Empresarial do SEBRAE, disponível em abril de 2010, disponibiliza os dados de empresas formais e informais em vários ramos: em alimentação, foram cadastradas 5.111 empreendimentos e no setor de alojamento, 445 empresas.

Pelos dados fornecidos pelos órgãos oficiais de turismo e exibidos no início da seção sobre Equipamentos Turísticos, o Polo Costa das Dunas possui 393 Meios de Hospedagem e 1.040 estabelecimentos de alimentação. É evidente que a maior parte de tais estabelecimentos foge aos padrões desejados de qualidade turística, mas fica patente o *gap* da informalidade no setor. Os quadros com os dados do cadastro empresarial do SEBRAE para o Polo Costa das Dunas são apresentados no anexo desse produto (Anexo VI).

TABELA 23. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo no Polo Costa das Dunas por Município (2009)

Municípios	2007			2008			2009		
	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos	Diretos Formais	Diretos Informais	Total de Empregos Diretos
Arez	02	02	04	04	04	08	04	04	08
Baía Formosa	42	52	94	68	84	152	69	86	155
Canguaretama	149	149	298	199	198	397	201	200	401
Ceará-Mirim	97	158	255	98	159	257	102	166	268
Parnamirim	1.675	1.282	2.957	1.879	1.438	3.317	2.052	1.571	3.623
Extremoz	111	187	298	112	188	300	122	205	327
Macaíba	373	431	804	73	84	157	77	89	166
Maxaranguape	140	425	565	126	383	509	133	404	537
Natal	18.315	13.682	31.997	18.944	14.151	33.095	20.617	15.401	36.018
Nísia Floresta	222	404	626	225	410	635	233	424	657
Rio do Fogo	18	58	76	30	97	127	32	104	136
Pedra Grande	03	12	15	01	04	05	01	04	05
São Gonçalo do Amarante	326	280	606	372	319	691	394	338	732
São Miguel do Gostoso	30	108	138	39	140	179	43	154	197
Senador Georgino Avelino	00	00	00	01	01	02	01	01	02
Tibau do Sul	995	2.358	3.353	980	2.323	3.303	1.080	2.560	3.640
Touros	50	193	243	47	181	228	49	189	238
Total	22.548	19.780	42.328	23.198	20.167	43.365	25.210	21.901	47.111

Fonte: Elaborado com base dados MTE-RAIS/CAGED 2010.

TABELA 24. Resumo do Mercado de Trabalho em Turismo por segmento no Polo Costa das Dunas (2009)

Municípios	Estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento		Restaurantes e outros tipos de serviço de alimentação		Outros transportes terrestres		Transporte aéreo regular		Atividades de agência de viagens e organização de viagens		Aluguel de automóveis		Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer	
	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais	Diretos Formais	Diretos Informais
Arez	00	00	00	00	04	04	00	00	00	00	00	00	00	00
Baía Formosa	39	48	25	31	05	06	00	00	00	00	00	00	00	00
Canguaretama	78	78	72	72	50	50	00	00	00	00	00	00	01	01
Ceará-Mirim	08	13	73	119	08	13	00	00	01	02	01	02	11	18
Parnamirim	280	214	490	375	363	278	678	519	48	37	107	82	86	66
Extremoz	21	35	49	82	04	07	00	00	02	03	00	00	46	77
Macaíba	12	14	45	52	09	10	00	00	00	00	00	00	11	13
Maxaranguape	34	103	49	149	10	30	00	00	00	00	00	00	40	122
Natal	5.203	3.887	8.062	6.022	5.341	3.990	14	10	524	391	703	525	770	575
Nísia Floresta	52	95	114	208	59	107	00	00	00	00	00	00	08	15
Rio do Fogo	25	81	02	06	00	00	00	00	00	00	00	00	05	16
Pedra Grande	01	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
São Gonçalo do Amarante	60	51	01	01	331	284	00	00	00	00	00	00	02	02
S. Miguel do Gostoso	42	151	01	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
S. Georgino Avelino	01	01	00	0	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Tibau do Sul	763	1.809	300	711	00	00	00	00	01	02	03	07	13	31
Touros	32	123	14	54	03	12	00	00	00	00	00	00	00	00
Total	6.651	6.708	9.297	7.886	6.187	4.791	692	529	576	436	814	616	993	935

Fonte: Elaborado com base dados MTE-RAIS/CAGED 2010.

3.3.8. Capacitação

O Polo Costa das Dunas é a região do Rio Grande do Norte com melhores níveis de capacitação e qualificação de profissionais para a atividade turística. Por ser a principal região turística do Estado, concentra o maior número de instituições de ensino e de educação profissionalizante, além de receber maiores investimentos na área de capacitação. Contudo, a mão de obra turística ainda carece de uma melhor qualificação.

São diversas instituições de capacitação, localizadas em Natal, principalmente, abrangendo cursos técnicos, profissionalizantes e superiores. Dentre elas, podem-se citar o SENAC, SEBRAE, CEFET (atual IFRN), Microlins e 07 instituições de ensino superior com cursos de graduação e pós-graduação em Turismo, Hotelaria e Lazer.

QUADRO 41. Cursos Profissionalizantes

Município	Instituição	Cursos	Tipo
Natal	SENAC	Animação Turística	Profissionalizante
		Aperf. em Serviços de Bar	Profissionalizante
		Aperfeiçoamento para Maitre	Profissionalizante
		Barista	Profissionalizante
		Boas Prát. E Sist. APCC	Profissionalizante
		Camareira em MH	Profissionalizante
		Delícias Saudáveis	Profissionalizante
		Enogastronomia	Profissionalizante
		Garçom Básico	Profissionalizante
		Gastronomia para executivos	Profissionalizante
		Governanta	Profissionalizante
		Guia de Turismo Regional	Profissionalizante
		Introdução a Enologia	Profissionalizante
		Manip. Segura de Alimentos	Profissionalizante
		Organizador de Eventos	Profissionalizante
		Pratos a base de camarão	Profissionalizante
		Promotor de Eventos	Profissionalizante
	Recepcionista em MH	Profissionalizante	
	MICROLINS	Barman	Profissionalizante
		Garçom	Profissionalizante
Turismo		Profissionalizante	

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 42. Cursos Superiores/Técnico

Município	Instituição	Tipo	Curso
Natal	UNP- Universidade Potiguar	Graduação	Eventos
			Turismo
			Gastronomia
		Pós - Graduação	Gestão em Hotelaria
			Gestão e Organ. de Eventos
			Gestão Uni. de Alim. e Nutri.
			Estu. Sócio-Ambientais e Cult.
		Pesquisa	Planej.e Gestão do Turismo
			Turismo Bilígue
	Faculdade Câmara Cascudo	Graduação	Hotelaria
		Pós - Graduação	Plane. e Consultoria Turística
	FACEX	Graduação	Lazer e Desenv.Social T. e H.
	Univ.do Sul de SC	Graduação	* Turismo
	CEFET	Téc. de Nív. Médio Integrado	Turismo
Téc.de Nív. Médio Subseq.		Turismo	
UFRN	Graduação	**Turismo	
UERN	Graduação	Turismo	
Parnamirim	CEFET	Téc.de Nív. Médio Subseq.	**Turismo

*Campus Virtual, Curso a Distância

**Curso a Distância

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Seguramente o SENAC e o SEBRAE são as instituições com maior atuação na área de capacitação profissional. Exemplo disso é que no ano de 2008, 392 pessoas fizeram cursos de capacitação no SENAC nas áreas de turismo e hotelaria (barman, camareira, confeitiro, cozinheiro auxiliar, cozinheiro profissional, garçom básico, garçom/barman, informações turísticas, recepcionista de hotel, etc.); 434 pessoas passaram por cursos de aperfeiçoamento nas áreas de turismo e hotelaria (animação turística, culinária nordestina, serviços de bar, cozinheiro, garçom, *maitre*, recepcionista de hotel, cerimonial e protocolo, inglês para hotelaria e turismo, etc), enquanto 965 pessoas participaram de outros tipos de qualificação, como palestras, *workshops*, programas socioprofissionais e culturais, etc. Assim, tem-se um total de 1.791 pessoas qualificadas por essa instituição no referido ano.

Nesse mesmo ano, o SEBRAE promoveu capacitação técnica e gerencial para 734 pessoas dos municípios de Natal, Parnamirim e Tibau do Sul, entre cursos de técnicas de vendas, almoxarifado, boas práticas para garçons, informações turísticas, atendimento ao cliente, etc. Em Natal, 196 pessoas ainda receberam capacitação para a renovação e implantação do "Turismo Melhor", selo de qualidade para empresas turísticas criado pelo SEBRAE; além de realizar oficinas sobre turismo de aventura e planejamento em Pipa, para 176 pessoas e, ainda, seminários training show ABAV para 58 pessoas em Natal, chegando a um total de 1.164 pessoas capacitadas no Polo Costa das Dunas.

Em 2005, foi realizado um Diagnóstico para Capacitação Empresarial e Profissional no Polo Costa das Dunas que identificou a grande necessidade de capacitação e qualificação profissional e empresarial para a área de turismo. O Diagnóstico constatou que além dos cursos profissionalizantes, seria necessário oferecer também para a população cursos para complementação da educação, como Português. Para que as melhorias no nível técnico

atendam as necessidades do mercado, é imprescindível a atualização desse diagnóstico a fim de se detalhar a situação da oferta e da demanda da capacitação profissional dos trabalhadores do Polo turístico Costa das Dunas, identificando as necessidades atuais de capacitação, de acordo com os segmentos prioritários de turismo identificados para o Polo Costa das Dunas.

Em 2009, as primeiras ações de capacitação profissional foram iniciadas seguindo as orientações do Plano de Ação. Foram capacitados 3.695 profissionais nos municípios de Ceará-Mirim (588), Extremoz (712), Maxaranguape (305), Nísia Floresta (366), Tibau do Sul (1.295) e Touros (427). A capacitação empresarial também foi realizada, beneficiando 936 pessoas, em Ceará-Mirim (140), Extremoz (356), Maxaranguape (40), Nísia Floresta (95), Tibau do Sul (220) e Touros (85). Ambas obtiveram recursos do PRODETUR para sua implementação.

Segundo informações da SETUR, a capacitação profissional que irá beneficiar os municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante já foi iniciada, bem como firmado convênio com o Ministério do Turismo para a capacitação em Arez, Baía Formosa, Canguaretama, São Miguel do Gostoso e Rio do Fogo.

3.3.9. Gestão do Turismo

A gestão é um dos componentes mais importantes de qualquer sistema, visto que objetiva gerir e administrar recursos, planejar e propor ações e melhorias para o pleno desenvolvimento de certa atividade, de forma integrada com seus clientes internos e externos.

O presente item fará uma análise da gestão do turismo em nível estadual, caracterizada pela SETUR, e em nível municipal, concernente às secretarias municipais de turismo. Nesse sentido, os dados e informações utilizadas relativos à gestão estadual do turismo foram retirados do Diagnóstico Institucional da SETUR, realizado por ocasião da elaboração do seu Plano de Fortalecimento, ainda em processo de conclusão. Como forma de dar continuidade a essa ação, o PDITS, desde já, entende necessário alocar recursos para sua implantação, executando os projetos que o Plano de Ação (a ser aprovado) entender cabíveis para o Fortalecimento Institucional do Órgão Estadual de Turismo.

3.3.9.1. Estrutura Estadual de Turismo

a) SETUR

A Secretaria de Estado do Turismo - SETUR é composta, parcialmente, pela equipe técnica que pertencia à antiga Empresa de Promoções do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTURN, que foi a responsável pela promoção do turismo do Estado no período de 1971 a 1995, quando foi extinta. Com a extinção EMPROTURN foi criada a Sub-secretaria de Turismo, em 1995, vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Contudo, diante da demanda do setor, em 1996, foi criada a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, mas que apresenta dificuldades operacionais, na medida em que a burocracia imposta pela legislação, aos órgãos da administração direta, engessa e trava as atividades. Diante dessa situação, em 2007, foi criada a Empresa Potiguar de Turismo – EMPROTUR.

O quadro de pessoal da Secretaria de Turismo dispõe atualmente de 65 servidores originários principalmente da EMPROTURN, e conta com 27 servidores que ocupam de cargos comissionados (42%), sendo alguns destes cedidos de outros órgãos estaduais.

Entretanto, mesmo com essas mudanças no formato das estruturas administrativas, percebe-se que há uma carência no órgão estadual de turismo e no de promoção, devido à

necessidade de fortalecê-los institucionalmente. Este fortalecimento passa por um planejamento estratégico pleno, buscando-se uma estruturação de acordo com as atividades que são operacionalizadas.

Partindo de uma visão macroestrutural pode-se apontar a ausência desse planejamento estratégico, que é o instrumento que define os rumos da organização para o longo prazo. Desta forma, a SETUR precisa melhorar sua estruturação para cumprir plenamente seu papel de desenvolver o turismo, e tornar sólida esta atividade econômica no Rio Grande do Norte. Na percepção da Consultoria isto ocorre devido à freqüente troca de gestores na Secretaria, que provoca a descontinuidade das ações, gerando dificuldade para as lideranças para colocarem em prática o processo de planejamento.

Analisando-se num nível mais intermediário verifica-se que há necessidade de melhorar a formalização dos processos internos, que ocorre atualmente apenas em alguns setores da Secretaria. Um dos setores que apresentou processos definidos foi a Coordenação de Desenvolvimento Turístico – CODET, com sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor, executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo. Observa-se também uma falta de padronização quanto aos procedimentos internos, algumas vezes atreladas às pessoas que neles atuam. Esse fator, além de gerar dificuldades no fluxo de atividades entre os clientes internos, pode levar à descaracterização de algumas funções, e promover uma distorção da imagem da SETUR para os clientes externos, que muitas vezes dependem de informações da SETUR para desenvolverem estratégias para os seus negócios.

Atualmente, na estrutura da SETUR, há a Coordenadoria Técnica que desenvolve as ações do Programa de Regionalização do Turismo, e acompanha as instâncias regionais de governanças no Estado, sendo dessa maneira um dos principais canais de comunicação entre o Estado e Prefeitura, no desenvolvimento de ações de planejamento do turismo estadual. Também, é integrante da SETUR, a Unidade Executora Estadual – UEE, que operacionaliza as ações do PRODETUR, que mantém uma ligação estreita com os municípios, no tocante as ações específicas do PRODETUR.

Com relação à liderança setorial, observou-se que algumas pessoas que tem esta atribuição vêm desempenhando o papel de forma positiva e com isso seus setores tem se destacado dentro da Secretaria, a exemplo da UIF, referendada por alguns colaboradores como referência para alguns setores. Por outro lado, isso não ocorre em todos os setores, encontrando-se em alguns, uma maior dificuldade no que tange o real desempenho dos seus líderes nas relações com seus liderados, no sentido de delegar e acompanhar as atividades, buscando potencializá-los e orientá-los sempre que se fizer necessário. Estas dificuldades podem gerar entraves nos fluxos entre os diversos setores que se inter-relacionam. Por último, pode-se mencionar a ausência de política salarial para os servidores da SETUR, gerando desmotivação devido à defasagem salarial.

No que tange à equipe técnica para operacionalizar a política e os programas de turismo para o Rio Grande do Norte, a SETUR, faz-se necessário definir uma estrutura técnica efetiva. Todos os servidores públicos foram cedidos por outras repartições públicas, além de haver um número significativo de cargos comissionados que exercem funções temporárias. Este último fator dificulta a continuidade das ações na SETUR, já que, a cada nova gestão política, tende-se a mudar os cargos comissionados, necessitando de novo tempo de aprendizagem e adaptação das equipes às atividades. É válido ressaltar que até hoje nunca foi realizado sequer um concurso público para atender aos quadros de técnicos efetivos na Secretaria do Estado de Turismo.

É importante registrar que na Coordenadoria Técnica há um técnico que exerce a função de “Interlocutor Estadual do Programa de Regionalização” que faz o elo de comunicação entre as ações do MTur com as Prefeituras, com o objetivo que as propostas do Plano Nacional de Turismo sejam realizadas da melhor maneira.

Por estar prevista a possibilidade de terceirização na Administração Pública para atividades não afins, a SETUR tem contratos de terceirização para locação dos veículos e equipamento de fotocópia, bem como para a efetuação de atividades de capacitação e treinamentos para os Municípios, através de processo licitatório, com o SENAC e SEBRAE, ou através de convênios, via PRODETUR.

Os principais recursos tecnológicos utilizados na SETUR são equipamentos de informática como computadores, impressoras, fotocopadora e serviço de internet, que precisam tanto de manutenção, com atualizações periódicas ou substituições. Constatou-se à necessidade de que o órgão disponha de um software de gestão de projetos o que facilitaria na concepção do mesmo a gestão e acompanhamento.

A estrutura física é um ponto crítico no momento, dada a inadequação dos ambientes para o bom andamento das atividades, porém tal ponto já está a caminho da solução com as obras de adequação na sede própria da SETUR. Se os ambientes forem preparados, contemplando as conexões entre os setores e as necessidades dos clientes internos e externos as deficiências atuais serão minimizadas.

Analisando-se o relacionamento da SETUR a EMPROTUR, percebe-se a necessidade de uma maior aproximação e sintonia entre o órgão de planejamento do turismo e o órgão de promoção turística, para evitar atuações dessincronizadas ou sobrepostas. Tal realidade torna-se prejudicial aos planos de comercialização e promoção do Rio Grande do Norte e seus polos turísticos, uma vez que as ações priorizadas pela EMPROTUR, em termos de mercado e público, podem não estar alinhadas às metas idealizadas ou planejadas pela SETUR.

Apresenta-se abaixo um quadro completo que aponta as fragilidades identificadas por esse diagnóstico, considerando as áreas de escopo utilizadas, visando demonstrar de forma mais objetiva os tópicos a serem potencializados para a obtenção de melhorias na gestão da SETUR.

QUADRO 43. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Gestão Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um planejamento estratégico formalizado; • Planejamento gerado apenas por demandas específicas e pontuais dos gestores; • Baixo nível de compreensão dos objetivos da SETUR bem como das suas prioridades; • Falta de sintonia entre o planejamento da SETUR e da EMPROTUR; • Falta de entendimento sobre as posições hierárquicas.
Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Padronização e formalização dos processos apenas em alguns setores; • Baixo nível de controle dos processos, seja em meio físico ou eletrônico; • Baixa integração dos processos intra-setoriais, ocasionando descontinuidade e/ou retrabalho;
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de atuação mais diretiva e conclusiva dos líderes; • Necessidade do aumento da capacidade de resposta em equipe; • Distribuição não equitativa ou desigual dos servidores pelos setores; • Desmotivação e falta de comprometimento de alguns colaboradores; • Necessidade de maior capacitação técnica específica para o turismo;

CONT. QUADRO 43. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Gestão da Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura deficitária no que tange ao parque tecnológico; • Inexistência de um sistema que integre as informações intra-setoriais; • Inexistência de equipe técnica especializada; • Inexistência de um local para alojamento e guarda dos equipamentos de informática defeituosos ou em estoque; • Equipamentos obsoletos, quebrados e/ou em número insuficiente; • Baixa qualidade do acesso à internet; • Falta de um mecanismo de aceleração do acesso à informação interna (software); • Baixo nível de controle das informações eletrônicas; • Ausência de um site atualizado com informações específicas, relevantes e compatíveis com a atuação da SETUR;
Análise Conclusiva do Clima Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Desmotivação e falta de comprometimento com a Secretaria por parte de alguns servidores; • Dificuldade em obter os resultados almejados ou mesmo concluir algumas tarefas previstas; • Infraestrutura inadequada para o trabalho diário;
Estrutura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de disparidades entre a estrutura formalizada e a praticada; • Ausência de definição e disseminação das funções por setor, bem como da hierarquia da organização; • Organograma desatualizado.
Terceirização dos Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma área responsável por analisar o relacionamento com os terceirizados, visando o controle e melhoria dos serviços prestados, bem com a redução de custos;
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um planejamento estratégico capaz de nortear as ações da entidade; • Inexistência de planos de ação que objetivem viabilizar as metas da SETUR; • Inexistência do hábito de planejar e executar ações de médio e longo prazo; • Ausência de ferramenta de apoio (sistema) que seja capaz de organizar e socializar as informações sobre objetivos definidos.
Integração de Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de manter a interação entre as equipes ou setores de forma sistematizada ou continuada;
Estrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço limitado para organização do mobiliário e locomoção dos servidores; • Ambiente para recepção de visitantes e/ou interessados inadequado; • Falta de organização e sistematização do arquivo;
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Não realização de concurso público; • Inexistência de equipe técnica no quadro de pessoal; • Alta proporcionalidade de cargos comissionados, frente aos contratados; • Entraves para realização de capacitação motivacional e técnica; • Necessidade evidente e imediata de capacitação técnica e comportamental;

CONT. QUADRO 43. Principais Problemas Identificados na SETUR

ITEM	PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
Recursos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Computadores obsoletos e contaminados com vírus; • Necessidade de aquisição de computadores e periféricos; • Necessidade de suporte técnico contínuo; • Falta de suprimentos tecnológicos. Exemplo: Cartucho de tinta; • Site desatualizado; • Ausência de uma regra geral que norteie o acompanhamento das atividades de tecnologia da informação; • Ausência de vinculação de um sistema de informação com os processos internos;
Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um processo sistematizado e participativo para elaboração do orçamento anual; • Existência de cortes nas verbas, inviabilizando a execução de projetos;
Programas e Projetos Administrados	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência de planejamento financeiro, impactando na execução dos programas previstos.
Percepções e Expectativas do Trade Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física da SETUR inapropriada; • Falta de divulgação dos atrativos turísticos do RN; • Falta de planejamento administrativo; • Ausência de um sistema de informações turísticas; • Baixo nível de integração e comprometimento dos servidores; • Falta de equipe técnica, principalmente para elaboração de projetos; • Consultas aos empresários sem apresentação de resultados; • Apoio limitado aos segmentos;
Relação SETUR-EMPROTUR	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão confusa das funções entre SETUR e EMPROTUR; • Duplicidade de atividades realizadas pela SETUR e também pela EMPROTUR; • Dificuldade de comunicação entre os dois órgãos; • Baixa compreensão do raio de atuação de cada órgão por parte dos servidores da SETUR;
Benchmarking	<ul style="list-style-type: none"> • Não utilização da ferramenta "Benchmarking", ocasionando atraso nas decisões e superficialidade perante os conhecimentos específicos do turismo;
Integração de Ações com Municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de relacionamento mais aprofundado com os municípios, de modo a gerar resultados mais concretos a partir das intercessões existentes entre os mesmos;

Fonte: Diagnóstico Institucional – Plano de Fortalecimento da SETUR, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

Diz-se que o turismo é uma prioridade para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, mas para que isso se concretize e passe do plano das palavras às ações, é preciso que o planejamento estratégico, traçando-se metas futuras, seja realizado e implantado, de forma individual e independente e, também, em parceria com municípios, Governo Federal e outros estados nordestinos.

O primeiro passo para transformação dessa realidade já foi dado: a elaboração do Plano de Fortalecimento da SETUR, que propõe estruturar a Secretaria, no que se refere a aquisição de equipamentos, capacitação técnica e estruturação administrativa com a finalidade de corrigir as distorções acima citadas e fortalecer o órgão para a gestão da atividade turística no Estado.

b) Unidade Executora Estadual – UEE

A Unidade Executora Estadual – UEE do PRODETUR/RN foi instituída através de Decreto Governamental n. 12.371, de 11 de novembro de 1.994, destinada a promover o gerenciamento, a execução e supervisão de atividades, serviços e obras do Programa, atendendo às recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que o Governo do Estado tivesse um setor para operacionalização do Programa.

Após algumas mudanças na estrutura da UEE, bem como a transferência de sua vinculação, que passou por várias Secretarias, em abril de 2002 a UEE/RN voltou a integrar a estrutura da Secretaria Estadual de Turismo e a contar com uma estrutura voltada a atender a demanda do PRODETUR II, de acordo com os componentes previstos no contrato de empréstimo.

A UEE está estruturada com uma coordenação que é o próprio Subsecretário da SETUR, e quatro coordenadorias: Jurídica, Técnica, Operacional e Administrativa e Financeira. Além desses cargos, a estrutura da UEE conta também com Sub-coordenadorias de: Transportes, Saneamento, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Resíduos Sólidos, Informática e Fortalecimento da Gestão Municipal.

c) Estrutura Municipal de Turismo

Com o objetivo de realizar a análise da estrutura institucional dos municípios que compõem o Polo Costa das Dunas, foi elaborado um questionário e encaminhado aos 18 municípios do Polo, com prazo para devolução, pondo-se a equipe da Consultoria à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas quanto ao preenchimento.

Apesar de o Polo das Dunas ser a região turística do Estado aonde o turismo vem ocorrendo há mais tempo, com o Conselho de Turismo mais antigo do Estado e, onde se espera que, dada essa experiência, as prefeituras envolvidas sejam mais participativas e atuantes, vê-se, pelo Quadro abaixo, que apenas 13 prefeituras preencheram os questionários.

QUADRO 44. Status do Preenchimento dos Questionários Enviados

Município	Status
Arez	Sim
Baía Formosa	Sim
Canguaretama	Não
Ceará-Mirim	Sim
Extremoz	Sim
Macaíba	Não
Maxaranguape	Não
Natal	Sim
Nísia Floresta	Sim
Parnamirim	Sim
Pedra Grande	Sim
Rio do Fogo	Não
São Gonçalo do Amarante	Sim
São José de Mipibu	Sim
São Miguel do Gostoso	Sim
Senador Georgino Avelino	Sim
Tibau do Sul	Não
Touros	Sim

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A proposta do preenchimento do questionário era quantificar e qualificar o aparato público, em termos de legislação, equipes técnicas e organização de conselhos, permitindo a análise sobre as estruturas administrativas do turismo em atender as demandas que o desenvolvimento sustentável da atividade requer.

O Quadro abaixo apresenta alguns aspectos das estruturas municipais de turismo analisadas: a existência de órgão municipal de turismo, a existência de dotação orçamentária própria, a existência de funcionários efetivos e também funcionários técnicos de nível superior e, finalmente, a existência de uma estrutura de trabalho.

QUADRO 45. Estrutura Municipal de Turismo.

Município	Órgão Municipal	Dotação Orçamentária	Funcionário Efetivo	Funcionário TNS	Estrutura de Trabalho
Arez	Sim	Não	Não	Sim	Não
Baía Formosa	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Canguaretama	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Extremoz	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Macaíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Maxaranguape	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Natal	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Nísia Floresta	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Parnamirim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Pedra Grande	Sim	Não	Não	Não	Não
Rio do Fogo	Sim	Não	Não	Não	Não
S. G. do Amarante	Sim	Sim	Não	Não	Sim
São José de Mipibu	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
S. Miguel do Gostoso	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
S. Georgino Avelino	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Em andamento
Touros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Legenda: Funcionário TNS – Funcionário Técnico de Nível Superior.

Vê-se que todos os municípios possuem órgãos de turismo, embora 06 municípios não tenham dotação orçamentária. Em relação aos funcionários efetivos, a situação é mais preocupante, já que 11 municípios afirmaram não ter funcionários efetivos em seus quadros. No tocante aos funcionários técnicos de nível superior, 05 municípios não possuem tal profissional, e apenas 03 disseram não ter uma estrutura de trabalho organizada.

Quando se analisa a capacidade institucional dos municípios do Polo Costa das Dunas, nota-se que a estruturação dos órgãos é pequena. Apenas nos municípios em que o turismo vem sendo trabalhado há algum tempo, existe uma estrutura organizacional estruturada, com equipe técnica e equipamentos. Porém, são poucos os profissionais com formação em turismo ou em áreas afins desenvolvendo atividades nas prefeituras, e quando há, geralmente são em cargos comissionados ou contratados. É comum, encontrar órgãos municipais de turismo sem técnicos efetivos ou até mesmo funcionários que exerçam funções administrativas. Ou seja, é notória a deficiência quantitativa de recursos humanos

aptos para gerenciar a atividade turística, quiçá, até mesmo deficiência qualitativa, no sentido de planejamento turístico.

Em termos tecnológicos e de materiais, observa-se, no geral, que os órgãos ressentem-se de uma estrutura mais compatível com os avanços tecnológicos atuais, notadamente nos aspectos de informações. Nota-se inclusive a falta de equipamentos para realizar as atividades rotineiras, em parte, causada pela falta de dotação orçamentária própria, sendo raras as exceções nesse sentido. Essa ausência de recursos orçamentários alocados compromete as ações municipais na gestão do turismo, impedindo até mesmo a execução de um planejamento, já que os gestores de turismo têm dificuldades de cumprir suas funções, por ficarem na dependência de autorização para realizar pequenas despesas.

Esse fato fica patente no momento da elaboração do PDITS. Muitos municípios desconheciam a sua própria oferta turística, seja de atrativos turísticos, seja do número de equipamentos e serviços existentes na localidade. Da mesma forma, inexistem quaisquer dados sobre perfil dos turistas, fluxos de visitantes, taxas de ocupação hoteleira, dentre outros indicadores. Apenas Natal conta com informações confiáveis sobre isso porque a coleta e o processamento dos dados, ressalte-se, é realizada pela SETUR; não é uma ação do município, mas do Estado.

Focando-se em setores específicos como turismo e meio ambiente, por exemplo, percebe-se ser o número de funcionários, a estrutura e os equipamentos insuficientes às exigências atuais, principalmente para atendimento à demanda de cumprimento da nova política proposta pelo Plano Nacional do Turismo e pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Como o incremento da atividade turística é uma realidade do Polo, nos últimos anos é crescente o investimento realizado nas localidades, principalmente as litorâneas. Assim, o município é demandado por um contingente de turistas, prestadores de serviços, comerciantes entre outras responsabilidades inerentes à função pública sem ter, no entanto, a estrutura necessária ao gerenciamento do turismo e à manutenção adequada da qualidade ambiental, como a fiscalização e o monitoramento devidos para a condução sustentável do processo de desenvolvimento.

Faz-se necessário que os municípios tenham órgãos de turismo e afins estruturados com vistas ao fortalecimento de sua capacidade gerencial para manter a governabilidade necessária à manutenção da qualidade de vida de seus moradores e a perpetuação dos atrativos naturais, históricos, culturais e turísticos do seu município, uma vez que tanto a política do turismo quanto à do meio ambiente constituem-se nos pilares para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, inclusiva e participativa.

É importante realizar concursos públicos, contratar técnicos e qualificar as equipes municipais, preferencialmente os efetivos, do setor turístico e do meio ambiente, para que estejam aptos a planejar de maneira estratégica e sustentável seus municípios, de forma pró-ativa, sem tanta dependência de projetos estaduais e federais.

Nesse contexto, é evidente a falta de ações de fortalecimento institucional e, portanto, a sua premente necessidade, principalmente nos municípios com turismo consolidado (Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul) que, inclusive, irão receber seus Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal) e que já podem implementá-los e aplicá-los.

3.3.9.2. Instrumentos de Planejamento Municipal - Legislação

A ausência de instrumentos normativos - Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo, dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há regras sobre o ordenamento do território, do meio ambiente e também das atividades econômicas ali desenvolvidas.

Um dos desafios do Poder Público consiste em elaborar as legislações de sua competência, ou seja, aquelas que interferem diretamente no interesse público municipal, bem como cumpri-las, gerindo o território municipal bem como outras temáticas com o objetivo do bem comum. Para isso, necessitam tanto de instrumentos de planejamento coerentes com o que prega as legislações federais, bem como de uma estrutura administrativa capaz de gerir tais instrumentos e fiscalizar a sua aplicação. Essa, talvez, seja a fase mais difícil.

Nesse tópico, será abordada a existência de alguns instrumentos de planejamento nos municípios integrantes do Polo Costa das Dunas: Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo, entendidos como os instrumentos legais mínimos necessários ao planejamento sustentável do turismo em nível local.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, necessário para que a propriedade cumpra a sua função social, especificando a sua obrigatoriedade para municípios com mais de vinte mil habitantes. Com o advento do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), estendeu a sua obrigatoriedade também para municípios inseridos em zonas de especial interesse turístico.

Dessa maneira, visando dotar o poder público de legislação compatível e adequada ao Estatuto da Cidade, o PDITS I do Polo Costa das Dunas, sob a égide do PRODETUR/RN II, destinou recursos para a elaboração e revisão de Planos Diretores para todos os municípios do Polo. Os municípios da Área de Planejamento foram os primeiros a serem beneficiados, e os demais estão na etapa de celebração de convênios com o Ministério do Turismo para viabilizar a elaboração de suas legislações, sendo previsto, além do Plano Diretor, a elaboração de Código de Meio Ambiente e Código de Obras.

O Quadro abaixo apresenta a relação dos municípios do Polo e seu status quanto à existência ou não das legislações referidas.

QUADRO 46. Legislações Municipais.

Município	Plano Diretor	Código de Meio Ambiente	Código de Obras	Plano de Turismo
Arez	Sim	Sim	Sim	Não
Baía Formosa	Sim	Sim	Sim	Não
Canguaretama	Sim	Sim	Sim	Sim
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim	Não
Extremoz	Sim	Sim	Sim	Não
Macaíba	Sim	Sim	Sim	Sim
Maxaranguape	Sim	Não	Não	Não
Natal	Sim	Sim	Sim	Sim
Nísia Floresta	Sim	Sim	Sim	Não
Parnamirim	Sim	Sim	Sim	Não
Pedra Grande	Sim	Sim	Sim	Não
Rio do Fogo	Não	Não	Não	Sim
São Gonçalo do Amarante	Sim	Sim	Sim	Não
São José do Mipibu	Sim	Não	Não	Não
São Miguel do Gostoso	Sim	Não	Não	Não
Senador Georgino Avelino	Sim	Sim	Sim	Não
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim
Touros	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A existência e efetiva aplicação de tais instrumentos só têm a trazer benefícios para a comunidade, na medida em que organiza a cidade e seu planejamento futuro, delimita áreas de preservação ambiental, áreas de interesse turístico, definem instrumentos para melhor aproveitamento do solo e punição àqueles que adquirem terras com intenção meramente especulativa, bem como possibilitam às municipalidades aumentarem o seu poder de arrecadação. Tais legislações são preponderantes no atual contexto do Polo Costa das Dunas: uma área que está muito valorizada, alvo de investimentos nacionais e internacionais de grandes empreendimentos, muitas vezes comprometedores da qualidade ambiental da comunidade.

Assim, urge que aqueles municípios (Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso) que não estão em dia com as legislações urbanísticas e ambientais mínimas aqui discutidas, atuem no sentido de suprir essa deficiência, a fim de que possam pensar no desenvolvimento de suas localidades e no desenvolvimento do turismo de maneira sustentável.

Além da dificuldade em ter a legislação, outra é a aplicação e fiscalização dessas leis, quer seja por falta de capacitação ou por falta de estrutura. As equipes municipais, não raras vezes, não possuem técnicos com capacitação necessária para aplicar os instrumentos, nem possuem uma estrutura adequada para fiscalizar e monitorar todo o território. É, pois, fundamental que a equipe técnica do município tenha condições de implementar e fiscalizar a aplicação dos instrumentos de planejamento urbano quando o município os possuir.

Sobre os Planos de Turismo, vê-se que, apesar da grande vocação turística da área em estudo, ainda são poucos os municípios que possui alguma diretriz que norteie o turismo municipal: apenas seis deles. Isso demonstra a pouca capacidade institucional para planejamento e, mesmo, talvez, o real papel que o turismo hoje tem em tais municipalidades.

3.3.9.3. Instâncias de Governança - Conselhos

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de cumprir as determinações do Plano Nacional do Turismo, passou a instituir as instâncias de governanças regionais de turismo de maneira paritária, composta por instituições envolvidas com o turismo.

Entretanto, antes das determinações do Plano Nacional de Turismo, o Governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste instituiu, em 1999, o Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, atualmente composto por 36 instituições membros, sendo 18 representantes das três esferas do Poder Público e 18 instituições da Sociedade Civil Organizada, que desenvolvem ações ligadas, direta ou indiretamente, ao turismo:

a) Poder Público

- Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO;
- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA;
- Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU/RN;
- Prefeitura do Município de Baía Formosa;
- Prefeitura Municipal de Ceará Mirim;
- Prefeitura do Município de Nísia Floresta;
- Prefeitura Municipal de Parnamirim;

- Prefeitura do Município de São Gonçalo do Amarante;
- Prefeitura do Município de Senador Georgino Avelino;
- Prefeitura do Município de Tibau do Sul;
- Prefeitura do Município de Touros;
- Procuradoria Geral do Estado do RN;
- Secretaria de Estado do Turismo – SETUR;
- Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIN;
- Secretaria de Estado do Planejamento das Finanças do RN – SEPLAN;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED;
- Secretaria de Estado do Trabalho da Habitação e da Assistência Social – SETHAS.

b) Sociedade Civil Organizada:

- Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo – ABRAJET/RN;
- Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/RN;
- Associação Brasileira das Empresas de Eventos do RN – ABEOC;
- Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV/RN;
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES;
- Cooperativa de Desenvolvimento da Atividade Hoteleira e Turística – COOHOTUR;
- Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal (Convention & Visitors Bureau de Natal);
- Faculdade Câmara Cascudo;
- Federação do Comércio de Bens e Serviços do RN – FECOMÉRCIO;
- Instituto Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – IFRN;
- Instituto FAL de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Artes;
- Responsabilidade Social Posta em Prática – RESPOSTA;
- Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do RN - SINDETUR/RN;
- Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – SHRBS;
- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN;
- Universidade Federal do RN – UFRN;
- Universidade Potiguar – UNP;
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN – SEBRAE/RN.

Conforme consta do Regulamento do Conselho do Polo Costa das Dunas, no Art. 3º “O Conselho de Turismo constitui-se em um espaço sistematizado para o planejamento, a deliberação e a viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo na mesorregião do Polo Costa das Dunas, em especial aquelas relativas ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE”.

O Conselho Regional atua como importante espaço de planejamento, deliberação e viabilização de ações e projetos de desenvolvimento de turismo no Polo Costa das Dunas, tendo função, neste trabalho, de coordenar, conduzir, monitorar e legitimar a elaboração do PDITS do Polo.

Um dado que chama a atenção é que ao responderem os questionários enviados pela Consultoria, muitos municípios não souberam responder se eram membro titular ou não do

Conselho Regional de Turismo do Polo Costa das Dunas. Isso retrata a desinformação e falta de conhecimento e comunicação do que é ser membro de um Conselho Regional de Turismo.

Os municípios, de uma maneira geral, não possuem Conselho Municipal de Turismo em funcionamento, com exceção de Ceará-Mirim e Tibau do Sul. Nísia Floresta, Parnamirim e Pedra Grande têm conselho, mas desativado, e Natal está reestruturando o seu.

O meio ambiente, na maioria dos municípios do Polo, não possui uma instância de governança, ou quando existe não está funcionando. A exceção fica com Ceará-Mirim, Parnamirim e Senador Georgino Avelino. Encontra-se também em processo de reestruturação o de Natal.

QUADRO 47. Instâncias de Governança.

Município	Conselho Municipal de Turismo	Conselho de Meio Ambiente	Membro Titular do Conselho Regional
Arez	Não	Não	Não
Baía Formosa	Não	Não	Sim
Canguaretama	Não	Sim	Não
Ceará-Mirim	Sim	Sim	Sim
Extremoz	Não	Não	Não
Macaíba	Não	Não	Não
Maxaranguape	Sim	Sim	Não
Natal	Reestruturando	Reestruturando	Não
Nísia Floresta	Sim, desativado	Sim, desativado	Sim
Parnamirim	Sim, desativado	Sim	Sim
Pedra Grande	Sim, desativado	Não	Não
Rio do Fogo	Não	Não	Não
S. Gonçalo do Amarante	Não	Não	Sim
São José de Mipibu	Não	Não	Não
S. Miguel do Gostoso	Não	Não	Não
Sen. Georgino Avelino	Não	Sim	Sim
Tibau do Sul	Sim	Sim	Sim
Touros	Não	Não	Sim

Fonte: Prefeituras Municipais, 2009.

Organização: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Essa instância de governança é relevante para o município por proporcionar um espaço voltado para um novo paradigma de desenvolvimento. É um local formado por diversos atores que podem pensar o turismo, ou seja, são espaços de negociação que permite a construção de consensos, gestão de conflitos e que possibilita a produção coletiva de projetos.

Em resumo, vê-se que o Rio Grande do Norte tanto em nível estadual como municipal possui pouca capacidade de gestão do turismo, área que deverá ser bastante trabalhada no PDITS. Além da infraestrutura deficitária (falta de computadores, impressoras, telefone, etc.), carece ainda de técnicos efetivos capacitados para o planejamento e a gestão do turismo. O número de funcionários efetivos é insignificante se comparado aos cargos comissionados, prejudicando, assim, a continuidade no planejamento e gestão. Tal situação se reflete em todos os níveis da gestão do turismo: ausência de informações básicas dos municípios, como da oferta de equipamentos turísticos, atrativos turísticos, contagem de fluxo de visitantes, taxa de ocupação hoteleira, dentre outros.

3.3.10. Promoção Turística

A promoção turística do Rio Grande do Norte é feita pela EMPROTUR, Empresa Potiguar de Promoção Turística, responsável por promover o Estado em feiras e eventos turísticos nacionais e internacionais. O Polo Costa das Dunas, sem dúvida, é a região que é mais beneficiada com as ações de promoção e divulgação, uma vez se tratar da região turística de maior prioridade no Estado.

As ações de Marketing de promoção do Estado abrangem: participação em feiras e eventos que envolvam o *trade* turístico nacional e Internacional; panfletagem, *outdoors* e *banners*; - veiculação de imagens e informações acerca do Rio Grande do Norte na mídia direcionada para a área turística; captação de vôos *charters*, especialmente de provenientes de países europeus; informações divulgadas pelas redes hoteleiras, via internet; informações divulgadas através de *busdoor*, *outdoors* entre outros (especificamente em Portugal, fruto da Semana do Turismo de Natal em Portugal); e outras ações de menor grau de influência.

Contudo, não existe uma política de marketing estratégica que oriente os investimentos em promoção turística para mercados prioritários e com foco no perfil do turista que se deseja atrair para o Estado, ocorrendo de forma dispersa e sem fundamentação em estudos de mercado. Também é perceptível certo distanciamento entre EMPROTUR e SETUR que parecem trabalhar de forma independente e desconexa. Tal situação certamente atrapalha a promoção e a comercialização não só do Polo Costa das Dunas, mas do Rio Grande do Norte.

Nesse contexto, é de fundamental importância a realização de pesquisas de mercado que identifiquem nichos de turistas interessados nos produtos turísticos que o Polo Costa das Dunas tem a oferecer. Com os resultados da pesquisa de mercado, seria possível elaborar um plano de marketing focado para os objetivos em curto, médio e longo prazos que Estado planeja para essa região turística, seja de posicionamento no mercado, de diversificação de oferta ou de requalificação para atrair novos clientes etc., tudo para torná-lo mais atraente e mais competitivo regional, nacional e internacionalmente.

Importante ainda mencionar que o planejamento de marketing e sua operacionalização devem considerar a diversidade de atributos do Polo Costa das Dunas: como a cultura, a hospitalidade, a mata atlântica, criando novos elementos de interesse, e não apenas o sol e a praia, relacionando-os, sempre que possível, aos outros polos turísticos instituídos no Rio Grande do Norte.

No que tange à relação EMPROTUR-SETUR, faz-se imprescindível que possam dialogar, discutir e planejar em conjunto, de modo que as ações comerciais de um reflitam os interesses do outro órgão. Essa temática também foi abordada no Plano de Fortalecimento da SETUR, no item sobre a Gestão do Turismo.

Além disso, importa dizer que o gasto com promoção turística no Rio Grande do Norte ainda é muito limitado. Segundo informações da SETUR, foram gastos em 2008 R\$ 882.056,00, enquanto em 2009 esse valor pulou para R\$ 6.644.925,00. O trabalho desenvolvido para o Fortalecimento Institucional da SETUR diagnosticou que os recursos do órgão são bastante limitados e imprevisíveis, sendo comum que as verbas que estavam inicialmente previstas sejam cortadas no decorrer do ano.

O Polo Costa das Dunas, ao contrário dos outros dois polos objeto de estudo do PDITS, não possui qualquer site institucional, sendo parte de sua oferta de atrativos turísticos exposta na internet no site institucional da SETUR, juntamente com os demais polos. Esse site, diga-se de passagem, possui um limitado número de informações, além de ser pouco dinâmico, interativo e atrativo. Está bastante aquém das expectativas dos turistas que fazem suas pesquisas pela internet.

Essa situação é bastante preocupante, considerando que boa parte da demanda potencial e real têm acesso à internet e a utilizam como ferramenta de pesquisa e decisão no momento da escolha por um destino turístico. Aqueles destinos com sites interessantes, que disponibilizem informações sobre hospedagem, passeios, cultura, compras e outras facilidades para os turistas, certamente levará vantagens sobre aqueles destinos “inexistentes” virtualmente.

Alguns municípios, como Tibau do Sul e Baía Formosa possuem sites com uma série de informações: meios de hospedagem, bares e restaurantes, dicas de passeios e venda de pacotes. Ambos, inclusive, possuem layout bastante semelhante, podendo-se inferir que foram elaborados e são mantidos em parceria.

3.3.11. Estudo Sobre a Concorrência/Competitividade

Nos últimos anos o turismo tem sido apresentado como uma alternativa de desenvolvimento social e econômico para determinadas regiões. É neste intuito que o PRODETUR vem desenvolvendo ações para dotar a região Nordeste de condições para desenvolver a atividade do turismo de forma competitiva, integrada e sustentável.

Ao analisar a competitividade, faz-se necessário levar em consideração os municípios que integram o Polo Costa das Dunas, o Estado do RN e seus competidores diretos no país e, por fim, a posição do país em relação ao mundo. Assim, para melhor compreender a competitividade é necessário conhecer os concorrentes, os recursos e competências do Polo Costa das Dunas. Isto posto, primeiro será feita uma análise da competitividade do Brasil em relação ao mundo; em seguida, definida a posição do Estado em relação ao Brasil; logo depois, a posição dos Polos do Estado e, por fim, o Polo em estudo.

No primeiro momento do diagnóstico a análise será comparativa, a fim de fortalecer a visão da competitividade entre as localidades. Para tanto, foram levantados através de um trabalho apresentado no **Fórum Econômico Mundial** a posição da competitividade do Brasil em relação ao Mundo; depois analisou-se a competitividade do Estado em relação aos outros estados do país, através das publicações do **Anuário Exame infraestrutura (2007-2008)** e do **Anuário Exame turismo (2006-2007)**; em seguida será apresentado os levantamentos feitos pelo **Ministério de Turismo, indicando os 65 destinos turísticos** do Brasil e depois a oferta e a demanda dos municípios que compõem o Polo.

3.3.11.1. Competitividade do turismo internacional

No estudo de Jennifer Blanke e Thea Chiesa (Fórum Econômico Mundial, 2009) foram pesquisados 133 países em todos os continentes, tendo como pilares a estrutura de regulamentação, os negócios envolvidos e infraestrutura e os recursos humanos, culturais e ambientais, subdivididos em 14 dimensões e 70 indicadores. Diante das informações apresentadas no relatório, foram escolhidos nos continentes os países que apresentam a mesma característica do turismo Sol & Praia, com exceção da América Latina, que não apresenta de forma acentuada este turismo, mas que pela proximidade dos Estados do Sul e Sudeste, demandantes do turismo Sol & Praia, acabam interferindo na concorrência. De cada continente foram escolhidos os cinco países melhor classificados na pesquisa de competitividade para serem analisados.

No quadro abaixo, apresenta-se um comparativo da competitividade quanto aos indicadores básicos entre o Brasil e alguns Países da América Central, concorrente no quesito Sol & Praia. Observa-se que o Brasil está atrás de Barbados e Costa Rica no ranking do relatório, ficando a frete de Porto Rico, Jamaica e Rep. Dominicana, tendo juntamente com a Costa Rica melhorando de posição em relação ao ano de 2008 e tendo ultrapassado Porto Rico no

ano de 2009. O Brasil recebe mais turistas que os outros países. No entanto, o dado que chama atenção é que os turistas gastam em média mais nos outros países do que no Brasil, com exceção de Porto Rico. Assim como os gastos médios relacionados à população e a área no Brasil são muito menores.

QUADRO 48. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Países da América Central – Indicadores Básicos.

Indicadores Básicos dos Países	Barbados	Costa Rica	Brasil	Porto Rico	Jamaica	Rep.Dominicana
População (milhões)	0,3	4,5	191,3	4	2,7	9,1
Área (km ²)	0,4	51,1	8.514,90	9	11	48,7
Turistas Internacionais (mil)	575	1.980	5.026	3.687	1.704	3.980
Gastos Realizados Turismo Internacional (US\$ milhões)	967	2.029	4.953	3.414	1.853	4.026
Gasto Médio por Turista Internacional (US\$)	1681,74	1024,75	985,48	925,96	1087,44	1011,56
Gasto Médio pela População (US\$)	3223,33	450,89	25,89	853,50	686,30	442,42
Gasto Médio por Área (US\$)	2417,50	39,71	0,58	379,33	168,45	82,67
Índice 2009	30	42	45	53	60	67
Índice 2008	29	44	49	46	57	63

Fonte: Relatório da Competitividade de Viagens e Turismo, 2009

Analisando o Brasil e seus concorrentes na América Central, observa-se que no comparativo dos indicadores básicos, o país encontra-se em uma posição intermediária, recebendo mais turistas, no entanto, com gastos médios em relação ao número de turistas, a área e a população menores que os países analisados, indicando que existe possibilidade de crescimento da atividade em função da dimensão territorial.

No Quadro abaixo se verifica que o Brasil encontra-se atrás de todos os países no que se refere à Estrutura de Regulamentação, com afastamento acentuado dos seus concorrentes nos itens de Política de Governo e Regulamentação (94^o), Segurança e Proteção (130^o), Priorização de Viagem e Turismo (84^o) e Saúde e Higiene (80^o), ficando apenas a frente da Itália e Malta no quesito de Sustentabilidade Ambiental (33^o). Em Negócios Envolvidos e Infraestrutura, o Brasil está muito atrás dos seus concorrentes europeus, com destaque para o Grupo de Infraestrutura de Transporte (110^o), Infraestrutura de Turismo (65^o), Infraestrutura de Comunicação (60^o) e Infraestrutura Aérea (46^o). Já no quesito Preço Competitivo da Infraestrutura de Viagem e Turismo (91^o), o Brasil fica à frente dos países Europeus. Nos Recursos Humano, Cultural e Natural o Brasil está à frente de todos os outros países, destacando-se nos Recursos Naturais (2^o). Já nos Recursos Culturais (14^o), sobressai-se apenas de Malta. Nos Recursos Humanos (44^o) e Afinidade para Viagem e Turismo (108^o) fica atrás de todos os concorrentes Europeu.

QUADRO 49. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Alguns Países da Europa

	Brasil	França	Espanha	Portugal	Itália	Malta
Índice 2009	45	04	06	17	28	29
Índice 2008	49	10	05	15	28	25
Viagem e Turismo - Estrutura de Regulamentação	95	8	29	15	46	11
Política de Governo e Regulação	94	25	74	29	71	54
Sustentabilidade Ambiental	33	04	31	18	51	66
Segurança e Proteção	130	55	66	22	82	11
Saúde e Higiene	80	09	35	32	27	03
Priorização de Viagem e Turismo	84	21	04	26	51	16
Viagem e Turismo - Negócios Envolvidos e Infraestrutura	69	07	08	24	26	31
Infraestrutura de Transporte Aéreo	46	05	10	38	27	22
Grupo de Infraestrutura de Transporte	110	03	20	26	40	27
Infraestrutura de Turismo	65	14	01	11	03	22
Infraestrutura de Comunicação	60	19	31	34	25	33
Preço Competitivo da Infraestrutura de Viagem e Turismo	91	132	96	99	130	122
Viagem e Turismo - Recursos Humano, Cultural e Natural	04	11	05	16	22	52
Recursos Humanos	44	23	31	34	41	37
Afinidade para Viagem e Turismo	108	55	48	39	71	07
Recursos Naturais	02	39	30	86	90	133
Recursos Culturais	14	07	01	12	05	35

Fonte: Relatório da Competitividade de Viagens e Turismo, 2009

Em Negócios Envolvidos e Infraestrutura, o Brasil está atrás dos seus concorrentes asiáticos, com exceção de Vietnã. O ponto mais discrepante em relação aos concorrentes é o Grupo de Infraestrutura de Transporte (110º). No Preço Competitivo da Infraestrutura de Viagem e Turismo (91º), também está atrás de todos os concorrentes asiáticos. Na Infraestrutura de Turismo (65º) o Brasil encontra-se em vantagem em relação à Malásia e ao Vietnã; na Infraestrutura de Comunicação (60º) à frente da Tailândia e Vietnã e na Infraestrutura Aérea (46º) à frente apenas do Vietnã. Nos Recursos Humano, Cultural e Natural o Brasil está à frente de todos os outros países, destacando-se nos Recursos Naturais (2º) e Recursos Culturais (14º). Nos Recursos Humanos (44º) fica à frente da Tailândia e do Vietnã e na Afinidade para Viagem e Turismo (108º) fica atrás de todos os concorrentes asiáticos.

QUADRO 50. Comparativo da Competitividade entre o Brasil e Alguns Países da Ásia

	Brasil	Cingapura	Malásia	Tailândia	Taiwan	Vietnã
Índice 2009	45	10	32	39	43	89
Índice 2008	49	16	32	42	52	96
Viagem e Turismo - Estrutura de Regulamentação	95	06	42	70	75	92
Política de Governo e Regulação	94	01	09	62	42	96
Sustentabilidade Ambiental	33	42	54	99	92	100
Segurança e Proteção	130	10	59	118	51	100
Saúde e Higiene	80	53	69	71	101	95
Priorização de Viagem e Turismo	84	02	23	22	74	61
Viagem e Turismo - Negócios Envolvidos e Infraestrutura	69	05	38	40	18	85
Infraestrutura de Transporte Aéreo	46	15	35	25	45	84
Grupo de Infraestrutura de Transporte	110	04	28	56	11	80
Infraestrutura de Turismo	65	37	77	39	35	109
Infraestrutura de Comunicação	60	17	46	71	12	79
Preço Competitivo da Infraestrutura de Viagem e Turismo	91	27	04	19	34	11
Viagem e Turismo - Recursos Humano, Cultural e Natural	04	23	14	19	65	76
Recursos Humanos	44	01	30	57	16	82
Afinidade para Viagem e Turismo	108	10	21	22	77	81
Recursos Naturais	02	94	21	24	110	52
Recursos Culturais	14	29	32	33	47	68

Fonte: Relatório da competitividade de V&T, 2009

3.3.11.2. Competitividade do Rio Grande do Norte X Alguns Estados do Brasil

A atividade turística tem sido estimulada no Estado do Rio Grande do Norte, assim como, nos demais estados do Nordeste como uma alternativa para o desenvolvimento da região e o PRODETUR é o grande motor para se alcançar competitividade. Assim, em levantamento a dados secundários far-se-á comparação que permitem situar o RN em relação a alguns indicadores socioeconômicos com os seus competidores diretos, aqui definidos pelos estados do Ceará (CE), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Bahia (BA) e Santa Catarina (SC), uma vez que são competidores fortes no temário Sol e Praia.

QUADRO 51. Indicadores Gerais: Comparação entre os Estados Analisados (RN/BA/CE/PE/PB/SC)

Indicadores Estaduais	RN	BA	CE	PE	PB	SC
Território						
Área Total (em km)	52.796	564.692	148.825	98.311	56.439	95.346
Nº de municípios	167	417	184	185	223	293
Nº de habitantes	3.051.000	13.974.000	8.238.000	8.518.000	3.628.000	5.974.000
Urbana (em %)	72,4	67,4	76,4	76,8	76,3	82,5
Rural (em %)	27,6	32,6	23,6	23,2	23,7	17,5
PIB per capita (em reais)	5.369	6.350	4.169	5.730	4.165	12.158
Mortalidade infantil (por 1.000 nasc. Vivos)	36,1	34,5	30,8	39,8	39,4	16,6
Esperança de vida ao nascer (em anos)	70,1	71,7	69,9	67,9	68,6	75
Taxa de analfabetismo (em %)	17,9	15	16,6	15	18,6	4,2
Domicílios com abastecimento de água por rede geral (em %)	88,8	76,9	75,2	76,5	80,8	79,7
Domicílios com rede coletora de esgoto (em %)	16,2	40,6	24,3	38,2	32,9	11,5
Domicílios com banheiro ou sanitário (em %)	90,6	77,4	76,5	85,6	82	98,7
Domicílios com coleta direta de lixo (em %)	81,5	55,6	60,5	70,5	70,9	81,8
Lixo coletado levado para aterro sanitário (em %)	09	39	72	37	02	50

Fonte: Anuário Exame, infraestrutura 2007-2008

Nos Indicadores Sociais o estado de Santa Catarina apresenta uma situação muito confortável em relação ao Rio Grande do Norte e aos demais estados nordestinos: o seu PIB per capita é mais que o dobro da maioria; a mortalidade infantil é menos da metade da registrada no grupo; a esperança de vida ao nascer é 75 anos e a taxa de analfabetismo é menos que um terço do melhor estado nordestino.

No aspecto de saneamento, o Rio Grande do Norte é o estado que mais tem domicílios com abastecimento de água por rede geral, e o segundo em relação a domicílios com banheiros ou sanitários. Porém, quanto aos domicílios com rede coletora de esgoto, só fica à frente da Paraíba.

No que tange aos setores envolvidos com o turismo, os dados levantados no Anuário Exame, turismo 2007-2008, apontam que em relação ao número de visitantes o Estado do RN sobressai-se apenas frente à Paraíba e ao Ceará. Quanto ao faturamento, estabelecimentos ligados ao turismo e empregados na indústria do turismo, o RN só se

encontra à frente da Paraíba. No tocante ao investimento na promoção do turismo o estado fica a frente da Bahia.

QUADRO 52. Setores Envolvidos com o Turismo (RN/BA/CE/PE/PB/SC)

Tamanho da Indústria do Turismo	RN	BA	CE	PE	PB	SC
Nº de Visitantes (mil por ano)	2.187	5.635	1.968	3.500	1.096	3.150
Faturamento (em R\$ milhões por ano)	616	3798	1.495	2.050	303	2.697
Estabelecimentos ligados ao turismo	2.478	9175	4.113	4.840	1.551	11.620
Empregados da indústria do turismo	23.578	94.611	43.228	62.429	14.461	72.729
Investimento na promoção do turismo (em R\$ milhões por ano)	04	3,5	22	05	06	30
Hotéis	171	724	225	217	74	517
Quartos	6.978	23.285	10.129	8.372	3.189	22.383
Restaurantes	2.105	10.225	5.744	5.923	1.528	20.419
Locadoras de automóveis que atendem o estado (nº de lojas)	68	183	51	66	29	88
Frota das locadoras	3.935	9.500	3.510	5.923	1.011	2.560
Extensão de praia (em KM)	399	932	573	187	117	431
Shopping centers	08	29	20	11	12	32
Parques temáticos	01	04	02	05	02	05
Teatros	16	60	29	66	28	30

Fonte: Anuário Exame, turismo 2007-2008

Em relação às características da rede de serviços, o RN sobressai-se da Paraíba na rede de hotéis, considerados pelo anuário, no número de quartos, número de restaurantes e parque temáticos. No que se refere a *shopping centers* e teatros, o estado tem a pior posição. Já no item Locadora de automóveis, o estado está à frente da Paraíba, Ceará e Pernambuco, assim como, em relação à frota das locadoras encontra-se à frente da Paraíba, Santa Catarina e Ceará. Além disso, o estado tem uma extensão litorânea maior que a Paraíba e Pernambuco.

Quanto ao turismo internacional, os principais visitantes no Rio Grande do Norte são italianos, portugueses e argentinos. Quanto aos dois primeiros sofremos a concorrência direta do Bahia, Ceará e Pernambuco e quanto ao terceiro de Santa Catarina.

Olhando para os concorrentes diretos e para o Rio Grande do Norte, observa-se que os Estados de Santa Catarina e da Bahia apresentam em diversos aspectos uma situação melhor que o estado do RN. Considerando os estados analisados, o Rio Grande do Norte só apresenta uma melhor posição competitiva quando comparado à Paraíba.

3.3.11.3. Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional

A estruturação de roteiros turísticos intermunicipais nas regiões turísticas brasileiras, com base nos princípios da cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional, tem por objetivo que os destinos escolhidos sejam priorizados para receber investimentos técnicos e financeiros do MTur e foco de articulações e busca de parceiros com outros ministérios e instituições.

Para tanto, selecionou 65 destinos turísticos que fazem parte de 59 regiões turísticas em todas as unidades da Federação. O Rio Grande do Norte foi contemplado com dois destinos: Natal e a praia de Pipa, no município de Tibau do Sul. A meta estabelecida pelo Ministério é que em 2010 os destinos obtenham padrão de qualidade internacional, induzindo, por conseguinte, o desenvolvimento turístico regional.

Foi considerado que estes destinos já disponham de uma infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados que os caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos. Sendo capazes de atrair e/ou distribuir turistas em seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos.

A seguir, serão apresentados os índices de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, em que serão comparados os destinos Natal e Pipa com o Brasil, com as Capitais, com as Não-Capitais e com o Nordeste, em relação a várias macrodimensões: Infraestrutura, Turismo, Políticas Públicas, Economia e Sustentabilidade.

Na macrodimensão de **Infraestrutura** observa-se no aspecto da infraestrutura geral que o destino Natal está atrás do Brasil, da média das Capitais e da média da região Nordeste, assim como Pipa, que também apresenta infraestrutura inferior a de Natal. Já no aspecto do acesso, o destino Natal está melhor posicionada em relação ao Brasil e ao Nordeste, ficando atrás apenas da média das Capitais. Pipa, no entanto, mantém-se atrás do Brasil, das Não-Capitais e do Nordeste.

QUADRO 53. Macrodimensão de Infraestrutura

Macrodimensão: Infraestrutura	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal	Pipa
Infraestrutura geral	63,3	70,5	58,1	60,2	58,8	46,3
Acesso	58,7	69,9	50,8	53,5	61,6	49,4

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

QUADRO 54. Macrodimensão de Turismo

Dimensão: Turismo	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal	Pipa
Serviços e Equipamentos Turísticos	44,3	56,1	35,9	39,2	35,9	33,8
Atrativos Turísticos	57,6	55,8	58,9	57,7	53,1	40,6
Marketing	37,7	46,3	31,7	34,6	41,9	15,4

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Na macrodimensão de Turismo, nos aspectos de serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos, os destinos Natal e Pipa ficam atrás do Brasil, Capitais, Não Capitais e Nordeste. Contudo, no aspecto de Marketing, o destino Natal posiciona-se melhor que o Brasil e o Nordeste, ficando atrás apenas das Capitais. Já Pipa apresenta-se muito atrás de todos os competidores

Na macrodimensão de Política Públicas se percebem extremos: na Cooperação Regional, tanto Natal como Pipa estão em posição muito privilegiada em relação a todos os demais

competidores; já no aspecto de Monitoramento ficam muito atrás dos concorrentes. Nas Políticas Públicas, observa-se que Natal está atrás do Brasil, Capitais e Nordeste, enquanto, Pipa fica à frente do Brasil, Não Capitais e Nordeste.

QUADRO 55. Macrodimensão de Políticas Públicas

Dimensão: Políticas Públicas	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal	Pipa
Políticas Públicas	50,3	55	46,9	47,9	48,7	50,8
Cooperação Regional	48,9	48,6	49,2	51,4	80,3	66,8
Monitoramento	34,8	41,6	30	28,4	26,1	20,8

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Na macrodimensão de Economia, em relação ao aspecto da Economia Local, o destino Natal fica com um índice melhor que a média da região Nordeste, no entanto, abaixo do Brasil e das Capitais; enquanto, Pipa fica muito abaixo de todos os concorrentes. Um ponto de destaque é o índice de Capacidade Empresarial apresentado por Natal, muito acima do Nordeste, do Brasil e das Capitais. Por outro lado, Pipa está muito abaixo de todos.

QUADRO 56. Macrodimensão de Economia

Dimensão: Economia	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal	Pipa
Economia Local	56,7	64,7	50,9	50,8	53	27
Capacidade Empresarial	51	72,1	35,9	45,1	78,1	19,2

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Na macrodimensão de Sustentabilidade, o destino Natal apresenta em todos os aspectos (Sociais, Ambientais e Culturais) um índice acima do Brasil, das Capitais e do Nordeste. Já Pipa apresenta índice nos aspectos sociais melhor que a média das Não Capitais, mas menor que o Brasil e a região Nordeste. Nos aspectos Ambientais o destino Pipa apresenta índice melhor que o Brasil, Não Capitais e Nordeste, enquanto nos aspectos culturais um índice muito abaixo do Brasil, Não Capitais e Nordeste.

QUADRO 57. Macrodimensão de Sustentabilidade

Dimensão: Sustentabilidade	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal	Pipa
Aspectos Sociais	57,2	62,5	53,5	56,6	69,6	54
Aspectos Ambientais	58,2	62,6	55,1	56,5	70,5	67,1
Aspectos Culturais	54,7	60,2	50,8	52,3	60,2	29,8

Fonte: Ministério do Turismo, 2009

Assim, analisando o destino Natal em relação aos índices do Brasil, Capitais e Nordeste, observa-se que na macrodimensão de Infraestrutura só apresenta posição favorável na dimensão de acesso quando comparado com a média do Brasil e do Nordeste, já quando confrontado diretamente com as Capitais apresenta um índice menor. Na macrodimensão de Turismo, ocorre o mesmo, apresentando apenas o item Marketing com índice acima da média do Brasil e do Nordeste. No entanto, quando confrontado com as Capitais, apresenta um índice menor. Na macrodimensão de Políticas Públicas a Cooperação Regional apresenta um índice muito acima dos demais; já no monitoramento o índice é muito abaixo das demais referências. Quanto às Políticas Públicas, o destino só está à frente do Nordeste, mas com índice abaixo do Brasil e das Capitais.

QUADRO 58. Macrodimensões – Natal x Demais Referências.

	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Natal
Dimensão: Infraestrutura					
Infraestrutura geral	63,3	70,5	58,1	60,2	58,8
Acesso	58,7	69,9	50,8	53,5	61,6
Dimensão: Turismo					
Serviços e Equipamentos Turísticos	44,3	56,1	35,9	39,2	35,9
Atrativos Turísticos	57,6	55,8	58,9	57,7	53,1
Marketing	37,7	46,3	31,7	34,6	41,9
Dimensão: Políticas Públicas					
Políticas Públicas	50,3	55	46,9	47,9	48,7
Cooperação Regional	48,9	48,6	49,2	51,4	80,3
Monitoramento	34,8	41,6	30	28,4	26,1
Dimensão: Economia					
Economia Local	56,7	64,7	50,9	50,8	53
Capacidade Empresarial	51	72,1	35,9	45,1	78,1
Dimensão: Sustentabilidade					
Aspectos Sociais	57,2	62,5	53,5	56,6	69,6
Aspectos Ambientais	58,2	62,6	55,1	56,5	70,5
Aspectos Culturais	54,7	60,2	50,8	52,3	60,2

Fonte: Ministério do Turismo, 2009.

Analisando o destino Pipa em relação aos índices do Brasil, Não Capitais e Nordeste, observa-se que nas macrodimensões de Infraestrutura, Turismo e Economia apresenta índices abaixo em todos os aspectos e em todas as referências. Já na macrodimensão de Políticas Públicas, os índices são mais elevados nos aspectos de Políticas Públicas e Cooperação Regional levando em consideração todas as referências. Já no aspecto de Monitoramento fica abaixo de todas as referências.

Na macrodimensão de Sustentabilidade, nos Aspectos Ambientais, o destino Pipa apresenta um índice acima do Brasil, Não Capitais e Nordeste; nos Aspectos Sociais, apresenta índice acima das Não Capitais, no entanto, abaixo do Brasil e do Nordeste; e nos Aspectos Culturais, o índice é muito abaixo comparado com todas as referências. Levando em consideração apenas as Não Capitais, nas macrodimensões analisadas, o destino apresenta índices abaixo em Infraestrutura, Turismo e Economia e índice acima na macrodimensão de Políticas Públicas, com exceção do monitoramento. Ainda na macrodimensão de Sustentabilidade, apresenta índice abaixo nos aspectos sociais e culturais e acima no aspecto ambiental.

QUADRO 59. Macrodimensões – Pipa x Demais Referências.

	Brasil	Capitais	Não Capitais	Nordeste	Pipa
Dimensão: Infraestrutura					
Infraestrutura geral	63,3	70,5	58,1	60,2	46,3
Acesso	58,7	69,9	50,8	53,5	49,4
Dimensão: Turismo					
Serviços e Equipamentos Turísticos	44,3	56,1	35,9	39,2	33,8
Atrativos Turísticos	57,6	55,8	58,9	57,7	40,6
Marketing	37,7	46,3	31,7	34,6	15,4
Dimensão: Políticas Públicas					
Políticas Públicas	50,3	55	46,9	47,9	50,8
Cooperação Regional	48,9	48,6	49,2	51,4	66,8
Monitoramento	34,8	41,6	30	28,4	20,8
Dimensão: Economia					
Economia Local	56,7	64,7	50,9	50,8	27
Capacidade Empresarial	51	72,1	35,9	45,1	19,2
Dimensão: Sustentabilidade					
Aspectos Sociais	57,2	62,5	53,5	56,6	54
Aspectos Ambientais	58,2	62,6	55,1	56,5	67,1
Aspectos Culturais	54,7	60,2	50,8	52,3	29,8

Fonte: Ministério do Turismo, 2009.

Analisando as macrodimensões estudadas e apresentadas pelo relatório do Ministério do Turismo, identifica-se que os **destinos Natal e Pipa precisam avançar nas dimensões: Infraestrutura, Turismo, Políticas Públicas, Economia e Sustentabilidade** para alcançar uma melhor posição de competitividade no Brasil, entre as Capitais e Não Capitais e no Nordeste. Vale destacar, entretanto, que na dimensão de Sustentabilidade o destino Natal apresenta alta competitividade.

Com base nos estudos da oferta turística do Polo Costa das Dunas e nos de demanda turística de Natal, é possível traçar alguns direcionamentos para o futuro do Polo Costa das Dunas.

Apesar de ser um dos maiores segmentos de turismo mundial, é bastante difícil definir o perfil do turismo de sol e praia, segundo informações do Ministério do Turismo¹¹. Porém, as características físicas e ofertas de serviços de um destino poderão vir a determinar o tipo de freqüentador do mesmo. Assim, praias de mar aberto, com ondas, muitas vezes são procuradas pelo público jovem e esportista, enquanto que aquelas de enseadas e baías terão famílias como público principal.

Alguns estudos gerais apontam que o turismo no litoral é especialmente sensível à variação da renda dos consumidores, na medida em que o aumento de renda do turista significa um incremento na sua demanda por esse tipo de lugar. O que se percebe são algumas características comuns aos turistas e usuários da praia motivados pelo desejo de descanso, práticas esportivas, diversão, novas experiências e busca de vivências e interação com as comunidades receptoras.

A demanda atual de turistas para o Costa das Dunas, representado por Natal, contempla especialmente o turista cuja principal motivação da viagem é o lazer, que elege os atrativos naturais (praias, litoral) como fator primordial na decisão da viagem. Em recente pesquisa sobre hábitos de consumo da demanda nacional – real e potencial – do Ministério do

¹¹ Ministério do Turismo. Curso de Segmentação do Turismo: Estruturação do Produto Turístico, 2009.

Turismo, constatou-se que a maior parte dos turistas associa às viagens a idéia de descanso e tranqüilidade, sendo as praias a imagem que melhor define isso. Por isso, o Polo Costa das Dunas mostra-se em vantagem.

Por isso, tem-se que fortalecer segmento turismo de sol e praia, qualificando a estrutura e serviços dos destinos consolidados e estruturando os destinos emergentes, expandindo os pontos de interesse do Costa das Dunas, bem como agregando destinos de praia com um apelo natural e intocado maior (Costa Branca). A diversificação da oferta também é prioridade, assim, especialmente no que concerne ao aumento do poder aquisitivo dos turistas, sendo interessante aproveitar o potencial de turismo náutico e investir nesse segmento.

Outra opção é o fortalecimento e criação de infraestrutura de apoio e suporte às atividades culturais – como museus, visita guiada, planos de interpretação – que permitam ao turista despendar mais tempo e dinheiro para conhecer os atrativos dessa categoria.

Uma das formas de qualificação de destinos e diversificação é investir no turismo náutico, cujo potencial é negligenciado no Polo Costa das Dunas. Em relação ao perfil do **turista náutico**, este varia em relação ao tipo de viagem, à propriedade da embarcação, entre outros, como se pode perceber no Quadro abaixo.

QUADRO 60. Perfil do Turista Náutico.

	Motivação	Perfil	
Turista de Cruzeiro	Neste nicho, a embarcação destaca-se como o próprio atrativo motivador do deslocamento. Mais do que conhecer cidades, passear por diferentes regiões, o turista náutico de cruzeiro busca vivenciar ao máximo as experiências internas do navio.	<ul style="list-style-type: none"> - Faixa etária entre 31 e 65 anos; - Cerca de 80% possuem uma renda média familiar acima de R\$ 5.000,00; - 54% possuem nível superior e 20% pós-graduação; - 55% dos que optam por cruzeiros costumam viajar para o exterior; - 94% realizam outras viagens pelo país; - Busca segurança, agilidade e conforto; - Pouca disponibilidade de tempo; - Visita o maior número de atrativos durante as atracações (restaurantes, shows e feiras, por exemplo); - 75% retornam ao destino turístico por via aérea. 	
Turista Náutico de Recreio e Esporte (barcos de pequeno e médio porte)	<p>Realizar uma viagem ativa, em contato com a água e no caso dos barcos à vela, interagindo com o sistema de ventos das regiões visitadas.</p> <p>Desfrutar de autonomia e liberdade, já que reúnem no mesmo equipamento (o barco) a moradia/estadia e o meio de transporte, podendo alterar roteiros e tempo de permanência de acordo com os próprios interesses e necessidades.</p> <p>A preservação da natureza, riqueza cultural e gastronomia são fatores que agregam valor e influenciam fortemente no momento da escolha do destino, assim como a possibilidade de realizar atividades náuticas, em lazer ou em competição.</p>	Turista Internacional	<p>Com embarcação própria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idade entre 40 e 50 anos; - Poder aquisitivo elevado (gasta, em média, cinco vezes mais que um turista convencional); - É profissional liberal ou empresário; - Interessa-se pela cultura, gastronomia e esportes da região (principalmente náuticos); - Permanece a bordo grande parte do tempo; - É, na maioria das vezes, europeu ou americano; - Visita vários destinos durante a permanência no País; - Gera postos de trabalho ao contratar serviços de manutenção e marinheiros; - Continua gastando no destino mesmo quando volta ao país de origem, pois deixa o barco no país visitado para aproveitar mais uma temporada no futuro. <p>Com embarcação alugada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entre 30 e 50 anos; - Majoritariamente homens; - Escolaridade: Técnico/Superior; - É profissional liberal ou empresário.

CONT. QUADRO 60. Perfil do Turista Náutico.

		Turista Nacional	<p>Com embarcação própria</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pertence à classe média alta ou classe alta; - É empresário, profissional liberal ou aposentado; - Possui tempo disponível para viagens longas; - As embarcações permanecem no mesmo porto ou marina por mais de seis meses; - Parte deste grupo se movimenta pelo litoral em busca de eventos náuticos esportivos como regatas e outras competições. Uma pequena parcela deste destoa do padrão normal em relação ao tempo. Por isso, contrata profissionais que possam levar os barcos. <p>Com embarcação alugada</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pertence à classe média; - Utiliza serviços de aluguel oferecidos pelas marinas e clubes náuticos; - Realiza viagens curtas e de fim de semana.
--	--	------------------	---

Fonte: Ministério do Turismo, Curso de Segmentação do Turismo: Estruturação do Produto Turístico, 2009.

O Polo Costa das Dunas, assim, tem que definir os termos para o aproveitamento do potencial náutico de seu litoral, de modo a desenvolver a atividades de forma sustentável. Assim, faz-se *mister* a elaboração de estudos para conhecer todo o potencial do Polo, bem como a definição legal de utilização do litoral, criação de portos, ancoradouros e trapiches, sistema de gestão e monitoramento, etc.

As Pesquisas de Demanda apontam que os turistas nacionais predominam em Natal, sendo advindos especialmente de Pernambuco, São Paulo, Paraíba e Ceará. Para o futuro, pretende-se manter esse público, assim como expandir para outros destinos regionais (Bahia, que nas pesquisas de demanda vem mostrando crescimento) e, em nível nacional, em destinos que não possuam litoral como Distrito Federal e Minas Gerais, que em pesquisa sobre os hábitos de consumo, mostraram-se ser os mais propensos a consumirem destinos de sol e praia.

No caso dos estrangeiros, destacam-se os vindos de Portugal, Espanha e Itália, registrando-se aumento dos turistas da Argentina no último ano. Para o futuro, deve-se manter esse público e captar mais turistas da América do Sul, especialmente Argentina, em virtude da proximidade, além de Holanda, visto que holandeses tem chegado mais a Natal nos últimos anos.

Em estudo realizado pelo Governo de Portugal sobre o mercado do turismo náutico na Europa (principal emissor de turistas náuticos), a Alemanha e Escandinávia são os principais emissores de turista no movimento interno ao continente. Já o movimento aduaneiro de Gibraltar, Bahamas e Trinidad (1999-2003) aponta que britânicos e franceses são os que mais se lançam ao mar em busca de viagens transoceânicas. O principal destino destes é o Caribe. Porém, com o Decreto Presidencial que amplia o prazo de permanência dos barcos estrangeiros de lazer de três meses (renováveis por mais três meses) para dois anos, o Brasil se coloca na rota de destinos possíveis e atraentes para este segmento do turismo internacional.

O principal meio de transporte para chegar a Natal foi o avião, em vôos regulares, sendo o transporte rodoviário bastante utilizado. Registrou-se aumento da utilização do automóvel e queda expressiva de vôos *charters*. Em termos de transporte, deseja-se estimular o turismo rodoviário e regional, especialmente o de carro, bem como o transporte náutico, a partir do desenvolvimento do turismo náutico.

A forma de organização da viagem apontada nos estudos de demanda é espontânea, constatando-se diminuição de brasileiros e estrangeiros que utilizam serviços de agências de viagens. Aproveitando essa tendência mundial, é necessário investir agressivamente em promoção e marketing *online*, disponibilizando aos turistas em potencial informações relevantes para a escolha do Polo Costa das Dunas como destino de viagem. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de um site para o Polo Costa das Dunas e/ou destinos prioritários, dotando-o de ferramentas que permitam: 1. à SETUR conhecer o público que procura Natal e demais destinos do Polo; 2. ao turista, obter informações e facilidades via *online*; 3. aos investidores, convencê-los que essa região é área promissora de negócios.

Ainda sobre o perfil do turista que visitou Natal de 2006 a 2008, estes permaneceram em média 8,6 dias em 2008, índice que apresentou queda em relação aos anos anteriores. Pretende-se manter ou elevar a quantidade de dias de permanência no Rio Grande do Norte, fazendo com que o turista se desloque para outras localidades no Polo e também outros Polos (Costa Branca e Seridó).

Despenderam, em média, diariamente, na localidade US\$ 75,40 (2008), valor que também apresentou queda em se comparando a 2006. Por isso, tem-se como objetivo aumentar esse gasto diário a partir de uma maior oferta de produtos e serviços para serem consumidos, bem como o aumento do número de dias de permanência. Nesse contexto, o turismo náutico se destaca por despender bem mais nas localidades que os demais turistas.

Para destinos que buscam uma imagem mais ecológica, como São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul, por exemplo, deve-se investir em ecoturistas e turistas de aventura.

O ecoturismo, como segmento de mercado turístico, é bastante competitivo e deve oferecer produtos compatíveis com as exigências do ecoturista que, por se tratar de um público diferenciado, exige alta qualidade de produtos e serviços. O **ecoturista** apresenta perfis diferenciados em função das diversas atividades motivacionais que determinam as características de cada público. Entretanto, é possível observar alguns elementos comuns e classificar como características do perfil de maior incidência no segmento os indivíduos: entre 25 e 50 anos; poder aquisitivo médio e alto; escolaridade de nível superior; profissão de caráter liberal; viaja sozinho ou em pequenos grupos; permanência média no destino: nacional 4 dias e internacional 10 dias; procedência de grandes centros urbanos e o desejo de contribuir para a conservação do meio ambiente.

Como o anterior, um perfil único para o **turista de aventura** é difícil de definir, já que também dependerá da atividade que pretende fazer. Apresentam, contudo, elementos comuns, como o apreço pela emoção, pelo desafio e por novas experiências e sensações. Com base nesse pressuposto, podem-se elencar algumas características gerais do consumidor desse segmento: idade entre 18 e 40 anos; poder aquisitivo médio a alto; nível superior completo; demonstra respeito pelo ambiente natural e social; exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação; sendo suas motivações: recreação ativa, desafios e emoção; vivências e experiências memoráveis e interação com outros praticantes. (MTur, Curso de Segmentação do Turismo: Estruturação do Produto Turístico, 2009).

Tais idéias devem ser investigadas e referendadas a partir de estudos específicos, como a pesquisa de mercado, de modo que se possa instituir um plano de marketing para o Rio Grande do Norte, com especificidades para cada um de seus polos.

De qualquer forma, mostra-se patente que para atrair um público diferenciado, com maior poder aquisitivo, o Polo Costa das Dunas deverá estar disposto a investir muito na melhoria da sua infraestrutura atual, criação de infraestrutura específica para atividades náuticas, promoção e marketing, capacitação e qualificação profissional e empresarial. Por último, mas não menos importante, deve reestruturar todo o seu sistema de gestão do turismo, a fim de tornar os órgãos gestores aptos a desempenharem seus papéis plenamente, de forma a garantir o planejamento estratégico, a aplicabilidade das legislações ambientais e urbanísticas e possibilitar o desenvolvimento sustentável do turismo.

3.3.12. Turismo e Comunidade no Polo Costa das Dunas

Há uma aceitação consensual de que acesso e hospedagem se constituem nos elementos básicos para dinamização da atividade de turismo, aos quais se somam recursos naturais, atrativos culturais, históricos e também serviços de apoio a atividade, além de dinamização de cadeias, etc. Ao mesmo tempo, na atualidade, os estudos temáticos do turismo ganham relevância devido a importância econômica e social das atividades de lazer e turismo nas sociedades contemporâneas, observando-se uma maior diversidade de fatores estudados, particularmente quando se trata de turismo e sustentabilidade. Em tal perspectiva, o conhecimento e audição da comunidade são inconteste. A comunidade, no geral, está associada a experiências positivas, mas também evoca tudo o que se sente falta e do que se precisa para viver seguro e confiante. A vida na cidade inclui a sociabilidade entre estranhos e diversos, em contínua mudança, e isso requer minimamente a qualificação do espaço social habitado e dos seus agentes.

Na condição de fenômeno socioeconômico, com consequentes desdobramentos sociais, o turismo não se limita apenas a empreendimentos de governos e mercado, mas também a pessoas (sociedade), já que o seu desenvolvimento também inclui dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local (sociedade receptora) que recebe os turistas. No geral, o primeiro deseja e busca áreas atrativas para uso do tempo livre; o segundo atrai os turistas por meio de características que já possui ou que pode criar. A interação entre essas duas partes resultará em territórios mais ou menos atraentes, e, mantida a atração, a atividade se torna dinâmica na medida em que a localidade se organiza para tal. Nessa perspectiva, a percepção e interesse da comunidade em relação a atividade também devem ser levados em conta no processo de planejamento.

O planejamento do turismo envolve também conceitos diversos, que são compatíveis com a diversidade da própria natureza do planejamento: uns priorizam os resultados, outros os objetivos, outros evidenciam a necessária leitura da realidade como processo inicial, já outros priorizam a infraestrutura. Ou seja, a variação se dá na razão direta das escolhas dos planejadores ou condutores do processo, mas é fato que a comunidade, suas características, percepções, aceitações ou críticas acerca da atividade são sempre consideradas, uma vez que a atividade comporta um expressivo grau de envolvimento de pessoas, particularmente aceitação e respeito mútuo entre local e visitante.

Como atividade que se desenvolve sempre *in loco* com expressivo processo de interação entre os agentes sociais, no turismo a relação humana é direta, o contato é “face a face”, no qual a postura do indivíduo é determinante. Trata-se de uma atividade da qual se cobra da sociedade receptora não apenas atrativos, capacitação e qualificação, mas também adesão a um projeto “civilizador”, prática da hospitalidade e acolhimento. Em síntese, a sustentabilidade no turismo inclui: sustentabilidade econômica (uso adequado dos recursos e respeito aos direitos das gerações futuras), sustentabilidade sociocultural (preservação da identidade, aceitação e respeito mútuo entre local e visitante) e sustentabilidade ambiental (manejo adequado dos recursos, preservando-a para futuras gerações). Ou seja, no processo de planejamento as ações são orientadas para a identificação de potencialidades, direção e controle do processo, que poderá maximizar os efeitos positivos da atividade localmente, mantendo o equilíbrio e ou minimizando os conflitos inerentes a atividade, e isso fortalece o necessário conhecimento da comunidade, pois seus vínculos permanentes remetem ao passado, ao presente e ao futuro.

Considerados os aspectos abordados acima, foi realizada uma pesquisa com a comunidade local do Polo Costa das Dunas. A Consultoria entendeu ser relevante a sua realização, pois acredita que o que o planejamento do turismo deve se coadunar aos anseios das comunidades receptoras, que nem sempre é voz ativa ou participa de reuniões de conselhos de turismo ou audiências públicas em sua municipalidade. Por isso, a presente pesquisa é

apenas uma amostra das percepções da comunidade do Polo Costa das Dunas a prática do turismo, particularmente aspectos relacionados à presença de visitantes, equipamentos e serviços, trabalho, capacitação profissional, etc.

A pesquisa, assim, compreendeu um estudo de natureza quantitativa, com dados primários, incorporando também informações qualitativas. Para tanto foi utilizada a entrevista estruturada do tipo questionário, com perguntas abertas e fechadas. Ao todo foram realizadas 714 entrevistas, distribuídas entre 12 dos 18 municípios que compõem o Polo Costa das Dunas. A amostragem foi não-probabilística aleatória simples casualizada, tendo como informantes os moradores residentes nos municípios componente da amostra, de ambos os sexos, com idade a partir de 17 anos, com no mínimo ensino fundamental completo, entrevistando-se apenas um indivíduo por residência, que foram escolhidas de forma aleatória. A técnica de abordagem da entrevista foi direta – face a face.

A seleção da amostra foi realizada em duas etapas. Inicialmente foram selecionados os municípios tomando-se por base a existência de equipamentos de hospedagem, de lazer e equipamentos de infraestrutura, sendo necessário, além desses três itens, haver algum fluxo turístico para o local. Na segunda etapa, foi calculada a amostra para o Polo, distribuída proporcionalmente com base na Contagem Populacional 2007 (IBGE) entre os municípios selecionados anteriormente. (Questionário encontra-se no Anexo VII).

Dos 18 municípios integrantes do Polo Costa das Dunas, 12 foram selecionados para compor o universo da pesquisa, a saber: Natal, Parnamirim, Ceará-Mirim, Canguaretama, Touros, Nísia floresta, Extremoz, Tibau do Sul, Baía Formosa, Maxaranguape, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso, conforme dados apresentados na tabela abaixo.

TABELA 25. Distribuição dos Entrevistados segundo os Municípios da Amostra Polo Costa Dunas.

Municípios	Abs.	%
Natal	297	41,6
Parnamirim	192	26,9
Ceará-Mirim	61	8,5
Canguaretama	29	4,1
Touros	29	4,1
Nísia Floresta	27	3,8
Extremoz	24	3,4
Tibau do Sul	16	2,2
Baía Formosa	12	1,7
Maxaranguape	10	1,4
Rio do Fogo	10	1,4
São Miguel do Gostoso	07	1,0
Total	714	100,0

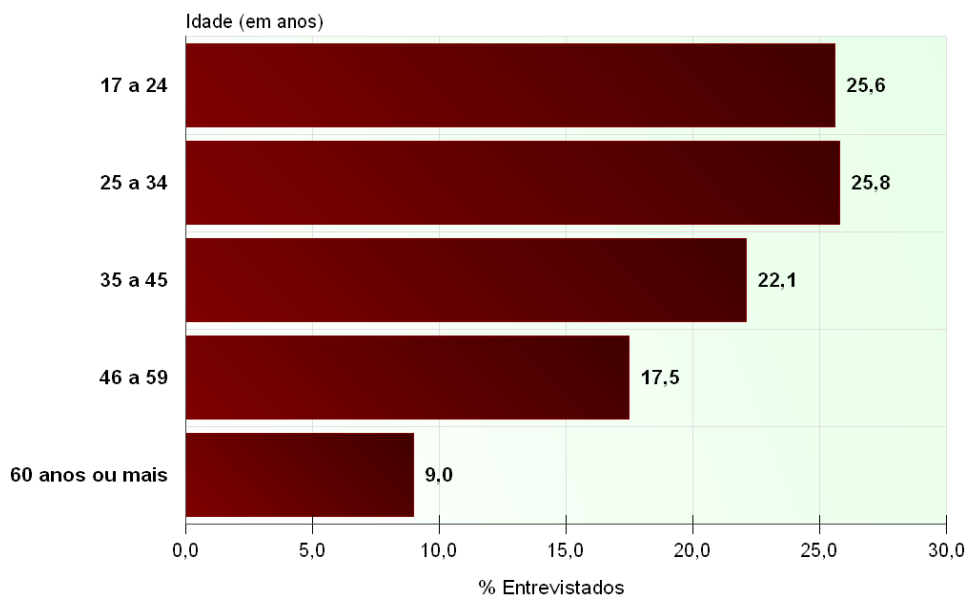
Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

a) Perfil do Entrevistado

Considerados os dados relacionados a idade, sexo e ocupação, observa-se inicialmente que se trata de uma população relativamente jovem: 51,4% dos entrevistados têm entre 17 a 34 anos, predominando as mulheres (53,4%) no universo pesquisado. São indivíduos com formação educacional limitada, uma vez que a maior parcela deles (68,9%) cursou o ensino médio, completo ou incompleto. Ainda 24,5% possuíam até o ensino fundamental de escolaridade, sejam completos ou incompletos, sendo 11,6% os entrevistados com nível

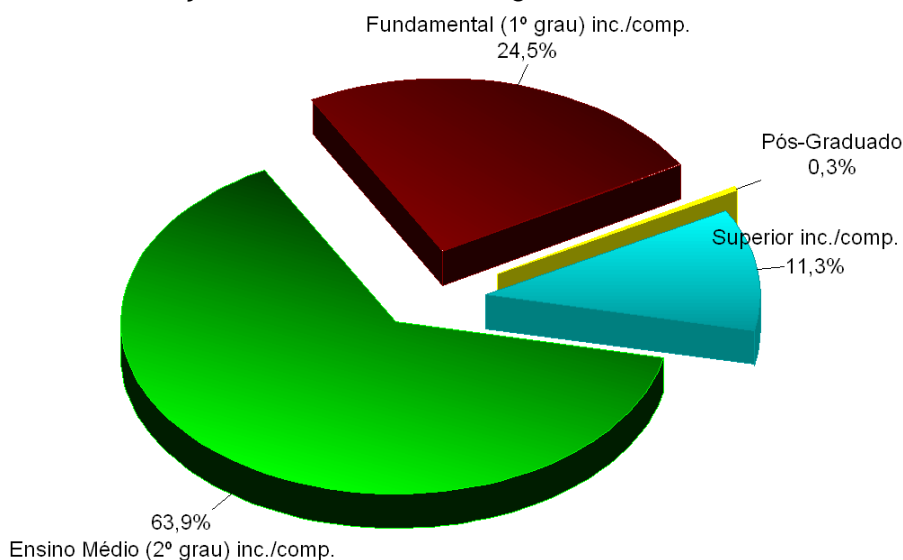
superior (completo ou incompleto) e pós-graduação. As tabelas com os valores absolutos e em percentual encontram-se no Anexo VIII.

FIGURA 121. Distribuição dos Entrevistados segundo a Idade – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 122. Distribuição dos Entrevistados segundo a Escolaridade – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Pensando-se na atividade turística, vê-se que existe uma população em idade produtiva, mas que, contudo, mas ainda deficiente, no que tanque ao nível de escolaridade, fator que certamente prejudica sua inserção no mercado e a realização de cursos de capacitação e qualificação profissional.

Em termos de ocupação, destacam-se 17,2% declarados autônomos, 15% empregados no setor privado e um percentual de 13,7% de estudantes. No momento da pesquisa, foi registrado um percentual de 3,6% de desempregados.

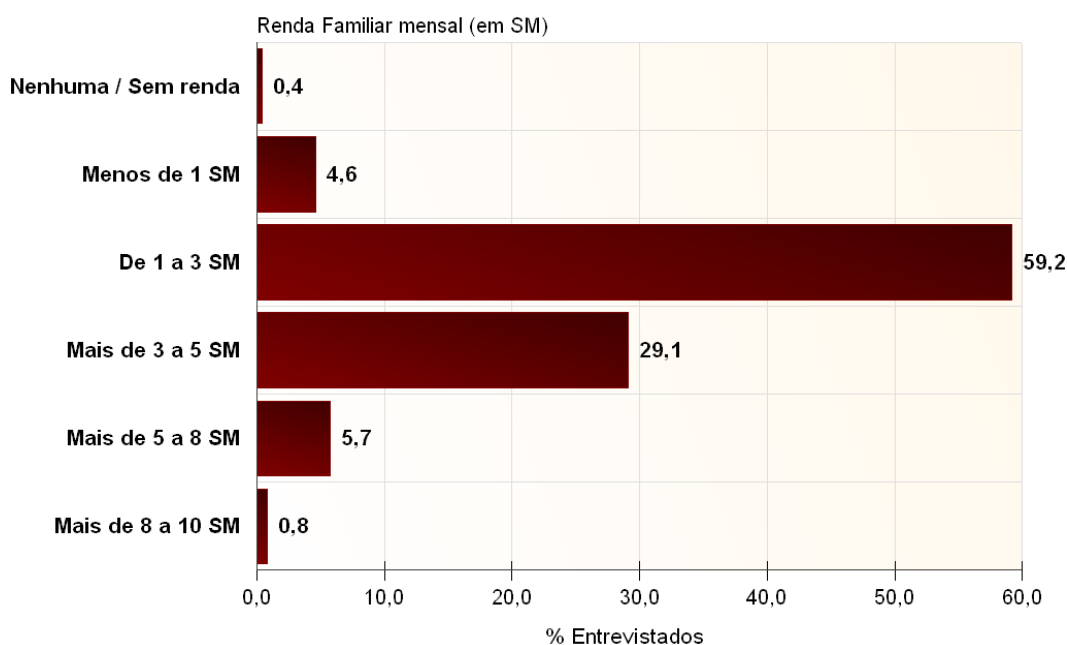
TABELA 26. Distribuição dos Entrevistados segundo a Ocupação – Polo Costa Dunas.

Ocupação	Abs.	%
Autônomo	123	17,2
Funcionário Empresa. Privada	107	15,0
Estudante	98	13,7
Comerciante	83	11,6
Funcionário Público	80	11,2
Aposentado (a) / Pensionista	60	8,4
Área de vendas / Vendedor	57	8,0
Dona de casa / Do lar	52	7,3
Doméstica	12	1,7
Área da saúde	10	1,4
Área jurídica	06	0,8
Nenhuma / Desempregado	26	3,6
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

A renda familiar mensal preponderante situa-se entre 1 e 3 Salários Mínimos, correspondendo a 59,2% dos entrevistados, indicativa de que a maior parcela da população possui rendimentos limitados. Uma parcela menor (29,1%) afirmou ter rendimentos entre 3 e 5 salários mínimos.

FIGURA 123. Distribuição dos Entrevistados segundo a Renda Familiar Mensal (SM) – Polo Costa Dunas.



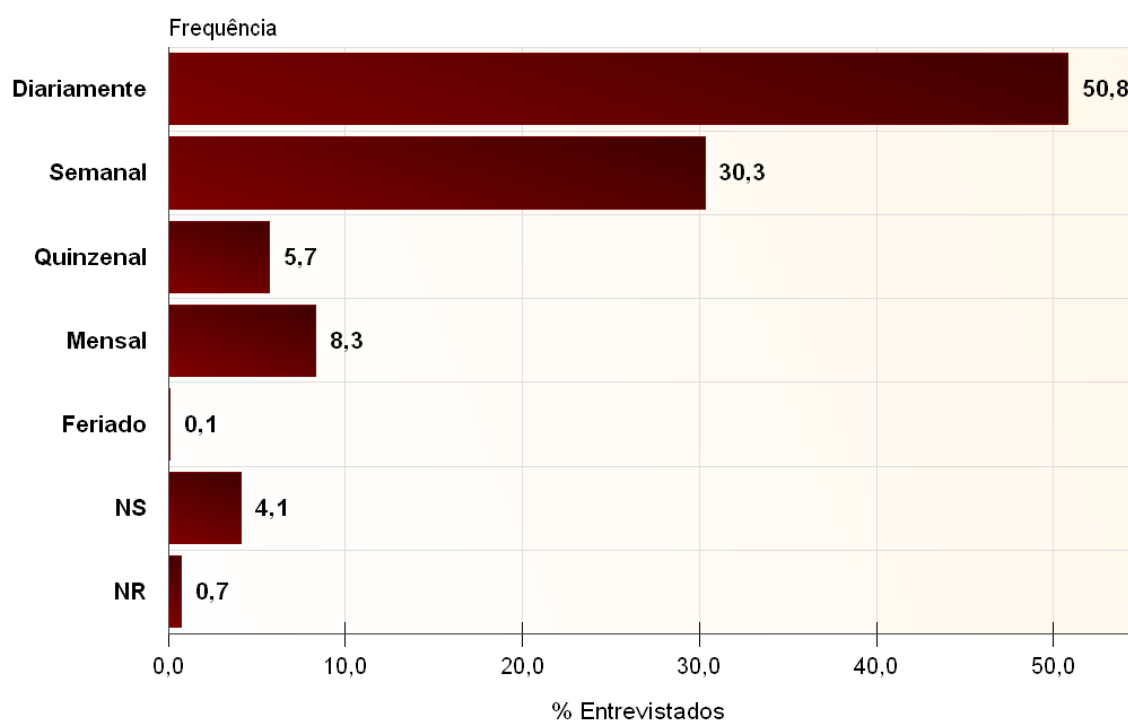
Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

b) Percepção da Comunidade Sobre o Turismo

Antes de realizar a leitura dos dados, parece oportuno esclarecer que a percepção em questão diz respeito à observação e identificação dos entrevistados acerca de movimentos e acontecimentos em sua cidade que indiquem a prática local, mesmo que mínima, da atividade de turismo e não aspectos subjetivos de cunho psicológico e interpretativos.

Os entrevistados reafirmam a prática local do turismo, que é materializada na presença de turistas, com frequência diária (50,8%) e semanal (30,3%), conforme se apresenta no gráfico a seguir.

FIGURA 124. Frequência com que o Município recebe Turistas à Passeio – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

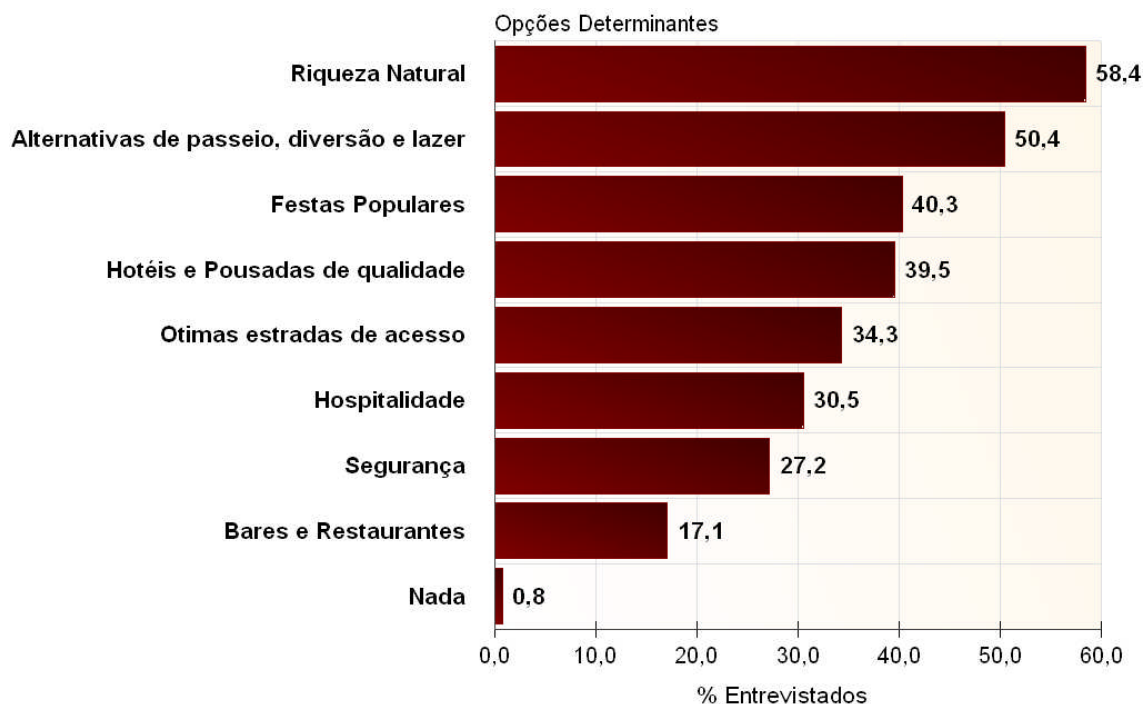
O Polo Costa das Dunas é o mais consolidado dos Polos Turísticos do Rio Grande do Norte, apresentando a presença constante de turistas nos municípios litorâneos, com maior concentração naqueles mais próximos a Natal, com exceção de destinos como Pipa, em Tibau do Sul.

Questionados sobre quais atrativos turísticos indicariam para serem visitados pelos turistas, os cinco mais apontados foram: Praias (34,2%), Cajueiro de Pirangi (10%), Morro do Careca (7,8%), Fortaleza dos Reis Magos (4,6%) e Passeio de barco (2,7%), cabendo ao conhecido Passeio de buggy (2,4%) a sexta posição. Ainda citaram Lagoas, Dunas e Ruínas do Engenho, todos com 2,2%, e a Praia de Ponta Negra (1,1%). Observa-se que as primeiras menções são símbolos já bastante trabalhados para a promoção do Rio Grande do Norte, que tem Natal como seu principal produto turístico, e que estão incorporados também na memória da população. Outro fator interessante é a predominância de elementos naturais entre os atrativos indicados pela população, o que reforça a importância da natureza no turismo do Polo Costa das Dunas.

Essa informação é ainda mais reforçada. Os entrevistados apontaram três motivos determinantes para que pessoas fossem visitar o seu município, predominando: riqueza

natural (58,4%); alternativas de passeios, diversão e lazer (50,4%) e festas populares (40,3%).

FIGURA 125. Motivos que Atraem o Turista para o Município (Somadas das Citações) – Polo Costa Dunas.

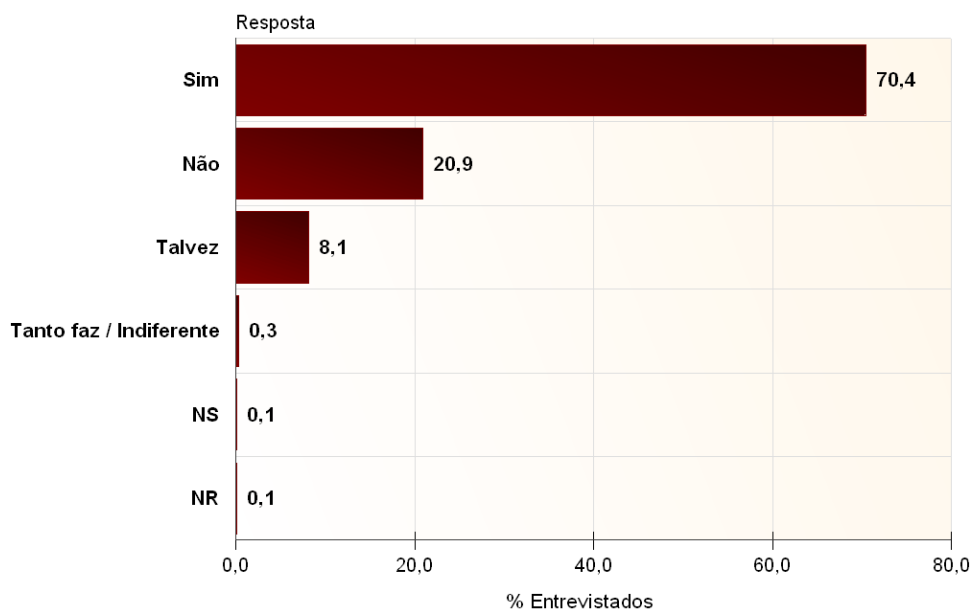


Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

A população claramente associa as atividades de lazer à prática do turismo, relacionando em, primeiro plano, itens para entretenimento do turista. Apenas depois, mencionam infraestrutura específica e de apoio ao turismo, entre outros.

Segundo 70,4% da população entrevistada, seu município oferece bons locais para que o turista possa visitar, hospedar-se e comer. Ao contrário destes, 20,9% afirmaram que o município não dispõe de tais características. Entretanto, parece oportuno destacar que a resposta à pergunta em si contém uma expressiva seletividade que é decorrente da própria experiência de vida do entrevistado, suas preferências, anseios, desejo de consumo e lazer, entre outros.

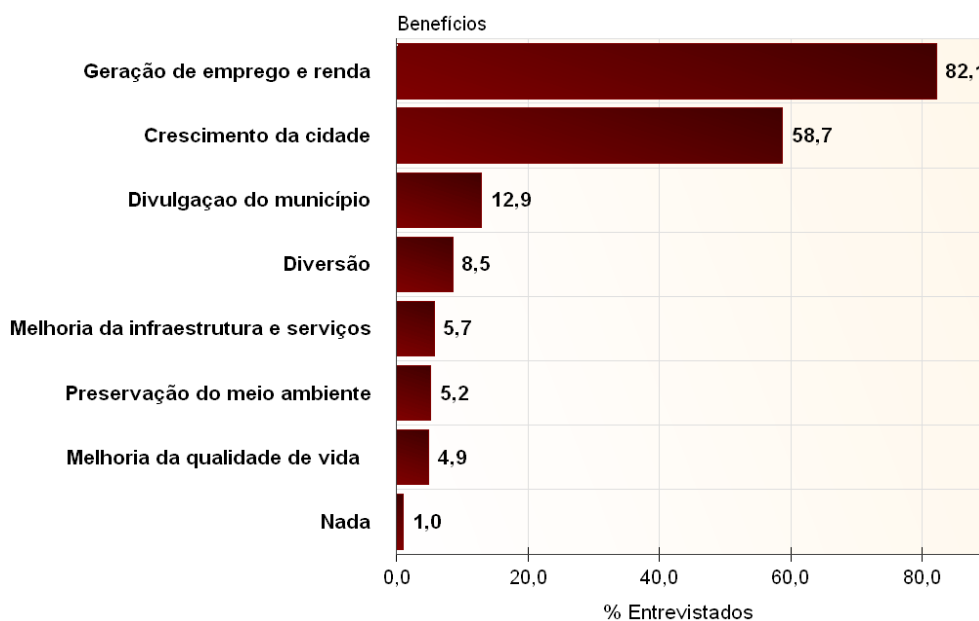
FIGURA 126. Existência de Produtos e Serviços Turísticos no Município – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

A pesquisa com a comunidade do Polo Costa das Dunas buscou ainda identificar qual são os dois pontos positivos e dois negativos que a atividade turística traz para a localidade em que se instala. Os benefícios para as cidades se concentram na geração de emprego e renda para 82,1% dos entrevistados, além de dinamizar o crescimento das mesmas, segundo 58,7% da amostra. Ademais, a dinamização do turismo favorecerá uma maior divulgação do município, ampliando as oportunidades de diversão e serviços associados.

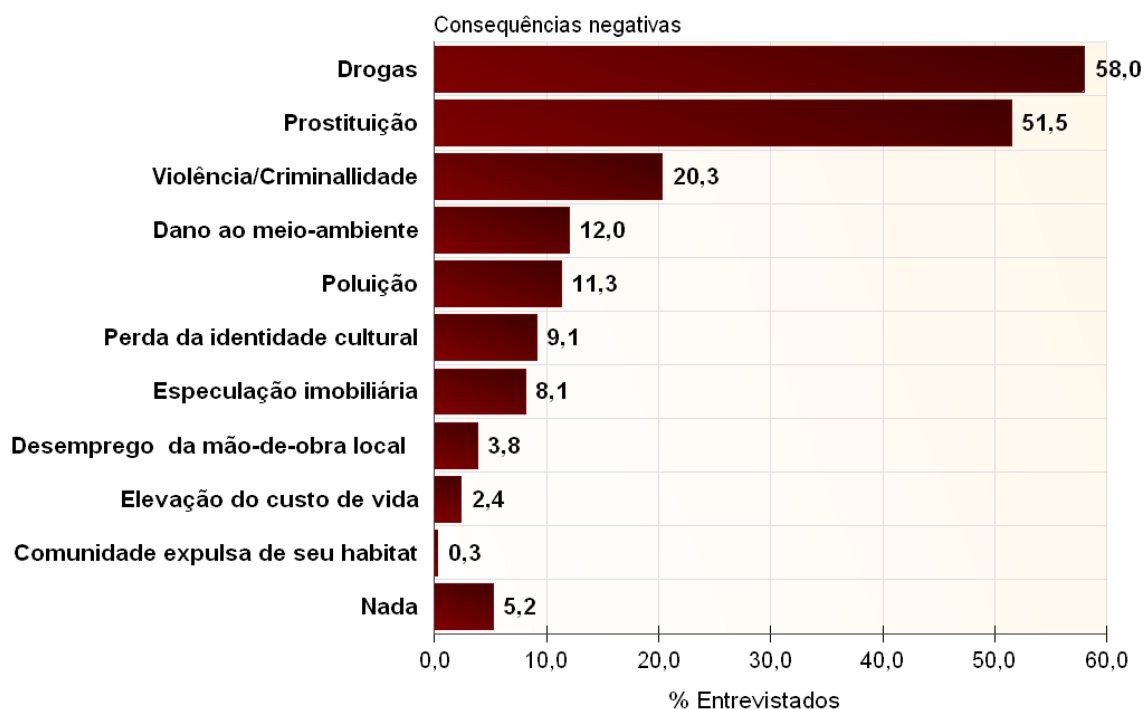
FIGURA 127. Benefícios que o Turismo pode trazer para o Município. (Somadas as Citações) – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Em contraposição aos benefícios também foram apontadas consequências negativas por percentuais bem expressivos dos entrevistados, o que também reafirma alguns efeitos indesejados associados ao turismo: ampliação da oferta e consumo de drogas (58%), prática da prostituição (51,5%), violência/criminalidade (20,3%), conforme visualizado no gráfico abaixo. A preocupação com o meio ambiente também é sentida: 12% apontaram danos ao meio ambiente e outros 11,3%, poluição.

FIGURA 128. Impactos Negativos que o Turismo pode trazer para o Município. (Somadas das Citações) – Polo Costa Dunas.



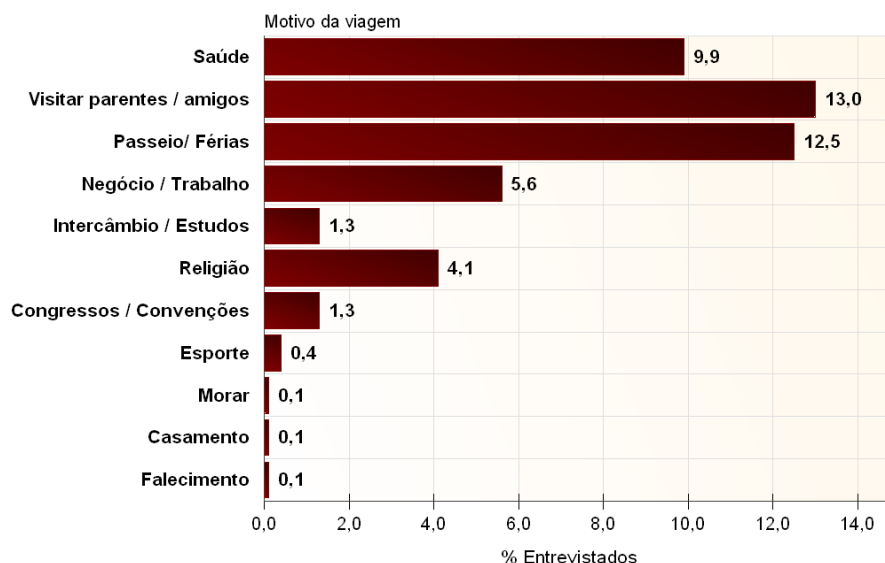
Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Tal preocupação é compatível com a identificação, já feita em estudos temáticos, acerca dos efeitos indesejados associados à atividade de turismo, sendo o planejamento da atividade turística um dos meios de minimizar os efeitos nocivos advindos.

Apesar da consciência de alguns dos efeitos indesejados associados ao turismo, prevalece à aceitação dos benefícios que a atividade trará para a região, uma vez 82,5% dos entrevistados desejam que os seus municípios recebam mais turistas.

Outro aspecto que a pesquisa procurou identificar foram as motivações de viagem da população entrevistada, buscando determinar também o alcance dos deslocamentos com origem local no período recente. Sabe-se que uma característica marcante da sociedade contemporânea diz respeito às novas circularidades e a diversidade de motivos que levam os indivíduos a se deslocarem de uma origem a um destino específico. Verificou-se que o principal motivo de viagem é a Visita a parentes e amigos (13%), seguida de Passeio/férias (12,5%) e Saúde (9,9%). A cidade do Natal foi identificada como o principal destino buscado em todas as modalidades acima indicadas.

FIGURA 129. Viagem do Morador ou alguém de sua família para fora do município. Motivo da Viagem. – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Dentre os destinos escolhidos por motivo de passeio e férias, Tibau do Sul apareceu logo depois de Natal.

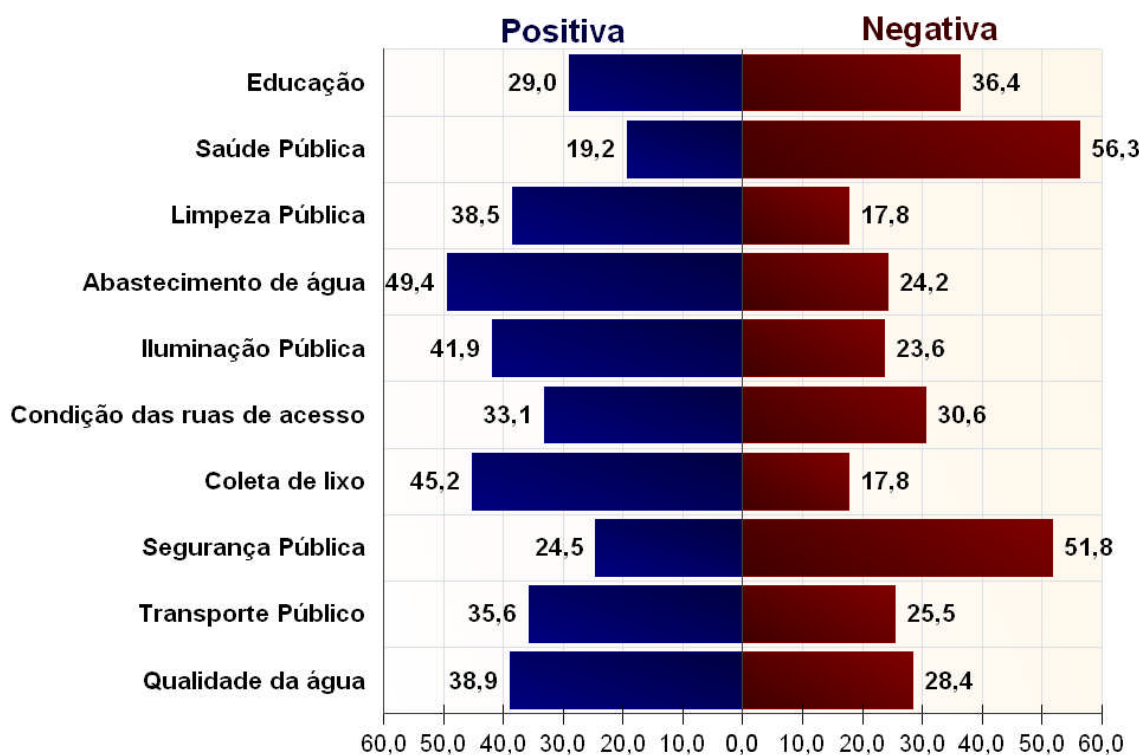
Com vistas a identificar fragilidades locais, solicitou-se que a população avaliasse alguns aspectos da infraestrutura do município como educação, saúde pública, limpeza pública, abastecimento de água, iluminação pública, condição das ruas de acesso, coleta de lixo, segurança pública, transporte público e qualidade da água. Considerando-se o saldo final de cada item, feito a partir da diferença entre as avaliações positivas e negativas, tem-se que os com saldo mais positivo e, portanto, melhor avaliados pela comunidade são: Coleta de lixo (+27,5), Abastecimento de água (+25,1) e Limpeza Pública (+20,7). Em contrapartida, Saúde Pública (-37,1), Segurança Pública (-27,2) e Educação (-7,4) foram os itens com menor saldo, conforme se pode ver abaixo.

QUADRO 61. Resumo das Avaliações de algumas áreas de Infraestrutura do Município - Polo Costa Dunas.

Áreas de Infraestrutura	Positiva	Negativa	Saldo
Educação	29,0	36,4	-7,4
Saúde pública	19,2	56,3	-37,1
Limpeza Pública	38,5	17,8	20,7
Abastecimento de água.	49,4	24,4	25,1
Iluminação pública	41,9	23,6	18,3
Condição das ruas de acesso.	33,1	30,6	2,5
Coleta de lixo.	45,2	17,8	27,5
Segurança pública	24,5	51,8	-27,2
Transporte público	35,6	25,5	10,1
Qualidade da água	38,9	28,4	10,5
Avaliação Geral	35,5	31,2	4,3

Nota: Avaliação Positiva (Percentual Bom + Excelente) e Avaliação Negativa (Percentual Ruim + Péssimo)
Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 130. Resumo das Avaliações de algumas áreas de Infraestrutura do Município. – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Isto requer ações específicas e esforço conjunto dentre os vários atores governamentais, pois são carências que não só afetam os visitantes, mas especialmente os moradores locais.

c) Trabalho e Capacitação Profissional

Este tópico busca fornecer indícios da participação da comunidade no mercado de trabalho turístico, assim como o seu nível de capacitação, quer esteja ou não empregada na área. Informa-se, com vistas a ampliar a leitura da comunidade, que a falta de um cadastro ou de informações concretas e fidedignas nos municípios dificultou a coleta de dados sobre empregos gerados no setor. Por isso, a pesquisa de campo dá uma visão, ainda que superficial, sobre essa temática no Polo Costa das Dunas.

Apesar de a pesquisa apontar a prática local do turismo, 80,8% dos entrevistados não trabalha com qualquer atividade relacionada ao turismo, denotando que os empregos associados ao setor ainda são pouco representativos. Em contraposição, 12,2% dos entrevistados disseram que 01 pessoa na família (ou mesmo ele) trabalha em áreas relacionadas ao turismo, enquanto 5,9% disseram que até 02 pessoas trabalhavam na área. Conforme já detalhado anteriormente, um dos critérios de inclusão do município na amostra justamente diz respeito à prática, mesmo que mínima, da atividade turística.

TABELA 27. Pessoas da Família que Trabalham com Turismo ou em Serviços Relacionados ao Turismo, segundo a Quantidade de Pessoas - Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	577	80,8
01	87	12,2
02	39	5,5
04	01	0,1
05	01	0,1
06	01	0,1
07	01	0,1
NS	04	0,6
NR	03	0,4
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Em termos de capacitação, buscou-se averiguar cursos que a população tivesse realizado que pudessem ser aproveitados na atividade turística como cursos de inglês, outros idiomas, informática, profissionalizantes e cursos específicos da área de turismo e hotelaria.

No tocante ao curso de inglês, 80% da amostra respondeu que nem ele, nem ninguém em casa possuem ou frequentam qualquer curso de inglês. Um percentual de 11,9% representa até uma pessoa na residência com curso de inglês e 3,8%, até duas pessoas. Dos que responderam afirmativamente, 63,2% tinham curso básico de inglês e 13,2%, curso avançado.

O percentual de entrevistados sem qualquer conhecimento de línguas aumenta para 91,3% quando questionados sobre outros idiomas, que não o inglês. Tal constatação pode ser considerada um aspecto limitante, em especial quando considerada a entrada de visitantes com origem em outros países (estrangeiros), realidade concreta em se tratando do Polo Costa das Dunas.

TABELA 28. Pessoas da Família que possuem Curso de INGLÊS

Quantidade	Abs.	%
0	571	80,0
01	85	11,9
02	27	3,8
03	02	0,3
NS	16	2,2
NR	13	1,8
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 29. Pessoas da Família que dominam OUTROS IDIOMAS

Quantidade	Abs.	%
0	652	91,3
01	16	2,2
02	18	2,5
NS	14	2,0
NR	14	2,0
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Considerando os cursos de informática, 67,2% responderam que não havia qualquer pessoa em sua residência com curso na área. O percentual daqueles com curso foi de 28,9%, com maior concentração (21,3%) em apenas 01 pessoa por residência.

TABELA 30. Pessoas da Família com curso de INFORMÁTICA

Quantidade	Abs.	%
0	480	67,2
01	152	21,3
02	42	5,9
03	10	1,4
05	02	0,3
NS	16	2,2
NR	12	1,7
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Em relação aos cursos profissionalizantes, o índice daqueles sem qualquer curso representa 79,7% da amostra, sendo 16,9% o percentual dos entrevistados com essa modalidade de curso. Entre os dez cursos mais citados, o de Garçom apareceu na terceira colocação (7,4%).

TABELA 31. Pessoas da Família com curso PROFISSIONALIZANTE

Quantidade	Abs.	%
0	569	79,7
01	98	13,7
02	22	3,1
04	01	0,1
NS	06	0,8
NR	18	2,5
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Quando questionados sobre cursos específicos na área de hotelaria e turismo, apenas 5,9% responderam ter realizado esse tipo de curso. Dos que realizaram cursos na área, Recepcionista apareceu como destaque (21,4%), seguido dos cursos de Turismo e Hotelaria

(4,8%), Garçom (4,8%), Camareira (4,8%) e Guia de Turismo (4,8%). Assim, torna-se oportuno destacar que, referenciado nas informações da comunidade, a capacitação de pessoas é um aspecto que merece tratamento específico com vistas a uma formação mais direcionada para as necessidades a atividade.

TABELA 32. Pessoas da Família com Curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA

Quantidade	Abs.	%
0	644	90,2
01	25	3,5
02	17	2,4
NS	01	0,1
NR	27	3,8
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 33. Tipo do Curso na ÁREA DE TURISMO E HOTELARIA

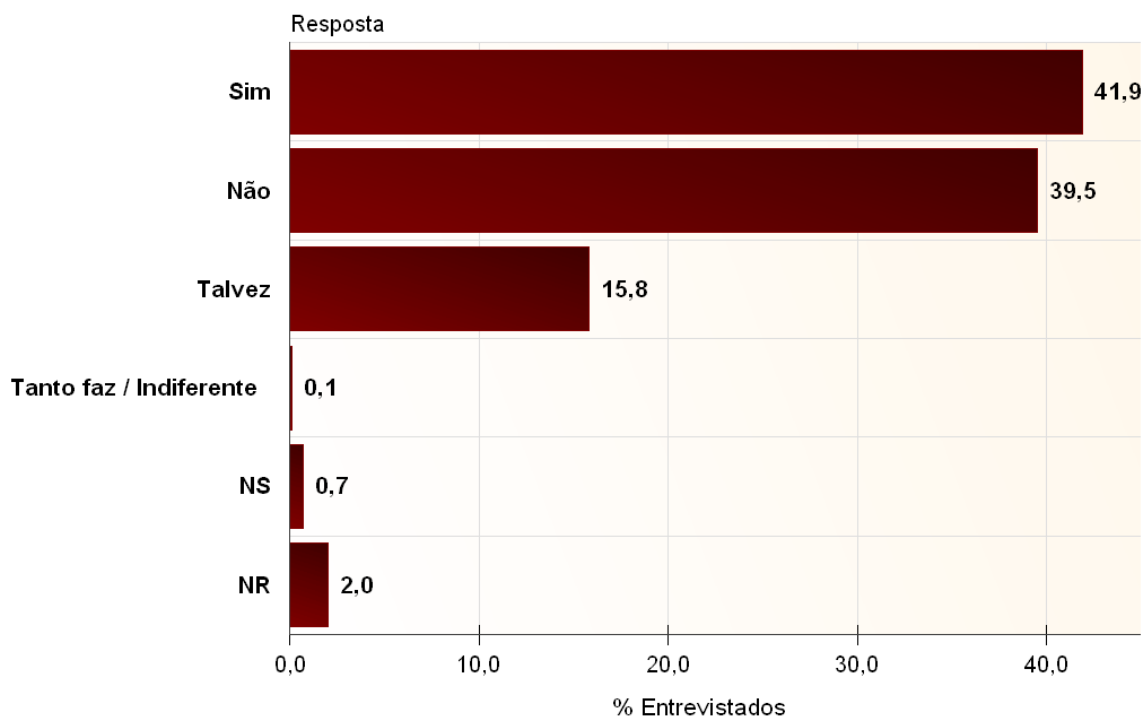
Tipo	Abs.	%
Recepcionista	09	21,4
Turismo e Hotelaria	02	4,8
Garçom	02	4,8
Camareira	02	4,8
Guia de turismo	02	4,8
Atrativo Turístico	01	2,4
Pasteleiro	01	2,4
Bugueiro	01	2,4
Recepcionista e Cozinheiro	01	2,4
NR	21	50,0
Total	42	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Ainda no tocante à capacitação, é interessante observar que a população mostra-se em dúvida sobre a sua própria condição de trabalhar no turismo. Questionados se acreditavam que a comunidade estava capacitada para atuar na atividade turística, 41,9% responderam afirmativamente, enquanto 39,5% responderam que não.

FIGURA 131. Capacitação para Trabalhar com Turismo – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

Assim, percebe-se que mesmo com um percentual ligeiramente inferior, boa parte da comunidade do Polo Costa das Dunas já percebe a necessidade de qualificação profissional para trabalhar com o turismo, especialmente em se tratando de um destino turístico que recebe turistas de vários países.

Da população entrevistada, 19,2% têm conhecimento de cursos de capacitação voltados ao turismo no município, apontando o SENAC (38%) como a principal instituição capacitadora.

A capacitação e qualificação dos recursos humanos na atividade turística já não são mais um diferencial e sim uma exigência dos consumidores, cada vez mais exigentes. Já não basta ao Estado priorizar ações estruturantes, pois o turismo comercializa mais que paisagens, pacotes e destinos; ele vende sonhos, experiências, que podem ser comprometidos ou ruir totalmente ante a má prestação de um serviço, e a capacitação local situa-se entre os pré-requisitos necessários a dinamização de um destino.

Diante do exposto, programas de capacitação e qualificação, também via políticas públicas, dos recursos humanos, bem como gestores e sensibilização da comunidade são de fundamental importância para aumentar a qualidade do produto final. Tais ações resultarão em destinos cada vez mais competitivos, além de favorecer a satisfação e expectativas dos turistas.

Com o intuito de reafirmar a importância inconteste da capacitação para a prática da atividade de turismo, torna-se oportuno registrar que, apesar da dinamização do setor no estado, a capacitação e qualificação local ainda não apresenta um quadro amplamente satisfatório. É verdade que em destinos mais consolidados, como é o caso de Natal e do Polo Costa das Dunas, é possível encontrar a prestação de serviço um pouco melhor, mas ainda longe do ideal.

Em síntese, a pesquisa mostrou que a comunidade entrevistada do Polo Costa das Dunas está ciente do importante papel desempenhado pelo turismo em seus municípios, entendendo a atividade como uma possibilidade de desenvolvimento das cidades, criação de postos de emprego e melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que

identificam os efeitos nefastos da atividade: prostituição, drogas, violência e aumento da criminalidade. Ainda assim, apóiam o pleno desenvolvimento da atividade turística em seu território.

Entendem que o Polo Costa das Dunas é rico em vários aspectos, especialmente os de caráter natural – como as praias e dunas – assim como há grandes problemas a serem enfrentados, como a melhoria da saúde e do sistema de segurança pública.

Assim, vê-se que a comunidade entrevistada mostrou-se favorável ao desenvolvimento do turismo no Polo Costa das Dunas. Em termos de capacitação, esta é insuficiente, havendo a necessidade de se realizar mais cursos de qualificação e capacitação específicos para inseri-los no mercado de trabalho.

4. JUSTIFICATIVA DA SELEÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA

O diagnóstico estratégico evidenciou que o turismo no Polo Costa das Dunas não acontece de forma homogênea ou natural. A sua expansão e ritmo está condicionada aos investimentos realizados em cada parcela do território, respondendo fortemente a uma série de fatores inter-relacionados, cuja importância está relacionada a o tipo de turismo (sol e mar, cultural, de negócios, de aventura, etc.) que se deseja priorizar e desenvolver e da escala com a qual se defina como a mais adequada para a localidade. Daí a necessidade de a necessidade de justificar a escolha do que é chamado “Área Turística” que constitui o território apto a receber investimentos, ações e projetos de desenvolvimento do turismo.

A preocupação do PDITS, então, deve ser a elaboração de critérios objetivos na escolha de tais áreas, não permitindo, assim, a perda de energia, recursos e iniciativas em áreas pouco propícias ao crescimento do turismo na região.

Após a coleta e análise dos dados expressos neste Diagnóstico Estratégico, foi possível então definir a situação do Polo Costa das Dunas enquanto Área Turística a ser considerada, ponderando tal AT de forma diferenciada devido aos elementos virtuosos e problemas existentes.

A Área Turística no Polo Costa das Dunas é composta inicialmente pelos 18 municípios legalmente integrantes; porém, para efeito de diagnóstico da atual situação de consolidação ou amadurecimento do turismo dentro deste Polo, apresenta-se aqui uma proposta de territorialização das áreas turísticas a partir de quatro níveis diferentes. Esses níveis foram selecionados levando em consideração os seguintes critérios:

- a) Posicionamento do município na atual rede urbana do Polo (parte inicial deste documento);
- b) Quantidade e hierarquização dos atrativos e produtos turísticos (estado de consolidação, potencial de crescimento, questões ambientais);
- c) Demanda efetiva de turistas para os atrativos;
- d) Maior ou menor densidade nos processos de gestão para o turismo e gestão urbana;
- e) Infraestrutura e demais elementos socioeconômicos.

Entretanto, **como aqui se trata de um Planejamento para o setor do turismo, os critérios (b), (c) e (d) possuíram peso superior dos itens (a) e (e).**

O resultado pode ser observado na Figura e no Quadro abaixo; observa-se que as linhas interiorizadas e de praia não são elementos de distância e sim linhas esquemáticas da integração: um eixo continental liga núcleos urbanos (N1 e N2) com turismo em desenvolvimento ou em consolidação, enquanto uma linha litorânea liga N1, N2 e Centros Articuladores ao turismo consolidado ou em consolidação. Esse conjunto de pontos e linhas forma o que aqui se chama “território do turismo do Polo Costa das Dunas”, isto é, uma área turística diferenciada, mas integrada por dinâmicas sociais, populacionais, econômicas e turísticas.

Por fim, procede-se um refinamento maior das informações utilizando como critério de corte a consolidação dos produtos turísticos, a partir dos dados de demanda e gastos turísticos observados nos capítulos anteriores:

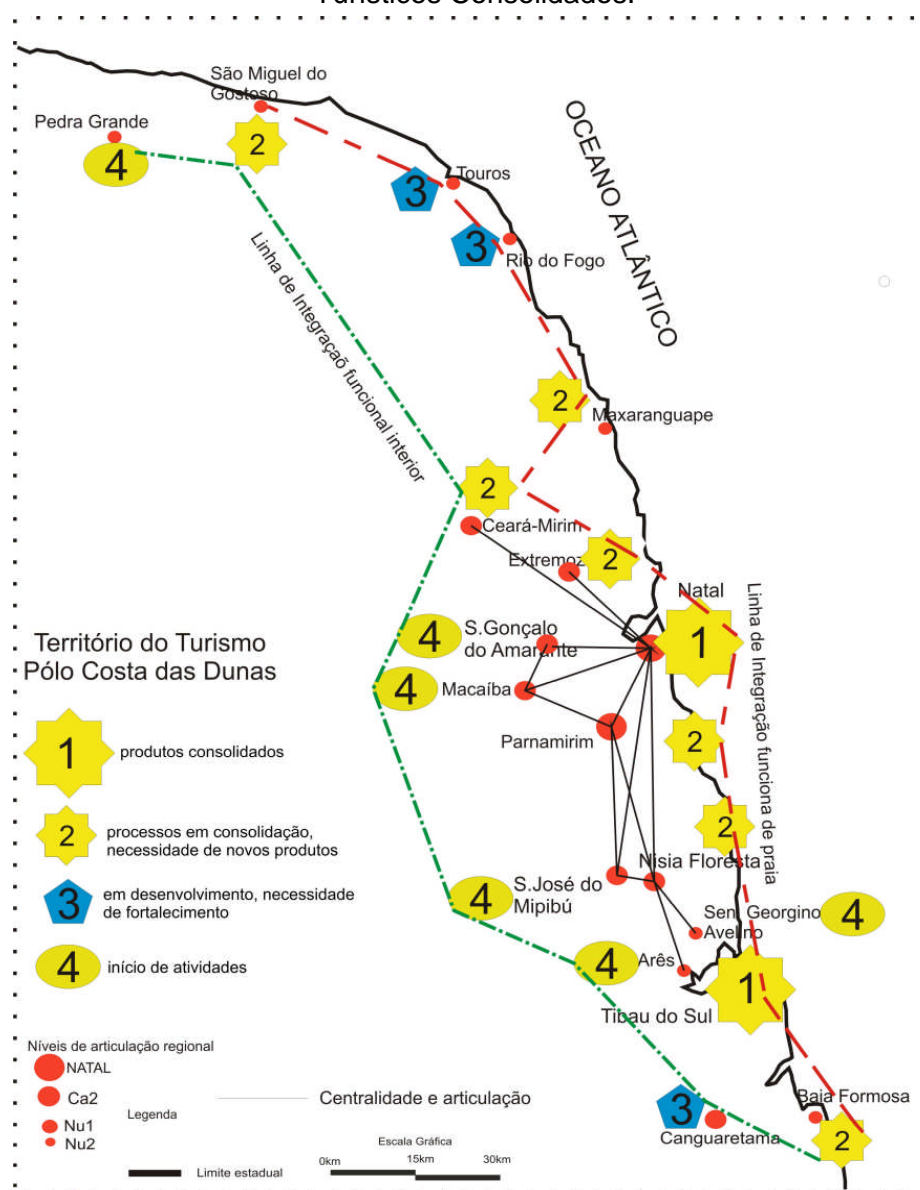
NÍVEL 1: Natal e Tibau do Sul: destacam-se por possuir produtos consolidados, como assim também considera o estudo dos **65 Destinos Indutores** (Portões de Entrada).

NÍVEL 2: Nísia Floresta, Parnamirim, Baía Formosa, São Miguel do Gostoso, Maxaranguape, Ceará-Mirim e Extremoz: produtos diversificados, em processo de consolidação e capacidade de transformação em novos produtos;

NÍVEL 3: Touros, Rio do Fogo e Canguaretama: em processo de desenvolvimento;

NÍVEL 4: São Gonçalo do Amarante, Macaíba, São José de Mipibu, Pedra Grande, Sen. Georgino Avelino, Arez: início das atividades.

FIGURA 132. Costa das Dunas: Integração da Rede Urbana com a Hierarquia de Produtos Turísticos Consolidados.



Esse território pode ainda ser desdobrado em mais quatro formas de organização desse turismo a partir de uma matriz de relacionamento em fragilidades e potencialidades, seja na rede urbana seja nas atividades turísticas.

QUADRO 62. Costa das Dunas: Matriz de Cruzamento entre Rede Urbana e Municípios com Produtos Turísticos Consolidados.

FORTE NA REDE URBANA FORTE NA CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO	FRACO NA REDE URBANA FORTE NA CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO
Natal Parnamirim Nísia Floresta Extremoz Ceará-Mirim (5 municípios)	Tibau do Sul Baía Formosa São Miguel do Gostoso Maxaranguape (4 municípios)
FORTE NA REDE URBANA EM DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	FRACO NA REDE URBANA EM DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
São Gonçalo do Amarante Macaíba São José de Mipibu (3 municípios)	Canguaretama Arez Senador Georgino Avelino Pedra Grande Touros Rio do Fogo (6 municípios)

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Ao levar em consideração a “Preferência dos Usuários” o Diagnóstico aponta que os atrativos e produtos estão em **Natal, Tibau do Sul, Nísia Floresta, Extremoz, Ceará-Mirim e Parnamirim**, municípios litorâneos e com pelo menos duas décadas de ligação com a atividade turística (hotéis, pousadas, casas de veraneio, etc.)

É a partir destes municípios que outras atividades ocorrem como a visitação em lagoas, dunas, reservas ambientais e sedes urbanas com patrimônio histórico, mesmo que dentro de outros municípios.

Em termos de “Singularidade dos Recursos” ocorre uma dispersão pelo Polo, existindo também elementos únicos em municípios pouco desenvolvidos, principalmente relacionados à praia, lagoas, parques e reservas. Nesse sentido a justificativa de manutenção de todos os municípios do Polo também passa pela dificuldade de separar em apenas alguns os elementos singulares mais relevantes, além da grande capacidade de transformação de determinados atrativos em produtos e recursos em atrativos.

Um terceiro elemento é a capacidade de acessibilidade e conectividade dentro do Polo de Turismo. Como foi visto, a BR 101, o Aeroporto Internacional são fundamentais não apenas à Região, mas a todo o estado do RN, pois liga as principais cidades do Brasil (e do mundo) ao destino Natal – e deste liga-se ao restante do Polo.

Outro elemento considerado para a escolha das áreas turísticas é a capacidade da região em suportar a pressão da atividade turística, sem causar perda de elementos naturais e culturais. Durante todo o Diagnóstico ficaram evidentes que a linha de praia tem recebido maior atenção e pressão das atividades turísticas, principalmente do setor de “turismo residencial”. Esse é o ponto mais preocupante da análise, pois o ecossistema atual tem conseguido se manter relativamente estável com o presente estágio de desenvolvimento turístico. Mas uma alteração e intensificação dessa ocupação, principalmente nas dunas do litoral norte e nas lagoas do litoral sul, podem gerar efeitos nocivos a toda a cadeia do turismo. Nesse sentido, o Diagnóstico aponta fortemente a implantação de redes de esgotamento sanitário, manejo sustentável das águas subterrâneas, matas e recursos da paisagem e menor quantidade de ocupação urbana nas áreas de praia.

Ao considerar os 18 municípios, embora destacando as diferenças internas à região, o Diagnóstico permite a abertura de um debate sobre Projetos, Programas e Ações dentro do PRODETUR de forma consubstanciada e respeitando as diferenças historicamente construídas. Espera-se que nas etapas posteriores do PDITS possa-se explicitar e construir diferentes programas, projetos e ações que valorizem o desenvolvimento turístico, conforme as singularidades existentes dentro do Polo de Turismo Costa das Dunas.

A elaboração do Diagnóstico Estratégico permitiu identificar as principais características sociais, econômicas, ambientais e turísticas do Polo Costa das Dunas, podendo-se atribuir, de fato, a essa Área Turística o título de Polo, entendido esse como um espaço geográfico definido, contínuo, vocacionado para o desenvolvimento da atividade turística por meio de atrativos turísticos similares e também complementares.

Dos 18 municípios integrantes do Polo Costa das Dunas, 10 fazem parte da Região Metropolitana de Natal, havendo, portanto, bastante integração e interdependência entre eles, fato facilmente visualizado pela FIGURA 133, ou seja, não há grandes espaços geográficos a serem percorridos, estando os atrativos turísticos bastante próximos.

Como principal portão de entrada tem-se o Aeroporto Internacional de Parnamirim, a pouco mais de 15 km de Natal. Mas turistas regionais advindos da Paraíba e Pernambuco chegam facilmente pela BR-101 tendo, então, Baía Formosa como primeira cidade do Polo. Contudo, costumam se dirigir diretamente para Natal ou Tibau do Sul, destinos já consolidados no Polo. Apesar de ter um litoral de 230 km de extensão, há estradas que percorrem todo o Polo que dão acesso aos principais núcleos urbanos e comunidades.

O segmento principal é o turismo de sol e praia, presente em maior ou menor escala nos 14 municípios litorâneos, mas com potencialidade com para desenvolver e fortalecer o turismo cultural, de aventura e ecoturismo e desenvolver o turismo náutico. Estes devem se tornar um complemento a oferta atual, seja pela possibilidade de maior aproveitamento dos recursos naturais ou de se incorporar outros fatores de motivação principal aos turistas que chegam ao Polo.

Nesse aspecto, desempenha grande papel os municípios de Macaíba, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Arez (não-litorâneos), por possuírem elementos turísticos capazes de agregar valor ao segmento cultural a partir do seu artesanato, gastronomia, manifestações folclóricas e patrimônio histórico edificado.

Sendo assim, têm-se uma oferta turística bastante homogênea em termos de atrativos turísticos, predominante os elementos naturais ligados ao litoral. Em termos de equipamentos e serviços turísticos, é possível encontrar os básicos (alimentação e hospedagem) em praticamente todos os municípios do Polo (Senador Georgino Avelino não possui meios de hospedagem), mas a melhor infraestrutura se localiza em Natal e Tibau do Sul.

Nesse sentido, é possível dizer que as atividades turísticas são bastante complementares, uma vez que Natal atua, basicamente, como centro polarizador e distribuidor de turistas, colocando sua oferta de serviços à disposição dos turistas, enquanto os municípios litorâneos complementam os atrativos da localidade, seja através de passeios de buggy, passeios de barco e mergulho, com artesanato característico ou culinária diferenciada.

No que tange à gestão do turismo, foi visto que é preciso fortalecer os órgãos gestores de turismo, tanto em nível estadual quanto municipal, para que possam exercer plenamente o seu papel, criando políticas e projetos de desenvolvimento, processando e difundindo informações sobre o turismo etc. Nesse sentido, o Conselho do Polo Costa das Dunas é uma importante instância de debate e planejamento entre os vários atores que integram a cadeia turística, uma vez que é um fórum democrático, soberano e que atua de modo eficaz desde sua criação, servindo até mesmo de modelo para aqueles conselhos de turismo recém instalados no Rio Grande do Norte.

Não se vislumbra, nesse momento, a possibilidade de inclusão de novos municípios ao Polo Costa das Dunas uma vez que não foram identificados atrativos turísticos que justificassem tal inclusão. Além do mais, é um polo extenso, com 18 municípios, muitos dos quais ainda se encontram em estágio de desenvolvimento incipiente do turismo – devendo-se, pois, focar esforços para dinamizar a atividade turística sustentável nessas localidades.

5. FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

No início deste capítulo de Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico, são apresentadas as projeções de indicadores do Turismo para Natal, vez que esta é uma cidade âncora para muitos destinos do Polo e que dispõe de dados e de estatísticas confiáveis. As projeções servem como balizadores do crescimento da atividade turística nos próximos anos, auxiliando a criar os cenários de desenvolvimento para cada um dos componentes.

Os Cenários, elencados para cada um dos componentes do Planejamento do PRODETUR (Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental), objetivam explicitar a situação atual do turismo no Polo (Situação Atual) e também a situação futura, advinda das intervenções do PDITS nos diversos níveis. Em suma, é a situação que se pretende atingir com o desenvolvimento e incremento do turismo no Polo Costa das Dunas, chamado, então, de Cenário de Desenvolvimento.

Posteriormente, é apresentada a Matriz SWOT, uma para cada um dos componentes de planejamento do PRODETUR. Nela são apresentados os Pontos Fortes (*Strengths*), Pontos Francos (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) e, do cruzamento destes, podendo-se planejar o turismo de forma estratégica.

Os Cenários de Desenvolvimento, ou seja, aquilo que “se quer” e os resultados da Matriz SWOT originaram as macroestratégias norteadoras e as ações propostas para implementação do PDITS, respostas às fragilidades do Polo Costa das Dunas, bem como alternativas para fortalecer e impulsionar as práticas que já vêm dando certo.

Por fim, a segunda parte do documento consiste no Plano de Ação que individualiza todas as ações originárias das macroestratégias para cada componente, como também dimensiona o montante de investimentos necessários à consecução de tais projetos que visam, em última instância, o crescimento e desenvolvimento sustentável do turismo no Polo Costa das Dunas.

5.1. Projeção de Indicadores do Turismo

Antes de se adentrar nos cenários de desenvolvimento do turismo para o Polo Costa das Dunas, far-se-á uma análise da projeção de alguns indicadores do turismo de Natal para o futuro, considerando-se os anos de 2010, 2015 e 2020.

Os dados utilizados que originaram as projeções foram todos fornecidos pela Secretaria de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte, constituindo-se nos números mais precisos sobre o turismo no estado. As projeções foram feitas para a capital do Estado, Natal, visto a inexistência de dados consistentes para os outros municípios. Entretanto, Natal é o principal portão de entrada do estado e turistas que aportam na cidade se deslocam para outras localidades do Polo Costa das Dunas para consumirem seus produtos e atrativos turísticos.

Os indicadores apresentados são: fluxo turístico, capacidade hoteleira (número de UHs), taxa de ocupação da hotelaria, pernoites gerados, hóspedes por período, permanência média (em dias), fluxo de hóspedes, receitas turísticas (US\$) e Gasto Médio Diário Individual (GMDI US\$) dos turistas em Natal.

Nas previsões dos indicadores turísticos, adotou-se um dos modelos de séries temporais, chamado de modelo de regressão polinomial ou de erros, em que todas as séries apresentaram sazonalidade e tendências crescentes ao longo do período. Uma série

temporal, também denominada de série histórica, é uma seqüência de dados obtidos em intervalos regulares de tempo durante um período específico. Sazonalidade é o fenômeno que ocorre regularmente em períodos fixos de tempo. O modelo de regressão polinomial é mais empregado quando a série estudada apresenta tendência e sazonalidade: a tendência pode ser crescente (apresenta aumento de valores ao longo do tempo) ou decrescente (apresenta diminuição dos valores ao longo do tempo).

O período analisado compreende de janeiro de 2001 a dezembro de 2008 e as previsões não podem prever fenômenos naturais, bem como, oscilações cambiais, inflacionárias e/ou epidemias ocorridas na localidade.

Os números do turismo para Natal têm apresentado crescimento na última década, tendência que se apresenta para as projeções na maior parte dos indicadores, como se verá a seguir. A partir das primeiras ações estruturantes do PRODETUR/NE I, que investiram largamente em infraestrutura de acesso, dentre elas a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Augusto Severo, esses números sofreram uma variação positiva a partir do momento que mais vôos regulares chegaram ao Rio Grande do Norte. A continuidade das ações foi outro fator preponderante para o crescimento do turismo, que com os investimentos advindos do PRODETUR/NE II, tentaram não só completar e complementar as ações do PRODETUR I, como também minimizar os impactos negativos advindos das primeiras intervenções, através da revisão e atualização do PDITS do Polo Costa das Dunas.

O conjunto das ações deu segurança para que empresários investissem em Natal e arredores e abrissem seus empreendimentos, ampliando a oferta de produtos e serviços oferecidos aos turistas, bem como criando postos de trabalhos e mais oportunidades de emprego para a comunidade. Assim é que, essa tendência de crescimento que já dura desde meados da década de 1990 tende a continuar até 2020.

5.1.1. Fluxo Turístico

O fluxo de turistas que chega à Natal sofreu considerável aumento de 2001 a 2008, chegando a crescer cerca de 23,65% nesse período. Para 2020, a previsão é de que desembarque 2.166.681 turistas, o que representa praticamente o dobro de turistas em 20 anos.

Tanto brasileiros, quanto estrangeiros desembarcaram mais em Natal, sendo o intervalo de tempo de 2004 a 2006 aquele com maior concentração de turistas estrangeiros. Nesse período, diversos vôos *charters* chegavam semanalmente ao Aeroporto Internacional Augusto Severo. Com a diminuição de tais vôos, o fluxo de turistas internacionais caiu. Em relação aos turistas nacionais, a tendência vem sendo também de crescimento, apresentando uma pequena baixa em 2008, provavelmente causada pelos efeitos da crise econômica.

É importante frisar que o ano de 2014 deve representar um incremento no fluxo de turistas nacionais e internacionais para Natal, uma vez que a cidade foi escolhida como uma das cidades para sediar a Copa do Mundo. Ao mesmo tempo, é muito provável que o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante já esteja em pleno funcionamento, possibilitando, assim, maior número de vôos e capacidade do Rio Grande do Norte em receber mais turistas.

TABELA 34. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal – 2001 a 2020.

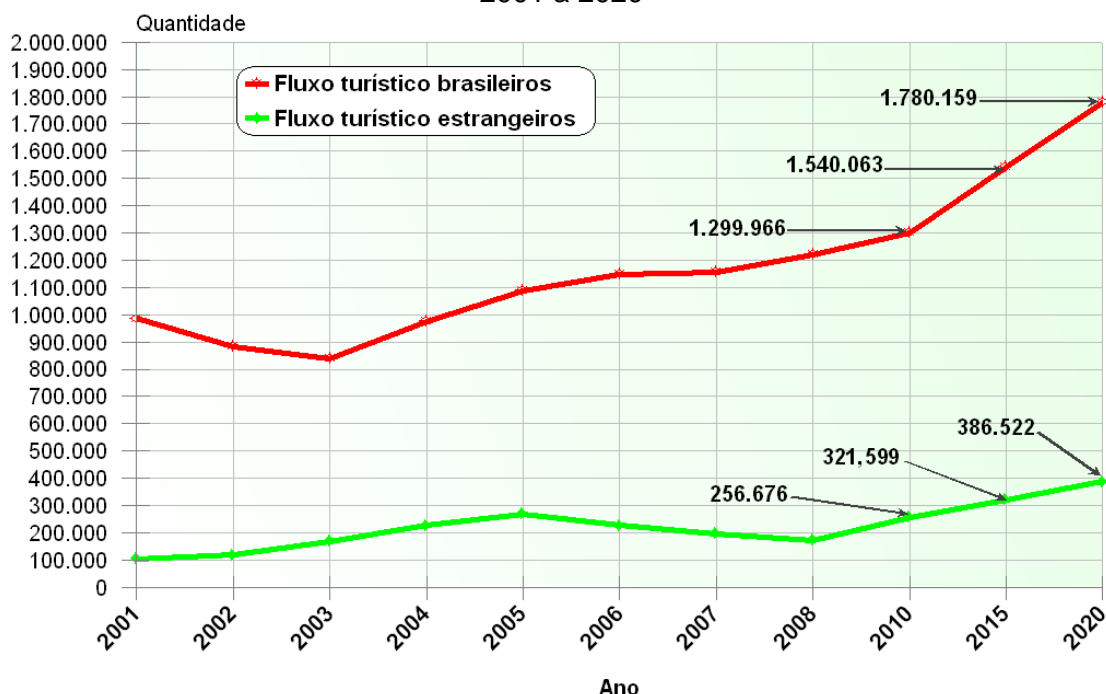
Ano	Fluxo Turístico Brasileiros	Fluxo Turístico Estrangeiros	Fluxo Total
2001	985.095	104.015	1.089.110
2002	882.227	117.467	999.694
2003	837.911	168.855	1.006.766
2004	975.296	226.915	1.202.211
2005	1.086.016	269.664	1.355.680
2006	1.147.221	226.012	1.373.233
2007	1.155.009	196.118	1.351.127
2008	1.218.104	173.047	1.391.151
2010	1.299.966	256.676	1.556.643
2015	1.540.063	321.599	1.861.662
2020	1.780.159	386.522	2.166.681

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 133. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020

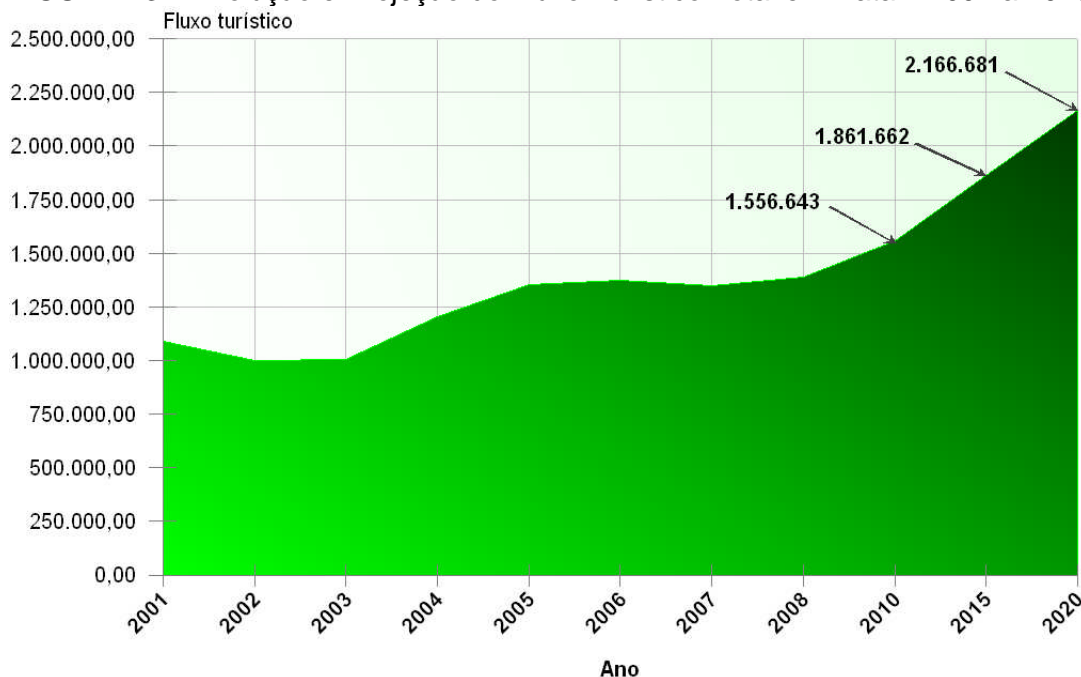


Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 134. Evolução e Projeção do Fluxo Turístico Total em Natal - 2001 a 2020



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.1.2. Evolução e Projeção do Número de Leitos

O incremento do fluxo de turistas e o aumento da capacidade hoteleira andam lado-lado. Assim, em 2007 foi registrado um total de 26.106 leitos em Natal, número que vem crescendo desde 2001. As projeções indicam que em 2010 haja um aumento percentual de 20,44%, chegando a 31.443 leitos.

TABELA 35. Evolução e Projeção do Número de Leitos Disponíveis no Município de Natal/RN - 2001 a 2020

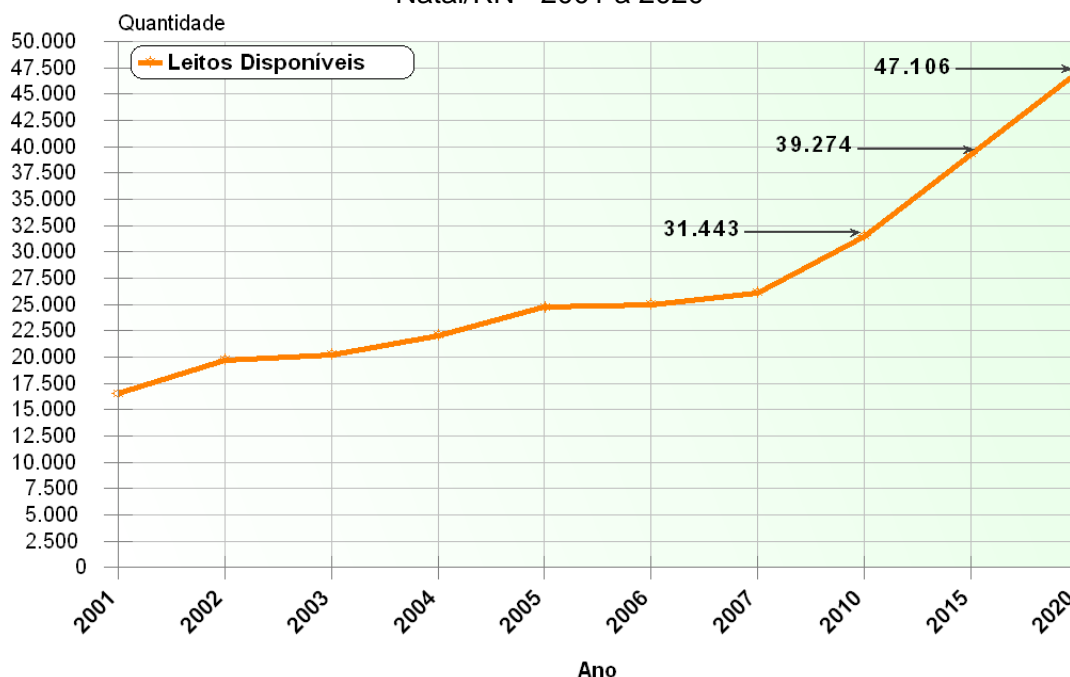
Ano	Número de leitos
2001	16.506
2002	19.721
2003	20.234
2004	22.015
2005	24.733
2006	25.000
2007	26.106
2010	31.443
2015	39.274
2020	47.106

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2007, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de regressão linear.

FIGURA 135. Evolução e Projeção do Número de Leitos Disponíveis no Município de Natal/RN - 2001 a 2020



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2007, SETUR-RN.
 Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2010.
 Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de regressão linear.

5.1.3. Evolução e Projeção das Unidades Habitacionais Ocupadas e Disponíveis e Taxa de ocupação (%)

O incremento do fluxo de turistas e o aumento da capacidade hoteleira andam lado-lado. Assim, entre 2001 e 2008 houve um crescimento de 34,57% da capacidade hoteleira em Natal, passando de 1.382.610 (2001) a 1.860.581 (2008). A projeção é que em 2020 esse número chegue a 2.719.088.

Contudo, não necessariamente maior número de UHs significa maior taxa média de ocupação hoteleira. Esta se manteve em relativo crescimento até 2005, quando foi de 60,43%, passando então a 53,95% em 2006 e caindo um pouco mais em 2007 (52,54%). O maior número de UHs disponíveis e a queda do fluxo de turistas internacionais provavelmente ocasionaram essa diminuição. Em 2020, espera-se que a taxa de ocupação média anual seja de 60,32%, ou seja, apresente crescimento de 21,93%.

TABELA 36. Evolução e Projeção das Unidades Habitacionais (UHs) Ocupadas e Disponíveis e Taxa de Ocupação em Natal - 2001 a 2020.

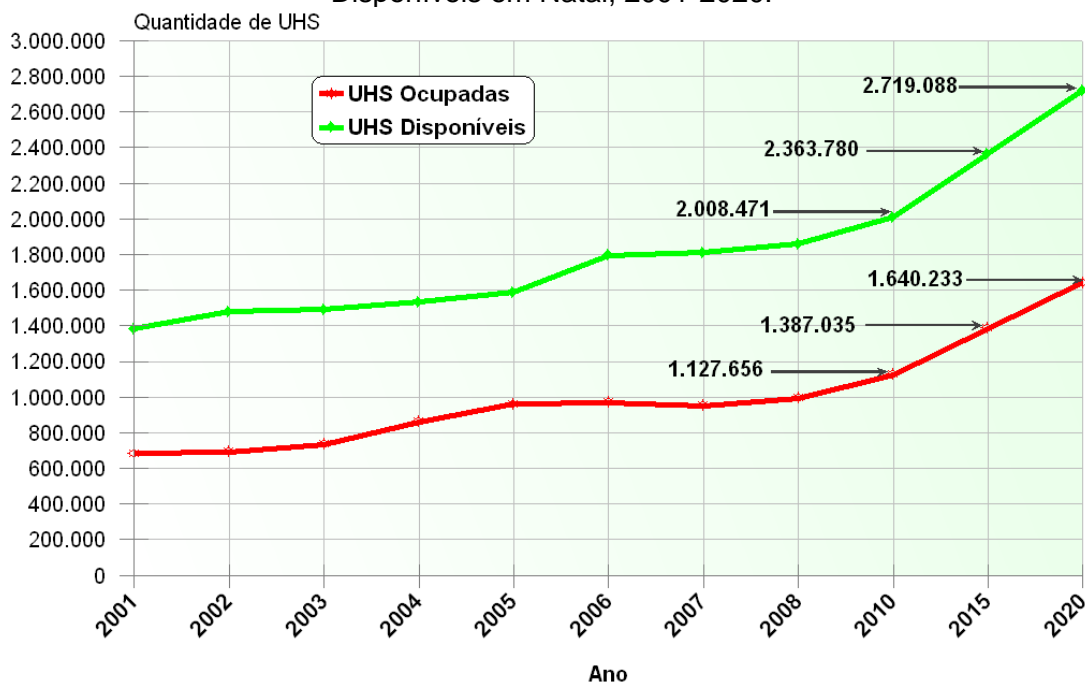
Ano	Nº. de UHs ocupadas	Nº. de UHs disponíveis	Taxa de ocupação média anual (%)
2001	683.945	1.382.610	49,47
2002	692.678	1.478.641	46,85
2003	733.353	1.491.693	49,16
2004	860.207	1.532.424	56,13
2005	960.812	1.589.862	60,43
2006	968.876	1.795.997	53,95
2007	950.534	1.809.248	52,54
2008	992.129	1.860.581	53,32
2010	1.127.656	2.008.471	56,14
2015	1.387.035	2.363.780	58,68
2020	1.640.233	2.719.088	60,32

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 136. Projeção e Evolução das Unidades Habitacionais (UHs) Ocupadas e Disponíveis em Natal, 2001-2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 137. Projeção e Evolução da Taxa de Ocupação Média das UHs em Natal, 2001-2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.
 Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.1.4. Pernoites Gerados, Hóspedes no Período e Permanência Média (dias):

Conforme os outros indicadores, anteriormente mencionados, o número de pernoites gerados, hóspedes no período e permanência média do turista (em dias) também sofreu acréscimo de 2001 a 2008, apresentando queda de 2006 para 2007.

Em 2001, eram 1.397.827 pernoites gerados para 382.573 hóspedes no período que permaneceram, em média, 3,65 dias. Em 2008, foram registrados 1.949.523 pernoites, 684.362 turistas no período e permanência média de 3,35 dias. Para 2020, a projeção é que a quantidade de dias caia a 3,20, sendo 1.016.190 hóspedes no período para 3.251.951 pernoites gerados.

TABELA 37. Evolução e Projeção dos Pernoites gerados, Hóspedes no período e Permanência Média (dias) dos Turistas em Natal - 2001 a 2020.

Ano	Pernoites Gerados	Hóspedes no período	Permanência média (dias)
2001	1.397.827	382.573	3,65
2002	1.369.492	416.004	3,29
2003	1.421.369	414.501	3,43
2004	1.705.156	493.622	3,45
2005	1.965.271	564.836	3,48
2006	1.942.429	581.805	3,34
2007	1.907.402	579.153	3,29
2008	1.949.523	582.357	3,35
2010	2.255.653	684.362	3,30
2015	2.712.607	850.276	3,19
2020	3.251.951	1.016.190	3,20

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 138. Evolução e Projeção dos Pernoites Gerados em Natal por Turistas – 2001 a 2020.

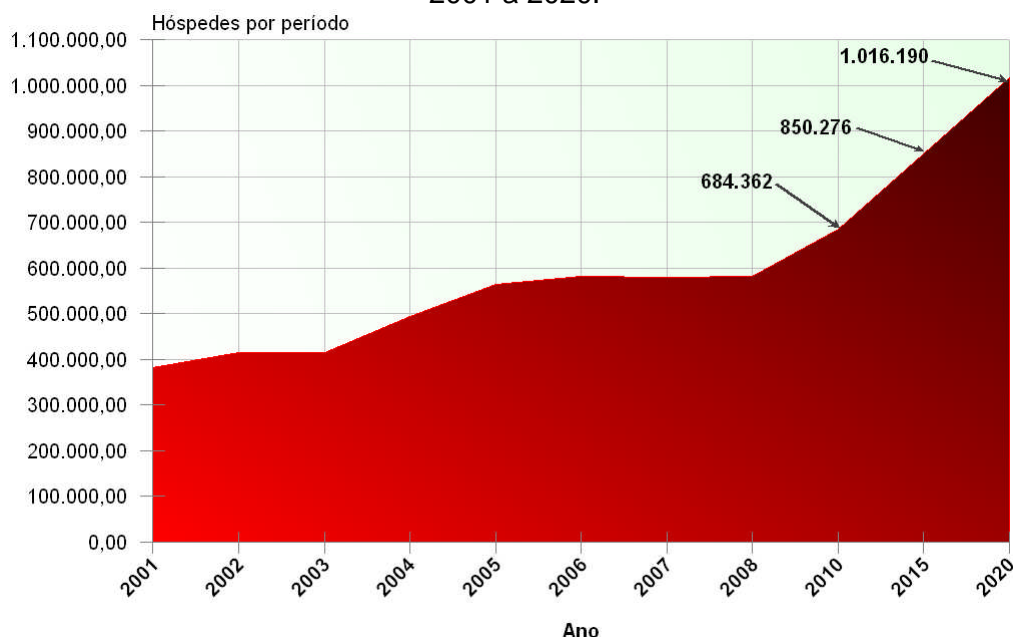


Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 139. Evolução e Projeção dos Hóspedes (turistas) por período em Natal – 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.1.5. Fluxo de hóspedes

A tabela e os gráficos, a seguir, apresentam a evolução e projeção do fluxo de hóspedes, por tipo de turista, para Natal. Estreitamente relacionado ao fluxo de passageiros, este apresentou crescimento de 2001 a 2008, passando de 335.116 naquele ano para 526.165 em 2008. O fluxo de hóspedes brasileiros manteve-se em crescimento, apresentando melhores resultados entre os anos de 2003 a 2006 (Figura 141) Em contrapartida, o fluxo de hóspedes estrangeiros que também se mostrou crescente até 2005, tem apresentado queda até 2008.

Contudo, as projeções indicam que o fluxo de hóspedes tende a aumentar, tanto de brasileiros quanto de estrangeiros. Para o ano de 2020, as previsões apontam que o fluxo total alcance 936.359 turistas, sendo 793.434 de nacionais e 142.924 de internacionais.

TABELA 38. Evolução e Projeção do Fluxo de Hóspedes por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.

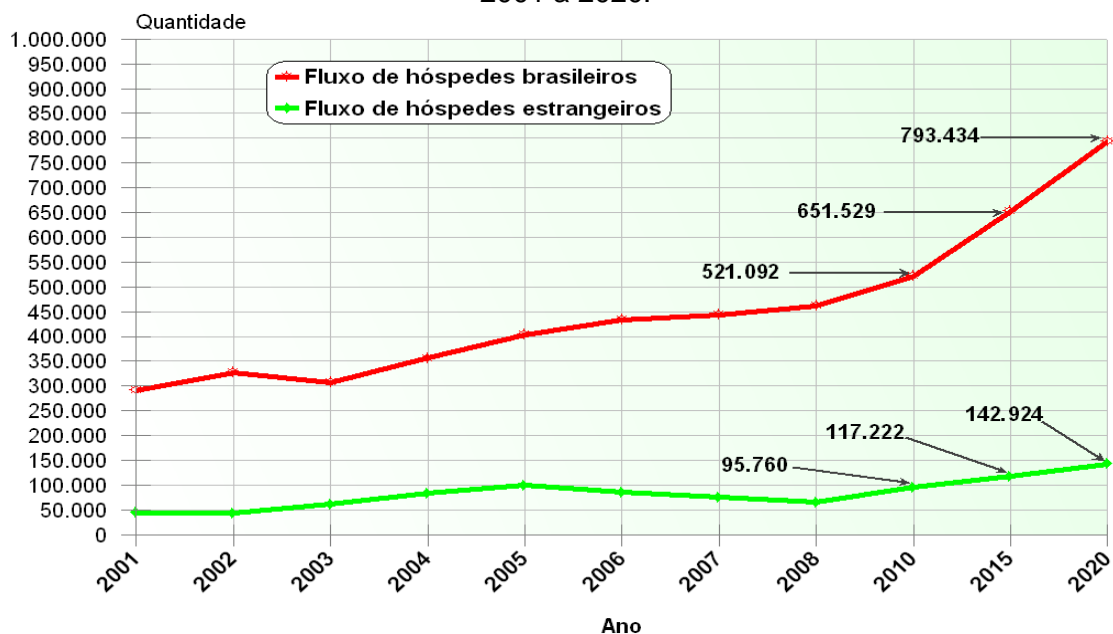
Ano	Fluxo de Hóspedes Brasileiros	Fluxo de Hóspedes Estrangeiros	Fluxo Total
2001	291.095	44.021	335.116
2002	326.818	43.361	370.179
2003	307.605	62.057	369.662
2004	355.923	82.940	438.863
2005	402.828	100.066	502.894
2006	432.833	85.566	518.399
2007	443.019	75.148	518.167
2008	460.773	65.392	526.165
2010	521.092	95.760	616.852
2015	651.529	117.222	768.751
2020	793.434	142.924	936.359

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 140. Evolução e Projeção do Fluxo de Hóspedes por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.

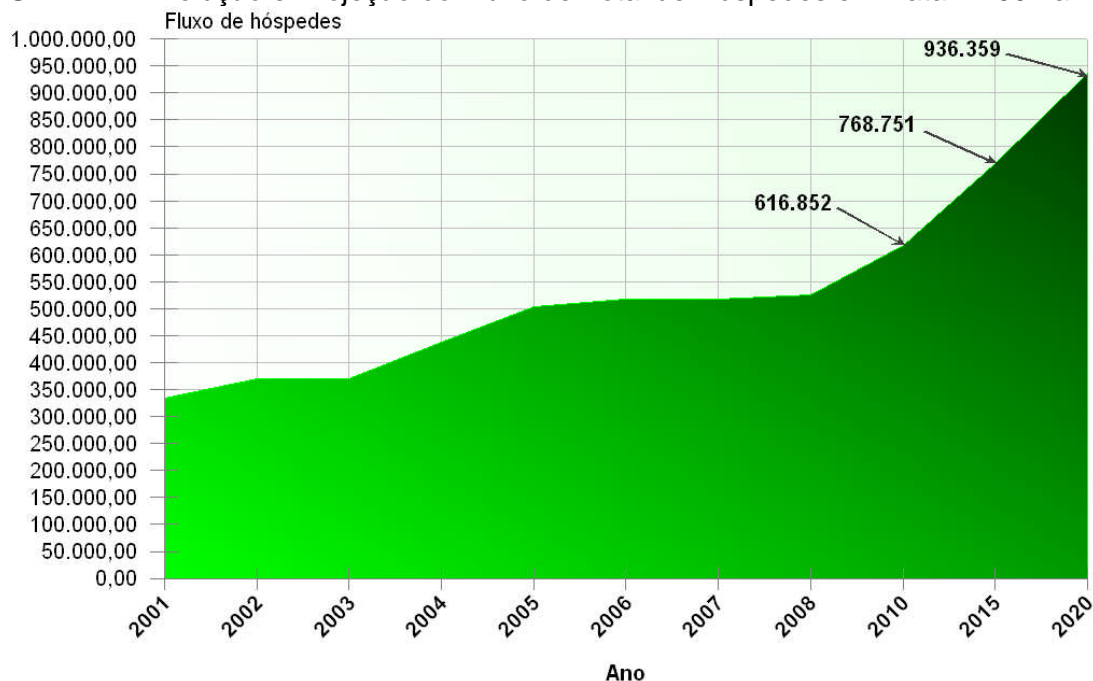


Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 141. Evolução e Projeção do Fluxo de Total de Hóspedes em Natal - 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.1.6. Receitas Turísticas (US\$)

Seguindo a tendência geral, as receitas turísticas para Natal apresentaram crescimento de 188,41% de 2001 a 2008, quando saltou de US\$ 173.803.699 (2001) para US\$ 501.274.545 (2008). A partir de 2002, pôde-se observar um crescimento mais consistente nas receitas, tanto de turistas nacionais, quanto de estrangeiros (Figura 143). Entretanto, a partir de 2005 a receita turística advinda dos turistas internacionais sofreu decréscimo, enquanto a dos nacionais continuou crescendo, mesmo que não tão expressivamente.

Se as projeções se confirmarem, a receita turística total que será percebida em 2020 será de US\$ 1.203.967.536, dos quais US\$ 774.765.364 serão oriundos de brasileiros e US\$ 429.202.172 de turistas estrangeiros, conforme se pode observar abaixo.

TABELA 39. Evolução e Projeção da Receita Turística (US\$) por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.

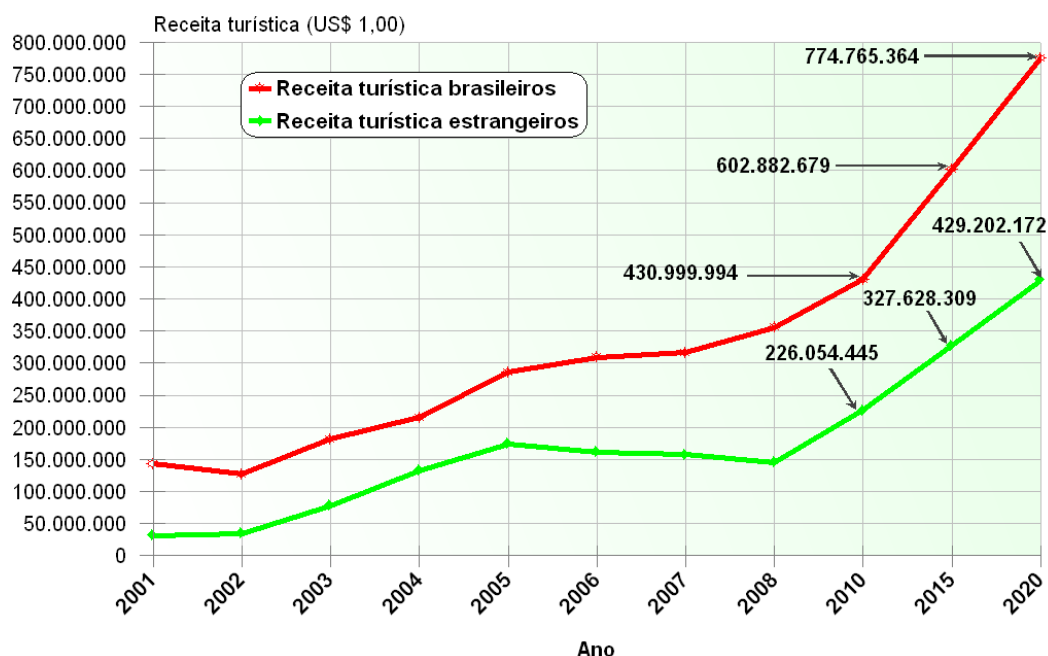
Ano	Receita Turística - Brasileiros (US\$ 1,00)	Receita Turística - Estrangeiros (US\$ 1,00)	Receita Turística Total (US\$ 1,00)
2001	142.820.356	30.983.343	173.803.699
2002	127.117.209	34.882.823	162.000.032
2003	182.252.551	77.716.364	259.968.915
2004	215.869.717	132.667.484	348.537.201
2005	286.098.507	174.252.733	460.351.240
2006	309.237.600	161.034.567	470.272.167
2007	316.240.490	157.569.601	473.810.091
2008	355.795.894	145.478.651	501.274.545
2010	430.999.994	226.054.445	657.054.439
2015	602.882.679	327.628.309	930.510.988
2020	774.765.364	429.202.172	1.203.967.536

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR/RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 142. Evolução e Projeção da Receita Turística por Tipo de Turista em Natal - 2001 a 2020.

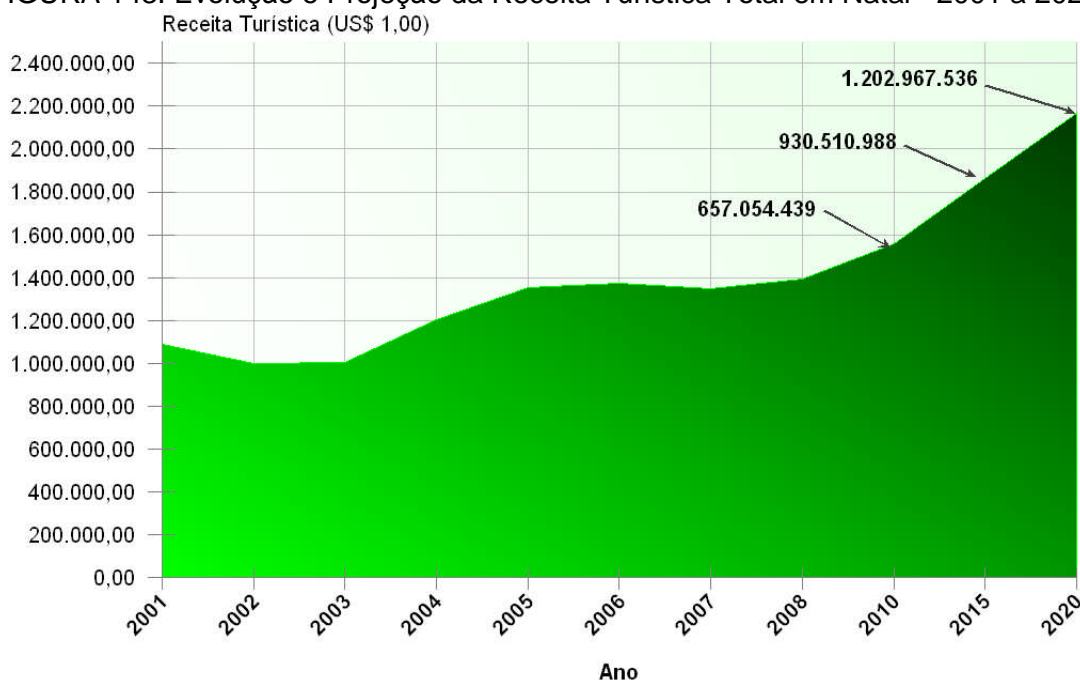


Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 143. Evolução e Projeção da Receita Turística Total em Natal - 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.1.7. Gasto Médio Diário Individual (GMDI) (US\$) dos Turistas em Natal/RN

O Gasto Médio Diário Individual – GMDI – é um dos indicadores mais importantes do turismo. De 2001 até o ano de 2008, houve grande incremento: passando de US\$ 31,79 para US\$ 75,36, ou seja, mais que duplicou nesse período de tempo.

A presença de maior número de produtos e serviços, como bares, restaurantes, centros de compra e artesanato, passeios, equipamentos de lazer, etc., que são consumidos na cidade podem ter contribuído para a elevação desse número.

Conforme foi observado também em outros indicadores, o crescimento do GMDI se interrompeu em 2007, mas já apresentou sinais de recuperação, mesmo tímidos, em 2008. De acordo com as projeções para 2020, esse valor chegará a US\$ 170,87: quase seis vezes superior ao valor encontrado em 2001.

TABELA 40. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal/RN - 2001 a 2020.

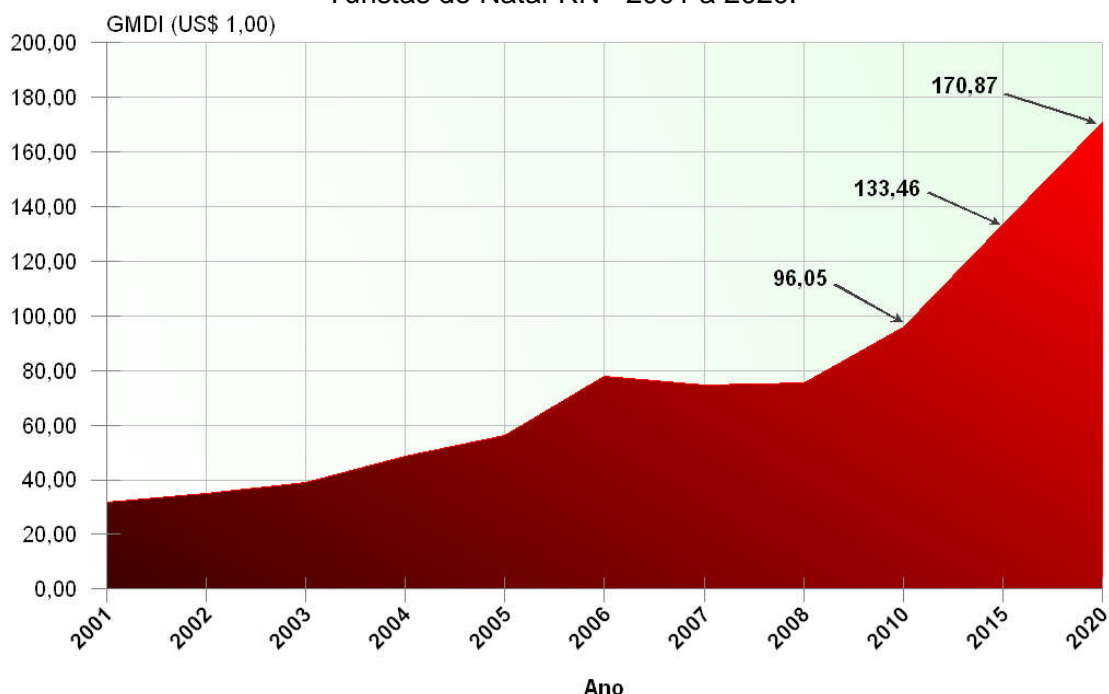
Ano	GMDI (US\$1,00)
2001	31,79
2002	35,01
2003	39,06
2004	48,82
2005	56,31
2006	78,10
2007	74,78
2008	75,36
2010	96,05
2015	133,46
2020	170,87

Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

FIGURA 144. Evolução e Projeção do Gasto Médio Diário Individual (GMDI) em Dólar dos Turistas de Natal-RN - 2001 a 2020.



Fonte: Dados primários: Indicadores do turismo 2001 a 2008 mês a mês, SETUR-RN.

Elaboração: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Nota: Projeções realizadas utilizando o modelo de séries temporais de regressão (ou de erro)

5.2. Cenário de Desenvolvimento

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado território. Ele explora as diferentes variáveis observadas no território (pontos fortes e fracos) e na sua relação com o mundo exterior (oportunidades e riscos), examinando aspectos a serem mudados ou a serem mantidos na transição da situação atual para a desejada, sempre se valendo das oportunidades e fortalezas identificadas para a superação das fragilidades existentes com redução dos riscos para essa transição

O Cenário de Desenvolvimento corresponde à visão de futuro resultante dos debates e oficinas de planejamento, das quais participaram representantes dos diferentes segmentos sociais. Este é tomado como referência para a formulação das propostas apresentadas no PDITS.

QUADRO 63. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Estratégia de Produto Turístico

Estratégia de Produto Turístico	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Paisagem cênica deteriorada	Paisagem cênica de qualidade; conservação e gestão da paisagem
Alguns destinos de sol e praia maduros apresentam sinais de desgaste estrutural e ambiental	Destinos de sol e praia são revitalizados e requalificados ambientalmente e estruturalmente com o objetivo de elevar o perfil do público-alvo
Praias e lagoas utilizadas para fins turísticos sem urbanização	Praias e lagoas utilizadas para fins turísticos são valorizadas com saneamento básico e obras estruturantes
Praias sujas e ocupadas indevidamente e algumas em processo significativo de erosão	Praias limpas e recuperadas, com livre acesso à população, coibindo a ocupação, com ordenamento do uso e ocupação do solo do município.
Oferta turística do Polo Costa das Dunas pouco diversificada, concentrando-se no segmento sol e praia	Oferta turística diversificada com a criação de novos produtos turísticos no Polo (cultural, aventura etc.) promove o aumento do gasto turístico.
Mobilidade e acessibilidade às principais praias em situação precária.	Acessos recuperados e adequados ao trânsito de veículos e de pessoas; mobilidade garantida aos portadores de mobilidade reduzida; vias em boas condições de uso.
Turismo fortemente concentrado no segmento sol e praia	Segmento de sol e praia complementado por outros segmentos de turismo
Concentração dos fluxos turísticos em Natal e Tibau do Sul	Fluxos turísticos distribuídos pelos vários destinos do Polo e outros roteiros do RN
Novos destinos de sol e praia começam a despontar sem planejamento adequado	Novos destinos de sol e praia são planejados para receber um turismo de base sustentável
Alta sazonalidade dos fluxos turísticos	Sazonalidade atenuada pela promoção de novas atividades, produtos e eventos públicos e privados, focalizando oportunidades em mercados específicos
Crescimento do “Cajueiro de Pirangi” invade o sistema viário, prejudicando o acesso às praias do litoral sul	Monitoramento do crescimento do “Cajueiro de Pirangi” e elaboração de Plano de Manejo da árvore minimizam os problemas no trânsito no litoral Criação de nova opção de acesso ao Litoral Sul de Natal
Esportes aquáticos praticados pontualmente em algumas localidades	Esportes aquáticos organizados e com definição de espaços para sua prática estimulados em todo o Polo e integrados em circuitos nacionais e internacionais
Potencial de turismo náutico pouco aproveitado, inexistindo investimentos e infraestrutura específica	Turismo náutico incentivado com a elaboração de planos estratégicos e a criação de ancoradouros turísticos e marinas

CONT. QUADRO 63. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Estratégia de Produto Turístico

Estratégia de Produto Turístico	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Bens históricos e culturais mal conservados e pouco aproveitados para fins turísticos	Bens históricos e culturais bem conservados e utilizados como atrativos turísticos de forma integrada
Corredor Cultural de Natal apresenta pouco destaque como produto turístico em virtude da infraestrutura inadequada	Corredor Cultural de Natal se torna um produto turístico cultural importante a partir da adequação da infraestrutura, acesso, sinalização e interpretação turística
Infraestrutura receptiva inexistente ou pouco estruturada	Infraestrutura receptiva implantada nos principais corredores turísticos e nos destinos emergentes
Inexistência de sistema de transporte para o turista (<i>city tour</i> e rotas turísticas no Polo)	Sistema de transporte para o turista ampliado; Sistema de transporte público adaptado para atender o turista e os trabalhadores do setor turístico
Acessos nos entroncamentos da BR que ligam Natal as praias do litoral sul, comprometidos e inadequados.	Acessos às praias do litoral sul recuperados e sinalizados
Parque das Dunas pouco utilizado como atrativo turístico	Tornar o Parque das Dunas um significativo atrativo turístico de Natal
Calendário de eventos turísticos existente em alguns municípios, sem integração entre eles	Calendário de eventos turísticos do Polo consolidado e integrado com o do Estado
Baixa qualidade dos serviços turísticos em função da baixa capacitação profissional	Serviços turísticos de qualidade a partir da capacitação profissional continuada
Produção associada ao turismo pouco estruturada	Programa estruturado de ampliação e melhoria da produção associada ao turismo oferece oportunidades de trabalho à população
Informalidade expressiva no setor turístico	Sensibilização dos empresários e ações de incentivo ao cadastramento das empresas turísticas leva à formalização de parte dos equipamentos turísticos e ao aumento do nível de emprego formal Fiscalização adequada inibe a informalidade
Informação turística é um dos itens mais criticados por turistas no Polo Costa das Dunas em virtude da inexistência de postos de informações turísticas	Informação turística bem avaliada pelos turistas em virtude de investimentos para criação e estruturação de postos de atendimento ao turista em rede, capacitação de pessoas e criação de sistema integrado de informações
Sinalização turística deficiente dificulta o deslocamento e a compreensão do turista	Sinalização turística implantada nos atrativos turísticos torna a experiência turística mais rica
Espaços para eventos concentrados em Natal e pouco utilizados	Ampliação satisfatória da utilização dos espaços para eventos
Equipamentos de hospedagem obsoletos em muitos municípios	Melhora e adequação da oferta dos equipamentos de hospedagem de acordo com a demanda de cada município do Polo
Equipamentos de hospedagem e alimentação concentrados em Natal e Tibau do Sul	Equipamentos de hospedagem e de alimentação bem distribuídos no Polo
Acesso ao Centro de Convenções de Natal inadequado	Acesso ao Centro de Convenções adequado
Área de estacionamento do Centro de Convenções incompatível com a capacidade do espaço	Criação de facilidades de transporte para os eventos do Centro de Convenções reduz a necessidade de vagas para estacionamento Aumento do número de vagas
Estradas e vias não apresentam condições de segurança para o transporte turístico.	Segurança nas vias turísticas, garantindo a tranquilidade dos turistas nas estradas
Equipamentos de lazer muito reduzidos	Ampliação da oferta dos equipamentos de lazer

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 64. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Estratégia de Comercialização.

Estratégia de Comercialização	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Ações de marketing e promoção ocorrem de forma dispersa, sem estarem fundamentadas em dados e em pesquisa de mercado	Investimentos em pesquisa de mercado possibilitam a captação de informações e dados necessários ao planejamento estratégico
Falta de entrosamento e discussão entre a SETUR e EMPROTUR dificulta a promoção turística do Rio Grande do Norte	SETUR e EMPROTUR atuam de forma conjunta na promoção turística do Rio Grande do Norte
Inexistência de Plano de Marketing compromete a eficiência e eficácia da promoção e divulgação turísticas	Plano de Marketing posiciona os destinos e torna as ações de promoção e divulgação mais eficazes e eficientes
Utilização pontual da internet como instrumento de divulgação	Desenvolvimento de site para o Polo oferece informações sobre o polo bem como produtos e serviços de qualidade ao turista, apoiado por parceria entre empresários do setor e governos municipais e estadual

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 65. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Fortalecimento Institucional.

Fortalecimento Institucional	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Órgãos de Turismo pouco estruturados para a gestão sustentável dos atrativos turísticos	Órgãos de Turismo e Meio Ambiente fortalecidos e estruturados, a partir de planos de fortalecimento que contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo nas localidades
Planejamento turístico incipiente	Planejamento turístico é prática contínua e internalizada nas municipalidades e no Estado
Gestores municipais e regionais de turismo com capacitação inadequada	Gestores municipais e regionais do turismo capacitados para o desempenho de suas funções Realização de concurso público para contratação de técnicos efetivos pelas prefeituras
Pouca integração entre os municípios para o desenvolvimento do turismo	Maior integração entre os municípios para o desenvolvimento do turismo
Conselho Regional de Turismo do Polo com atuação focada prioritariamente no PRODETUR	Conselho Regional de Turismo do Polo com atuação mais abrangente, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Polo
Concentração de recursos para o turismo em Natal e Tibau do Sul	Distribuição de recursos proporcional à potencialidade turística dos destinos
Instrumentos de planejamento e gestão territorial e uso do solo e preservação do meio ambiente (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Meio Ambiente) existentes em quase todos os municípios do Polo, mas nem sempre implementados	Instrumentos de planejamento e gestão territorial e uso do solo e preservação do meio ambiente existentes em todos os municípios e, corretamente implementados pelas prefeituras municipais contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo
Ausência de instrumentos de planejamento urbano em alguns municípios do polo turístico	Instrumentos de planejamento elaborados e implementados.
Capacidade fiscalizadora (uso e ocupação do solo, ambiente, posturas) dos municípios muito reduzida	Municípios passam a exercer ação fiscalizadora efetiva
Informações turísticas inexistentes, precárias ou defasadas	Sistema de informações turísticas implantado e atualizado alimenta as estatísticas estaduais/municipais de turismo, postos de informação turística e coleta informações em tais pontos
Monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo inexistente	Processo de monitoramento e avaliação dos resultados das ações de turismo implantado, fundamentado em indicadores criados a partir das bases de dados do sistema de informações turísticas
Exploração sexual, prostituição e consumo de drogas nos principais destinos	Ações preventivas e melhoria da ação inibidora favorecem a redução da exploração sexual, prostituição e consumo de drogas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 66. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Infraestrutura e Serviços Básicos.

Infraestrutura e Serviços Básicos	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
Acessos precários a algumas lagoas utilizadas turisticamente	Melhoria dos acessos às lagoas já aproveitadas turisticamente favorece o fluxo de turistas
Acessos precários entre a BR-101 e municípios litorâneos dificultam a circulação de carros de passeio	Melhoria dos acessos aos núcleos de praia favorece a circulação de turistas e comunidade
Dificuldade de circulação para os portadores de necessidades especiais	Facilidades de circulação para os portadores de necessidades especiais e idosos nos principais destinos turísticos implantadas
Fornecimento de energia elétrica satisfatório para a situação atual, mas com limitação para atender aumento de demanda resultante do incremento de fluxos turísticos	Aumento da capacidade de fornecimento de energia; Adoção de fontes alternativas de geração de energia
Iluminação pública satisfatória nos núcleos urbanos, sem tratamento diferenciado em função da hierarquização dos espaços	Melhoria da iluminação pública para realçar os principais atrativos turísticos
Abastecimento de água tratada na região de Natal com problemas de qualidade pela contaminação; Nos municípios mais distantes de Natal, abastecimento nas sedes municipais por rede de abastecimento e nas faixas litorâneas por poços, com água de qualidade	Rede de abastecimento de água tratada implantada nos núcleos urbanos, com controle de qualidade da água
Esgoto sanitário muitas vezes lançado na rede de drenagem pluvial provoca poluição dos cursos de água e do mar em municípios turísticos	Redes de coleta e tratamento de esgoto implantadas em todos os núcleos urbanos, e fiscalização efetiva impedem o lançamento de esgoto nas redes de drenagem, contribuindo para a redução da poluição dos cursos d'água e do mar Monitoramento de balneabilidade das praias
Resíduos sólidos lançados a céu aberto na maioria dos municípios Plano de gerenciamento de resíduos sólidos existente, mas não implementado	Revisão e implementação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos permite o tratamento adequado dos mesmos nos municípios do Polo Implantação da Unidade Gestora de Resíduos Sólidos, conforme previsto no Plano Diretor de Resíduos Sólidos já elaborado para o Polo Costa das Dunas favorece à gestão e controle ambiental
Limpeza urbana razoável nos principais núcleos urbanos e inadequada nos núcleos menores	Limpeza urbana adequada em todo o Polo
Serviços de atenção básica à saúde em nível satisfatório; dificuldade de internação pelo número reduzido de leitos; inexistência de serviços de resgate e remoção de doentes e acidentados	Melhoria nos serviços de atenção básica à saúde; Ampliação do número de leitos para internação; Serviços de resgate e remoção de doentes e acidentados implantados nos principais destinos
Segurança pública precária	Ampliação e qualificação dos efetivos policiais e melhores equipamentos favorecem a melhoria da segurança pública em todo o Polo Costa das Dunas Investimentos na Companhia de Turismo com criação de Batalhão de Polícia para o Turismo
Aeroporto Augusto Severo com problemas de infraestrutura não favorece o conforto dos turistas	Reforma, ampliação e modernização do Aeroporto Augusto Severo Implantação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante facilita o acesso de turistas ao Rio Grande do Norte
Ausência de planos estratégicos dificulta a criação de novas estruturas para o recebimento de pequenos aviões e helicópteros	Plano Aeroviário Estadual implementado, com os principais aeródromos identificados em funcionamento/aumento no padrão financeiro dos turistas
Inexistência de helipontos que recebam turistas de alto padrão financeiro	Helipontos implementados e em funcionamento.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 67. Situação Atual x Cenário de Desenvolvimento - Gestão Ambiental.

Gestão Ambiental	
SITUAÇÃO ATUAL	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
População e visitantes pouco conscientizados sobre a importância da proteção ambiental poluem as águas e degradam o ambiente	Trabalho de educação ambiental da população e dos visitantes reduz a deterioração dos recursos turísticos e favorece a proteção ambiental
Dunas e falésias ocupadas irregularmente	Ocupação das dunas e falésias ordenada de acordo com legislação específica Falésias recuperadas
Região costeira do Polo sem o mapeamento adequado, apresentando problemas de erosão	Áreas de risco de erosão costeira mapeadas e com planejamento adequado
Poluição das águas dos rios e do litoral nos trechos de maior ocupação	Controle da ocupação e tratamento adequado reduz a poluição da água Sistema de reuso da água implantado
Falta de saneamento ambiental compromete os aquíferos em Natal e em outros municípios litorâneos	Implantação de saneamento ambiental promove a conservação dos aquíferos e recursos naturais no Polo
Lagoas e Rios contaminados, com margens ocupadas irregularmente	Lagoas e Rios descontaminados, com ocupação das margens ordenada de acordo com legislação específica
Recifes de corais degradados pela visitação e pesca não controlada	Delimitação de área e controle da visitação e pesca possibilita a regeneração dos recifes de corais
Avaliação Ambiental Estratégica aguardando para a implementação	Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica implementadas de forma a mitigar eventuais impactos do PDITS
Código de Meio Ambiente não existe em todos os municípios e/ou não é corretamente implementado	Código de Meio Ambiente elaborado para todos os municípios e corretamente implementado pelas prefeituras contribui para a preservação dos recursos naturais

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

5.3. Análise SWOT

A análise SWOT é uma técnica de planejamento estratégico que identifica e cruza os Pontos Fortes (Strength), Pontos Fracos (Weaknessess), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) de um determinado elemento. Aspectos próprios do elemento analisado fazem parte do Ambiente Interno (Pontos Fortes e Fracos), enquanto na análise do Ambiente Externo, o foco é o ambiente no qual ele se encontra (Oportunidades e Ameaças).

Essa metodologia possibilita o cruzamento das quatro categorias de informação, resultando em estratégias a serem seguidas a fim de conseguir o sucesso do elemento analisado.

QUADRO 68. Matriz SWOT

		Ambiente Interno ao Polo	
		Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
Ambiente externo ao Polo	Oportunidades (O)	DESENVOLVIMENTO As estratégias objetivam otimizar e maximizar os pontos fortes e aproveitar as oportunidades existentes	CRESCIMENTO As estratégias objetivam minimizar ou reestruturar os pontos fracos a partir de algumas oportunidades setoriais que existam
	Ameaças (T)	MANUTENÇÃO As estratégias objetivam reconhecer os riscos externos e ponderar seu impacto nos pontos fortes em médio prazo	SOBREVIVÊNCIA As estratégias objetivam reconhecer a pouca eficácia de determinadas ações e contornar os pontos fracos que possuem ameaças presentes.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Do cruzamento do quadrante, originam-se:

- Estratégias S-O (Desenvolvimento): perseguem oportunidades que são boas para fortalecer os pontos fortes.
- Estratégias W-O (Crescimento): ultrapassam as fraquezas para atingirem oportunidades
- Estratégias S-T (Manutenção): usar os pontos fortes para reduzir a vulnerabilidade às ameaças externas.
- Estratégias W-T (Sobrevivência): estabelecer um plano defensivo para prevenir que os pontos fracos sejam susceptíveis às ameaças externas.

Para facilitar a compreensão das análises, subdividiu-se o Componente Estratégia de Produto Turístico em duas temáticas: a primeira que focaliza nos produtos turísticos do Polo Costa das Dunas, sendo eles: Natal, Pirangi/Nísia Floresta, Jenipabú, São Miguel do Gostoso e Pipa, conforme apontado anteriormente no Diagnóstico Estratégico. E a segunda que corresponde a Infraestrutura do Turismo e Serviços, dessa vez, geral para todo o Polo. Em seguida, será apresentada a análise SWOT para os demais componentes de planejamento: Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental. Assim, é oportuno identificar que:

- Produto Natal: refere-se ao município de Natal;
- Produto Pipa: abrange os municípios de Tibau do Sul, Arez, Senador Georgino Avelino, Baía Formosa e Canguaretama;
- Produto Pirangi/Nísia Floresta: engloba os municípios de Nísia Floresta e Parnamirim;
- Produto Jenipabú: abrange os municípios de Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Rio do Fogo;

- Produto São Miguel do Gostoso: engloba os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros.

Os municípios restantes – Macaíba, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu, por suas características físicas, geográficas e pelo tipo de oferta e grau de desenvolvimento do turismo – não foram considerados no momento do planejamento de tais produtos.

QUADRO 69. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Natal.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estratégia de Produto Turístico PRODUTO NATAL (Natal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos e produtos consolidados, nacional e internacionalmente conhecidos - RN com papel de destaque durante a II Guerra Mundial (Museu da Rampa) - Patrimônio histórico-cultural - Existência de espaços verdes ainda pouco aproveitados (Parque das Dunas) - Potencial para turismo náutico - Centro distribuidor de turismo para os demais destinos do Polo 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos e produtos turísticos pouco diversificados - Baixo aproveitamento do potencial turístico do patrimônio histórico-cultural - Corredor Cultural e demais atrativos culturais desvalorizados - Alta sazonalidade - Falta de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de turismo cultural e náutico - Ocorrência de prostituição e exploração sexual infantil
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Natal é um dos municípios indutores do turismo do Brasil do Programa de Regionalização do MTur - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Diminuição dos preços de passagens aéreas - Duplicação da BR-101 - Crescimento do interesse do turista em conhecer a cultura local 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar ações para maior aproveitamento do patrimônio histórico-cultural para fins turísticos - Estimular a utilização da temática da II Guerra Mundial como produto turístico cultural - Incentivar a utilização sustentável dos espaços verdes pelo turismo - Estruturar ações para aproveitamento do potencial náutico e atração de turistas de classe A 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a utilização do patrimônio histórico-cultural como oferta complementar ao turismo de sol e praia - Elaborar estudos e projetos que potencializem o turismo náutico no destino - Propor ações para diminuição dos efeitos da sazonalidade - Recuperar e ampliar os pontos de interesse turístico para que recebam a demanda - Desenvolver ações educativas e culturais para proteger crianças e jovens em risco
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos atrativos naturais e histórico-culturais - Destinos nordestinos oferecem produtos similares 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar ações que diferenciem o destino turístico dos concorrentes nordestinos e atraiam turistas de maior poder aquisitivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o planejamento estratégico e a gestão sustentável do turismo, sobretudo nas orlas marítimas.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 70. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Jenipabú.

<p>Estratégia de Produto Turístico PRODUTO JENIPABÚ (Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Rio do Fogo)</p>	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Faixa litorânea e lagoas já aproveitadas turisticamente - Dunas de Jenipabú - Patrimônio histórico-cultural - engenhos (Ceará-Mirim) - Passeio de barco e mergulho (Maracajaú) controlados - Potencial para turismo náutico - Passeio de buggy 	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Litoral bastante adensado - Forte presença de segundas-residências - Atrativos naturais frágeis (dunas, lagoas, faixa litorânea) - Ocupação desordenada das orlas mais visitadas, prejudicando a beleza cênica e paisagística - Grandes lotes de terra vendidos a grupos estrangeiros para a construção de segundas-residências - Acessibilidade e mobilidade dos turistas à praia de Jenipabú prejudicadas pela precariedade das vias de acesso
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Aeroporto de São Gonçalo do Amarante - Migração de fluxo turístico de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a imagem da área como destino de lazer e de sol e praia, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental - Estruturar ações para aproveitamento do potencial náutico - Incentivar a estruturação dos engenhos de Ceará-Mirim como produto turístico - Incrementar as estruturas de receptivo turístico (acessos, informações, sinalização, etc.) para qualificação dos produtos já comercializados 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações para recuperação da imagem e paisagem urbana das comunidades, sobretudo das orlas marítimas - Facilitar os acessos sustentáveis às praias e atrativos turísticos - Propor ações para diminuição dos efeitos da sazonalidade - Melhorar a gestão municipal para a aplicação das normas do Plano Diretor
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos atrativos naturais - Especulação imobiliária - Desobediência da legislação que estabelece as rotas seguras para passeios de buggy e carros tracionados na orla - Falta de conhecimento, orientação e fiscalização sobre as rotas seguras para passeios de buggy e carros tracionados na orla 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o uso turístico a ocupação dos atrativos naturais - Intensificar a fiscalização e a imposição de rotas para tráfego de buggies e carros tracionados na orla - Orientar os turistas sobre as rotas a serem seguidas em passeios pela orla 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o uso racional dos atrativos naturais através da definição dos limites de utilização sustentável

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 71. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Pirangi/Nísia Floresta.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Estratégia de Produto Turístico PRODUTO PIRANGI/NÍSIA FLORESTA	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos já aproveitados turisticamente - Cajueiro de Pirangi, maior do mundo - Faixa litorânea, falésias - Lagoas de Nísia Floresta - Passeio de barco (Marina Badauê) - Algumas praias aptas à prática de surf 	<ul style="list-style-type: none"> - Litoral bastante adensado - Forte presença de segundas-residências - Atrativos naturais frágeis (falésias, lagoas, praias) - Ocupação de áreas de preservação permanente (falésias, dunas, margens de rios e lagoas) - Ocupação desordenada das orlas mais visitadas - Dificuldades de circulação de carros em função do Cajueiro de Pirangi
OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Migração de fluxo turístico de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a imagem da área como destino de lazer e de sol e praia, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental - Incrementar a estrutura receptiva do Cajueiro de Pirangi, bem como das lagoas de Nísia Floresta - Incrementar as estruturas de receptivo turístico (acessos, informações, sinalização, etc.) para qualificação dos produtos já comercializados 	<ul style="list-style-type: none"> - Propor ações para diminuição dos efeitos da sazonalidade - Estruturar receptivo no Cajueiro de Pirangi que tenha condições de absorver a demanda turística
AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos atrativos naturais - Especulação imobiliária 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o uso turístico à ocupação dos atrativos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o uso racional dos atrativos naturais através da definição dos limites de utilização sustentável

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 72. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto Pipa.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estratégia de Produto Turístico PRODUTO PIPA (Tibau do Sul, Sen. Georgino Avelino, Arez, Baía Formosa, Canguaretama)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Praia da Pipa já conhecida e comercializada nacional e internacionalmente - “Charme” da noite de Pipa - Oferta gastronômica da Praia de Pipa - Belezas naturais: praias, falésias, lagoas, mata atlântica - Existência de Unidades de Conservação com Comitês Gestores implantados (Parque Estadual da Mata da Pipa) - Novos destinos a serem explorados - Potencial para desenvolver turismo cultural (Ilha do Flamengo, Arez, Canguaretama) - Algumas praias aptas à prática de surf, kite-surf (Malembá, Baía Formosa, Pipa) - Potencial para turismo náutico 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos naturais frágeis (falésias, mata atlântica, faixa litorânea, lagoa) - Ocupação desordenada das orlas mais visitadas, prejudicando a beleza cênica e paisagística - Acesso ao litoral passando pelas falésias - Grandes lotes de terra vendidos a grupos estrangeiros para a construção de segundas-residências - Acessibilidade e mobilidade prejudicadas dificultando o acesso dos banhistas à praia. - Acessibilidade e mobilidade dos turistas prejudicada na principal via do município (av. Baía dos Golfinhos).
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Tibau do Sul é um dos municípios indutores do turismo do Brasil do Programa de Regionalização do MTur - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Duplicação da BR-101 - Maior interesse dos turistas por destinos com grande apelo natural - Migração de fluxo turístico de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> - Posicionar a região como destino ecoturístico para turistas nacionais e estrangeiros de alto poder aquisitivo - Estruturar ações para aproveitamento do potencial náutico e histórico-cultural - Fortalecer a prática de esportes como fator de atração de turistas - Incrementar as estruturas de receptivo turístico (acessos, informações, estacionamento, sinalização, etc.) para qualificação dos produtos já comercializados 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações para recuperação da imagem e paisagem das orlas - Melhorar a gestão municipal para a aplicação das normas do Plano Diretor - Implantar terminal turístico nos destinos turísticos emergentes.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degradação dos atrativos naturais - Crescimento desordenado das cidades e da atividade turística - Descaracterização cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o uso turístico e a utilização dos atrativos naturais - Investir na elaboração e aplicação de instrumentos de planejamento e fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o uso racional dos atrativos naturais através da definição dos limites de utilização sustentável

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 73. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Produto São Miguel do Gostoso

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Estratégia de Produto Turístico PRODUTO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO (S. Miguel do Gostoso, Touros e Pedra Grande)	<ul style="list-style-type: none"> - Belezas naturais das praias - Parte da faixa litorânea ainda pouco ocupada - Algumas praias aptas à prática de kite-surf (São Miguel do Gostoso) - Novos destinos a serem explorados - Praia do Marco 	<ul style="list-style-type: none"> - Atrativos naturais frágeis (faixa litorânea, dunas) - Grandes lotes de terra vendidos a grupos estrangeiros para a construção de segundas-residências - Falta de integração entre atrativos para enriquecer as experiências turísticas - Problemas com abastecimento de água e saneamento básico precário
OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Aeroporto de São Gonçalo do Amarante - Maior interesse dos turistas por destinos com grande apelo natural - Migração de fluxo turístico de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> - Posicionar a região como destino ecoturístico para turistas nacionais e estrangeiros de alto poder aquisitivo - Fortalecer a prática de esportes como fator de atração de turistas - Potencializar o aproveitamento da História 	<ul style="list-style-type: none"> - Concentrar esforços para a preservação dos atrativos naturais para o seu aproveitamento turístico - Promover ações que integrem os atrativos em roteiros e fortaleçam a imagem do produto - Melhorar a gestão municipal para a aplicação das normas do Plano Diretor - Implantar soluções para melhoria do abastecimento de água e saneamento básico
AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento desordenado das cidades e da atividade turística - Degradação dos atrativos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o uso turístico a ocupação dos atrativos naturais - Investir na elaboração e aplicação de instrumentos de planejamento e fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o uso racional dos atrativos naturais através da definição dos limites de utilização sustentável

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 74. Análise SWOT – Estratégia de Produto Turístico – Infraestrutura de Apoio ao Turismo e Serviços

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estratégia de Produto Turístico</p> <p>INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO E SERVIÇOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Corredor Cultural de Natal - Existência de sinalização turística - Ampla oferta de equipamentos de hospedagem e alimentação nos principais destinos - Existência de centros de capacitação profissional e empresarial - Gastronomia e artesanato atrativos - Demais destinos turísticos localizados num raio de até 100 km de Natal 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de infraestrutura adequada e de integração de atrativos para o aproveitamento do turismo cultural - Falta de infraestrutura de alimentação e de apoio ao turista (sanitários, duchas, lixeiras, etc.) na orla - Postos de atendimento ao turista inexistentes, insuficientes e desestruturados - Sinalização turística deficiente e insuficiente - Falta de opções de lazer noturno - Concentração da oferta de equipamentos turísticos de qualidade nos principais destinos - Baixos níveis de capacitação profissional - Baixa capacidade empreendedora dos empresários do setor e da população local - Alto índice de informalidade no setor
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal como sede da Copa do Mundo de 2014 - Existência de recursos públicos para investimentos em turismo - Crescimento da demanda na área de planejamento - Existência de linhas de financiamento para empreendimentos turísticos - Interesse da população em se inserir na atividade turística - Lei Geral do Turismo (CADASTUR) 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar ações para maior aproveitamento do Corredor Cultural de Natal e outros equipamentos culturais no Polo - Desenvolver política de incentivo à instalação de empreendimentos turísticos em outras localidades do Polo - Incentivar o cadastramento de empresas turísticas no CADASTUR 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir na ampliação da sinalização turística e interpretativa de atrativos - Desenvolver ações para sistema de informações integrado em rede e a reestruturação e criação de postos de informação turística - Incentivar a instalação de equipamentos de alimentação e hospedagem de qualidade em outras localidades do Polo - Intensificar os programas de capacitação profissional dos agentes do turismo e da população local - Fortalecer o empreendedorismo local por meio de capacitação empresarial
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do número de empresas turísticas de baixa qualidade - Alto índice de fechamento de novas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a ampliação da oferta de cursos de capacitação profissional e empresarial, dirigindo-os para atender ao segmento de turismo priorizado no Polo 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver política de incentivo às pequenas empresas e cooperativas - Criar mecanismos de certificação da qualidade dos cursos oferecidos

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 75. Análise SWOT – Estratégia de Comercialização.

<p>Componente Estratégia de Comercialização POLO COSTA DAS DUNAS</p>	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Natal e Pipa já possuem ampla divulgação nacional e internacional - Existência de site institucional do turismo do Estado 	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de Plano de Marketing e planejamento estratégico - Ações de promoção turística desarticuladas, descontínuas e improvisadas -Inexistência de marca que identifique o destino - Falta de segmentação na promoção e comercialização turística - Investimentos de promoção priorizam o mercado internacional em detrimento do nacional, embora este seja maioria entre os turistas - Site institucional defasado, sem informações específicas, que atende apenas a fins de divulgação
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Copa do Mundo de 2014 - Associação à marca Nordeste como destino de descanso e lazer - Novas mídias para promoção turística 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer as marcas já comercializadas, oferecendo novos produtos e serviços - Incentivar a utilização de outros tipos de mídia - Promover ações para captação de turistas de classe A, visando o aumento do gasto turístico 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e implantar Plano de Marketing visando os mercados interno e externo - Agregar às marcas existentes um diferencial de outros destinos nordestinos - Desenvolver um sistema de comercialização online
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da competitividade dos concorrentes - Preços pouco competitivos em alguns serviços - Destinos nordestinos com planejamento de marketing mais avançado 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfocar as características únicas dos destinos do Polo Costa das Dunas nas ações de promoção e divulgação para diferenciação de outros destinos litorâneos 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar a promoção e a divulgação segmentada por tipos de turismo, perfil do turista e mercado-alvo

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 76. Análise SWOT – Fortalecimento Institucional.

<p>Componente Fortalecimento Institucional POLO COSTA DAS DUNAS</p>	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande quantidade de municípios com instrumentos de planejamento territorial e ambiental - Grande parte dos municípios com Órgão Oficial de Turismo - Forte participação dos gestores no Conselho do Polo Costa das Dunas - Turismo entendido como importante setor da economia pelos gestores públicos 	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Técnicos municipais e estaduais pouco capacitados - Número de técnicos efetivos insuficiente nas equipes municipais e estaduais - Órgãos de turismo e meio ambiente pouco estruturados para o planejamento e a gestão do turismo e meio ambiente - Baixa capacitação institucional para efetivar a aplicação dos instrumentos de planejamento territorial e ambiental - Inexistência de banco de dados e estatísticas municipais e estaduais do turismo
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experiência da gestão estadual com PRODETUR - Programa de Regionalização do Turismo (MTur) - Plano Nacional de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a gestão municipal do turismo e meio ambiente, com base nas diretrizes federais de desenvolvimento da atividade - Fortalecer a gestão estadual do Turismo, com base nas diretrizes federais de desenvolvimento da atividade - Fortalecer a gestão municipal por meio de planos estratégicos de fortalecimento de vários setores 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar órgãos municipais e estadual de turismo - Elaborar instrumentos de regulação e ordenamento para o planejamento urbano, ambiental e turístico dos municípios - Desenvolver sistema de informações turísticas em rede e com projeto integrado - Elaborar programa de capacitação para a aplicação dos instrumentos de gestão urbana, ambiental e turística dos técnicos efetivos municipais - Elevar o nível de conhecimento dos técnicos e colaboradores sobre o desenvolvimento do turismo de modo a facilitar a implantação de processos participativos voltados para o planejamento e a gestão do turismo;
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descontinuidade nas políticas públicas - Falta de articulação de planos setoriais de desenvolvimento cultural e turístico - Decisões políticas prevalecem sobre questões técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a inclusão da dimensão turística nos Planos Diretores - Promover a integração entre os planos setoriais de desenvolvimento cultural e turístico a partir da discussão entre os diversos atores do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os gestores públicos e os técnicos efetivos do turismo e meio ambiente; - Elaborar planos de fortalecimento com vistas ao incremento da atividade turística

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 77. Análise SWOT – Infraestrutura e Serviços Básicos.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Componente Infraestrutura e Serviços Básicos POLO COSTA DAS DUNAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acessos principais entre os destinos em bom estado de conservação e manutenção - Facilidade de acesso Aeroporto-Parque Hoteleiro - Qualidade cênica e paisagística urbana nos corredores turísticos - Existência de Companhia do Turismo e Delegacia do Turista - Índice de violência baixo se comparado a outras capitais - Plano Diretor de Resíduos Sólidos - Aterro sanitário metropolitano 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao litoral sul dificultado pelo crescimento do Cajueiro de Pirangi - Acessibilidade precária em importantes avenidas e ruas de destinos maduros (Pipa, Jenipabú, Nísia Floresta e Parnamirim) - Acessibilidade precária (estradas de barro) das vias principais (BRs) às praias e lagoas - Acessos prejudicados e alagamentos nos períodos de chuva - Estrutura precária de Companhia de Apoio ao turismo e existência de poucos postos policiais no litoral - Aeroporto Augusto Severo com estrutura inadequada - Insuficiência da cobertura de saneamento básico em grande parte dos municípios - Baixa capacidade de abastecimento de água e coleta de lixo nos períodos de alta estação - Destinos turísticos sem terminais de passageiros e/ou terminais desestruturados - Dificuldade de atingir os acessos nos entroncamentos que levam os turistas aos destinos maduros. - Ausência de planos estratégicos para melhoria dos aeroportos e criação de outras infraestruturas para receber helicópteros e pequenos aviões
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Copa do Mundo de 2014 - Duplicação da BR-101 - Aeroporto de São Gonçalo do Amarante - Existência de recursos federais para investimentos em infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em melhorias e ampliação do sistema rodoviário que liga a atrativos - Ampliar a segurança específica para o turismo - Elaborar projetos para captação de recursos federais para a melhoria da infraestrutura básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Propor soluções para os problemas de acesso ao litoral sul - Incrementar a acessibilidade das avenidas principais em localidades turísticas maduras como forma de qualificar o destino - Promover melhorias no Aeroporto Internacional Augusto Severo - Criar novas formas de acessibilidade área para integração dos vários destinos turísticos - Incentivar a estruturação dos terminais rodoviários
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de recursos para a manutenção da infraestrutura - Aumento da população fixa flutuante - Aumento da criminalidade nos períodos de alta estação - Degradação ambiental pela falta de saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações de manutenção da infraestrutura de acesso - Planejar a ampliação da segurança turística principalmente, mas não apenas nos períodos de alta estação em todos os destinos do Polo 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o saneamento ambiental nas áreas de interesse turístico

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 78. Análise SWOT – Gestão Ambiental

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Componente Gestão Ambiental POLO COSTA DAS DUNAS	- Muitos municípios possuem Códigos de Meio Ambiente e Projeto Orla - Existência de Unidades de Conservação	- Baixa capacidade de fiscalização e monitoramento das áreas naturais frágeis - Vários atrativos naturais utilizados sem definição do seu limite de utilização sustentável - Ocupação desordenada das orlas, falésias e outras áreas de preservação ambiental - Erosão costeira
OPORTUNIDADES - Aumento da conscientização dos gestores e população sobre as questões ambientais - Maior interesse de turistas por destinos ambientalmente preservados	- Promover a correta aplicação dos instrumentos de gestão ambiental	- Incentivar programas de sensibilização e educação ambiental nas comunidades locais - Incentivar a criação de unidades de conservação e planos de manejo - Desenvolver estudos para definir o limite de utilização sustentável dos atrativos naturais - Propor soluções para contenção da erosão costeira - Recomendações da avaliação ambiental estratégica não implementadas.
AMEAÇAS - Falta de controle da utilização dos recursos naturais - Grande pressão de investimentos privados em áreas frágeis	- Incentivar a elaboração de Planos de Manejo para Unidades de Conservação - Incentivar a criação de novas áreas de preservação ambiental	- Ampliar a fiscalização e monitoramento das áreas naturais frágeis

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

5.4. Macroestratégias

As macroestratégias apresentadas abaixo resultam da síntese das análises realizadas anteriormente e definem as linhas de planejamento que deverão ser seguidas para o planejamento turístico do Polo Costa das Dunas.

Tais estratégias abrangem uma área turística com produtos e destinos turísticos em diferentes estágios de desenvolvimento e aproveitamento, tendo no turismo de sol e praia o seu segmento de maior projeção. O planejamento do turismo para o Polo Costa das Dunas deverá priorizar os seguintes segmentos de turismo:

- Turismo de Sol e Praia;
- Turismo Náutico;
- Turismo Cultural;
- Turismo de Aventura/Natureza.

Para tal, as macroestratégias de cada um dos cinco componentes do Programa foram pensadas em conjunto e integradas, de modo que cada uma delas seja peça fundamental no desenvolvimento turístico do Polo. Dessa forma, definem-se as seguintes macroestratégias:

Componente - Estratégia de Produto Turístico:

- Fortalecimento do segmento do turismo de sol e praia, a partir da qualificação de destinos maduros e planejamento de destinos em desenvolvimento, respeitando-se as características litorâneas de cada localidade;
- Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Costa das Dunas que integrem e complementem o segmento de sol e praia através do aproveitamento turístico de outros espaços naturais e do potencial de turismo náutico;
- Recuperação e estruturação do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa das Dunas, promovendo o seu aproveitamento turístico e diversificação da oferta de sol e praia;
- Melhoria da capacitação profissional para os diferentes tipos e níveis do turismo, a fim de criar novas oportunidades de emprego e incrementar a qualidade na prestação de serviços turísticos;
- Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

Componente - Estratégia de Comercialização:

- Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa das Dunas, a fim de dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se de diversos tipos de mídia.

Componente - Fortalecimento Institucional:

- Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa das Dunas, em nível estadual e municipal, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos municipais;
- Estímulo à elaboração e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental, para fortalecimento das atividades turísticas no Polo Costa Dunas;
- Elaboração, estruturação e implantação de projeto de rede e gestão local de informações turísticas para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo;
- Promoção de ações educativas voltadas para as comunidades locais objetivando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística.

Componente - Infraestrutura e Serviços Básicos:

- Incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica para o turismo, como forma de contribuir para melhorar a qualidade do produto turístico, e a vida das comunidades locais.

Componente - Gestão Ambiental:

- Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa das Dunas visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Essas estratégias darão origem a ações, cujo objetivo é o **de fortalecer os destinos turísticos e segmentos hoje explorados, ao mesmo tempo em que busca uma diferenciação e melhor qualificação da oferta turística, a partir da adição de novos segmentos de turismo** e, ainda prepara as primeiras ações de planejamento para os destinos emergentes, como se verá no Plano de Ação.

6. PLANO DE AÇÃO: SELEÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES E PROJETOS

A elaboração do PDITS Costa das Dunas – em sua fase de diagnóstico, construção de cenários e da matriz SWOT – permitiu identificar uma área turística com diferentes ambientes de desenvolvimento turístico: em primeiro lugar, uma região que se destaca com produtos turísticos de sol e praia maduros, conhecidos e comercializados nacional e internacionalmente, como Natal, Extremoz, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, Parnamirim e Tibau do Sul – em segundo, outros produtos turísticos que estão despontando, seja integrando destinos em estágio já avançado de desenvolvimento, sejam como uma nova opção de destinação no Costa das Dunas, como é o caso do turismo náutico.

As macroestratégias extraídas do cruzamento de oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos para os componentes Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental foram concebidos visando especialmente o desenvolvimento do turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo náutico e turismo de natureza/aventura.

Assim é que no momento de se planejar as ações para compor o Plano de Ação do PDITS do Polo Costa das Dunas, tais propostas convergiram para o **fortalecimento/desenvolvimento de destinos turísticos**, concentrando investimentos em destinos e produtos que possam dar resultados mais eficientes e melhores, em médio e longo prazos, de forma sustentável. Portanto, o PDITS privilegia aqueles destinos, produtos e atrativos turísticos que necessitam de investimentos para ampliar a oferta de emprego, aumentar a renda da população, melhorar a qualidade de vida das populações locais, proteger o patrimônio natural e histórico-cultural e, aumentar as receitas turísticas, etc., ao mesmo tempo em que, prepara as bases para o planejamento e gestão sustentável dessa atividade.

Nesse sentido, foram definidos três destinos turísticos principais para o Polo Costa das Dunas: Natal, Pipa e São Miguel do Gostoso, cada um dos quais apresentando características específicas e, portanto, necessidades distintas de ações para a consecução de seus objetivos estratégicos para o incremento do turismo nos segmentos priorizados.

a) DESTINO NATAL: O destino Natal abrange o Produto Natal, Produto Pirangi/Nísia Floresta e Produto Jenipabú, exercendo ainda forte influência nos destinos São Miguel do Gostoso e Pipa.

- **Produto Natal:**
- **Descritivo:** Natal é o principal portão de entrada de turistas do Rio Grande do Norte. A capital do estado é a cidade com melhor infraestrutura turística, tornando-se o centro distribuidor de turistas para todo o Polo. Além de sua própria oferta, que conta com atrativos naturais (praias, reserva de mata atlântica) e histórico-culturais (Fortaleza dos Reis Magos, Corredor Cultural, Museu da Rampa, etc.) ainda agrega produtos e atrativos oferecidos pelos demais municípios do Polo Costa das Dunas, especialmente aqueles associados ao turismo de sol e praia.
- **Tipo de Turismo:** Turismo de sol e praia; Turismo cultural; Turismo de natureza/aventura; Turismo náutico
- **Estágio de desenvolvimento:** Destino maduro

- **Objetivo estratégico:** Diversificar a oferta de sol e praia a partir da incorporação de outros espaços naturais e da estruturação e utilização do patrimônio histórico-cultural para fins turísticos, como forma de aumentar o gasto turístico na localidade.

⇒ **Produto Jenipabú:**

- **Descritivo:** O produto Jenipabú abrange os municípios de Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Rio do Fogo. Como atrativos turísticos principais tem-se a faixa litorânea dos municípios (praias de Jenipabú, Pitanguí, Muriú, Maracajaú, Rio do Fogo, Pititinga, etc.), com destaque para o complexo de dunas de Jenipabú, as lagoas de Pitanguí e Jacumã, e as atividades de mergulho em Maracajaú. As três localidades possuem infraestrutura de equipamentos de alimentação, hospedagem e outros serviços (artesanato, cooperativas de buggy, empresas de mergulho, parque aquático, etc.) de pequeno porte, mas adequados aos fluxos de turistas existentes.
- **Tipo de Turismo:** Turismo de sol e praia; Turismo náutico; Turismo de natureza/aventura
- **Estágio de desenvolvimento:** Destino maduro (Extremoz, Ceará-Mirim) e em desenvolvimento (Maxaranguape, Rio do Fogo)
- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer o turismo de sol e praia, a partir da requalificação urbanística e paisagística das áreas litorâneas, melhoria dos acessos às praias e fortalecimento da gestão municipal.

⇒ **Produto Pirangi/Nísia Floresta:**

- **Descritivo:** Esse produto turístico abrange os municípios de Parnamirim e Nísia Floresta. O primeiro tem no Cajueiro de Pirangi, o maior do mundo, segundo o “Guinness Book”, a sua principal atração turística que é complementada ainda pelo passeio de barco e mergulho na praia de Pirangi. O contínuo crescimento do Cajueiro vem causando problemas no tráfego de veículos que se dirigem ao litoral sul pela RN 063. Já Nísia Floresta é reconhecida pela grande quantidade de lagoas, algumas já aproveitadas pelo turismo como as de Arituba e Carcará que, inclusive, possuem equipamentos de alimentação e lazer às margens da lagoa. As três localidades possuem infraestrutura de equipamentos de alimentação, hospedagem e outros serviços (artesanato, passeio de barco, etc.) de pequeno porte, mas adequados, aos fluxos de turistas existentes.
- **Tipo de Turismo:** Turismo de sol e praia, Turismo náutico
- **Estágio de desenvolvimento:** Destinos maduros
- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer o turismo de sol e praia, a partir da requalificação urbanística e paisagística das áreas litorâneas, melhoria dos acessos às praias e lagoas e fortalecimento da gestão municipal.

b) DESTINO PIPA: O destino Pipa abrange os municípios de Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Senador Georgino Avelino e Arez.

⇒ **Produto Pipa:**

- **Descritivo:** Corresponde a Tibau do Sul que para o Programa de Regionalização do Turismo do MTur é o um dos destinos Indutores do turismo no Rio Grande do Norte,

ao lado de Natal. A denominação deste produto se atribui à badalada praia da Pipa – uma vila de pescadores que mistura as belezas naturais de praias, falésias e mata atlântica, associada à fusão de culturas, sotaques, estilos e diversão noturna. É um vilarejo que reúne tanto lojas de grifes e pousadas de charme, como espaços para camping e pequenas lojinhas de artesanato. Tibau do Sul, Arez e Senador Georgino Avelino são margeados pela Lagoa de Guaraíras, efetivamente utilizada para passeios de barco por turistas de Tibau do Sul. Arez, mesmo não possuindo um litoral praiano, possibilita ao destino adicionar ao elemento natural parte da história da ocupação holandesa do Rio Grande do Norte. Baía Formosa e Canguaretama possuem uma bela faixa litorânea – enquanto aquela se apresenta menos adensada, esta ainda oferece ao destino a possibilidade de explorar o aspecto cultural/religioso do massacre dos Mártires de Cunhaú. Em termos de infraestrutura turística, Tibau do Sul apresenta uma grande oferta de equipamentos de alimentação e hospedagem, compras, artesanato, passeios e vida noturna, dependendo, contudo, de Natal, Goianinha ou Parnamirim para serviços mais especializados. As demais localidades possuem infraestrutura de equipamentos de alimentação, hospedagem e outros serviços de pequeno porte, mas adequados, hoje, aos fluxos de turistas existentes.

- **Tipo de Turismo:** Turismo de sol e praia, Turismo de natureza/aventura, Turismo de minorias, Turismo náutico e de massa.
- **Estágio de desenvolvimento:** Destino Maduro (Tibau do Sul); Destinos em desenvolvimento (Baía Formosa, Canguaretama, Arez e Senador Georgino Avelino).
- **Objetivo Estratégico:** Posicionar o destino como reduto ecológico, Fortalecer o turismo de sol e praia já presente, requalificando a infraestrutura urbana e ocupação de orlas a fim de melhorar a imagem do destino, numa perspectiva de destino ecológico, e aumentar o gasto turístico.

c) DESTINO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO: O destino São Miguel do Gostoso é composto pelos municípios de São Miguel do Gostoso, Touros e Pedra Grande.

⇒ **Produto São Miguel do Gostoso:**

- **Descritivo:** São Miguel do Gostoso é um destino emergente na atividade turística, sendo caracterizado pela beleza e tranquilidade de suas praias, em meio a um litoral ainda pouco adensado. Além disso, a força dos ventos propicia a prática de esportes radicais como o *kitesurf*. Possui uma pequena infraestrutura de pousadas e restaurantes “de charme” e é visto pelo *trade* turístico como a “Nova Pipa”. Os fluxos de turistas ainda são incipientes, mas regulares. Touros e Pedra Grande compõem o Produto São Miguel do Gostoso agregando a este seus atrativos naturais e parte da História do Brasil através do Marco de Touros.
- **Tipo de Turismo:** Turismo de sol e praia, Turismo de natureza/aventura, Turismo de minorias.
- **Estágio de desenvolvimento:** Destinos emergentes, em desenvolvimento.
- **Objetivo Estratégico:** Fortalecer o desenvolvimento de novos destinos no Polo Costa das Dunas de caráter mais natural e ecológico, a partir do planejamento do uso do solo e aproveitamento racional dos recursos naturais.

Tal configuração permitiu, então, estabelecer para o PDITS Costa das Dunas uma visão de futuro condizente com o tipo de atividade turística demandada ao Polo, assim como a preocupação de estruturar os principais atrativos da região para um aumento de demanda futura. A visão de futuro (formadora de um cenário de desenvolvimento) apóia-se no fortalecimento do turismo de base sustentável, buscando não impactar de forma significativa o ambiente marinho-lacustre do litoral, focalizando no atrativo sol e praia. Ademais, pretende articulá-lo com o ecoturismo (ampliando seus roteiros existentes), valorizando a cultura das cidades (patrimônio histórico e artístico) e o potencial econômico do polo metropolitano de Natal (prestação de serviços avançados).

A integração das diversas ações apresentadas a seguir – dispostas por componentes de planejamento e por macroestratégias de desenvolvimento – objetiva, pois, dinamizar os destinos selecionados e priorizados, ensejando maior eficiência de ações, a partir da concentração de recursos. Ao mesmo tempo, ações de Fortalecimento Institucional, Comercialização e Marketing e Gestão Ambiental possuem caráter transversal, já que sua implementação trará benefícios para todas as áreas e todos os setores do turismo do Polo Costa das Dunas.

A implementação das ações e projetos propostos convergem para o objetivo estratégico do PDITS do Polo Costa das Dunas, qual seja, a *requalificação e diversificação da oferta turística, buscando-se como um dos resultados imediatos o aumento do gasto médio por turista.*

6.1. Estratégias e Ações

6.1.1. Componente Estratégia de Produto Turístico

ESTRATÉGIA 01. Fortalecimento do segmento do turismo de sol e praia, a partir da qualificação de destinos maduros e planejamento de destinos em desenvolvimento, respeitando-se as características litorâneas de cada localidade.

Ação 01. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de projetos para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla. Delimitar as especificações técnicas e de execução dos projetos de requalificação urbanísticas. Um dos produtos desse projeto deverá ser um **Plano de Praias**, que irá definir a capacidade de carga e os tipos de serviços (banheiros, estacionamento, postos salva-vidas etc.) que precisam.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo; Plano de Praias.

Ação 02. Implantar a requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita).

Objetivo: Dotar as orlas elencadas de melhores condições ambientais, infraestruturais e cênicas para receber o turista.

Justificativa: Ocupações desordenadas têm levado à descaracterização cênica dos trechos de praias mais visitados, causando perda de competitividade com outras praias e desconforto para os visitantes, além de contribuir para a baixa salubridade nas áreas mais urbanizadas da orla.

Descrição da ação: Execução das obras de requalificação cênica e paisagísticas das orlas elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla, com base nos estudos de concepção, projeto básico e projetos executivos elaborados.

Produtos e Resultados: Melhoria da qualidade cênica, paisagística e ambiental da orla, com infraestrutura adequada para receber banhistas; Diminuição da sazonalidade.

Ação 03. Implantar requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas de Ceará-Mirim (Muriú I) e Extremoz (Pitangui)

Objetivo: Dotar as orlas elencadas de melhores condições ambientais, infraestruturais e cênicas para receber o turista.

Justificativa: Ocupações desordenadas têm levado à descaracterização cênica dos trechos de praias mais visitados, causando perda de competitividade com outras praias e desconforto para os visitantes, além de contribuir para a baixa salubridade nas áreas mais urbanizadas da orla.

Descrição da Ação: Execução dos projetos básico e executivo para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla.

Produtos e Resultados: Melhoria da qualidade cênica, paisagística e ambiental da orla, com infraestrutura adequada para receber banhistas; Diminuição da sazonalidade.

Ação 04. Implantar requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas de Tibau do Sul e Pipa.

Objetivo: Dotar as orlas elencadas de melhores condições ambientais, infraestruturais e cênicas para receber o turista.

Justificativa: Ocupações desordenadas têm levado à descaracterização cênica dos trechos de praias mais visitados, causando perda de competitividade com outras praias e desconforto para os visitantes, além de contribuir para a baixa salubridade nas áreas mais urbanizadas da orla.

Descrição da Ação: Execução dos projetos básico e executivo para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla.

Produtos e Resultados: Melhoria da qualidade cênica, paisagística e ambiental da orla, com infraestrutura adequada para receber banhistas; Diminuição da sazonalidade.

Ação 05. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de passarela na praia de Pipa, em Tibau do Sul.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei. A construção da passarela deve facilitar o acesso de pessoas até a praia, especialmente aquelas com dificuldade de locomoção, a fim de fortalecer o produto Pipa.

Descrição da Ação: Elaboração de projeto básico e executivo, com estudos de impacto econômico, social e ambiental para construção da passarela, cujos materiais utilizados deverão se harmonizar com a paisagem da praia.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 06. Implantar passarela na praia de Pipa, em Tibau do Sul.

Objetivo: Facilitar acesso de banhistas à praia de Pipa e fortalecer o produto turístico Pipa.

Justificativa: A praia de Pipa é um dos principais destinos turísticos do Rio Grande do Norte. A construção da passarela serve para facilitar o acesso de pessoas até a praia, a fim de fortalecer o produto Pipa.

Descrição da Ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básicos e executivos.

Produtos e Resultados: Passarela; Maior facilidade de locomoção de banhistas na praia de Pipa; Fortalecimento do produto turístico Pipa.

Ação 07. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú, município de Extremoz.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei. Os projetos devem propor soluções para melhorar a circulação de pessoas e veículos nessa área.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos básico e executivo de acessibilidade, sinalização viária, dimensionamento de estacionamentos, além de estudos de viabilidade econômica e ambiental.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 08. Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú, município de Extremoz.

Objetivo: Melhorar a acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso para pedestres e automóveis.

Justificativa: A via apresenta grande fluxo de pessoas e automóveis, necessitando, pois, de uma readequação para comportar tais fluxos com maior comodidade e segurança, além de ser uma ação importante para a requalificação turística do Produto Jenipabú.

Descrição da Ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básicos e executivos.

Produtos e Resultados: Readequação e melhoria da acessibilidade da R. Ver. Ricardo Afonso; Melhor tráfego de pessoas e veículos; Maior comodidade para motoristas.

Ação 09. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa, município de Tibau do Sul.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, urbanismo e paisagismo, além de estudos de viabilidade econômica e ambiental. Execução das obras seguindo os estudos e recomendações técnicas. Por ser a rua de maior importância em Pipa, é fundamental que, além de se pensar na acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, se cuide dos aspectos paisagísticos e cênicos como arborização, posteação sem fio etc., de modo a tornar a rua, em si, um atrativo.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 10. Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa, município de Tibau do Sul.

Objetivo: Melhorar a acessibilidade e o tratamento paisagístico e ambiental da Av. Baía dos Golfinhos.

Justificativa: Essa é a Avenida de maior movimento na praia de Pipa, onde estão concentradas várias lojas, restaurantes, pousadas etc.; sendo, pois, ponto de encontro de turistas e habitantes locais, principalmente à noite, para desfrutar da boa gastronomia ou para momentos de lazer e descontração. Por isso, é fundamental que a Avenida seja mais que um ponto de passagem, mas uma atração do lugar.

Descrição da Ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básico e executivo, além de outras recomendações técnicas.

Produtos e Resultados: Melhoria da acessibilidade e do tratamento paisagístico da Av. Baía dos Golfinhos; Fortalecimento do Produto Pipa.

ESTRATÉGIA 02. Diversificação da oferta de produtos e serviços turísticos do Polo Costa das Dunas, que integrem e complementem o segmento de sol e praia, pelo aproveitamento turístico de outros espaços naturais e do potencial de turismo náutico.

Ação 01. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Parnamirim.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, propondo alternativas para qualificar e potencializar a experiência dos turistas na sua visita ao atrativo, devendo contemplar ainda Programa de Manejo para o Cajueiro.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo; Plano de Manejo do Cajueiro de Pirangi.

Ação 02. Implantar a estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Parnamirim.

Objetivo: Incrementar a infraestrutura receptiva do Cajueiro de Pirangi, tornando-o mais competitivo.

Justificativa: O Cajueiro de Pirangi, considerado o maior do mundo pelo “*Guinness Book*”, é uma das grandes atrações do Polo Costa das Dunas. A sua estrutura atual é bastante rudimentar, objetivando-se com o projeto oferecer melhores condições de visitação ao turista.

Descrição da ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básico e executivo, além de outras recomendações técnicas e do Plano de Manejo.

Produtos e Resultados: Infraestrutura receptiva incrementada, de modo a proteger o Cajueiro e oferecer uma visitação mais interessante e confortável para turistas.

Ação 03. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para terminal turístico na Ilha do Flamengo, em conformidade com a legislação ambiental e o Plano Diretor Municipal. O projeto deverá contar também com projeto de

interpretação turística do lugar, utilizando-se diversas técnicas de interpretação, a fim de proporcionar ao visitante uma experiência mais enriquecedora com o patrimônio histórico e cultural da região.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo completo.

Ação 04. Implantar terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez.

Objetivo: Dotar a Ilha do Flamengo de terminal turístico, para servir de ponto de apoio a passeios de barco do Destino Pipa.

Justificativa: A Ilha do Flamengo localiza-se na Lagoa de Guaraíras, que margeia Tibau do Sul, Senador Georgino Avelino e Arez. Apesar de papel importante na história de Arez, a Ilha é pouco utilizada para fins turísticos, podendo se tornar em um ponto de atração a partir da construção de um terminal turístico que realçaria a História do lugar.

Descrição da ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básico e executivo, além de outras recomendações técnicas.

Produtos e Resultados: Terminal Turístico; Infraestrutura receptiva na Lagoa de Guaraíras; Fortalecimento do turismo cultural.

Ação 05. Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico.

Objetivo: Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico para o Polo Costa das Dunas, com o objetivo de instituir as bases legais para a exploração do turismo náutico e a gestão de ancoradouros turísticos.

Justificativa: O turismo náutico é um dos segmentos de turismo em ascensão no Brasil, com perfil de usuários de alto poder aquisitivo. Apesar do seu vasto litoral, o Rio Grande do Norte ainda não deu não avançou exploração do seu litoral para o Turismo Náutico. Por isso, faz-se necessário a elaboração de um Plano Diretor de Turismo Náutico para disciplinar e organizar esse segmento.

Descrição da Ação: Esse instrumento tem por objetivo estruturar e ordenar o segmento de turismo náutico no Polo, a partir de um plano que normatiza a atividade. Deverá estabelecer as macroestratégias e os eixos estratégicos de desenvolvimento do setor com recomendações de ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos. Abordará também as necessidades de investimentos privados e a articulação entre órgãos governamentais para a melhoria da infraestrutura e dos serviços náuticos da região. Definirá entre outras coisas, a quantidade de ancoradouros necessária em função da demanda, bem como a sua localização. Também deverá definir o sistema de gestão e os requisitos para concessão dos mesmos, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, além de apontar a necessidade de ancoradouro de tipo misto, para uso turístico e para pesca artesanal.

Produtos e Resultados: Plano Diretor de Turismo Náutico; Incentivo ao Turismo Náutico; Fortalecimento à diversificação da oferta turística do Polo Costa das Dunas.

Ação 06. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guaraíras) e Maxaranguape (praia de Maracajaú).

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos básico e executivo envolvendo arquitetura, engenharia, sinalização, obras complementares náuticas, estudos de viabilidade econômica e ambiental para ancoradouros turísticos, inclusive do tipo misto, que contemplem o uso turístico e a pesca artesanal. Os projetos deverão definir também um sistema de gestão e os requisitos para concessão dos ancoradouros, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, devendo também abordar de que forma ocorrerá a parceria público-privada.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo; Plano de Gestão dos Ancoradouros.

Ação 07. Implantar ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guaraíras) e Maxaranguape (praia de Maracajaú).

Objetivo: Dotar o litoral do Costa das Dunas de ancoradouros públicos, possibilitando a exploração sustentável do turismo náutico e a diversificação da oferta turística do Polo.

Justificativa: O turismo náutico apresenta-se como uma das modalidades que mais cresceram em termos de novos adeptos, principalmente nos segmentos internacionais de maior renda. O Rio Grande do Norte, apesar do seu vasto litoral, não possui infraestrutura necessária à prática do turismo náutico, sendo, portanto, necessário criá-la.

Descrição da Ação: Execução das obras seguindo as especificações dos projetos básico e executivo, além de outras recomendações técnicas.

Produtos e Resultados: Ancoradouros turísticos; Fortalecimento do turismo náutico; Diversificação do produto turístico Natal.

Ação 08. Elaborar Guia para Gestão Turística das orlas marítimas.

Objetivo: Criar um instrumento de planejamento turístico que norteie a gestão das atividades turísticas desenvolvidas nas orlas marítimas do Polo Costa das Dunas.

Justificativa: Instituir as bases para o aproveitamento planejado e sustentável das atividades turísticas a serem praticadas no litoral, prezando pela preservação dos recursos natural e valorização da cultura e identidade local.

Descrição da Ação: Elaboração de Guia para Gestão Turística das orlas marítimas do Costa das Dunas. Deve relacionar-se com outras legislações municipais, estaduais ou federais vigentes como Projeto Orla, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente etc., bem como com planos de turismo para a região, como o PDITS, Plano de Ecoturismo e demais iniciativas de planejamento. Deve ser validado e aprovado pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa das Dunas.

Produtos e Resultados: Guia para Gestão Turística das orlas marítimas; Fortalecimento do planejamento territorial; Preservação dos recursos naturais.

Ação 09. Elaborar plano de ocupação turística da orla marítima de Natal.

Objetivo: Planejar a ocupação turística da orla marítima de Natal, objetivando harmonizar os interesses econômicos, sociais, urbanísticos e ambientais.

Justificativa: A orla marítima de Natal, com intensificação do turismo e dos investimentos na cidade, recentemente com a iminência da Copa do Mundo de 2014, da qual Natal é uma das cidades-sede, tem passado por debates e conflitos em relação ao seu aproveitamento pela atividade turística. De um lado, os ambientalistas que desejam que poucas intervenções sejam realizadas com o fim de preservar o ambiente costeiro. De outro, os empresários do turismo que querem um maior aproveitamento (implantação de novos equipamentos etc.) e consideram às restrições impostas como 'perda de oportunidade'. Por isso, faz-se imprescindível a realização de estudos e a construção de um plano, elaborado por uma equipe multidisciplinar, que possa harmonizar o interesse de ambos.

Descrição da ação: Elaboração de estudos técnicos, com equipe multidisciplinar (geógrafos, turismólogos, engenheiros, arquitetos urbanistas, ambientalistas, economistas etc.) que visem à elaboração de um Plano de Ocupação da Orla Marítima de Natal de maneira sustentável, prevendo a possibilidade e a viabilidade da implantação de novos equipamentos turísticos (marinas, áreas de lazer, hotéis etc.) na área de estudo. O plano deve incorporar também o estudo da viabilidade técnica e ambiental para se construir um "calçadão" às margens do Rio Potengi, que interligaria os atrativos culturais de Natal (Fortaleza dos Reis Magos, Museu da Rampa, Corredor Cultural etc.).

Produtos e Resultados: Planos de Ocupação Turística da Orla Marítima de Natal; Possibilidade de implantação de novos equipamentos turísticos; Ampliação e diversificação da oferta turística de Natal.

ESTRATÉGIA 03. Recuperação e estruturação do patrimônio histórico-cultural do Polo Costa das Dunas, promovendo o seu aproveitamento turístico e diversificação da oferta de sol e praia.

Ação 01. Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal.

Objetivo: Implantar o Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal.

Justificativa: O Museu da Rampa e Memorial do Aviador é uma idealização antiga da cidade do Natal e a sua concretização agregará mais um atrativo à oferta turística do Polo Costa das Dunas, bem como beneficiará a população natalense e potiguar com mais um espaço de lazer e cultura. A sua idealização situa-se num contexto de fortalecimento do turismo cultural como complementação ao turismo de sol e praia no Destino Natal, possibilitando incremento do gasto médio por turista.

Descrição da ação: Construção do Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal, a partir de projeto executivo já existente. Deve ser um museu dinâmico (exposições de longa duração e temporárias), virtual (uso de sistemas digitais e filmográficos em DVD), informacional (usos de computadores e de internet), bidimensional em sua expografia (objetos, maquetes, mídias, tudo passível de manipulação pelo público), num processo inclusivo de todos os visitantes (deficientes visuais, auditivos).

Produtos e Resultados: Museu da Rampa e Memorial do Aviador; Novo espaço de lazer e cultura em Natal; Fortalecimento do turismo cultural; Diversificação do produto turístico Natal; Diminuição da sazonalidade.

Ação 02. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental; de projetos básico e executivo de arquitetura, engenharia, considerando estudos previamente elaborados, que permitam adaptar o roteiro às exigências legais, ambientais, técnicas e turísticas, propiciando as condições ideais para a circulação de turistas e carros de turismo. Deve permitir o embarque e desembarque de turistas em ônibus de turismo, instalar sinalização turística, adaptá-lo aos portadores de necessidades especiais, criar banheiros públicos e outras facilidades para os turistas.

Produtos e Resultados: Projeto básico, Projeto executivo.

Ação 03. Implantar projetos de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal.

Objetivo: Dotar o Corredor Cultural de Natal de condições de acessibilidade, meios de operação, mobiliário urbano para o passeio cultural no “corredor histórico”.

Justificativa: O projeto do Corredor Cultural de Natal – já elaborado – necessita de maior suporte executivo para sua ampliação e melhoria da qualidade do percurso; nesse sentido, um conjunto de intervenções em mobiliário, acessibilidade, estruturas de suporte precisam compor o Corredor Cultural de Natal de forma a consolidá-lo como um produto do segmento histórico-cultural e, assim, trazer uma diversificação dos produtos turísticos oferecidos pelo Polo Costa das Dunas.

Descrição da Ação: Execução das obras conforme recomendações dos estudos e projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Corredor Cultural de Natal estruturado, integrando-o aos demais roteiros do Polo Costa das Dunas; Fortalecimento do turismo cultural; Diversificação da oferta turística de Natal e do Polo Costa das Dunas.

Ação 04. Elaborar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: O processo de um plano de interpretação deve seguir as seguintes fases: Primeiramente, elaboração de análise e diagnóstico da situação atual. Em seguida, a definição de objetivos e critérios básicos de atuação, após serem identificadas as necessidades do local. O terceiro passo é a elaboração do Plano de Ação: comunicação

(dar a conhecer, tornar acessível), exposição (satisfazer as expectativas através de uma estruturação do saber) e exploração (garantir a conservação, a acessibilidade e a manutenção). É imprescindível que o Plano de Interpretação possibilite que turistas descubram o Corredor Cultural, por si próprios, bem como ofereça o suporte para visitas guiadas. Dentre as técnicas de interpretação, podem ser sugeridas: exposições permanentes e temporárias; montagens de audiovisuais e diagramas; experiências interativas; performances, “*living history*” (recreações e representações da história) e representações teatrais; festas e eventos; sinalização e painéis informativos; visitas guiadas e itinerários temáticos; *ateliers* e atividades didáticas; *folders* e materiais informativos.

Produtos e Resultados: Plano de Interpretação do Corredor Cultural.

Ação 05. Implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal

Objetivo: Qualificar e fortalecer o produto cultural de Natal, a partir de elaboração e implantação de infraestrutura interpretativa no Corredor Cultural de Natal, que possibilite uma experiência mais enriquecedora da localidade para turistas e comunidade.

Justificativa: A utilização da interpretação turística como fator de atratividade é fundamental para a experiência turística plena, uma vez que os atrativos turísticos não falam por si próprios, nem sem as pessoas. Assim, a interpretação aplicada ao patrimônio cultural e ao território é uma resposta a uma procura social de uso do patrimônio cultural, mas também a uma necessidade de comunicação de um território ou unidade territorial. Portanto, a interpretação é um instrumento de planejamento territorial e turístico, de definição de políticas de intervenção e de uso social do patrimônio cultural.

Descrição da Ação: A execução dos serviços e obras de acordo com o estabelecido no Plano de Interpretação do Corredor Cultural.

Produtos e Resultados: Plano de Interpretação do Corredor Cultural; Fortalecimento do turismo cultural; Aumento do gasto médio diário individual do turista; Aumento da avaliação positiva dos Atrativos Culturais na Pesquisa de Demanda Turística.

Ação 06. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei. A idéia do Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural é ter um ponto fixo que dê suporte aos vários atrativos culturais de Natal, de modo a informar e distribuir os turistas pelo Corredor.

Descrição da Ação: Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para o Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, que deverá fazer parte do Centro de Turismo de Natal. Deve contar com sala própria, equipamentos e pessoal capacitado para a tarefa de triagem, informação e encaminhamento de turistas. O Centro será encarregado por receber turistas, em pacotes ou não, e facilitar a sua locomoção pelo conjunto de atrativos culturais de Natal: seja oferecendo os serviços de guias, tradutores, transportes ou tão somente vendendo os ingressos para os atrativos.

Produto e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo; Plano de Gestão Integrada.

Ação 07. Implantar Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal.

Objetivo: Atuar como estrutura integradora dos vários atrativos inseridos no Corredor Cultural de Natal.

Justificativa: O Corredor Cultural é um produto turístico composto por vários atrativos culturais. A idéia do Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural é ter um ponto fixo que dê suporte a esses vários atrativos, de modo a informar e distribuir os turistas pelo Corredor.

Descrição da Ação: Execução das obras conforme recomendações dos estudos e projetos básico e executivo.

Produto e Resultados: Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural; Maior facilidade de locomoção de turistas pelo Corredor Cultural; Fortalecimento do turismo cultural.

Ação 08. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de engenharia, arquitetura e avaliação de impactos ambientais e socioeconômicos, com vistas à reforma do Centro do Turismo de Natal. Os projetos devem atentar para a acessibilidade para portadores de necessidades especiais, sistema de segurança, bem como a incorporação de novos espaços de interesse para o turista, como o Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 09. Implantar reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.

Objetivo: Incrementar a estrutura do Centro de Turismo, agregando outros espaços de interesse para o turista nesse atrativo cultural, bem como fortalecer o próprio segmento de turismo cultural em Natal.

Justificativa: O Centro de Turismo é um importante monumento histórico da Cidade do Natal, já tendo sido prisão municipal e hoje servindo de abrigo várias lojas de artesanato, sendo uma das paradas obrigatórias do turista em visita a Natal. Por isso, a estrutura merece melhorias, como acessibilidade para portadores de necessidades especiais, sistema de segurança etc., bem como a incorporação de novos espaços de interesse para o turista. Além de se inserir no objetivo de fortalecimento do turismo cultural no Destino Natal.

Descrição da Ação: Execução das obras conforme recomendações dos estudos e projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Centro de Turismo reestruturado, com novo espaço de lazer, integrado ao circuito cultural de Natal; Preservação do patrimônio histórico-cultural;

Fortalecimento do turismo cultural; Diversificação da oferta turística de Natal e do Polo Costa das Dunas.

ESTRATÉGIA 04. Melhoria da capacitação profissional para os diferentes níveis do turismo, a fim de incrementar a qualidade na prestação de serviços.

Ação 01. Atualizar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Realizar a atualização do diagnóstico visando obter subsídios para a elaboração de nova proposta de qualificação profissional para o setor turístico do Polo, identificando os segmentos que precisam de aperfeiçoamento.

Justificativa: A necessidade da atualização do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional deve-se ao dinamismo do turismo e, conseqüentemente, à constante necessidade de atualização e aprendizado de inovações. O primeiro Diagnóstico foi realizado em 2005 e parte de suas metas já foram alcançadas.

Descrição da ação: Atualização do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional do Setor Turístico de todos os municípios do Polo, para possibilitar a definição do Plano de Ação para capacitação de profissionais do setor e população. Contudo, espera-se que o novo diagnóstico seja focado para atender à demanda de capacitação para os segmentos de turismo priorizados no Polo: turismo de sol e praia, turismo náutico, e turismo de aventura/natureza, de modo que sejam capacitados população e profissionais para atuarem nessas áreas. O Plano de Ação deverá ainda propor indicadores de acompanhamento da eficácia dos Programas de Capacitação Profissional, como nível de satisfação com os cursos, taxa de empregabilidade após o curso, etc.

Produtos e Resultados: Diagnóstico de Oferta e Demanda de Capacitação Profissional; Plano de Ação para Capacitação Profissional.

Ação 02. Implantar Programa de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Implantar programa de capacitação objetivando qualificarem empregados de empreendimentos turísticos para a melhoria dos serviços oferecidos, bem como capacitar a população visando à inserção no mercado formal de trabalho.

Justificativa: Mesmo tendo sido executadas ações de capacitação, inclusive pelo PRODETUR, elas não contemplaram todos os municípios, e as pesquisas ainda apontam deficiência nos serviços oferecidos sem a qualidade adequada nos equipamentos turísticos. Além disso, a capacitação deve ser contínua, especialmente no setor do turismo em que a rotatividade é grande.

Descrição da ação: Execução do Programa de Capacitação Profissional com vistas a proporcionar aperfeiçoamento da mão de obra que já atua no turismo, bem como qualificar parte da população do Polo interessada em se inserir no mercado de trabalho. O programa deverá também promover a capacitação para ocupações necessárias para o desenvolvimento dos segmentos de turismo prioritários: sol e praia, cultural, náutico e de natureza/aventura.

Produtos e Resultados: Capacitação profissional; Melhoria da qualidade dos serviços turísticos; Maior competitividade do produto turístico; Aumento número de empregos formais no turismo.

Ação 03. Implantar consultoria para apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte.

Objetivo: Incentivar e estimular os empreendedores turísticos do Rio Grande do Norte a investir no setor.

Justificativa: Ser mais uma forma de orientação, incentivo e capacitação de empreendedores para o setor turístico, mostrando vantagens, benefícios e os caminhos legais para investir no setor e/ou para promover a sua formalização.

Descrição da ação: Implantação de Consultoria para apoio aos empreendedores turísticos do Rio Grande do Norte que apresente inovações, práticas de sucesso e dicas para o maior desenvolvimento das empresas turísticas.

Produtos e Resultados: Capacitação empresarial para o turismo; Capacidade gestora das empresas fortalecida.

ESTRATÉGIA 05. Qualificação dos produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas, a partir estruturação de um sistema de informações e postos de atendimento ao turista em rede.

Ação 01. Elaborar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: A rede será utilizada para apoiar a gestão turística municipal. O orçamento deverá incluir: a) o projeto conceitual da rede, e o modelo de gestão da rede, b) o manual de imagem corporativa da rede, c) o estabelecimento de ferramentas tecnológicas de intercâmbio de informações (Intra e Extranet) d) a elaboração de material promocional com parâmetros homogêneos e) a capacitação do pessoal; e f) o orçamento para a contratação do pessoal durante o período de execução. Quanto aos postos de atendimento: devem seguir aos parâmetros visuais e técnicos informados no projeto; ter funcionários efetivos e capacitados para passar informações; servir de ponto de fornecimento de informações, bem como de obtenção de informações e dados sobre os turistas que procuram os postos pelo preenchimento de questionários ou outros métodos de coleta de dados.

Produtos e Resultados: Projeto de Rede e de Gestão Local de informações turísticas; Imagem corporativa para postos de informação turística.

Ação 02. Implantar Projeto de Rede de Postos de Atendimento e do Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Estruturar o serviço de informações turísticas do Polo Costa das Dunas.

Justificativa: O serviço de informações turísticas é um requisito básico que todos os destinos turísticos devem preencher, por ser fundamental para o sentimento de segurança e hospitalidade experienciado pelos turistas. O Polo Costa das Dunas dispõe de alguns postos

de informações turísticas sem, contudo, contar com uma infraestrutura adequada, materiais e/ou pessoal qualificado para atender o turista.

Descrição da Ação: Execução dos projetos e contratação de pessoal conforme indicado no projeto executivo.

Produtos e Resultados: Melhoria da qualidade do produto turístico; Melhoria dos níveis de satisfação com as informações turísticas; Novas ferramentas para coleta de dados sobre turistas.

6.1.2. Componente Estratégia de Comercialização

ESTRATÉGIA 01. Fortalecimento do planejamento estratégico de marketing para o Polo Costa das Dunas, a fim dar maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, conquistando novos nichos de mercado e utilizando-se diversos tipos de mídia.

Ação 01. Elaborar Plano de *Marketing* para o Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Orientar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística desenvolvida no Polo, com vistas a atingir maior eficiência e eficácia no fortalecimento da marca e na comercialização dos seus produtos, ampliando a atratividade do Polo e aumentar os fluxos e gastos turísticos no Costa das Dunas e Rio Grande do Norte, uma vez que os Polos devem ser trabalhados de forma integrada.

Justificativa: A elaboração de um Plano de *Marketing* possibilitará o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos do Polo Costa das Dunas, posicionando os destinos turísticos do Polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, tornando o destino mais competitivo. Antecedendo o processo de elaboração do Plano de *Marketing* será realizada uma pesquisa de mercado para descobrir oportunidades de mercado para os produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas. Isso se justifica porque o Polo Costa das Dunas ainda não possui uma pesquisa do mercado turístico, que indique quais as melhores oportunidades de negócio para seus produtos, quais os mercados em que se deve investir; perfil dos consumidores prioritários etc. Pesquisas desse tipo, bem como de demanda atual e potencial e pesquisas de clima empresarial são ferramentas poderosas na definição de estratégias e ações de promoção e comercialização eficientes.

Descrição da ação: Inicialmente será feita uma pesquisa de mercado com a demanda atual e potencial, para o Polo Costa das Dunas que deverá definir o perfil do consumidor, necessidades e desejos dos mesmos; aspectos dos concorrentes: pontos fortes e fracos; estudar fornecedores, clientes e política de atuação; definição da metodologia, instrumentos de pesquisa. Além disso, deve abranger Pesquisa de Clima Empresarial com o *trade* turístico; Pesquisa de satisfação de clientes; além da definição de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações propostas. Concluída essa etapa procede-se a elaboração do Plano de *Marketing*, cujo conteúdo mínimo necessário deverá realizar estudos de mercado e ser capaz de identificar as ações e diretrizes estratégicas para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo nos diferentes mercados emissores de interesse, especificando mídias, planos operativos etc. A promoção deverá consolidar a imagem do destino de acordo com as determinações estratégicas e os nichos de mercado que se pretenda ampliar. A gestão da marca do destino está entre as atividades mais importantes para a manutenção e ampliação da demanda turística e o plano de marketing é

a principal ferramenta para uma gestão eficaz. Dentro do plano de promoção deverão estar previstos a elaboração de material promocional (folheteria, vídeos, CDs etc.), a participação em eventos nacionais e internacionais, e campanhas promocionais para os destinos do Polo Costa das Dunas. Deverá definir, entre outras, uma estratégia de comercialização on line dos produtos e destinos do Costa das Dunas, dada à importância da internet para os destinos turísticos na atualidade.

Produtos e Resultados: Pesquisa de Mercado, Pesquisa de Demanda Atual e Potencial; Pesquisa de Clima Empresarial; Definição de prioridades para os mercados a serem atingidos; Maior eficiência de ações de planejamento e promoção turísticas; Fortalecimento da SETUR; Fortalecimento do planejamento turístico em nível estadual e regional. Além disso, o Plano de Marketing; Elaboração e institucionalização das normas, mensagens e padrões de divulgação e promoção turística no Estado.

Ação 02. Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing para o Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing, a fim de definir as ações que serão implementadas ano a ano.

Justificativa: O Plano Operativo de Marketing concretiza as estratégias e diretrizes de promoção e comercialização turística definidas no Plano de Marketing.

Descrição da ação: Elaboração de Plano Operativo Anual de Marketing, com base nas estratégias e diretrizes definidas pelo Plano de Marketing do Polo Costa das Dunas, a fim de tornar mais eficaz e eficiente a promoção e comercialização turística do Polo.

Produtos e Resultados: Plano Operativo de Marketing.

6.1.3. Componente Fortalecimento Institucional

ESTRATÉGIA 01. Fortalecimento da gestão do turismo do Polo Costa das Dunas, em nível estadual e municipal, por meio da estruturação dos órgãos de turismo e da capacitação de técnicos efetivos.

Ação 01. Implantar Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR/RN.

Objetivo: Executar ações do plano de fortalecimento institucional, de maneira a dotar a gestão municipal de turismo com estrutura administrativa compatível com o desenvolvimento do turismo.

Justificativa: A estrutura administrativa de turismo em nível estadual não está compatível com as atividades e funções que deve desempenhar no planejamento e gestão do turismo potiguar. Isso tem sido averiguado na elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR. Dando continuidade a esse processo, é preciso que as ações e sugestões sejam implementadas, visando reestruturar os processos da Secretaria de Estado do Turismo, bem como dotá-la de mobiliário e equipamentos de informática necessários ao pleno e efetivo cumprimento de suas atividades. Hoje, ela não possui um modelo de gestão moderno e nem os equipamentos necessários para executar suas ações. É preciso profissionalizar o serviço oferecido de forma que o órgão de turismo estadual seja fortalecido, no aspecto técnico e físico, para que possa acompanhar a dinâmica atual e poder de fato se compatibilizar com as propostas das demais esferas governamentais.

Descrição da ação: Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR que deverá contemplar itens de capacitação, equipamentos e sistemas de informação que possibilitem uma modernização da gestão do turismo.

Produtos e Resultados: Implantação de nova estrutura organizacional na SETUR; Maior eficiência e eficácia do planejamento do turismo; Melhoria nos processos administrativos; Contratação de técnicos.

Ação 02. Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos com equipe qualificada para realizar acompanhamento da implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Polo.

Objetivo: Implantar o órgão responsável por monitorar a implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, promovendo a articulação intermunicipal entre as esferas municipal, estadual e federal, além de dar suporte técnico aos municípios na área de resíduos sólidos.

Justificativa: Ação residual do PDITS do PRODETUR II, ainda não contemplada. A falta de uma unidade de apoio técnico às ações públicas dos órgãos, prefeituras e empresas de coleta e tratamento de resíduos sólidos no Polo apresenta-se como um limitador à eficácia e eficiência das ações desenvolvidas no PRODETUR II.

Descrição da ação: Institucionalizar a unidade de acompanhamento dos resíduos sólidos do Polo, a partir das informações contidas no Plano Diretor de Resíduos Sólidos.

Produtos e Resultados: Marco legal e administrativo para implementação da Unidade Gestora; Estudos e avaliações da capacidade física, institucional e orçamentária de ampliar a coleta e tratamento dos resíduos sólidos no Polo; Grupo específico para monitoramento e fiscalização efetiva da Unidade Gestora de Resíduos Sólidos do Polo Costa das Dunas e do Estado do Rio Grande do Norte.

Ação 03. Elaborar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e ações necessárias ao Fortalecimento Municipal do Turismo nos municípios elencados.

Justificativa: A capacidade dos municípios de gerir a atividade turística é baixa, considerando-se planejamento, estrutura física e técnica, níveis de arrecadação, etc., como demonstrado no diagnóstico. Nos últimos anos, o turismo na região vem crescendo e demandando cada vez mais esforço do poder público para a execução de suas atividades.

Descrição da ação: Elaboração de Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal dos municípios supracitados, com a definição de sua situação atual e proposição da melhor estrutura organizacional, pessoal e de equipamentos para o melhor desempenho de sua função. O Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal deverá ainda definir as diretrizes para o turismo do município, sob forma de um **Plano Municipal de Turismo**, bem como elaborar um **Programa de Capacitação para técnicos efetivos municipais** nas áreas de gestão urbanística, turística e ambiental. Pode-se utilizar como modelo de termo de referência para contratação dos serviços a versão revisada do Anexo F do Regulamento Operacional do PRODETUR NE/II.

Produtos e Resultados: Plano de Fortalecimento elaborado para atender a demanda dos órgãos municipais de turismo.

Ação 04. Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros.

Objetivo: Melhorar a gestão e o planejamento da atividade turística em nível municipal.

Justificativa: A capacidade dos municípios de gerir a atividade turística é baixa, considerando-se planejamento, estrutura física e técnica, níveis de arrecadação, etc., como demonstrado no diagnóstico. Nos últimos anos, o turismo na região vem crescendo e demandando cada vez mais esforço do poder público para a execução de suas atividades.

Descrição da ação: Execução do Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo em conformidade com as especificações definidas, bem como do Programa de Capacitação para os técnicos efetivos municipais.

Produtos e Resultados: Municípios melhor estruturados, capacitados para gerir o turismo; Maior capacidade institucional para gerir o turismo com o fortalecimento de diversas áreas.

Ação 05. Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta e Tibau do Sul.

Objetivo: Melhorar o planejamento e a gestão da atividade turística.

Justificativa: Os órgãos municipais de turismo encontram-se desestruturados, sem capacidade de gerir o turismo municipal – quer seja pelo número insuficiente de técnicos, baixa capacitação dos existentes, estrutura física deficiente, etc., sendo, pois, nesse quadro, árdua a tarefa de planejar e gerir o turismo no município.

Descrição da ação: Execução do Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo em conformidade com as especificações definidas, bem como do Programa de Capacitação para os técnicos efetivos municipais.

Produtos e Resultados: Municípios melhor estruturados, capacitados para gerir o turismo; Maior capacidade institucional para gerir o turismo com o fortalecimento de diversas áreas.

Ação 06. Implantar Programa de Capacitação da gestão ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais com vistas à efetiva aplicação dos instrumentos de planejamento e do desenvolvimento sustentável do turismo.

Objetivo: Capacitar equipe municipal para operacionalização dos instrumentos de planejamento municipal.

Justificativa: O diagnóstico do Polo identificou uma carência das equipes municipais em planejamento urbanístico, ambiental e turístico. Conforme prevê a Constituição brasileira, os municípios precisam assumir suas responsabilidades, principalmente no contexto da utilização e gestão do território municipal. Por isso, é imprescindível dar continuidade e criar competências para a utilização dos instrumentos de planejamento ambiental, urbanístico e turístico, de modo que possam planejar com maior qualidade.

Descrição da ação: Implantação de programa de capacitação de maneira a atender as necessidades da equipe municipal sobre a utilização de instrumentos de planejamento e da gestão nas áreas ambiental, urbanística e turística. Deverão ser realizados cursos para cobrir essa demanda.

Produtos e Resultados: Equipes técnicas municipais qualificadas para a operacionalização dos instrumentos de planejamento urbano, turístico e ambiental; Fortalecimento do Planejamento Municipal e, conseqüentemente, regional e estadual do turismo.

ESTRATÉGIA 02. Estímulo à elaboração e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão territorial e ambiental, para fortalecimento das atividades turísticas no Polo Costa Dunas.

Ação 01. Elaborar e/ou revisar os Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente de Maxaranguape, Rio do Fogo, São José de Mipibu e São Miguel do Gostoso.

Objetivo: Dotar os municípios listados com o instrumento de política de desenvolvimento e ordenamento territorial e urbano preconizado pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade (Plano Diretor), bem como de outros instrumentos para regular a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais.

Justificativa: O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana contemplado pela Constituição Federal de 1988, sendo imprescindível para o planejamento do desenvolvimento e para o ordenamento territorial de qualquer município. É obrigatório, entre outros: em cidades com mais de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico. O turismo, como atividade que se apropria do território de uma localidade e ali se desenvolve, tende a ser beneficiado. Já o Código de Obras e Posturas constitui uma legislação paralela e complementar ao Plano Diretor Municipal e legislação urbanística, essencial ao planejamento e gestão das cidades, no sentido de assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, conforto, estética e salubridade das construções. No que tange ao Código de Meio Ambiente, é importante que sejam estabelecidas diretrizes ambientais em nível local para dar sustentabilidade ao turismo no Polo, adequando o desenvolvimento ao equilíbrio ecológico e à melhoria da qualidade de vida da população, inclusive para que sejam conservados os atrativos turísticos e o meio ambiente.

Descrição da ação: Elaboração de Plano Diretor Municipal e legislação urbanística complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), utilizando-se a participação popular por meio de audiências públicas, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Elaboração de Códigos de Obra e Posturas e de Meio Ambiente, em consonância com o Plano Diretor e demais legislações pátrias.

Produtos e Resultados: Planos Diretores, Códigos de Obras e Códigos de Meio Ambiente elaborados e, efetivamente aplicados pelas equipes técnicas municipais, servindo de base para o ordenamento do solo, a proteção e conservação do patrimônio natural e histórico-cultural, beneficiando o desenvolvimento do turismo sustentável.

ESTRATÉGIA 03. Elaboração, estruturação e implantação do sistema de informações turísticas, para subsidiar a tomada de decisões para o planejamento e gestão do turismo.

Ação 01. Desenvolver e implantar Sistema de Informações Turísticas.

Objetivo: Desenvolver um sistema de informações turísticas na SETUR, a fim de gerar indicadores e dados do turismo em nível municipal, regional e estadual, beneficiando a capacidade de gestão e planejamento do turismo.

Justificativa: Os dados e informações sobre o turismo em nível municipal e estadual são bastante escassos, havendo poucos instrumentos de coleta de dados e, menos ainda, instrumento de geração de informações, dificultando, pois, o trabalho de gestores públicos e privados, ante a base de dados e informações confiáveis sobre o turismo para que possam planejar e tomar decisões.

Descrição da ação: O Projeto do Sistema de Informações turísticas deve fazer um diagnóstico das operações estatísticas estaduais, apontando formas de melhoria, inclusive dos instrumentos de coleta atuais (questionários de pesquisa de demanda), novas formas de coleta de dados em nível local e estadual (ligando-se aos pontos de informação turística previstos no PDITS), software do sistema, formas de gerenciamento do programa e integração de informações (intranet), recursos humanos necessários, etc.

Produtos e Resultados: Sistema de informações funcionando no Polo, possibilitando o planejamento da atividade turística, bem como otimização de investimentos do setor público, a atração de investidores do setor privado formal e da própria comunidade, para integrarem-se às atividades produtivas ligadas ao setor turístico.

Ação 02. Elaborar Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo.

Objetivo: Estruturar e fortalecer o setor responsável pelo CADASTUR na Secretaria de Turismo Estadual, bem como as iniciativas para formalização das empresas no setor turístico.

Descrição da Ação: Elaborar um Plano de Ação que defina as melhores estratégias para auxiliar no cadastramento e formalização de empresas turísticas nos polos de turismo do Rio Grande do Norte, nos moldes requeridos pelo CADASTUR no Ministério do Turismo.

Produtos e Resultados: Plano de Ação; Formalização das empresas turísticas;

ESTRATÉGIA 04. Promoção de ações educativas voltadas para as comunidades locais objetivando a mitigação dos efeitos nocivos da atividade turística.

Ação 01. Elaborar Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Objetivo: Desenvolver o projeto Centro “*Football for Hope*” integrando jovens e adolescentes em atividades educativas, esportivas e profissionalizantes.

Justificativa: A chegada do turismo nas localidades provoca efeitos positivos e também negativos; estes últimos, tais como a exploração sexual infantil, aumento do consumo de drogas e a prostituição, precisam ser combatidos.

Descrição da Ação: Elaboração de Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a partir de parceria público-privada, a fim de instituir o Centro “*Football for Hope*”, num raio a 100 km de distância da sede da Copa de 2014, Natal. O programa deverá atender a crianças e jovens em situação de risco, oportunizando atividades educativas, esportivas, culturais e também profissionalizantes, a fim de prepará-las para a vida independente em sociedade.

Produtos e Resultados: Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Centro “*Football for Hope*”; Melhoria da qualidade de vida para a população atendida.

6.1.4. Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

ESTRATÉGIA 01. Incremento e recuperação da infraestrutura básica e específica do turismo para o Polo Costa das Dunas, como forma de contribuir para maior qualidade do produto turístico e a qualidade de vida das comunidades locais.

Ação 01. Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte de Natal (Jenipabú e Touros).

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos básico e executivo e estudos de impacto econômico, ambiental e social para acesso da BR-101 a Jenipabú (7 km) e BR-101 a Touros (4 km), bem como obras d'arte necessárias à implantação dos acessos.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo e estudo de impactos econômico, social e ambiental.

Ação 02. Implantar a readequação e restauração do acesso BR-101 – Jenipabú.

Objetivo: Melhorar o acesso que vai da BR-101 à Jenipabú.

Justificativa: O acesso é precário, dificultando a circulação de transportes turísticos e carros de passeio.

Descrição da Ação: Execução das obras conforme definido nos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Acesso implantado; Maior facilidade para locomoção de turistas.

Ação 03. Implantar readequação e restauração do acesso BR-101 – Touros.

Objetivo: Melhorar o acesso que vai da BR-101 a Touros.

Justificativa: O acesso é precário, dificultando a circulação de carros de passeio.

Descrição da Ação: Execução das obras conforme definido nos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Acesso implantado; Maior facilidade para locomoção de turistas.

Ação 04. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei. Os projetos devem propor soluções para facilitar o acesso entre a Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova.

Descrição da ação: Elaboração de projetos básico e executivo de acessibilidade, sinalização viária, dimensionamento de estacionamentos, além de estudos de viabilidade econômica.

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 05. Implantar projeto de interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz.

Objetivo: Facilitar o acesso à praia da Redinha Nova.

Justificativa: A praia de Redinha Nova é uma das mais freqüentadas no município de Extremoz. A existência de melhor acesso a ela, pela ligação entre a Av. Conselheiro Tristão e esta praia facilitaria o fluxo de pessoas, visitantes ou moradores da região.

Descrição da ação: Execução das obras conforme especificado nos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Acesso entre a Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova facilitado; Maior fluxo de moradores e turistas.

Ação 06. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco - Jenipabú.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de projeto básico e executivo, além de estudos de impacto ambiental, social e econômico, bem como obras d'arte necessárias para acesso no trecho Moema Tinoco - Jenipabú (8,5 km).

Produtos e Resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 07. Implantar readequação da estrada de Jenipabú, no trecho que vai da Av. Moema Tinoco - Jenipabú.

Objetivo: Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável entre Natal e Jenipabú.

Justificativa: A inexistência de áreas adequadas de estacionamento faz com que os veículos fiquem dispostos ao longo da via, dificultando o acesso à praia.

Descrição da ação: Execução das obras conforme especificado nos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Acesso que liga Natal a Jenipabú melhorado; Aumento do fluxo de turistas entre Natal e Extremoz.

Ação 08. Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi.

Objetivo: Analisar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de execução de obra de alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi.

Justificativa: O adensamento populacional no entorno do Cajueiro de Pirangi assim como a sobreposição do uso turístico da área tem trazido transtornos de acessibilidade à região sul do Polo Costa das Dunas, durante todo o ano. Faz-se necessário estudar alternativas viáveis e sua viabilidade econômica, social e ambiental para ampliar essa acessibilidade na região do Cajueiro de Pirangi, um dos principais atrativos da área turística sul.

Descrição da ação: Realização de estudos técnicos de engenharia, viabilidade econômica e ambiental para alternativas de alteração do traçado e melhoria no fluxo da RN 063. Os projetos de acessibilidade deverão ter o conceito de caminhos turísticos.

Produtos e Resultados: Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da área visada para alteração do traçado da via.

Ação 09. Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101-Sagi.

Objetivo: Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável.

Justificativa: Inexistência de rodovia adequada que possa reduzir o tempo de viagem e atrair o turista para percorrer o litoral sul.

Descrição da ação: Implantação do acesso até a praia de Sagi, respeitando os ditames do projeto executivo.

Produtos e Resultados: Acesso à praia de Sagi implantado; Maior facilidade e comodidade para a circulação dos turistas até Sagi.

Ação 10. Implantar acesso no trecho no entroncamento RN 313/Alcaçuz /entroncamento Vicinal Nísia Floresta.

Objetivo: Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável, favorecendo a visitação a atrativos turísticos.

Justificativa: Inexistência de rodovia adequada para acesso às lagoas próximas ao litoral sul do Polo Costa das Dunas.

Descrição da ação: Implantação do acesso (7,5 km), respeitando as especificações do projeto executivo.

Produtos e Resultados: Acesso implantado; Maior facilidade e comodidade para o deslocamento de turistas no município.

Ação 11. Implantar acesso no trecho do entroncamento BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/entroncamento RN 063 (Pirangi).

Objetivo: Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável.

Justificativa: Reduzir o percurso e alternativa de desvio de tráfego, principalmente em período de alta estação quando os transtornos se agravam.

Descrição da ação: Implantação do acesso (16 km), respeitando as especificações do projeto executivo.

Produtos e Resultados: Acesso entre Nísia Floresta e Pirangi implantado; Maior facilidade e comodidade para o deslocamento de turistas no município.

Ação 12. Implantar acesso no trecho do entroncamento RN 063/Lagoa de Arituba.

Objetivo: Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável.

Justificativa: Inexistência de acesso adequada para a lagoa que é intensamente utilizada para o turismo.

Descrição da ação: Implantação do acesso (2 km), respeitando as especificações do projeto executivo.

Produtos e Resultados: Acesso implantado; Maior facilidade e comodidade para o deslocamento de turistas no município.

Ação 13. Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Deverá ser elaborado projeto de recuperação que contemple todas as soluções necessárias a promover o retorno do ecossistema do rio Maceió a uma forma de utilização sustentável. O objetivo é favorecer balneabilidade do rio, conforme critérios da Resolução CONAMA nº. 274/2000. O projeto finalizado deve ser disponibilizado para a sociedade (via internet) e encaminhado para licenciamento ambiental no órgão competente.

Produtos e resultados: Projeto básico e executivo para recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros.

Ação 14. Implantar recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió, em Touros.

Objetivo: Implantar as soluções técnicas de saneamento necessárias à recuperação do ecossistema para promover o desenvolvimento do recurso turístico com qualidade ambiental.

Justificativa: O Rio Maceió encontra-se poluído e desfavorável à prática de atividades turísticas, além do aspecto degradado na paisagem do território de Touros em sua área litorânea.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços de acordo com as especificações dos projetos básico e executivo.

Produtos e resultados: Recuperação ambiental, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió; Melhoria da qualidade de vida da população.

Ação 15. Implantar sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle, no município de Natal.

Objetivo: Implantar o sistema de esgotamento sanitário no bairro de San Valle, em Natal, visando à melhoria da qualidade ambiental local.

Justificativa: Reduzir a contaminação de um dos mais importantes aquíferos da cidade, de modo a preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população moradora e dos visitantes do município.

Descrição da ação: Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, com base nas especificações técnicas do projeto executivo. Serão implantadas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

Produtos e Resultados: Sistema de esgotamento sanitário; Melhoria da qualidade ambiental das áreas afetadas; Melhoria do índice ISA.

Ação 16. Elaborar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água de São Miguel do Gostoso.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração de projetos técnicos de sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Previamente, deve ser elaborado na mesma licitação o Plano Municipal de Saneamento, instrumento norteador das ações posteriores.

Produtos e Resultados: Plano Municipal de Saneamento de São Miguel do Gostoso; Projetos executivos de sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário.

Ação 17. Implantar sistema de esgotamento sanitário e melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água de São Miguel do Gostoso.

Objetivo: Melhorar a qualidade ambiental do município de São Miguel do Gostoso.

Justificativa: O município é um dos destinos emergentes no turismo do Polo. A falta de um sistema adequado para abastecimento de água e esgotamento sanitário pode comprometer a qualidade ambiental do destino, bem como a qualidade do produto turístico.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços de acordo com as especificações técnicas dos Projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Melhoria da qualidade ambiental; Melhoria no abastecimento de água; Melhoria do índice ISA.

Ação 18. Elaborar Plano Aeroviário Estadual.

Objetivo: Elaborar documento que auxilie no processo de seleção dos aeródromos de interesse que estarão aptos a receber recursos financeiros de programas federais de investimento e, definir as diretrizes de desenvolvimento para os aeroportos selecionados, em curto, médio e longo prazo, bem como quantificar os custos relativos das obras e serviços necessários ao desenvolvimento dos aeroportos.

Justificativa: Inexistência do Plano Aeroviário no Rio Grande do Norte e necessidade de ampliação e readequação infraestruturais dos aeroportos e pistas de pouso do Estado.

Descrição da ação: Elaboração do Plano Aeroviário Estadual, em conformidade com as especificações da ANAC.

Produtos e resultados: Plano Aeroviário Estadual.

Ação 19. Elaborar projeto básico e projeto executivo de helipontos no Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da ação: Elaboração e execução de projetos de helipontos em Natal, Tibau do Sul e Galinhos. O Plano Aeroviário Estadual deve indicar a viabilidade e a necessidade de implantação dos helipontos do ponto de vista econômico e turístico.

Produtos e resultados: Projeto básico; Projeto executivo.

Ação 20. Implantar helipontos no Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Dotar o Polo Costa das Dunas de pontos para receber helicópteros comerciais.

Justificativa: A existência desse tipo de equipamento no Polo pode aumentar a circulação de turistas de maior poder aquisitivo.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços seguindo as orientações dos projetos básico e executivo.

Produtos e resultados: Helipontos instalados; Maior comodidade para o deslocamento de helicópteros no Polo Costa das Dunas.

Ação 21. Elaborar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de

projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de Plano contendo iniciativas que confirmem mais segurança aos turistas em suas viagens rodoviárias. Deverá ser elaborado um diagnóstico prévio da situação atual das principais rodovias e estradas de uso turístico e, em seguida, formular propostas de atuação.

Produtos e Resultados: Plano de Segurança para estradas de maior fluxo turístico.

Ação 22. Implantar iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico.

Objetivo: Criar mecanismos para aumentar a segurança dos turistas em suas viagens rodoviárias.

Justificativa: Para qualquer destino turístico, a segurança é fator determinante, visto que ambientais hostis acabam por afastar a presença de turistas.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços seguindo as orientações dos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Plano de Segurança para estradas de maior fluxo turístico; Maior segurança nas estradas de maior fluxo turístico.

Ação 23. Elaborar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e da Delegacia do Turista, na Via Costeira, em Natal.

Objetivo: Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.

Justificativa: A Lei nº. 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.

Descrição da Ação: Elaboração de projetos e estudos de impacto ambiental, social e econômico, para a instalação da Companhia de Polícia de apoio ao Turismo e da Delegacia do Turista, em Natal, na Via Costeira.

Produtos e Resultados: Projetos técnicos para criação da Companhia de Turismo instalada e atuante, em Natal.

Ação 24. Implantar Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e Delegacia do Turista, em Natal.

Objetivo: Dotar a cidade de Natal de Companhia de Polícia de apoio ao Turismo e da Delegacia do Turista para combate à violência no turismo.

Justificativa: A segurança é um dos problemas que mais preocupam gestores e também turistas. A realização dessa ação é reivindicação do Conselho Regional de Turismo do Polo, bem como resultado das análises sobre segurança contidas no Diagnóstico Estratégico do PDITS.

Descrição da ação: Execução das obras e serviços seguindo as orientações dos projetos básico e executivo.

Produtos e Resultados: Companhia de Turismo instalada e atuante, em Natal; Aumento da segurança para o turista; Instalação da Delegacia do Turista na Via Costeira.

6.1.5. Componente Gestão Ambiental

ESTRATÉGIA 01. Melhoria da qualidade ambiental do Polo Costa das Dunas visando à preservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais para a atividade turística.

Ação 01. Elaborar estudos para identificação das áreas de risco críticas de erosão costeira do Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Apontar soluções técnicas e de planejamento para as áreas onde ocorre o processo de erosão costeira para evitar a degradação da paisagem.

Justificativa: Alguns estudos apontam elevação do nível do mar e quebra da dinâmica sedimentar que afetam as áreas costeiras. Por ser o litoral um recurso afetado por processos naturais e antrópicos, e alvo da atividade turística, resultando diversas vezes em impactos negativos, deve haver o planejamento, ações de conservação e adequação principalmente nas áreas ocupadas, as quais oferecem o suporte de serviço e infraestrutura para o turismo, que podem ser comprometidos pela erosão costeira.

Descrição da Ação: Para realização do estudo há necessidade de elaboração de zoneamento ambiental que identifique as unidades geomorfológicas delimitadoras da linha de costa, onde as legislações ambientais e patrimoniais incidam. Com o cadastro de informações e análise técnica das formas e dos processos existentes no ambiente costeiro a nível local, há possibilidade de se propor soluções para contenção dos impactos negativos. Entre as parcerias que podem se formar destacam-se: a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), IDEMA, Governo do Estado e Prefeituras municipais. O estudo deve ser disponibilizado para a sociedade, pela internet e enviado para licenciamento ambiental no órgão competente para implantação das soluções de intervenção.

Produtos e Resultados: Mapas temáticos em escala adequada; Análise técnica do processo de erosão costeira e identificação das áreas afetadas; Proposição de soluções técnicas e de planejamento para contenção do processo erosivo. Como resultado será garantida a conservação das paisagens de excepcional beleza para o turismo, bem como serão evitados problemas de erosão futura nos projetos a serem implantados em áreas estratégicas, ao mesmo tempo em que serão indicadas soluções para os locais atualmente afetados.

Ação 02. Elaborar Plano de Proteção das Falésias nas áreas de risco do Polo Costa das Dunas.

Objetivo: Elaborar um plano que possa garantir a preservação ambiental e cênico-paisagística.

Justificativa: As falésias são paredões naturais comuns no litoral do Polo e constitui atrativo turístico potencial, além de estarem sob proteção da legislação brasileira. Importante ainda observar que algumas falésias encontram-se atualmente sob efeito da erosão costeira, podendo ser projetado o recuo das mesmas em direção a retroterra.

Descrição da ação: Elaboração de estudo contendo as características físicas das falésias, situação atual de conservação, estabilidade, possibilidade de criação de unidades de conservação e identificação de ecossistemas associados. O estudo deverá apontar soluções para aumentar a eficácia de proteção das Falésias e áreas próximas das suas bordas (com cercas e sinalização, respeitando os limites impostos por legislação), ao mesmo tempo em que permita o acesso a propriedades privadas, a visitação e instalação de pontos de apoio ao turismo, tais como mirantes e tirolesas. O estudo deve responder as solicitações de Termo de Referência a ser emitido por órgão competente.

Produtos e Resultados: Plano de proteção das falésias.

Ação 03. Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.

Objetivo: Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica, como forma de mitigar os impactos socioambientais do PDITS.

Justificativa: A Avaliação Ambiental Estratégica é um dos produtos do PDITS, que faz uma avaliação geral de todas as ações propostas pelo Plano, propondo, em alguns casos, ações e recomendações para mitigar impactos que tais investimentos acarretem no meio ambiente e nas comunidades receptoras.

Descrição da ação: Implantação de recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.

Produtos e Resultados: Mitigação de potenciais impactos negativos de ações advindas do PDITS.

6.2. Dimensionamento dos Investimentos

Para determinação dos custos referentes a cada ação foram utilizadas várias fontes de dados comparativas, a depender da natureza da intervenção, isto é, custos de implantação de redes, projetos, recuperação de patrimônio histórico etc. Esses custos foram estimados a partir de projetos similares, já licitados, realizados pelo governo do estado do RN, ou por comparação com financiamentos disponíveis pelo Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Prefeituras Municipais. Ressalte-se que no nível de detalhamento atual – geral – as estimativas não se apresentam detalhadas, fato este previsto na fase de priorização.

As ações estão divididas por componente e por município, ou quando se tratar de uma ação geral, a mesma atinge o Polo inteiro, com estimativa de custo em real e em dólar, estando este último valor na cotação de R\$ 1,77 = US\$ 1,00. **O valor global do Plano de Ação do Costa das Dunas é de R\$ 95.985.643,50 (US\$ 54.229.177,12), sendo que o valor referente às ações elegíveis no âmbito do PRODETUR NACIONAL é de R\$ 91.355.643,50 (US\$ 51.613.357,91).**

6.2.1. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa das Dunas: Ações Gerais

A tabela abaixo apresenta a visão geral do conjunto de atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável, independentemente da fonte de financiamento a ser mobilizada e das entidades por eles responsáveis.

TABELA 41. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz	Natal e Extremoz,	296.971,20	167.780,34
Implantar a requalificação urbanística e paisagística das orlas da Redinha, Redinha Nova e Santa Rita	Natal e Extremoz,	1.600.000,00	903.954,80
Implantar requalificação urbanística e paisagística nos trechos das orlas de Ceará-Mirim (Muriu I) e Extremoz (Pitangui)	Ceará-Mirim e Extremoz	1.200.000,00	677.966,10
Implantar a requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas das praias de Tibau do Sul e Pipa	Tibau do Sul	1.000.000,00	564.971,75
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de passarela na praia de Pipa	Tibau do Sul	150.000,00	84.745,76
Implantar passarela na praia da Pipa	Tibau do Sul	800.000,00	451.977,40
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Extremoz	296.971,20	167.780,34
Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Extremoz	1.600.000,00	903.954,80
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Tibau do Sul	296.971,20	167.780,34
Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Tibau do Sul	1.800.000,00	1.016.949,15
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	313.699,20	177.231,19
Implantar estruturação do receptivo no Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	1.500.000,00	847.457,63
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo	Arez	313.699,20	177.231,19
Implantar terminal turístico na Ilha do Flamengo	Arez	1.500.000,00	847.457,63
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	350.000,00	197.740,11
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajá).	Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	440.000,00	248.587,57
Implantar ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajá).	Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	3.450.000,00	1.949.152,54
Elaborar Guia para a Gestão Turística de Orlas	Municípios litorâneos	180.000,00	101.694,92
Elaborar Plano de ocupação Turística da Orla de Natal	Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador	Natal	6.200.000,00	3.502.824,86
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	Natal	2.228.000,00	1.258.757,06
Implantar projetos de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	Natal	4.000.000,00	2.259.887,01
Elaborar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	Natal	1.700.000,00	960.451,98

CONT. TABELA 41. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Implantar Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.	Natal	300.587,60	169.823,50
Reformar e ampliar Centro de Turismo de Natal.	Natal	2.200.000,00	1.242.937,85
Atualizar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas	Todos os municípios	150.000,00	84.745,76
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Todos os municípios	1.900.000,00	1.073.446,33
Implantar consultoria para apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	80.000,00	45.197,74
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	500.000,00	282.485,88
Implantar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	1.350.000,00	762.711,86
SUBTOTAL COMPONENTE 1		38.146.899,60	21.551.920,68
COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	1.070.000,00	604.519,77
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Todos os municípios	300.000,00	169.491,53
SUBTOTAL COMPONENTE 2		1.370.000,00	774.011,30
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR	Rio Grande do Norte	1.500.000,00	847.457,63
Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	Todos os municípios	175.000,00	98.870,06
Elaborar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Touros	250.000,00	141.242,94
Implantar Planos de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Nísia Floresta, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Touros, Tibau do Sul	1.200.000,00	677.966,10
Implantar Programa de Capacitação nas áreas ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais	Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Nísia Floresta, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Touros, Tibau do Sul	150.000,00	84.745,76
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente	Maxaranguape, Rio do Fogo, S. José de Mipibu, S. Miguel do Gostoso, Touros	296.000,00	167.231,64
Elaborar Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Todos os municípios	140.000,00	79.096,05

CONT. TABELA 41. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	200.000,00	112.994,35
Elaborar Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo	Todos os Polos	455.565,40	257.381,58
Elaborar Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Rio Grande do Norte	1.200.000,00	677.966,10
SUBTOTAL COMPONENTE 3		5.566.565,40	3.144.952,20
COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros)	Extremoz e Touros	450.000,00	254.237,29
Readequar e restaurar acesso BR-101 – Jenipabú	Extremoz	2.100.000,00	1.186.440,68
Readequar e restaurar acesso BR-101 – Touros	Touros	1.400.000,00	790.960,45
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova	Extremoz	150.000,00	84.745,76
Interligar a Av. Conselheiro Tristão à praia da Redinha Nova	Extremoz	950.000,00	536.723,16
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	Extremoz, Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	Extremoz, Natal	1.400.000,00	790.960,45
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	150.000,00	84.745,76
Implantar acesso entroncamento BR 101-Sagi.	Baía Formosa	6.700.000,00	3.785.310,73
Implantar acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta	Nísia Floresta	3.750.000,00	2.118.644,07
Implantar acesso Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi)	Nísia Floresta	8.000.000,00	4.519.774,01
Implantar acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba	Nísia Floresta	1.300.000,00	734.463,28
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió	Touros	250.000,00	141.242,94
Implantar recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió	Touros	2.800.000,00	1.581.920,90
Implantar sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle	Natal	12.600.000,00	7.118.644,07
Elaborar projetos técnicos de sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água	São Miguel do Gostoso	500.000,00	282.485,88
Implantar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário e de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água	São Miguel do Gostoso	1.200.000,00	677.966,10

CONT. TABELA 41. Dimensionamento dos Investimentos: Ações Gerais

COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano Aeroviário Estadual	Rio Grande do Norte	230.000,00	129.943,50
Elaborar projeto básico e projeto executivo de helipontos	A ser definida	150.000,00	84.745,76
Implantar helipontos	A ser definida	500.000,00	282.485,88
Elaborar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Rio Grande do Norte	100.000,00	56.497,18
Implantar Iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Rio Grande do Norte	100.000,00	56.497,18
Elaborar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Apoio ao Turismo e Delegacia do Turista, na Via Costeira, e postos policiais no litoral	Natal, São Miguel do Gostoso, Maxaranguape	220.000,00	124.293,79
Implantar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Apoio ao Turismo e Delegacia do Turista, na Via Costeira, e postos policiais no litoral	Natal, São Miguel do Gostoso, Maxaranguape	1.600.000,00	903.954,80
SUBTOTAL COMPONENTE 4		46.750.000,00	26.412.429,38
COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	250.000,00	141.242,94
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Implantar recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Municípios litorâneos	1.000.000,00	564.971,75
SUBTOTAL COMPONENTE 5		1.450.000,00	819.209,04
GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Gerenciamento, Supervisão e Monitoramento do Programa	-	1.500.000,00	847.457,63
Supervisão de Obras do Programa	-	800.000,00	451.977,40
Avaliação de Impacto do Programa	-	202.178,50	114.225,14
Auditoria Externa	-	200.000,00	112.994,35
SUBTOTAL GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO		2.702.178,50	1.526.654,52
TOTAL		95.985.643,50	54.229.177,12

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77.

6.2.2. Dimensionamento do Plano de Ação do Polo Costa das Dunas: Ações a serem financiadas pelo PRODETUR NACIONAL

A tabela abaixo apresenta somente as ações e projetos cujo financiamento advirá do PRODETUR NACIONAL.

TABELA 42. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz	Natal e Extremoz,	296.971,20	167.780,34
Implantar a requalificação urbanística e paisagística das orlas da Redinha, Redinha Nova e Santa Rita	Natal e Extremoz,	1.600.000,00	903.954,80
Implantar requalificação urbanística e paisagística nos trechos das orlas de Ceará-Mirim (Muriú I) e Extremoz (Pitangui)	Ceará-Mirim e Extremoz	1.200.000,00	677.966,10
Implantar a requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas das praias de Tibau do Sul e Pipa	Tibau do Sul	1.000.000,00	564.971,75
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de passarela na praia de Pipa	Tibau do Sul	150.000,00	84.745,76
Implantar passarela na praia da Pipa	Tibau do Sul	800.000,00	451.977,40
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Extremoz	296.971,20	167.780,34
Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Extremoz	1.600.000,00	903.954,80
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Tibau do Sul	296.971,20	167.780,34
Implantar a readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Tibau do Sul	1.800.000,00	1.016.949,15
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	313.699,20	177.231,19
Implantar estruturação do receptivo no Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	1.500.000,00	847.457,63
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo	Arez	313.699,20	177.231,19
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	350.000,00	197.740,11
Elaborar projetos executivos de ancoradouros turísticos da Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajá).	Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	440.000,00	248.587,57
Implantar ancoradouros turísticos em Natal (Pedra do Rosário), Tibau do Sul (Lagoa de Guarairas) e Maxaranguape (praia de Maracajá).	Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	3.450.000,00	1.949.152,54
Elaborar Guia para a Gestão Turística de Orlas	Municípios litorâneos	180.000,00	101.694,92
Elaborar Plano de ocupação Turística da Orla de Natal	Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador	Natal	6.200.000,00	3.502.824,86
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	Natal	2.228.000,00	1.258.757,06

CONT. TABELA 42. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar projetos de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	Natal	4.000.000,00	2.259.887,01
Elaborar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	Natal	1.700.000,00	960.451,98
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Implantar Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal	Natal	100.000,00	56.497,18
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.	Natal	300.587,60	169.823,50
Reformar e ampliar o Centro de Turismo de Natal	Natal	2.200.000,00	1.242.937,85
Atualizar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas	Todos os municípios	150.000,00	84.745,76
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Todos os municípios	1.900.000,00	1.073.446,33
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	500.000,00	282.485,88
Implantar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	1.350.000,00	762.711,86
SUBTOTAL COMPONENTE 1		36.566.899,60	20.659.265,31
COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	1.070.000,00	604.519,77
Elaborar Plano Operativo Anual de Marketing	Todos os municípios	300.000,00	169.491,53
SUBTOTAL COMPONENTE 2		1.370.000,00	774.011,30
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR	Rio Grande do Norte	1.500.000,00	847.457,63
Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	Todos os municípios	175.000,00	98.870,06
Implantar Programa de Capacitação nas áreas ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos municipais	Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Nísia Floresta, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, Touros, Tibau do Sul	150.000,00	84.745,76
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente	Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, S. José de Mipibu, S. Miguel do Gostoso, Touros	296.000,00	167.231,64
Elaborar Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Todos os municípios	140.000,00	79.096,05
Implantar Sistema de Informações Turísticas	A ser definida	200.000,00	112.994,35
Elaborar Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo	Todos os Polos	455.565,40	257.381,58
Elaborar Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Rio Grande do Norte	1.200.000,00	677.966,10
SUBTOTAL COMPONENTE 3		4.116.565,40	2.325.743,76

CONT. TABELA 42. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros)	Extremoz e Touros	450.000,00	254.237,29
Readequar e restaurar acesso BR-101 – Jenipabú	Extremoz	2.100.000,00	1.186.440,68
Readequar e restaurar acesso BR-101 – Touros	Touros	1.400.000,00	790.960,45
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova	Extremoz	150.000,00	84.745,76
Interligar a Av. Conselheiro Tristão à praia da Redinha Nova	Extremoz	950.000,00	536.723,16
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	Extremoz, Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	Extremoz, Natal	1.400.000,00	790.960,45
Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	150.000,00	84.745,76
Implantar acesso Entroncamento BR 101-Sagi	Baía Formosa	6.700.000,00	3.785.310,73
Implantar acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta	Nísia Floresta	3.750.000,00	2.118.644,07
Implantar acesso Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi)	Nísia Floresta	8.000.000,00	4.519.774,01
Implantar acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba	Nísia Floresta	1.300.000,00	734.463,28
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió	Touros	250.000,00	141.242,94
Implantar recuperação, saneamento, drenagem e urbanização do Rio Maceió	Touros	2.800.000,00	1.581.920,90
Implantar sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle	Natal	12.600.000,00	7.118.644,07
Elaborar projetos técnicos de sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água	São Miguel do Gostoso	500.000,00	282.485,88
Implantar projetos técnicos do sistema de esgotamento sanitário e de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água	São Miguel do Gostoso	1.200.000,00	677.966,10
Elaborar Plano Aeroviário Estadual	Rio Grande do Norte	230.000,00	129.943,50
Elaborar projeto básico e projeto executivo de helipontos	A ser definida	150.000,00	84.745,76
Implantar helipontos	A ser definida	500.000,00	282.485,88
Elaborar projetos técnicos para iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Rio Grande do Norte	100.000,00	56.497,18
Implantar Iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico	Rio Grande do Norte	100.000,00	56.497,18
Elaborar projetos técnicos para estruturação da Companhia de Apoio ao Turismo e Delegacia do Turista, na Via Costeira, e postos policiais no litoral	Natal, São Miguel do Gostoso, Maxaranguape	220.000,00	124.293,79
SUBTOTAL COMPONENTE 4		45.150.000,00	25.508.474,58

CONT. TABELA 42. Dimensionamento dos Investimentos: Ações PRODETUR NACIONAL

COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	250.000,00	141.242,94
Elaborar Plano de proteção das falésias nas áreas de risco do Polo	Municípios litorâneos	200.000,00	112.994,35
Implantar recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Municípios litorâneos	1.000.000,00	564.971,75
SUBTOTAL COMPONENTE 5		1.450.000,00	819.209,04
GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Gerenciamento, Supervisão e Monitoramento do Programa	-	1.500.000,00	847.457,63
Supervisão de Obras do Programa	-	800.000,00	451.977,40
Avaliação de Impacto do Programa	-	202.178,50	114.225,14
Auditoria Externa	-	200.000,00	112.994,35
SUBTOTAL GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO		2.702.178,50	1.526.654,52
TOTAL		91.355.643,50	51.613.357,91

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77.

QUADRO 79. Resumo dos Investimentos do Polo Costa das Dunas

AÇÕES	POLO COSTA DAS DUNAS	
	R\$	US\$
Ações Gerais	95.985.643,50	54.229.177,12
Ações a Serem Financiadas Pelo PRODETUR	91.355.643,50	51.613.357,91

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

Cotação do Dólar: R\$ 1,77.

6.2.3. Destinos e Ações Específicas

A fim de tornar mais claro as ações e projetos destinados ao incremento dos 03 destinos turísticos prioritários no Polo Costa das Dunas, serão apresentadas as ações específicas a cada um deles:

QUADRO 80. Ações para o Destino Natal e produtos turísticos agregados

DESTINO NATAL	Compreende o Produto Natal, Produto Pirangi/Nísia Floresta e Produto Jenipabú, exercendo ainda forte influencia nos destinos São Miguel do Gostoso e Pipa.
Produto Natal	
Componente Estratégia de Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita); • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de ancoradouro turístico em Natal (Pedra do Rosário); • Plano de ocupação turística da orla marítima de Natal; • Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal; • Elaborar e implantar Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal; • Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural, no Centro de Turismo de Natal; • Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal;
Componente Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes • Elaborar Código de Obras de São José de Mipibu;
Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle, em Natal; • Elaborar e implantar projeto para estruturação da Companhia de Polícia de apoio ao turismo e da Delegacia do Turista, em Natal;
DESTINO NATAL	Compreende o Produto Natal, Produto Pirangi/Nísia Floresta e Produto Jenipabú, exercendo ainda forte influencia nos destinos São Miguel do Gostoso e Pipa.
Produto Jenipabú	
Componente Estratégia de Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística na orla de Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita). • Implantar projeto executivo para requalificação urbanística e paisagística em trecho da orla de Ceará-Mirim (Muriú I); • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú, em Extremoz; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de ancoradouro turístico em Maxaranguape (praia de Maracajaú).

CONT. QUADRO 80. Ações para o Destino Natal e produtos turísticos agregados

DESTINO NATAL	Compreende o Produto Natal, Produto Pirangi/Nísia Floresta e Produto Jenipabú, exercendo ainda forte influencia nos destinos São Miguel do Gostoso e Pipa.
Produto Jenipabú	
Componente Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Maxaranguape e Rio do Fogo; • Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Ceará-Mirim e Extremoz; • Elaborar Plano Diretor de Rio do Fogo; • Elaborar Código de Obras de Maxaranguape e Rio do Fogo; • Elaborar Código de Meio Ambiente de Maxaranguape e Rio do Fogo.
Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros). • Implantar readequação e restauração do acesso BR-101 – Jenipabú. • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú; • Elaborar e implantar projetos técnicos para estruturação de postos policiais na praia de Maracajaú, em Maxaranguape;
Produto Pirangi/Nísia Floresta	
Componente Estratégia de Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Parnamirim;
Componente Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Nísia Floresta;
Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi; • Implantar acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta; • Implantar acesso entroncamento BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entroncamento RN 063 (Pirangi); • Implantar acesso do entroncamento RN 063/Lagoa de Arituba.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 81. Ações para o Destino Pipa

DESTINO PIPA	Compreende os Municípios de Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Senador Georgino Avelino e Arez.
Componente Estratégia de Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas de Tibau do Sul (Pipa e Tibau do Sul); • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de passarela na praia de Pipa, em Tibau do Sul; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez. • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de ancoradouro turístico em Tibau do Sul (Lagoa de Guaraíras).
Componente Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Arez, Baía Formosa, Canguaretama e Senador Georgino Avelino; • Implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Tibau do Sul.
Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar acesso entroncamento BR 101-Sagi.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 82. Ações para o Destino São Miguel do Gostoso

DESTINO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	Composto pelos Municípios de São Miguel do Gostoso, Touros e Pedra Grande.
Componente Fortalecimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros; • Elaborar Código de Obras de São Miguel do Gostoso; • Elaborar Código de Meio Ambiente de São Miguel do Gostoso e Touros.
Componente Infraestrutura e Serviços Básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros); • Implantar readequação e restauração do acesso BR 101 à Touros; • Elaborar e implantar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para recuperação, saneamento, drenagem e urbanização, em Touros; • Elaborar e implantar projetos técnicos de sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água de São Miguel do Gostoso; • Elaborar e implantar projetos técnicos para estruturação de postos policiais na praia de São Miguel do Gostoso, em São Miguel do Gostoso.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

6.3. Seleção e Priorização das Ações

No capítulo referente às Estratégias e Ações, foram identificadas por meio de oficinas participativas e reuniões técnicas uma grande quantidade de projetos diferentes, divididos nos cinco componentes, com o objetivo de incrementar o turismo no Polo Costa das Dunas.

Entretanto, assim como bem orienta o Regulamento Operacional do Programa, faz-se necessário um ajuste mais refinado, mais específico ao PDITS, no sentido de otimizar os recursos de financiamento existentes e, assim, chegar-se a um plano operativo para os primeiros 18 meses de execução.

As ações priorizadas para esses 18 primeiros meses no Polo Costa das Dunas fazem parte de um contexto de fortalecimento dos produtos já existentes e também do incentivo a novos segmentos e destinos turísticos, tendo como base o turismo de sol e mar, o turismo cultural e também o turismo náutico.

Um primeiro desafio enfrentado nas reuniões técnicas e nos eventos participativos do Polo Costa das Dunas foi definir, a partir das estratégias anteriormente escolhidas, quais as linhas de criterização que levariam à definição de um conjunto bem menor de projetos para o prazo estipulado.

Para o Polo Costa das Dunas o critério de seleção das ações se deu em decorrência da necessidade de fortalecimento dos destinos – Natal, São Miguel do Gostoso e Pipa, que, como detalhados no capítulo – Plano de Ação, serão os destinos âncoras para os investimentos do PRODETUR no Polo Costa das Dunas, partindo-se da premissa estratégica de necessidade de concentrar recursos e esforços para um melhor retorno em médio e longo prazos, considerando-se:

QUADRO 83. Destinos e Produtos Prioritários Polo Costa das Dunas

Destino	Produtos	Municípios	Objetivo Estratégico
Destino Natal	Natal	Natal	Diversificar a oferta de sol e praia a partir da incorporação de outros espaços naturais e da estruturação e utilização do patrimônio histórico-cultural para fins turísticos, como forma de aumentar o gasto turístico na localidade.
	Pirangi/Nísia Floresta	Parnamirim, Nísia Floresta	Fortalecer o turismo de sol e praia, a partir da requalificação urbanística e paisagística das áreas litorâneas, melhoria dos acessos às praias e lagoas e fortalecimento da gestão municipal.
	Jenipabú	Extremoz, Maxaranguape, Ceará-Mirim, Rio do Fogo	Fortalecer o turismo de sol e praia, a partir da requalificação urbanística e paisagística das áreas litorâneas, melhoria dos acessos às praias e fortalecimento da gestão municipal.
Destino Pipa	Pipa	Tibau do Sul, Baía Formosa, Canguaretama, Sen. Georgino Avelino e Arez	Posicionar o destino como reduto ecológico, Fortalecer o turismo de sol e praia já presente, requalificando a infraestrutura urbana e ocupação de orlas a fim de melhorar a imagem do destino, numa perspectiva de destino ecológico, e aumentar o gasto turístico.
Destino São Miguel do Gostoso	São Miguel do Gostoso	São Miguel do Gostoso, Touros e Pedra Grande	Fortalecer o desenvolvimento de novos destinos no Polo Costa das Dunas de caráter mais natural e ecológico, a partir do planejamento do uso do solo e aproveitamento racional dos recursos naturais.

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

A priorização das ações também considerou o nível de avanço do projeto, dando-se maior atenção àqueles que já dispunham de termo de referência.

A relação das ações a serem executadas nos primeiros 18 meses do PRODETUR NACIONAL no Polo Costa das Dunas segue especificada abaixo, por componente de planejamento.

TABELA 43. Ações Priorizadas para os primeiros 18 meses – Polo Costa das Dunas.

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE PRODUTO TURÍSTICO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz	Extremoz, Natal	296.971,20	167.780,34
Implantar requalificação urbanística e paisagística nos trechos das orlas de Ceará-Mirim (Muriú I) e Extremoz (Pitangui)	Ceará-Mirim, Extremoz	1.200.000,00	677.966,10
Implantar requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas das praias de Tibau do Sul e Pipa	Tibau do Sul	1.000.000,00	564.971,75
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Extremoz	296.971,20	167.780,34
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Tibau do Sul	296.971,20	167.780,34
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi	Parnamirim	313.699,20	177.231,19
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo	Arez	313.699,20	177.231,19
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico	Municípios litorâneos	350.000,00	197.740,11
Elaborar Guia para a Gestão Turística de Orlas	Municípios litorâneos	180.000,00	101.694,92
Plano de ocupação turística da orla marítima de Natal	Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar Museu da Rampa e Memorial do Aviador	Natal	6.200.000,00	3.502.824,86
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	Natal	2.228.000,00	1.258.757,06
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.	Natal	300.587,60	169.823,50
Atualizar Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo Costa das Dunas	Todos os municípios	150.000,00	84.745,76
Implantar Programa de Capacitação Profissional	Todos os municípios	1.900.000,00	1.073.446,33
Elaborar Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	500.000,00	282.485,88
SUBTOTAL COMPONENTE 1		15.676.899,60	8.857.005,42

CONT. TABELA 43. Ações Priorizadas para os primeiros 18 meses – Polo Costa das Dunas.

COMPONENTE ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar Plano de Marketing	Todos os municípios	1.070.000,00	604.519,77
SUBTOTAL COMPONENTE 2		1.070.000,00	604.519,77
COMPONENTE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Implantar Plano de Fortalecimento da SETUR	Rio Grande do Norte	1.500.000,00	847.457,63
Implantar Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	Todos os municípios	175.000,00	98.870,06
Elaborar/revisar Planos Diretores, Códigos de Obra e Códigos de Meio Ambiente	Maxaranguape, Pedra Grande, Rio do Fogo, S. José de Mipibu, S. Miguel do Gostoso, Touros	296.000,00	167.231,64
Elaborar Projeto do Sistema de Informações Turísticas	Municípios litorâneos	140.000,00	79.096,05
SUBTOTAL COMPONENTE 3		2.111.000,00	1.192.655,37
COMPONENTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros)	Extremoz, Touros	450.000,00	254.237,29
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova	Extremoz	150.000,00	84.745,76
Elaborar estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	Extremoz, Natal	150.000,00	84.745,76
Implantar acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta	Nísia Floresta	3.750.000,00	2.118.644,07
Implantar acesso Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi)	Nísia Floresta	8.000.000,00	4.519.774,01
Implantar acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba	Nísia Floresta	1.300.000,00	734.463,28
Implantar sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle	Natal	12.600.000,00	7.118.644,07
Elaborar projetos técnicos de sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água	São Miguel do Gostoso	500.000,00	282.485,88
SUBTOTAL COMPONENTE 4		26.900.000,00	15.197.740,11
COMPONENTE GESTÃO AMBIENTAL			
Ação/Projeto	Abrangência	Valor R\$	Valor U\$
Elaborar estudos para identificação das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Municípios litorâneos	250.000,00	141.242,94
Implantar recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Municípios litorâneos	1.000.000,00	564.971,75
SUBTOTAL COMPONENTE 5		1.250.000,00	706.214,69
TOTAL		47.007.899,60	26.558.135,37

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.
Cotação do Dólar: R\$ 1,77

Cada um dos projetos priorizados para os 18 primeiros meses de atuação do PRODETUR NACIONAL no Polo Costa das Dunas foi detalhado de modo a compor uma “Ficha” com as seguintes especificações:

- a) Objetivo;
- b) Justificativa;
- c) Descrição da ação;
- d) Responsáveis pela execução;
- e) Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço (se procede) e custo estimado;
- f) Custo estimado e fonte de financiamento;
- g) Gastos estimados de operação;
- h) Mecanismos previstos de recuperação de custos;
- i) Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei;
- j) Relação com outras ações quanto ao cronograma;
- k) Nível de avanço: indicar se existe projetos básicos ou executivos ou termos de referência ou indicar se solicita reconhecimento retroativo;
- l) Benefícios e beneficiários;
- m) Indicadores de seguimento e fonte de verificação.

6.3.1. Descrição das Ações a Serem Realizadas Durante os Dezoito Primeiros Meses de Financiamento do PRODETUR Nacional

As ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses de financiamento pelo PRODETUR NACIONAL estão, abaixo, descritas e caracterizadas:

FICHADE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Extremoz, Natal
Nome do Projeto:	
Projetos executivos de requalificação urbanística e paisagística das orlas de Redinha, Redinha Nova e Santa Rita	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla. Delimitar as especificações técnicas e de execução dos projetos de requalificação urbanísticas. Um dos produtos desse projeto deverá ser um Plano de Praias , que irá definir a capacidade de carga e os tipos de serviços (banheiros, estacionamento, postos salva-vidas etc.) que precisam.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
296.971,20	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Observar informações do Projeto Orla, se já houver sido implantado; Plano Diretor Municipal e leis complementares; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; CONAMA nº 369/2006 – Casos excepcionais de ocupação em áreas de preservação permanente; Resolução CONAMA nº 341/2003 – Empreendimentos turísticos e ocupação de dunas móveis.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos executivos elaborados/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Ceará-Mirim, Extremoz
Nome do Projeto:	
Requalificação urbanística e paisagística nos trechos das orlas de Pitangui, Muriú I	
Objetivo do Projeto:	
Dotar as orlas elencadas de melhores condições ambientais, infraestruturais e cênicas para receber o turista.	
Justificativa:	
Ocupações desordenadas têm levado à descaracterização cênica dos trechos de praias mais visitados, causando perda de competitividade com outras praias e desconforto para os visitantes, além de contribuir para a baixa salubridade nas áreas mais urbanizadas da orla.	
Descrição do projeto:	
Elaboração e execução de projetos para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.200.000,00	640.687,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU, ITR
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Observar informações do Projeto Orla, se já houver sido implantado; Plano Diretor Municipal e leis complementares; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; CONAMA nº 369/2006 – Casos excepcionais de ocupação em áreas de preservação permanente; Resolução CONAMA nº 341/2003 – Empreendimentos turísticos e ocupação de dunas móveis.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Utilização racional dos recursos naturais; Fortalecimento do turismo de sol e praia; Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais; Aumento da satisfação do turista.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos executivos elaborados/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Tibau do Sul
Nome do Projeto:	
Requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas das praias de Tibau do Sul e Pipa	
Objetivo do Projeto:	
Dotar as orlas elencadas de melhores condições ambientais, infraestruturais e cênicas para receber o turista.	
Justificativa:	
Ocupações desordenadas têm levado à descaracterização cênica dos trechos de praias mais visitados, causando perda de competitividade com outras praias e desconforto para os visitantes, além de contribuir para a baixa salubridade nas áreas mais urbanizadas da orla.	
Descrição do projeto:	
Execução dos projetos básico e executivo para requalificação urbanística e paisagística dos trechos das praias elencadas, incluindo a drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação das vias adjacentes à orla.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado /Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.000.000,00	854.250,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU, ITR
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Projeto Orla (se existente); Plano Diretor Municipal e leis complementares; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; CONAMA nº 369/2006 – Casos excepcionais de ocupação em áreas de preservação permanente; Resolução CONAMA nº 341/2003 – Empreendimentos turísticos e ocupação de dunas móveis	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Projeto executivo contratado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Utilização racional dos recursos naturais; Fortalecimento do turismo de sol e praia; Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais; Aumento da satisfação do turista.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Obra implantada/Visita in loco	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Extremoz
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A via apresenta grande fluxo de pessoas e automóveis, necessitando, pois, de uma readequação para comportar tais fluxos com maior comodidade e segurança, além de ser ação importante para a requalificação turística do Produto Jenipabú.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos de acessibilidade, sinalização viária, dimensionamento de estacionamentos, além de estudos de viabilidade econômica e ambiental.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
296.971,20	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Tibau do Sul
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de readequação e melhoria da acessibilidade da Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, urbanismo e paisagismo, além de estudos de viabilidade econômica e ambiental. Execução das obras seguindo os estudos e recomendações técnicas. Por ser a rua de maior importância em Pipa, é fundamental que, além de se pensar na acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, se cuide dos aspectos paisagísticos e cênicos como arborização, posteação sem fio etc, de modo a tornar a rua, em si, um atrativo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
296.071,20	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe relação com outra ação	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência Elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Parnamirim
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, em Parnamirim.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de estruturação do receptivo do Cajueiro de Pirangi, propondo alternativas para qualificar e potencializar a experiência dos turistas na sua visita ao atrativo, devendo contemplar ainda Programa de Manejo para o Cajueiro.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
313.699,20	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia; Preservação dos recursos naturais	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto executivo elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Arez
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para terminal turístico na Ilha do Flamengo, em conformidade com a legislação ambiental e o Plano Diretor Municipal. O projeto deverá contar também com projeto de interpretação turística do lugar, utilizando-se diversas técnicas de interpretação, a fim de proporcionar ao visitante uma experiência mais enriquecedora com o patrimônio histórico e cultural da região.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
313.699,20	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Leis municipais - Plano Diretor	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo sol e praia; Fortalecimento do turismo cultural	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos executivos elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Plano Diretor de Turismo Náutico	
Objetivo do Projeto:	
Elaborar Plano Diretor de Turismo Náutico para o Polo Costa das Dunas, em parceria com o Polo Costa Branca, com o objetivo de instituir as bases legais para a exploração do turismo náutico e a gestão de ancoradouros turísticos.	
Justificativa:	
O turismo náutico é um dos segmentos de turismo em ascensão no Brasil, com perfil de usuários de alto poder aquisitivo. Apesar do seu vasto litoral, o Rio Grande do Norte ainda não deu não avançou exploração do seu litoral para o Turismo Náutico. Por isso, faz-se necessário a elaboração de um Plano Diretor de Turismo Náutico para disciplinar e organizar esse segmento.	
Descrição do projeto:	
Esse instrumento tem por objetivo estruturar e ordenar o segmento de turismo náutico no Polo, a partir de um plano que normatize a atividade. Deverá estabelecer as macroestratégias e os eixos estratégicos de desenvolvimento do setor com recomendações de ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos. Abordará também as necessidades de investimentos privados e a articulação entre órgãos governamentais para a melhoria da infraestrutura e dos serviços náuticos da região. Definirá entre outras coisas, a quantidade de ancoradouros necessária em função da demanda, bem como a sua localização. Também deverá definir o sistema de gestão e os requisitos para concessão dos mesmos, para assegurar a padronização e a qualidade do produto por todo o litoral, além de apontar a necessidade de ancoradouro de tipo misto, para uso turístico e para pesca artesanal.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
350.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Resolução CONAMA nº 398/2008 – Plano de emergência para incidentes de poluição em águas; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Lei nº 9.537/1997 e Decreto nº 2.596/1998 – Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário; Normas da Autoridade Marítima, Portarias da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Diversificação da oferta turística, Fortalecimento do turismo náutico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano Diretor de Turismo Náutico elaborado/Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional do Polo	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Guia para a Gestão Turística de Orlas	
Objetivo do Projeto:	
Criar um instrumento de planejamento turístico que norteie a gestão das atividades turísticas desenvolvidas nas orlas marítimas do Polo Costa das Dunas.	
Justificativa:	
Instituir as bases para o aproveitamento planejado e sustentável das atividades turísticas a serem praticadas no litoral, prezando pela preservação dos recursos natural e valorização da cultura e identidade local.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de Guia para Gestão Turística das orlas marítimas do Costa das Dunas. Deve relacionar-se com outras legislações municipais, estaduais ou federais vigentes como Projeto Orla, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente etc., bem como com planos de turismo para a região, como o PDITS, Plano de Ecoturismo e demais iniciativas de planejamento. Deve ser validado e aprovado pelo Conselho Regional de Turismo do Polo Costa das Dunas.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
180.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Preservação e conservação da faixa litorânea; Ordenamento do solo litorâneo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Guia para gestão de Orlas elaborado/Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional do Polo	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Natal
Nome do Projeto:	
Plano de ocupação turística da orla marítima de Natal	
Objetivo do Projeto:	
Planejar a ocupação turística da orla marítima de Natal, objetivando harmonizar os interesses econômicos, sociais e ambientais.	
Justificativa:	
A orla marítima de Natal, com intensificação do turismo e dos investimentos na cidade, acirrados recentemente com a iminência da Copa do Mundo de 2014, da qual Natal é uma das cidades-sede, tem passado por conflitos em relação ao seu aproveitamento pela atividade turística. De um lado, os ambientalistas que desejam que poucas intervenções sejam realizadas com o fim de preservar o ambiente costeiro. De outro, os empresários do turismo que querem um maior aproveitamento (implantação de novos equipamentos etc.) e consideram às restrições impostas como 'perda de oportunidade'. Por isso, faz-se imprescindível a realização de estudos e a construção de um plano, elaborado por uma equipe multidisciplinar, que possa harmonizar o interesse de ambos.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos técnicos, com equipe multidisciplinar (geógrafos, turismólogos, engenheiros, economistas etc.) que visem à elaboração de um Plano de Ocupação da Orla Marítima de Natal de maneira sustentável, prevendo a possibilidade e a viabilidade da implantação de novos equipamentos turísticos (marinas, áreas de lazer, hotéis etc.) na área de estudo. O plano deve estudar a viabilidade técnica e ambiental de construir um "calçadão" às margens do Rio Potengi, que interligaria os atrativos culturais de Natal (Fortaleza dos Reis Magos, Museu da Rampa, Corredor Cultural etc.).	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
150.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei nº 6.950/1996 – Plano estadual de gerenciamento costeiro; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Possibilidade de implantação de novos equipamentos turísticos; Diversificação da oferta turística de Natal.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto executivo elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Natal
Nome do Projeto:	
Museu da Rampa e Memorial do Aviador	
Objetivo do Projeto:	
Implantar o Museu da Rampa e Memorial do Aviador	
Justificativa:	
O Museu da Rampa e Memorial do Aviador é uma idealização antiga da cidade do Natal e a sua concretização agregará mais um atrativo à oferta turística do Polo Costa das Dunas, bem como beneficiará a população natalense e potiguar com mais um espaço de lazer e cultura. A sua idealização é num contexto de fortalecimento do turismo cultural como complementação ao turismo de sol e praia no Destino Natal, possibilitando incremento do gasto médio por turista.	
Descrição do projeto:	
Construção do Museu da Rampa e Memorial do Aviador, em Natal, a partir de projeto executivo já existente. Deve ser um museu dinâmico (exposições de longa duração e temporárias), virtual (uso de sistemas digitais e filmográficos em DVD), informacional (usos de computadores e de internet), bidimensional em sua expografia (objetos, maquetes, mídias, tudo passível de manipulação pelo público), num processo inclusivo de todos os visitantes (deficientes visuais, auditivos).	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Fundação José Augusto	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
6.200.000,00	1.857.342,86
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU, Taxa de visitação
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei municipal nº 4.885/1997 – Relatório de impacto sobre o tráfego urbano; Lei municipal nº 4.748/1996 – Limpeza urbana; Resolução CONAMA nº 307/2002 – Gestão dos resíduos da construção civil.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Projeto executivo contratado	
Benefícios e beneficiários	
Diversificar a oferta turística; Fortalecer o turismo cultural; Fortalecer a identidade cultural da comunidade; Aumentar o gasto turístico; Beneficiários: comunidade, turistas, empresários	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Nº de visitantes/ano/Registros de bilheteria	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Natal
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de acessibilidade, sinalização e reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental; de projetos de arquitetura, engenharia, considerando estudos previamente elaborados, que permitam adaptar o roteiro às exigências legais, ambientais, técnicas e turísticas, propiciando as condições ideais para a circulação de turistas e carros de turismo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
2.228.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor e leis municipais; Lei nº 4.885/1997 – Relatório de impacto sobre o tráfego urbano	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo cultural; Diversificação da oferta turística do Polo; Valorização do Corredor Cultural de Natal.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto executivo elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Natal
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e materiais a serem utilizados, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo de engenharia, arquitetura e avaliação de impactos ambientais e socioeconômicos, com vistas à reforma do Centro do Turismo de Natal. Os projetos devem atentar para a acessibilidade para portadores de necessidades especiais, sistema de segurança, bem como a incorporação de novos espaços de interesse para o turista, como o Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
300.587,60	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor e leis municipais; Lei nº 4.885/1997 – Relatório de impacto sobre o tráfego urbano	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Turismo cultural; Valorização do Centro de Turismo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto executivo elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional	
Objetivo do Projeto:	
Realizar a atualização do diagnóstico visando obter subsídios para a elaboração de nova proposta de qualificação profissional para o setor turístico do Polo, identificando os segmentos que precisam de aperfeiçoamento.	
Justificativa:	
A necessidade da atualização do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional deve-se ao dinamismo do turismo e, conseqüentemente, à constante necessidade de atualização e aprendizado de inovações. O primeiro Diagnóstico foi realizado em 2005 e parte de suas metas já foram alcançadas.	
Descrição do projeto:	
Atualização do Diagnóstico de Oferta e Demanda da Capacitação Profissional do Setor Turístico de todos os municípios do Polo, para possibilitar a definição do Plano de Ação para capacitação de profissionais do setor e população. Contudo, espera-se que o novo diagnóstico seja focado para atender à demanda de capacitação para os segmentos de turismo priorizados no Polo: turismo de sol e praia, turismo náutico, e turismo de aventura/natureza, de modo que sejam capacitados população e profissionais para atuarem nessas áreas. O Plano de Ação deverá ainda propor indicadores de acompanhamento da eficácia dos Programas de Capacitação Profissional e Empresarial, como nível de satisfação com os cursos, taxa de empregabilidade após o curso, etc.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
150.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência Elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Capacitação profissional; Melhoria da qualidade dos serviços	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano de Ação/Relatórios finais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Programa de Capacitação Profissional	
Objetivo do Projeto:	
Implantar programa de capacitação objetivando qualificar empregados de empreendimentos turísticos para a melhoria dos serviços oferecidos, bem como capacitar a população visando à inserção no mercado formal de trabalho.	
Justificativa:	
Mesmo tendo sido executadas ações de capacitação, inclusive pelo PRODETUR, elas não contemplaram todos os municípios, e as pesquisas ainda apontam deficiência nos serviços oferecidos sem a qualidade adequada nos equipamentos turísticos. Além disso, a capacitação deve ser contínua, especialmente no setor do turismo em que a rotatividade é grande.	
Descrição do projeto:	
Execução do Programa de Capacitação Profissional com vistas a proporcionar aperfeiçoamento da mão-de-obra que já atua no turismo, bem como qualificar parte da população do Polo interessada em se inserir no mercado de trabalho. O programa deverá também promover a capacitação para ocupações necessárias para o desenvolvimento dos segmentos de turismo prioritários: sol e praia, cultural, náutico e de aventura.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.900.000,00	569.184,9
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional e Empresarial	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência a ser adaptado às necessidades do novo Diagnóstico	
Benefícios e beneficiários	
Capacitação profissional; Melhoria da qualidade dos serviços; Oportunidades de geração de emprego e renda; Beneficiários: Comunidade; Profissionais do setor, turistas	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Nº de pessoas capacitadas/Certificados emitidos	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Produto Turístico	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projeto de rede de postos de atendimento e do sistema informações turísticas. A rede será utilizada para apoiar a gestão turística municipal. O orçamento deverá incluir: a) o projeto conceitual da rede, e o modelo de gestão da rede, b) o manual de imagem corporativa da rede, c) o estabelecimento de ferramentas tecnológicas de intercâmbio de informações (intra e extranet) d) a elaboração de material promocional com parâmetros homogêneos e) a capacitação do pessoal; e f) o orçamento para a contratação do pessoal durante o período de execução. Quanto aos postos de atendimento: devem seguir aos parâmetros visuais e técnicos informados no projeto; ter funcionários efetivos e capacitados para passar informações; servir de ponto de fornecimento de informações, bem como de obtenção de informações e dados sobre os turistas que procuram os postos pelo preenchimento de questionários ou outros métodos de coleta de dados.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
500.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Estruturação de sistema de informações turísticas em rede; Estruturação e sistematização da coleta de informações e dados do turismo	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Estratégia de Comercialização	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Plano de Marketing	
Objetivo do Projeto:	
Orientar as estratégias de desenvolvimento da atividade turística desenvolvida no Polo, com vistas a atingir maior eficiência e eficácia no fortalecimento da marca e na comercialização dos seus produtos, ampliando a atratividade do Polo e aumentar os fluxos e gastos turísticos no Costa das Dunas e Rio Grande do Norte, uma vez que os Polos devem ser trabalhados de forma integrada.	
Justificativa:	
A elaboração de um Plano de Marketing possibilitará o planejamento estratégico da comercialização e divulgação dos destinos do Polo Costa das Dunas, posicionando os destinos turísticos do Polo, tornando as ações mais efetivas ao atingir os mercados de interesse, e, entre outras coisas, tornando o destino mais competitivo. Antecedendo o processo de elaboração do Plano de Marketing será realizada uma pesquisa de mercado para descobrir oportunidades de mercado para os produtos e destinos turísticos do Polo Costa das Dunas. Isso se justifica porque o Polo Costa das Dunas ainda não possui uma pesquisa do mercado turístico, que indique quais as melhores oportunidades de negócio para seus produtos, quais os mercados em que se deve investir; perfil dos consumidores prioritários etc. Pesquisas desse tipo, bem como de demanda atual e potencial e pesquisas de clima empresarial são ferramentas poderosas na definição de estratégias e ações de promoção e comercialização eficientes.	
Descrição do projeto:	
Inicialmente será feita uma pesquisa de mercado com a demanda atual e potencial, para o Polo Costa das Dunas que deverá definir o perfil do consumidor, necessidades e desejos dos mesmos; aspectos dos concorrentes: pontos fortes e fracos; estudar fornecedores, clientes e política de atuação; definição da metodologia, instrumentos de pesquisa. Além disso, deve abranger Pesquisa de Clima Empresarial com o trade turístico; Pesquisa de satisfação de clientes; além da definição de instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações propostas. Concluída essa etapa procede-se a elaboração do Plano de Marketing, cujo conteúdo mínimo necessário deverá realizar estudos de mercado e ser capaz de identificar as ações e diretrizes estratégicas para a divulgação e comercialização dos produtos e destinos do Polo nos diferentes mercados emissores de interesse, especificando mídias, planos operativos etc. A promoção deverá consolidar a imagem do destino de acordo com as determinações estratégicas e os nichos de mercado que se pretenda ampliar. A gestão da marca do destino está entre as atividades mais importantes para a manutenção e ampliação da demanda turística e o plano de marketing é a principal ferramenta para uma gestão eficaz. Dentro do plano de promoção deverão estar previstos a elaboração de material promocional (folheteria, vídeos, CDs etc.), a participação em eventos nacionais e internacionais, e campanhas promocionais para os destinos do Polo Costa das Dunas. Deverá definir, entre outras, uma estratégia de comercialização on line dos produtos e destinos do Costa das Dunas, dada à importância da internet para os destinos turísticos na atualidade.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
SETUR/EMPROTUR	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.0700.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	

Nível de Avanço:
Elaborar Termo de Referência
Benefícios e beneficiários
Maior eficiência e eficácia de ações de comercialização e divulgação; Conquista de novos mercados; Aumento do fluxo de turistas; Aumento das receitas turísticas; Beneficiários: Municípios, Estado, empresários, comunidade.
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação
Gasto médio diário individual (GMDI)/Sistema de Informações Turísticas

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	Rio Grande do Norte
Nome do Projeto:	
Fortalecimento da SETUR	
Objetivo do Projeto:	
Executar ações do plano de fortalecimento institucional, de maneira a dotar a gestão municipal de turismo com estrutura administrativa compatível com o desenvolvimento do turismo.	
Justificativa:	
A estrutura administrativa de turismo em nível estadual não está compatível com as atividades e funções que deve desempenhar no planejamento e gestão do turismo potiguar. Isso tem sido averiguado na elaboração do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR. Dando continuidade a esse processo, é preciso que as ações e sugestões sejam implementadas, visando reestruturar os processos da Secretaria de Estado do Turismo, bem como dotá-la de mobiliário e equipamentos de informática necessários ao pleno e efetivo cumprimento de suas atividades. Hoje, ela não possui um modelo de gestão moderno e nem os equipamentos necessários para executar suas ações. É preciso profissionalizar o serviço oferecido de forma que o órgão de turismo estadual seja fortalecido, no aspecto técnico e físico, para que possa acompanhar a dinâmica atual e poder de fato se compatibilizar com as propostas das demais esferas governamentais.	
Descrição do projeto:	
Implantação do Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR que deverá contemplar itens de capacitação, equipamentos e sistemas de informação que possibilitem uma modernização da gestão do turismo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
SETUR	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.500.000,00	148.821,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Plano de Fortalecimento em elaboração	
Benefícios e beneficiários	
Aumento da capacidade de planejamento e gestão do turismo em nível estadual e regional; Maior efetividade e continuidade de políticas estaduais e regionais de turismo; Integração de Polos e destinos; Melhoria do desempenho da atividade turística; Comunidade; Turistas	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano Elaborado/ Relatório Governamental	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	
Objetivo do Projeto:	
Implantar o órgão responsável por monitorar a implantação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos, promover a articulação intermunicipal entre as esferas municipal, estadual e federal, além de dar suporte técnico aos municípios na área de resíduos sólidos.	
Justificativa:	
Ação residual do PDITS do PRODETUR II, ainda não contemplada. A falta de uma unidade de apoio técnico às ações públicas dos órgãos, prefeituras e empresas de coleta e tratamento de resíduos sólidos no Polo apresenta-se como um limitador à eficácia e eficiência das ações desenvolvidas no PRODETUR II.	
Descrição do projeto:	
Institucionalizar a unidade de acompanhamento dos resíduos sólidos do Polo, a partir das informações contidas no Plano Diretor de Resíduos Sólidos.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
175.000,00	52.425,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes para o saneamento básico.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Plano Diretor de Resíduos Sólidos	
Nível de Avanço:	
Termo de referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Melhoria da qualidade ambiental do Polo; Preservação dos recursos naturais; Melhoria das condições de vida da população; Beneficiários: Comunidade, turistas	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Índice de Salubridade Ambiental (Natal)/ Prefeitura Municipal de Natal	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	Maxaranguape, Rio do Fogo, S. José de Mipibu, S. Miguel do Gostoso, Touros
Nome do Projeto:	
Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente	
Objetivo do Projeto:	
Dotar os municípios listados com o instrumento de política de desenvolvimento e ordenamento territorial e urbano preconizado pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade (Plano Diretor), bem como de outros instrumentos para regular a ocupação e uso do solo e dos recursos naturais.	
Justificativa:	
O Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana contemplado pela Constituição Federal de 1988, sendo imprescindível para o planejamento do desenvolvimento e para o ordenamento territorial de qualquer município. É obrigatório, entre outros: em cidades com mais de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico. O turismo, como atividade que se apropria do território de uma localidade e ali se desenvolve, tende a ser beneficiado. Já o Código de Obras e Posturas constitui uma legislação paralela e complementar ao Plano Diretor Municipal e legislação urbanística, essencial ao planejamento e gestão das cidades, no sentido de assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, conforto, estética e salubridade das construções. No que tange ao Código de Meio Ambiente, é importante que sejam estabelecidas diretrizes ambientais em nível local para dar sustentabilidade ao turismo no Polo, adequando o desenvolvimento ao equilíbrio ecológico e à melhoria da qualidade de vida da população, inclusive para que sejam conservados os atrativos turísticos e o meio ambiente.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de Plano Diretor Municipal e legislação urbanística complementar (Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano), utilizando-se a participação popular por meio de audiências públicas, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Elaboração de Códigos de Obra e Posturas e de Meio Ambiente, em consonância com o Plano Diretor e demais legislações pátrias.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
296.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano; Resoluções nº 25 e 34 do Conselho das Cidades; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não se aplica	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Aumento da capacidade de gestão urbana, territorial e ambiental, Aumento da capacidade contributiva; Normatização dos padrões construtivos, Melhoria da qualidade ambiental da comunidade, Aumento da capacidade de gestão e fiscalização dos recursos naturais; Melhoria da qualidade ambiental; Definição de áreas de preservação ambiental; Beneficiários: comunidade, turistas, Prefeitura Municipal, empresários	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Leis implantadas/Lei aprovadas na Câmara de Vereadores	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Fortalecimento Institucional	Todos os municípios
Nome do Projeto:	
Projeto do Sistema de Informações Turísticas	
Objetivo do Projeto:	
Desenvolver um sistema de informações turísticas, a fim de gerar indicadores e dados do turismo em nível municipal, regional e estadual, beneficiando a capacidade de gestão e planejamento do turismo.	
Justificativa:	
Os dados e informações sobre o turismo em nível municipal e estadual são bastante escassos, havendo poucos instrumentos de coleta de dados e, menos ainda, instrumento de geração de informações, dificultando, pois, o trabalho de gestores públicos e privados ante a base de dados e informações confiáveis sobre o turismo para que possam planejar e tomar decisões.	
Descrição do projeto:	
O Projeto do Sistema de Informações turísticas deve fazer um diagnóstico das operações estatísticas estaduais, apontando formas de melhoria, inclusive dos instrumentos de coleta atuais (questionários de pesquisa de demanda), novas formas de coleta de dados em nível local e estadual (ligando-se aos pontos de informação turística previstos no PDITS), software do sistema, formas de gerenciamento do programa e integração de informações (intranet), recursos humanos necessários, etc.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
140.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Não se aplica	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento da capacidade de coleta e processamento de dados do turismo; Beneficiários: Rio Grande do Norte; empresários do turismo; pesquisadores; turistas etc.	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Extremoz, Touros
Nome do Projeto:	
Projeto básico e projeto executivo de acesso às praias do Litoral Norte de Natal (Jenipabú e Touros).	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica dos serviços e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos básico e executivo e estudo de impactos econômico, ambiental e social para acesso da BR-101 a Jenipabú (7 km) e BR-101 a Touros (4 km), bem como obras d'arte necessárias à implantação dos acessos.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
450.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente; Planos Diretores municipais e Códigos de Meio Ambiente	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Extremoz
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para interligação da Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova, em Extremoz.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei. Os projetos devem propor soluções para facilitar o acesso entre a Av. Conselheiro Tristão e a praia da Redinha Nova.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos básico e executivo de acessibilidade, sinalização viária, dimensionamento de estacionamentos, além de estudos de viabilidade econômica.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
150.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Extremoz
Nome do Projeto:	
Estudos de concepção, projeto básico e projeto executivo para readequação da estrada de Jenipabú, no trecho da Av. Moema Tinoco-Jenipabú.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projeto básico e executivo, além de estudos de impacto ambiental, social e econômico, bem como obras d'arte necessárias para acesso no trecho Moema Tinoco-Jenipabú (8,5 km).	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
150.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Termo de Referência Elaborado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento turístico; Fortalecimento do turismo de sol e praia	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projetos concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Nísia Floresta
Nome do Projeto:	
Acesso Entroncamento RN 313/Alcaçuz /Entroncamento Vicinal Nísia Floresta	
Objetivo do Projeto:	
Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável, favorecendo a visitação a atrativos turísticos.	
Justificativa:	
Inexistência de rodovia adequada para acesso às lagoas próximas ao litoral sul do Polo Costa das Dunas.	
Descrição do projeto:	
Implantação do acesso (7,5 km), respeitando as especificações do projeto executivo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
3.750.000,00	365.625,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ICMS, ISS
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Observar as informações do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA Bonfim/Guaráiras quando pertinente; Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Elaborar projeto executivo	
Nível de Avanço:	
Projeto Executivo Licitado	
Benefícios e beneficiários	
Melhoria da acessibilidade para comunidade e turistas; Beneficiários: Comunidade, turistas, empresários, Prefeitura Municipal	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Fluxo de veículos/Pesquisa de contagem de tráfego DER	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Nísia Floresta
Nome do Projeto:	
Acesso entroncamento BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/entroncamento RN 063 (Pirangi)	
Objetivo do Projeto:	
Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável, favorecendo a visita a atrativos turísticos.	
Justificativa:	
Reduzir o percurso e alternativa de desvio de tráfego, principalmente em período de alta estação quando os transtornos se agravam.	
Descrição do projeto:	
Implantação do acesso (16 km), respeitando as especificações do projeto executivo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
8.000.000,00	780.000,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ICMS, ISS
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Observar as informações do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA Bonfim/Guarairas quando pertinente; Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Projeto executivo	
Nível de Avanço:	
Projeto Executivo Licitado	
Benefícios e beneficiários	
Melhoria da acessibilidade para comunidade e turistas; Beneficiários: Comunidade, turistas, empresários, Prefeitura Municipal	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Fluxo de veículos/Pesquisa de contagem de tráfego DER	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Nísia Floresta
Nome do Projeto:	
Acesso entrocamento RN 063/Lagoa de Arituba	
Objetivo do Projeto:	
Possibilitar um melhor deslocamento de turistas e população em geral de forma segura e confortável, favorecendo a visitação a atrativos turísticos.	
Justificativa:	
Inexistência de acesso adequado para a lagoa que é intensamente utilizada para o turismo.	
Descrição do projeto:	
Implantação do acesso (2 km), respeitando as especificações do projeto executivo.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.300.000,00	126.750,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ICMS, ISS
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Observar as informações do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA Bonfim/Guaráiras quando pertinente; Plano Diretor Municipal e leis complementares; Lei nº 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Projeto executivo	
Nível de Avanço:	
Projeto Executivo Licitado	
Benefícios e beneficiários	
Melhoria da acessibilidade para comunidade e turistas; Beneficiários: Comunidade, turistas, empresários, Prefeitura Municipal	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Fluxo de veículos/Pesquisa de contagem de tráfego DER	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	Natal
Nome do Projeto:	
Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro de San Valle, no município de Natal	
Objetivo do Projeto:	
Implantar o sistema de esgotamento sanitário no bairro de San Valle, em Natal, visando à melhoria da qualidade ambiental local.	
Justificativa:	
Reduzir a contaminação de um dos mais importantes aquíferos da cidade, de modo a preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população moradora e dos visitantes do município.	
Descrição do projeto:	
Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, com base nas especificações técnicas do projeto executivo. Serão implantadas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
12.600.000,00	2.803.500,00
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	ISS, ICMS, IPTU
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes para o saneamento básico; Resolução CONAMA nº 377/2006 – Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de sistema de esgotamento sanitário.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Projeto executivo	
Nível de Avanço:	
Projeto Executivo Licitado	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento urbano e turístico, Conservação e preservação dos recursos naturais; Melhoria da qualidade ambiental	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Sistema implantando/ Melhoria do índice ISA.	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Infraestrutura e Serviços Básicos	São Miguel do Gostoso
Nome do Projeto:	
Projeto técnico de sistema de esgotamento sanitário e melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água de São Miguel do Gostoso.	
Objetivo do Projeto:	
Definir e detalhar as especificações técnicas e de execução dos serviços e obras, de modo a garantir a viabilidade técnica e ambiental das obras e às adequações às normas da ABNT.	
Justificativa:	
A Lei 8.966/93, em seu artigo 7º, determina que as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços devem obedecer a seguinte ordem: elaboração de projeto básico, projeto executivo e, por fim, execução das obras e serviços. Assim, é ação exigida por lei.	
Descrição do projeto:	
Elaboração de projetos técnicos de sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário. Previamente, deve ser elaborado na mesma licitação o Plano Municipal de Saneamento, instrumento norteador das ações posteriores.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/Prefeitura Municipal	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
500.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 11.445/2007 – Diretrizes para o saneamento básico; Resolução CONAMA nº 377/2006 – Dispõe sobre licenciamento ambiental simplificado de sistema de esgotamento sanitário.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento urbano e turístico, Incentivo à melhoria da qualidade ambiental	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Projeto técnico elaborado/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Gestão Ambiental	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo Costa das Dunas	
Objetivo do Projeto:	
Apontar soluções técnicas e de planejamento para as áreas onde ocorre o processo de erosão costeira para evitar a degradação da paisagem e a destruição de equipamentos urbanos.	
Justificativa:	
Alguns estudos apontam elevação do nível do mar e quebra da dinâmica sedimentar que afetam as áreas costeiras. Por ser o litoral um recurso afetado por processos naturais e antrópicos, e alvo da atividade turística, resultando diversas vezes em impactos negativos, deve haver o planejamento, ações de conservação e adequação principalmente nas áreas ocupadas, as quais oferecem o suporte de serviço e infraestrutura para o turismo, que podem ser comprometidos pela erosão costeira.	
Descrição do projeto:	
Para realização do estudo há necessidade de elaboração de zoneamento ambiental que identifique as unidades geomorfológicas delimitadoras da linha de costa, onde as legislações ambientais e patrimoniais incidam. Com o cadastro de informações e análise técnica das formas e dos processos existentes no ambiente costeiro a nível local, há possibilidade de se propor soluções para contenção dos impactos negativos. Entre as parcerias que podem se formar destacam-se: a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), IDEMA, Governo do Estado e Prefeituras municipais. O estudo deve ser disponibilizado para a sociedade, pela internet e enviado para licenciamento ambiental no órgão competente para implantação das soluções de intervenção.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado/IDEMA	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
250.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Plano Diretor municipal e leis complementares, caso existam; Lei nº 4.771/1965 – Código Florestal Brasileiro; Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Lei nº 7.661/1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Decreto-Lei nº 9.760/1946 – Bens imóveis da União; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente.	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Planejamento sustentável do turismo; Ordenamento territorial da região; Apontamento de soluções para conter a erosão que ocorre na faixa litorânea do Polo; Preservação dos recursos naturais e de equipamentos urbanos já existentes	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
Plano concluído/Relatórios governamentais	

FICHA DE PROJETO	
Componente:	Abrangência:
Gestão Ambiental	Municípios litorâneos
Nome do Projeto:	
Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	
Objetivo do Projeto:	
Implantar as recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica, como forma de mitigar os impactos socioambientais do PDITS.	
Justificativa:	
A Avaliação Ambiental Estratégica é um dos produtos do PDITS, que faz uma avaliação geral de todas as ações propostas pelo Plano, propondo, em alguns casos, ações e recomendações para mitigar impactos que tais investimentos acarretem no meio ambiente e nas comunidades receptoras.	
Descrição do projeto:	
Implantação das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica.	
Responsável pela execução:	
Governo do Estado	
Entidade responsável pela implantação/operação/manutenção da obra ou serviço:	
Governo do Estado	
Custo Estimado (R\$):	Gasto estimado de Operação (R\$):
1.000.000,00	Não se aplica
Fonte de Financiamento:	Mecanismos de Recuperação de Custo:
PRODETUR NACIONAL	Não se aplica
Normas de licenciamento ambiental exigidas:	
Lei nº 4.771/1965 – Código florestal brasileiro; Lei estadual nº 7.871/2000 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental; Decreto nº 5.300/2004 – Regras de uso e ocupação da zona costeira; Resolução CONAMA nº 303/2002 – Áreas de preservação permanente	
Relação com outras ações quanto ao Cronograma:	
Não existe	
Nível de Avanço:	
Elaborar Termo de Referência	
Benefícios e beneficiários	
Mitigação de possíveis impactos socioambientais indesejáveis do PDITS	
Indicadores de seguimento/Fonte de Verificação	
A ser definido por cada ação	

6.4. Avaliação de Impactos Ambientais Potenciais da Implantação do PDITS

A avaliação dos impactos potenciais está focada nas ações priorizadas do PDITS, a partir das quais foram levantados os possíveis impactos considerados expressivos, ou seja, aqueles que venham a provocar repercussão na sociedade quanto às interferências que possam acarretar no meio socioambiental.

Ressalta-se que se espera dessa avaliação a previsão dos possíveis impactos decorrentes das ações do PDITS, mas essa previsão não chega a ser exaustiva, pois disso dependeria uma análise minuciosa dos detalhes de cada projeto previsto.

Outras considerações ambientais com maior detalhamento foram mais bem trabalhadas e aprofundadas na Avaliação Ambiental Estratégica, elaborada em paralelo à realização do PDITS.

As ações traçadas objetivando o desenvolvimento sustentável do turismo no **Polo Costa das Dunas** são bastante variadas. Por ser um Polo de turismo já consagrado, variam de ações de planejamento onde não estão previstos impactos sobre o meio físico, e ações que exigem obras de intervenção direta no meio físico. Assim, destacam-se tanto aqueles impactos de natureza social, econômico e cultural, quanto impactos de natureza ambiental na fase inicial de implementação do programa, ou seja, os dezoito primeiros meses. Assim espera-se que as áreas com turismo já consagrado continuem a desenvolver-se sustentavelmente e aquelas áreas que despontam agora para a atividade, possam crescer de maneira planejada.

QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais.

Ação ¹²	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Projetos técnicos requalificação urbanística e paisagística das orlas das praias da Redinha, em Natal, Redinha Nova e Santa Rita, em Extremoz	Planejamento do uso dos recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Requalificação urbanística e paisagística nos trechos das orlas de Pitangui, Muriú I	Instalação de sistema de saneamento ambiental; Valorização da paisagem ambiental e urbanística	Modificação da paisagem natural; Produção de resíduos sólidos; Possível alteração da dinâmica costeira	Ocupação ordenada do território; Melhoria da infraestrutura; Geração de emprego e renda	Expulsão das comunidades locais	Valorização do solo; Atração de novos investimentos turísticos; Maior arrecadação de tributos; Fortalecimento do comércio	Especulação imobiliária; Aumento da carga tributária (IPTU)	Criação de áreas de lazer	Perda da identidade cultural
Requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas das praias de Tibau do Sul e Pipa	Instalação de sistema de saneamento ambiental; Valorização da paisagem ambiental e urbanística	Modificação da paisagem natural; Produção de resíduos sólidos; Possível alteração da dinâmica costeira	Ocupação ordenada do território; Melhoria da infraestrutura; Geração de emprego e renda	Expulsão das comunidades locais	Valorização do solo; Atração de novos investimentos turísticos; Maior arrecadação de tributos; Fortalecimento do comércio	Especulação imobiliária; Aumento da carga tributária (IPTU)	Criação de áreas de lazer	Perda da identidade cultural

¹² As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹³	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Projetos técnicos de melhoria da acessibilidade da R. Vereador Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Planejamento de acessos sustentáveis aos recursos naturais frágeis; Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco	-	-	-	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno	-	-
Projetos técnicos de acessibilidade na Av. Baía dos Golfinhos, na praia da Pipa	Planejamento de acessos sustentáveis aos recursos naturais frágeis; Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco	-	-	-	Definição de acesso planejado aos destinos turísticos, geração de emprego e renda e dinamização da atividade turística	Risco de crescimento da especulação imobiliária e mudança de uso no entorno	-	-
Projetos técnicos para estruturação do receptivo no Cajueiro de Pirangi	-	-	Criação de expectativas na área em torno do Cajueiro	-	-	-	-	-
Projetos técnicos de terminal turístico na Ilha do Flamengo	-	-	Criação de expectativas na população	-	-	-	-	-
Plano Diretor de Turismo Náutico	Planejamento de uso dos recursos naturais.	-	Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	-	Criação de expectativas para investidores e população; Criação de alternativas econômicas; Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística.	-	Criação de novos costumes.	-

¹³ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹⁴	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Guia para a Gestão Turística de Orlas	Planejamento de uso dos recursos naturais.	-	Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico; Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	-	Melhoria da administração da orla e arrecadação de recursos; Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística.	-	Difusão de conhecimento de gestão.	-
Plano de ocupação turística da orla marítima de Natal	Planejamento de uso dos recursos naturais.	-	Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico; Agregação de valor ao produto turístico; Disponibilização de instrumentos de gestão adequados para o produto turístico.	-	Melhoria da administração da orla e arrecadação de recursos de Natal; Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística.	-	Difusão de conhecimento de gestão.	-

¹⁴ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹⁵	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Museu da Rampa e Memorial do Aviador	Recuperação de parte da paisagem do estuário e da ambiência do entorno	Geração de ruídos e resíduos sólidos da construção civil; Geração de Polo atrativo de veículos	Geração de ocupação e renda; Criação de espaço de lazer para a população; Maior valorização do bairro	-	Aumento da oferta de produtos turísticos; Aumento do gasto turístico; Dinamização da economia; Aumento da arrecadação tributária	-	Valorização da história e tradições locais; Intercâmbio cultural; Fortalecimento da identidade cultural	-
Projetos técnicos de reabilitação urbana do Corredor Cultural de Natal	-	-	-	-	Criação de expectativas para investidores e população	-	-	-
Projetos técnicos de reforma e ampliação do Centro de Turismo de Natal	Recuperação e valorização do Patrimônio Histórico-cultural	-	Agregação de valor ao produto turístico, com adequação de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo e melhoria das condições de trabalho no local; Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável; Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos	-	Valorização das atividades associadas ao turismo, com aumento da competitividade do produto turístico e de alternativas de emprego e renda para população local	-	-	-

¹⁵ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹⁶	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional para o Polo	Internalização do conhecimento socioambiental	Risco de desconsideração de informações sobre as características ambientais e culturais locais	-	-	Fortalecimento da competitividade/ empreendedorismo dos produtos turísticos	Risco de desconsideração da produção associada ao turismo	-	-
Programa de Capacitação Profissional	Sensibilização ambiental	-	População qualificada; Elevação da PEA ¹⁷ ; Redução da criminalidade; Melhoria da qualidade de vida	-	Melhoria da qualidade dos serviços turísticos; Geração de emprego e renda; Aquecimento da economia; Aumento do poder de compra da população	-	Internalização de boas práticas	-
Projeto da Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Planejamento das intervenções turísticas no meio ambiente	-	Criação de pontos de referência turística.	-	Aumento do potencial de divulgação da região turística	-	-	-
Plano de Marketing	-	-	-	-	Aumento do potencial de divulgação do polo; Aumento do fluxo e da receita turística	-	-	-
Plano de Fortalecimento da SETUR	-	-	Melhoria da gestão do turismo	-	-	-	-	-
Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	Maior controle sobre os resíduos sólidos gerados	-	-	-	-	-	-	-

¹⁶ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

¹⁷ PEA – População Economicamente Ativa.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹⁸	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente	Identificação de áreas com fragilidade ambiental; Melhoria do bem estar da população, Estabelecimento de diretrizes de gestão ambiental; Identificação de áreas de risco; Planejamento do uso dos recursos naturais	-	Participação social; Ordenamento do território; Padronização das edificações; Redução de irregularidades edilícias; Melhoria da mobilidade urbana	Falta de capacidade de gestão pelo município; Falta de capacidade de gestão pelo município.	Arrecadação de tributos; Cidade planejada para receptividade de investimentos; Áreas verdes mais valorizadas	-	Difusão de conhecimento legislativo e de planejamento; Crescimento da População mais consciente; População mais satisfeita com a cidade planejada	-
Projeto do Sistema de Informações Turísticas	-	-	Melhoria da gestão do turismo	-	Aumento do potencial de divulgação da região turística; Elevação de investimentos	-	Divulgação de informação para a sociedade	-
Projetos técnicos de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros)	Planejamento do uso dos recursos naturais; Identificação de impactos e rotas potenciais.	-	Criação de expectativas da população.	-	Criação de expectativas de investidores.	Especulação imobiliária.	-	-

¹⁸ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ¹⁹	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Projetos técnicos de interligação entre a Av. Conselheiro Tristão e a praia de Redinha Nova	Planejamento do uso dos recursos naturais; Identificação de impactos potenciais.	-	Criação de expectativas da população.	-	Criação de expectativas de investidores.	Especulação imobiliária.	-	-
Projetos técnicos de readequação da Estrada de Jenipabú	Planejamento do uso dos recursos naturais.	-	Criação de expectativas da população.	-	Criação de expectativas de investidores.	Especulação imobiliária.	-	-
Acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta	Redução de acessos confusos e impróprios; Implantação do PRAD	Geração de ruídos e problemas de tráfego; Acidentes de trânsito; Lançamento de poeiras e poluentes na atmosfera e no solo; Supressão de vegetação; Afugentamento de fauna	Melhoria da infraestrutura para a população; Melhoria de conforto viário e da mobilidade urbana	Atração da população; Ocupação irregular de áreas; Aumento da prostituição e consumo de drogas	Melhoria do acesso aos atrativos turísticos; Destinos turísticos melhor estruturados; Atração de novos investimentos; Valorização da área do entorno	Especulação imobiliária; Aumento do comércio informal;	Intercâmbio cultural	Perda da identidade cultural
Acesso Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi)	Redução de acessos confusos e impróprios; Implantação do PRAD ²⁰	Geração de ruídos e problemas de tráfego; Acidentes de trânsito; Lançamento de poeiras e poluentes na atmosfera e no solo; Supressão de vegetação; Afugentamento de fauna	Melhoria da infraestrutura para a população; Melhoria de conforto viário e da mobilidade urbana	Atração da população; Ocupação irregular de áreas; Aumento da prostituição e consumo de drogas	Melhoria do acesso aos atrativos turísticos; Destinos turísticos melhor estruturados; Atração de novos investimentos; Valorização da área do entorno	Especulação imobiliária; Aumento do comércio informal	Intercâmbio cultural	Perda da identidade cultural

¹⁹ As ações priorizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

²⁰ PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ²¹	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba	Redução de acessos confusos e impróprios; Implantação do PRAD	Geração de ruídos e problemas de tráfego; Acidentes de trânsito; Lançamento de poeiras e poluentes na atmosfera e no solo; Supressão de vegetação; Afugentamento de fauna	Melhoria da infraestrutura para a população; Melhoria de conforto viário e da mobilidade urbana	Atração da população; Ocupação irregular de áreas; Aumento da prostituição e consumo de drogas	Melhoria do acesso aos atrativos turísticos; Destinos turísticos melhor estruturados; Atração de novos investimentos; Valorização da área do entorno	Especulação imobiliária; Aumento do comércio informal	Intercâmbio cultural	Perda da identidade cultural
Sistema de esgotamento sanitário do bairro de San Valle	Tratamento dos efluentes; Melhoria da salubridade ambiental do meio urbano; Eliminação de atrativos para vetores; Valorização da paisagem urbana	Emissão de gases desagradáveis; Possível surgimento de processos erosivos	Melhoria da infraestrutura para a população; Melhoria da qualidade de vida; Melhoria da ambiência urbana	Aumento da carga tributária	Aumento da arrecadação de tributos; Valorização imobiliária	Especulação imobiliária	Internalização de boas práticas de saneamento básico	-
Elaborar projetos técnicos de sistema de esgotamento sanitário e de melhoria ampliação do sistema de abastecimento de água	Redução dos resíduos em áreas inapropriadas; Incentivo a boas práticas de engenharia quanto ao reuso de RCC; Valorização da paisagem natural	-	Melhoria no quadro de saúde pública; Melhoria da infraestrutura para a população; Geração de emprego	-	Destinos turísticos melhor estruturados; Atração de novos investimentos; Valorização da área do entorno	-	Elevação da difusão de conhecimento	-
Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	Identificação das fragilidades ambientais e áreas de risco e medidas de proteção; Previsão de riscos ambientais nas áreas urbanizadas.	-	Identificação das áreas com necessidade de intervenção e possibilidade de remanejamento da população.	Perda de identidade.	Definição de áreas passíveis de utilização econômica turística	-	-	-

²¹ As ações prioritizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

CONT. QUADRO 84. Matriz dos Impactos Potenciais

Ação ²²	AMBIENTAIS		SOCIAIS		ECONÔMICOS		CULTURAIS	
	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos	Positivos	Negativos
Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	Planejamento ambiental e previsão de impactos.	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

²² As ações priorizadas que se repetem nos municípios do Polo só são citadas uma única vez.

O objetivo estratégico do PRODETUR NACIONAL RN é contribuir para a geração de renda e emprego através da atividade turística, tendo-se idealizado para isso um conjunto de ações que fortalecerão destinos turísticos, seja pela melhoria de infraestrutura, pelo fortalecimento da gestão e do planejamento, por campanhas de comercialização mais eficientes ou por oportunidades de geração de postos de trabalho.

Basicamente as ações dos 18 primeiros meses compreendem a elaboração de Planos, Programas, Projetos, Estudos, Leis, Guia que promoverão o planejamento turístico do Polo, e ações específicas de implantação de obras em áreas estratégicas que já atraem turistas nos dias atuais. Além desses tipos de ações, há ainda o fortalecimento da gestão do turismo através da capacitação e melhoria das gestões municipais. Tudo isso contribuirá para o desenvolvimento sustentável do turismo que efetivamente ocorre no Polo.

Acredita-se que a consecução das ações previstas impactará a qualidade de vida das comunidades locais em vários aspectos: no planejamento, prevê a criação de legislação e planos que ordene o uso do solo e o aproveitamento racional dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento das cidades de forma organizada e planejada. Noutro aspecto, algumas das ações infraestruturais beneficiarão o saneamento, drenagem e urbanização de áreas, bem como o ordenamento das ocupações litorâneas.

Ações mais direcionadas à capacitação para o turismo possibilitarão oportunidades de inserção ou reposicionamento no mercado de trabalho, com conseqüentemente aumento de renda. É importante ressaltar que a população se mostra bastante receptiva ao turismo e quer participar ativamente dele, tanto que as primeiras ações de capacitação profissional do PRODETUR NE II foram bem sucedidas.

O turismo, como atividade econômica, social e cultural, que promove o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, exerce bastante influência sobre a população local, que recebe. Se não for controlado, pode ocasionar efeitos nefastos como a aculturação, a perda da identidade cultural, o abandono de atividades tradicionais, entre outros. Mas o planejamento do turismo visa minimizar tais efeitos – até porque uma localidade sem cultura, violenta, degradada ambientalmente, etc. não atrai turista. A população deve e quer participar ativamente do planejamento, por isso há algumas ações voltadas para o fortalecimento do potencial cultural do Polo Costa das Dunas.

Diversas ações envolvem a população para integrar processos participativos, o que contribuirá para a divulgação do conhecimento e exercício da cidadania. Também os gestores públicos e empresários do setor mostram-se otimistas com a realização das ações do PDITS, especialmente no contexto da Copa do Mundo de 2014 que promete a dinamização de vários setores econômicos nas cidades sedes, dentre as quais está Natal. Resta contar que as políticas definidas tenham continuidade, não havendo entraves para a sua realização no momento de mudança de gestão.

Sobre os impactos econômicos, algumas ações do PDITS incidirão na melhoria e aumento do potencial dos destinos turísticos estratégicos, que deverão receber mais fluxos de turistas e/ou fazer com que aquele fluxo, que já o visita, gaste mais, resultando um aumento de receitas turísticas e geração de empregos. A área de influência, como um todo, será mais visada por investidores privados em função dos investimentos públicos alocados – possibilitando a instalação de novos empreendimentos.

Quanto aos impactos ambientais, são esperados para aquelas ações do programa que resultem em intervenções diretas sobre o meio físico, a exemplo de obras de infraestrutura, que gerem impactos negativos quanto positivos. Os impactos negativos previstos são: geração de ruídos, produção má gerida de resíduos sólidos, surgimento de processos erosivos, supressão vegetal, afugentação da fauna nos ambientes mais naturais, problemas no tráfego quando houver interferência em acessos, entre outros. Quanto aos impactos positivos, espera-se a melhoria da qualidade ambiental nos destinos turísticos, a conservação de áreas ambientalmente frágeis, a identificação de áreas de risco, o maior

controle sobre os recursos naturais, o aumento da gestão de resíduos, a redução de riscos de acidentes nos acessos aos destinos turísticos, entre outros.

Com a melhoria da infraestrutura específica e básica necessária ao turismo, atividades direta ou indiretamente ligadas a ela serão afetadas. A exemplo da ação de ancoradouros, que quando implantado, poderá originar uma demanda de profissionais para atuar na área, de produtos de mergulho e/ou lazer aquático. Atividades no ramo do artesanato, da hotelaria, da alimentação e do lazer ganham bastante destaque, pois a tendência é que se proliferem em regiões estratégicas. Assim como o aparecimento de ambulantes que vendem todo tipo de produto no litoral.

É comum que as pessoas moradoras das pequenas cidades e da zona rural migrem em busca de capacitação para atuar nos empreendimentos turísticos que surgem. Outras vezes essa migração é temporária, originárias das obras que implantarão ações e/ou novos empreendimentos, principalmente no ramo da construção civil, que irá gerar uma demanda por novos serviços naqueles locais. As principais intervenções que atrairão trabalhadores e investidores estarão associadas à implantação e melhoria de acessos aos destinos turísticos.

Atividades tradicionais como a pesca e a agricultura, envolvidas de maneira planejada com a atividade turística, servirão como atividades complementares para atendimento da demanda dos visitantes.

Um problema que pode existir em termos de conflito do uso do solo, diz respeito ao uso dos recursos naturais em áreas apropriadas pelo turismo. Exemplo pode ser citado em relação ao crescimento das cidades sobre áreas protegidas ou que detenham valor paisagístico para o turismo.

Como forma de reduzir os impactos negativos que possam decorrer da implementação das ações do PDTIS, serão elencadas algumas ações de acompanhamento e monitoramento, as quais poderão ser adotadas tanto pelos planejadores e gestores quanto pelos empreendedores na área do Polo.

O primeiro cuidado que se deve ter é com relação às ações que intervenham no meio físico, é a obrigatoriedade do licenciamento ambiental junto ao órgão competente, atualmente, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA (com exceção de Natal e Parnamirim que possuem sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo). As solicitações de licença ficarão todas registradas nesse órgão, assim como os projetos devem estar em conformidade com as legislações urbanísticas e ambientais municipais (Código de Meio Ambiente, de Obras, Plano Diretor, etc.), sendo dever das prefeituras fiscalizar e cobrar o cumprimento de suas legislações.

Dentre uma das ações de monitoramento que deve ocorrer durante a implementação das ações do Plano no Polo diz respeito à fiscalização contínua das Unidades de Conservação da Natureza (UC) e outras áreas potenciais para utilização pela atividade turística, para prevenir o uso descontrolado e a degradação dos recursos naturais, principalmente em áreas de preservação permanente, assim tratadas, pela legislação brasileira.

As empresas executoras de obras e os empreendimentos turísticos que produzem grandes quantidades de resíduos devem acondicionar os resíduos sólidos em locais apropriados à espera da coleta realizada pelo município, o qual destinará os mesmos para áreas preparadas para recepção do material. Deve-se atentar para a alta temporada do turismo na região, já que, aumentando a população flutuante, aumenta a produção de resíduos sólidos. Atenção especial deve ser dada aos resíduos da construção civil, já que alguns municípios não possuem área adequada para recepção desse material, tampouco licença ambiental para isso.

Fiscalização permanente deve incidir sobre as áreas consideradas protegidas por lei, tais como margens de rios e lagoas, mangues, dunas, áreas de encosta íngreme, florestas e falésias. Todas as ações de operação (execução de obras) devem observar a legislação

ambiental e urbanística atualmente em vigor e a população conscientizada poderá auxiliar nesse processo, daí a importância da educação ambiental.

Para aquelas ações previstas de implementação na área litorânea, é importante o monitoramento contínuo da dinâmica costeira, para que a intervenção com obras não resulte em desequilíbrio ambiental nesses locais, assim como os empreendimentos a serem criados nesses espaços não sejam condenados com o tempo, já que se sabe que a elevação contínua do nível dos mares é fato. Também devem ser adotadas medidas de segurança nesses espaços, pois as praias são os lugares mais apropriados pelo turismo de sol e praia, necessitando de maior atenção quanto a sua degradação, mesmo que temporária no período de implantação de obras, assim como a garantia de conservação da balneabilidade das águas e o livre acesso as mesmas.

A implantação de acessos deve ser acompanhada constantemente durante toda a execução, já que a supressão de vegetação pode afugentar a fauna silvestre, a qual deve ser remanejada com cuidado para espaços adequados. Devem ser analisados cuidadosamente os acessos a serem criados em ambientes considerados frágeis, a exemplo de áreas de dunas, margens de lagoas e rios e com perigo de inundação no período chuvoso.

Na alta temporada também pode se tornar um problema a criação dos acessos, devido o aumento constante do tráfego de veículos, criando assim grandes congestionamentos que podem afetar o bem estar da população em geral e elevar o risco de acidentes. Deve-se garantir a boa sinalização, a indicação de obras na estrada, e se possível, criadas rotas temporárias alternativas nos trechos mais propícios a congestionamentos.

As áreas que passarem por degradação da paisagem em decorrência da implantação de obras, após sua finalização, devem passar por recuperação desses espaços com adoção de projetos paisagísticos e planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD), para garantir a população local e aos visitantes a qualidade ambiental. De toda maneira, aquelas ações que gerem degradação do meio ambiente, quando puderem, devem ser evitadas.

7. FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Ação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS foi elaborado para um intervalo de tempo de quatro anos. Sabe-se que a dinâmica social, econômica, política e cultural possui capacidade de transformação dos cenários, de forma rápida, seja em um ambiente regional ou seus efeitos globais. Portanto, torna-se imprescindível que o planejamento arregimente indicadores e parâmetros para avaliação e acompanhamento das ações propostas.

Este item do PDITS pretende sinalizar os atores e mecanismos necessários para monitorar a evolução da atividade turística no Polo de Turismo e avaliar os resultados da implantação do Plano de Ação. Assim, será possível que os gestores públicos, em se constatando alguma discrepância com o esperado e/ou a ineficácia de alguma ação, possam tomar medidas para reversão da situação.

7.1. Marco Lógico

O marco lógico é uma ferramenta utilizada para facilitar o processo de concepção, elaboração, execução e avaliação de projetos, cujo objetivo é dar estrutura ao processo de planejamento e informação essencial relativa ao projeto.

Ele apresenta de modo simples e esquemático os investimentos previstos, estando dividido em 06 quadros, sendo o primeiro um quadro geral do Programa PRODETUR NACIONAL e, de forma específica, a sua atuação no Polo Costa das Dunas. Em seguida, apresenta-se os resultados estratégicos que se espera por componente do programa, sendo estes: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental. Os outros cinco quadros são específicos para cada componente de planejamento, apresentando todas as ações que foram propostas no Plano de Ação do PDITS.

No quadro geral – Resultados do Programa – são apresentados os componentes e também os resultados estratégicos desejados para cada um, bem como os indicadores que poderão aferir o alcance ou não do resultado, bem como a fonte de verificação, ou seja, em que órgão ou instituição se pode coletar tal informação. Para saber se uma dada situação se modificou é preciso ter um referencial, um dado que represente o estado atual, esta é a linha de base. Com base nesse dado, se projeta uma meta futura – o seu alcance indica o sucesso da ação. Em alguns casos, a linha de base é inexistente, pela falta do indicador ou porque este será produzido, como no caso de pesquisas de fluxo de tráfego, no momento da elaboração dos projetos.

Nos quadros por componentes, além dos pontos que foram abordados, existe ainda um cronograma de quatro anos que indica a previsão de quando aquela ação deverá ser completada. Cada ação é uma resposta a um problema detectado no Diagnóstico Estratégico e, portanto, deve ser eliminada. Além disso, o item “situação atual” indica em que estado está o projeto – se em fase de elaboração, licitação, contratação etc.

Esse estudo é de fundamental importância para acompanhar e medir os impactos (positivos e negativos) da implantação do PDITS Costa das Dunas, uma vez que permite corrigir desvios ou equívocos, além de Intervir para melhorar o desempenho do projeto. Assim é que tal Matriz deverá ser utilizada como referência para **Avaliação e Acompanhamento** do PDITS, sendo ideal que a SETUR, ao implementar o seu Sistema de Informações Turísticas, possa gerenciar e alimentar essa ferramenta.

No Anexo IX encontra-se a memória de cálculo utilizada para estabelecimento da linha de base do marco lógico.

OBJETIVO DO PROGRAMA: Contribuir para a geração de renda e emprego através da atividade turística

QUADRO 85. Resultados dos Programas.

OBJETIVO	RESULTADOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES DE RESULTADO	LINHA DE BASE	Metas	Fonte de verificação
COSTA DAS DUNAS: Requalificação e diversificação da oferta turística	Aumento do gasto médio por turista	Gasto médio por turista	US\$ 75,36 (SETUR 2008)	5% ao final do Programa	Indicadores Básicos do Turismo do RN - SETUR
COMPONENTES	Resultados Estratégicos	INDICADORES DE RESULTADO	LINHA DE BASE	Metas	Fonte de verificação
PRODUTO TURÍSTICO	Diminuir a sazonalidade	Indicador Global de Sazonalidade - IGS	12,36 (2008)	Aproximar o IGS ao menor valor encontrado entre os anos de 2002 e 2008 (8,78)	Pesquisa Demanda Natal – SETUR
COMERCIALIZAÇÃO	Aumentar a eficácia da comercialização feita pela internet	% de turistas que indicam chegar ao destino pela internet	2,8% (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Aumentar para 8% ao final do programa	Pesquisa Demanda Natal – SETUR
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Fortalecer o planejamento estratégico e a gestão dos destinos turísticos	% de Planos de Fortalecimento da Gestão do Turismo implantados	Inexistente	100% dos Planos de Fortalecimento da Gestão do Turismo implantados	Relatórios Governamentais
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	Melhorar a acessibilidade aos destinos turísticos	Satisfação do usuário	Inexistente	Atingir 90% de satisfação dos turistas	Pesquisa Demanda Natal - SETUR (Aspecto Infraestrutura)
GESTÃO AMBIENTAL	Melhorar a qualidade e o controle ambiental	% de águas salubres para banho	89,6% de praias salubres (fev/2010)	95% das praias salubres para banho	IDEMA

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico.

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de requalificação urbanística e paisagística de orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita).	Projetos contratados	Projetos elaborados	Inexistente	Projetos concluídos até 2011	Projetos concluídos	-	-	-	Relatórios governamentais
Requalificação urbanística e paisagística de orlas de Natal (Redinha) e Extremoz (Redinha Nova e Santa Rita).	Projeto a ser elaborado	Obra concluída	Inexistente	Obras concluídas até 2014	-	30% das obras concluídas	40% das obras concluídas	30% das obras concluídas	Visita in loco
Requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas de Ceará-Mirim (Muriú I), Extremoz (Pitangui) e Tibau do Sul (Pipa e Tibau do Sul)	Projeto elaborado	Obra concluída	Obra concluída	Obras concluídas até 2014	-	30% das obras concluídas	40% das obras concluídas	30% das obras concluídas	Visita in loco
Requalificação urbanística e paisagística em trecho das orlas de Tibau do Sul e Pipa	Projeto elaborado	Obra concluída	Obra concluída	Obras concluídas até 2014	-	30% das obras concluídas	40% das obras concluídas	30% das obras concluídas	Visita in loco
Projetos técnicos de passarela na praia da Pipa	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais
Passarela na praia da Pipa	Projeto a ser elaborado	Passarela implantada	Inexistente	Passarela implantada até 2013	-	-	Passarela implantada	-	Visita in loco

CONT. QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de readequação e melhoria da acessibilidade da Rua Ver. Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Readequação e melhoria da acessibilidade da Rua Ver. Ricardo Afonso, na praia de Jenipabú	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	Obra implantada	-	-	Pesquisa de contagem de tráfego
Projetos técnicos de acessibilidade para a Av. Baía dos Golfinhos	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Acessibilidade e melhoria viária na Av. Baía dos Golfinhos	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista	79,8% de avaliações positivas (ótimo + bom) de Tibau do Sul (Pesquisa Demanda Turística Tibau do Sul SETUR 2007)	Aumentar para 85% o nível de satisfação com o destino	-	Obra implantada	-	-	SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Projetos técnicos para estruturação do receptivo no Cajueiro de Pirangi	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto elaborado até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Estruturação do receptivo no Cajueiro de Pirangi	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista	95,2% de avaliações positivas (Ótimo + bom) de Natal (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008)	Atingir 95% de satisfação	-	-	Estruturação concluída	-	Pesquisa de satisfação Prefeitura de Parnamirim

CONT. QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Terminal turístico na Ilha do Flamengo, em Arez	Projeto a ser elaborado	Obra concluída	Inexistente	Obra concluída até 2013/Inclusão em rotas turísticas culturais	-	-	Obra concluída	-	Relatórios de vistoria /Folders e informativos de agências, operadoras turísticas e outros
Plano Diretor de Turismo Náutico	TR a ser elaborado	Plano Diretor de Turismo náutico elaborado	Inexistente	Plano Diretor de Turismo Náutico elaborado até 2012	-	Plano concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Projetos técnicos de ancoradouros turísticos em Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	Em processo de licitação	Projetos elaborados	Inexistente	Projetos concluídos até 2011	Projetos concluídos	-	-	-	Relatórios governamentais
Ancoradouros turísticos em Natal, Maxaranguape e Tibau do Sul	Projeto a ser elaborado	Nº de barcos ancorados	Inexistente	A ser definida	-	-	Obra concluída	-	Visita in loco
Guia para Gestão Turística das Orlas	TR a ser elaborado	Guia elaborado	Inexistente	Guia para Gestão Turística de Orlas concluído até 2012	-	Guia concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Plano de gestão turística da orla marítima de Natal	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Plano de gestão turística da orla marítima de Natal concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Projeto executivo do Museu da Rampa e Memorial do Aviador	Projeto executivo contratado	Nº de visitantes/ano	157.888 pessoas (Público pagante que visitou a Fortaleza dos Reis Magos em 2009)	Captar aproximadamente o mesmo nº de visitantes da Fortaleza dos Reis Magos nos 03 primeiros anos	-	50 mil visitantes	100 mil visitantes	150.000 mil visitantes	Relatórios de vistoria / Registros de bilhetes

CONT. QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de reabilitação urbana do Corredor Cultural	TR elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais
Reabilitação urbana do Corredor Cultural	Projeto a ser elaborado	Tempo de permanência média	3,31 dias (Indicadores Básicos do Turismo do RN – SETUR 2008)	Aumentar o tempo de permanência em pelo menos 1 dia até 2014 / Inclusão em rotas turísticas culturais	-	-	Corredor Cultural estruturado	-	Indicadores Básicos do Turismo - SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	TR a ser elaborado	Plano de Interpretação do Corredor Cultural de Natal elaborado	Inexistente	Plano de Interpretação do Corredor Cultural de Natal elaborado até 2012	-	Plano concluído	-	-	Ata de aprovação do Plano no Conselho Regional de Turismo
Implantação do Plano de Interpretação Integral do Corredor Cultural de Natal	TR a ser elaborado	% de turistas que avaliaram o Patrimônio Histórico-cultural de Natal como 'ótimo'	33,8% (Pesquisa de Demanda Turística de Natal 2008 – Relatórios Consolidados-SETUR)	Aumentar o % de turistas que avaliaram o Patrimônio Histórico-cultural de Natal como 'ótimo' para 45% no primeiro ano	-	-	45% dos turistas consideram o Patrimônio Histórico-cultural de Natal como 'ótimo'	-	Pesquisa de Demanda Turística – SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Projetos técnicos do Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2013	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Centro de Gestão Integrada do Corredor Cultural	Projeto a ser elaborado	Nº de visitantes/ano	157.888 pessoas (Público pagante que visitou a Fortaleza dos Reis Magos em 2009)	Receber aproximadamente 1/3 do público que visita a Fortaleza dos Reis Magos no primeiro ano	-	-	-	52 mil visitantes	Relatórios de vistoria / Registros de bilhetes

CONT. QUADRO 86. Marco Lógico - Componente Estratégia de Produto Turístico

PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	INDICADOR	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de reforma e ampliação do Centro de Turismo	TR elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Reformar e ampliar o Centro de Turismo	Projeto a ser elaborado	Nº de visitantes/ano	36.000 visitantes em 2008 (Centro de Turismo)	Aumentar em 3% o nº de visitantes/ano	-	-	Reforma concluída	-	SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Diagnóstico da Oferta e Demanda de Capacitação Profissional	TR elaborado	Diagnóstico concluído	Inexistente	Diagnóstico concluído até 2011	Diagnóstico concluído	-	-	-	Relatórios finais
Capacitação Profissional	Elaborar Diagnóstico	Nº de pessoas capacitadas	3.718 pessoas capacitadas (PRODETUR 2009)	Capacitar 1.240 pessoas em 2012	-	-	1.240 pessoas capacitadas	-	Certificados emitidos
Consultoria de Apoio ao empreendedor turístico do Rio Grande do Norte	TR a ser elaborado	Consultoria implantada	Inexistente	Consultoria implantada até 2013	-	-	Consultoria concluída	-	Publicação do Programa
Projeto de Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais
Implantar Projeto de Rede de Postos e do Sistema de Informações Turísticas	Projeto a ser elaborado	Nº de turistas atendidos	1.125/mês (Posto Fortaleza 2008)	Atender 1.125 pessoas atendidas/mês até 2014	-	-	-	Atender 1.125 pessoas/mês	Registros de atendimentos

QUADRO 87. Marco Lógico - Componente Estratégia de Comercialização.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano de Marketing	TR a ser elaborado	Gasto médio diário individual	US\$ 75,36 (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Aumentar em 5% o GMDI até o final do Programa	-	-	-	5% de crescimento do GMDI	Sistema De Informações Turísticas
	TR a ser elaborado	% de turistas que indicam chegar ao destino pela internet	2,8% (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Aumentar para 6% ao final do programa	-	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	2% de crescimento do % de turistas que dizem chegar pela internet	Pesquisa de Demanda Turística SETUR
Plano Operativo de Marketing	TR a ser elaborado	Gasto médio diário individual	US\$ 75,36 (Pesquisa Demanda Turística Natal – SETUR 2008)	Aumentar em 5% o GMDI até o final do Programa	-	-	-	5% de crescimento do GMDI	Sistema De Informações Turísticas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 88. Marco Lógico - Componente Fortalecimento Institucional.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Plano de Fortalecimento Institucional da SETUR	Plano em elaboração	Contratação de técnicos efetivos em quantidade e qualidade para desempenho das funções	Inexistente	A ser definida no Plano de Fortalecimento	-	-	-	-	Folha de pagamento
Unidade Gestora Técnica de Resíduos Sólidos	TR elaborado	Índice de Salubridade Ambiental de Natal	ISA 0,85 (Diagnóstico Estratégico do PDITS Costa das Dunas, 2009)	Aumentar o ISA para no mínimo 0,90	-	-	-	Aumento do ISA de Natal para, no mínimo, 0,90	Prefeitura Municipal de Natal
Plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	TR elaborado	Planos elaborados	04 planos em elaboração	Todos os planos concluídos até 2014	-	-	03 planos finalizados	04 planos finalizados	Relatórios governamentais
Fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo	Projeto a ser elaborado	Contratação de técnicos efetivos em quantidade e qualidade para desempenho das funções	Inexistente	A ser definida no Plano de Fortalecimento	-	-	-	-	Folha de pagamento
Programa de capacitação nas áreas de Gestão Ambiental, urbanística e turística dos técnicos efetivos	Programa a ser elaborado	Nº de técnicos efetivos capacitados	09 técnicos efetivos (Prefeituras Municipais, 2009)	54 técnicos efetivos capacitados até 2013	-	-	54 técnicos efetivos capacitados	-	Certificados emitidos
Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente e Códigos de Obras	TR elaborado	Plano Diretor e Códigos Implantados	01 município sem Plano Diretor; 05 sem Código de Meio Ambiente e 04 sem Código de Obras	Plano Diretor e Códigos de Meio Ambiente e de Obras implantados em todos os municípios do Polo	Plano Diretor e Códigos de Meio Ambiente e de Obras aprovados na Câmara Municipal	-	-	-	Publicação da Lei

CONT. QUADRO 88. Marco Lógico - Componente Fortalecimento Institucional

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projeto de Sistema de Informações Turísticas	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2011	Projeto concluído	-	-	-	Relatórios governamentais
Implantação do Sistema de Informações Turísticas	Projeto a ser elaborado	Sistema de informações implantado	Inexistente	Gerar indicadores turísticos	-	Indicadores turísticos	-	-	Sistema de Informações Turísticas
Plano de Apoio ao Processo de Cadastramento e Formalização de Empresas Turísticas nos Polos de Turismo	TR a ser elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano concluído até 2013	-	Plano concluído	-	-	Relatórios Governamentais
Programa Estadual de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	TR a ser elaborado	Programa elaborado	Inexistente	Programa concluído até 2013	-	Programa concluído	-	-	Publicação do Programa

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 89. Marco Lógico - Componente Infraestrutura e Serviços Básicos.

PROJETOS	Situação atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Projetos técnicos de acesso às praias do Litoral Norte (Jenipabú e Touros)	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2014	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Readequação e restauração do acesso BR101 - Jenipabú	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	-	-	Obra implantada	Pesquisa de contagem de tráfego
Readequação e restauração do acesso BR-101 – Touros	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	-	-	Obra implantada	Pesquisa de contagem de tráfego
Projetos técnicos de interligação entre a Av. Conselheiro Tristão e a praia de Redinha Nova	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2014	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Interligação Av. Conselheiro Tristão à praia da Redinha Nova	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	-	-	Obra implantada	Pesquisa de contagem de tráfego
Projetos técnicos de readequação da Estrada de Jenipabú	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projetado elaborado até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais

CONT. QUADRO 89. Marco Lógico - Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

PROJETOS	Situação atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Readequação da Estrada de Jenipabú	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	-	Obra implantada	-	Pesquisa de contagem de tráfego
Estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para alteração do traçado da RN 063, próximo ao Cajueiro de Pirangi	Elaborar TR	Estudos elaborados	Inexistente	Estudos concluídos até 2012	-	Estudos concluídos	-	-	Relatório de Estudos
Acesso Entroncamento BR 101-Sagi	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontada no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	-	Obra implantada	-	Pesquisa de contagem de tráfego
Acesso Entr. RN 313/Alcaçuz /Entr. Vicinal Nísia Floresta	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontada no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	Obra implantada	-	-	Pesquisa de contagem de tráfego

CONT. QUADRO 89. Marco Lógico - Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

PROJETOS	Situação atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Acesso Entr. BR 101 (Nísia Floresta)/Alcaçuz/Entr. RN 063 (Pirangi)	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	Obra implantada	-	-	Pesquisa de contagem de tráfego
Acesso Entr. RN 063/Lagoa de Arituba	Projeto a ser elaborado	Fluxo de veículos	A ser apontado no estudo de tráfego quando da elaboração do projeto executivo	Atingir o tráfego projetado na avaliação socioeconômica quando da elaboração do projeto executivo	-	Obra implantada	-	-	Pesquisa de contagem de tráfego
Projeto de recuperação e saneamento do Rio Maceió	Elaborar TR	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Recuperação e saneamento do Rio Maceió	Projeto a ser elaborado	Coliformes fecais/100 mililitros	Inexistente	Balneabilidade da água considerada 'muito boa' (Art 2º, §1º, alínea 'b' da Resolução CONAMA nº 274/2000)	-	-	-	-	Relatórios de monitoramento da qualidade da água
Saneamento do bairro de San Valle, em natal	Projeto a ser elaborado	Índice de Salubridade Ambiental de Natal	ISA 0,85 (Diagnóstico Estratégico do PDITS Costa das Dunas 2009)	Aumentar o ISA para no mínimo 0,90	-	-	-	Saneamento implantado	Prefeitura Municipal de Natal
Projetos técnicos do sistema esgotamento sanitário e melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e de S. Miguel do Gostoso	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2013	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

CONT. QUADRO 89. Marco Lógico - Componente Infraestrutura e Serviços Básicos

PROJETOS	Situação atual	Indicador	Linha de base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Sistema esgotamento sanitário e melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água e de S. Miguel do Gostoso	Projeto a ser elaborado	Índice de Salubridade de São Miguel do Gostoso	ISA 0,24 (Diagnóstico Estratégico do PDITS Costa das Dunas)	Aumentar o ISA para no mínimo 0,5	-	-	-	Esgotamento sanitário e abastecimento de água implantados	Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso
Plano Aeroviário Estadual	TR a ser elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano concluído até 2012	-	Plano concluído	-	-	Relatórios governamentais
Projetos executivos de helipontos	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2013	-	-	Projeto concluído	-	Relatórios governamentais
Implantar helipontos	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista com o equipamento	Inexiste	Projeto implantado até 2014	-	-	-	Índice de satisfação acima dos 80%	SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Iniciativa de segurança nas estradas para transporte turístico.	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista com a Segurança do destino	74,94% de avaliações positivas (ótimo + bom) de Natal (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008 Consolidado)	Aumentar para 85% o nível de satisfação com a Segurança do destino ao final do Programa	-	-	-	Índice de satisfação da Segurança de 85%	SETUR e Sistema de Informações Turísticas
Projetos técnicos para estruturação da Companhia de Apoio ao Turismo, da Delegacia do Turista e dos Postos	TR a ser elaborado	Projeto elaborado	Inexistente	Projeto concluído até 2012	-	Projeto concluído	-	-	Relatórios governamentais
Estruturação da Companhia de Polícia de Apoio ao Turismo e Postos	Projeto a ser elaborado	Nível de satisfação do turista com a Segurança do destino	74,94% de avaliações positivas (ótimo + bom) de Natal (Pesquisa Demanda Turística Natal 2008 Consolidado)	Aumentar para 85% o nível de satisfação com a Segurança do destino ao final do Programa	-	-	-	Índice de satisfação da Segurança de 85%	SETUR e Sistema de Informações Turísticas

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

QUADRO 90. Marco Lógico - Componente Gestão Ambiental.

PROJETOS	Situação Atual	Indicador	Linha de Base	Meta	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Meio de Verificação
Estudo das áreas de risco de erosão costeira do Polo	TR a ser elaborado	Estudo concluído	Inexistente	Estudo concluído em 2012	-	Estudo concluído	-	-	Relatórios governamentais
Plano de proteção para as falésias nas áreas de risco do Polo	TR a ser elaborado	Plano elaborado	Inexistente	Plano concluído até 2013	-	-	Plano concluído	-	Relatórios Governamentais
Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	TR a ser elaborado	A ser definido	Inexistente	Implantar as recomendações da AAE	-	Recomendações da AEE	Recomendações da AEE	Recomendações da AEE	A ser definido

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.

É importante salientar que a situação, hoje, para se proceder ao monitoramento das ações a partir de indicadores seguros é muito precária. Não há ainda na SETUR uma sistemática de monitoramento instituída para acompanhamento de ações e projetos a partir da definição de metas e indicadores. As dificuldades são inúmeras: inexistência de dados ou quando existem são de baixa qualidade; limitação de recursos financeiros e técnicos para a coleta de dados; falta de padronização e de controle gerencial, entre outros, para se instituir essa sistemática de *feedback*. Para o turismo, hoje, a única informação sistematizada no Estado é a Pesquisa de Demanda Turística, realizada pela SETUR para os municípios de Natal (04 pesquisas), Tibau do Sul (01 pesquisa), Mossoró (01 pesquisa) e Caicó (01 pesquisa). Por isso, foi previsto a elaboração de um Sistema de Informações Turísticas, dentre as ações do Componente Fortalecimento Institucional, de modo a suprir essa carência atual.

O **Sistema de Informações Turísticas**, que deve ser operado e alimentado pela **SETUR**, deverá ser capaz de gerar relatórios com indicadores do turismo, bem como coletar dados e informações de outros órgãos, mas que sejam de interesse da atividade turística.

Neste capítulo foi apresentado o **Marco Lógico**, uma ferramenta para avaliação e acompanhamento de ações que, mostra, entre outras coisas metas e indicadores de seguimento para cada uma das ações propostas. Neste sentido, o Sistema de Informações Turísticas, a ser ainda estruturado, deve buscar atualizar os indicadores ora propostos para acompanhar e avaliar o resultado dos investimentos do PDITS.

A avaliação deverá levar em conta a capacidade de produção de dados já instalada no governo estadual, assim como a efetivação do Sistema de Informações Turísticas por meio de sua construção Pós PDITS. Observa-se para isso a formação de uma Plataforma que permita aos municípios do Polo enviarem dados primários (p. exemplo, abertura de novos hotéis ou pousadas, licenciamento de obras turísticas, quantitativo de IPTU, ISS, etc.) sendo trabalhados posteriormente por técnicos do órgão gestor do turismo estadual e debatidos no Conselho de Turismo, que avaliará conjuntamente a eficácia das ações. Realizada essa primeira avaliação, os resultados serão publicizados em Boletim Turístico semestral (impresso e na internet), de responsabilidade do governo estadual.

8. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E VALIDAÇÃO

8.1. O Processo Participativo

Na construção da proposta metodológica de elaboração do PDITS, dois elementos foram considerados fundamentais e serviram de balizamento para o desenvolvimento das etapas e atividades do planejamento turístico. O primeiro foi o estágio de desenvolvimento das destinações turísticas e o segundo a participação popular.

O entendimento da consultoria foi fundamentado na importância de saber o que pensa a população das diferentes destinações turísticas; na necessidade da participação da sociedade nas decisões sobre as prioridades a serem destacadas, pois os impactos positivos e negativos atingirão diretamente a ela; logo, é a principal interessada; que a discussão técnica teria que estar associada a uma discussão pública, de modo a não se perder nos meandros do tecnocracismo ou de fundamentações teóricas distantes da vivência prática. Esse caminho evitaria a inconsistência do voluntarismo ou o viés unidimensional do pragmatismo ideológico e, ambos poderiam resultar em decisões políticas geradoras de benefícios a segmentos minoritários ou grupos de pressão.

Para isso foi necessário a construção conceitual entre o conhecimento científico e a visão sócio-política, unindo a teoria à prática, o saber ao viver, cujo resultado é o conhecimento da realidade, nosso objetivo. Assim, buscamos, ao longo de todo o processo, em todas as etapas, fases e atividades a participação dos diversos segmentos da sociedade civil, especialmente das lideranças comunitárias e dos movimentos sociais, dos setores produtivos, dos diferentes setores do Poder Executivo e o Poder Legislativo local. O objetivo da participação cidadã foi o de mobilizar, articulando o verdadeiro envolvimento da sociedade à tomada de decisões para estabelecer um plano de desenvolvimento real, exeqüível e, portanto sustentável para a região turística do Polo Costa das Dunas.

Dessa forma, a elaboração do PDITS foi um processo de construção coletiva, onde foram incorporados os diversos olhares que os cidadãos têm sobre o desenvolvimento do turismo e o que eles desejam para a sua região. Para isso, foram pactuadas diversas formas de participação e utilizadas nos diferentes momentos do processo.

8.2. Instâncias Participativas

Nas diversas etapas de elaboração do PDITS: Plano de Trabalho; Diagnóstico Estratégico; Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico e, Plano de Ação foram utilizadas as seguintes instâncias:

8.2.1. Representantes Municipais

Foi solicitada a cada Prefeitura Municipal que indicasse um servidor, de preferência o da área de Turismo, que ficasse com a responsabilidade de ser o interlocutor entre a Consultoria e o município, como forma de facilitar a troca de informações. Os representantes municipais exerceram papel fundamental, especialmente, na etapa do Diagnóstico Estratégico, ficando responsáveis pelo preenchimento do Questionário e na disponibilização de todas as informações necessárias que subsidiaram os vários aspectos que compuseram o relatório do produto II.

8.2.2. Oficinas com Grupos Específicos

Algumas questões relativas à problemática do turismo foram discutidas com quem realmente tem vivência com o mercado turístico e com profissionais experientes. As oficinas com grupos específicos foi a oportunidade de se debater temas específicos com pessoas que integram áreas de interesse também específicas.

Ao todo, no Polo Costa das Dunas foram 04 (quatro) oficinas, tendo ocorrido 02 (duas) delas para a elaboração do Diagnóstico Estratégico e outras 02 (duas) para a elaboração e definição das Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Plano de Ação.

A **1ª Oficina**, ocorrida em **07/05/2009**, foi realizada tão somente com guias de turismo, a fim de que se tivesse uma visão de quais atrativos, produtos turísticos e/ou destinos eram mais procurados pelos turistas que visitavam o Polo, bem como a opinião desse profissional sobre a oferta turística do Polo, as principais dificuldades enfrentadas, aspectos de destaque etc.

A **2ª Oficina** ocorreu no dia **08/07/2009**, com os membros do Conselho Regional de Turismo, em que foram debatidos vários aspectos pertinentes aos mercados competidores do Polo, utilizando-se 05 (cinco) macrodimensões: Atrativos e Produtos Turísticos; Equipamentos e Serviços Turísticos; Gestão do Turismo; Infraestrutura para o Turismo e Aspectos socioambientais do Turismo. Um das grandes dificuldades apontadas foi a falta de diversificação da oferta turística do Polo Costa das Dunas, notadamente um destino de sol e mar, sendo, portanto, importante promover a utilização de outros atrativos (cultural, potencial náutico, eventos etc.) para incrementar a oferta do Polo.

Superada a fase do Diagnóstico e com a caracterização da área de estudo, partiu-se para a próxima etapa: definir as **Estratégias de Desenvolvimento Turístico** e definir as ações que, compondo um **Plano de Ação**, irão efetivamente promover o incremento do turismo no Polo Costa das Dunas.

A **3ª Oficina** aconteceu em **13/07/2009**, em Natal, contando com a participação dos membros do Conselho de Turismo do Polo Costa das Dunas, representantes dos municípios, de entidades de ensino e do segmento privado.

A Oficina foi planejada em três etapas, inicialmente foram apresentadas as ações não realizadas pelo PDITS I, cabendo discutir se tais ações ainda eram consideradas relevantes para o atual estágio do turismo do Polo. Em seguida, de maneira sucinta, foram apresentados os dados da oficina anterior sobre competitividade, quando havia se discutido como se encontra a região, considerando cinco macrodimensões do planejamento turístico. Nessa segunda etapa, cada participante deveria propor ações ou estratégias para um cenário de dez anos que gostariam de ver no Polo, considerando os aspectos positivos e negativos. Na terceira etapa, os participantes foram divididos em grupo, para propor ações necessárias para se alcançar o cenário desenhado, e por último, novamente de maneira individual, foram marcadas as ações prioritárias.

Algumas ações como a imperiosa necessidade de fortalecimento e estruturação dos órgãos de turismo, diversificação da oferta turística a partir do aproveitamento do patrimônio histórico-cultural, do potencial náutico, requalificação de áreas de orlas degradadas, elaboração de plano de marketing e criação de aterros sanitários para o acondicionamento dos resíduos sólidos foram consideradas fundamentais para o atual estágio do turismo do Polo Costa das Dunas.

Já a **quarta e última Oficina** para elaboração do PDITS Costa das Dunas aconteceu em **24/07/2009**, em Natal, e teve por objetivo discutir, ajustar e validar os cenários traçados na Oficina passada – que foram sistematizados pela Consultoria, bem como as estratégias e ações propostas para o Polo Costa das Dunas.

Nas Oficinas, buscou-se sempre realizar dois momentos de discussão: com os participantes divididos em grupos e depois num grupo maior, momento em que cada grupo apresentava suas propostas e recebia críticas e sugestões de melhoria.

O papel primordial da Consultoria era o de orientar os trabalhos e mediar as discussões, de modo a balancear o conhecimento técnico com os anseios dos participantes, enquanto representantes de diversos segmentos do turismo. De tal modo, que boa parte das proposições que atualmente compõem o PDITS Costa das Dunas partiu das sugestões e discussões das Oficinas.

As Oficinas foram documentadas através das Listas de Presença e de registros fotográficos que se encontram no Anexo X deste documento.

8.2.3. Consultas Públicas

Ao final da elaboração da cada Produto do PDITS, a versão preliminar era enviada à SETUR, Ministério de Turismo, Conselho Regional de Turismo e representantes municipais para leitura, antes da apresentação do relatório do produto na reunião do Conselho.

As reuniões do Conselho Regional de Turismo serviram para apresentação formal dos documentos, sendo o momento para propor alterações, correções, sugestões e contribuições para melhorar o documento e para que pudessem ser validados.

As consultas públicas para aprovação dos Produtos do PDITS ocorreram por 07 (sete) vezes:

1. Apresentação do Plano de Trabalho (CONETUR – Conselho Estadual de Turismo)

Data: 09/02/2009*

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

2. Apresentação do Plano de Trabalho

Data: 20/03/2009

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

3. Apresentação do Diagnóstico Estratégico

Data: 16/06/2009

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

4. Apresentação das Estratégias de Desenvolvimento Turístico e Plano de Ação

Data: 18/08/2009

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

5. Apresentação da Versão Executiva Preliminar do PDITS

Data: 08/03/2010

Local: Hotel Barreira Roxa, Natal/RN

6. Apresentação da Versão Final do PDITS

Data: 31/05/2011

Local: Hotel Praiamar, Natal/RN

7. Apresentação da Versão Final do PDITS para validação do CONETUR

Data: 03/06/2011

Local: Praiamar Hotel, Natal/RN

As Consultas Públicas foram documentadas através das Listas de Presença e de registros fotográficos que se encontram no Anexo X deste documento.

Em anexo seguem também registros de reuniões com a Secretaria de Turismo, Ministério do Turismo e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

8.3. Recomendações

As ações relacionadas a seguir foram pensadas e discutidas nas diversas reuniões e oficinas do Polo Costa das Dunas, porém, em virtude não só do limite de recursos disponíveis do PRODETUR NACIONAL, mas pela sua natureza, poderem ser mobilizadas por outras fontes de financiamentos, não foram incluídas na Matriz de Financiamento. Contudo, entende a Consultoria ser relevante registrar nesse documento por serem ações importantes para o desenvolvimento do turismo planejado e sustentável no Costa das Dunas.

- Ampliar o número de Pesquisas de Demanda Turística para o município de Tibau do Sul, incluindo a alta e a baixa estação;
- Instituir, por parte dos municípios, pesquisas de fluxos de visitantes, pelo menos na alta e na baixa temporada;
- Desenvolver Plano de Sinalização Interpretativa para o Turismo do Polo Costa das Dunas;
- Elaborar diagnóstico da potencialidade turística e Plano de Ação para a estruturação do produto turístico "Lagoas de Nísia Floresta";
- Incentivar os equipamentos turísticos, especialmente os de hospedagem e alimentação, a Programas de Certificação da Qualidade, como o Turismo Melhor (SEBRAE);
- Estimular a utilização da Ficha Nacional de Registros de Hóspedes e o Boletim de Ocupação Hoteleira por parte dos empresários de meios de hospedagem;
- Viabilizar parcerias técnicas entre SETUR, Prefeituras Municipais e meios de hospedagem, a fim de estimular a adoção de práticas estatísticas já utilizadas em nível estadual, como o cálculo de taxa de ocupação hoteleira e outros advindos do preenchimento e processamento da FNRH e BOH, para aqueles municípios que não dispõem de indicadores municipais de turismo;
- Elaborar inventário e diagnóstico do patrimônio histórico-cultural do Polo com fins de restauração e visando o seu aproveitamento turístico;
- Elaborar estudo de viabilidade econômica, social e ambiental para implantação de novo Centro de Convenções de Natal;
- Elaborar e implantar projeto de restauração do frontispício do Cemitério de Arez;
- Estruturar o Roteiro dos Engenhos, em Ceará-Mirim com definição das rotas temáticas e formulação de estratégias mercadológicas de divulgação;
- Elaborar e implantar projeto para revitalização e modernização dos museus de Natal;
- Estruturar uma Marina em Natal;

- Elaborar projeto executivo para implantação de terminal de passageiros no porto de Natal;
- Elaborar estudos de impacto econômico e social do turismo para o Polo Costa das Dunas de forma sistemática, integrados aos demais Polos turísticos do Rio Grande do Norte;
- Desenvolver estudo para identificação de áreas críticas de tráfego no Polo Costa das Dunas;
- Elaborar Plano de Saneamento do Polo Costa das Dunas;
- Elaborar estudos para a criação de Unidades de Conservação para os complexos de lagoas e campos de dunas nos municípios do Polo Costa das Dunas;
- Instituir o Projeto Orla nos municípios litorâneos que ainda não possuem;
- Elaborar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas de Pitangui e Jenipabú, em Extremoz;
- Elaborar Projeto de Proteção e recuperação das margens da Lagoa de Jacumã, em Ceará-Mirim;
- Elaborar Projeto de Proteção e recuperação das margens das Lagoas do Bonfim, Arituba e Carcará, em Nísia Floresta;
- Elaborar projeto de recuperação e saneamento do Rio Pirangi, em Parnamirim;
- Delimitar área de proteção e áreas passíveis de visitação das piscinas naturais de Pirangi e capacidade de suporte de visitação diária.

Da mesma forma, algumas das ações da Matriz de Planejamento do PDITS I, PRODETUR NE II, não foram realizadas, sendo importante a sua concretização para o turismo do Polo, algumas das quais, como se viu, assemelham-se bastante às propostas na Matriz Atual.

Keila Brandão Cavalcanti
Diretora

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.F.M.; HASSUI, Y.; BRITO NEVES, B.B. & FUCK, R.A., 1977. **Províncias estruturais brasileiras**. In: SBG, Simpósio Brasileiro de Geologia do Nordeste, 2, Campina Grande, Anais. p. 242-258.

AMARAL, R. F. **Contribuição ao estudo da evolução morfodinâmica do litoral oriental sul do rio grande do norte, entre ponta de Búzios e Baía Formosa**. Porto Alegre, 2000, 252 p. Tese de doutorado em geociências, Instituto de Geociências Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ARARIPE, P.T. & FEIJÓ, F., 1994. **Bacia Potiguar**. *Boletim de Geociências da PETROBRÁS*.

BAHL, Miguel e AGUIAR, Maria de Fátima. **Competência Profissional no Turismo e Compromisso Social**. São Paulo; Roca, 2006.

BALANZÁ, Isabel Milio e NADAL, Mônica Cabo. **Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos**. Thomsom, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. **Planejamento e Gestão em Turismo**. São Paulo; Roca, 2003.

BEZERRA, F. H. R.; FONSECA, V. P.; LIMA FILHO, F. P. **Seismites: origen, criteria for identification and examples from the Quaternary record of northeastern Brazil**. *Pesquisas em Geociências (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 205-212, 2001.

BEZERRA, Marcelo Tinoco, SOBRINHA, Maria Dulce P. Bentes, TRIGUEIRO, Edja (org.). **Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – PRAC/Ribeira**. Natal: EDUFRN, 2008.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2002.

BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento Turístico: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL/IBAMA. **Boletim Estatístico de Pesca do Nordeste do Brasil (IBAMA)**, 2003.

BRASIL/Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Brasília, 2009.

BRASIL/Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, 2009.

BRASIL/MTur. **Conceitos básicos e apoio à comercialização de produtos segmentados.** Ministério do Turismo: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.

BRASIL/MTur. **Estruturação de Produto Turístico.** Ministério do Turismo: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.

BRASIL/MTur. **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental.** Ministério do Turismo. 2009.

BRITO NEVES, B.B. - **Proterozoic passive continental margin of Brazil - Africa.** In: COLLOQUE DE GÉOLOGIE AFRICAINE, 15., 1990, Nancy, *Abstracts*. Nancy, 1990. p.168.

CAMARGO, José Eduardo. **Guia Quatro Rodas Brasil 2009.** São Paulo: Editora Abril, 2008.

CARVALHO, Caio Luiz de e BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizadores). **Discussões e propostas para o turismo no Brasil:** Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006.

CASTELLANI, Rodrigo *et al.* **Mapeamento geoambiental do estuário do rio Ceará-Mirim, com base em imagens de alta resolução do satélite IKONOS II.** Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 499-506.

CEDEPLAR. **A nova geografia econômica do Brasil:** uma proposta de regionalização com base nos Polos econômicos e suas áreas de influência. Belo Horizonte: CEPLAR, 2000.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt e STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **Inventário Turístico:** primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

CHIAS, Josep. **Turismo, o negócio da felicidade:** desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades; tradução Sandra Valenzuela. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização do Rio Grande do Norte nos anos 70.** Natal: CCHLA:UFRN, 1995.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. e VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza:** realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CUNHA, Eugenio Marcos Soares. **Evolução Atual do Litoral de Natal – RN (Brasil) e suas Aplicações a Gestão Integrada**. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, 2004.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano: no processo do planejamento**. São Paulo: Pini, 1990. MABESSONE J.M. & ALHEIROS M.M. 1991. Base Estrutural. In: **Estudos Geológicos: Revisão Geológica da Faixa Costeira de Pernambuco, Paraíba e Parte do Rio Grande do Norte**, UFPE - Recife, Série B, v. 10, p. 33-43.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano: no processo do planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo – Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

FLAGUIARI, Gabriela Scuta e GUERRA, Gleice Regina. **Desenvolvimento Sustentável do Turismo – Uma Compilação de Boas Práticas**. São Paulo; Roca, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria do Turismo do Estado do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Ceará Costa do Sol**. Ceará, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó. Natal, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- Apêndices I, II, V e VI do Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó. Natal, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- Termo de Referência para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polos Costa das Dunas, Costa Branca e Seridó. Natal, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Costa das Dunas**. Natal, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Plano Diretor de Resíduos Sólidos Polo Costa das Dunas**. Natal, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Indicadores Básicos do Turismo**. Natal, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Pesquisa de Demanda Turística**. Natal, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Pesquisa de Demanda Turística**. Natal, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo.- **Pesquisa de Demanda Turística**. Natal, 2008.

IDEMA. Disponível em <<http://www.idema.rn.gov.br/apas.asp>>. Acesso em 27 de maio de 2009.

IDEMA. **Programa água azul: projeto estudo de balneabilidade das praias do rio grande do norte**. CEFET/RN, 2008.

IDEMA. **Relatório de avaliação da situação sócio-econômica e ambiental do estuário do Ceará-Mirim**. 2004.

IDEMA. **Relatório de avaliação da situação sócio-econômico-ambiental do complexo estuarino - lagunar de Guaraira & Papeba / litoral oriental do Estado do Rio Grande do Norte**. 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Brasília: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos**. Lei nº 3.924, 26 de julho de 1961. Brasília: IPHAN, 1961.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937. Brasília: IPHAN, 1937.

JARDIM DE SÁ, E.F., 1984. **A evolução Proterozóica da Província Borborema**. In: SBG, simpósio de Geologia do Nordeste, 11, Recife, Atas..., p. 297-271.

LAMAS, José Manoel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2ed. Lisboa: Calouste Gulbenkin, 2002.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: ALEPH, 2008.

LIMA FILHO, M. F. 1999. **Stratigraphic evolution on the Pernambuco e Paraíba Basin and its implications for the development paleogeography of northeast of Brazil**. In: Simpósio Nacional de Estudos Tectônicos, 7, Anais, p. 34-36, Mapa Geológico do Rio Grande do Norte, CPRM.

LOPES, Fátima M. Colonização e resistência. In: **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, IHG/RN, 2003, p. 130-133.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2008.

MEDEIROS, Valério Augusto S. de. **Da praça forte seiscentista aos grandes eixos**. Monografia: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFRN). Natal: 2002.

MOLLETA, Vânia Beatriz Florentino. **Turismo Cultural**. 4ª ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2004.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. **Areia – Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (século XVIII, XIX e XX)**. Recife: UFPE/MDU, 2008.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti. **Terras Potiguares**. Natal: Dinâmica, 1998.

MOURA, Eulina Maria. **Avaliação da disponibilidade hídrica e da demanda hídrica no trecho do rio Piranhas-Açu entre os açudes Coremas-mãe d'água e armando ribeiro Gonçalves**. Natal [RN], 2007.

NASCIMENTO, R. S. C.; SÁ, J. M. ; GALINDO, A. C. ; MCREATH, I. ; NASCIMENTO, M. A. C. **Granitóides Neoproterozóicos alcalinos com andradita no extremo nordeste da Província Borborema.** In: XL Congresso Brasileiro de Geologia, 1998, Belo Horizonte. Anais, 1998. p. 513-513..

NETO, Miguel Dantas Cavalcanti. **Praias Potiguares.** Natal. 3ª Edição, 2006.

NETTO, Alexandre Panosso e ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Editores). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas.** Barueri, SP: Manole, 2009.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil.** IBGE, Rio de Janeiro, 1989. 2 ed., 422 pp.

NUNES, Elias; TAVARES, José Aribério. **Análise física e ambiental do ecossistema dunas e lagoas do litoral nordeste oriental, Rio Grande do Norte, Brasil.** *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/120.htm>>

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES.. **Tipologia das Cidades.** Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

PENERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEREIRA, Luciana Noronha. **Morfologia Urbana e atratividade de destinação turística: a importância da imagem na compreensão do sistema turístico da Vila de Alter do Chão (Santarém-PA).** Balmeário Camboriú: UNIVALI, 2007.

PNDR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. 1 CD-ROM.

REIS FILHO, Nestor Goulard. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

REJOWSKI, Mirian e COSTA, Benny Kramer (Organizadores). **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão.** São Paulo: Atlas, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE, IDEMA. **Diretrizes para política de controle da desertificação no Rio Grande do Norte.** Natal, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE, SERHID. **Água de beber: o novo curso das águas.** Natal: NE, 2005.

RIO GRANDE DO NORTE, SERHID. **Águas potiguares: açudes públicos.** Natal: SERHID/RN, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. **Diagnóstico para o Plano Estratégico Natal – uma Metrópole em Formação**. Natal, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte – 2004**. Natal: Grafpel, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE/IDEMA. Estuários do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUSCHMANN, Dóris e SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene e SOLHA, Karina Toledo (organizadoras). **Turismo: uma visão empresarial**. Barueri, SP: Manole, 2004.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo no Brasil – Análise e Tendências**. Barueri, SP: Manole, 2002.

SÁ, E. F. J. *et al.* 1981. **Esboço da geologia precambriana no extreme Oeste Potiguar**. In: Simpósio de Geologia do Nordeste, Recife. p. 315-328.

SA, J. M. ; LEGRAND, J. M. **Superposição de Eventos Metamórficos Na Região da Serra do Chico – Lages (Rn)**. REV. CIENCIAS TERRA, v. 8, p. 0-0, 1983.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte. **Cadastro Empresarial do Rio Grande do Norte**. 2010.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Dados de Capacitação Profissional no Polo Costa das Dunas**. Natal, 2009.

SIACWEB – SISTEMA DE EDUCAÇÃO: **Relatório de Eventos Por Projeto/Ação**. 2009.

SILVA, Edmilza Borges. **O patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Ceará-Mirim**. Monografia: Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFRN). Natal: 2005.

SWARBROOKE, John e HORNER, Susan; tradução de Saulo Krieger. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

THOMAZI, Silvia Maria. **Cluster do Turismo: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local**. São Paulo: Aleph, 2006.

VALLS, Josep-Francesc; BUSTAMANTE, Javier; GUZMÁN, Francisco e VILA, Mar. **Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VAN SCHUMUS, W.R. *et al.* 1995. **U/Pb and Sm/Nd geochronologic studies of the Eastern Bormorema Province, Northeastern Brasil: inicial conclusions**. Journ. of South Am. Earth Sci., v.8, p. 267-288.

VAUTHEIR, Louis Leger. **Casas de residência no Brasil**. São Paulo: *in* Arquitetura Civil I., FAUSP e MEC/SPHAN, 1975.

VITAL, Helenice *et al.* **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro: Rio Grande do Norte**.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lazer – Turismo, Planejamento e Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização Urbana – Planejamento e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

LISTA DE SITES CONSULTADOS

Banco do Nordeste. Polo de Turismo. Disponível em <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_riogdonorte.asp>

Chão Potyguar. Disponível em <www.chaopotyguar.blogspot.com>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Diário de Natal. Disponível em <www.diariodenatal.com.br>. Acesso em junho de 2009.

Férias Tur. Disponível em <www.ferias.tur.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Fundação José Augusto. Disponível em <www.fja.rn.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2009.

Ícones e Sistemas. Disponível em <www.icone.inf.br/ares>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <www.iphan.gov.br>. Acesso em 10 de maio de 2009.

Macaíba RN Brasil. Disponível em <www.macaibarnbrasil.blogspot.com>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <www.mma.gov.br>. Acesso em junho de 2009.

Natal Press. Disponível em <www.natalpress.com>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Parque das Dunas. Disponível em < <http://www.parquedasdunas.rn.gov.br/>>. Acesso em 27 de maio de 2009.

Portal de Turismo. Disponível em <www.turismo.natal.rn.gov.br>. Acesso em junho de 2009.

Praia de Pipa. Disponível em <www.pipa.com.br>. Acesso em 01 de junho de 2009.

Praias do Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://blog.praiasnordeste.com.br>>. Acesso em 01 de junho de 2009.

Prefeitura Municipal de Nísia Floresta. Disponível em <www.nisiafloresta.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal de Parnamirim. Disponível em <www.parnamirim.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante. Disponível em <www.saogoncalo.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal de São José de Mipibu. Disponível em <www.saojosedemipibu.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal do Natal. Disponível em <www.natal.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte - SETUR. Disponível em <www.brasil-natal.com.br>. Acesso em junho de 2009.

Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. Disponível em <www.setur.rn.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Tribuna do Norte. Disponível em <www.tribunadonorte.com.br>. Acesso em junho de 2009.

Trilhas Pé de Poeira. Disponível em <www.trilhaspedepoeira.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2009.

Turismo do Nordeste. Rio Grande do Norte: Folclore. Disponível em <www.turismodonordeste.com/folclore-rio-grande-do-norte.htm>. Acesso em 31 de maio de 2009.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em <www.musa.ct.ufrn.br>. Acesso em 08 de maio de 2009.

Whalá. Disponível em <www.whala.com.br>. Acesso em junho de 2009.

ANEXOS

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS

ANEXO I
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA COLETA DOS DADOS (RESPONDIDO PELOS SECRETÁRIOS DE TURISMO)

MUNICÍPIO:

POLO TURÍSTICO:

PARTE 1 - TURISMO

1. Atrativos Turísticos Naturais

Atrativo	Nome	Descrição	Localização e distância da sede	Gestão (público, privada, etc.)	Acesso (asfalto, paralelepípedo, barro)	Empregos Gerados

Fazem parte de algum roteiro turístico? Se sim, qual, descrevendo-o sucintamente.

2. Atrativos turísticos histórico-culturais do seu município?

Atrativo	Nome	Descrição	Localização e distância da sede	Gestão (público, privada, etc.)	Acesso (asfalto, paralelepípedo, barro)	Empregos Gerados
Museus						
Teatros						
Prédios						
Monumentos						
Sítios arqueológicos						

Fazem parte de algum roteiro turístico? Se sim, qual, descrevendo-o sucintamente.

3. Existe um calendário de eventos no seu município? Citar os principais eventos.

4. Existe algum evento que atraia turistas? Qual? Faça uma descrição sucinta.

5. Existe uma média do fluxo de turistas que participam do evento?

6. Artesanato:

a) Qual o artesanato característico do município?

b) Já é comercializado como um produto turístico?

c) Quantos artesãos existem no município?

d) Existe alguma associação ou cooperativa dos artesãos?

e) Sobre a venda de artesanato, existe um ponto específico com esse objetivo?

Se sim, responda o que se segue:

Ponto	Produtos oferecidos	Localização e distância da sede	Horário de funcionamento	Empregos gerados	Outros serviços oferecidos

7. Qual a comida característica de seu município? Já é comercializada como produto turístico? Existe algum restaurante famoso por servir essa iguaria (citar endereço)?

8. Manifestações artísticas e folclóricas

a) Quais são as manifestações folclóricas de seu município? Descreva sucintamente.

b) Cite os grupos folclóricos do município.

c) Existe um local específico para a apresentação desses grupos para a comunidade/turistas.

9. Meios de hospedagem

Equipamentos	Estabelecimento	Nº de UHS	Nº de Leitos	Empregos gerados
Hotel				
Pousada				
Albergue				
Camping				
Flat				
Resort				
2ª residência				
Motel				

10. Equipamentos de alimentação

Equipamentos	Localização	Empregos gerados
Bares		-
Restaurantes		-
Fast-food		-
Lanchonete		-
Outros		

11. Agências de Viagens de Receptivo e Operadoras de Tours

Equipamentos	Empreendimento	Empregos Gerados	Produtos oferecidos
Agências de turismo			
Operadoras de turismo			

a) Guias e/ou orientadores de turismo

- Número de guias de turismo

- Que falam outras línguas. Quais?
- b) Número de orientadores de turismo
- Que falam outras línguas. Quais?
- c) Existe alguma associação ou cooperativa ou outros tipo de organização associativa no município?

12. Locadoras de Veículos e Serviços de Transporte Turístico

Equipamentos	Empreendimento	Localização	Empregos gerados
Locadoras de automóveis			
Táxi			
Buggys			
Vans			
Outros			

- a) Existe alguma organização associativa no município (táxi, bugueiros, etc?)
- b) Nº de associados de capa organização
- c) Cite os meios de transporte utilizados para acesso ao município. (Ônibus de linha, táxi, vans, etc.)

13. Equipamentos e Serviços para Reuniões e Eventos

Equipamentos	Empreendimento	Capacidade	Sala de maior capacidade (Área e nº de lugares)	Empregos gerados
Centro de convenção				
Hotéis				
Resorts				
Outros equipamentos				

13.1. Espaços abertos para a realização de eventos, informando a capacidade, e outros serviços oferecidos.

- a) Empresas especializadas na organização de eventos?

Empresa	Localização	Serviços oferecidos	Empregos gerados

14. Animação e Entretenimento

Equipamentos	Empreendimento	Localização	Serviços oferecidos	Empregos gerados
Shopping				
Passeios de barco				
Parques				
Caminhadas				
Outros				

15. Informação Turística e Sinalização Turística

- a) Postos de Informação Turística

Posto	Localização	Horário de funcionamento	Serviços oferecidos	Materiais oferecidos (folders, mapas, etc)	Empregos gerados

- b) As pessoas que trabalham nos postos de informação turística possuem qualificação/treinamento específico?
- c) Falam outra língua?
- d) O município conta com sinalização turística?
- e) Se sim, de onde vieram os recursos (Município, Estado, Governo Federal, outros?)

16. Investimentos Futuros do Setor Privado

- a) Empreendimentos turísticos que estejam, foram licenciados, que estão sendo licenciados no município, ou que foi solicitado alvará?

Tipo	Nome	Localização	Nº de UHs	Valor R\$ ou U\$	Empregos estimados
Hotel					
Resort					
Campo de Golfe					
Outros					

17. Existe um número aproximado de quantos turistas o município recebe por mês ou ano?

18. Existe alguma obra realizada, em realização ou a ser realizada pelo Ministério do Turismo em seu município? Qual? Em que fase se encontra e quais os recursos destinados a ela?

PARTE II – GESTÃO MUNICIPAL

1. Dados do Órgão Municipal de Turismo

- a) Nome do órgão:
- b) Endereço:
- c) Telefone e Fax:
- d) E-mail:
- e) Home page:
- f) Possui equipamentos de informática?
- g) Como é a estrutura física de trabalho?
- h) O órgão possui dotação orçamentária própria?
- i) É vinculado a alguma Secretaria Municipal? Qual?
- j) Organograma do órgão:
- l) Listar a equipe técnica, conforme quadro abaixo:

Nome	Cargo	Escolaridade / Formação			Vínculo		
		NB	NM	NS	EFE	COM	CONT

Legenda: NB: Nível Básico; NM: Nível Médio; NS: Nível Superior (informar o curso)
 EFE: Efetivo; COM: Comissionado; CONT: Contratado

2. É membro titular do Conselho Regional de Turismo?

3. Possui Conselho Municipal de Turismo?

- a) Em caso afirmativo, qual a composição?
- b) Qual a frequência de reuniões?

4. Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?

- a) Em caso afirmativo, qual a composição?
- b) Qual a frequência de reuniões?

5. Possui Inventário Turístico?

- a) Em caso afirmativo, quando foi elaborado?

6. Possui Plano Estratégico ou de Turismo?

- a) Em caso afirmativo, quando foi elaborado?

7. Possui Plano Diretor?

- a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

8. Possui Código de Obras?

a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

9. Possui Código de Meio Ambiente?

a) Em caso afirmativo, qual o número da lei e ano de aprovação?

10. Faça um pequeno resumo sobre o desenvolvimento do turismo do Polo, onde seu município está inserido, destacando os pontos fortes e fracos.

PARTE III – INFRAESTRUTURA

1. Abastecimento de água

a) Quem opera o Sistema?

b) Percentual de atendimento de água na área urbana?-

c) Nas comunidades rurais (fora da sede), como é realizado o abastecimento?

() Água encanada () Chafariz () Poço

2. Esgotamento Sanitário

a) Existe () coleta () tratamento do esgoto doméstico?

b) O local de depósito do lixo é considerado:

() Aterro sanitário () Aterro controlado () Depósito de lixo

A que distância fica da sede?

3. Sistema Viário

a) As estradas de acesso a sede do município, informando o recobrimento (asfalto, paralelepípedo, barro) e a distância para BR ou RN próximas.

b) Transporte Público

Qual o meio de transporte mais utilizado no município?

() Ônibus () Vans () Táxi () Outros, Citar: _____

c) Existe terminal rodoviário?

() Sim () Não

Obrigada!

Start Pesquisa e Consultoria Técnica

ANEXO II
ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: DINÂMICA POPULACIONAL

Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por faixa etária, 2000.

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Arez	1271	1335	1368	1354	993	909	813	741	519	425	308	310	274	246	171	141	145
Baía Formosa	862	850	971	968	697	653	548	532	397	282	277	228	180	141	96	70	69
Canguaretama	3590	3367	3431	2941	2387	2138	1858	1661	1140	881	781	714	602	467	375	312	366
Ceará-Mirim	7389	7277	7470	7094	6112	4748	4282	3665	2790	2239	2230	1846	1495	1132	937	775	943
Extremoz	2374	2239	2242	2126	1884	1643	1567	1279	931	682	686	503	448	330	244	190	204
Macaíba	5942	6192	6288	5828	5312	4550	4218	3573	2558	2083	1931	1611	1355	1035	863	708	836
Maxaranguape	987	1062	978	933	756	575	519	427	335	300	290	215	202	148	114	81	79
Natal	64017	65115	72195	78819	71434	59253	57996	55275	45079	35554	30272	21039	17140	12340	10657	7874	8258
Nísia Floresta	2309	2274	2119	1953	1784	1609	1458	1230	857	697	713	545	465	340	273	202	212
Parnamirim	13370	13081	13267	13054	12104	11655	11657	10251	7427	5246	4163	2761	2201	1473	1202	811	967
Pedra Grande	503	525	559	474	369	284	203	190	150	155	142	111	86	82	74	52	58
Rio do Fogo	1237	1058	1112	1115	925	686	623	454	359	308	309	264	248	174	144	102	99
São Gonçalo do Amarante	8309	7859	7824	7349	6956	6196	5660	4736	3520	2574	2304	1780	1261	947	801	672	687
São José de Mipibu	4175	4100	4031	3862	3142	2740	2491	2118	1600	1297	1267	1076	858	636	540	434	545
São Miguel do Gostoso	995	1053	1091	883	625	500	430	389	277	272	258	217	157	140	111	88	94
Sen.Georgino Avelino	402	398	396	407	315	231	212	173	173	105	126	108	79	39	37	43	58
Tibau do Sul	926	863	830	927	804	641	504	454	396	288	241	223	192	148	117	93	102
Touros	3471	3484	3686	3267	2441	2087	1810	1548	1144	973	965	815	692	469	416	284	327
Polo Costa Dunas	122.129	122.132	129.858	133.354	119.040	101.098	96.849	88.696	69.652	54.361	47.263	34.366	27.935	20.287	17.172	12.932	14.049

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Polo Costa das Dunas: População Total distribuída por faixa etária, 2007

Municípios	Faixa Etária																
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80 e mais
Arez	1119	1236	1368	1289	1246	1031	896	810	747	571	423	325	334	248	199	154	189
Baía Formosa	796	894	888	846	836	680	678	620	556	413	317	267	202	205	118	71	79
Canguaretama	2974	3292	3499	3290	2822	2362	2028	1870	1672	1169	865	781	669	551	440	325	386
Ceará-Mirim	5798	7026	7197	6865	6467	5656	4638	4258	3700	2777	2203	2204	1818	1460	1027	786	1077
Extremoz	1972	2247	2403	2215	2058	1790	1537	1571	1306	1004	769	698	499	444	301	223	267
Macaíba	5328	6127	6634	6431	5983	5525	4908	4433	3923	2945	2322	1955	1562	1403	992	725	998
Maxaranguape	922	1040	1054	969	869	787	640	518	468	367	282	318	228	184	137	93	85
Natal	22702	26507	28042	27814	29164	26698	23177	21697	20343	15713	12035	8960	5957	4519	2859	2119	2720
Nísia Floresta	2108	2396	2527	2259	2095	1836	1783	1610	1382	1054	815	759	601	500	307	247	266
Parnamirim	12438	14851	15265	15944	16485	16475	14990	14471	12851	9738	6720	5302	3504	2680	1734	1171	1518
Pedra Grande	406	425	500	426	374	334	270	221	162	150	143	142	121	85	54	46	58
Rio do Fogo	1025	1105	1138	976	984	830	741	593	476	332	286	289	239	256	143	104	118
São Gonçalo do Amarante	6353	8004	8195	7667	7405	6884	6207	5599	5010	3632	2826	2381	1778	1355	819	638	901
São José de Mipibu	3441	3847	4076	3834	3528	3013	2611	2450	2194	1686	1296	1205	1055	895	568	433	596
São Miguel do Gostoso	853	1023	1135	1012	925	659	595	500	427	337	270	289	229	186	117	100	140
Sen. Georgino Avelino	417	412	425	361	366	310	276	225	165	176	115	121	106	82	44	26	55
Tibau do Sul	1055	1099	1085	999	1191	1074	879	698	590	490	356	324	239	173	141	106	127
Touros	2850	3367	3551	3191	3052	2357	2038	1799	1543	1119	918	937	796	697	443	349	403
Polo Costa Dunas	72.557	84.898	88.982	86.388	85.850	78.301	68.892	63.943	57.515	43.673	32.961	27.257	19.937	15.923	10.443	7.716	9.983

Fonte: Contagem Populacional de 2007, IBGE.

ANEXO III CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

GLOSSÁRIO DE TERMOS GEOAMBIENTAIS

- a) Dunas: corpos de areia quartzosos acumulados naturalmente pelo vento, dividindo-se entre móveis e fixas. As móveis são aquelas dunas desprovidas de vegetação e que migram continuamente; as fixas são aquelas de origem mais antiga e recobertas por vegetação (Lei 7.771/2000). As paisagens dos campos dunares despertam curiosidade para muitas pessoas e constituem unidades paisagísticas que só ocorrem em pontos localizados do planeta, servindo de atrativo turístico, não só para apreciação da paisagem, mas para realização de trilhas e passeios em veículos especiais.
- b) Praias: entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema (Lei 7.661/1988). Por sua posição junto a um corpo de água, as praias constituem forte atração para o lazer, com significativas implicações econômicas por meio das atividades associadas ao turismo e esportes náuticos (MUEHE, 2004, p. 13-14).
- c) Arenitos de praia (*beachrocks*): rochas resultantes do endurecimento e cimentação das areias dos recifes formados sobre as praias (GUERRA, 2006, p. 56-58). Representam antigas linhas de costa, isto é, antigas praias cimentadas que não cedem pelo material resistente que apresentam. Estes arenitos podem encontrar-se submersos, constituindo um importante substrato para os corais, algas calcárias, fauna e flora bentônica e associada, ou emersos, que permanecem grande parte do tempo acima da linha d'água, contribuindo para a redução do impacto das ondas, formando em alguns locais piscinas naturais, atrativos para banhistas.
- d) Estuário: é um corpo aquoso litorâneo raso e geralmente salobro com circulações mais ou menos restrita, que mantém comunicação constante com o oceano aberto²³. Os grandes estuários são explorados principalmente por atividades econômicas tais como: pesca, salinas e carcinicultura. São geralmente alvo de instalação de portos e marinas, sendo estas últimas bastante visadas para o turismo.
- e) Falésia: termo usado indistintamente para designar as formas de relevo litorâneo abruptas ou escarpadas ou, ainda, desnivelamento de igual aspecto no interior do continente. Deve-se, no entanto, reservá-lo, exclusivamente, para definir tipo de costa no qual o relevo aparece com fortes abruptos²⁴. Tais feições forma verdadeiros paredões paralelos a linha de costa construída nas seqüências sedimentares do Barreiras, que despertam o interesse dos transeuntes que passam pelas praias.
- f) Planície de deflação: a planície de deflação geralmente abrange a área situada entre a zona de praia e os campos dunares que se desenvolvem mais para o interior do continente. Nessa região existe uma dinâmica intensa, originada da inter-relação dos processos praias, com os eólicos e hidrológicos. Nas partes mais baixas do terreno, observam-se afloramentos do freático que dão origem as áreas alagadiças, notadamente na estação das chuvas. Comumente o processo de deflação é interrompido devido ao surgimento de uma vegetação herbácea, que fixa os sedimentos arenosos, reduzindo a

²³ Kenitiro Suguio. Geologia Sedimentar. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2003. p. 261.

²⁴ Antônio José Texeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 265.

ação dos ventos em seu trabalho de destruição e transporte. Sobre essas unidades são realizadas intervenções humanas principalmente voltadas para a construção civil. Torna-se um problema freqüente para pessoas que possuem moradias ou outras edificações nesses ambientes, quando no período chuvoso, pois o nível do lençol freático sobe, causando alagamentos em diversos locais, às vezes verdadeiras lagoas que impedem a circulação de pessoas e veículos, entre outros transtornos como inundação das construções. Além disso, o processo de deflação dos sedimentos que alimentam as dunas mais interiorizadas é interrompido.

- g) Lagoas/lagoas: lagoa é uma porção de água, geralmente de pequena extensão, cercada por terra. Por todo o litoral leste existem inúmeras lagoas, algumas temporárias outras permanentes, situadas nos Tabuleiros Costeiros e em áreas interdunares; o termo laguna se refere a uma depressão formada por água salobra ou salgada, localizada na borda litorânea, comunicando-se com o mar através de canal. No caso do Polo Costa das Dunas, existe uma laguna, a Laguna Guaraíras desenvolve-se no estuário do rio de mesmo nome, porém por força da expressão local, a laguna é conhecida por lagoa. A paisagem do local é alvo de interesse turístico, principalmente durante o pôr do sol, aonde há o passeio de barcos e que fazem travessia de uma margem a outra do canal.
- h) Recife de coral: os recifes de coral crescem em alguns locais de mares tropicais, de forte ação de ondas, forte o suficiente para manter disponível na coluna d'água alimento e oxigênio dissolvido. Os recifes de coral também dependem de águas rasas, limpas, mornas e pobres em nutrientes para crescer. Os corais são organismos coloniais que em sua maioria constroem esqueletos calcários. Tais esqueletos são responsáveis pela estrutura rochosa chamada recifes de coral.
- i) Manguezal: ecossistema costeiro presente em áreas estuarinas, sujeito ao regime das marés, que apresenta vegetação arbórea, arbustiva e herbácea (mangue) em substrato lodoso. Sua extensão vai desde o limite inferior da baixa-mar até a zona terrestre acima da influência das marés (Lei 7.871/2000).
- j) Tabuleiros Costeiros: constituem formas de relevo plano com suaves ondulações (platô sedimentar), com altitudes que não excedem os 150 metros, possuindo quebras de relevo quando da presença de vales.
- k) Planícies: constituem terrenos mais ou menos planos, geralmente extensos, onde os processos de agradação superam os de degradação. Nestas áreas, a topografia caracteriza-se por apresentar superfícies pouco acidentadas, sem grandes desnivelamentos relativos, com exceção de pequenos trechos aonde ocorrem quebras de relevo devido ao trabalho erosivo dos vales.

ANEXO IV

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

O presente relatório fotográfico objetiva expor os ecossistemas existentes no litoral do Polo, as formas de relevo e os recursos naturais mais explorados pela atividade turística. As fotografias foram fornecidas pelo órgão estadual de meio ambiente, o IDEMA.

Natal

- I – Morro do Careca na Praia de Ponta Negra (Duna);
- II – Via Costeira;
- III – Ponte Newton Navarro na Praia do Forte;
- IV – Estuário do Rio Potengi com presença de Manguezal (ZPA 08);
- V – Forte dos Reis Magos;
- VI – Praia da Redinha.



Litoral a Sul de Natal

Parnamirim

- I – Praia de Pirangi do Norte;
- II – Falésias na Praia da Barreira do Inferno;
- III – Ponte sobre o Rio Pirangi degradado nas margens decorrido de áreas de empréstimo.



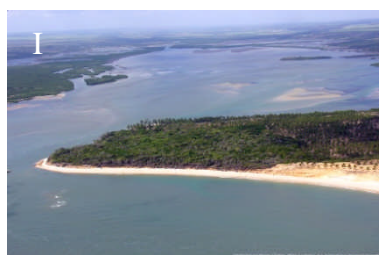
Nísia Floresta

- I – Dunas e lagoas interdunares nas proximidades do Rio Pirangi;
- II – Ocupação irregular em área de dunas de Búzios;
- III – Falésias na Praia de Tabatinga (Mirante dos Golfinhos);
- IV – Praia de Tabatinga protegida por arenitos/ao fundo a Lagoa de Arituba.



Senador Georgino Avelino

- I – Praia de Malembá, ao fundo a Lagoa de Guaraíras, divisa com Tibau do Sul e Arez mais para o interior.



Tibau do Sul

- I – Sede do município limite com a Lagoa de Guaraíras;
- II - Presença de Falésias na Praia de Cacimbinhas, ocupação na fração protegida da Falésia e ocupação na faixa de Praia;
- III – Ponta do Madeiro;
- IV – Praia de Pipa;
- V – Praia do Amor e Chapadão da Pipa;
- VI – Praia de Sibaúma e desembocadura do Rio Catu.



Canguaretama

- I – Barra de Cunhaú, estuário do Rio Cunhaú.



Baía Formosa

- I – Falésias e dunas no limite norte da sede municipal;
- II – Construções sobre área de dunas e encostas;
- III – Mata Estrela – remanescente da Mata Atlântica, Praia de Sagi;
- IV – Ocupação irregular na faixa de praia, sede do município.



Litoral a Norte de Natal

Extremoz

I – Lagoa de Jenipabú entre as Dunas da APA de Jenipabú;

II – Praia de Jenipabú, passeio a cavalo na praia e dromedários sobre as Dunas;

III – Barra do Rio, estuário com presença de manguezal, ocupação das margens, ocupação de restinga²⁵ e sob atuação de processos erosivos;

IV - Ocupação da planície de deflação na Praia de Graçandu; nível elevado do lençol freático resultando em alagamentos;

V – Praia de Pitangui sob atuação do processo erosivo do mar; a elevação do nível médio dos mares avança sobre o continente, e as residências mais antigas tentam manter-se através da construção de paredões de rochas resistentes.



²⁵ Depósito arenoso paralelo a linha de costa, de forma geralmente alongada, produzida por processos de sedimentação.



Ceará-Mirim

- I – Praia de Jacumã e o processo de ocupação da planície de deflação;
- II – Praia de Muriú e a erosão costeira proporcionada pelo avanço do mar;
- III – Praia de Muriú, com destaque para empreendimento turístico implantado nas proximidades das dunas.



Maxaranguape

- I – sede do município, Barra de Maxaranguape, aonde constata-se ocupação irregular as margens do estuário do Rio Maxaranguape;
- II – Praia de Maxaranguape com presença de Falésias de menores proporções que o litoral sul; ocupação da planície costeira por casas de veraneio e ao fundo, dunas fixas e móveis;
- III – Praia de Caraúbas, Falésias, dunas e lagoas interdunares ao longe;
- IV – Praia de Maracajaú, aonde se verifica a formação de Pontas e enseadas; ocupação sobre a Planície de Deflação (Ma-noa Park); e campos dunares fixos e móveis que se estendem quilômetros para o interior do continente;
- V - Parrachos de Maracajaú utilizados para mergulho controlado.



Rio do Fogo

I – Dunas móveis avançando sobre o continente; Parque eólico instalado sobre dunas;

II – Rio Punaú, o qual possui dinâmica associada ao transporte de sedimentos na área; ao fundo o parque eólico sobre dunas móveis e extensa planície de deflação com presença de lagoas;

III – Sede do município; entorno constituído por dunas; avanço do mar sobre a praia deteriorando as edificações.



Touros

I – Carnaubinha (Ponta das Gameleiras); Dunas e Lagoas interdunares ao fundo;

II – Carnaubinha (Ponta das Gameleiras); Falésias de pequena dimensão e Dunas ao fundo;

III – Cajueiro (Ponta do Calcanhar); Dunas fixas e móveis;

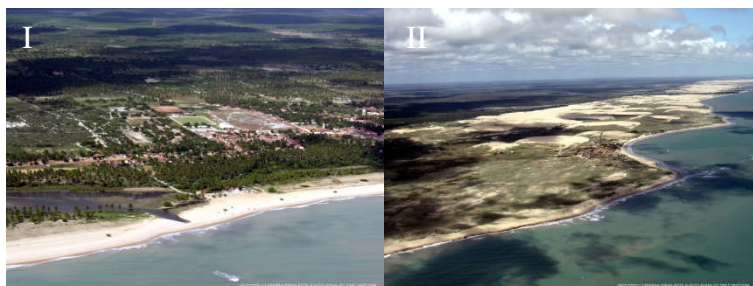
IV – Ponta de Santo Cristo; cobertura vegetal antropizada com cultivo de coqueiros.



São Miguel do Gostoso

I – Sede municipal; faixas de praias mais largas, presença de maceiós²⁶;

II – Praia de Morros (Ponta dos Marcos), marcada por pontas, enseadas e dunas móveis.



Pedra Grande

I – Praia de Exu Queimado rodeada por Dunas Móveis.



²⁶ Denominação regional dada às acumulações de água que se acumulam na faixa de praia, originárias de pequenos riachos ou lagoas que transbordam, ou parte da praia armazena água represada do mar.

ANEXO V DEMANDA TURÍSTICA

GASTOS TURÍSTICOS: NOTA METODOLÓGICA SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS MICRODADOS DA PESQUISA FIPE, 2006 PARA O RN.

A base microdados reduzida foi inicialmente incorporada o conjunto de variáveis e códigos que permitiram identificar os Polos e Municípios de interesse do estudo associados a cada uma das seis opções de cidades visitadas.

A **variável Pernoite (p)** não teve qualquer tratamento especial nessa base de dados em virtude de que o total de pernoites passadas em cada município brasileiro visitado é coletado diretamente no formulário da Pesquisa. Apenas comprovou-se de que o somatório das pernoites declarado nos campos 15.a a 15.f fosse idêntico ao Total dos Pernoites declarado no quesito 14. Esse quesito apresentou apenas uma resposta em branco (sem declaração) na base reduzida de microdados.

Ainda a respeito desta **variável Pernoite (p)** cabe salientar que: já que para cada declarante pode ser conhecido o total dos pernoites passadas na totalidade dos municípios de RN ou em outros estados ($\sum p$), também é possível calcular a proporção de pernoites (% p) passadas por cada declarante em cada município ou polo de interesse deste estudo. Essa proporção é importante para viabilizar a preparação das estimativas sobre os gastos turísticos dos visitantes estrangeiros realizados especificamente nessas áreas geográficas selecionadas, assunto que é abordado a seguir.

Muito diferente foi o caso da **variável gastos de turistas estrangeiros** no Brasil por várias razões: em primeiro lugar, porque o dado relativo ao gasto efetuado por um declarante no Brasil (g) é levantado apenas na forma de total, sem especificar o montante das despesas realizadas em cada cidade ou município visitado; segundo, porque esse único valor g foi registrado no formulário em diferentes moedas (Real, Dólar, Euro, etc.), o que obrigou à FIPE a standardizar esses valores mediante conversão a US\$ - dólar - ou, alternativamente, a R\$ - reais; terceiro, porque houve duas respostas em branco (sem declaração) na base reduzida de microdados.

Visando a preparação das estimativas sobre o gasto turístico no Brasil correspondente a cada declarante em cada cidade ou polo selecionado, o total do gasto g desse declarante foi multiplicado pela correspondente % de pernoites (% p) passadas em cada cidade visitada em cada uma das possíveis opções de resposta.

Assim, o gasto total g de um declarante foi distribuído entre as cidades visitadas levando em consideração a proporção de pernoites (%p) que essa pessoa (e acompanhantes) passou no município M ou Polo P. Portanto, se um declarante diz que gastou R\$ 1.000 em 4 pernoites passadas em Natal, por exemplo, na opção b, e 4 em Fortaleza, na opção de resposta a, as despesas no primeiro desses municípios foi estimada em R\$ 500. Essa forma de distribuição é equivalente ao cálculo do valor médio por pernoite gasto por um entrevistado no Brasil e sua correspondente multiplicação pelo N° de pernoites passadas em cada município, cálculo que no caso de Natal seria: R\$ 1.000/ 8 x 4= R\$ 500. O suposto implícito neste cálculo é que o valor pago por pernoite é idêntico para cada município visitado por um entrevistado e seus acompanhantes, o que naturalmente pode distorcer as estimativas de gasto por município ou polo, para cima ou para baixo.

A terceira variável importante a ser considerada na preparação das estimativas é o total de pessoas que fazem a viagem (pess). Nesse sentido, os dados coletados na Pesquisa FIPE se referem ao total das pessoas de 6 anos e mais que acompanham o entrevistado, incluindo ele próprio. Essa informação é importante para calcular o gasto médio por pessoa visitante ou, alternativamente, o gasto médio por pernoite per - capita. A respeito desta variável, os microdados da base reduzida não apresentaram nenhuma omissão.

De posse desses dados sobre gastos estimados e pernoites de todas as pessoas de cada grupo visitante em cada município nas opções, com algumas poucas omissões de resposta, passou-se a identificar os *layers* ou valores atípicos correspondentes a essas variáveis já que eles poderiam prejudicar os totais, médias ou percentagens a serem estimados para os polos ou municípios de interesse. A identificação desses casos foi feita pela própria FIPE examinando os desvios de resposta existentes em cada uma dessas variáveis e, sobretudo, a magnitude da diferença entre os gastos médios por pernoite per capita correspondente a cada declaração em relação à média do conjunto de declarantes. Nesse sentido, a FIPE experimentou alternativos procedimentos de eliminação de valores declarados levando em consideração, principalmente, o valor do desvio padrão desses números.

Na preparação das estimativas deste informe foi utilizada a eliminação dos valores de gastos, pernoites e pessoas feitas pela FIPE nos casos em que o valor do gasto médio por pernoite per capita calculado para cada declaração em relação ao valor médio do conjunto excedia, para mais ou para menos, três vezes o respectivo desvio padrão. A adoção das mesmas omissões feitas pela FIPE pareceu necessária como forma de permitir a melhor comparabilidade das estimativas preparadas neste documento em relação aos resultados oficialmente divulgados pela EMBRATUR.

Após a eliminação dos *layers* correspondentes a cada opção de resposta a à f, passou-se a preparação de Estimativas Preliminares Expandidas para cada uma dessas três variáveis: pernoites (P), gastos (G) e pessoas (Pess). Para tanto, foram utilizados os pesos F_{hik} calculados pela FIPE para cada visitante k entrevistado, conforme descrito em 1.3, desconsiderando qualquer entrevista em que ao menos uma das três variáveis apresentava algum valor igual a 0. As estimativas preliminares para cada um dos três polos e dois municípios (Natal e Tibau do Sul) foram obtidas separadamente para cada opção de resposta:

Pernoites (P)

Estimativa Expandida Pernoites (EPa) : $\sum p_{ak} \times F_{hik}$;

Estimativa Expandida Pernoites (EPb) : $\sum p_{bk} \times F_{hik}$;

.....

Estimativa Expandida Pernoites (EPf) : $\sum p_{fk} \times F_{hik}$.

Gastos Turísticos no Brasil (G)

Estimativa Expandida Gastos (EGa) : $\sum g_{ak} \times F_{hik}$;

Estimativa Expandida Gastos (EGb) : $\sum g_{bk} \times F_{hik}$;

.....

Estimativa Expandida Gastos (EGf) : $\sum g_{fk} \times F_{hik}$.

Pessoas de 6 anos e mais (Pess)

Estimativa Expandida Pessoas (EPessa) : $\sum pess_{ak} \times F_{hik}$;

Estimativa Expandida Pessoas (EPessb) : $\sum pess_{bk} \times F_{hik}$;

.....

Estimativa Expandida Pessoas (EPessf) : $\sum pess_{fk} \times F_{hik}$.

Onde:

Opções de resposta são identificadas com as letras a à f;

Pessoa entrevistada é identificada com a letra k;

Fhik corresponde ao peso calculado para cada pessoa entrevistada k pertencente ao domínio hi conforme definido em 1.3;

p, g e pess representam as respostas correspondentes a pernoites, gastos e pessoas constantes na base de dados reduzida.

O caráter preliminar dessas estimativas expandidas (E) decorre, portanto, dos dois tipos de possíveis omissões que afetam os valores p, g e pess: por uma parte, a omissão de resposta original por parte do entrevistado (não declarado); por outro, a exclusão de respostas pelo fato dos valores serem considerados layers. Em ambas as situações foram atribuídos valores iguais a 0 para essas respostas, procedimento que acabou subestimando as correspondentes estimativas expandidas EP, EG e EPess. Ou seja, se esses valores zerados tivessem resposta e todas elas fossem válidas, os totais expandidos para as três variáveis seriam superiores. Portanto, as estimativas definitivas E'P, E'G e E'Pess tiveram de ser preparadas fazendo uso de fatores de correção que corrijam esses valores zerados.

Os fatores de correção (fc) foram calculados separadamente para cada opção de resposta a à f e domínio geográfico, sejam eles polos ou municípios, através do quociente entre o somatório dos pesos atribuídos na base de dados aos respectivos domínios de estimação e o somatório dos pesos correspondentes apenas aos casos com resposta não zerada no mesmo domínio, ou seja:

Fator de correção (fc área geogr x opção) = \sum total dos pesos (Fhik) na área geogr x opção / \sum dos pesos (Fhik) não zerados na área geogr x opção

O mesmo fator de correção calculado para um domínio de estimação área geogr x opção é válido para corrigir as estimativas expandidas das três variáveis apresentadas em 2.3.5. :

Estim.Expandida Pernoites definitiva (E'Pa) : $(\sum pak \times Fhik) \times fca$;

Estim.Expandida Gastos definitiva (E'Ga) : $(\sum gak \times Fhik) \times fca$;

Estim.Expandida Pessoas definitiva (E'Pessa) : $(\sum pessak \times Fhik) \times fca$;

.....

Estim.Expandida Pernoites definitiva (E'Pf) : $(\sum pfk \times Fhik) \times fcf$;

Estim.Expandida Gastos definitiva (E'Gf) : $(\sum gfk \times Fhik) \times fcf$;

Estim.Expandida Pessoas definitiva (E'Pessf) : $(\sum pessfk \times Fhik) \times fcf$.

Um exemplo pode ajudar a entender melhor essas correções:

Domínio geográfico: Polo Costa das Dunas

Opção de resposta: a

Totais expandidos preliminares (E) correspondentes às variáveis p, g e pess não zerados:

Pernoites: 2.938.735

Gastos: R\$ 326.847.737

Pessoas: 223.993

Somatórios dos pesos expandidos

\sum total dos pesos (Fhik): 132.006

\sum total dos pesos (Fhik) não zerados: 125.240

Fator de correção

Fc = 132.006/ 125.240 = 1,054024

Estimativas expandidas definitivas (E') correspondentes às variáveis p, g e pess não zerados:

Pernoites (P): $2.938.735 \times 1,054024 = 3.097.498$

Gastos (G): $R\$ 326.847.737 \times 1,054024 = R\$ 344.505.448$

Pessoas (Pess): $223.993 \times 1,054024 = 236.094$

Os dados relativos aos gastos turísticos de estrangeiros no Brasil detalhados por tipo também foram coletados no formulário, em diferentes moedas, sem detalhamento por cidade ou município visitado, reconhecendo 6 categorias: alojamento, alimentação, transporte, compras, atrativos e passeios e outros. Por esse motivo, como no caso do gasto total, a preparação de estimativas por tipo de gasto exigiu a conversão de moedas e a criação de variáveis separadas para cada um desses itens do gasto discriminadas de acordo com cada uma das opções de resposta a a f. Lembra-se que essas opções de resposta a a f são as que permitem identificar a parte dos gastos correspondentes a cada polo ou município de RN de interesse neste estudo. O procedimento utilizado para a distribuição desses gastos entre essas opções mais uma vez baseou-se na porcentagem de pernoites passada por cada entrevistado em cada cidade ou município.

O problema da variável *gasto detalhado por tipo* é que, em muitos casos, a soma dos gastos declarados pelo entrevistado em cada um desses 6 itens é diferente do gasto total no Brasil registrado anteriormente, ou seja, a distribuição relativa dos gastos por tipo é diferente de 100%. Entretanto, em lugar de se praticar ajustes dessas porcentagens para que fechem em 100%, optou-se pela utilização das respostas que na base de microdados reduzida estavam corretas, vale dizer, quando a soma dos gastos parciais batia com o total declarado. Dessa forma, as estimativas expandidas para cada tipo de gasto em cada domínio geográfico (polos ou municípios) x opção de resposta a a f ficaram muito subestimadas, o que limitou a sua utilização apenas para calcular as porcentagens de gasto de cada item em cada polo ou município de estimação (% G tipo) selecionado neste trabalho.

As estimativas expandidas definitivas de gasto turístico correspondentes a cada item de gasto (E'G tipo) em cada polo ou município foram obtidas mediante multiplicação dessas porcentagens (% G tipo) pelo respectivo total do Gasto Turístico expandido definitivo (E'G) calculado em 2.3.7 para cada um desses domínios geográficos.

As estimativas expandidas relativas às variáveis restantes (país de origem, motivo da viagem e localidade de desembarque), dimensionando sempre o total de pernoites, gastos e pessoas, foram preparadas através da mesma metodologia e procedimentos descritos em 2.3.5 (estimativas preliminares) e 2.3.6 (estimativas definitivas), fazendo uso de fatores dos mesmos fatores de correção. A única diferença, já apontada anteriormente, é que essas estimativas foram preparadas apenas para os municípios de Natal e Tibau do Sul.

ANEXO VI
OFERTA TURÍSTICA
EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS: CADASTRO EMPRESARIAL SEBRAE 2010

CADASTRO EMPRESARIAL SEBRAE 2010

Empreendimentos por Município no Polo Costa das Dunas

Municípios	2009				
	Alimentação	Alojamento	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Atividades esportivas e de recreação e lazer	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
Arez	65	0	0	0	01
Baía Formosa	77	11	0	0	01
Canguaretama	51	12	0	01	01
Ceará-Mirim	134	02	01	02	00
Extremoz	113	16	02	02	00
Macaíba	154	05	0	02	01
Maxaranguape	40	08	01	03	0
Natal	3.330	244	58	173	09
Nísia Floresta	80	16	01	03	01
Parnamirim	626	22	08	26	0
Pedra Grande	17	01	01	0	0
Rio do Fogo	14	0	0	01	0
São Gonçalo do Amarante	124	02	02	02	0
São José de Mipibu	67	0	03	01	0
São Miguel do Gostoso	31	11	0	0	01
Senador Georgino Avelino	20	0	0	02	01
Tibau do Sul	109	88	0	01	0
Touros	59	07	0	0	0
Total	5.111	445	77	219	16

Fonte: <http://www.sebrae.com.br>, 2010.

ANEXO VII
 TURISMO E COMUNIDADE
 QUESTIONÁRIO UTILIZADO COM A COMUNIDADE

Nº: _____



Start Pesquisa - Pesquisa de Opinião



APRESENTAÇÃO: Bem dia! Bem tarde. Eu sou de Start Pesquisa e estou realizando uma pesquisa de opinião sobre alguns aspectos da população deste município. Não é necessário se identificar. O (a) Sr. (a) poderia participar? Se NÃO, agradeça e passe para outra pessoa? DATA: ____/____/2008.
 PESQUISADOR: _____

Q01. Com que frequência seu município recebe pessoas de fora (turistas) que vem a passeio? *NEst*
 1. Diariamente 2. Semanalmente 3. Quinzenal
 4. Mensal 5. Outros: Anotar 99. NS 99. NR

Q02. Que lugares, o (a) Sr. (a) indicaria (conhecendo ou não) para o visitante/turista? *NEst 99. NS 99. NR*
 Q02.1 = Comer (Restaurantes, bares): _____
 Q02.2 = Ficar (Hotel, pousadas): _____
 Q02.3 = Divertir (Casas de show, parques, etc): _____
 Q02.4 = Atrativos turísticos: _____

Q03. Dentre as opções que mostrarei (disco 01), escolha três que considera determinante para que as pessoas venham visitar seu município? *Est*
 1. Ótimas estradas de acesso 2. Hotéis e pousadas de qualidade
 3. Alternativas de passeios, diversão e lazer 4. Riqueza natural (praia, cachoeira, açude, lago, trilhas, paisagem, etc.)
 5. Festas Populares (folclóricas, religiosas, etc.) 6. Hospitalidade
 7. Segurança 8. Bares e Restaurantes
 99. Outros: Anotar 97. Nada 98. NS 99. NR

Q04. Em sua opinião, quais os benefícios que a atividade do Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. *NEst*
 1. Conhecimento da cidade 2. Criação de emprego e renda
 3. Diversão 4. Divulgação de município
 5. Preservação do meio ambiente 6. Melhorar de infra-estrutura e serviços
 7. Melhorar a qualidade de vida 97. Nada 98. NS 99. NR
 99. Outros: Anotar

Q05. E quais as consequências negativas que o Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. *NEst*
 1. Dano ao meio-ambiente 2. Desemprego da mão-de-obra local
 3. Especulação imobiliária 4. Violência/Criminalidade
 5. Perda de identidade cultural 6. Poluição
 7. Drogas 8. Prostituição
 9. Elevação do custo de vida 10. Comunidade exposta de seu habitat
 99. Outros: Anotar 97. Nada 98. NS 99. NR

Q06. Na sua família (incluindo o (a) Sr. (a)), alguém trabalha com turismo ou em serviços relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.). Se SIM, quantas pessoas trabalham? *NEst*

Q07. No ano passado ou no início deste ano, o (a) Sr (a) ou alguém da sua família viajou para fora do município? Se SIM, qual o motivo da viagem e para qual cidade foi? (*colar os motivos um a um*) - *NEst*.
 1. Sim 2. Não 99. NA 98. NS 99. NR

Motivo	Local
Q07.1 - Saúde	
Q07.2 - Visitar parentes/amigos	
Q07.3 - Passagem/ férias	
Q07.4 - Negócios/Trabalho	
Q07.5 - Intercâmbio/Estudos	
Q07.6 - Religião	
Q07.7 - Concessões/Convênios	
Q07.99 - Outros: anotar	

Q08. O (A) Sr. (a) acha que o seu município tem opções de lazer/diversão, bons locais para se hospedar, para comer e atrativos naturais favoráveis para atrair cada vez mais turistas? - *NEst*
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 97. Tanto faz/Indiferente 98. NS 99. NR

Q09. Quantas pessoas aqui, na sua casa, tem curso de (*colar os cursos um a um*) - *NEst*.
 98. NS 99. NR

Motivo	Qual?
Q09.1 = Inglês	
Q09.2 = Outros idiomas	
Q09.3 = Informática	
Q09.4 = Profissionalizante	
Q09.5 = Cursos na área de turismo e hotelaria	
Q09.99 - Outros cursos	

Q10. O (A) Sr. (a) acha que a população de seu município está capacitada a trabalhar com o turismo? - *NEst*
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 97. Tanto faz/Indiferente 98. NS 99. NR

Q11. O (A) Sr. (a) tem conhecimento de algum curso de capacitação relacionado ao turismo, aqui no seu município? - *NEst*
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 97. Tanto faz/Indiferente 98. NS 99. NR

Q12. Dê uma nota de um a cinco para algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. Considerando que: 1 = Péssimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente. NG/NS/NR = 99. Não tem/NA = 95. (*Colar as áreas uma a uma*).

Q.12.1. Educação?				
Q.12.2. Saúde pública?				
Q.12.3. Limpeza Pública				
Q.12.4. Abastecimento de água.				
Q.12.5. Iluminação pública				
Q.12.6. Condição das ruas de acesso.				
Q.12.7. Estrela de lixo.				
Q.12.8. Segurança pública				
Q.12.9. Transporte público				
Q.12.10. Qualidade de água				

Q13. Sua rua fica alagada quando chove? - *NEst*
 1. Sim 2. Não 98. NS 99. NR

Q14. O (A) Sr. (a) é favorável que o seu município receba mais turistas, do que recebe atualmente? - *NEst*
 1. Sim 2. Não 3. Talvez
 97. Tanto faz/Indiferente 98. NS 99. NR

Q15. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? (Ex. A carne de sol de Caicó, os Lajedos de Apodi, etc) - *NEst*
 Q15.1 - _____
 Q15.2 - _____

Q16. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação as edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - *NEst*
 Q16.1 - _____
 Q16.2 - _____

Q17. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? - *NEst*
 Q17.1 - _____
 Q17.2 - _____

Q18. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - *NEst*
 Q18.1 - _____
 Q18.2 - _____

Q19. Sexo:
 1. Masculino 2. Feminino

Q20. Idade:
 1. 17 a 24 anos 2. 25 a 34 anos 3. 35 a 44 anos
 4. 45 a 59 anos 5. 60 a 69 anos 6. Mais de 70 anos

Q21. Grau de Instrução / Escolaridade:
 1. Fundamental (12. Grau Comp.) 2. Ensino médio (2º Grau Inc./Comp.)
 3. Superior Inc./Completo 4. Pós-graduado
 98. NS/NR

Q22. Qual sua principal ocupação?
 1. Autônomo 2. Func. Emp. Privada 3. Gerente/Dir. 4. Func. Pública
 5. Dona de casa 6. Estudante 7. Adv. jurídica 8. Área de vendas
 9. Aposentado / Pensionista 10. Área de saúde 11. Demitido
 99. Outros: _____ 97. Nenhuma / Desempregado
 98. NS 99. NR

Q23. Qual sua renda familiar mensal? (*incluindo salário, aposentadoria, pensão, rendas extras, bolsa família, etc.*).
 1. Menos de 1 SM 2. De 1 até 3 SM 3. Mais de 3 a 5 SM
 4. Mais de 5 a 8 SM 5. Mais de 8 a 10 SM 6. Mais de 10 a 15 SM
 7. + 15 a 20 SM 8. De 20 SM ou mais 97. Nenhuma (sem renda.)
 98. NS 99. NR

Q24. Município: Ver Lista 01

Q25. Bairro/focalidade: Anotar: _____

**AGRADEÇA
 E PASSE PARA O PRÓXIMO**

ANEXO VIII
TURISMO E COMUNIDADE
RESULTADO DA PESQUISA COM A COMUNIDADE

1. PERFIL

TABELA 01. Distribuição dos entrevistados segundo o sexo Polo Costa Dunas.

Sexo	Abs.	%
Masculino	333	46,6
Feminino	381	53,4
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 02. Distribuição dos entrevistados segundo a idade Polo Costa Dunas.

Idade (em anos)	Abs.	%
17 a 24 anos	183	25,6
25 a 34 anos	184	25,8
35 a 44 anos	158	22,1
45 a 59 anos	125	17,5
60 anos ou mais	64	9,0
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 03. Distribuição dos entrevistados segundo a escolaridade Polo Costa Dunas.

Escolaridade	Abs.	%
Fundamental (1º grau inc. / compl.)	175	24,5
Ensino médio (2º grau inc. / compl.)	456	63,9
Superior inc. / compl.	81	11,3
Pós-graduado	02	0,3
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 04. Distribuição dos entrevistados segundo a ocupação Polo Costa Dunas.

Ocupação	Abs.	%
Autônomo	123	17,2
Funcionário Empresa. Privada	107	15,0
Estudante	98	13,7
Comerciante	83	11,6
Func. Público	80	11,2
Aposentado (a) / Pensionista	60	8,4
Área de vendas / Vendedor	57	8,0
Dona de casa / Do lar	52	7,3
Doméstica	12	1,7
Área da saúde	10	1,4
Área jurídica	06	0,8
Nenhuma / Desempregado	26	3,6
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 05. Distribuição dos entrevistados segundo a renda familiar mensal (SM)
 Polo Costa Dunas.

Renda familiar mensal (SM)	Abs.	%
Nenhuma / Sem renda	03	0,4
Menos de 1 SM	33	4,6
De 1 até 3 SM	423	59,2
Mais de 3 a 5 SM	208	29,1
Mais de 5 a 8 SM	41	5,7
Mais de 8 a 10 SM	06	0,8
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 06. Distribuição dos entrevistados segundo os municípios da amostra
 Polo Costa Dunas.

Municípios	Abs.	%
Natal	297	41,6
Parnamirim	192	26,9
Ceará-Mirim	61	8,5
Canguaretama	29	4,1
Touros	29	4,1
Nísia Floresta	27	3,8
Extremoz	24	3,4
Tibau do Sul	16	2,2
Baía Formosa	12	1,7
Maxaranguape	10	1,4
Rio do Fogo	10	1,4
São Miguel do Gostoso	07	1,0
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

2. PERCEÇÕES SOBRE O TURISMO

TABELA 07. Com que frequência seu município recebe pessoas de fora (turistas) que
 vem a passeio? - Polo Costa Dunas.

Frequência	Abs.	%
Diariamente	363	50,8
Semanal	216	30,3
Quinzenal	41	5,7
Mensal	59	8,3
Feridos	01	0,1
NS	29	4,1
NR	05	0,7
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 08. Dentre as opções que mostrarei escolha três que considera determinante para que as pessoas venham visitar seu município? – (Somadas das Citações)
 Polo Costa Dunas.

Opções	Abs.	%
Riqueza natural (praia, cachoeira, açude, rios, trilhas, paisagem, etc.)	417	58,4
Alternativas de passeios, diversão e lazer	360	50,4
Festas Populares (folclóricas, religiosas, etc.)	288	40,3
Hotéis e pousadas de qualidade	282	39,5
Ótimas estradas de acesso	245	34,3
Hospitalidade	218	30,5
Segurança	194	27,2
Bares e Restaurantes	122	17,1
Nada	06	0,8
Total	714	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 714, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 09. Em sua opinião, quais os benefícios que a atividade do Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. – (Somadas das Citações) - Polo Costa Dunas.

Benefícios	Abs.	%
Geração de emprego e renda	586	82,1
Crescimento da cidade	419	58,7
Divulgação do município	92	12,9
Diversão	61	8,5
Melhoria de infra-estrutura e serviços	41	5,7
Preservação do meio ambiente	37	5,2
Melhoria na qualidade de vida	35	4,9
Nada	07	1,0
Total	714	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 714, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 10. E quais as conseqüências negativas que o Turismo pode trazer para seu município? Cite duas mais. – (Somadas das Citações) - Polo Costa Dunas.

Conseqüências negativas	Abs.	%
Drogas	414	58,0
Prostituição	368	51,5
Violência/Criminalidade	145	20,3
Dano ao meio-ambiente	86	12,0
Poluição	81	11,3
Perda da identidade cultural	65	9,1
Especulação imobiliária	58	8,1
Desemprego da mão-de-obra local	27	3,8
Elevação do custo de vida	17	2,4
Comunidade expulsa do seu habitat	02	0,3
Nada	37	5,2
Total	714	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 714, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 11. No ano passado ou no início deste ano, o (a) Sr (a) ou alguém da sua família viajou para fora do município? Se SIM, Qual o motivo da viagem e para qual cidade foi? - Polo Costa Dunas.

Motivo da viagem	Abs.	%
Saúde	71	9,9
Visitar parentes / amigos	93	13,0
Passeio/ férias	89	12,5
Negócios/Trabalho	40	5,6
Intercâmbio/Estudos	9	1,3
Religião	29	4,1
Congressos/Convenções	09	1,3
Esporte	03	0,4
Morar	01	0,1
Casamento	01	0,1
Falecimento	01	0,1
Total	714	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 714, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 12. Para qual cidade foi? – Motivo – SAÚDE - Polo Costa Dunas.

Cidade	Abs.	%
Natal-RN	40	56,3
Recife-PE	05	7,0
Fortaleza-CE	03	4,2
Mossoró-RN	02	2,8
Caicó-RN	02	2,8
Parnamirim-RN	02	2,8
João Pessoa-PB	01	1,4
Monteiro-PB	01	1,4
Rio de Janeiro-RJ	01	1,4
Lagoa Nova-RN	01	1,4
São José de Mipibu-RN	01	1,4
Bahia	01	1,4
Ceará	01	1,4
São Paulo	01	1,4
Espanha	01	1,4
Total	71	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 71, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 13. Para qual cidade foi? – Motivo – VISITAR PARENTES/AMIGOS
 Polo Costa Dunas.

Cidade	Abs.	%
Natal-RN	29	31,2
Recife-PE	08	8,6
São Paulo	06	6,5
Caicó-RN	04	4,3
Mossoró-RN	03	3,2
Rio de Janeiro	03	3,2
Paraíba	03	3,2
Maxaranguape-RN	03	3,2
Parnamirim-RN	03	3,2
Ceará-Mirim-RN	03	3,2
Brejinho-RN	02	2,2
João Pessoa-PB	02	2,2
Natal-RN, João Pessoa-PB	01	1,1
Martins-RN	01	1,1
Belo Horizonte-MG	01	1,1
Ceará	01	1,1
Goianinha-RN	01	1,1
Currais Novos-RN	01	1,1
Tibau do Sul-RN	01	1,1
Florânia-RN	01	1,1
São José do Mipibu-RN	01	1,1

Cont. TABELA 13. Para qual cidade foi? – Motivo – VISITAR PARENTES/AMIGOS
 Polo Costa Dunas.

Cidade	Abs.	%
Touros-RN	01	1,1
Nísia Floresta-RN	01	1,1
Bahia	01	1,1
Rio de Janeiro-RJ	01	1,1
João Câmara-RN	01	1,1
Macau-RN	01	1,1
Santo Antônio-RN	01	1,1
Jardim do Seridó-RN	01	1,1
Natal-RN, Angicos-RN	01	1,1
Guamaré-RN	01	1,1
Total	93	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 93, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 14. Para qual cidade foi? – Motivo – PASSEIO / FÉRIAS - Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	11	12,4
Tibau do Sul-RN	07	7,9
Paraíba	06	6,7
São Paulo-SP	06	6,7
Recife-PE	05	5,6
Rio de Janeiro-RJ	05	5,6
Fortaleza-CE	04	4,5
Extremoz-RN	03	3,4
Nísia Floresta-RN	03	3,4
Fortaleza-RN	03	3,4
Acari-RN	02	2,2
Recife-RN	02	2,2
João Pessoa-PB	02	2,2
Olinda-PE	02	2,2
Tibau-RN	01	1,1
Ceará	01	1,1
Juazeiro-PE	01	1,1
Martins-RN	01	1,1
Macau-RN	01	1,1
Interior	01	1,1
Tabatinga (Nísia Floresta-RN)	01	1,1
Galinhas-RN	01	1,1
Maceió-AL	10	1,1
Miami-EUA, Porto Alegre-RS	01	1,1
Europa	01	1,1
Porto Seguro-BA	01	1,1
Pitangui (Extremoz-RN)	01	1,1
Miami-EUA	01	1,1

Cont. TABELA 14. Para qual cidade foi? – Motivo – PASSEIO / FÉRIAS
 Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Goianinha-RN	01	1,1
Bahia	01	1,1
Recife-RN, Paraíba, Fortaleza-CE	01	1,1
Aracaju-SE	01	1,1
Ceará Mirim-RN	01	1,1
Jardim do Seridó-RN	01	1,1
Currais Novos-RN	01	1,1
Assú-RN	01	1,1
Guamaré-RN	01	1,1
Total	89	100,0

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 89, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 15. Para qual cidade foi? – Motivo – NEGÓCIOS / TRABALHO
 Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	22	55,0
São Paulo	05	12,5
Recife-PE	03	7,5
Fortaleza-CE	03	7,5
São Gonçalo do Amarante-RN	02	5,0
Santa Catarina	01	2,5
Bahia	01	2,5
Guamaré-RN	01	2,5
Total	40	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 40, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 16. Para qual cidade foi? – Motivo – INTERCÂMBIO / ESTUDOS
 Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	03	33,3
EUA	02	22,2
Resende-RJ	01	11,1
São Paulo	01	11,1
Macaíba-RN	01	11,1
Recife-PE	01	11,1
Total	09	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 9, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 17. Para qual cidade foi? – Motivo – RELIGIÃO - Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Natal-RN	05	17,2
São Paulo	03	10,3
Fortaleza-RN	03	10,3
Caicó-RN	03	10,3
Recife-PE	02	6,9
Goianinha-RN	02	6,9
Nísia Floresta-RN	01	3,4
Canguaretama-RN	01	3,4
João Pessoa-PB	01	3,4
Alagoas	01	3,4
Paraíba	01	3,4
Juazeiro-PE	01	3,4
Total	29	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 29, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 18. Para qual cidade foi? – Motivo – CONGRESSOS /CONVENÇÕES
 Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Recife-PE	05	55,6
Porto Alegre-RS	01	11,1
Cuiabá-MT	01	11,1
Natal-RN	01	11,1
Total	09	

Nota: ¹ Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

² Os valores foram calculados em relação ao total de entrevistados geral 9, e não ao total das respostas.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 19. Para qual cidade foi? – Motivo – OUTROS MOTIVOS-Polo Costa Dunas.

Cidade / Local	Abs.	%
Rio de Janeiro – Motivo: Esporte	01	33,3
Itália – Motivo : Morar	01	100,0
Nova Iorque-EUA – Motivo: Casamento	01	100,0
Jardim do Seridó -RN – Motivo: Falecimento	01	100,0
Total	04	

Nota: Não foram consideradas as respostas dos entrevistados que Não souberam e que não responderam.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 20. O (A) Sr. (a) acha que o seu município tem opções de lazer/diversão, bons locais para se hospedar, para comer e atrativos naturais favoráveis para atrair cada vez mais turistas - Polo Costa Dunas.

Motivo da viagem	Abs.	%
Sim	503	70,4
Não	149	20,9
Talvez	58	8,1
Tanto faz/Indiferente	02	0,3
NS	01	0,1
NR	01	0,1
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 21. O (A) Sr. (a) é favorável que o seu município receba mais turistas, do que recebe atualmente? - Polo Costa Dunas.

Resposta	Abs.	%
Sim	589	82,5
Não	60	8,4
Talvez	60	8,4
Tanto faz/Indiferente	02	0,3
NS	01	0,1
NR	02	0,3
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Praias	98	13,7
Camarão	84	11,8
Morro do Careca	56	7,8
Cajueiro	51	7,1
Peixe	33	4,6
Clima	29	4,1
Sol	29	4,1
Carne de Sol	28	3,9
Forte dos Reis Magos	21	2,9
Lagostas	21	2,9
Dunas	17	2,4
Caranguejo	15	2,1
Galinha	14	2,0
Hospitalidade	13	1,8
Macaxeira	13	1,8
Pesca	13	1,8
Paçoca	12	1,7
Carnatal	11	1,5
Feira	11	1,5
Caju	10	1,4

Cont. TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Peixada	09	1,3
Lagoas	08	1,1
Tapioca	08	1,1
Queijo	07	1,0
Tranquilidade	07	1,0
Passeio de barco	06	0,8
Tourinho	06	0,8
Arvoré Baóba	05	0,7
Barreira do Inferno	05	0,7
Buchada	05	0,7
Calor	05	0,7
Cana-de-açúcar	05	0,7
Falésias	05	0,7
Feijoada	05	0,7
Grude	05	0,7
Passeio de buggy	05	0,7
Ponte Newton Navarro	05	0,7
Carnaval	04	0,6
Festa do Boi	04	0,6
Usina	04	0,6
Comida	03	0,4
Cultura	03	0,4
Farol	03	0,4
Feijão Verde	03	0,4
Festas	03	0,4
Ginga	03	0,4
Ginga com tapioca	03	0,4
Pastel	03	0,4
Ponta Negra	03	0,4
Sexo	03	0,4
Alegria	02	0,3
Artesanato	02	0,3
Barra de Cunhaú	02	0,3
Bode	02	0,3
Caldo de Cana	02	0,3
Câmara Cascudo	02	0,3
Carisma	02	0,3
Cotovelo	02	0,3
Feirinha	02	0,3
Hotéis	02	0,3
Igreja	02	0,3
Parque Aristoteles Fernandes	02	0,3
Pium	02	0,3
Prefeitura	02	0,3

Cont. TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Prostituição	02	0,3
Trem	02	0,3
Turismo	02	0,3
Vaquejada	02	0,3
Agnelo	01	0,1
Água de coco	01	0,1
Aniversário da cidade	01	0,1
Ar	01	0,1
Barra do Sagi	01	0,1
Boulevard	01	0,1
Cabo de São Roque	01	0,1
Carnaval Fora de época	01	0,1
Carneiro	01	0,1
Catedral	01	0,1
Chegança	01	0,1
Churrasco	01	0,1
Cidades ligadas a Natal	01	0,1
Colégio Agrícola	01	0,1
Comidas Pesadas	01	0,1
Comidas Típicas	01	0,1
Corais	01	0,1
Crustáceos	01	0,1
Diversão noturna	01	0,1
Doce de leite	01	0,1
Drogas	01	0,1
Engenho	01	0,1
Festa da Cidade	01	0,1
Festa da Padroeira	01	0,1
Festa de fim de ano	01	0,1
Festas religiosas	01	0,1
Forro	01	0,1
Futebol	01	0,1
Jenipabú	01	0,1
Hortifrutigranjeiros	01	0,1
Lagoa de Arituba	01	0,1
Lagoa Guaraíras	01	0,1
Lavoisier	01	0,1
Limpeza	01	0,1
Machadão	01	0,1
Mar	01	0,1
Mártires	01	0,1
Mata Estrela	01	0,1
Mausoléu	01	0,1
Motocross	01	0,1

Cont. TABELA 22. Olhando para seu município, cite dois elementos que representam o povo daqui? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Mulheres	01	0,1
Nísia Floresta	01	0,1
O povo	01	0,1
Olheiro	01	0,1
Parracho	01	0,1
Pastel de carne de sol	01	0,1
Paulo Wagner	01	0,1
Pescada	01	0,1
Pescaria	01	0,1
Picado	01	0,1
Pipa	01	0,1
Pontos Turísticos	01	0,1
Povo	01	0,1
Rapadura	01	0,1
Renda	01	0,1
Restaurante	01	0,1
Sal	01	0,1
Santo Antônio	01	0,1
São João	01	0,1
Sarapatel	01	0,1
Teatro Alberto Maranhão	01	0,1
Temperatura	01	0,1
Toca do Goiamum	01	0,1
Vila Flor	01	0,1
Tumulo	01	0,1
Nada	69	9,7
Total	714	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação às edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Ponte Newton Navarro	87	12,2
Forte dos Reis Magos	79	11,1
Igreja	72	10,1
Prefeitura	55	7,7
Parque da Cidade	28	3,9
Machadão	19	2,7
Teatro Alberto Maranhão	18	2,5
Praças	17	2,4
Catedral	17	2,4
Museu	16	2,2
Câmara Municipal	16	2,2
Mercado Público	11	1,5
Biblioteca	10	1,4
Tourinho	09	1,3
Frasqueirão	09	1,3
Capitania das Artes	09	1,3
Igreja Matriz	08	1,1
Ruínas do Engenho	07	1,0
Praias	06	0,8
Estação de trem	06	0,8
Engenho	06	0,8
Casa de Pedra	06	0,8
Túmulo de Nísia Floresta	05	0,7
Palácio do Governo	05	0,7
Forum	05	0,7
Arvore Baoba	05	0,7
Morro do Careca	04	0,6
Hotéis	04	0,6
Centro de Turismo	04	0,6
Aeroporto	04	0,6
Pinacoteca	03	0,4
Falésias	03	0,4
Viaduto do Machadão	02	0,3
Ponte de Igapó	02	0,3
Parque das Dunas	02	0,3
Monumento Santa Cruz	02	0,3
Igreja Bom Jesus dos Navegantes	02	0,3
Hotel <i>Blue Marlin</i>	02	0,3
Ginásio	02	0,3
Corais de Cotovelo	02	0,3
Bela Luna	02	0,3
Taverna Pub	01	0,1
Supermercado Rede Mais	01	0,1
Solar Antunes	01	0,1
Shopping Ayrton Senna	01	0,1
Ruínas da Ilha Bela	01	0,1

Cont. TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação às edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Rodoviária	01	0,1
Recife	01	0,1
Quiosques	01	0,1
Prédios da Ribeira	01	0,1
Pracinha dos Anjos	01	0,1
Praça do Cristo	01	0,1
Praça de Cooper	01	0,1
Pousada	01	0,1
Pórtico	01	0,1
Plano 100	01	0,1
Pedra Oca	01	0,1
Parrachos	01	0,1
Parque de Natal	01	0,1
Parque Colonial	01	0,1
Parque Aristóфанes Fernandes	01	0,1
Panacha	01	0,1
Palácio do Legislativo	01	0,1
Os três Reis Magos	01	0,1
Norte Shopping	01	0,1
Natureza tour	01	0,1
Mirante do Cristo	01	0,1
Mirante	01	0,1
Mercado do Alecrim	01	0,1
Mercado das Artes	01	0,1
Mercado da Redinha	01	0,1
Mausoléu	01	0,1
Lagoas	01	0,1
Igreja Santo Antônio	01	0,1
Igreja N.. Sra. da Conceição	01	0,1
Igreja dos Mártires	01	0,1
Igreja do Satélite	01	0,1
Igreja do Galo	01	0,1
Hotel Praiamar	01	0,1
Hotel Palace	01	0,1
Hotel Ladeira do Sol	01	0,1
Grande Hotel	01	0,1
Ginásio Iaiá Paiva	01	0,1
Farol	01	0,1
Estádio de futebol	01	0,1
Ducal	01	0,1
Cruzeiro	01	0,1
Corais de Ponta Negra	01	0,1
Colônia dos Pescadores	01	0,1
Colégio	01	0,1
Centro de Convenções	01	0,1

Cont. TABELA 23. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação às edificações arquitetônicas ou sítios arqueológicos? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Centro de Artesanato	01	0,1
Centro Cultural	01	0,1
CEFET	01	0,1
Catedral Velha	01	0,1
Castelo Bahia	01	0,1
Castelo	01	0,1
Casas Beira-mar	01	0,1
Canhão Colonial	01	0,1
Campo Florestal	01	0,1
Cajueiro	01	0,1
Barreira do Inferno	01	0,1
Barra do Cunhaú	01	0,1
Barcos	01	0,1
Avenidas largas	01	0,1
Assembléia de Deus	01	0,1
Arvore de Natal	01	0,1
Área de Lazer	01	0,1
Nada	182	25,5
Total	714	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 24. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Camarão	194	27,2
Peixe	128	17,9
Lagosta	76	10,6
Carne de sol	75	10,5
Galinha	71	9,9
Caranguejo	51	7,1
Peixada	50	7,0
Tapioca	37	5,2
Paçoca	37	5,2
Feijoada	26	3,6
Macaxeira	24	3,4
Buchada	19	2,7
Feijão Verde	15	2,1
Carneiro	15	2,1
Picado	14	2,0
Ginga	13	1,8
Queijo	11	1,5
Cuscuz	11	1,5
Chambaril	11	1,5

Cont. TABELA 24. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Carne de charque	10	1,4
Churrasco	09	1,3
Rabada	08	1,1
Crustáceos	08	1,1
Bobo de Camarão	08	1,1
Carne	06	0,8
Pastel	05	0,7
Grude	05	0,7
Doce de leite	04	0,6
Panelada	03	0,4
Ginga com tapioca	03	0,4
Bode	03	0,4
Macaxeira com carne de sol	02	0,3
Frutos do mar	02	0,3
Frutas	02	0,3
Frango	02	0,3
Filé a Parmegiana	02	0,3
Feijão	02	0,3
Dobradinha	02	0,3
Caju	02	0,3
Verdura	01	0,1
Vatapá	01	0,1
Sarapatel	01	0,1
Salsicha	01	0,1
Rapadura	01	0,1
Queijo de Coalho	01	0,1
Porco	01	0,1
Pizza	01	0,1
Pirão de peixe	01	0,1
Ostra	01	0,1
Munguzá	01	0,1
Massas	01	0,1
Macarrão	01	0,1
Lingüiça do sertão	01	0,1
Língua de boi	01	0,1
Jambo	01	0,1
Galeto Assado	01	0,1
Galeto	01	0,1
Frango Assado	01	0,1
Farofa d'água	01	0,1
Escondidinho	01	0,1
Total	714	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 25. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação à culinária/gastronomia? (Continuação) - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Cocada	01	0,1
Churrasquinho	01	0,1
Carne de sol com macaxeira	01	0,1
Carne Assada	01	0,1
Bolinho de atum	01	0,1
Arroz doce	01	0,1
Nada	122	17,1
Total	714	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 26. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Zezo	41	5,7
Câmara Cascudo	33	4,6
Marina Elali	20	2,8
Tom do Cajueiro	12	1,7
Grafith	12	1,7
João Alan	11	1,5
João Batista	09	1,3
Dorian Gray	08	1,1
Biro Biro	08	1,1
Tonho da Viola	06	0,8
Cristal	06	0,8
Tonho Sanfoneiro	05	0,7
Luiz Almir	05	0,7
Isaque Galvão	05	0,7
Coronel Naian	05	0,7
Cesar Revoredo	05	0,7
Babal	04	0,6
Índio Escultor	03	0,4
Roberta Sá	02	0,3
Paulinho	02	0,3
Pastoril	02	0,3
Lídia Quaresma	02	0,3
Juca Mendes	02	0,3
Gilliard	02	0,3
Chegança	02	0,3
Bil Artesão	02	0,3
Alberto Maranhão	02	0,3
Zé Tobias	01	0,1
Zé Antônio	01	0,1
Violeiros	01	0,1
Vilmar Duarte	01	0,1

Cont. TABELA 26. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Tunico Sanfoneiro	01	0,1
Tico escultor	01	0,1
Tadeu das Artes	01	0,1
São João	01	0,1
Sal da Terra	01	0,1
Rui Lima	01	0,1
Pedro Batista	01	0,1
Pedrinho Mendes	01	0,1
Paulo Macedo	01	0,1
Palhaço Benedito	01	0,1
Palhaço Ananias	01	0,1
Palhaço	01	0,1
Pablo Pintor	01	0,1
Newton Navarro	01	0,1
Marciano Cantor	01	0,1
Marcelo Pintor	01	0,1
Lucas Cruz	01	0,1
Lindor Escritor	01	0,1
Leandro Pintor	01	0,1
Lane Cardoso	01	0,1
Jução	01	0,1
Jubileu	01	0,1
Josinaldo Cantor	01	0,1
Jesiel Figueiredo	01	0,1
Jailson Fotografo	01	0,1
Isaque Artesão	01	0,1
Fia Artes Gráficas	01	0,1
Fernando Luiz	01	0,1
Felipe Pintor	01	0,1
Espanta	01	0,1
Escola de samba	01	0,1
Eduardo	01	0,1
Edilson Pintor	01	0,1
Dedé Pinturas	01	0,1
Dança	01	0,1
Daiane Artesã	01	0,1
Cordel	01	0,1
Clovis Avelino	01	0,1
Cecília Gomes	01	0,1
Cavaleiros do Forro	01	0,1
Carmen Dias	01	0,1
Cantores	01	0,1
Canindé Pintor	01	0,1
Caju	01	0,1
Caboclinho	01	0,1

Cont. TABELA 26. Cite pelo menos dois elementos de destaque no município em relação aos artistas (músicos, escritores, pintores, folcloristas, etc.) - Polo Costa Dunas.

Elementos	Abs.	%
Biro de Cordel	01	0,1
Batista Cigano	01	0,1
Bandas de forro	01	0,1
Banda Arroxa	01	0,1
Artesãos	01	0,1
Armando da Bateria	01	0,1
Amaro Artes	01	0,1
Aluizio Alves	01	0,1
Ademir Pintor	01	0,1
Nada	288	40,3
Total	714	100,0

Nota: Os valores foram calculados excluindo as respostas NS e NR, e considerando o total de entrevistados e a soma das citações.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

3. TRABALHO E CAPACITAÇÃO

TABELA 27. Na sua família (incluindo o (a) Sr. (a)), alguém trabalha com turismo ou em serviços relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, restaurantes, guias turísticos, feiras de artesanato, casas de shows, etc.). Se SIM, quantas pessoas trabalham?

Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	577	80,8
01	87	12,2
02	39	5,5
04	01	0,1
05	01	0,1
06	01	0,1
07	01	0,1
NS	04	0,6
NR	03	0,4
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 28. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de INGLÊS?

Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	571	80,0
01	85	11,9
02	27	3,8
03	02	0,3
NS	16	2,2
NR	13	1,8
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 29. Tipo do curso de INGLÊS - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Básico	72	63,2
Avançado	15	13,2
Intermediário	06	5,3
Conversação	01	0,9
NR	20	17,5
Total	114	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 30. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de OUTROS IDIOMAS?
 Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	652	91,3
01	16	2,2
02	18	2,5
NS	14	2,0
NR	14	2,0
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 31. Tipo do curso de OUTROS IDIOMAS
 Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Espanhol	13	38,2
Francês	03	8,8
NR	18	52,9
Total	34	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 32. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de INFORMÁTICA?
 Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	480	67,2
01	152	21,3
02	42	5,9
03	10	1,4
05	02	0,3
NS	16	2,2
NR	12	1,7
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 33. Tipo do curso de INFORMÁTICA - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Básico	124	60,2
Intermediário	28	13,6
Avançado	10	4,9
Intermediário e Básico	04	1,9
Montagem e Manutenção	01	0,5
Graduação	01	0,5
Avançado e Básico	01	0,5
Técnico	01	0,5
Completo	01	0,5
NR	35	17,0
Total	206	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 34. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso de Profissionalizante?
 Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	569	79,7
01	98	13,7
02	22	3,1
04	01	0,1
NS	06	0,8
NR	18	2,5
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 35. Tipo do curso de Profissionalizante - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Enfermagem	10	8,3
Auxiliar de Enfermagem	10	8,3
Garçom	09	7,4
Mecânica	09	7,4
Contabilidade	07	5,8
Eletricista	05	4,1
Administração	04	3,3
Informática	04	3,3
Digitação	03	2,5
Petróleo e Gás	03	2,5
Recepcionista	02	1,7
Vendas	02	1,7
Corte e Costura	02	1,7
Professor (a)	02	1,7
Cabeleireira	02	1,7
Refrigeração	02	1,7
Auxiliar de Escritório e Contabilidade	01	0,8
Pedagogia	01	0,8

Cont. TABELA 35. Tipo do curso de Profissionalizante - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Vigilante	01	0,8
Inglês	01	0,8
Padeiro	01	0,8
Pintor	01	0,8
Pós-graduação	01	0,8
Técnica de Vendas	01	0,8
Web Designer e Eletricista	01	0,8
Rotinas administrativas	01	0,8
Atendente	01	0,8
Informática e Petróleo e Gás	01	0,8
Cozinheiro	01	0,8
Telecomunicações	01	0,8
Web	01	0,8
Pasteleiro	01	0,8
Pintor de automóvel	01	0,8
Marceneiro	01	0,8
Despachante e Nível Técnico	01	0,8
Magistério	01	0,8
Eletricista Industrial	01	0,8
Técnica de Enfermagem	01	0,8
Encanador e Eletricista	01	0,8
Montagem e Manutenção	01	0,8
Assistente Administrativo	01	0,8
Autocad	01	0,8
Guia turístico	01	0,8
Educação	01	0,8
Garçom e Consultor de Vendas	01	0,8
Computação Gráfica	01	0,8
Total	121	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)
 Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 36. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm curso na Área de Turismo e Hotelaria? - Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	644	90,2
01	25	3,5
02	17	2,4
NS	01	0,1
NR	27	3,8
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 37. Tipo do curso na Área de Turismo e Hotelaria - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Recepcionista	09	21,4
Turismo e Hotelaria	02	4,8
Garçom	02	4,8
Camareira	02	4,8
Guia Turístico	02	4,8
Atrativo Turístico	01	2,4
Pasteleiro	01	2,4
Bugueiro	01	2,4
Recepcionista e Cozinheiro	01	2,4
NR	21	50,0
Total	42	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 38. Quantas pessoas aqui, na sua casa, têm Outros Cursos?
 Polo Costa Dunas.

Quantidade	Abs.	%
0	646	90,5
01	25	3,5
02	15	2,1
NS	13	1,8
NR	15	2,1
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 39. Tipo de Outros Cursos - Polo Costa Dunas.

Tipo	Abs.	%
Petróleo e Gás	06	15,0
Cabeleleira	03	7,5
Web	03	7,5
Enfermagem	01	2,5
Artes	01	2,5
Telemarketing	01	2,5
Barman	01	2,5
Atendente	01	2,5
Pós-graduação	01	2,5
Mecânica	01	2,5
Comprador	01	2,5
Pastelaria	01	2,5
Corte e Costura	01	2,5
Música	01	2,5
Contabilidade	01	2,5
Direito	01	2,5
NR	15	37,5
Total	40	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 40. O (A) Sr. (a) acha que a população de seu município está capacitada a trabalhar com o turismo? - Polo Costa Dunas.

Resposta	Abs.	%
Sim	299	41,9
Não	282	39,5
Talvez	113	15,8
Tanto faz/Indiferente	01	0,1
NS	05	0,7
NR	14	2,0
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 41. O (A) Sr. (a) tem conhecimento de algum curso de capacitação relacionado ao turismo, aqui no seu município? - Polo Costa Dunas.

Resposta	Abs.	%
Sim	137	19,2
Não	468	65,5
Talvez	08	1,1
Tanto faz/Indiferente	07	1,0
NS	86	12,0
NR	08	1,1
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 42. Conhecimento do local de realização de algum curso de capacitação relacionado ao turismo. - Polo Costa Dunas.

Local	Abs.	%
SENAC	52	38,0
Hotel Via Costeira	06	4,4
SESC	05	3,6
Microlins	04	2,9
CELM	04	2,9
Hotel Pirâmide	03	2,2
SEBRAE	02	1,5
SENAC e Barreira Roxa	02	1,5
CEFET	02	1,5
Hotel Barreira Roxa	02	1,5
<i>Changes Champions</i>	01	0,7
Prefeitura	01	0,7
Marinas	01	0,7
SESP	01	0,7
NS	02	1,5
NR	49	35,8
Total	137	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram que tinham algum conhecimento de curso (137 entrevistados).

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

4. INFRAESTRUTURA

TABELA 43. Dê uma nota de um a cinco para algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. Considerando que: 1 = Péssimo; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Excelente - Polo Costa Dunas.

Áreas de Infraestrutura	Péssimo		Ruim		Regular		Bom		Excelente		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Educação	146	20,4	114	16,0	247	34,6	187	26,2	20	2,8	714	100,0
Saúde pública	222	31,1	180	25,2	175	24,5	123	17,2	14	2,0	714	100,0
Limpeza Pública	36	5,0	91	12,7	312	43,7	245	34,3	30	4,2	714	100,0
Abastecimento de água.	57	8,0	117	16,4	187	26,2	292	40,9	61	8,5	714	100,0
Iluminação pública	42	5,9	126	17,7	246	34,6	263	36,9	35	4,9	712	100,0
Condição das ruas de acesso.	51	7,2	167	23,5	258	36,2	203	28,5	33	4,6	712	100,0
Coleta de lixo.	45	6,3	82	11,5	264	37,0	278	38,9	45	6,3	714	100,0
Segurança pública	193	27,1	176	24,7	169	23,7	165	23,1	10	1,4	713	100,0
Transporte público	62	8,7	120	16,8	278	38,9	229	32,1	25	3,5	714	100,0
Qualidade da água	66	9,3	136	19,1	233	32,7	225	31,6	52	7,3	712	100,0
Avaliação Geral	920	12,9	1.309	18,4	2.369	33,2	2.210	31,0	325	4,6	7.133	100,0

Nota: Os valores foram calculados, somente para os que mencionaram algum tipo de avaliação, excluindo as respostas NR e NS.

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

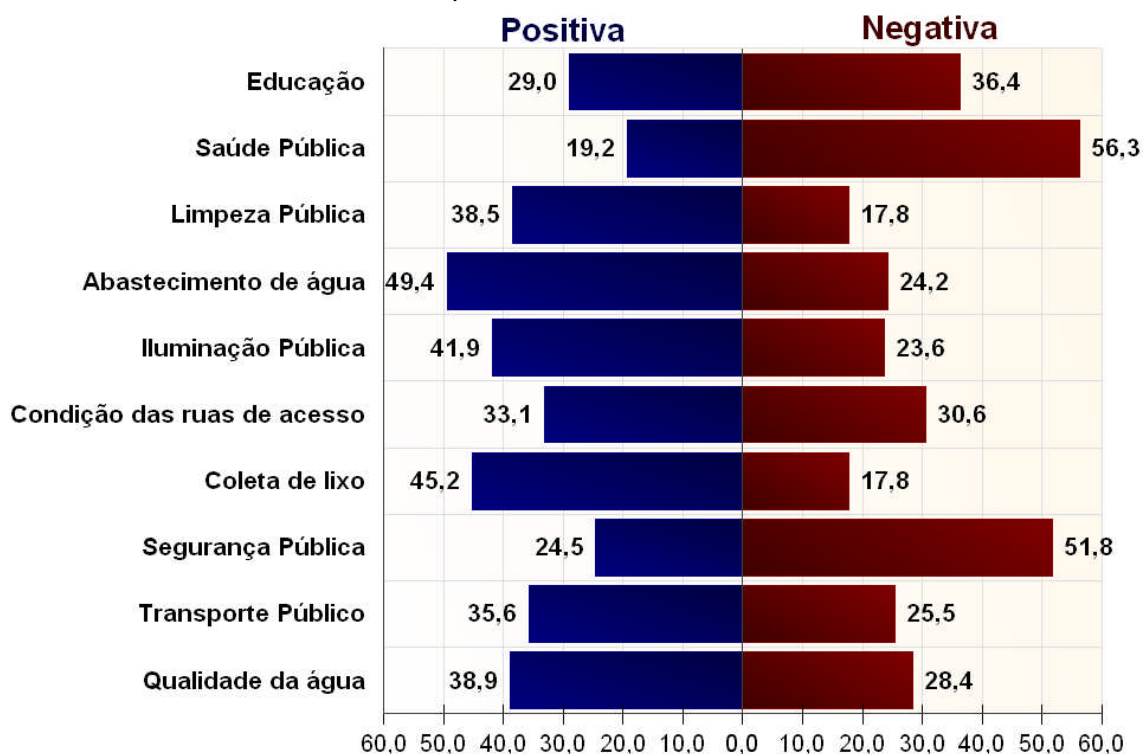
TABELA 44. Resumo das avaliações de algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município - Polo Costa Dunas.

Áreas de Infraestrutura	Positiva	Negativa	Saldo
Educação	29,0	36,4	-7,4
Saúde pública	19,2	56,3	-37,1
Limpeza Pública	38,5	17,8	20,7
Abastecimento de água.	49,4	24,4	25,1
Iluminação pública	41,9	23,6	18,3
Condição das ruas de acesso.	33,1	30,6	2,5
Coleta de lixo.	45,2	17,8	27,5
Segurança pública	24,5	51,8	-27,2
Transporte público	35,6	25,5	10,1
Qualidade da água	38,9	28,4	10,5
Avaliação Geral	35,5	31,2	4,3

Nota: Avaliação Positiva (Percentual Bom + Excelente) e Avaliação Negativa (Percentual Ruim + Péssimo)

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FIGURA 01. Resumo das avaliações de algumas áreas de infraestrutura aqui de seu município. – Polo Costa Dunas.



Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

TABELA 45. Sua rua fica alagada quando chove? - Polo Costa Dunas.

Resposta	Abs.	%
Sim	201	28,2
Não	504	70,5
NS	07	1,0
NR	02	0,3
Total	714	100,0

Fonte: Pesquisa direta, Start Pesquisa e Consultoria Técnica, abril/2009.

FEEDBACK: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

ANEXO IX
MARCO LÓGICO: MEMÓRIA DE CÁLCULO

Componente	Linha de base
Estratégia de Produto Turístico	
Capacitação profissional	Valor do investimento/ R\$ 511,00 (per capita/aluno da capacitação profissional PRODETUR 2009)
Estratégia de Comercialização	
Gasto Médio Diário Individual	Média do GMDI Geral de 2007 e 2008 da Pesquisa de Demanda Turística Natal
Fortalecimento Institucional	
Programa de capacitação de técnicos municipais	03 técnicos por município (01 de turismo, 01 de meio ambiente e 01 de urbanismo)

Fonte: Start Pesquisa e Consultoria Técnica, 2009.